



TESE DE DOUTORAMENTO

**PAISAGENS EM MUDANÇA NA
TRANSIÇÃO ENTRE A IDADE DO FERRO E
A ÉPOCA ROMANA NO ALTO TÂMEGA E
CÁVADO**

João Fonte

Departamento de Historia I

Facultade de Xeografía e Historia

SANTIAGO DE COMPOSTELA

2015

**PAISAGENS EM MUDANÇA NA
TRANSIÇÃO ENTRE A IDADE DO FERRO E
A ÉPOCA ROMANA NO ALTO TÂMEGA E
CÁVADO**



Assdo.

João Fonte

Departamento de Historia I

Facultade de Xeografía e Historia

SANTIAGO DE COMPOSTELA

2015

AUTORIZACIÓN DO DIRECTOR / TUTOR DA TESE

D./Dna. César Parcero Oubiña (director)

Profesor/a do Departamento Instituto de Ciencias del Patrimonio, Consejo Superior de Investigaciones Científicas

D./Dna. Alfredo González Ruibal (co-director)

Profesor/a do Departamento Instituto de Ciencias del Patrimonio, Consejo Superior de Investigaciones Científicas

D./Dna. Maria da Conceição Lopes (co-directora)

Profesor/a do Departamento Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

D./Dna. Marco García Quintela (tutor)

Profesor/a do Departamento Departamento de Historia I, Universidade de Santiago de Compostela

Como Director/a/es/as da Tese de Doutoramento titulada



« Paisagens em mudança na transição entre a Idade do Ferro e a época Romana no Alto Tâmega e Cávado »

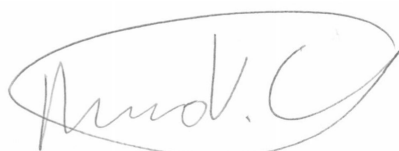
Presentada por D. / Dna. João Mário Martins da Fonte

Alumno do Programa de Doutoramento Arqueoloxía, Historia da Antigüidade e Ciencias e Técnicas Historiográficas

Autoriza a presentación da tese indicada, considerando que reúne os requisitos esixidos no artigo 34 do regulamento de Estudos de Doutoramento, e que como Director da mesma non incurre nas causas de abstención establecidas na lei 30/1992.

Asdo.


 Centro de Estudos
em Arqueología
Artes
e Ciencias do Patrimonio







Este trabalho foi realizado com o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), através da bolsa de doutoramento com a referência SFRH/BD/65143/2009 (POPH-QREN, tipologia 4.1).







© João Fonte, 2015



Resumo

O presente estudo centra-se na análise das paisagens de poder que materializam as dinâmicas sociais e territoriais ocorridas nos finais da Idade do Ferro e inícios de época Romana no Noroeste Peninsular. Enquadra-se numa necessidade de se desenvolverem novas e inovadoras metodologias de trabalho, aliadas a uma robustez teórica e a um rigor empírico, cujas interpretações permitam a criação de um novo conhecimento e que tenha aplicabilidade a outros contextos. Esta investigação foi desenvolvida numa óptica da Arqueologia da Paisagem. Assim, adoptou-se uma perspectiva diacrónica e uma metodologia interdisciplinar, procurando-se ampliar as metodologias tradicionalmente utilizadas neste tipo de estudos, sobretudo com o recurso às tecnologias geoespaciais, na tentativa de se caracterizar a estruturação do povoamento e território neste período e área geográfica. O objectivo principal deste estudo reside na tentativa de caracterização sociopolítica das comunidades do Noroeste Peninsular, particularmente na sua área Meridional, nos finais da Idade do Ferro e inícios de época Romana.

Tomaremos como caso de estudo a região do Alto Tâmega e Cávado. Trata-se de uma zona de fronteira e de hibridização cultural pelo menos desde a Idade do Ferro, localizando-se justamente na transição entre a área dos *oppida* ocidentais e a dos pequenos castros orientais. Nesta zona registam-se processos de intensificação económica, embora mais centrados na exploração de recursos minerais, ao invés da exploração e intensificação agrícola, dando lugar a uma estruturação territorial bastante específica e a formas particulares de expressão da desigualdade.

Procuraremos analisar as dinâmicas territoriais e os processos de continuidade e de mudança social, bem como as diferentes economias políticas e estratégias de poder, numa época onde têm lugar complexas políticas de interacção cultural, particularmente com o mundo mediterrânico, bem como uma crescente negociação social e identitária.

Procuraremos definir e clarificar os diferentes modelos de povoamento e as diferentes formas de estruturação territorial em época pré-Romana e Romana. A base fundamental deste trabalho será a objectivação dos critérios locais e territoriais de cada povoado, com vista a se discriminarem as decisões sociais que motivaram a eleição de um determinado sítio, já que distintos modelos locais e territoriais poderão associar-se a diferentes contextos culturais e a distintas formas de organização territorial e sociopolítica.

Todavia, será de ressaltar que este trabalho terá sempre um sentido comparativo, procurando-se analisar a variabilidade, mais do que uma reconstrução positiva das condições que possam ter influenciado a localização dos sítios. Além disso, partimos da diversidade regional e da heterogeneidade cultural, já que mais que um todo homogêneo com uma evolução unilinear, devemos antes, segundo uma perspectiva pós-colonial, contemplar uma multiplicidade de experiências históricas particulares a diferentes escalas antes e depois da chegada de Roma.

Após os primeiros contactos com os Romanos, documenta-se uma estruturação complexa do povoamento do Noroeste, que se manifesta no pleno desenvolvimento de grandes povoados tipo oppidum, que actuariam como verdadeiros lugares centrais do ponto de vista político. Este fenómeno, que se desenvolve anteriormente à criação generalizada de novos assentamentos romanos, é arqueologicamente mais visível na parte Meridional da Galiza e no Norte de Portugal, onde os processos de “oppidização” são mais massivos e prematuros.

Contudo, este processo de sinecismo e de hierarquização do povoamento poderá ser consequência de dinâmicas anteriores, uma vez que não podemos negligenciar os complexos particularismos históricos das comunidades indígenas, tal como parece suceder em outros territórios europeus. Evidentemente que o contacto e a pressão Romana pode ter acelerado e precipitado todo este processo, embora talvez não se tenha tratado de um processo unidireccional e monocausal. É necessário perceber os *oppida* em relação estrutural a toda uma série de fenómenos sociais, políticos e culturais que ocorrem no sul da *Callaecia* entre os séculos II a.C. e I d.C..

Abstract

This study focuses on the analysis of landscapes of power that materialized social and territorial dynamics during the Late Iron Age and early stages of the Roman period in Northwest Iberia. It is driven by the need to develop new and innovative research methodologies, based on robust theories and empirical rigour. Interpretations allow the creation of new knowledge and its applicability to other contexts. A diachronic perspective was adopted, as well as an interdisciplinary methodology, in order to amplify the traditional procedures used in other approaches. This is achieved with the use of geospatial technologies, to characterize the settlement structuring of the territory in this specific period and geography.

The main objective of this study is to describe social and politically the communities of the southern part of Northwest Iberia, in the period that spans between the Late Iron Age and the beginning of the Roman Era.

Our study area is located in the region of Upper Tâmega and Cávado. This is an area of frontier and cultural hybridization at least since the Iron Age, situated in the transition of the area of influence of the western *oppida* and the small hillforts of the east. In this region there are accounts of processes of economic growth, although mainly centred in the exploitation of mineral resources, in detriment of an intensification of agricultural practices. The result is a specific structure of the territory and particular forms of expression of inequality.

In this thesis we will analyse the territorial dynamics, processes of continuity and social change, as well as the different political economies and power strategies, in a

period where complex politics of cultural interaction are happening, particularly in the Mediterranean. This leads to an increasing negotiation regarding identity and society.

We defined and clarified the different settlement models as well as the various ways the territory was structured in pre-Roman and Roman periods. This analysis was based on the objectification of locational and territorial criteria of each settlement, in order to identify the social decisions that motivated the election of a specific place. Distinct locational and territorial models can be associated with different cultural contexts and forms of social and political organization of the territory.

This approach has a comparative character used to analyse variability, more than merely reconstruct positively the conditions that may have influenced the location of sites. Furthermore the study has a starting point in the regional diversity and cultural heterogeneity. Instead of looking at evidence as a homogenous whole following a unilineal evolution, according to a post-colonial perspective we should be contemplating the multiplicity of particular historical experiences, analysed at different scales, before and after the advent of Rome.

After the first contacts with the Romans, there was a complex structuration of the settlement patterning in the northwest, visible on the development of great settlements such as the *oppidum*, who acted as political central points. This phenomenon is prior to the general creation of roman settlements. In the archaeological record, evidence for this is more apparent in the southern part of Galicia and northern Portugal, where the processes of consolidation of the *oppida* were more massive as well as premature.

This process of synoecism and hierarchy of settlement may be a consequence of previous enterprises, since we cannot neglect the complex historical dynamics of the indigenous communities, as it seems to happen in other European territories. Obviously, the contact and pressure from the Roman presence may have accelerated this process, although not necessarily in a unidirectional and monocausal way.

This study aims to perceive the phenomenon of the *oppida* in relation to a series of social, political and cultural aspects, in the context of southern *Callaecia* between the second century BC and the first century AD.

Resumen alargado

Las dinámicas de interacción socio-cultural entre las comunidades indígenas y Roma en el Noroeste Peninsular son el foco de esta investigación. Se pretende que este trabajo constituya una contribución de ámbito regional para complementar los estudios de síntesis existentes en la literatura. Mientras estos estudios de síntesis nos permiten acceder a una visión más genérica y sintetizada, los estudios regionales nos permiten entender mejor las particularidades históricas de cada territorio, asumiendo la diversidad de contextos y de experiencias de la llamada "cultura castreja" del Noroeste Peninsular. Por otro lado, es esencial para investigar los contextos arqueológicos de transición, en este caso entre la Edad del Hierro y la época Romana, tener siempre en cuenta la alta especificidad y complejidad de este tipo de contextos, en los que los procesos de cambio social siempre implican continuidades y mudanzas, dando lugar a procesos de negociación sociales que originan la formación de identidades híbridas que se manifiestan en la reutilización de diversos elementos de la cultura material.

El análisis de los paisajes de poder que materializan las dinámicas sociales y territoriales que se produjeron a finales de la Edad de Hierro y principios de época Romana en el Noroeste Peninsular es el foco central de esta investigación. Se identifica la necesidad de desarrollar nuevos y innovadores métodos de trabajo, en combinación con una solidez teórica y un rigor empírico, cuyas interpretaciones permitan la creación de un nuevo conocimiento que tenga aplicabilidad a otros contextos. Esta investigación se desarrolló desde una perspectiva teórica de la arqueología del paisaje. Por lo tanto, se adoptó una perspectiva diacrónica y una metodología interdisciplinaria, tratando de ampliar las metodologías utilizadas tradicionalmente en este tipo de estudios, en particular con el uso de las tecnologías geoespaciales, en un intento de caracterizar la

estructura del poblamiento y del territorio en este periodo y área geográfica. El objetivo principal de este estudio radica en tratar de caracterizar la organización socio-política de las comunidades indígenas del Noroeste Peninsular, especialmente en su zona sur, a finales de la Edad de Hierro y inicios de época Romana.

Nuestra área de estudio es la región del Alto Támega y Cávado. Se trata de una zona fronteriza y de hibridación cultural, por lo menos desde la Edad del Hierro, pues se encuentra precisamente en la transición entre el área de los *oppida* occidentales y los pequeños castros del este. Esta área registró un proceso intensificación económica, aunque más centrado en la exploración de los recursos minerales, en lugar de la explotación y la intensificación agrícola, lo que ha dado lugar a una estructuración territorial muy específica y a una expresión de la desigualdad muy particular.

Se presenta un análisis de las dinámicas territoriales y de los procesos de continuidad y cambio social, así como las diferentes economías políticas y estrategias de poder, que tienen lugar en un momento en que ocurren complejos procesos de interacción cultural, en particular con el mundo mediterráneo, bien como una creciente negociación social y identitaria. Se plantea una definición y aclaración de los diferentes modelos de asentamiento y de las diversas formas de organización territorial en época prerromana y romana. La base fundamental de este trabajo es la objetivación de los criterios locacionales y territoriales de cada poblado con el fin de discriminar las decisiones sociales que llevaron a la elección de un sitio en particular, una vez que distintos modelos locacionales y territoriales se pueden asociar con diferentes contextos culturales y con diferentes formas de organización territorial y socio-política.

Sin embargo, es de señalar que este trabajo tiene un sentido comparativo, tratando de analizar la variabilidad en lugar de una reconstrucción positiva de las condiciones que pueden haber influido en la ubicación de los sitios. Además, parte de la diversidad regional y la diversidad cultural, ya que más de un todo homogéneo con una evolución unilineal, debemos, en primer lugar, y de acuerdo con una perspectiva postcolonial, contemplar una multitud de experiencias históricas particulares a diferentes escalas antes y después de la llegada de Roma.

Después de los primeros contactos con Roma, se documenta una compleja estructuración del poblamiento indígena del Noroeste, que se manifiesta en el pleno desarrollo de grandes asentamientos de tipo *oppidum*, que actúan como verdaderos lugares

centrales desde el punto de vista político. Este fenómeno, que se desarrolló con anterioridad a la creación generalizada de nuevos asentamientos romanos, es arqueológicamente más visible en la parte sur de Galicia y norte de Portugal, donde los procesos de "oppidización" son más masivos y prematuros.

Todavía, este proceso de sinecismo y de jerarquía entre los asentamientos puede ser el resultado de dinámicas anteriores, ya que no podemos descartar las complejas particularidades históricas de las comunidades indígenas, como parece suceder en otros territorios europeos. Obviamente que el contacto y la presión romana pueden haber precipitado y acelerado este proceso, a pesar de no haber sido un proceso con un solo sentido y monocausal. Debemos percibir a los *oppida* en relación estructural con toda una serie de fenómenos sociales, políticos y culturales que ocurren en el sur de *Callaecia* entre los siglos II a.C. y I d.C..

El problema que está en la base de este trabajo se relaciona con el análisis del impacto de la interacción y la conquista romana en las comunidades indígenas, especialmente con respecto a los cambios en los patrones de asentamiento y a las formas de organización y explotación del paisaje.

En un intento por tratar de aclarar esta cuestión, se definió como objetivo principal de esta tesis caracterizar las transformaciones políticas y sociales que han tenido lugar en el paisaje en la transición entre la Edad del Hierro y la época Romana en la región del Alto Támega y Cávado.

Para corroborar este objetivo principal, se han definido también objetivos más específicos: definir los distintos modelos de poblamiento fortificado en la zona geográfica en estudio; identificar las estrategias de subsistencia y de aprovechamiento de los recursos naturales por las comunidades indígenas; analizar el proceso de interacción cultural entre las comunidades indígenas y Roma, la llamada "romanización", proponiendo un modelo dinámico de integración en el Imperio Romano; analizar el potencial de nuevos métodos de trabajo, como las tecnologías geoespaciales, para caracterizar los paisajes arqueológicos de transición; y verificar la viabilidad de las tecnologías geoespaciales en la corroboración de las hipótesis de trabajo formuladas.

Tal como ya se comentó, esta investigación se centró en el análisis del contexto histórico de finales de la Edad del Hierro y inicios de época Romana en un área en particular, el Alto Támega y Barroso. Esta zona tiene la particularidad de que no comparte los rasgos que caracterizan a las zonas contemporáneas más cercanas, sobre todo en

relación al área de los "*oppida* bracarenses". Las principales características de esta última zona son, en resumen, las siguientes: desarrollo de un modelo complejo de grandes castros o *oppida*, con poblados más pequeños en su posible dependencia política; notable intensificación en la ocupación y explotación del territorio, superándose un modelo de producción puramente de subsistencia con el desarrollo de una economía de más amplia escala; cambios significativos en la cultura material, con el aumento de los elementos relacionados con un comercio de larga distancia y el cambio en las formas de la cultura material local; desarrollo de modelos arquitectónicos complejos (como las llamadas casa-patio o la propia plástica decorativa).

Sin embargo, nuestra área de estudio difiere de estas características, o al menos no las expresa con la misma claridad y visibilidad. Así, procuramos entender que es lo que sucede de forma diferente y específica en esta área y los resultados de nuestro análisis nos permiten avanzar las siguientes ideas: zona fronteriza y de hibridación cultural, ubicándose precisamente en la transición entre el área de "*oppida* bracarenses" y el área de los pequeños castros de Trás-os-Montes Oriental y el noroeste de Zamora; se registran procesos de intensificación económica, aunque más centrados en la explotación de los recursos minerales, en lugar de la explotación y la intensificación de la agricultura; estructuración territorial muy específica con el desarrollo de formas particulares de expresión de la desigualdad, que no se basan en la concentración de población y funciones en los *oppida*, sino más bien un modelo representado por el Outeiro Lesenho donde se monumentaliza y individualiza el sitio de forma excesiva hacia el exterior como una forma de reafirmarse en el territorio ante el resto de la comunidad; la centralización de esta área habría sido principalmente simbólico-religiosa; como en otros ámbitos, también en este caso hay cambios significativos en época romana, aunque nuestro análisis sugiere que no se basa tanto en la creación desde cero de un modelo de explotación minera del territorio, sino en la transformación de la escala, la organización y las formas de la economía política de dicha explotación; propuesta de lectura alternativa del proceso de "romanización" en base a las corrientes teóricas del poscolonialismo y de la arqueología simétrica.

Es esencial analizar los contextos arqueológicos de transición, en este caso entre la Edad del Hierro y la época Romana, teniendo en cuenta su gran especificidad y complejidad, donde se producen procesos de negociación social que dan lugar a identidades híbridas que se manifiestan en la reutilización de los diversos elementos de la cultura material. En este trabajo se van a analizar diversos contextos de reutilización a diferentes escalas, desde la cultura material hasta los paisajes arqueológicos.

El "becoming roman" es un paso previo y fundamental del "being roman", donde la libertad de creación de identidades híbridas a través de la cultura material puede conducir, en última instancia, a la asimilación de la identidad imperial romana por las sociedades indígena, tratándose, sin duda, de un proceso de resiliencia cultural al cambio social. Creemos que las poblaciones locales utilizan tanto elementos nativos como romanos para crear un proceso en el que los nuevos elementos culturales se obtienen a través de la asignación de nuevas funciones a otras ya existentes. Por lo tanto, asistimos a la creación dinámica de una nueva identidad cultural híbrida, una expresión de los medios por los cuales las comunidades locales en esta región han negociado su integración en el estado romano.

El estímulo de la presencia romana desde finales del siglo II a.C. puede haber dado lugar a un proceso de auto-organización indígena frente a la creciente demanda de materias primas por parte de Roma, siendo de destacar en el Noroeste Peninsular una respuesta diferente a este contacto, que se debe entender de cara a la acción desigual de Roma, pero también por las distintas particularidades históricas de ámbito regional que han dado lugar a diferentes grados de complejidad sociopolítica de las sociedades indígenas. Así, la presencia de Roma, junto con las dinámicas endógenas de las comunidades indígenas, ha catalizado un proceso de centralización que se materializó en la construcción de los llamados *oppida*.

En pocas palabras, podemos considerar que la mayor complejidad social de las comunidades del sur del Noroeste de la Península Ibérica facilitó su rápida asimilación, por lo que la "romanización" no se ha limitado a un proceso unidireccional y excesivamente agresivo, aunque la violencia, real o simbólica, también ha formado parte del proceso, pero también la interacción y la negociación social. Fue, de este modo, un complejo proceso de transformación histórica que tuvo lugar en la región desde el final del siglo II a.C. y que se acentuó a partir de la organización provincial con Augusto.

La región del Alto Tâmega y Cávado tiene una marcada especificidad, una vez que se encuentra en una zona de transición cultural entre la Meseta y el litoral atlántico, recibiendo influencias culturales de ambas áreas. Proponemos que el Outeiro Lesenho fuera, en la transición entre la Edad del Hierro y la época Romana, el centro político de la región, delimitada por una serie de cadenas montañosas, a saber: al oeste las sierras de Gerês y Cabreira, al Norte la sierra del Larouco, al sur la sierra do Alvão y al este la sierra da Padrela. En este sitio residiría, muy probablemente, una minoría social, quizás una élite, que se representaba a través de la construcción monumental y de la arquitecturización de un monumento natural, estando la restante población dispersa por el

territorio, aunque de forma totalmente organizada, en el contexto de una compleja economía política, sustentada por la explotación de los recursos minerales metálicos. Los castros más pequeños, como Carvalhelhos, que tienen una localización muy particular en el paisaje, por lo general en meandros de ríos y en valles cerrados, estarían aparentemente especializadas en esta actividad productiva, aunque ciertamente no de forma exclusiva, mientras que otros poblados controlaban áreas específicas de este territorio, especialmente las zonas donde se ubican estos castros más pequeños, teniendo sistemáticamente intervisibilidad con el Outeiro Lesenho, como vimos en el caso del Castro do Pedrário.

Hasta ahora los estudios sobre paisajes mineros siempre se han centrado en la dominación romana. En este estudio tratamos de demostrar que este paisaje minero comenzó a formarse en época prerromana a partir de patrones locales de organización espacial, habiéndose seguramente transformado en época Romana.

Teniendo en cuenta los datos disponibles, podemos ubicar temporalmente este proceso entre el final del siglo II a.C. y principios del I d.C., por lo que fue sin duda contemporáneo, al menos desde mediados/finales del siglo I a.C., con la presencia militar romana, que pudo haber contado con la participación de tropas auxiliares indígenas. Esta presencia militar romana se puede poner en relación con una primera organización, control y explotación del territorio. Lo que no es aun totalmente claro es la relación concreta entre el ejército romano y las comunidades indígenas, que muy posiblemente sería sancionada mediante el establecimiento de pactos. Estos pactos reflejarían las relaciones de poder entre el Imperio Romano y las sociedades indígenas, pero al menos en la parte sur del Noroeste Peninsular, buscaban antes la consolidación, y no la creación, de un grupo local dominante que hiciera factible la dominación y la explotación imperial romana. Este grupo local dominante estaría representada socialmente por la estatuaría guerrera.

A partir de mediados del siglo I d.C., cuando la identidad imperial romana ya se encontraba definitivamente asimilada por las comunidades indígenas, todo cambia profundamente, creándose nuevas centralidades territoriales, estando ya esta área integrada en el paisaje provincial romano, compuesta por un compleja red viária, zonas mineras perfectamente organizadas y delimitadas, junto con una amplia red de nuevos asentamientos abiertos, en zonas de valle, cerca de las vías y de las las mejores tierras agrícolas y de los recursos minerales.

Por lo tanto, se considera que esta tesis puede tener implicaciones para una mejor comprensión de las dinámicas de interacción socio-cultural entre Roma y las comunidades

indígenas, proponiéndose un modelo de integración dinámico de estos últimos en el Imperio Romano, que se adapta a intereses de ambas partes, y se basa también en los diferentes particularismos históricos y desiguales grados de complejidad sociopolítica de las sociedades indígenas, lo que llevó a una respuesta diferenciada en relación al contacto con Roma.

Las principales aportaciones metodológicas de esta tesis están relacionados con la aplicación de nuevas herramientas y tecnologías geoespaciales, en particular para la caracterización y análisis de los sitios y paisajes arqueológicos en estudio, así como para la resolución de problemas históricos concretos.

Las tecnologías geoespaciales son fundamentales para el análisis del registro arqueológico, que tiene una eminente dimensión espacial. En cualquier estudio de poblamiento antiguo es ya recurrente el uso de estas tecnologías, en particular los SIG. Es de destacar el enorme potencial de las técnicas de teledetección, en particular de la fotogrametría y del LiDAR aéreo, en la investigación arqueológica. Estas técnicas nos permiten localizar, identificar, documentar, mapear, investigar y incluso proteger y administrar de una manera no invasiva el registro arqueológico, desde un objeto hasta un paisaje arqueológico. Sin embargo, es importante utilizar estas tecnologías de una manera crítica y reflexiva, no porque su uso está de moda o porque los productos generados son visualmente atractivos, sino porque nos permite interactuar con el registro arqueológico de una manera diferente, pero complementaria a los procesos de trabajo arqueológicos más convencionales, basado en sólidas preguntas de investigación explícitamente formuladas.

Consideramos que la metodología de análisis locacional que seguimos nos permitió una buena aproximación a las condiciones de localización de los sitios en estudio, aunque este análisis sin duda se puede mejorar mediante la introducción de nuevas variables de análisis, tanto naturales como culturales, así como con la multiplicación de las escalas de trabajo y el análisis comparativo de nuevos casos de estudio.

Por otro lado, y como hemos intentado demostrar al largo de este trabajo, consideramos que es esencial haber un cruce entre el trabajo realizado con el uso de las tecnologías geoespaciales y el registro arqueológico disponible, con el fin de mejorar y de tornar más robustos nuestros modelos interpretativos históricos.

Una de las cosas que, por supuesto, limita este tipo de trabajo se refiere a la cantidad y calidad de datos arqueológicos disponibles. Para nuestra área de estudio, la información arqueológica disponible era más bien escasa. Hay hasta ahora pocas

excavaciones arqueológicas en contextos de finales de la Edad del Hierro y inicios de época romana, con algunas claras excepciones, como el Castro Carvalhelhos, que, debido a ser una excavación antigua, sólo hemos logrado extraer información fragmentaria, aunque bastante útil y interesante, tal como se ha presentado y discutido.

Otro factor claramente determinante en los estudios de arqueología del paisaje que se cruzan con la aplicación de tecnologías geoespaciales, se refiere a la disponibilidad de información geográfica. Como estamos trabajando en una región fronteriza, nos hemos dado cuenta de la cruda diferencia entre la cantidad y la calidad de información geográfica a disposición en Galicia y el norte de Portugal, con un claro déficit para la región portuguesa. Toda la información geográfica en Galicia y, por extensión, en España es libre y gratuita, de diferentes tipos, escalas y formatos, en contraposición a lo que sucede en Portugal, donde el acceso a la información geográfica es muy limitada, y sólo recientemente alguna de ella ha empezado a ser distribuida a través de servicios de *web-mapping*, que, en la mayoría de los casos, no permite su descarga directa.

La profundización de la investigación crea inevitablemente nuevas preguntas y nuevas direcciones en la investigación. Finalizado este trabajo, pretendemos seguir desarrollando y ampliando el estudio de los paisajes arqueológicos de transición de una manera cada vez más interdisciplinar, multi-escala y comparativa. En concreto, consideramos de especial interés profundizar en la comprensión de los complejos procesos de interacción entre las comunidades indígenas y el ejército romano, al que simplemente nos hemos acercado en este trabajo de investigación de forma muy genérica y parcelar, dada la dificultad de localización e identificación segura de contextos militares romanos, que pueden materializarse de diversas maneras, desde su instalación en emplazamientos de nueva planta, hasta la reocupación de antiguos poblados indígenas. Consideramos de igual forma interesante profundizar el análisis de nuevos casos de estudio de reutilización de la cultura material, como materializaciones de los complejos procesos de contacto cultural que dan lugar a formas y contextos de resistencia y de hibridación cultural, como algunos de los que hemos abordado en esta tesis.

Agradecimentos

Queria começar por agradecer ao meu orientador, César Parcero Oubiña, e aos meus co-orientadores, Alfredo González Ruibal e Maria da Conceição Lopes, sem os quais esta tese não teria sido possível! Ajudaram-me em tudo e mais alguma coisa. Estou extremamente grato por todos os conselhos e orientação que me deram. Queria também agradecer ao meu tutor, Marco V. García Quintela, por se ter mostrado sempre interessado e disponível.

Um agradecimento muito particular vai para Pastor Fábrega Álvarez, que me ajudou e auxiliou em toda a componente técnica da tese. Uma palavra especial de gratidão vai para todos os meus colegas do Instituto de Ciencias del Patrimonio (Incipit), Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC), onde existe um ambiente de trabalho e de companheirismo excepcional. Bem hajam! Foi a melhor coisa que poderia ter feito há 8 anos quando parti para Santiago para a aventura. Queria aprender novas coisas, e, sem dúvida, que as aprendi! Uma palavra de admiração a Felipe Criado Boado, director do Incipit, uma mente brilhante.

Foram tantas as pessoas que me ajudaram ao longo desta tese, que não quero cair no erro de me esquecer de alguém.

Uma palavra de reconhecimento aos meus professores e colegas da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, em particular a Manuela Martins, Francisco Sande Lemos, Helena Paula Abreu de Carvalho e Luís Fontes.

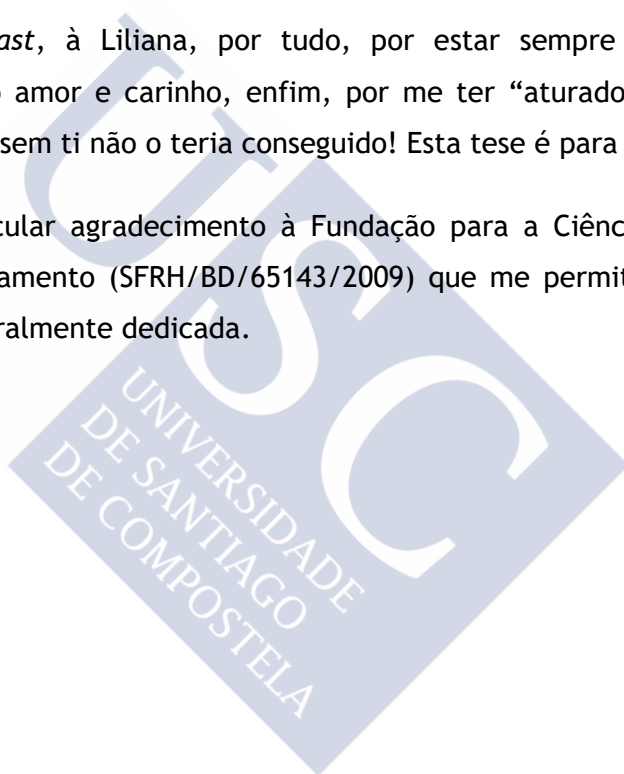
De uma forma mais particular, quero também agradecer a Alexandre Lima, Luís Gonçalves Seco, José Alberto Gonçalves, Elin Figueiredo, Beatriz Comendador Rey, José

Costa, Manuel Gago, David González Álvarez, Andrés Menéndez Blanco, Carlos Marín Suárez, Roberto Rodríguez, Gonçalo Cruz, Joana Valdez-Tullett, Ioana Oltean, Richard Hingley, Hugo Pires, Maria João Correia Santos. Todas estas pessoas ajudaram-me em diferentes momentos e partes da tese, contribuindo de forma significativa para a mesma.

Centro-me agora nos agradecimentos mais familiares. Aos meus pais, que sempre me deram e fizeram tudo. Grande parte desta tese é vossa! À minha irmã, meu *role model*, ao Nuno, por estar sempre disponível para me ouvir, aconselhar e ajudar ao longo dos meus projectos, e aos meus sobrinhos, que me possibilitaram um escape à realidade “tese”. Uma palavra de reconhecimento à Mitsubishi Strakar do meu pai, que me levou a sítios que de outra forma não conseguiria ter chegado.

Last but not the least, à Liliana, por tudo, por estar sempre presente, pela paciência, pela ajuda, pelo amor e carinho, enfim, por me ter “aturado” e continuar a “aturar”. Não foi fácil, mas sem ti não o teria conseguido! Esta tese é para ti!

Por último, um particular agradecimento à Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) pela bolsa de doutoramento (SFRH/BD/65143/2009) que me permitiu realizar esta investigação de forma integralmente dedicada.



Índice

Resumo	viii
Abstract	x
Resumen alargado.....	xii
Agradecimentos	xx
Índice	xxii
Índice de figuras.....	xxiv
Índice de tabelas e gráficos	xxxv
Abreviaturas e Símbolos	xxxvii
Capítulo 1 - Introdução e enquadramento teórico-metodológico.....	40
1.1. Introdução	40
1.2. Problemática e objectivos	41
1.3. Estrutura da dissertação.....	42
1.4. Enquadramento teórico: Arqueologia da Paisagem e “outras Arqueologias”	43
1.5. Enquadramento metodológico: Tecnologias geoespaciais	46
Capítulo 2 - “Oppidização” e “romanização” no Noroeste Peninsular - estado da arte	50
2.1. “Oppidização”	51
2.1.1. Revisão da literatura	51
2.1.2. Novas perspectivas	54
2.1.3. Estrutura territorial dos <i>oppida</i> e economia política	61
2.2. “Romanização”	69
2.2.1. Revisão da literatura	71
2.2.2. Novas perspectivas	75
2.2.3. Principais alterações em época romana	83
2.2.4. Bracara Augusta.....	85
Capítulo 3 - Material e métodos.....	90
3.1. Abordagem e hipóteses de trabalho	90
3.2. Metodologia: análise locacional	90
3.3. Dados usados	96

Capítulo 4 - Análise das formas básicas de povoamento fortificado no Alto Tâmega e Cávado.....	98
4.1. Enquadramento e justificação da área de estudo.....	98
4.2. Sítios-modelo.....	102
4.2.1. Outeiro Lesenho	104
4.2.2. Castro do Pedrário.....	118
4.2.3. Castro de Carvalhelhos	121
4.3. Comparação locacional dos sítios-modelo	135
4.4. Excepções locais.....	140
4.5. Produção agrícola	145
Capítulo 5 - Explorando em detalhe as formas de povoamento fortificado no Alto Tâmega e Cávado: a paisagem da mineração.....	164
5.1. Discussão prévia: A questão da mineração pré-Romana e Romana.....	164
5.2. A mineração de estanho como factor locacional	166
5.2.1. Vale do Rio Beça (Boticas, Portugal)	169
5.2.2. Vale do Rio Avelames (Vila Pouca de Aguiar, Portugal)	179
5.2.3. Vale do Rio Louredo (Ribeira de Pena, Portugal).....	182
5.2.4. Vale do Rio Tâmega (Verín, Ourense, Espanha)	190
5.2.5. Vale do Rio Salas (Baltar, Ourense, Espanha).....	198
5.3. A mineração de ouro como factor locacional	206
5.3.1. Vale Superior do Rio Terva (Boticas, Portugal)	208
5.3.2. Vale Superior do Rio Tinhela (Vila Pouca de Aguiar, Portugal).....	230
5.4. A problemática dos “castros mineiros” de época romana	249
Capítulo 6 - Formas de ocupação da paisagem não fortificadas no Alto Tâmega e Cávado	262
6.1. O Exército Romano	262
6.2. Aquae Flaviae	287
6.3. Via XVII	298
6.4. Povoamento, rede viária e mineração	317
6.5. Cultura material, identidade e mudança social	329
Capítulo 7 - Síntese interpretativa e perspectivas futuras	354
7.1. Conclusões históricas	354
7.2. Conclusões metodológicas	358
7.3. Limitações e perspectivas futuras	359
Interpretative synthesis and future perspectives	362
Referências	370

Índice de figuras

Figura 1: Castro de San Cibrán de Lás (© Parque Arqueológico da Cultura Castrexa).	54
Figura 2: Planta esquemática do Castro do Vieito (Silva, 2015: 16, Fig. 3).....	57
Figura 3: Recinto de Campos a partir da ortofotografia do voo USAF de 1958 (Costa-García et al., 2015).	58
Figura 4: Mineração romana da zona do Baixo Minho com a localização do recinto de Campos (adaptado a partir de Currás-Refojos & López-González, 2011: 184, Fig. 1).	59
Figura 5: Visibilidade do recinto de Campos e traçado da Via XIX (Rodríguez-Colmenero et al., 2004).	60
Figura 6: Citânia de Santa Luzia, que controla a foz do rio Lima (© Direcção Regional de Cultura do Norte).	66
Figura 7: Citânia de Briteiros, que controla o médio vale do rio Ave (© Sociedade Martins Sarmento).	67
Figura 8: Castro do Monte Mozinho (© Rede de Castros do Noroeste).	67
Figura 9: Duas contas policromas de pasta vítrea aparecidas em S. Caetano, Chaves (Cardoso, 1943, 113, Fig. 3, sem escala).	68
Figura 10: Imagem aérea de Braga com a localização do Castro Máximo (A) e do balneário pré-romano (B). Adaptado de http://avenidacentral.blogspot.com/2008/07/o-castro-mximo-sms-este-caracterstico.html	87
Figura 11: Contexto regional de <i>Bracara Augusta</i>	89
Figura 12: Área de estudo.	101
Figura 13: Localização da área de estudo em relação às bacias hidrográficas do Douro e Cávado (© Atlas Digital do Ambiente, Agência Portuguesa do Ambiente).	102
Figura 14: Localização dos castros integrantes dos modelos locais definidos.	104
Figura 15: Outeiro Lesenho.	105
Figura 16: Ortofotografia do voo USAF de 1958 (A) e ortofotografia actual (Ortos_DGRF_2004_06) (B). Planta do Outeiro Lesenho com os seus vários recintos e portas assinaladas (C) (© Câmara Municipal de Boticas).....	108

Figura 17: Diagrama de mobilidade interna do Outeiro Lesenho tendo em conta as portas conhecidas.	109
Figura 18: Diagrama de mobilidade interna do Outeiro Lesenho tendo em conta as portas conhecidas e outras hipotéticas (assinaladas com uma interrogação).	109
Figura 19: Reconstituição idealizada do Outeiro Lesenho (desenho de Anxo Rodríguez Paz, Incipit-CSIC).....	110
Figura 20: “Total viewshed” num <i>buffer</i> de 20 km a partir do Outeiro Lesenho (ao centro) (Llobera et al., 2010).	111
Figura 21: Comparação da superfície doméstica (sombreado) entre a Citânia de Briteiros (à esquerda) (© Gonçalo Cruz, Sociedade Martins Sarmento) e o Outeiro Lesenho (à direita). .	114
Figura 22: Cerâmicas da Segunda Idade do Ferro provenientes do Outeiro Lesenho (Martins et al., 2010, 2011).	117
Figura 23: Fíbula aucissa do Outeiro Lesenho antes (A) e depois (B) da sua conservação e restauro no Museu D. Diogo de Sousa em Braga.....	117
Figura 24: Levantamento topográfico do Castro do Pedrário à escala 1:500 (© Direcção Regional de Cultura).	118
Figura 25: Fotointerpretação do Castro do Pedrário com base num MDT interpolado a partir de dados LiDAR (PNOA-IGN).	119
Figura 26: Castro do Pedrário.	120
Figura 27: Fragmentos cerâmicos provenientes do Castro do Pedrário.....	121
Figura 28: Vistas aéreas do Castro de Carvalhelhos (© Centro de Memória de Torre de Moncorvo).	122
Figura 29: Santos Júnior com a sua famosa bengala que servia de escala durante as escavações que levou a cabo no Castro de Carvalhelhos (© Centro de Memória de Torre de Moncorvo)..	122
Figura 30: Algumas fotografias tiradas por J. R. dos Santos Júnior por alturas das escavações que levou a cabo no Castro de Carvalhelhos (© Centro de Memória de Torre de Moncorvo).	124
Figura 31: Algumas fotos dos anos 50 e 60 do século XX de J. R. Dos Santos Júnior que documentam a exploração mineira de estanho na envolvente do Castro de Carvalhelhos (© Centro de Memória de Torre de Moncorvo).	125
Figura 32: Mapa de 1904 depositado na Direcção-Regional de Economia do Norte onde se assinalam algumas “escavações antigas” na envolvente do Castro de Carvalhelhos.....	125
Figura 33: Ortofotografia do voo USAF de 1958 da zona de Carvalhelhos, altura em que as Minas de Carvalhelhos estavam em pleno funcionamento e as escavações de Santos Júnior no Castro de Carvalhelhos tinham começado nessa década.	126
Figura 34: Moeda <i>caetra</i> procedente do Castro de Carvalhelhos, actualmente na exposição permanente do CEDIEC.....	127
Figura 35: Alguma da cultura material procedente das escavações de J. R. dos Santos Júnior no Castro de Carvalhelhos.....	127
Figura 36: Planta do Castro de Carvalhelhos (Júnior, 1966: Fig. 1).	129

Figura 37: Esquema da rede de fossos do Castro de Carvalhelhos (Júnior, 1973: 209).	129
Figura 38: Localização do Castro de Carvalhelhos na Carta Militar nº 46 à escala 1:25.000 do IGeoE (em cima); Modelo 3D do Castro de Carvalhelhos (em baixo).	131
Figura 39: Extracto da carta geológica nº6B à escala 1:50.000 da envolvente do Castro de Carvalhelhos. De notar a associação Estanho (Sn), Nióbio (Nb) e Tântalo (Ta) nalgumas localizações e Tungsténio (W) e Estanho noutras.	132
Figura 40: Localização do sítio onde, segundo as descrições de Santos Júnior (1958: 48-50), apareceu o depósito de 200 kg de cassiterite e teores de estanho (ppm) em sedimentos de corrente na envolvente do Castro de Carvalhelhos (Pires, 1995) sobre ortofotografia actual (Ortos_DGRF_2004_06).	133
Figura 41. Escórias de estanho do Castro de Carvalhelhos.	134
Figura 42: Possível lingoteira proveniente do Castro de Carvalhelhos e actualmente depositada no Museu de História Natural da Universidade do Porto.	135
Figura 43: Visibilidade dos castros do Lesenho, Pedrário e Carvalhelhos. De notar a intervisibilidade entre o Pedrário e o Lesenho.	139
Figura 44: Localização do Outeiro do Pardo e do Couto de Mouros sobre a Carta Militar nº 46 à escala 1:25.000 do IGeoE (à esquerda) e sobre ortofotografia actual (Ortos_DGRF_2004_06) (à direita).	143
Figura 45: Gravura rupestre do Outeiro do Pardo representando um possível jogo de tabuleiro medieval.	143
Figura 46: Esquema sequencial (da esquerda para a direita) do Jogo do Moinho (adaptado de Fernandes & Alberto, 2009: 24, Figs. 30 e 31).	144
Figura 47: Localização do Castro de Ervas Ruivas sobre a Carta Militar nº 59 à escala 1:25.000 do IGeoE (à esquerda) e sobre ortofotografia actual (Ortos_DGRF_2004_06) (à direita).	145
Figura 48: Grão de <i>Panicum miliaceum</i> (Tereso, 2012: 88, Fig. 4.6).	146
Figura 49: Grão de <i>Triticum dicoccum/spelta</i> (Tereso, 2012: 89, Fig. 4.7).	147
Figura 50: Fotografias da década de 60 do século XX tiradas por J. R. dos Santos Júnior no Castro de S. Vicente da Chã, onde se observa o processo de escavação ao longo das muralhas para se porem “à vista” e serem restauradas (© Centro de Memória de Torre de Moncorvo).	148
Figura 51: Ortofotografia actual (Ortos_DGRF_2004_06) (em cima) e ortofotografia de 1949 do voo SPLAL do Castro de S. Vicente da Chã (em baixo).	149
Figura 52: Castro de S. Vicente da Chã em 1963 antes (à esquerda) e depois da construção da barragem em 1972 (à direita) (© Centro de Memória de Torre de Moncorvo).	150
Figura 53: Perspectiva actual do Castro de S. Vicente da Chã, com a Serra do Barroso ao fundo. .	150
Figura 54: Área onde se centrou a documentação realizada no Castro de S. Vicente da Chã na ortofotografia de 1949 do voo SPLAL.	151
Figura 55: Vista geral das estruturas documentadas com GPS diferencial sobrepostas à ortofoto obtida por fotogrametria SfM a partir das fotos aéreas tiradas com um globo (Fonte, Fábrega-Álvarez, et al., 2012).	152
Figura 56: Evidência de corte e marcas de pico na rocha.	153

Figura 57: Diferença entre os possíveis buracos de poste (à esquerda) e as pias tipo pilão (à direita).	153
Figura 58: Fragmento de mó giratória.	154
Figura 59: “Caldeira do tesouro” do Castro de S. Vicente da Chã (Júnior & Isidoro, 1963: 181, Fig. 1).	155
Figura 60: Alguns detalhes das estruturas documentadas, incluindo pias tipo pilão (em cima) e a “caldeira do tesouro” com o respectivo canal (em baixo).	155
Figura 61: Paralelo etnográfico de um pio de piar os milhos (Dias, 1949: 328, Fig. 1)	156
Figura 62: Fragmento de uma enxada de ferro proveniente do Castro de S. Vicente da Chã (© Museu de História Natural da Universidade do Porto).	157
Figura 63: Perspectiva actual da plataforma Este do Castro de S. Vicente da Chã.	158
Figura 64: Fragmento de barro com negativo (à esquerda) e com vestígios de reboco (à direita) proveniente do Castro de S. Vicente da Chã.	159
Figura 65: Pedra decorada proveniente do Castro de S. Vicente da Chã, sem escala.	160
Figura 66: Detalhe do terminal de um dos torques provenientes da região flaviense (Ladra, 2009: 233: Fig. 5).	160
Figura 67: Mapa das ocorrências minerais de estanho no Norte de Portugal (© SIORMINP-LNEG)...	168
Figura 68: Localização das zonas do vale do rio Beça (A), Avelames (B), Louredo (C), Tâmega (D) e Salas (E) com indicação da densidade de ocorrências minerais de estanho (Fonte: SIORMINP-LNEG e IGME - Base de Datos de Metalogenia) em relação à área de estudo.	168
Figura 69: Zona mineira de estanho do Alto Tâmega a partir da carta geológica à escala 1:200.000 (folha 2).	169
Figura 70: Bateia utilizada na exploração de estanho de aluvião durante o século XX.	170
Figura 71: “Apanhistas” na zona das Minas da Borralha (© Ecomuseu Casa do Capitão, Salto-Montalegre).	170
Figura 72: Fragmento de pegmatito mineralizado com cassiterite que se encontra em casa de um particular em Dornelas (Boticas) que trabalhou na década de 60 do século passado na apanha do estanho.	171
Figura 73: Extracto da carta geológica nº 6C à escala 1:50.000 da envolvente do vale do rio Covas, com a localização do Castro do Poio. De notar as ocorrências minerais de estanho e os filões pegmatíticos mineralizados com cassiterite (linhas vermelhas).	172
Figura 74: Fotointerpretação do Castro do Poio.	175
Figura 75: Teores de estanho (ppm) em sedimentos de corrente na envolvente do Castro do Poio (Pires, 1995) sobre ortofotografia actual (Ortos_DGRF_2004_06).	176
Figura 76: Fragmentos cerâmicos provenientes da escavação arqueológica realizada em 2013 no Castro do Poio.	177
Figura 77: Reconstituição idealizada do processo construtivo do Castro do Poio (desenho de Anxo Rodríguez Paz, Incipit-CSIC).	178

Figura 78: Extracto da carta geológica nº 6D à escala 1:50.000 da envolvente do vale do Avelames, com a localização do Castelo e Crasto de Pensalvos e as minas de estanho do Lombo Gordo.	179
Figura 79: Visibilidade do Crasto de Pensalvos e intervisibilidade com o Outeiro Lesenho.	181
Figura 80: Extracto da carta geológica nº6C e 10A à escala 1:50.000 da envolvente do vale do rio Poio, com destaque para as minas de estanho de Adoria e da Fonte.	183
Figura 81: Visibilidade do Alto da Subidade. De notar a intervisibilidade com o Outeiro Lesenho e com a zona onde apareceu a Pedra da Póvoa.	185
Figura 82: Pedra da Póvoa (Fonte, Estévez, Alves, & Noia, 2009: 164, Fig. 2).	187
Figura 83: Recriação da paisagem da envolvente da Pedra da Póvoa, com o Alto da Subidade assinalado em baixo (desenho de Anxo Rodríguez Paz, Incipit-CSIC) (Fonte et al., 2009: 165, Fig. 3).	188
Figura 84: As denominadas “pedras onfálicas” do Noroeste Peninsular (González-Ruibal, 2006a: 549; Fig. 4.180).	189
Figura 85: “Mapa de las Minas de Estaño de el Valle de Monte-Rey” (1786) (Fonte: http://www.mcu.es/ccbae/es/consulta/registro.cmd?id=180962).	190
Figura 86: Localização dos castros de Sobrañal, Grande e Pequeno na folha nº 303 do Mapa Topográfico Nacional de España 1:25.000 (IGN).	191
Figura 87: Extracto da folha 303 do Mapa Geológico de Espanha à escala 1:50.000 e recursos minerais metálicos (Fonte: IGME - Base de Datos de Metalogenia), com a localização dos castros do Sobrañal, Grande e Pequeno.	192
Figura 88: Localização dos castros de Saceda e da Cidá San Millán na folha nº32 do Mapa Topográfico Nacional de España 1:25.000 (IGN).	193
Figura 89: Castro de Saceda: MDS (A) (LiDAR PNOA-IGN) e ortofotografia do voo USAF de 1956 (B) (IDEG-Xunta de Galicia) e actual (C) (PNOA-IGN).	194
Figura 90: Castro da Cidá de San Millán: MDS (A) (LiDAR PNOA-IGN) e ortofotografia do voo USAF de 1956 (B) e actual (C).	195
Figura 91: <i>Phalera</i> procedente do Castro da Cidá de San Millán (© Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, Gobierno de España, Red Digital de Colecciones de Museos de España, CER.ES - Colecciones en Red, Museo Arqueológico Provincial de Ourense, sem escala).	195
Figura 92: Extracto da folha 302 do Mapa Geológico de Espanha à escala 1:50.000 e recursos minerais metálicos (Fonte: IGME - Base de Datos de Metalogenia), com a localização dos castros de Saceda e da Cidá de San Millán.	198
Figura 93: Localização do Castro de Outeiro de Baltar na folha nº32 do Mapa Topográfico Nacional de España 1:25.000 (IGN).	199
Figura 94: Extracto da folha 302 do Mapa Geológico de Espanha à escala 1:50.000 e recursos minerais metálicos (Fonte: IGME - Base de Datos de Metalogenia), com a localização do Outeiro de Baltar.	200
Figura 95: Planta do Castro de Outeiro de Baltar e da área escavada pela empresa mineira Somar (López-Cuevillas & Jesus Taboada-Chivite, 1946: 121, Fig. 2 e 125, Fig. 3)	201

Figura 96: Material arqueológico proveniente do Castro de Outeiro de Baltar (López-Cuevillas & Jesus Taboada-Chivite, 1946: 128, Fig. 4).	202
Figura 97: Denário de Augusto (19-16 a.C.), possivelmente com uma <i>caetra</i> inacabada gravada no reverso, procedente do Castro de Outeiro de Baltar (© Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, Gobierno de España, Red Digital de Colecciones de Museos de España, CER.ES - Colecciones en Red, Museo Arqueológico Provincial de Ourense, sem escala).	202
Figura 98: Possível resto metalúrgico relacionado com a obtenção de estanho metálico proveniente do castro de Outeiro de Baltar (© Museo Arqueológico Provincial de Ourense)..	203
Figura 99: Possíveis restos de cassiterite (© Museo Arqueológico Provincial de Ourense).....	203
Figura 100: Ortofotografia do voo USAF de 1956 (em cima) (IDEG-Xunta de Galicia) e actual (em baixo) (PNOA-IGN) do Castro de Outeiro de Baltar (IGN-PNOA). De notar na ortofoto histórica as explorações mineiras levadas a cabo pela empresa Somar.....	204
Figura 101: Moldes cerâmicos do Castro do Coto do Mosteiro (Orero-Grandal, 1988).....	205
Figura 102: Mapa das ocorrências minerais de ouro no Norte de Portugal (© SIORMINP-LNEG).	207
Figura 103: Localização das zonas do vale superior do rio Terva (A) e Tinhela (B) com indicação da densidade de ocorrências minerais de ouro no Norte de Portugal em relação à área de estudo (© SIORMINP-LNEG).	207
Figura 104: Povoamento da Idade do Ferro no vale superior do Terva.	210
Figura 105: Povoamento Romano do vale superior do Terva, com as principais áreas mineiras assinaladas sobre ortofotografia actual (Ortos_DGRF_2004_06): A - Batocas; B - Poço das Freitas/Limarinho; C - Brejo.	211
Figura 106: Envolvente arqueológica do Castro do Muro ou Casas dos Mouros em Sapiãos, Boticas sobre ortofotografia actual (Ortos_DGRF_2004_06).....	212
Figura 107: Intervisibilidades do Castro de Nogueira e do Cabeço no vale superior do Terva.	215
Figura 108: Castro de Nogueira (em cima) e Castro do Brejo (em baixo).	218
Figura 109: Fotointerpretação da Cerca de Sapelos a partir da ortofotografia do voo SPLAL de 1949.	219
Figura 110: Cerca de Sapelos.	219
Figura 111: Mapa geológico do vale superior do Terva modificado a partir da carta geológica nº6B à escala 1:50.000 e de Mendonça (2006) (Lima, Matías-Rodríguez, Fonte, & Pires, 2014, 1291, Fig. 1).....	220
Figura 112: Compilação de alguns dados geoquímicos do vale superior do Terva baseados nos dados das empresas COGEMA (1990) e Minas Romanas (Harford, Plimer, Silva, & Lima, 1998) (Lima et al., 2014: 1292, Fig. 2).	221
Figura 113: Perspectiva do Castro de Sapelos desde o Castro de Nogueira, onde se nota a sua complexa rede de fossos que se estende por todo o promontório.	222
Figura 114: Aspecto da zona de desmorte artificial que afectou parcialmente os fossos do Castro de Sapelos, notando-se perfeitamente as paredes verticais.	224
Figura 115: Fotointerpretação do Castro de Sapelos a partir da ortofotografia do voo SPLAL de 1949.	225

Figura 116: MRM aplicado sobre MDS da zona do Castro de Sapelos.	226
Figura 117: Visibilidade do Castro de Sapelos.	226
Figura 118: Fragmentos cerâmicos decorados provenientes do Castro de Sapelos (Júnior et al., 1983: 429, Fig. 16).....	227
Figura 119: Estruturas de El Picu Viyao (González-Álvarez et al., 2011: 228, Fig. 4).	228
Figura 120: Estruturas de El Picu Curriellos (Costa-García, 2013: 168).	229
Figura 121: Estruturas de El Picu L.lagüezos (Martín-Hernández & Camino-Mayor, 2013: 271, Fig. 7).	229
Figura 122: Localização do povoado romano da Veiga da Samardã em relação às cortas de Covas (A), da Ribeirinha (B) e dos Lagoinhos (C) sobre ortofotografia actual (Ortos_DGRF_2004_06).....	231
Figura 123: Castelo Redondo nas proximidades da aldeia da Ribeirinha (SPLAL 1949).....	232
Figura 124: Castro de Vale de Osso (Ortos_DGRF_2004_06).	233
Figura 125: Extracto da carta geológica nº6D à escala 1:50.000 com destaque para os recursos de Au, Pb-Au e Pb e a localização do Castelo Redondo e do Castro de Vale de Osso.....	233
Figura 126: Planta e perfil esquemáticos do Alto da Cerca (Freitas, 2001: 240).....	234
Figura 127: Localização do Alto da Cerca sobre ortofotografia do voo USAF de 1958.	235
Figura 128: Localização do Alto da Cerca sobre ortofotografia actual (Ortos_DGRF_2004_06) (em cima) e na Carta Militar nº 61 à escala 1:25.000 do IGeoE (em baixo).	236
Figura 129: Troço de canal escavado na rocha na zona das “Fragas Cortadas”.	237
Figura 130: Planta e perfis esquemáticos das “Fragas Cortadas” (Freitas, 2001: 204).	238
Figura 131: Troço de canal escavado na rocha na zona das “Fragas Negras”, com a Corta de Covas ao fundo.	239
Figura 132: Mapa da zona mineira de Tresminas, com destaque para a instalação de lavagem de minério (Helfert et al., 2013: 208, Fig. 1; Wahl-Clerici, 2013: 41, Fig. 3).	239
Figura 133: Localização do Alto da Cerca na Carta Militar nº 60, 61, 74 e 75 à escala 1:25.000 do IGeoE em relação à rede hidráulica (canais e barragens) que se dirige para Sul em direcção a Tresminas.	241
Figura 134: Reconstituição parcial de um moinho de pilões de Tresminas para trituração de minério (Wahl, 1998: 65, Fig. 13).	243
Figura 135: Britagem de minério através de um moinho de água (Agricola, 1556: 284).	243
Figura 136: Via secundária que ligava o vale do Douro à Via XVII, cruzando as zonas mineiras de Jales, Gralheira e Tresminas e passando perto do Alto da Cerca.	244
Figura 137: Ponte do Arco ou de Barrela (© Sistema de Informação para o Património Arquitectónico - SIPA, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. - IHRU).	245

Figura 138: Pormenor do aparelho poligonal da muralha do Castelo dos Mouros de Jales (© Sistema de Informação para o Património Arquitectónico - SIPA, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. - IHRU).	246
Figura 139: Fotointerpretação do Castelo dos Mouros de Jales a partir da ortofotografia do voo SPLAL de 1948.	247
Figura 140: Extracto da carta geológica à escala 1:200.000 (folha 2) da envolvente do Castelo dos Mouros de Jales. De notar a proximidade das minas da Gralheira e Jales que drenavam para o rio Tinhela.	248
Figura 141: Denário tardo-republicano de <i>A. Plautius</i> (55 a.C.) proveniente do Castelo dos Mouros de Jales.	248
Figura 142: As “coronas mineiras” do vale do Duerna (León) sobre MDT LiDAR PNOA-IGN.....	250
Figura 143: Fotointerpretação da Corona de Fucochico no vale do Duerna (León) (© Ruta del Oro: http://www.rutadeloro.com/ficha.php?tabla=fichas_sueltas&id=16).	251
Figura 144: Fotointerpretação do Castro de A Graña (Currás-Refojos & López-González 2011: 194, Fig. 6).	252
Figura 145: Planta do Castro de Curalha (Fonte: http://www.chaves.pt/Default.aspx?ID=327). ...	253
Figura 146: Castro de Couce (Fonte: Cartografia 1:2.000 cedida pela Câmara Municipal de Valongo).	254
Figura 147: Vista aérea do Monte Castrelo de Pelóu, com destaque para os seus fossos (Montes López et al., 2009: 315, Foto 2).	256
Figura 148: Castro de Samartín de Valledor, notando-se os fossos na zona de acesso ao povoado (Foto de © David González Álvarez).	257
Figura 149: Planta topográfica do Castro de El Chano (Celis-Sánchez, 2002: 192, Lámina II).	258
Figura 150: Reconstituição das campanhas de 26-25 a.C. das guerras cântabras (Morillo-Cerdán, 2014a: 144, Fig. 10).	265
Figura 151: Alto do Cimo dos Lagos na ortofotografia do voo SPLAL de 1949.	267
Figura 152: Acampamento de Valdemeda na ortofotografia do voo USAF de 1957, notando-se a afectação provocada pelos trabalhos mineiros na esquina superior direita do recinto.	271
Figura 153: Castro de San Isidro e Picu da Mina (Marín-Suárez, 2011: 363, Fig. 4.7).	272
Figura 154: <i>Pilum Catapultarium</i> (em cima) e falcata ibérica (em baixo) (Martins, 2010: 64, Fig. 1) da Cidade de Frades.	273
Figura 155: Denário em prata de <i>Publius Clodius Turrinus</i> (42 a.C.) (em cima) e denário em bronze revestido a prata de <i>Mn. Fonteius</i> (85 a.C.) (em baixo), notando-se no anverso algumas marcas de controlo, nomeadamente na parte inferior e lateral direita.	273
Figura 156: Fotointerpretação da Cidade de Frades e da Coroa do Coto a partir da ortofotografia do voo SPLAL de 1949.	275
Figura 157: Detalhe da Cidade de Frades.	275
Figura 158: Visibilidade desde a Cidade de Frades, controlando o vale do Alto Cávado.	276

Figura 159: Fotointerpretação do Castro de Donões sobre a ortofotografia do voo SPLAL de 1949.	278
Figura 160: Denário tardo-republicano de <i>Q. Sicinius</i> e <i>C. Coponius</i> (49 a.C.).	278
Figura 161: Possível punhal afalcatado do Castro de Donões (Foto: Vítor Hugo, Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa).	279
Figura 162: Visibilidade acumulada dos castros de Donões e Frades.	280
Figura 163: Sítios arqueológicos do estuário do Tejo com ocupação militar romana comprovada (Fabião, 2014: 11, Fig. 1, sem escala).	282
Figura 164: Assentamentos militares romanos no Sudoeste da Grã-Bretanha (Smart, 2014: 2, Fig. 1).	285
Figura 165: Localização do forte romano de Charterhouse On Mendip em relação à zona mineira de galena argentífera.	286
Figura 166: Localização do forte romano de Pumsaint, numa confluência fluvial, perto das minas de ouro de Dolaucothi.	287
Figura 167: Moeda <i>caetra</i> proveniente de <i>Aquae Flaviae</i> (print screen a partir do vídeo em: http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=452597&tm=8&layout=122&visual=61).	288
Figura 168: Ânfora Gauloise 1 proveniente de <i>Aquae Flaviae</i> (print screen a partir do vídeo em: http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=452597&tm=8&layout=122&visual=61).	288
Figura 169: <i>Pugio</i> identificado nas escavações arqueológicas do Arquivo Municipal de Chaves (© Arqueologia & Património).	289
Figura 170: Organização administrativa Romana do Noroeste Peninsular, com a localização de <i>Aquae Flaviae</i> e <i>Bracara Augusta</i> no contexto do <i>conventus Bracaraensis</i> (adaptado de Tranoy, 1981).	290
Figura 171: Colar articulado e bracelete em ouro aparecidos no Alto da Pedisqueira, Chaves (Cardoso 1944, figs. 3 e 2, sem escala).	293
Figura 172: Um dos torques do “tipo flaviense” aparecidos no lugar de Codeçais na Veiga de Chaves (Cardoso 1965, est. III, nº2, sem escala).	293
Figura 173: Localização das termas medicinais romanas de <i>Aquae Flaviae</i> , em área anexa à ponte romana.	295
Figura 174: Padrão dos Povos de <i>Aquae Flaviae</i> (© Museu da Região Flaviense).	297
Figura 175: Propostas recentes de traçado da Via XVII do Itinerário de Antonino entre <i>Bracara Augusta</i> e <i>Aquae Flaviae</i> .	300
Figura 176: Disposição do bloco de fotos na Venda Nova (à esquerda) e no Alto Rabagão (à direita) sobre cartografia militar à escala 1:25.000 (© IGeoE).	302
Figura 177: Distribuição dos pontos fotogramétricos na Venda Nova (à esquerda) e no Alto Rabagão (à direita) sobre imagens de satélite (© Esri).	303
Figura 178: Restituição fotogramétrica digital da paisagem submersa pela barragem do Alto Rabagão: topografia actual (A), topografia original (B), ortofoto actual (C) e ortofoto histórica (D).	304

Figura 179: Restituição fotogramétrica digital da paisagem submersa pela barragem da Venda Nova: topografia actual (A), topografia original (B), ortofoto actual (C) e ortofoto histórica (D).	305
Figura 180: Traçado da Via XVII recuperado digitalmente através da restituição fotogramétrica sobre imagens de satélite (© Esri).	305
Figura 181: Detalhe da Ponte do Arco sobre a ribeira do Amiar antes (à direita) e depois (à esquerda) da construção da Barragem da Venda Nova.	306
Figura 182: Fotos de 2001 da Ponte do Arco, estando bastante assoreada (fotos de José Teixeira).	306
Figura 183: Comparação de caminhos óptimos calculados com e sem penalização dos rios.	308
Figura 184: Diferentes propostas de cálculo de caminhos óptimos.	309
Figura 185: Caminho óptimo entre <i>Bracara Augusta</i> e <i>Asturica Augusta</i>	310
Figura 186: Caminho óptimo entre <i>Bracara Augusta</i> e <i>Aquae Flaviae</i>	311
Figura 187: Caminho óptimo entre a Ponte do Arco e <i>Aquae Flaviae</i>	312
Figura 188: Densidade viária natural (baseado em Fábrega-Álvarez et al., 2011b).	313
Figura 189: Cálculo de caminho óptimo entre as <i>mansiones</i> de <i>Praesidium</i> e <i>Caladunum</i>	314
Figura 190: Cálculo de caminho óptimo entre as pontes do Arco e do Cortiço.	315
Figura 191: Visibilidade do Castro de Medeiros.	316
Figura 192: Trabalhos mineiros identificados no concelho de Montalegre, com destaque para o vale do Assureira a Nordeste (Martins, 2010c, mapa 6).	318
Figura 193: Extracto da carta geológica nº 2D à escala 1:50.000 e recursos minerais metálicos (Fonte: SIORMINP-LNEG e IGME - Base de Datos de Metalogenia), com a localização dos castros da Mina, Gralhas e Grou e dos povoados da Ciada e Veiga.	319
Figura 194: Localização da nova zona mineira identificada no vale do Assureira na ortofotografia do voo SPLAL de 1949.	320
Figura 195: Densidade de povoamento romano conhecido, com destaque para o vale do Assureira.	321
Figura 196: Proposta de traçado das referidas vias secundárias.	322
Figura 197: Visibilidade do Castro do Pedrário e sua relação com os castros da Mina, de Gralhas e do Grou.	323
Figura 198: Castro de Gralhas (MDT LiDAR PNOA-IGN).	324
Figura 199: Perfil topográfico do Castro de Gralhas.	324
Figura 200: Castro da Mina (MDT LiDAR PNOA-IGN).	325
Figura 201: Cerâmica indígena proveniente do Castro da Mina.	325
Figura 202: Cidade do Grou (MDT LiDAR PNOA-IGN).	326

Figura 203: Localização e contexto arqueológico da zona mineira das Ferrarias na Carta Militar nº 33 e 46 à escala 1:25.000 do IGeoE.	328
Figura 204: Detalhe da acumulação de estêreis na zona mineira das Ferrarias na ortofotografia de 1949 do voo SPLAL.	328
Figura 205: Estela do Muíño de San Pedro, Verín (em cima: © Museo Arqueolóxico Provincial de Ourense, em baixo: Taboada-Cid, 1988-89: 88-90).	332
Figura 206: Estátua-menir de Chaves (Jorge & Almeida 1980: 16, Fig. 7).	333
Figura 207: Estela de Chillón (Ciudad Real) e de Ibahernando (Cáceres), mostrando a presença de elementos pré-históricos aos quais foi sobreposta uma inscrição funerária latina (García-Sanjuán et al., 2007: 119-120, Figs 3 e 4).	334
Figura 208: Decomposição da Estela de Chillón (Carmen Fernández-Ochoa & Zarzalejos-Prieto, 1994: 267).	335
Figura 209: Fotografia dos anos 40 do século passado onde se vêem as quatro estátuas de guerreiros do Lesenho na sala central da galeria expositiva do então Museu Etnológico Português em Lisboa (Raposo, 2009: 48).	337
Figura 210: Estátua de guerreiro de S. Paio de Meixedo (A) (Silva, 2007: 684, Est. CXXII, 3) e estátua erroneamente identificada como procedente do Outeiro Lesenho (B) (Júnior et al., 1986: 65, Fig. 38), sendo de notar as semelhanças entre ambas.	338
Figura 211: MDS (à esquerda) e MRM policromático (à direita) do escudo do guerreiro do Lesenho epigrafado.	339
Figura 212: Máscara aplicada sobre o MRM policromático onde se ressalta a decoração prévia (A) e a inscrição latina sobreposta (B).	340
Figura 213: MDS (à esquerda) e MRM bicromático (à direita) do escudo do guerreiro do Lesenho não epigrafado.	340
Figura 214: Estátuas de guerreiros epigrafadas: Santa Comba (1), S. Paio de Meixedo (2) e S. Julião (3) (Rodríguez-Corral, 2013a: 81, Fig. 1).	342
Figura 215: Pés da estátua de guerreiro da Citânia de Sanfins encontrados <i>in situ</i> (Silva, 2012: 22, Fig. 19).	346
Figura 216: Reconstrução de um monumento funerário sobre o qual se levantaria a escultura zoomórfica (1) e berrão de Tornadizos (Ávila) com inscrição funerária latina (2), recontextualizados dentro de um espaço funerário romano (Ruiz-Zapatero & Álvarez-Sanchís, 2008: 224, Fig. 8).	348
Figura 217: <i>Toros de Guisando</i> (foto de Maria João Correia Santos).	348
Figura 218: Estela da Pastoria (Rodríguez-Colmenero 1997a: 235-236, nº 237).	350
Figura 219: Pormenor da decoração do bracelete de Lebução com várias rosáceas hexapétalas gravadas (Ladra, 2009: 234, Fig. 6).	350
Figura 220: Moeda de Augusto proveniente do Castro de Carvalhelhos com orifício de suspensão (Júnior, 1964: 369, Est. IV, Fig. 7, sem escala).	351
Figura 221: Proposta de reconstituição para o Altar da Penaescrita (Santos 2010c: 167, Fig. 18). ..	352

Índice de tabelas e gráficos

Tabelas

Tabela 1: Resultados das análises químicas publicadas por Costa (1966) (à esquerda) e resultados das novas análises elementares semi-quantitativas (Fluorescência de Raios X, Dispersiva em Comprimentos de Onda) (à direita) efectuadas a escórias do Castro de Carvalhelhos (Figueiredo et al., 2013).	134
Tabela 2: Datação radiocarbónica por AMS do Outeiro Lesenho, calibrado com ©CALIB REV7.0.1 (Reimer et al., 2013).	147
Tabela 3: Quantificação da proporção de semelhança entre os diferentes algoritmos de cálculo de caminhos óptimos e o traçado da Via XVII segundo um <i>buffer</i> de 1000 metros.....	309

Gráficos

Gráfico 1: Comparativa do “total viewshed” do Lesenho em relação à restante rede de povoamento da Idade do Ferro.	112
Gráfico 2: Área estimada para os castros do Lesenho, Pedrário e Carvalhelhos.	136
Gráfico 3: Visibilidade (ha) dos castros do Lesenho, Pedrário e Carvalhelhos.	138
Gráfico 4: Comparativa da visibilidade por <i>buffers</i> dos castros do Lesenho, Pedrário e Carvalhelhos.	138
Gráfico 5: Comparativa da altitude relativa por <i>buffers</i> dos castros do Lesenho, Pedrário e Carvalhelhos.	139
Gráfico 6: Comparativa da acessibilidade por <i>buffers</i> dos castros do Lesenho, Pedrário e Carvalhelhos.	140
Gráfico 7: Comparativa da visibilidade por <i>buffers</i> dos castros do Lesenho e Poio.	173
Gráfico 8: Comparativa da altitude relativa por <i>buffers</i> dos castros do Lesenho e Poio.	173
Gráfico 9: Comparativa da acessibilidade por <i>buffers</i> dos castros do Lesenho e Poio.	174
Gráfico 10: Comparativa da visibilidade por <i>buffers</i> dos castros do Lesenho, Crasto e Castelo de Pensalvos.	181

Gráfico 11: Comparativa da altitude relativa por <i>buffers</i> dos castros do Lesenho, Crasto e Castelo de Pensalvos.	182
Gráfico 12: Comparativa da acessibilidade por <i>buffers</i> dos castros do Lesenho, Crasto e Castelo de Pensalvos.	182
Gráfico 13: Comparativa da visibilidade por <i>buffers</i> dos castros do Lesenho, Alto da Subidade e Cabriz.	184
Gráfico 14: Comparativa da altitude relativa por <i>buffers</i> dos castros do Lesenho, Alto da Subidade e Cabriz.	185
Gráfico 15: Comparativa da acessibilidade por <i>buffers</i> dos castros do Lesenho, Alto da Subidade e Cabriz.	186
Gráfico 16: Comparativa da visibilidade por <i>buffers</i> dos castros do Lesenho, Saceda e Cidá de San Millán.	196
Gráfico 17: Comparativa da altitude relativa por <i>buffers</i> dos castros do Lesenho, Saceda e Cidá de San Millán.	197
Gráfico 18: Comparativa da acessibilidade por <i>buffers</i> dos castros do Lesenho, Saceda e Cidá de San Millán.	197
Gráfico 19: Área estimada para os castros do vale superior do Terva.	213
Gráfico 20: Quantificação da visibilidade dos castros do vale superior do Terva.	214
Gráfico 21: Quantificação da visibilidade parcial dos castros do vale superior do Terva.	215
Gráfico 22: Proeminência visual dos castros do vale superior do Terva.	216
Gráfico 23: Acessibilidade dos castros do vale superior do Terva.	217

Abreviaturas e Símbolos

Lista de abreviaturas

a.C. - Antes de Cristo
AD - Anno Domini
AE - L'Année épigraphique
Ag - Prata
AMS - Accelerator Mass Spectrometry
As - Arsénio
Au - Ouro
BC - Before Christ
BP - Before Present
CIL - Corpus Inscriptionum Latinarum
CSIC - Consejo Superior de Investigaciones Científicas
Cu - Cobre
d.C. - Depois de Cristo
EE - Ephemeris epigraphica
e.g. - Exempli Gratia
EPSG - European Petroleum Survey Group
FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia
Fe - Ferro
GPS - Global Positioning System
Ha - Hectar(es)
HispEpigr - Hispania Epigrafica
IDEG - Infraestrutura de Datos Espaciais de Galicia
IGeoE - Instituto Geográfico do Exército
IGME - Instituto Geológico y Minero de España
IGN - Instituto Geográfico Nacional
Incipit - Instituto de Ciencias del Patrimonio
Km - Kilómetros

LiDAR - Light Detection and Ranging
LNEG - Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I.P.
M - Metros
MDE - Modelo Digital de Elevação
MDS - Modelo Digital de Superfície
MDT - Modelo Digital de Terreno
MRM - Modelo de Resíduo Morfológico
Nb - Nióbio
Pb - Chumbo
PNOA - Plan Nacional de Ortofotografía Aérea
PPM - Parte por milhão
RMSE - Root Mean Square Error
RTK - Real Time Kinematic
SIG - Sistemas de Informação Geográfica
SIORMINP - Sistema de Informação de Ocorrências e Recursos Minerais Portugueses
SPLAL - Sociedade Portuguesa de Levantamentos Aéreos, Lda.
SfM - Structure from Motion
Sn - Estanho
Ta - Tântalo
UAUM - Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho
USAF - United States Air Force
W - Volfrâmio ou Tungsténio
Zn - Zinco

Lista de símbolos

© - Copyright



Capítulo 1 - Introdução e enquadramento teórico-metodológico

1.1. Introdução

Esta tese pretende ser um contributo de âmbito regional para o estudo das dinâmicas de interacção sociocultural entre as comunidades indígenas do Noroeste Peninsular e Roma. De forma complementar aos estudos de síntese (e.g. Alarcão, 1992; González-Ruibal, 2006a; Silva, 2007), que nos possibilitam aceder a uma visão mais genérica e sintetizada, os estudos regionais permitem-nos compreender melhor os particularismos históricos de cada território, partindo obviamente da diversidade de contextos e de experiências que encerra a denominada “cultura castreja” do Noroeste Peninsular. Por outro lado, é essencial investigar os contextos arqueológicos de transição, neste caso entre a Idade do Ferro e a época Romana, devendo ter-se sempre em linha de conta a grande especificidade e complexidade que este tipo de contextos alberga, onde os processos de transformação social implicam sempre continuidades e mudanças, dando origem a processos de negociação social que resultam na formação de identidades híbridas que se manifestam na reutilização de diversos elementos da cultura material.

Com base neste enquadramento genérico surge esta tese, onde se pretende analisar a transição histórica entre a Idade do Ferro e a época Romana no Noroeste Peninsular a partir de uma área de estudo concreta: o Alto Tâmega e Cávado.

Assim sendo, considera-se que esta tese poderá ter implicações ao nível de uma melhor compreensão das dinâmicas de interacção sociocultural entre Roma e as comunidades indígenas, propondo-se um modelo de integração dinâmico destas últimas no Império Romano, que se adapte aos interesses de ambas partes envolvidas, e que tenha em linha de conta a acção desigual por parte de Roma, mas também os diferentes

particularismos históricos e os desiguais graus de complexidade sociopolíticas das sociedades indígenas, o que motivou uma resposta diferenciada em relação ao contacto com Roma.

1.2. Problemática e objectivos

A problemática que está na base deste trabalho assenta na análise do impacto da interacção e conquista romana sobre as comunidades indígenas, sobretudo ao nível das alterações nos padrões de assentamento e nas formas de organização e exploração da paisagem.

Na tentativa de procurar clarificar esta temática, definiu-se como objectivo principal desta tese caracterizar as transformações políticas e sociais que ocorreram na paisagem na transição entre a Idade do Ferro e a época Romana na região do Alto Tâmega e Cávado.

No sentido de corroborar este objectivo principal, definiram-se também os seguintes objectivos específicos:

- Definir os diferentes modelos de povoamento fortificado na área geográfica em estudo;
- Identificar as estratégias de subsistência e de aproveitamento dos recursos naturais por parte das comunidades indígenas;
- Analisar o processo de interacção cultural entre as comunidades indígenas e Roma, a denominada “romanização”, propondo-se um modelo de integração dinâmico no Império Romano;
- Analisar o potencial de novas metodologias de trabalho, nomeadamente as tecnologias geoespaciais, na caracterização das paisagens arqueológicas de transição;
- Verificar a viabilidade das tecnologias geoespaciais na corroboração das hipóteses de trabalho formuladas.

1.3. Estrutura da dissertação

Este trabalho está estruturado em sete capítulos principais, estando os dois primeiros centrados na introdução e contextualização do tema, o terceiro na metodologia usada, no quarto ao sexto apresentam-se os principais resultados desta tese e, por fim, no sétimo capítulo apresentam-se as principais conclusões.

Apresentam-se, de seguida, e de forma resumida, o conteúdo estruturante de cada um dos capítulos que constituem esta dissertação.

O primeiro capítulo refere-se à apresentação da tese e ao seu enquadramento teórico-metodológico, onde se aborda a inter-relação entre a Arqueologia da Paisagem e as tecnologias geoespaciais. Ainda neste capítulo define-se a problemática de investigação, bem como os objectivos desta dissertação.

No segundo capítulo discute-se o estado da arte em torno das problemáticas históricas da “oppidização” e “romanização”, propondo-se novas linhas interpretativas e de trabalho.

No terceiro capítulo apresenta-se a metodologia seguida para responder às hipóteses de trabalho definidas, bem como os principais dados arqueológicos e geográficos utilizados.

O quarto capítulo relaciona-se com a análise das formas básicas de povoamento fortificado na região do Alto Tâmega e Cávado, que se corresponde com a nossa área de estudo, onde se apresentam e analisam os principais modelos de sítios definidos para esta zona com base na informação arqueológica disponível.

No quinto capítulo analisam-se em detalhe as formas de povoamento fortificado em relação com o aproveitamento dos recursos minerais nesta zona, abordando-se a mineração do estanho e do ouro como factores locais, além de se discutir a problemática da mineração pré-romana e romana, bem como a questão dos “castros mineiros” de época romana.

No sexto capítulo investigam-se as formas de ocupação da paisagem não fortificadas, prestando-se particular atenção às dinâmicas de interacção entre as comunidades indígenas e o exército romano, à fundação de *Aquae Flaviae*, à construção da Via XVII, à inter-relação entre o povoamento, a rede viária e a mineração, bem como à análise do

papel da cultura material na negociação identitária num contexto de mudança sociocultural.

O sétimo e último capítulo é constituído pelas conclusões deste trabalho, que se dividem em conclusões históricas e metodológicas. Ainda neste capítulo mencionam-se as principais limitações desta investigação, bem como as perspectivas futuras que propomos desenvolver para continuar a estudar e a aprofundar esta problemática.

1.4. Enquadramento teórico: Arqueologia da Paisagem e “outras Arqueologias”

Uma característica inerente a qualquer definição de Arqueologia da Paisagem é que esta se refere a uma disciplina heterogénea e variada dentro da investigação arqueológica. A Arqueologia da Paisagem é, antes de mais, uma resposta desde a Arqueologia ao problema do espaço. Existem diferentes abordagens em relação ao registro arqueológico que podem ser incluídas dentro do conceito genérico de Arqueologia da Paisagem, embora todas elas partilhem uma característica comum: a análise, através da cultura material, da dimensão espacial da actividade humana, ou, de uma forma mais concreta, a investigação da forma em que as comunidades humanas se relacionaram com um determinado espaço geográfico ao longo do tempo, em termos de apropriação, transformação e significação desse espaço através de uma série de práticas culturais (Parcero-Oubiña, Barreiro, & Criado-Boado, 2014).

A Arqueologia da Paisagem não pretende apenas considerar o registro arqueológico a uma escala espacial mais ampla, nem sequer a adesão a um paradigma teórico específico, implicando antes a existência de um conceito explícito e básico de Paisagem. E este conceito implica que a Paisagem não seja "simply a unit of analysis over and above the "site" [...] (but) an object of investigation in its own right" (David & Thomas, 2008: 27). A Paisagem, como objecto de estudo, poderá ser definida como a materialização das práticas sociais em termos espaciais ao longo do tempo (Parcero-Oubiña et al., 2014).

Nesta linha, a Arqueologia da Paisagem, tal como a entendemos, procura analisar o efeito da acção social sobre a paisagem, resultante da simbiose entre o meio físico e a presença humana (Criado-Boado, 1993a, 1999). Desta forma, a paisagem é um produto sociocultural criado pela objectivação, sobre o meio e em termos espaciais, da acção humana tanto de carácter material como imaginário (*ibid.*).

Partimos do pressuposto de que a paisagem é um produto sociocultural multidimensional, resultante da materialização espacial da acção social sobre o meio natural, encontrando-se constituída de forma integrada por três dimensões principais ou níveis distintos: o espaço físico ou natural, o espaço social e o espaço pensado ou simbólico, contemplando-se, assim, as dimensões tangíveis (físico e social) e intangíveis (pensado) do espaço (Criado-Boado, 1993a, 1999; Parcero-Oubiña, 2002). Esta perspectiva permite involucrar dentro da mesma análise a dimensão física ou ambiental do espaço, a social ou territorial e também a simbólica ou imaginária, sendo que esta última dimensão aproximou definitivamente a Arqueologia da Paisagem da corrente de pensamento pós-processual (e.g. Bradley, 2000; Criado-Boado, 1989; Darvill, 2008; Thomas, 2008; Tilley, 1994). De forma similar, embora dentro de uma linha mais fenomenológica, Knapp & Ashmore (1999) propuseram três modelos de paisagem: *constructed*, *conceptualized* e *ideational*, considerando a paisagem como “(...) the arena in which and through which memory, identity, social order and transformation are constructed, played out, reinvented, and changed.” (*ibid.*: 10).

A paisagem não é algo eterno e imutável, senão um produto dinâmico resultante da acção social, que se vai construindo de forma progressiva e que no presente é o resultado da sobreposição de sucessivas paisagens. Sem dúvida que as dimensões da paisagem anteriormente expostas são indissociáveis e complementares, embora neste trabalho iremos prestar maior atenção ao espaço social e económico, nomeadamente às mudanças nos padrões de povoamento e sua relação com os modos de subsistência, embora partindo do espaço físico e terminando no espaço simbólico. Na linha de Parcero-Oubiña (2002: 250), entendemos que “el espacio no es una entidad abstracta o abstraible sino un objeto del mundo real, que es cognoscible sólo en la medida en que es conocido, que es pensado sólo en la medida en que es recorrido, experimentado, vivido. El espacio social se define en términos de experiencia, a partir de los objetos materiales que lo pueblan”. O espaço é resultante da abstracção, materialização e objectivação do ser social.

Deste modo, dentro das possíveis formas de aproximação ao estudo da paisagem em Arqueologia, e de forma a evitarmos o excesso subjectivista de algumas aproximações mais fenomenológicas (e.g. Tilley, 1994, 2004), sujeitas já a bem fundamentadas críticas (Barrett & Ko, 2009; Fleming, 2006), optamos por uma inter-relação entre a Arqueologia da Paisagem e as tecnologias geoespaciais através da análise locacional, pelo que a nossa investigação irá incidir na análise das condições de localização dos assentamentos, partindo da ideia de que a localização dos sítios não é aleatória, senão que obedece a determinados critérios que estão condicionados por determinados factores locacionais, que

procuraremos analisar de forma quantitativa e qualitativa, e motivados por determinadas decisões sociais (Fábrega-Álvarez, 2004, 2005; Llobera, 2011; Parcero-Oubiña & Fábrega-Álvarez, 2006; Parcero-Oubiña, 2000, 2002).

Procuraremos também incidir nas formas de monumentalização da paisagem, já que a arquitectura monumental coincide com formas complexas de subsistência baseadas no acesso diferencial e no controlo de determinados recursos críticos, supondo a configuração espacial dessas mudanças estruturais, uma vez que a cada modelo de paisagem e de racionalidade cultural corresponde uma determinada forma arquitectónica. Deste modo, procuraremos analisar as formas de complexificação social através da construção monumental, sendo que a monumentalidade é entendida aqui como uma forma de reprodução social (Criado-Boado, 1989, 1993b).

Além da Arqueologia da Paisagem, recorreremos a outras correntes teóricas que nos foram de extrema utilidade para analisar e entender o complexo processo histórico que estamos a abordar, nomeadamente a Arqueologia Pós-colonial e a Arqueologia Simétrica.

A Arqueologia Pós-colonial explora a relação entre a teoria pós-colonial e a arqueologia, tratando-se de uma disciplina que se desenvolveu historicamente em conjunto com o colonialismo e o imperialismo europeu (Lydon & Uzma, 2010). A teoria-pós-colonial, por sua vez, aborda os complexos processos de colonialismo sobre a cultura e a sociedade em relação tanto aos colonizadores como aos colonizados, de forma a procurar entender a experiência colonial na sua totalidade, tendo tido bastante sucesso e aplicabilidade no que refere aos estudos de arqueologia romana (e.g. Gardner, 2013; Hingley, 2014; Jiménez-Díez, 2008; Mattingly, 2004; Terrenato, 2005; Webster & Cooper, 1996; Woolf, 1997). Neste sentido, encaramos os encontros de tipo colonial segundo uma perspectiva mais complexa e dinâmica, não-linear e bidireccional, desprovida de preconceitos apriorísticos e que contemple a diversidade de contextos e de experiências, considerando a multivocalidade e a agência indígena (Gosden, 2004; van Dommelen, 2011).

Na tentativa de superar as distinções convencionais que sustentam a disciplina arqueológica, tais como passado e presente, objecto e sujeito, ou natureza e cultura, a Arqueologia Simétrica propõe tratar as pessoas e as coisas de forma simétrica, numa relação onde é inconcebível a capacidade de acção de uns sem os outros e vice-versa, pelo que a cultura material é contemplada como um agente social activo na articulação, redefinição e construção da realidade, carecendo de um sentido predefinido e inalterável

(González-Ruibal, 2007a; Olsen, Shanks, Webmoor, & Witmore, 2012; Olsen, 2010; Shanks, 2007; Witmore, 2007).

1.5. Enquadramento metodológico: Tecnologias geoespaciais

O trabalho arqueológico tem uma componente espacial muito importante: uma das coisas que mais frequentemente fazemos em arqueologia é localizar no espaço os objectos, construções ou sítios que pretendemos estudar e analisar. Saber onde estão esses elementos e o que existe na sua envolvente é uma parte essencial do processo de investigação arqueológica. Neste sentido, dada a importância para a arqueologia da localização espacial dos elementos, a utilização de tecnologias como os Sistemas de Informação Geográfica (SIG) tem vindo a adquirir um grande ênfase na disciplina há já algum tempo.

A aplicação das tecnologias geoespaciais insere-se numa necessidade contínua de se desenvolverem novas e originais metodologias e procedimentos de trabalho de forma integrada e complementar à parte mais conceptual e teórica da Arqueologia da Paisagem. Neste sentido, torna-se essencial uma integração entre as tecnologias geoespaciais e a Arqueologia da Paisagem, mas esta integração não pressupõe apenas uma nova forma de reproduzir velhos métodos de trabalho, ou seja, novas ferramentas para velhos procedimentos, possibilitando-nos antes um novo quadro de referência para abordar e compreender as paisagens arqueológicas, indo para além de uma mera reprodução do mundo real, fornecendo-se novas formas para explorar e investigar a dimensão espacial da acção social (Llobera, 2011). O uso de informação geoespacial pode alargar a nossa compreensão do registo arqueológico, permitindo-nos colocar novas perguntas a esse mesmo registo (Llobera, 2015). Por outro lado, a actual relevância das tecnologias geoespaciais em arqueologia, especialmente dos SIG's, pode-se explicar pela natureza espaço-temporal inerente ao registo arqueológico, bem como pela tradicional importância do mapeamento a diferentes escalas em arqueologia, desde uma escala micro, intra-sítio, até uma escala macro, de âmbito regional. Igualmente importante foi o desenvolvimento da arqueologia desde o paradigma histórico-cultural, evoluindo desde uma ciência monodisciplinar para uma eminentemente multidisciplinar. As actuais técnicas de levantamento permitem gerar grandes quantidades de dados espaciais, motivando, consequentemente, uma maior necessidade de gestão e análise desses dados (Wagtendonk, Verhagen, Soetens, Jeneson, & de Kleijn, 2009).

Os estudos da dimensão espacial e territorial em Arqueologia experimentaram uma forte evolução durante os últimos trinta anos, sendo que, neste momento, é algo que está plenamente estabelecido e que foi adquirindo uma tremenda complexidade, sobretudo com a aplicação e desenvolvimento de novas tecnologias como os SIG, os quais oferecem uma grande capacidade analítica, não se limitando ao mero armazenamento e mapeamento de dados geográficos (Wheatley & Gillings, 2002; García-Sanjuán, 2005; Conolly & Lake, 2006; Bevan & Lake, 2013).

As primeiras aplicações analíticas dos SIG à Arqueologia remontam aos finais dos anos setenta do século passado, embora sejam totalmente excepcionais. Durante a década de oitenta desse mesmo século, em países como os Estados Unidos da América, Canadá e Inglaterra, os SIG aparecem, sobretudo, ligados à análise preditiva de sítios arqueológicos no contexto da protecção e gestão patrimonial. Nos inícios da década de noventa, os SIG começam a generalizar-se em muitos países, embora ainda em circuitos relativamente limitados. Nos finais da década de noventa e inícios do século XXI assiste-se a uma verdadeira revolução em todos os âmbitos: investigação, gestão, administração, universidades e empresas. Assim, ainda que desde já há algum tempo os SIG sejam rotineiramente utilizados em Arqueologia, a generalização do seu uso é relativamente recente. Estas tecnologias inovadoras supuseram uma verdadeira revolução no estudo e na percepção do território, uma vez que nos permitem integrar e analisar um conjunto de dados e de variáveis espaciais, possibilitando-nos um ideal de objectificação a partir da quantificação dessas mesmas variáveis.

A partir da década de sessenta do século passado assistiu-se a uma mudança na concepção do registo arqueológico com a denominada Arqueologia Espacial (Hodder & Orton, 1979). Este deixou de estar apenas centrado no sítio arqueológico em si, passando a conceber-se a uma escala mais ampla. A partir dos anos oitenta, a paisagem converte-se mesmo no objecto a partir do qual se constrói o próprio registo, ou seja, a paisagem converte-se no próprio objecto de estudo e já não apenas no contexto de análise, procurando superar-se a noção de espaço como território e fronteira, permitindo incorporar dentro da mesma análise a dimensão física ou ambiental do espaço, a social ou territorial, mas também a simbólica ou imaginária (Criado-Boado et al., 1991; Criado-Boado, Aira Rodríguez, & Díaz-Fierros Viqueira, 1986).

A análise da territorialidade implica um necessário e prévio reconhecimento do território que forneça os dados necessários para a análise e interpretação territorial, mantendo, por isso, uma relação estreita e sequencial (García-Sanjuán, 2005). Deste

modo, e como em qualquer disciplina científica, a recolha e preparação dos dados precede a análise e interpretação dos mesmos.

Por outro lado, e de forma complementar, existem uma série de técnicas de detecção remota que se relacionam com a obtenção de informação geográfica, que têm tido uma crescente aplicabilidade em Arqueologia (e.g. Comer & Harrower, 2013; Wiseman & El-Baz, 2007). Estas podem ser subdivididas em sensores passivos, como a fotogrametria, e sensores activos, como o LiDAR (*Light Detection And Ranging*) aéreo, também conhecido por varrimento laser aéreo (*airborne laser scanning*).

A fotogrametria, que se refere à obtenção de dados geométricos a partir de pares de imagens, recebeu recentemente um grande impulso, particularmente através do desenvolvimento de técnicas automáticas de visão computacional denominadas por *Structure from Motion* (SfM) (De Reu et al., 2013; Green, Bevan, & Shapland, 2014; Verhoeven, Doneus, Briese, & Vermeulen, 2012; Verhoeven, 2011). A fotogrametria tem múltiplas aplicabilidades, embora a nós nos tenha interessado o seu uso na restituição digital de fotografias aéreas históricas, sobretudo em zonas já irreversivelmente alteradas em épocas mais recentes, no seguimento de outros trabalhos já publicados (Cerrillo-Cuenca & Sanjosé, 2013; Cerrillo-Cuenca, 2011; Cowley & Stichelbaut, 2013; Fumadó-Ortega & Sánchez-Pardo, 2013; Pérez-Álvarez, Herrera, Martínez del Pozo, & de Tena, 2013; Pérez-Álvarez, Bascón-Arroyo, & Charro-Lobato, 2014; Pérez-Álvarez, Bascón-Arroyo, Crespo-Pérez, & Charro-Lobato, 2013; Redweik, Roque, Marques, Matildes, & Marques, 2010; Risbøl, Briese, Doneus, & Nesbakken, 2014), bem como o seu uso no processamento de fotografias aéreas obtidas a partir de plataformas aéreas de baixa altitude (Martínez-del-Pozo, Cerrillo-Cuenca, & Salas-Tovar, 2013; Verhoeven, Taelman, & Vermeulen, 2012).

O LiDAR aéreo, por seu lado, permite um mapeamento tridimensional muito preciso da superfície terrestre através de um sensor laser acoplado a uma plataforma aérea, permitindo a obtenção de modelos digitais de superfície (representando todos os elementos que estão à superfície) e terreno (representando apenas a superfície topográfica) de alta-resolução e detalhe, tendo a grande vantagem de os pulsos laser conseguirem penetrar na vegetação e obter, assim, informação topográfica sobre a superfície terrestre e sobre eventuais estruturas arqueológicas ocultas pela vegetação (Simon Crutchley & Crow, 2010; Mlekuž, 2013; Opitz & Cowley, 2013).

É importante ter em conta que cada técnica poderá revelar determinadas estruturas arqueológicas, mas para obtermos uma compreensão o mais completa possível de uma paisagem é necessário combinar de forma integrada todas as fontes e técnicas disponíveis,

ou seja, é justamente esta combinação e integração que proporciona o método mais eficaz para o estudo histórico da paisagem (Crutchley, 2009).

As tecnologias geoespaciais previamente mencionadas, nomeadamente a fotogrametria e o LiDAR, foram utilizadas, com diferentes finalidades de análise, neste trabalho de investigação, tal como iremos demonstrar ao longo do texto.

Posto isto, é fundamental uma abordagem crítica e reflexiva em relação ao uso das tecnologias geoespaciais em Arqueologia, alicerçada em sólidas problemáticas científicas (Hacıgüzeller, 2012). As tecnologias de informação geográfica são, hoje em dia, fundamentais para a análise do registo arqueológico, que tem uma intrínseca dimensão espacial, enquanto ferramentas de criação de sentido e de resposta a problemas concretos e a perguntas de investigação explicitamente formuladas, tendo promovido uma mudança radical na maneira como os arqueólogos abordam os seus dados e as relações espaciais entre os mesmos (McCoy & Ladefoged, 2009). Existe alguma tendência para reduzir estas tecnologias a meros acessórios de trabalho, onde o seu uso se faz de forma totalmente irreflexiva e simplesmente orientada à produção de *pretty pictures* e de *dot distribution maps*, este último no caso mais específico dos SIG's, o que reduz enormemente o seu potencial científico, embora haja uma cada vez maior inter-relação entre a Arqueologia da Paisagem e análise espacial SIG, sobretudo através do uso cada vez mais sistemático de "viewshed and cost-surface functions" (*ibid.*: 281). Em última instância, o seu uso deve ser entendido "as a way to extend archaeology in new directions and to recognize that the digital representation and treatment of archaeological information can generate new forms of doing archaeology." (Llobera, 2011: 193).

Capítulo 2 - “Oppidização” e “romanização” no Noroeste Peninsular - estado da arte

«As nações, umas são mais brancas, outras mais pretas, porque umas estão mais vizinhas, outras mais remotas do sol. E pode haver maior inconsideração do entendimento, nem maior erro do juízo entre os homens, que cuidar eu que hei-de ser vosso senhor, porque nasci mais longe do sol, e que vós haveis de ser meu escravo, porque nasceste mais perto? Dos magos, que hoje vieram ao presépio, dos eram brancos e um preto, como diz a tradição; e seria justo que mandasse Cristo que Gaspar e Baltasar, porque eram brancos, tornassem livres para o Oriente, e Belchior, porque era pretinho, ficasse em Belém por escravo, ainda que fosse de S. José?»

Padre António Vieira, “Sermão da Epifania”, 1662

Nesta parte procuraremos sintetizar a evidência disponível sobre os processos de “oppidização” e “romanização” da parte Meridional do Noroeste Peninsular, de forma a nos servir de base comparativa para a análise do contexto histórico do fim da Idade do Ferro e inícios de época Romana na região do Alto Tâmega e Barroso, por contraste com a evidência disponível para a zona de Trás-os-Montes Oriental (Lemos, 1993) e Noroeste de Zamora (Esparza-Arroyo, 1987, 2011). Por outro lado, consideramos fundamental enquadrar estas questões dentro do actual debate teórico a nível europeu em torno dos processos históricos ocorridos entre finais da Idade do Ferro e inícios de época Romana (e.g. Haselgrove & Moore, 2007; Thurston, 2009; Ruiz-Zapatero, 2011; Fernández-Götz, Wendling, & Winger, 2014; Stoddart & Popa, 2014).

Para tal, é fundamental uma tentativa de aproximação ao estudo e análise dos processos de mudança sociopolítica, territorial e identitários ocorridos na transição entre a Idade do Ferro e a época Romana, de forma a se tentar construir uma narrativa coerente e consistente sobre estes processos de mudança ocorridos na paisagem, no povoamento, na

estrutura social e na cultura material, partindo do pressuposto da heterogeneidade cultural e da variabilidade regional, ou seja, da diversidade de contextos e de experiências.

Deste modo, consideramos como essencial apresentar e discutir o estado da arte em torno às problemáticas da “oppidização” e “romanização” do Noroeste Peninsular, integrando esta discussão no actual debate teórico ao nível europeu.

2.1. “Oppidização”

Referimo-nos aqui ao conceito de “oppidização” em relação ao processo de formação e desenvolvimento de grandes castros ou *oppida* que ocorreu, em particular, na parte Meridional do Noroeste Peninsular, entre os séculos II a.C. e I d.C., justamente entre o final da Idade do Ferro e inícios de época Romana.

Ao contrário de outras correntes teóricas que postulam uma evolução social linear na Idade do Ferro em base a comunidades que acedem de forma igualitária aos meios de produção sem qualquer tipo de hierarquia social (Currás-Refojos, 2014; Sastre & Sánchez-Palencia, 2012; Sastre, 2002, 2004, 2011), partilhamos antes da ideia de uma evolução social não-linear, com processos de resistência e de involução social para formações sociais mais colectivas, nomeadamente na transição entre o Bronze Final e a Primeira Idade do Ferro (Armada-Pita, 2013), mas também o processo inverso de passagem de sociedades mais indivisas para formações sociais mais desiguais na transição da Primeira para a Segunda Idade do Ferro, embora com maior visibilidade no final da Idade do Ferro a partir do século II a.C., coincidindo justamente com o surgimento dos *oppida* (González-García et al., 2011; Parcero-Oubiña & Criado-Boado, 2013).

Iremos de seguida realizar uma revisão do estado da arte em relação à problemática dos *oppida*, propondo novas linhas interpretativas e de análise.

2.1.1. Revisão da literatura

Considerou-se tradicionalmente (Acuña-Castroviejo, 1996; Almeida, 1983; Calo-Lourido, 1993) que os *oppida* surgiram a partir da conquista romana do Noroeste e especialmente como um produto induzido directamente por esta, pelo que o apogeu destes grandes povoados teria ocorrido a partir da época de Augusto. Há quem considere mesmo que os Romanos induziram, ou mesmo forçaram, as comunidades indígenas a

construir estes *oppida* segundo os seus próprios padrões, tendo sido encorajadas a mudar-se para estes centros como forma de controlar e aculturar estas comunidades (Queiroga, 2003, 2007). Outros autores (Sastre, 2004), matizando um pouco tais ideias, consideram estes lugares centrais como resultado de uma influência indirecta do imperialismo romano, considerando que alguns *oppida* podem ter tido origem em época pré-provincial, enquanto outros parecem tratar-se de novas fundações no câmbio de era, embora a consolidação destes lugares centrais responda já aos processos de integração no mundo Romano, hipótese seguida de perto num recente trabalho de investigação (Currás-Refojos, 2014). Outros autores (Martins 1990; Carvalho 2008), defendendo um largo processo endógeno de intensificação económica que originou um processo de complexificação social nos finais da Idade do Ferro, consideram fundamental a precoce pacificação da parte Meridional do Noroeste relativamente aos territórios mais setentrionais, bem como a sua maior proximidade em relação ao Sul da Península e consequente abertura às rotas de intercâmbio.

No entanto, existem actualmente bastantes dados que atestam que os *oppida* se geram antes da efectiva conquista Romana do Noroeste, mais concretamente a partir de meados do século II a.C. (González-Ruibal, 2006a: 318-339), tratando-se antes de um processo de auto-organização indígena, ainda que estimulado pelos contactos cada vez mais sistemáticos com o mundo Romano. A sua datação coincide bastante bem com o surgimento dos *oppida* na Europa temperada a partir de meados do século II a.C., considerados como as primeiras cidades a Norte dos Alpes (Collis, 1984), embora investigações recentes apontem a que este processo de urbanização e centralização possa mesmo ter tido uma origem anterior (Fernández-Götz, Wendling, & Winger, 2014).

Todavia, mais que um todo homogéneo com uma evolução unilinear, devemos antes contemplar uma multiplicidade de experiências históricas particulares a diferentes escalas antes e depois da chegada dos Romanos (González Ruibal, 2006-07: 328-349). Como nas demais regiões europeias, não houve no Noroeste “uma sociedade da Idade de Ferro”, mas antes várias sociedades da Idade do Ferro, superando-se o tradicional “modelo social triangular” (Hill, 2006).

No Noroeste Peninsular, esta variabilidade social esteve durante bastante tempo dissimulada sob o conceito artificial de “cultura castreja” (Martins, 1993), que preconiza, segundo uma perspectiva histórico-cultural, a existência de uma “cultura arqueológica” única para a Idade do Ferro, embora com o avançar dos estudos regionais de povoamento proto-histórico e romano esta variabilidade tornou-se cada vez mais uma evidência (Carballo-Arceo & González-Ruibal, 2003; Carballo-Arceo & Fábregas-Valcarce, 2006), pelo

que devemos agora contemplar um “mosaico de grupos arqueológicos castrejos” face à existência de diferentes modelos de povoamento, relacionados com diferentes sistemas sociopolíticos (González-Álvarez, 2011a).

Sem dúvida que os *oppida* supuseram uma nova tecnologia de poder dentro de uma marcada economia política de poder, à qual estavam associadas outras tecnologias de poder, como a própria decoração arquitectónica, que recorria a símbolos partilhados por toda a comunidade como forma de justificar e consolidar o poder das elites. Assistimos, a partir de meados dos dois últimos séculos antes do câmbio de era, à criação do que se denominou “grande estilo” (Earle 2002: 16; González Ruibal 2007: 306), que são típicos das chefaturas complexas e das sociedades mais desiguais e hierárquicas e formam parte dos seus mecanismos de construção e legitimação do poder e de diferenciação social. Esta multiplicação e visibilização da cultura material é uma forma evidente de se marcar e acentuar as diferenças sociais.

Estes elementos permitiram articular uma ideologia mais hierárquica e centralizadora, associada a novas formas de controlo social, como o chamado “proto-urbanismo” (organização ortogonal do espaço interno), mas também de restrição do poder das elites, como os edifícios comunitários, o que pode ter favorecido a criação de uma identidade social comum (González Ruibal 2008b: 922-925). Evidentemente que o contacto e a pressão romana pode ter acelerado e estimulado todo este processo, embora talvez não se tenha tratado de um processo unidireccional e monocausal. É necessário entender os *oppida* em relação estrutural a toda uma série de fenómenos sociais, políticos e culturais que ocorrem no sul da *Callaecia* entre os séculos II a.C. e I d.C. (González Ruibal 2008b: 924).

É provável que a formação de lugares centrais tenha gerado fenómenos não só de sinecismo e de concentração populacional, possivelmente acompanhado por um incremento da produção, especialização económica e geração de excedentes, mas também de hierarquização territorial e social. Esta hierarquização implica uma diferenciação funcional entre os assentamentos e não apenas uma variabilidade de tamanhos e de monumentalidade construtiva, ou seja, requer o surgimento de lugares centrais dos quais depende a articulação de um território povoado por assentamentos de carácter secundário (Sastre, 2004: 105). Todavia, o surgimento de cidades e de sistemas estatais não tem necessariamente que implicar a existência de uma hierarquização territorial clara (cidades, núcleos secundários, aldeias, etc.). Evidentemente que existe o problema cronológico, pois muitas vezes é bastante difícil de aferir acerca dos processos diacrónicos e sincrónicos ao nível do povoamento.

2.1.2. Novas perspectivas

O termo *oppidum* esconde seguramente diferentes realidades, tanto a nível europeu (Woolf, 1993), como no próprio contexto do Noroeste Peninsular (González-Ruibal, 2006a). Os *oppida* do Noroeste Ibérico, talvez de forma mais consensual do que alguns dos *oppida* centro-europeus, cuja classificação urbana foi já bastante discutida (Woolf, 1993), aparentam ter polarizado determinadas funções específicas (Silva, 2007), nomeadamente políticas, económicas e rituais, resultantes do processo de concentração populacional (Cruz, 2015) (Figura 1).



Figura 1: Castro de San Cibrán de Lás (© Parque Arqueológico da Cultura Castrexa).

Uma questão básica relacionada com o surgimento dos *oppida*, e que gera ainda bastante debate, é se este fenómeno responde a um processo de evolução interna, estimulado pelo contacto com Roma, ou se corresponde antes a um processo imposto por Roma. Segundo a nossa proposta, entendemos a “oppidização” como um processo de auto-organização, consciente e intencional, das comunidades indígenas, estimulado, sobretudo na sua etapa final, por uma crescente demanda de matérias-primas pelo mundo romano, em linha com os trabalhos de outros investigadores (Álvarez-Sanchís, 1999, 2000, 2011; Fernández-Götz, 2013b, 2014c; González-Ruibal, 2006a). Não perspectivamos este processo como algo imposto por Roma, mas antes negociado e pactuado entre as comunidades indígenas e o poder romano.

Richard Blanton (1998) estabeleceu uma interessante distinção entre “exclusionary and corporate political economies”. As economias políticas corporativas limitam o poder das elites, que têm que obter com frequência a aceitação e concordância da restante comunidade, pelo que os líderes estão mais dependentes das populações locais (Blanton & Fargher, 2008). Estamos de acordo com Alfredo González Ruibal (2012: 250) quando refere que as economias políticas corporativas seriam possivelmente o tipo de economia de poder dominante na Idade do Ferro europeia. Charles Stanish (2002) apontou alguns dos mecanismos, tais como festas e rituais, aos quais as elites recorreriam como forma de manter a sua legitimidade perante os seus seguidores. O consumo de álcool está directamente relacionado com o desenvolvimento de relações institucionalizadas de desigualdade social, sendo que as elites promoveriam o seu consumo através de festas e rituais como uma forma de legitimar o seu poder e de garantir a sua aceitação social (Dietler, 1990; Dietler & Hayden, 2001; Dietler, 2006).

Nos *oppida* é evidente a importação massiva de ânforas vinárias a partir de meados do século I a.C., em particular de Haltern 70, que se associam normalmente a um processo de *annona militaris* (Carreras-Monfort & Morais, 2010, 2012), embora as ânforas apareçam maioritariamente no interior das povoações indígenas, o que terá que se relacionar, pelo menos em parte, com os padrões de consumo das próprias comunidades autóctones. Alguns autores (e.g. Carreras-Monfort & Morais, 2010, 2012; Morais & Carreras-Monfort, 2004; Morais, 2013) têm defendido a existência de um sistema de mercado híbrido, a cargo de particulares, relacionado com um sistema de abastecimento de baixo custo das ânforas Haltern 70, numa estreita relação entre as variáveis custos de transporte e etnicidade das populações indígenas, preferencialmente destinado ao provimento dos exércitos e dos núcleos de mineração aurífera nas primeiras décadas do período imperial.

Na fachada atlântica, nomeadamente perto da foz do Cávado e do Ave, têm aparecido recentemente diversos vestígios arqueológicos que se podem relacionar directamente com contextos de naufrágios e com a própria navegação de época romana, nomeadamente grandes quantidades de material cerâmico, sobretudo de ânforas Haltern 70, cepos de âncora e mesmo partes de embarcações, que dão à costa ou são encontrados em contexto subaquático, sendo testemunho directo das intensas relações comerciais entre o Sul da Península Ibérica e o Noroeste Peninsular, que, a partir de então, já se encontra definitivamente integrado na rede comercial do Império romano (Carreras-Monfort & Morais, 2012; Granja & Morais, 2010; Morais, Granja, & Morillo-Cerdán, 2013).

Todavia, importa distinguir um ciclo comercial romano antigo, desde meados do século II a.C. até ao último quartel do século I a.C., e um ciclo comercial romano recente

a partir de Augusto, sendo que o primeiro se pode considerar pré-romano, enquanto o segundo seria já um ciclo comercial propriamente romano (González-Ruibal, Rodríguez-Martínez, & Ayán-Vila, 2010; González-Ruibal, 2004b, 2006a: 513-524). Tal como afirma González-Ruibal (2006a: 524), “la época de Augusto y Tiberio supone una fase de transición entre los usos alodóxicos y los usos “correctos” de los bienes importados del Mediterráneo.”.

O recentemente escavado Castro do Vieito (Perre, Viana do Castelo), localizado na margem direita do estuário do rio Lima, cuja intervenção arqueológica foi motivada pela construção da auto-estrada A28/IC1 - Viana do Castelo/Caminha (Troço Sul Viana do Castelo/Riba de Âncora), entre Junho de 2004 e Julho de 2005, sob a direcção de António José Marques da Silva (AMS - Análise e Consultadoria Arqueológica, Lda.), abrangeu uma área de cerca de 15.000 m², permitindo a descoberta de níveis de ocupação enquadráveis cronologicamente entre finais do século I a.C. e meados do século I d.C., tendo sido afectados cerca de 2/3 da área total do povoado (Silva, 2012).

Segundo este mesmo autor (*ibid.*), a comunidade que habitou o Castro do Vieito estaria responsável pelo abastecimento militar, que supostamente estariam a coordenar os trabalhos de exploração mineira, bem como a exercer funções logísticas e de policiamento da região, nomeadamente em relação à construção da Via XIX. Este sítio forneceu o maior número de ânforas Haltern 70 de todo o Império Romano, nove vezes superior que a capital do *conventus Bracarensis*, *Bracara Augusta* (Silva, 2012, 2015). O autor procura correlacionar a estrutura espacial do povoado com a estrutura social e económica da comunidade que ali residiu, analisando o impacto da “romanização” na vida quotidiana desta comunidade indígena.

Este povoado segue de perto o modelo dos grandes *oppida* da região, como o da vizinha Citânia de Santa Luzia (Almeida, 2003b, 2008), embora a uma escala menor, obedecendo a uma estratégia social que concentra população num novo assentamento, distribuída por diversas unidades domésticas que se subdividem utilizando como referentes espaciais a muralha, os muros de suporte e as vias de circulação, havendo a destacar a existência de um edifício comunitário, bem como de uma casa de planta rectangular que imita claramente a *domus* latina, tratando-se de “(...) un ejemplo excepcional en el que podemos ver materializada una pervivencia (que podemos interpretar como resistencia más que como hibridación o mestizaje) de las formas culturales y de las relaciones casa/familia-comunidad tradicionales en los primeros momentos de la romanización, en época augustea y julio-claudia.” (Ayán-Vila, 2012: 741) (Figura 2).

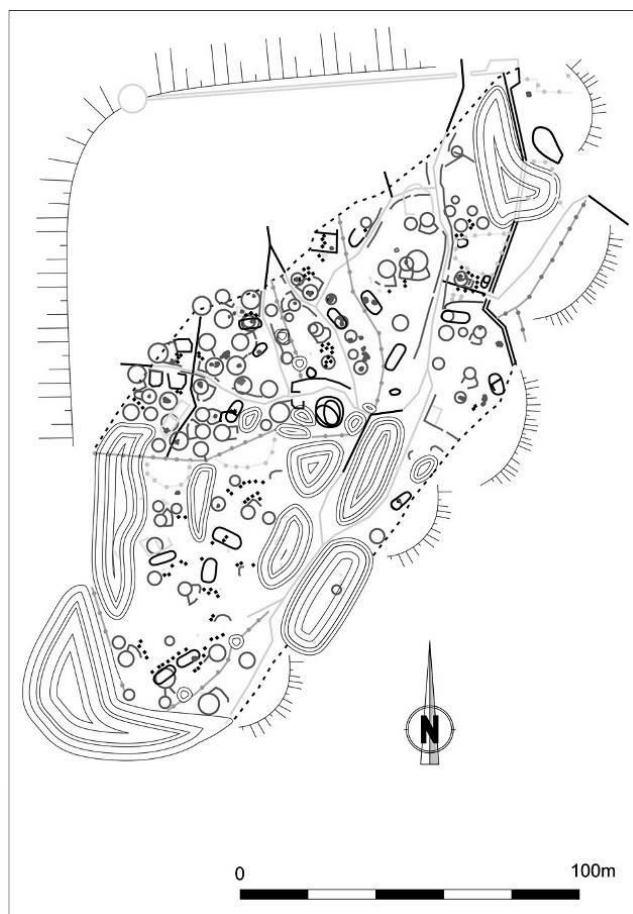


Figura 2: Planta esquemática do Castro do Vieito (Silva, 2015: 16, Fig. 3).

Mas onde se encontrava acantonado o exército romano? A associação da presença massiva de ânforas Haltern 70 na parte Meridional do Noroeste Peninsular com um processo de *annona militaris* pecou sempre pela quase total invisibilidade arqueológica do exército romano nesta zona. Porém, identificamos recentemente um possível recinto militar romano no vale do Minho (Campos, Vila Nova de Cerveira)¹, que, infelizmente, foi completamente destruído pela construção de uma zona industrial na década de 80 do século passado, pelo que apenas podemos aceder à sua estrutura e morfologia através de fotografias aéreas históricas (Costa-García, Blanco-Rotea, Gago-Mariño, & Fonte, 2015) (Figura 3). Este possível recinto militar romano, possivelmente do tipo “*castra aestiva/hiberna*”, localiza-se num suave promontório sobre o rio Minho, tendo uma planta sensivelmente rectangular com as esquinas arredondadas, com uma orientação Norte-Sul, que se materializa no traçado de duas linhas paralelas, identificáveis nas fotos aéreas históricas em função dos princípios de acumulação diferencial da humidade: uma interior

¹ Este recinto foi inicialmente reconhecido no âmbito da investigação doutoral de Rebeca Blanco-Rotea sobre as fortificações modernas no vale do Minho, que foi recentemente terminada e defendida (Blanco-Rotea, 2015). Encontra-se em preparação um artigo onde se irá estudar e analisar em detalhe ambos recintos, romano e moderno, de Campos.

mais esbranquiçada, que parece tratar-se de uma estrutura positiva, um provável talude, e outra exterior mais escura, quase negra, que parece tratar-se de uma estrutura negativa, um provável fosso, conformando, muito possivelmente, um *agger ac uallum* (Figura 3). Este recinto tem uma área total, incluindo as defesas, de pelo menos 5,5 ha, podendo albergar cerca de seis *cohortes*, ou seja, aproximadamente 2.800 homens. Em meados do século XX a parte Norte-Nordeste deste recinto encontrava-se já bastante alterada.

No século XVII este recinto foi reutilizado com a construção na sua esquina Nordeste de um forte no contexto da Guerra da Restauração Portuguesa (1640-1668) (Blanco-Rotea, 2015: 478-485). O forte moderno de Campos apresenta uma planta aproximadamente quadrangular, tendo também na zona Sudeste uma outra estrutura anexa de planta trapezoidal que parece proteger a zona de acesso à estrutura quadrangular. Possui uma orientação sensivelmente Noroeste-Sudeste, tendo, portanto, uma orientação diferente do possível recinto militar romano, pelo que se deverão tratar de duas estruturas tipologicamente diferentes.

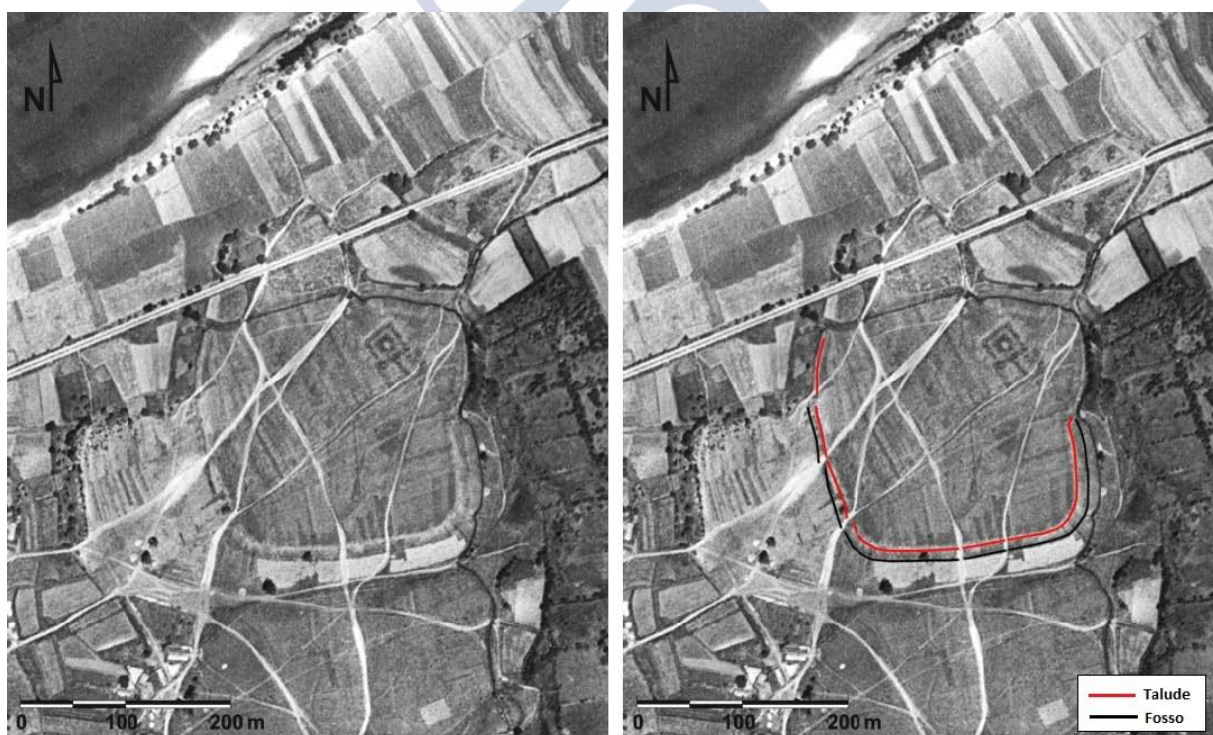


Figura 3: Recinto de Campos a partir da ortofotografia do voo USAF de 1958 (Costa-García et al., 2015).

Visto que o recinto se encontra completamente destruído, torna-se bastante difícil e arriscada qualquer tentativa de contextualização histórica do mesmo, embora possamos considerar que se poderia relacionar com o processo de reorganização e exploração do

território na imediata pós-guerra de conquista do Noroeste Peninsular, ainda durante o governo de Augusto.

Na envolvente próxima existem diversas frentes de exploração mineira, particularmente em contexto secundário (Currás-Refojos & López-González, 2011) (Figura 4), cuja exploração implicou a construção de redes hidráulicas, bem como a própria Via XIX, cuja construção data da época de Augusta e que se encontra a cerca de 6 km em linha recta deste recinto (Rodríguez-Colmenero et al., 2004) (Figura 5), pelo que a presença do exército romano nesta zona poderia estar também relacionada com a construção de infra-estruturas várias.

Será necessário identificarem-se no Norte de Portugal mais recintos militares romanos que se possam relacionar com uma possível ocupação militar romana.

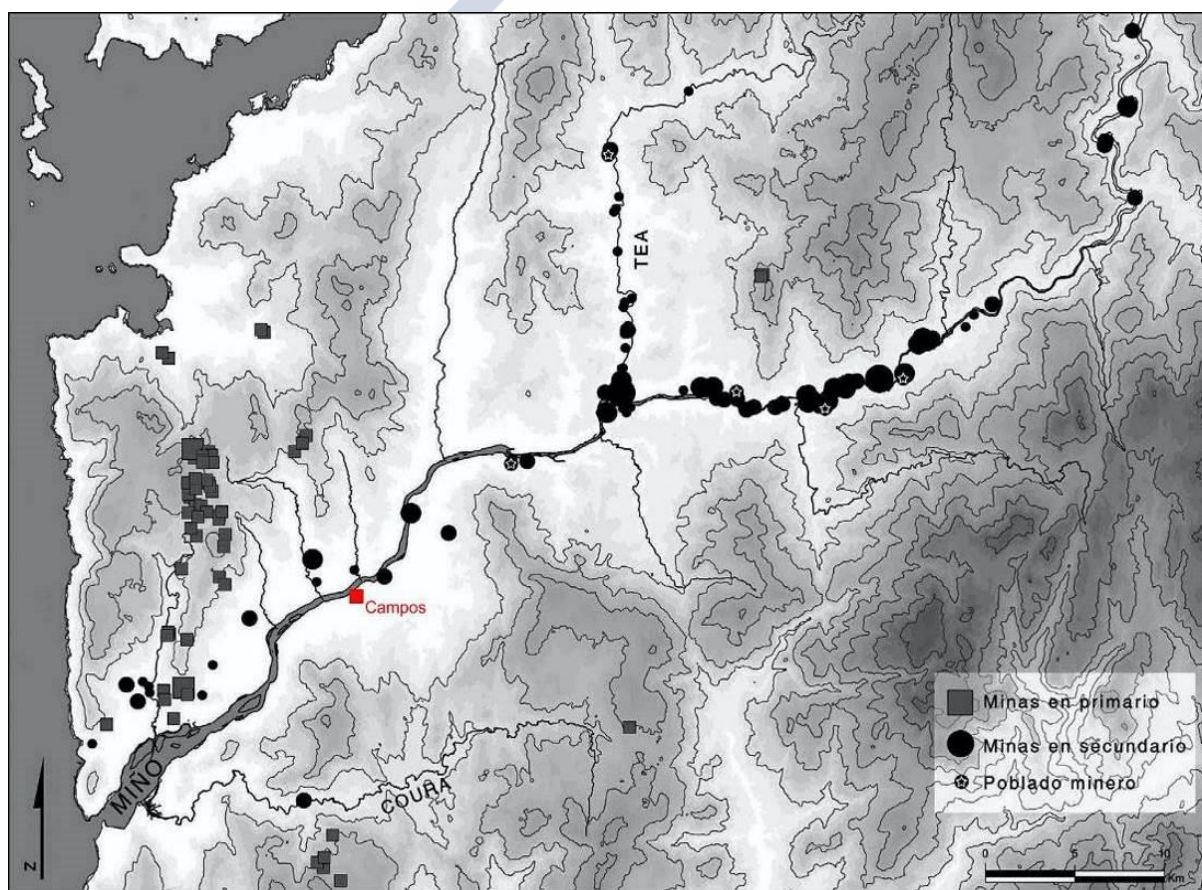


Figura 4: Mineração romana da zona do Baixo Minho com a localização do recinto de Campos (adaptado a partir de Currás-Refojos & López-González, 2011: 184, Fig. 1).

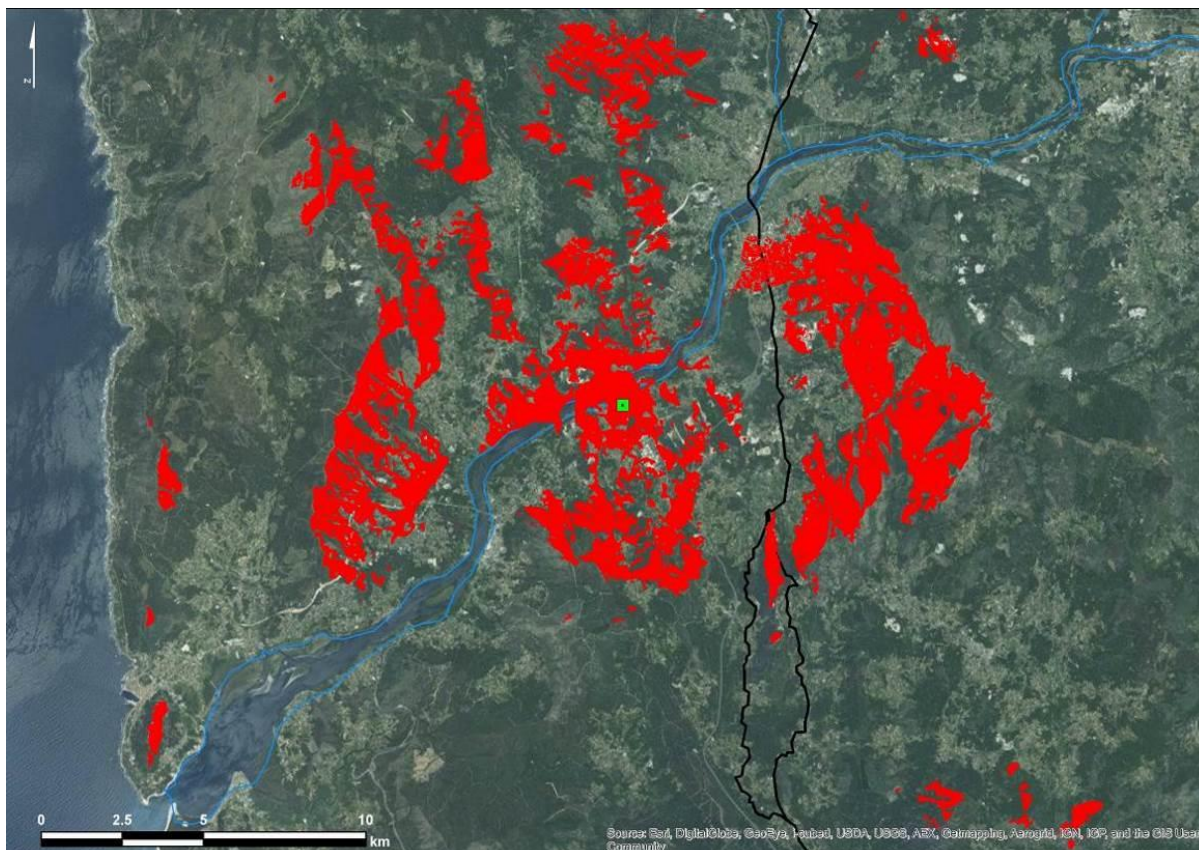


Figura 5: Visibilidade do recinto de Campos e traçado da Via XIX (Rodríguez-Colmenero et al., 2004).

Posto isto, os *oppida* implicam um comportamento corporativo, com objectivos e metas partilhadas pela comunidade. A concentração demográfica e o aumento do tamanho dos grupos torna a cooperação recíproca mais complicada, o que envolve a existência de uma entidade social que organize a população, bem como de determinadas estratégias e medidas que propiciem a cooperação. Nos grupos organizados corporativamente, os líderes tendem a não monopolizar a riqueza nas suas mãos, embora usem determinadas estratégias para exercer o seu poder e predomínio político sobre a restante comunidade (Price & Feinman, 2010). As elites não exercem um poder coercivo sobre as comunidades, apostando antes na implementação de organizações especializadas de trabalho, onde as pessoas não trabalham mais nem são forçadas a tal, senão que trabalham de forma diferente e mais organizada com vista à geração de excedentes produtivos (Stanish, 2009).

O êxito da criação de mecanismos de trabalho corporativo irá resultar numa paisagem política mais competitiva em base a níveis mais elevados de cooperação e de produção. A manutenção de famílias alargadas politicamente autónomas a trabalhar juntas em organizações corporativas é justamente um dos principais objectivos políticos das elites não coercivas, que implementam uma série de estratégias para sustentarem este tipo de organização, dando origem a formações sociopolíticas mais complexas e

competitivas (*ibid.*). Um contexto de contacto cultural que motiva *stress* sobre determinados produtos e competição entre grupos sociais, pode originar um processo de intensificação económica com vista à geração de excedentes produtivos, favorecendo a concentração populacional e as organizações corporativas de trabalho. A concentração demográfica nos *oppida* implicou a organização interna do espaço com vista ao controlo espacial da população, havendo também determinados elementos de cariz comunitário, como as já mencionadas “casas do conselho” (Silva, 2007), que restringiam o próprio poder das elites.

2.1.3. Estrutura territorial dos *oppida* e economia política

Manuela Martins (1990: 207-211) definiu para a bacia do curso médio do rio Cávado três grupos de povoados, em base às suas principais características topográficas e a indícios de natureza cultural. Incluem-se no primeiro tipo (A) povoados que ocupam os relevos mais significativos da região, situando-se alguns em linhas divisórias de bacias hidrográficas, assentando sistematicamente em locais que são, ou remates de esporões, ou se desenvolvem em esporão (*ibid.*: 207). Os povoados de tipo B distinguem-se dos da categoria anterior por assentarem em cabeços ou outeiros de média altitude, e não em remates de esporão, embora se destaquem no conjunto do relevo envolvente e possuam, em regra, uma razoável posição estratégica (*ibid.*: 207). Por último, os povoados do grupo C implantam-se em pequenos outeiros de baixa altitude, estruturalmente definidos por uma única plataforma de ocupação, regra geral, defendida por uma única muralha e por fossos (Martins 1990: 209).

No seguimento deste trabalho, Helena Carvalho (2008: 163-177) definiu também três categorias de povoados fortificados, discriminados em função das suas características topográficas, categorização esta extensível agora ao povoamento pré-romano do Entre-Douro-e-Minho. Uma primeira categoria agrupa os povoados localizados em esporões ou remates de esporão que possuem, por isso, uma posição de domínio na paisagem (A) (*ibid.*: 166-168). Uma segunda enquadra os que se localizam em outeiros de altitude média, destacados na paisagem envolvente, mas sem a visibilidade dos primeiros (B) (*ibid.*: 169-172). Finalmente, um último grupo abarca os povoados localizados em pequenos outeiros de baixa altitude, situados em zonas de vale (C) (*ibid.*: 172-176).

Em ambos casos, os *oppida* enquadram-se em locais próprios dos povoados de tipo A. Os *oppida* litorais ocupam posições proeminentes e destacadas na paisagem, com ampla visibilidade sobre o território, especialmente a larga distância, além de serem lugares

bastante conspícuos, com escassa acessibilidade e bastante visíveis desde a envolvente, visibilidade que é reforçada pelas criações monumentais artificiais, devido aos acusados declives que rodeiam os povoados, onde os factores locais mais decisivos passam a ser os estratégicos, sendo que a proximidade aos terrenos com melhores aptidões produtivas deixa de ser um factor locacional importante, o que contrasta com a concentração populacional que ocorre nos *oppida* (Parcero-Oubiña et al. 2007: 221).

Este processo de “oppidização” originou uma modificação das formas de estruturação da paisagem, desenvolvendo-se agora um modelo de paisagem mais complexo e hierárquico, onde os *oppida* passam a ser elementos centrais a nível territorial. Os factores de localização descritos, aliados aos também já referidos processos de concentração populacional, contrastam com uma exploração intensiva da envolvente, sendo um primeiro indício de algum tipo de estruturação territorial em torno dos mesmos, pelo que certamente existiriam alguns assentamentos secundários dependentes dos *oppida* (Parcero Oubiña et al. 2007: 222-223), além de que se situam geralmente de forma equidistante entre si, o que parece indicar um processo de polarização e de estruturação supralocal das redes de povoamento (Silva, 2007). Evidentemente que os *oppida* não são povoados orientados à auto-suficiência, pois o equilíbrio entre a povoação e a capacidade produtiva da envolvente é claramente desigual, acelerando-se o risco de complexificação e de hierarquização social.

Relativamente aos povoados de tipo B, Manuela Martins (1990: 209) considera, a título de hipótese, que poderão traduzir certo esgotamento dos locais mais privilegiados, ocupados preferencialmente desde os inícios do I milénio a.C., gozando ainda de uma importante posição estratégica no contexto geomorfológico do vale. Podendo estar eventualmente vinculados com os povoados de tipo A, os povoados de tipo B são reveladores de profundas transformações na estrutura económica das comunidades indígenas. As escavações arqueológicas no Monte do Facho (Abade de Neiva, Barcelos), que se integra neste tipo, revelaram a existência de habitações de planta circular, com uma cronologia situada entre finais do século I a.C. e inícios do I d.C., onde, a par de cerâmica indígena, foram também exumadas cerâmicas comuns romanas e importadas, com destaque para as ânforas Haltern 70 e *sigillata* itálica e hispânica (Almeida & Soeiro, 1980).

Dentro da categoria de povoados de tipo C, inserem-se os denominados “castros agrícolas” (Almeida 1983; Almeida 2003), que chegaram a ser identificados com supostos estabelecimentos militares romanos (Cortez, 1951; problemática discutida em Fabião, 2001: 115 e 2004: 69-70). Tal como no caso dos “castros mineiros”, problemática que irá

ser discutida mais à frente neste trabalho (5.4.), não estamos de acordo com esta designação, uma vez que não é evidente, à partida, uma exclusiva especialização, como expressa este conceito, destes povoados na actividade agrícola. A designação de “castros agrícolas” pretende individualizar um conjunto de sítios identificados em zonas de vale, particularmente entre as bacias hidrográficas dos rios Cávado e Minho (Almeida, 2003b) e também na bacia inferior do rio Lima (Almeida, 1990), tendo em comum o facto de serem povoados de pequenas dimensões, normalmente com uma muralha de terra seguida de um fosso.

A cronologia fundacional para este tipo de povoados, segundo este mesmo autor, situa-se entre finais do século I a.C. e os inícios do I d.C.. Todavia, este conceito parece esconder diferentes realidades cronológicas e funcionais. Por exemplo, o Castro do Lago em Amares (Martins, 1988) foi fundado na Segunda Idade do Ferro, não tendo aparentemente sobrevivido à reestruturação territorial de época romana, enquanto Brochado de Almeida (1990, 2003a, 2003b) relaciona estes “castros agrícolas” justamente com o processo de reorganização territorial promovida por Roma na viragem da Era.

Por outro lado, consideramos que o Castro de Lovelhe (Vila Nova de Cerveira) (Almeida 2000, 2003; Morais 2004), no vale do Minho, e o Outeiro dos Picoutos (Esposende) (Almeida, 2003b; Morais, 2004), na foz do Cávado, considerados como “castros agrícolas” (Almeida, 2003b), estariam muito mais vocacionados para a actividade comercial, actuando como entrepostos comerciais associados à rede viária e à navegação marítimo-fluvial, à semelhança das Torres de Oeste (Naveiro-López, 2004) na vizinha Galiza (Pontevedra), na foz do rio Ulla. No caso concreto de Lovelhe, e pelo facto de ter aparecido cerâmica campaniense nas escavações arqueológicas, estaria seguramente ocupado desde meados do século I a.C., antes da reorganização territorial augustea (Almeida, 2000). Como entreposto comercial, destaca-se, na zona Meridional do Noroeste Peninsular, *Cale* (Porto), localizada no Morro da Sé ou da Penaventosa, importante ancoradouro ocupado desde pelo menos os séculos V-IV a.C. (Morais, 2013; Silva, 2010). A localização geoestratégica destes locais motivou que grande parte deles se transformasse em época Romana em *vici*.

Porém, é interessante constatar que têm sido identificadas novas formas de povoamento disperso em zonas de vale, com a particularidade de surgirem nas escavações arqueológicas destes povoados estruturas circulares e cultura material indígena e de serem aparentemente não fortificados, possivelmente na dependência, e presumivelmente coetâneos, de determinados *oppida*, como no caso do povoado da Quinta do Paço, na base

do Castro de Santo Estevão da Facha (Ponte de Lima) (Almeida, 2003), ou do povoado de Saa, na base da Citânia de Santa Trega (A Guarda, Pontevedra) (Padín-Nogueira, 2007).

Desta forma, constata-se na parte ocidental do *conventus Bracarensis* um modelo de povoamento multipolar, uniforme e hierárquico, com destaque para os sítios caracterizados por uma topografia marcante na paisagem, os *oppida*, onde os objectivos estratégicos de controlo territorial parecem ter sido determinantes (Martins & Carvalho, 2010; Trément & Carvalho, 2013).

Por contraste, as actuais regiões de Trás-os-Montes Ocidental e da zona Meridional da Província de Ourense no final da Idade do Ferro (Fonte, Lemos, Cruz, & Carvalho, 2008; Fonte, 2008; González-Ruibal, 2009) poderão eventualmente ser encaradas segundo uma perspectiva de cultura de fronteira entre a zona dos *oppida* bracarenses e os pequenos castros do interior transmontano, tendo lugar processos de hibridização e transculturalismo de produtos culturais, embora com especificidades regionais, tendo em conta a confluência de elementos culturais de procedência diversa. Esta zona encontra-se precisamente na transição entre a zona dos grandes povoados ou *oppida* (Carvalho, 2008; González-Ruibal, 2006a; Lemos, Cruz, Fonte, & Valdez, 2011; Lemos, 2009a, 2009b) e o interior transmontano, povoado com pequenos castros que denotam influências culturais da Meseta (Lemos, 1993). As sociedades híbridas, embora no fundo todas as sociedades de uma forma ou de outra sejam híbridas, são produto de complexos e diversificados intercâmbios entre diferentes tradições culturais, sendo que a cultura material é fundamental como uma forma de construir e manter relações sociais e de negociar identidades. A cultura material é um importante meio para a comunicação cultural e que está activamente envolvida na formação de um determinado contexto cultural.

Como veremos de seguida (4.2.1.), o Outeiro Lesenho poderá eventualmente ser encarado como um “*oppidum* de fronteira”, pois localiza-se justamente na transição entre a área dos *oppida* bracarenses (González-Ruibal, 2006a) e a área dos pequenos castros de Trás-os-Montes Oriental (Lemos, 1993) e Noroeste de Zamora (Esparza-Arroyo, 1987, 2011).

A contrastar com os *oppida* litorais e pré-litorais, onde é perceptível uma organização densa e complexa do espaço doméstico (González-Ruibal, 2006b) os *oppida* destas zonas mais interiores, tomando o exemplo do Outeiro Lesenho (Martins et al. 2010), não parecem revelar uma organização interna semelhante, já que o espaço doméstico parece estruturar-se antes em base a plataformas artificiais, que se adaptam à acidentada topografia tornando-a habitável, o que é perfeitamente visível, por exemplo, no Castro de

Saceda (González-Ruibal 2005: 270-271). Parece ocorrer antes um investimento social na construção e elaboração das estruturas defensivas, em particular das muralhas (Fonte, 2008). Poderão tratar-se de duas formas distintas de construção social da paisagem associados a diferentes identidades culturais (Ruiz-Zapatero, 2003).

É particularmente interessante a relação entre os *oppida* litorais, como o Castro de S. Lourenço (Esposende) (Almeida, 2003), a Citânia de Santa Luzia (Viana do Castelo) (Almeida, 2008) (Figura 6), a Cividade de Bagunte (Vila do Conde) (Dinis, 1993) ou a Cividade de Terroso (Póvoa de Varzim) (Flores & Carneiro, 2005), os pré-litorais, como a Citânia de Briteiros (Guimarães) (Lemos & Cruz, 2007) (Figura 7), a Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira) (Silva, 2007), a Citânia de S. Julião (Vila Verde) (Martins, 1990) ou o Castro de Monte Mozinho (Penafiel) (Soeiro, 1984) (Figura 8) e os *oppida* do interior, como o Outeiro Lesenho, povoado central de uma zona onde os recursos minerais metálicos, sobretudo de estanho e ouro, são particularmente abundantes, pelo menos quando comparada com a zona litoral, e onde parecem ter havido determinados povoados especializados na extracção mineira que serão mais adiante discutidos (Fonte et al., 2008; Fonte, 2008, 2009).

É possível que os povoados costeiros actuassem como intermediários entre os comerciantes mediterrânicos e as comunidades pré-litorais e estas últimas como intermediárias entre os primeiros e as comunidades interiores, que forneceriam o estanho e o ouro (Lemos, Cruz, Fonte, & Valdez, 2011; Lemos, 2009a, 2009b), numa lógica de auto-organização indígena motivada pelos contactos sistemáticos com o mundo mediterrânico (González-Ruibal, 2004b).

Nesta linha, poderá ser interessante a aplicação do conceito de “gateway communities”, sobretudo em relação aos *oppida* litorais e pré-litorais, uma vez que “large and important settlements called gateway communities emerged along natural trade routes at key locales for controlling the movement of commodities” (Hirth, 1978: 35), integrados dentro de uma complexa paisagem sociopolítica, onde o intercâmbio inter-regional teria uma acrescida relevância.

Em síntese, e numa perspectiva de análise territorial a uma escala mais ampla, regista-se uma densa concentração de grandes povoados em relação à fachada litoral, aos vales fluviais e aos corredores naturais de trânsito. A sequência de castros da orla marítima, entre os quais se destacam Bagunte (Vila do Conde), Terroso (Póvoa de Varzim) e São Lourenço (Esposende), articula-se com uma série de povoados que parecem ter funcionado como plataformas logísticas entre o litoral e o interior (Trás-os-Montes

Ocidental). A Citânia de Briteiros, por exemplo, localizava-se no ponto central da rota fluvial que principiava na foz do Ave e terminava nos contrafortes meridionais da Serra da Cabreira, de onde inflectia para o Planalto de Salto, entrando na região do Barroso (Fonte, Valdez, Lemos, & Cruz, 2011).

Ao longo deste trajecto destacam-se uma série de grandes povoados, designadamente Bagunte (Vila do Conde), Alvarelhos (Trofa), Monte Padrão (Santo Tirso), Monte das Eiras (Famalicão), Briteiros (Guimarães), Calvos, Anissó, Roças (Vieira do Minho) e o Alto do Castelo (Linharelhos, Salto), este último localizado na porta de entrada da região do Barroso. No último dos castros citados foram descobertos dois elementos arquitectónicos que revelam a influência dos castros litorais e pré-litorais, nomeadamente duas ombreiras decoradas (Fonte & González-Ruibal, 2006; Fonte, 2009a).



Figura 6. Citânia de Santa Luzia, que controla a foz do rio Lima (© Direcção Regional de Cultura do Norte).



Figura 7: Citânia de Briteiros, que controla o médio vale do rio Ave (© Sociedade Martins Sarmento).



Figura 8: Castro do Monte Mozinho (© Rede de Castros do Noroeste).

Evidentemente que o número de importações mediterrânicas decresce da costa para o interior, além de que a nível qualitativo os objectos que aparecem na costa não são os mesmos que aparecem no interior (González-Ruibal, 2007: 315). Na costa produzia-se uma negociação dos significados dos objectos a partir de parâmetros culturais locais e apenas uma parte desses objectos continuaria em direcção ao interior (*ibid.*). Nas zonas interiores surgem antes objectos que seriam facilmente transportáveis, como as contas de pasta vítrea (Figura 9), embora talvez se pudessem tratar de elementos que seriam mais compreensíveis e assimiláveis por estas comunidades interiores, cujos princípios culturais e formas de organização social diferiam das comunidades do litoral (González-Ruibal, 2006a: 512-534).

O sal poderia ser uma importante moeda de troca entre as comunidades litorais e as interiores, produção esta que se encontra perfeitamente documentada, por exemplo, no Castro de S. Lourenço (Esposende) e sua envolvente próxima, nomeadamente através da identificação de gamelas fixas, localizadas na linha de costa, e amovíveis (Almeida, 2005; Almeida, 2005), sendo que algumas destas últimas foram reutilizadas na cobertura dos beirais de algumas casas indígenas datáveis da mudança de era (Almeida, 2005: 165).

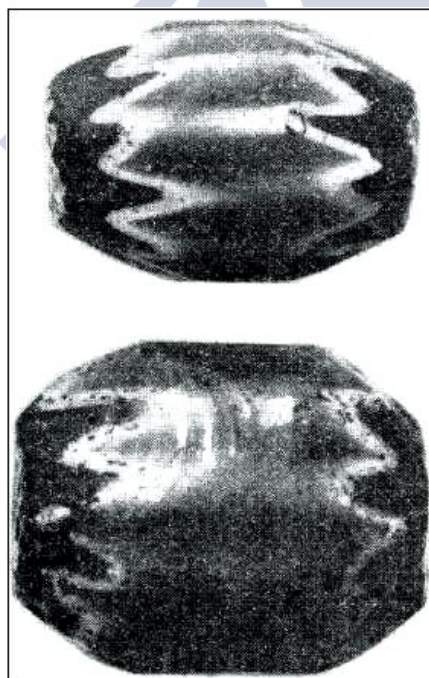


Figura 9: Duas contas policromas de pasta vítrea aparecidas em S. Caetano, Chaves (Cardoso, 1943, 113, Fig. 3, sem escala).

2.2. “Romanização”

O termo “romanização” é, antes de mais, uma etiqueta criada pela comunidade científica moderna para descrever um complexo processo histórico (Soria, 2013: 712). Este termo foi primeiramente introduzido e utilizado pela academia inglesa durante o século XIX como resultado do debate político sobre a comparação entre o imperialismo romano e britânico contemporâneo. O significado do termo baseia-se na ideologia transmitida pelos autores clássicos, segundo os quais, numa deliberada acção de legitimação da política romana de expansão, recorrem ao conceito de “barbaridade” das populações indígenas como justificação moral da conquista territorial. Esta é vista como uma “divina missão civilizadora dos bárbaros ocidentais” (Hingley, 2005: 24; Woolf, 1997: 339), com base no conceito de *humanitas*, utilizado para indicar a civilização e o progresso indispensáveis para alterar o *status* de “bárbaro”.

Este conceito tem sido sujeito nos últimos anos a uma intensa crítica e discussão, influenciadas, sobretudo, pela teoria pós-colonial e pela da globalização (e.g. Gardner 2013; Hingley 2005; van Dommelen 2011; Pitts & Versluys, 2014). Estas visam o desenvolvimento de perspectivas alternativas e mais complexas à tradicional ideia de “romanização”, em base a modelos de mudança social e identitária mais dinâmicos, flexíveis e complexos e que contemplem também a experiência do “outro” indígena, que será agora considerado como agente activo e consciente no processo de interacção social, num contexto de negociação de um conjunto de práticas sociais de assimilação e de integração de elementos culturais locais e globais.

O debate em torno da “romanização” do Noroeste Peninsular tem estado bastante centrado nos processos de continuidade e ruptura, em função da perspectiva histórica e teórica adoptada por cada investigador, existindo duas correntes principais: uma postura rupturista ou “romanista”, e uma continuista ou “indigenista” (Rodríguez-Sánchez, 2012).

Nesta linha, os modelos antropológicos mais convencionais contemplam em relação às comunidades indígenas duas possibilidades em contextos coloniais: a sua aculturação ou a sua destruição cultural e física (Gosden, 2004). No entanto, é possível um outro resultado que funcione para ambas as partes envolvidas, consubstanciado na criação de uma relação dialéctica e bidireccional que dê origem a uma nova forma de estar no mundo, derivada da fusão das duas lógicas culturais em questão, o denominado “middle ground” (White, 2010), que descreve uma forma particular de coexistência estável numa situação colonial, onde ocorrem processos de hibridização criativa (Thomas, 1994). Estas podem-se considerar como situações de transição pré-coloniais, mas que na altura seriam,

para todos os efeitos, uma nova e duradoura ordem das coisas (Woolf, 2009). Deste modo, é justamente neste tipo de situações que ganha sentido a ideia de hibridização cultural (Burke, 2010), onde, a partir de contextos de contacto cultural entre formações social e culturalmente diferenciadas, gera-se uma nova realidade social e cultural, com diversos componentes autóctones e forâneos, mas cuja simbiose cria novas realidades, diferentes e originais, que vão mais além da mera oposição entre dominantes e dominados (van Dommelen 1997, 2011). Trata-se de uma “history told from below”, reconhecendo-se a relevância das identidades locais nas relações de poder entre colonizadores e colonizados (van Dommelen, 2008). Obviamente que este conceito de hibridização pressupõe a existência de continuidades, mas de continuidades negociadas entre ambas as partes, dando lugar a um processo de mudança resiliente, no qual os grupos locais participam activamente, ainda que de forma sancionada e tolerada, neste caso, pelo poder imperial romano.

Nos contextos coloniais têm lugar relações assimétricas de poder, sendo expectável que ocorram determinados processos de resistência. Todavia, esta não se limita simplesmente a uma forma de resistência activa à dominação. Podem-se distinguir dois tipos principais de resistência (Scarry, 2001): a primeira forma consiste em acções deliberadas para combater a supremacia baseada na força; enquanto a segunda consiste em acções para combater a supremacia baseadas na persuasão ideológica, incluindo tanto acções deliberadas e conscientes como não intencionais. A resistência ideológica difere em vários aspectos da resistência à dominação baseada no poder coercivo, embora a primeira seja certamente menos deliberada e intencional (*ibid.*). A resistência ideológica pode não ter sido conscientemente motivada pelo desejo de resistir ao domínio político, económico ou religioso, podendo antes tomar a forma de um discurso ideológico alternativo (*ibid.*). Existiram, como é óbvio, diferentes respostas de resistência e de adaptação em contextos de tipo colonial.

Por outro lado, A. González-Ruibal (2014: 19-22) estabeleceu uma interessante distinção entre resiliência, resistência e rebelião. Sem dúvida que a problemática em torno dos processos de resistência se tornou num “trending topic” no âmbito das ciências sociais e humanas, sobretudo em relação à teoria pós-colonial, embora seja um conceito que tem profundas raízes nas experiências contemporâneas de colonialismo, sendo também um modelo interpretativo derivado de uma visão colonial da realidade que requer a existência de oposições binárias, tais como conquistador e conquistado, romano e nativo, civilização e barbárie e dominação e resistência (Jiménez-Díez, 2008a; van Dommelen, 1997). A resistência é mais frequentemente encontrada entre as comunidades que

conseguiram sobreviver na periferia de formações estatais (Scott, 2009). Na verdade, a sua atitude de resistência pode ser percebida pela capacidade destas comunidades de evadirem a regra externa e pela sua decisão de não serem incorporadas a estruturas políticas hierárquicas e estatais. As sociedades que resistem acabam, em última instância, por ser conquistadas, embora continuem a viver praticamente fora do estado, excepto no que refere ao pagamento do tributo. O mesmo autor define resiliência como “the capacity to adapt, psychologically and socially, to power through the development of cultural coping mechanisms” (González-Ruibal, 2014: 19). A rebelião, por outro lado, trata-se de uma forma extrema de resistência, sendo geralmente violenta e fortemente politizada (*ibid.*).

Nesta linha, a maior parte das acções e materialidades que se interpretam habitualmente como de resistência no contexto do mundo provincial romano encaixariam melhor dentro do conceito de resiliência, uma vez que mais do que sociedades contra o estado, as comunidades da parte Meridional do Noroeste Peninsular desenvolveram mecanismos vários de confronto cultural que favoreceram uma conjuntura de negociação sociocultural.

2.2.1. Revisão da literatura

Tradicionalmente, a “romanização” era vista como um processo unidireccional e unívoco que não contemplava a complexidade da cultura indígena e a diversidade de contextos e de experiências (Jiménez-Díez 2008: 37-57). Poucos impérios tiveram tanto impacto sobre as comunidades conquistadas como o império Romano, originando grandes mudanças a nível social, económico e cultural, ainda que não se tenha criado uma única cultura unificada, criando-se antes diversas culturas locais no mundo global do império Romano que não eram nem romanas nem nativas (Haeussler, 2013).

A investigação sobre a “romanização”, particularmente nos séculos XIX e XX, imbuída por uma visão eurocêntrica e influída pelos contextos coloniais modernos (Hingley, 2008), centrou-se, em grande medida, na premissa determinista de que o mundo Romano aculturou os povos conquistados e dominados, substituindo linearmente a cultura nativa pelo modo de vida “superior” e “estandardizado” romano, tendo a cultura romana sido amplamente aceite pelos indígenas, pois supostamente significava paz e progresso, negligenciando-se o complexo processo de interacção cultural, anteriormente percebido em termos de aculturação entre as populações conquistadas e o império

Romano. As comunidades locais são agentes plenamente activos e conscientes neste processo de interacção cultural entre indígenas e romanos.

A cultura romana não era homogénea nem estática, pelo que não seria adoptada pelas comunidades indígenas da mesma forma (Barrett, 1997: 51). A expansão romana era tradicionalmente vista segundo uma perspectiva positivista e difusionista, um processo “top-down” e “one-way”, onde os nativos eram reduzidos a meros receptores passivos da cultura romana (Lowe, 2009: 2-3).

Segundo recentes perspectivas, a “romanização” pode ser entendida como um “sistema estruturado de diferenças”: “It is more productive to see Roman imperial culture as a structured system of differences that was highly differentiated, by region, class, social locale, age and gender among other dimensions of variability. Such an approach enables us to admit both the unity and the diversity of imperial culture” (Woolf, 1997: 341). As comunidades indígenas, apesar da sua integração como provinciais dentro do império Romano, conservam determinadas tradições culturais, reelaborando-as e adoptando outras, que servem para diferenciá-las do resto da “população romana” do império, afirmando-se com maior intensidade as individualidades e dando origem a formas culturais híbridas distintas às pura e estritamente clássicas, formando-se uma identidade múltipla fruto da interacção cultural entre indígenas e romanos e não da mera aculturação das sociedades indígenas (Mattingly, 2004).

No seguimento destas ideias desenvolvidas, sobretudo, por G. Woolf (1995, 1997, 1998), e mediante uma perspectiva de uma adopção negociada da cultura e da identidade romana e de expansão do imperialismo romano num contexto local e global, no sentido da “romanização” como uma primeira “globalização” (Pitts & Versluys, 2014), embora persistam determinados traços culturais locais e regionais, R. Hingley (2005: 47) afirma que “becoming Roman in this way allows for both the imperial context of social change and the local adoption of this identity to co-exist. Influential people are seen to have been keen to adopt Roman culture because this helped them to negotiate their own power simultaneously in local and in imperial contexts. (...) It was also in the interest of the Roman administration actively to promote the adoption of Roman ways among provincial elites, because these were the people at the very core of the local self-government who created the stability of relations that we term the empire of Rome”. Desta forma, a “romanização” implicou a reestruturação das estruturas internas de poder das comunidades indígenas, o que afectou, primeiramente, as elites, mas que, em última instância, acabou por se estender à restante sociedade, alterando a forma em que a cultura e a identidade eram construídas e negociadas à escala local.

Não é possível sustentar a existência de uma cultura romana “*standard*” e “*superior*” adoptada da mesma forma pelas populações conquistadas, sendo perceptível no registo arqueológico um processo resistência, ou antes, de resiliência, à mudança através da cultura material, que se resignifica através de determinados referentes identitários, manifestando-se uma forma concreta de estar e de ser no mundo, de forma mais visível nos primeiros momentos da conquista.

O conceito de “experiências discrepantes” (Mattingly, 2004) pretende destacar não só a existência de diversas identidades dentro de uma província romana, mas também as diferentes experiências dos diferentes grupos, que se manifestam de formas alheias à identidade romana “*standard*”, que é central nas narrativas romanocêntricas elaboradas a partir de uma perspectiva unilateralmente centrada na acção romana, dando conta da diversidade de contextos e de experiências que tiveram lugar por todo o império. O conceito de “experiências discrepantes” é aplicado com o intuito de reiterar que existiram diferentes respostas e reacções em relação à cultura romana.

Neste sentido, é possível que o processo de interacção cultural entre indígenas e romanos tivesse permitido que as comunidades indígenas fossem capazes de se adaptar ao processo de expansão imperial romana aproveitando as vantagens dos seus novos contextos, nomeadamente através do desenvolvimento de determinados aspectos das suas identidades pré-existentes e dos recursos dos seus territórios (Hingley, 2005; Wells, 1999).

A “romanização” poderá ser entendida como um conflito entre a tradição e a modernidade, que foi experienciado de uma forma mais tangível pelas elites que estavam mais próximas do poder romano, dando origem a formas culturais híbridas, tal como sucede em determinadas sociedades pré-modernas e pré-industriais (van Dommelen, 1997). Neste período de mudança social e cultural, as comunidades indígenas recorrem a elementos tradicionais como forma de atenuar o sentimento de ansiedade e de insegurança ontológica, constituindo um processo de resiliência cultural. Ao mesmo tempo, a administração romana evitava bastantes custos e esforço na organização e gestão do território e das populações, pelo que é mais que provável que neste contexto de interacção concertada a resistência directa indígena fosse mínima. Neste novo contexto, as elites indígenas detêm um papel fulcral, actuando como intermediárias entre as comunidades indígenas e a administração romana, tendo sido esta habilidade social que lhes conferiu novas formas e oportunidades de negociação do poder no âmbito do novo contexto provincial romano.

Desde meados do séculos II a.C. que existiram contactos entre indígenas e romanos, pelo que esta precoce interacção poderá ter implicado uma aceleração da evolução interna das sociedades autóctones. É importante ressaltar que desde estes primeiros contactos, que derivam de um modo de actuação ainda pouco estruturado por Roma, e não apenas a partir do Principado de Augusto, começou um largo e contínuo processo de evolução e de adaptação cultural, que, em última instância, acabou por provocar importantes mudanças sociais e culturais nas comunidades locais (Edmondson, 2014).

As alianças entre o poder romano e as elites indígenas foram extremamente importantes, intermediando e facilitando a integração das comunidades indígenas dentro do espaço político romano (García-Riaza, 2009; Pitillas-Salañer, 2003; Sánchez-Moreno, 2011). Mesmo após a conquista, no seio das comunidades locais, continuaram a persistir determinados elementos culturais precedentes, se bem que já enquadrados num contexto cultural distinto. Poderá considerar-se o período imediatamente pré e pós-conquista como uma época de transição e de fusão cultural, tendo em conta e negociação social e identitária que tem lugar, sendo, sem dúvida, um período de mudança estrutural, mas de mudança com recurso à tradição. Esta mudança em forma de continuidade não implica nem a inexistência de qualquer forma de mudança, nem a perduração mimética das formas culturais precedentes, embora este processo tenha claramente por base a relação dialéctica entre a cultura indígena e a romana (Parcero Oubiña et al. 2007: 247).

Todavia, em determinadas zonas, em particular nas mineiras, esta mudança foi mais profunda e radical, devido à necessidade de se mobilizar mão-de-obra para as explorações mineiras e também de se criarem as infra-estruturas adequadas e necessárias, o que implicou a intervenção directa e eficaz sobre o território e as populações (Orejas & Sánchez-Palencia, 2002; Orejas, 2005; Orejas, Sastre, & Zubiaurre, 2012; Sánchez-Palencia, Orejas, & Sastre, 2002).

Assim, o “tudo é romano” trata-se obviamente de uma simplificação de um processo dialéctico de mudança sociocultural extremamente complexo. A “romanização” do Noroeste apresentou-se, assim, como um processo pré-concebido, monótono e redutor, onde se enfatizava unicamente o papel romano enquanto agente principal no processo de mudança sociocultural e se reduziam as comunidades proto-históricas a meros agentes passivos “aculturados” unilinear e superiormente por Roma. Durante décadas referenciou-se para o Noroeste a falta de elementos clássicos, como as próprias cidades romanas, tendo-se desenvolvido, em alternativa, o conceito de “castros romanizados” (Cruz, 2015). Este conceito de “castro romanizado” trata-se, de novo, de um termo bastante simplista e confuso: “el término “castro romanizado” asocia directamente un proceso social histórico,

prolongado y de difícil medición, como es la romanización, a un modelo físico de asentamiento concreto que no tiene por qué corresponder a única categoría sociocultural, como ya hemos dicho. En ese sentido, este concepto se ha aplicado habitualmente a contextos arqueológicos poco claros, ya que con frecuencia no se trata más que del hallazgo de tégulas o algún otro tipo de material de época galaicorromana en el interior de la croa del castro o, más frecuentemente, fuera del mismo, en sus proximidades. Como es obvio, esto no basta para hablar de una “romanización” de los habitantes de dicho castro, al menos en el sentido de una verdadera transformación cultural y no meramente superficial o externa, de sus habitantes. Más bien la aparición de materiales romanos o galaicorromanos debería interpretarse sencillamente como una probable fase de ocupación del castro posterior a la llegada de la influencia del Imperio romano al Noroeste de la Península Ibérica.” (Sánchez-Pardo, 2010: 133-134).

2.2.2. Novas perspectivas

A “romanização” poderá ser entendida como um processo de mudança sociocultural motivado pela interação entre Roma e as comunidades indígenas, onde ambas culturas são transformadas de forma interactiva e dinâmica, dando origem a uma cultura provincial híbrida e a um processo de adaptação resiliente a uma nova realidade sociocultural.

Neste sentido, a “romanização” poderá ser encarada como um encontro de tipo colonial que estimulou um processo de mudança cultural e social, multifacetado e de negociação bidireccional, fruto da complexa combinação de identidades culturais e não da mera aculturação das comunidades indígenas por parte de Roma, ocorrendo uma variedade de experiências em relação ao “ser romano”. O “ser romano” não significa assimilar um tipo de cultura ideal e superior, mas antes adquirir uma determinada posição no complexo sistema de diferenças estruturadas em que residia o poder romano, sendo que as elites locais criavam, através da cultura material, a sua própria versão local da identidade romana (Wells, 1999: 119-121). As comunidades indígenas, no nosso entender, não foram meramente aculturadas por parte de Roma, não se verificando uma assimilação passiva de uma cultura romana ideal e superior, mas antes um processo plena e conscientemente negociado entre as sociedades indígenas e Roma, dando muitas vezes origem a contextos e a materialidades híbridas que importa investigar segundo uma perspectiva pós-colonial (González-Ruibal, 2003).

É necessária uma nova perspectiva em relação ao processo de “romanização” e de interação cultural entre as comunidades indígenas e Roma, que tenha em consideração a

relativa autonomia e liberdade dos grupos indígenas e indivíduos para interpretar as formas culturais romanas à sua própria maneira, de acordo com as suas estratégias sociais e *background* cultural, a fim de se compreender melhor as grandes variações regionais e temporais que se desenvolveram no âmbito da cultura provincial romana (Roymans, 1996a). Neste sentido, a “romanização” poderá ser considerada como “the process of creative interpretation and appropriation of Roman cultural forms and values by groups and individuals from their own cultural background and social strategies” (Roymans, 1996b: 284).

O colonialismo pode ser definido pela “presence of one or more groups of foreign people in a region at some distance of their place of origin in the context of the existence of asymmetrical socio-economic relationships of political domination or economic exploitation” (van Dommelen, 1998: 16). Os encontros de tipo colonial podem ter naturezas variáveis, dependentes, desde logo, das sociedades que interagem e das suas diferentes complexidades sociopolíticas e também do próprio tipo e intensidade da interacção, sendo justamente dimensões interdependentes, o que pode originar diferentes respostas e trajetórias (Ferris, Harrison, & Wilcox, 2015). Por outro lado, é possível que múltiplas formas de interacção cultural, nomeadamente de índole comercial, tenham precedido a verdadeira colonização, que não é apenas territorial, mas também cultural (*ibid.*).

No caso concreto do Noroeste Peninsular, “al existir un cierto grado de desigualdad y de relaciones de poder efectivas el conquistador romano encuentra interlocutores válidos entre los indígenas, capaces de negociar y de tomar decisiones relativas al conjunto de una comunidad sin el riesgo de que sean controvertidas por ésta.” (Parcero-Oubiña 2002: 240), pelo que, em face do tipo de interacção negociada entre ambas as partes, tinham que existir já entre as comunidades indígenas determinados interlocutores capazes de mediar com o poder romano, o que é revelador do grau de complexidade sociopolítica das sociedades indígenas.

Num recente trabalho de investigação sobre as transformações sociais e territoriais no Baixo Minho, e, por extensão, em todo o Noroeste Peninsular, entre a Idade do Ferro e a época Romana (Currás-Refojos, 2014), afirma-se que a paisagem política do I Milénio a.C. estruturava-se em base a uma repetição monótona de pequenas aldeias campestres, autónomas e auto-suficientes, sem hierarquias sociais, constituindo-se como unidades políticas em si mesmo sem existirem centros de poder ou lugares centrais situados num plano superior, sendo que cada castro é composto por unidades domésticas, também autónomas e auto-suficientes, que acedem de forma igualitária aos meios de produção.

Segundo este mesmo investigador, todas as mudanças estruturais que ocorrem na paisagem a partir do século II a.C. não respondem a uma evolução interna das comunidades indígenas, senão que são antes uma resposta local às mudanças que chegam desde o exterior, nomeadamente o contacto com Roma (*ibid.*). Todavia, constata-se perfeitamente no registo arqueológico do Noroeste Peninsular uma resposta diferenciada das sociedades indígenas em relação à interacção com Roma, o que, de certa forma, pressupõe diferentes graus de complexidade sociopolítica por parte das comunidades autóctones e, consequentemente, diferentes percursos evolutivos internos. Este facto foi também aproveitado por Roma ao nível da negociação social, pois o próprio Império Romano forjou-se na “aceitação da diferença”, pelo que a heterogeneidade foi uma força importante para perpetuar a ordem imperial (Hingley, 2009). A própria cultura romana foi-se constantemente recriando e adaptando à diversidade e especificidade dos contextos locais (Gardner, 2007; Gosden, 2004; Woolf, 1998). Não advogamos por perspectivas lineares de evolução social e pela noção de progresso por etapas, do simples ao complexo, mas antes por trajetórias históricas mais diversificadas, complexas e não-lineares.

Por exemplo, o sítio arqueológico da Idade do Ferro do Frijão (Cunha, Braga), ocupado entre os séculos IV e II a.C., não se trata de um povoado fortificado, mas provavelmente de um lugar onde se celebraram cerimónias relacionadas com banquetes ou outro tipo de comensalidade ritual, em base às estruturas e à cultura material recuperadas, que poderia estar articulado com outros povoados coetâneos (Martín-Seijo, Silva, & Bettencourt, 2015; Silva, 2013, 2014; Tereso & Silva, 2014). Esta diversidade de locais da Idade do Ferro, que começamos agora a conhecer, indicia que as evidências arqueológicas para este período são bastante mais complexas do que até aqui se supunha, fazendo fé do elevado grau de complexidade sociopolítica das comunidades indígenas mesmo antes da chegada de Roma.

Por outro lado, como é possível pensar, teoricamente, que umas comunidades que durante séculos evitaram com tanto êxito a formação de desigualdades sociais estáveis e profundas, de repente abdicuem disso sem que se assistam, pelo menos aparentemente, a processos traumáticos? Porque não funcionaram os mecanismos que até ali tinham permitido evitar as desigualdades sociais e a expansão e concentração demográfica? Os mecanismos de resistência utilizados para evitar a divisão social tendem a criar determinadas condições que podem chegar a propiciar a mudança. Neste sentido, a fortificação e o carácter estrutural da guerra que até aí tinham sido utilizados como forma de mitigar o risco de divisão social, servem agora neste contexto de transição entre a Idade do Ferro e a época Romana como um instrumento que possibilita a consolidação da

desigualdade social, associada a um processo de diversificação e de intensificação produtiva (Parcero-Oubiña, 2003; González-García, Parcero-Oubiña, & Ayán-Vila, 2011; Parcero-Oubiña & Criado-Boado, 2013). A fortificação adquire neste momento um carácter puramente monumental enquanto verdadeira cenografia arquitectónica, promovida ideologicamente por uma minoria social que se pretende legitimar perante a restante comunidade e que se representa agora através da figura do guerreiro (*ibid.*).

Algumas “casas”, em particular na zona litoral, também reflectem essa arquitectura ostentosa, incluindo o uso de elementos esculturais pétreos, demarcando-se das demais, superando os valores comunais e dando lugar a uma ordem social mais hierarquizada (González-Ruibal, 2006b). Tal como refere Alfredo González-Ruibal (2012: 250), “the elites appropriate widely respected and shared symbols and use them in their prestige material culture (jewels, dress, monumental architecture, arms). In this way, they situate themselves as guarantors of the social and cosmological order represented by those symbols”. Desta forma, as elites promovem um sentimento de pertença e de identidade comum, ao mesmo tempo em que reforçam e legitimam a sua posição de poder, pelo que a institucionalização das desigualdades sociais vai lado a lado com a cooperação social.

A questão é que em algumas zonas do Noroeste, sobretudo mais a Norte e Oriente, não existem *oppida* antes ou depois da chegada de Roma, persistindo as pequenas aldeias fortificadas até ao surgimento dos aglomerados secundários que se começam a desenvolver a partir de meados do século I d.C. (Pérez-Losada, 2002). Se a hierarquização social é fruto única e exclusivamente da acção de Roma, não se entende porque no Sul surgiram *oppida* e no Norte não, onde foram exitosos os mecanismos de resistência à divisão social. A formação dos *oppida* revela-se incompatível com um modelo segmentário, que se caracteriza por uma estruturação descentralizada de unidades autónomas e equivalentes, não existindo centros de poder nem hierarquização social. De um momento para o outro, passamos, teoricamente, de “castros segmentários”, que visam a autonomia e auto-suficiência, para “grandes castros”, que representam a materialização das desigualdades sociais. Mas será que essa repentina mudança é compatível com algo tão estável, complexo e perdurável como os *oppida*? Talvez fosse expectável que as formas de chefia que emergiram no início deste processo tivessem sido mais simples, limitadas e efémeras.

As formações sociais “primitivas”, ou seja, não hierarquizadas, essencialmente igualitárias, não tendem de forma natural em direcção à complexidade social, senão antes o contrário, tendendo antes a desenvolver mecanismos sociais que impeçam o surgimento e a consolidação da desigualdade social (Clastres, 1978, 1996), com vista a evitar que uma parte da comunidade consiga mais poder através de uma maior acumulação (de recursos,

de pessoas, de seguidores, de força de trabalho, etc.), acumulação esta que lhes poderá possibilitar, em última instância, a imposição da sua vontade sobre os demais (Parcero-Oubiña, Ayán-Vila, Fábrega-Álvarez, & Teira-Brión, 2007: 179-180). Neste sentido, a falta de Estado não é um fracasso, mas antes uma conquista: trata-se de sociedades contra o Estado, contra a divisão social e todas as suas consequências. O problema surge quando se atinge o limite em que a quantidade de recursos disponíveis possibilita a sua acumulação, onde em vez de se produzir para satisfazer as próprias necessidades do grupo, se produz também para outros (*ibid.*). Todavia, para que uma determinada comunidade transforme a sua base produtiva, no sentido de uma maior intensidade e especialização de trabalho com vista à geração de excedentes, é necessário que os seus elementos aceitem de forma não coerciva uma transformação do seu modo de vida tradicional, recorrendo para tal a formas culturais prévias como forma de atenuar as tensões sociais provocadas por esta transformação, ou então que sejam forçados a tal por violência externa (Clastres, 1978, 1996). O crescimento demográfico e a concentração populacional, que é justamente o que ocorre nos *oppida*, colocam em causa os fundamentos da “sociedade primitiva”.

Segundo as teorias sociológicas de A. Giddens (1984), uma estrutura social está condicionada por determinados convencionalismos e regras sociais que condicionam, ou não, a agência individual e colectiva. As práticas sociais, que contemplam tanto a agência individual como a colectiva, bem como as materialidades associadas a essas práticas, são modelados por essas regras e convenções sociais. A alteração destas devido a determinadas “situações críticas”, como podem ser, por exemplo, os contextos de contacto cultural, originam a reestruturação da realidade social, recorrendo-se a determinadas tradições culturais prévias como forma de se manter a segurança ontológica e de se amenizar o “choque cultural”, favorecendo a adaptação a este novo contexto social (González-Ruibal, Hernando, & Politis, 2011). Desta forma, maximizam-se determinadas materialidades e práticas sociais prévias, ao mesmo tempo em que se adaptam outras novas, dando origem a processos híbridos de mudança em forma de resiliência cultural (*ibid.*). A resiliência não é antagonista da mudança, como o é a continuidade, senão uma forma diferente de mudança não linear e evolucionista, não implicando imobilismo social, mas sim processos activos de transformação. A sobrevivência aparentemente incongruente de determinadas materialidades prévias em contextos de contacto cultural (Harrison, 2002; Rodríguez-Alegría, 2008; Silliman, 2001) pode ser explicada como uma tentativa de manter as rotinas vivas, sendo precisamente nestas circunstâncias críticas quando a manutenção das rotinas são mais necessárias para a manutenção da segurança ontológica (Giddens, 1984). A acção institucionalizada e a

rotinização são fundamentais no estabelecimento da ordem social e na reprodução dos sistemas sociais.

A fortificação e a guerra, como vimos, deteve um papel crucial na mudança social que teve lugar entre a Idade do Ferro e a época Romana no Noroeste Peninsular. É precisamente neste momento que a fortificação adquire um carácter eminentemente monumental, num sentido mais estético enquanto verdadeira cenografia arquitectónica, e escassamente funcional, sendo também neste momento que se assiste a outras formas de monumentalidade, nomeadamente com o surgimento das estátuas de guerreiros galaicos, que estão directamente relacionadas com a evocação do conflito e da guerra e com a afirmação de identidades mais individualizadas (Parcero-Oubiña, 2005). Neste sentido, podemos entender esta monumentalidade como um modo de construção da tradição, no sentido da manutenção e magnificação de determinadas formas culturais precedentes dentro de um novo padrão de racionalidade, que surge como consequência do contacto cultural entre as comunidades indígenas e Roma (*ibid.*), ou seja, como uma forma de manutenção de determinadas materialidades e rotinas prévias que ganham agora um novo ênfase, enquanto garante da segurança ontológica num contexto sociocultural crítico.

No entanto, convém ressaltar que, directa ou indirectamente, os encontros de tipo colonial, embora compreendam uma evidente negociação social e identitária, também geram situações de tensão, competição e conflito social (González Ruibal 2008a). Efectivamente, a expansão de Roma a partir do século II a.C. pode ter estimulado e acelerado os processos de “tribalização” das sociedades indígenas (González-García, 2011), pois este processo é favorecido pela interacção cultural entre estas últimas e as sociedades estatais (Wells, 1999), tendo em conta que “tribes make states and states make tribes” (Whitehead, 1992). Uma “zona tribal” é uma “area continuously affected by the proximity of a state, but not under state administration” (Ferguson & Whitehead, 1992: 3). No Noroeste Ibérico este processo de “tribalização” revestiu-se no aparecimento dos *oppida* a partir do século II a.C., quando os contactos com Roma passaram a ser cada vez mais frequentes. O contacto com Roma e, sobretudo, o seu programa de expansão imperial motivou a reestruturação das lógicas de poder interno das sociedades indígenas, que afectou, principalmente, as elites indígenas, mas que, em última instância, acabou por se estender à restante comunidade, alterando a forma como a cultura e a identidade eram construídas a nível local, sendo agora negociadas a uma escala global (Dzino, 2014). O Império Romano era um “global empire that is recreated through local engagement”, onde “pluralism, or heterogeneity, comes to be thought of as providing a binding force in

the Roman empire, just as in the contemporary world. Cultural variation becomes a tool for the creation of a state of sustained imperial order” (Hingley, 2014: 39).

Este processo de contacto colonial pode ter sido fundamental na formação de entidades sociopolíticas maiores, que se relacionariam directamente com o Estado Romano, estimulando a emergência de identidades “tribais” e dos processos de centralização política, materializado no surgimento dos *oppida* (Gosden, 2004; Mattingly, 1992; Wells, 1999; Woolf, 1998). Os etnónimos registados pelas fontes clássicas poderão ser antes considerados como produtos destas novas entidades sociais e políticas que surgiram no final da Idade do Ferro, embora as *civitates* não tenham necessariamente que ter fossilizado estas etnias, mas antes o sucesso de determinados grupos sociais num novo contexto sociopolítico (Moore, 2011).

Por outro lado, não podemos simplesmente negligenciar as complexas dinâmicas históricas das comunidades autóctones (González-Ruibal, 2006a; Martins, 1990), tendo em conta que, pelo menos desde o século V a.C., as comunidades locais do Noroeste Peninsular mantinham relações permanentes de intercâmbio com o mundo Mediterrâneo e, consequentemente, uma maior abertura e predisposição para processos de contacto cultural (Ayán-Vila, Rodríguez-Martínez, & González-Ruibal, 2012; González-Ruibal, Rodríguez-Martínez, & Ayán-Vila, 2010; González-Ruibal, 2004b, 2006c; Morais, 2007; Naveiro-López, 1991; Pereira, 2011; Silva & Pinto, 2001).

As mudanças sociopolíticas radicais não têm porque ser uma consequência directa de um comércio que seja massivamente visível a nível arqueológico. Isto é, embora em relação ao comércio púnico possam existir apenas algumas contas de pasta vítrea ou ânforas, tal não significa que o impacto desse comércio nas sociedades indígenas não tenha sido brutal e que, em certa medida, esteja mesmo relacionado com o surgimento de fortes desigualdades sociais na parte Meridional do Noroeste Peninsular a partir do século II a.C.. Entre outras coisas, não sabemos bem se este comércio não fomentou processos de violência e de oposição interétnica, competição pelos recursos naturais, etc. Obviamente que não seria equivalente ao comércio de escravos na África do século XVII (Moreno-Arrastio, 1999), mas temos que ser cautos com o total descarte da influência púnica nos processos sociopolíticos galaicos simplesmente porque os materiais importados púnicos não apareçam a uma escala tão massiva como os romanos alto-imperiais.

Desta forma, consideramos que o contacto com o mundo mediterrânico, em particular com os Púnicos, poderá ter provocado nas comunidades indígenas um estímulo económico e social, face à demanda constante de recursos por parte destas comunidades

alóctones (González-Ruibal et al., 2010), o que não implica que todas as mudanças registadas a partir da Segunda Idade do Ferro sejam resultantes da influência exclusiva e determinante dos agentes exteriores. Este estímulo e demanda foi intensificado com a chegada de Roma, embora este contacto prévio com o mundo mediterrânico possa ter sido o catalisador de um processo que se intensificou com a presença de Roma, dando origem a uma economia de mercado e, conseqüentemente, a uma intensificação da produção, distribuição e consumo, processo ao qual as comunidades indígenas do Noroeste, sobretudo da sua parte Meridional, se adaptaram em pleno.

Outros autores consideram, por outro lado, que este intercâmbio pré-romano com o mundo mediterrâneo teve um carácter meramente circunstancial e esporádico, não tendo desencadeado qualquer transformação social nem um processo de intensificação produtiva nas comunidades indígenas do Noroeste, nem tendo afectado as formas de povoamento e as estruturas de produção (Currás-Refojos 2014: 674-698).

Posto isto, estamos de acordo com Alfredo González-Ruibal (2006: 325) quando afirma que “será más adecuado considerar que la mayor parte de los elementos que desde mediados del siglo II a.C. indican una mayor complejidad social y crecientes desigualdades son fruto tanto de la particular evolución de la zona como de la presión de Roma en los límites del Noroeste, pero en ningún caso se podrá utilizar el término “romanización” para referirse a semejante proceso, ni recurrir a la cercanía del Imperio como elemento monocausal para la aparición de *oppida*”.

A partir de época Flávia a “romanização”, tal como a temos vindo a definir enquanto processo dialéctico, entra numa fase diferente, onde em algumas partes do Noroeste estes fenómenos de resiliência perdem alguma força em detrimento de uma maior visibilidade e aceitação dos estilos de vida influenciados pela tradição romana, que tem a sua materialização mais óbvia no abandono massivo dos povoados fortificados, tendo lugar a reorganização, actualização e o impulso do processo imperial que se iniciou com Augusto (Orejas et al., 2012). Mais do que uniformidade, devemos antes falar de diversidade cultural e regional, pois não cremos que tenha existido um mesmo processo para todo o Noroeste. Desde logo, as reacções e as respostas indígenas a este processo de expansão imperial foram diferentes, tendo em conta que existiam diferentes sistemas sociopolíticos pré-existentes.

2.2.3. Principais alterações em época romana

A ocupação efectiva do Noroeste na época de Augusto não supôs o fim dos *oppida* e dos castros. Todavia, a partir de meados do século I d.C. as formas pré-romanas de ocupação da paisagem foram dando progressivamente lugar à instalação de outros tipos de assentamentos tipologicamente romanos (Pérez-Losada, 2002). A par do estabelecimento destes novos assentamentos romanos, que emergem em redor da capital de *civitas*, está a construção de uma complexa rede viária e também o aproveitamento intensivo dos recursos naturais.

O povoamento romano, particularmente aquele relacionado com os núcleos urbanos e os aglomerados secundários (*ibid.*), situa-se sintomaticamente em lugares preferenciais de controlo das vias terrestres e das rotas marítimo-fluviais, visando o controlo dos nós estratégicos de comunicação, materializando, desta forma, uma nova lógica de economia de mercado, visando a organização, controlo e exploração intensiva do território e dos recursos (Güimil-Fariña, 2015). Assim, há uma correlação bastante evidente entre as novas formas de povoamento romano e a estrutura viária, pelo que “podemos estabelecer que la situación de las ciudades y vias de comunicación en el noroeste intentan compaginar, del mejor modo posible, los intereses políticos de una zona recién pacificada después de largas confrontaciones com intereses económicos y de explotación del territorio” (Soto, 2013: 206). Muitos povoados fortificados mantêm-se ocupados até finais do século I d.C. devido ao facto de a sua localização geoestratégica ter servido necessidades no âmbito da nova matriz de povoamento e de organização territorial, em particular de controlo da rede viária (Carvalho, 2008; Martins, Lemos, & Pérez-Losada, 2005). Alguns destes povoados fortificados transformam-se em meados do século I d.C. em aglomerados secundários romanos (*vici*), como, por exemplo, o Castro de Alvarelhos (Trofa) (Moreira, 2009), Monte Mozinho (Penafiel) (Soeiro, 1984) ou o Monte Padrão (Santo Tirso) (Moreira, 2008), enquanto outros se transfiguram mesmo em cidades romanas, como *Tongobriga* (Marco de Canavezes) (Dias, 1997), que previamente teve uma ocupação da Idade do Ferro, claramente atestada pela presença de cultura material indígena, muralhas, estruturas domésticas circulares e de um balneário pré-romano, que foram quase inteiramente arrasados pela ulterior instalação da cidade romana (Urbanus, 2013). Os povoados fortificados que se encontram mais afastados destas novas dinâmicas, vão sendo paulatinamente abandonados e substituídos por povoados romanos de nova fundação, dando lugar à criação de novas centralidades e a uma nova organização da paisagem (Carvalho, 2008).

Significativamente, esta situação é acompanhada pelo desaparecimento na epigrafia do C invertido, tradicionalmente interpretado como símbolo de *castellum* ou castro, na transição do século I para o II d.C. (Pereira-Menaut, 1982). A interpretação mais amplamente aceite destes elementos define-as como entidades de povoamento, agrupadas ou dispersas, que articulavam o espaço rural, embora na dependência das *civitates* (Orejas & Ruiz del Árbol, 2010). As *civitates*, que se situavam logo abaixo do nível administrativo conventual, correspondiam-se com um sistema de administração descentralizado, entregue às comunidades indígenas, formado por unidades territoriais que agregavam as populações indígenas, possuindo dimensão variável e uma sede, que tanto poderia ser um povoado de origem pré-romana como um novo aglomerado romano (Martins et al., 2005; Martins, 2009a), tendo uma clara relevância no esquema da nova administração imperial, designadamente ao nível da tributação (Sastre, 2001). Todavia, os *castella* parecem ter gozado de alguma autonomia: “The appearance of *castella* (present in Africa, Gaul and Italy) is interesting; the impression is of settlements with significant autonomy, able to respond, for instance, independently to Rome’s approach, yet linked nonetheless to larger communities owing to their small size. This fits well with the characterisation of the loyal Paemeiobrigenses from the Bronze of Bembibre, who chose an alternative course to their rebellious compatriots. Essentially Rome appears to have utilised existing ethnic and tribal boundaries, providing them with an institutional character in order to integrate and legally bind them to her rule. So the traditionally self-sufficient castros, the pre-Roman hillforts, were manipulated to form *castella* subdivisions within the *civitates*” (Griffiths, 2013: 136). López-Melero (2001) considera que a acção de Augusto poderá ter seguido aqui um padrão de sinecismo já em curso em época pré-romana, pelo que Roma terá reconhecido e fomentado esse processo, institucionalizando-o e integrando-o, assim, numa primeira organização provincial, sendo que esta situação se terá mantido pelo menos até finais do século I d.C., altura em que o C invertido parece desaparecer da epigrafia (Pereira-Menaut, 1982).

A expansão do poder imperial forneceu novas oportunidades para as comunidades indígenas e, sobretudo, para as elites. O império romano acarretou uma considerável expansão na produção, consumo e intercâmbio de matérias-primas, o que fomentou novas oportunidades e formas de vida. As populações adaptaram-se ao processo de expansão territorial aproveitando as novas oportunidades e vantagens decorrentes deste novo contexto, desenvolvendo aspectos das suas identidades e tradições pré-existentes enquanto forma de reprodução social, e adaptando outras, além de promoverem o aproveitamento dos recursos naturais dos seus territórios (Hingley, 2005).

A rede viária e as cidades, bem como os aglomerados secundários (Pérez-Losada, 2002), eram pontos fulcrais de comunicação e de conectividade entre as comunidades locais e o império. Era nas cidades e nestes aglomerados secundários onde as pessoas se encontravam e se estabeleciam novas relações sociais e onde novas formas de identidade eram construídas e negociadas, pelo que a cultura romana era assim adaptada de uma forma flexível e dinâmica. A comunicação e o urbanismo podem ter sido meios através dos quais se criou uma unidade imperial, oferecendo novas oportunidades às comunidades locais, inserindo-as na nova estrutura de relações imperiais (Hingley, 2005; Woolf, 1998).

Descreveremos, de seguida, um dos locais onde essas mudanças ocorridas em época romana se tornam mais evidentes e são também melhor conhecidas arqueologicamente: *Bracara Augusta*.

2.2.4. Bracara Augusta

Iremos abordar *Bracara Augusta*, enquanto cidade principal e capital do *conventus Bracarensis*, de forma comparativa em relação a *Aquae Flaviae* (6.2.), capital regional da parte Oriental do *conventus Bracarensis*, no sentido de que ambas têm diversos pontos de semelhança e diferença, que serão devidamente sinalizados e analisados.

Bracara Augusta terá sido uma fundação civil de época augustana (Martins & Carvalho, 2010; Martins & Fontes, 2010; Martins et al., 2005; Martins, 1999, 2006, 2009a, 2009b). A sua localização, segundo alguns autores (Lemos 1999; Lemos 2002; Morais 2005; Martins 2006; Martins 2009a; Martins & Carvalho 2010), possui uma óbvia centralidade, quer no contexto mais alargado do *conventus Bracarensis*, particularmente da sua metade Ocidental, quer no contexto mais restrito da região controlada pelos *Bracari*, em particular entre os vales do Cávado e Ave, surgindo como epicentro natural de comunicações para Norte, Sul, Este e Oeste (Lemos, 2003).

Coloca-se, para *Bracara Augusta*, a hipótese de a colina do Alto da Cividade, a zona mais elevada da colina onde se implantou a cidade romana, ter sido em época pré-romana um local “neutral”, comunitário e simbólico, de mercado e de negociação, de agregação e de interacção entre diferentes comunidades, particularmente os *Bracari*, ao qual a sua localização geoestratégica também não terá sido alheia, tal como não o foi a implantação da posterior cidade romana (Lemos et al., 2011; Lemos, 1999, 2007, 2010; Morais, 2005; Tranoy, 1981: 194).

Depois de mais de 30 anos de escavações arqueológicas sistemáticas em contexto urbano em *Bracara Augusta* (Martins & Fontes, 2010), existem ainda poucas evidências que suportem de forma clara a existência de um povoado fortificado da Idade do Ferro na colina onde se veio a instalar a cidade romana, apesar de alguns autores afirmarem peremptoriamente o contrário (Almeida, 2003a; Silva, 2007). Existem cidades romanas que foram erigidas sobre anteriores povoados proto-históricos, tais como *Tongobriga* (Urbanus, 2013) e *Cale* (Silva, 2010), tendo sido descobertas estruturas, ou pelo menos os alicerces, de construções da Idade do Ferro, embora no caso de *Bracara Augusta* tal não tenha ainda acontecido. Assim, não será de todo credível que a total ausência de contextos edificadas proto-históricos em *Bracara Augusta* se deva ao intensivo programa de edificação da cidade romana que arrasou por completo os vestígios pré-existentes.

Todavia, apareceu em *Bracara Augusta*, sobretudo na Colina da Cividade, a cota mais alta da cidade, e na sua envolvente próxima, quantidades significativas de cerâmica de tradição indígena, que aparecem normalmente associadas a *terra sigillata* itálica e a ânforas Haltern 70 (Morais, 2005: 132). Apareceu também uma estátua sedente e uma cabeça de guerreiro galaico, ambas encontradas em contexto secundário, podendo ser provenientes de algum “dos *oppida* que circundavam a cidade” (Bettencourt & Carvalho, 1993: 283), um balneário pré-romano localizado nas obras de construção da nova estação de caminhos-de-ferro de Braga (Lemos et al., 2002), bem como algumas moedas ibéricas, tardo-republicanas e, sobretudo, as da *caetra*, que se poderão relacionar com a presença de contingentes militares numa fase inicial da ocupação da cidade (Zabaleta-Estévez, 2000).

Estes elementos, por si só, não pressupõem uma ocupação prévia da Idade do Ferro, mas tampouco a invalidam liminarmente, comprovando sim que a cidade possuía nas primeiras décadas de vida um forte núcleo populacional constituído por populações indígenas, o que também é corroborado pela epigrafia, tendo-se verificado uma escassa representação de cidadãos de direito romano, que, ou são imigrantes ou indígenas promovidos, sendo dominante a presença de peregrinos, libertos e escravos (Tranoy & Le-Roux, 1989).

Os elementos supracitados poderão antes indiciar a existência de um outro tipo de ocupação numa fase pré-urbana, não estritamente de âmbito habitacional, além de os dados arqueológicos e epigráficos corroborarem a existência de uma forte componente indígena no processo de povoamento da cidade.

No caso específico do balneário pré-romano (Lemos et al., 2002), foi já sugerida uma possível conexão entre este monumento e o Castro Máximo, associação extensível à estátua-sedente e à cabeça de guerreiro previamente referidas (Bettencourt, 2003: 148). Este povoado fica a cerca de 1500 metros para Nordeste do balneário, o que, à priori, poderá parecer uma distância algo excessiva, embora os limites do Castro Máximo sejam ainda bastante mal conhecidos, supondo-se, todavia, que tenha sido um povoado relativamente extenso (Carvalho, 2008; Castro, Correia, & Oliveira, 1980; Martins, 1990; Teixeira, 1936) (Figura 10).

Este povoado foi quase integralmente destruído pelas obras de construção no novo estádio municipal de Braga, pouco se sabendo sobre as intervenções de salvaguarda aí realizadas, a não ser que revelou “(...) importantes vestígios de estruturas habitacionais, das quais se destaca parte de um pavimento em argila ornamentado com motivos de tipo geométrico, e um conjunto valioso de cerâmicas maioritariamente de tradição indígena, genericamente datáveis entre o séc. I a. C. e os meados do séc. I da nossa era.” (Morais, 2005: 127). Desta forma, segue ainda em aberta a discussão de se este balneário estaria directamente relacionado com o referido castro ou antes com uma estrutura de apoio a um eventual espaço de reunião, de possível carácter sagrado, dos *Bracari* localizado na colina do Alto da Cividade (Lemos, 2007; Morais, 2005).

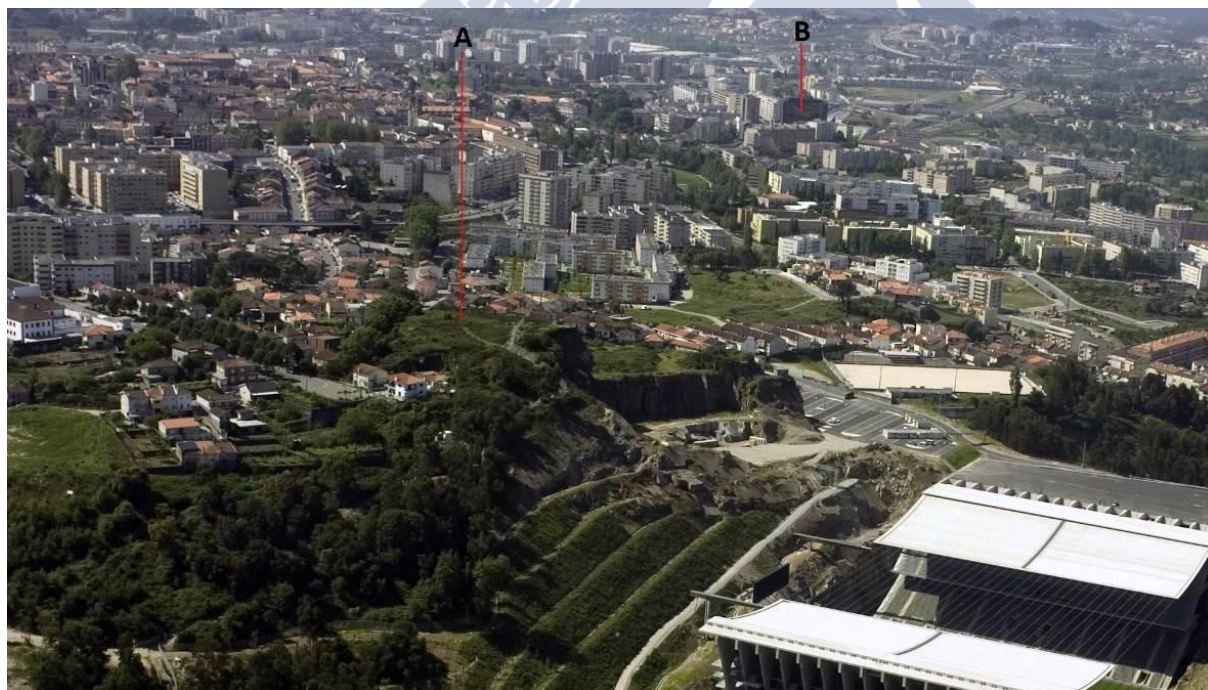


Figura 10: Imagem aérea de Braga com a localização do Castro Máximo (A) e do balneário pré-romano (B). Adaptado de <http://avenidacentral.blogspot.com/2008/07/o-castro-mximo-sms-este-caracterstico.html>.

A existência de um acampamento militar em *Bracara Augusta* que, segundo a hipótese de Schülten (1943: 176-177), seria o do próprio *Publius Carisius*, e apesar de hoje se saber que as duas outras capitais do Noroeste, *Lucus Augusti* (Rodríguez-Colmenero, 1996) e *Asturica Augusta* (García-Marcos & Vidal-Encinas, 1999), tiveram origem em acampamentos militares (Morillo-Cerdán, 2014), conta ainda com poucas evidências arqueológicas que permitam suportar a referida hipótese. Todavia, tal como já referimos anteriormente, foram encontrados vários numismas potencialmente relacionáveis com a presença de forças militares, nomeadamente várias moedas *caetra* (Zabaleta-Estévez, 2000: 395-399).

Além disso, Sande Lemos (2007: 207) não deixa de chamar a atenção para outros indícios que poderão ser, teoricamente, relacionáveis com equipamentos de tipo militar, nomeadamente as referências a um fosso em V na Quinta do Fujacal, do qual não adianta qualquer detalhe, e a estrutura de um possível *horreum* na zona do Alto da Cidade, eventualmente relacionado com o abastecimento militar, datado de finais do século I a.C., ou seja, anterior à primeira fase das termas do Alto da Cidade, que data dos inícios do século II d.C., embora a interpretação das ruínas do designado edifício pré-termal seja deixada em aberto, podendo mesmo comportar diferentes funcionalidades (Martins, 2005: 10-18).

Foi recentemente exumada nas proximidades da Fonte do Ídolo, interpretado como um santuário rupestre de tradição indígena dedicado à deusa *Nabia* (Garrido-Elena, Mar, & Martins, 2008), uma quantidade significativa de cerâmica de tradição indígena genericamente enquadrável no século I a.C., bem como um nível de solo escuro, rasgado por regos, aparentemente associados a estruturas perecíveis, pelo que esta zona estaria aparentemente já em uso pelas comunidades indígenas da região (Martins, 2011).

Posto isto, consideramos que a interpretação do contexto fundacional de *Bracara Augusta* está ainda aberta a discussão, apesar de a hipótese mais estendida e mais bem fundamentada ser a de uma fundação civil *ex novo* (Martins & Fontes, 2010; Martins et al., 2012; Martins, 2006, 2009a, 2009b, 2011) (Figura 11).

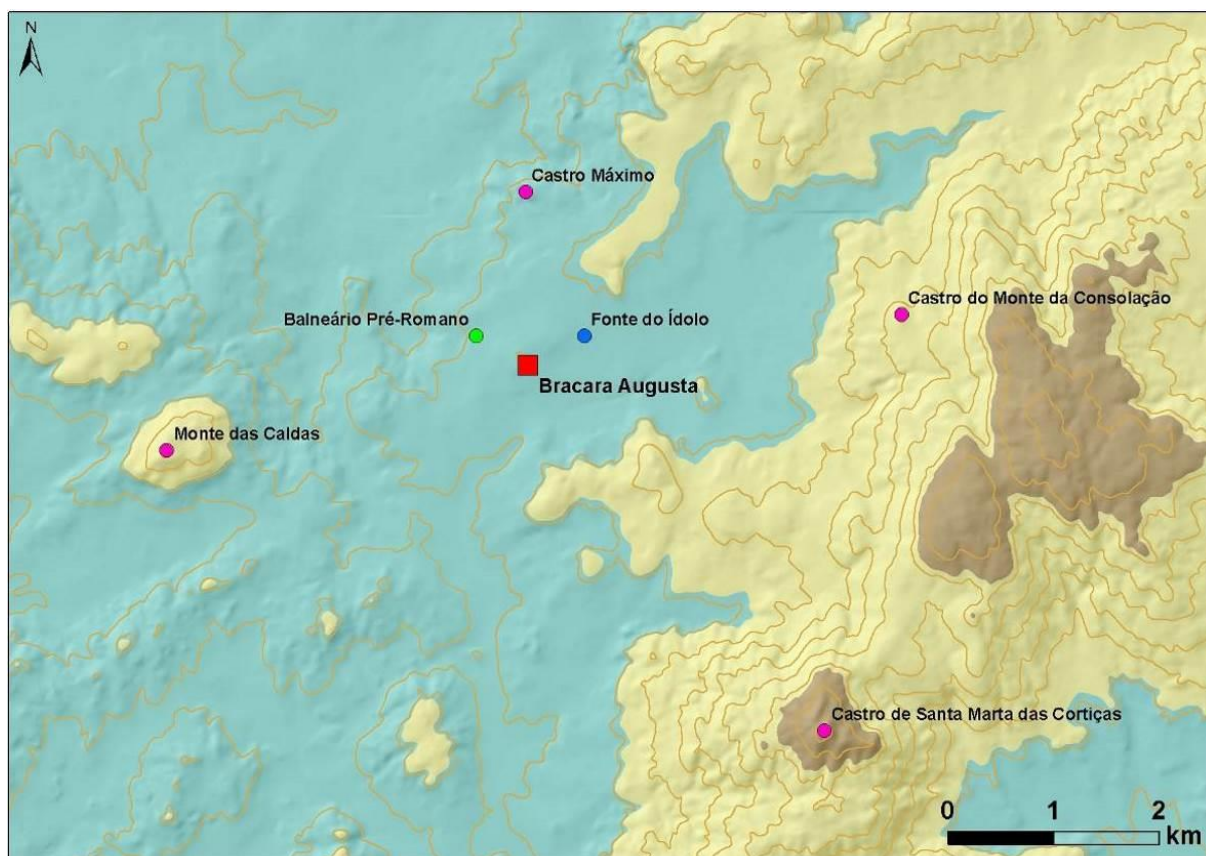


Figura 11: Contexto regional de *Bracara Augusta*.



Capítulo 3 - Material e métodos

3.1. Abordagem e hipóteses de trabalho

Esta tese centra-se na análise do contexto histórico de finais da Idade do Ferro e inícios de época Romana numa área particular, o Alto Tâmega e Barroso, que se trata de uma zona de transição cultural entre a Meseta e a fachada Atlântica, recebendo influências culturais de ambas áreas.

Partimos da hipótese de que as dinâmicas sociais e territoriais desta zona estiveram condicionadas, de alguma maneira, por um processo de intensificação económica centrado na exploração de recursos minerais, ao invés da exploração e intensificação agrícola, tendo dado origem a uma estruturação territorial e sociopolítica das comunidades indígenas bastante particular num momento de contacto efectivo com o Império Romano.

3.2. Metodologia: análise locacional

Optamos por uma metodologia onde se entrecruzam os princípios teóricos da Arqueologia da Paisagem, que concebe a paisagem como um produto sociocultural criado pela objectivação sobre o meio físico da acção social (Criado-Boado, 1993b, 1999), com as tecnologias geoespaciais, que nos possibilitam novas formas para justamente analisar e investigar a dimensão espacial da acção social (Llobera, 2011).

Neste sentido, iremos realizar uma análise locacional individual e comparativa com recurso a ferramentas SIG de diversos povoados fortificados cuja ocupação podemos integrar, de forma mais ou menos segura, na transição entre a Idade do Ferro e a época Romana (genericamente entre os séculos II a.C. e I d.C.), com vista a identificar regularidades locacionais que nos permitirão determinar padrões locacionais, entendidos

como associações reiterativas e sistemáticas de determinadas características locais observadas (Parcero-Oubiña & Fábrega-Álvarez, 2006), que serão depois adaptados ao nosso modelo hipotético-dedutivo descrito anteriormente. Optamos por uma abordagem comparativa e não tanto reconstrutiva, tendo em consideração que os SIG não são formas de reprodução da realidade, mas sim sistemas de representação da mesma, ou seja, o que se pretende não é reproduzir a realidade, mas antes representá-la, com maior ou menor fiabilidade e exactidão, dependendo de factores como a precisão e a resolução.

Para tal, iremos contemplar as seguintes variáveis de análise: visibilidade, que diz respeito ao domínio visual sobre a envolvente; acessibilidade, que se refere às condições de mobilidade entre um povoado e a sua envolvente; e altitude relativa, que nos permite aproximar ao grau de proeminência de um sítio desde a sua envolvente (visibilização)². Estas variáveis, que priorizam critérios estratégico-defensivos, serão analisadas de forma comparativa entre si, através da sua quantificação, permitindo-nos uma aproximação à dimensão sociopolítica da paisagem. De forma complementar, serão introduzidas outras variáveis de análise mais relacionadas com questões produtivas, tais como o contexto geológico e os recursos minerais, visto considerarmos para esta zona um processo de intensificação económica centrada na exploração de recursos minerais, ao invés da exploração e intensificação agrícola, o que nos permitirá aproximar à dimensão económica da paisagem.

Ao analisarmos estas variáveis que priorizam critérios estratégico-defensivos (visibilidade, acessibilidade e altitude relativa), procuramos aproximar-nos às condições defensivas dos povoados, de visibilidade e de visibilização, que se articulam com a monumentalidade e com o diferente grau de persistência e de destaque dos sítios na paisagem, o que nos permitirá aproximar à estruturação territorial e sociopolítica das comunidades indígenas num momento de contacto efectivo com Roma, que deu lugar a importantes processos de mudança sociocultural dependentes, em última instância, da acção desigual do poder romano, mas também da especificidade histórica de cada região e dos distintos graus de complexidade sociopolítica das sociedades indígenas. Pretendemos analisar a variabilidade do povoamento fortificado, e relacioná-la com uma forma concreta de construção da paisagem e com os processos socioculturais ocorridos neste período, procurando analisar a relação entre os diferentes assentamentos e entre estes e as suas envolventes.

² Seguindo a Criado-Boado (1993b), realizamos aqui uma distinção entre os conceitos de visibilidade, que se refere ao que é visível desde um determinado lugar, e visibilização, que diz respeito aos lugares desde onde algo é visível.

A análise de **visibilidade** é um dos mais fortes contributos que os SIG prestaram aos estudos de paisagem, pois as ideias de visibilidade e intervisibilidade foram sempre importantes nas análises e interpretações arqueológicas, sobretudo no que diz respeito aos estudos de Arqueologia Espacial e de Arqueologia da Paisagem (García-Sanjuán, 2005; Wheatley & Gillings, 2002). Interessa-nos a análise de visibilidade, como, aliás, a das outras variáveis, para tentar explicar as escolhas locais dos sítios arqueológicos (e.g. López-Romero, 2008; Parcero-Oubiña, 2013).

Através de um simples algoritmo, e tendo como base um Modelo Digital de Terreno (MDT), os SIG permitem realizar cálculos de visibilidade a partir de uma determinada localização no espaço considerada como ponto de observação, permitindo discriminar entre zonas visíveis e não visíveis (cálculos binários onde os pixels assinalados pelo valor 1 correspondem às áreas visíveis desde a localização a partir da qual se realizou o cálculo de visibilidade e os assinalados pelo valor 0 correspondem às áreas não visíveis desde essa mesma localização), posto que um cálculo de visibilidade é a soma de linhas de visibilidade adjacentes que formam a totalidade da área em torno ao ponto de observação (Zamora-Merchán, 2008). Também é possível incluir parâmetros adicionais como podem ser a altura do observador e do observado, o ângulo e distância de visão, entre outros. Os tipos de cálculo de visibilidade mais utilizados, e que estão disponíveis na maior parte dos *software* SIG comerciais e *open-source*, são o *Line of Sight* (intervisibilidade) e o *Viewshed* (bacia de visão), cujo *output* se relaciona basicamente com um mapa binário que representa as zonas visíveis e não visíveis desde um determinado sítio. Existem outros cálculos de visibilidade bastante mais complexos, tanto de visibilidades individuais (Bernardini, Barnash, Kumler, & Wong, 2013; De Reu et al., 2011; Ogburn, 2006; Paliou, 2013; Rášová, 2014; Zamora-Merchán, 2011), como combinando múltiplas visibilidades, como o *Multiple Viewshed*, *Cumulative Viewshed*, *Gradient Viewshed* ou o *Total Viewshed*, entre outros (Eve & Crema, 2014; Gillings, 2009; Lake, Woodman, & Mithen, 1998; Llobera, Wheatley, Steele, Cox, & Parchment, 2010; Llobera, 2003; Wheatley & Gillings, 2000; Wheatley, 1995). Mais recentemente, começou também a haver interesse pela análise da invisibilidade, ou seja, das zonas que não são visíveis desde uma determinada localização (Gillings, 2015).

Já antes do aparecimento dos meios informáticos se havia tratado o tema da visibilidade, na maior parte das vezes de forma mais qualitativa, particularmente ao nível da análise processual de territorialidade teórica (García-Sanjuán, 2005; Wheatley & Gillings, 2002), embora sem a precisão e detalhe que podem agora ser alcançados.

Como já foi referido, a análise de visibilidade diz respeito ao cálculo, a partir de um determinado local, do domínio visual sobre a envolvente, pelo que se procurará avaliar se realmente a visibilidade foi um factor determinante para a escolha dos sítios. Consideramos a visibilidade de duas formas distintas: uma quantitativa, referente ao cálculo das superfícies visíveis desde cada sítio, e outra qualitativa, relativa à disposição espacial dessas superfícies em torno aos sítios (Parcero-Oubiña & Fábrega-Álvarez, 2006: 76).

Em primeiro lugar, a partir da delimitação de cada sítio, optámos por calcular a visibilidade a partir da área de cada sítio e não apenas a partir de um ponto na sua zona mais elevada. O primeiro cálculo consistiu na determinação potencial das superfícies visíveis desde os sítios, mas de forma a se pormenorizar um pouco mais a análise e a se discriminar e avaliar os distintos padrões de controlo visual sobre a envolvente, optámos por dividir a visibilidade em quatro intervalos de distância consecutivos: um intervalo imediato de 800 metros, definido a partir de critérios de visibilidade directa; um intervalo de larga distância de 20 quilómetros e dois intervalos intermédios arbitrários, um de 2 e outro de 5 quilómetros, calculados a partir dos limites exteriores de cada sítio.

A **acessibilidade**, por sua vez, refere-se às condições de mobilidade entre um povoado e a sua envolvente, tendo em conta a distância e as características físicas da superfície em causa (*ibid.*: 76-77).

Para o cálculo de acessibilidade, derivamos do MDT os mapas de fricção (que define a rugosidade do terreno e os diferentes níveis de resistência ao movimento, pois, por exemplo, é bastante mais difícil atravessar declives acentuados e mesmo cruzar rios, sendo justamente esses factores que procuramos ter em conta) e de custo (que traduz o esforço que implica o movimento, sendo que a distância e a direcção do movimento não são os únicos factores que implicam esforço no movimento, mas também a própria fricção do terreno), para os quais se tiveram em conta como elementos principais os declives e a orientação dos mesmos, calculados a partir do algoritmo isotrópico proposto por Tobler (1993). Adicionalmente, incorporou-se à análise a imagem completa da rede hidrográfica da zona, com a finalidade de definir os rios como áreas bloqueadas à mobilidade, basicamente para evitar que os caminhos coincidam com os rios. O mapa de fricção, em formato *raster*, foi calculado a partir da soma dos declives com o traçado dos rios, já depois de os rios terem sido definidos como áreas restringidas à mobilidade. Para calcularmos o mapa de custo, também em formato *raster*, definimos como variáveis os seguintes elementos: o MDT, o mapa de fricção, a orientação dos declives e uma tabela definida a partir de um algoritmo isotrópico de Tobler (1993) relacionado com o ângulo e o

sentido do movimento, ou seja, consideramos que podem influir no movimento a topografia do terreno, os declives e a orientação dos mesmos e também o ângulo e o sentido do movimento, além da rede hidrográfica, já que “bloqueamos” os rios para que a mobilidade não coincida com essas zonas. No final e a partir do mapa de custo, reclassificamos o mesmo em isocronas de tempo (de 7.5, 15, 30, 45 e 60 minutos), entendendo as isocronas como linhas que unem pontos à mesma distância temporal, definindo-se 5 km/h como a velocidade média de deslocação de um ser humano.

A **altitude relativa** permite-nos aproximar ao grau de proeminência e de destaque visual (visibilização) dos povoados, pelo que a intenção principal passa por avaliar e comparar a relação altimétrica entre cada povoado e a respectiva envolvente (*ibid.*: 77-78). Assim, decidimos determinar os alcances dessa relação, nomeadamente através da definição de quatro intervalos de curta, média e larga distância: 800, 2000, 5000 e 20000 metros.

Para o cálculo da altitude relativa subtraímos a altitude máxima do povoado pela altitude média da envolvente e depois dividimos pelo desvio padrão, de forma a termos em conta as irregularidades do terreno e a frequência e variabilidade das mesmas.

De forma complementar, a análise das variáveis de cariz produtivo, sobretudo ao nível dos recursos minerais metálicos, relaciona-se com a consideração de um processo de intensificação e de centralização produtiva centrados na exploração de recursos minerais, ao invés da exploração e intensificação agrícola, que ocorreu na transição entre a Idade do Ferro e a época Romana, motivado por uma maior demanda de determinadas matérias-primas, sendo que pretendemos interrelacionar a localização e monumentalidade de determinados povoados com o aproveitamento dos recursos mineiros, partindo do pressuposto que a arquitectura monumental coincide com formas complexas de subsistência baseadas no controlo e no acesso diferencial a determinados recursos críticos (Parcero-Oubiña & Criado-Boado, 2013).

Desta forma, uma das hipóteses que tentaremos objectivar é se as dinâmicas sociais e territoriais da região do Alto Tâmega e do Alto Cávado poderão ter estado condicionadas pela presença e aproveitamento dos recursos minerais de estanho e de ouro. Dedicamos também uma secção (4.5.) à discussão da produtividade agrícola que, em nosso entender, teria um carácter seguramente limitado, uma vez que a nossa área de estudo se integra numa zona com escassa potencialidade agrícola, em particular a região do Barroso, com solos pobres e um clima agreste de montanha (Tereso, 2012: 83-91).

Para esta análise locacional, tomamos como base de referência os trabalhos desenvolvidos por César Parcero-Oubiña (2000, 2002) e Pastor Fábrega-Álvarez (2004, 2005). Este procedimento analítico encontra-se bem desenvolvido e sistematizado em Parcero-Oubiña & Fábrega-Álvarez (2006).

O objectivo fundamental da análise locacional reside na tentativa de propor uma resposta coerente, a partir de critérios quantificáveis, a uma pergunta elementar: porque os sítios estão onde estão (Barnes, 2003). Tem por base uma estratégia comparativa que visa discriminar as semelhanças e as diferenças da lógica locacional de um determinado grupo de sítios, procurando detectar as variáveis locacionais mais significativas e não uma reconstrução positiva das estratégias de povoamento e das condições originais de cada sítio. A análise locacional é uma forma concreta de se tentar objectivar a localização dos sítios. A localização dos sítios arqueológicos responde a determinadas decisões sociais, partindo do pressuposto de que há uma série de critérios que condicionaram essas decisões e determinados factores que concretizaram esses critérios. A partir desta análise é teoricamente possível aproximarmo-nos a essas questões sociais e culturais. No entanto, as decisões locacionais não têm porque ser evidentes nem directamente dedutíveis, embora seja obviamente necessário partir-se de um determinado modelo empírico, procurando aprofundar-se em que medida determinadas decisões locacionais priorizaram uns critérios sobre outros, através de uma análise comparativa com vista a se determinarem e quantificarem as variáveis mais significativas e que podem ter condicionado a localização dos sítios arqueológicos em análise. O fim último é a aproximação o mais fundamentada possível ao tipo de estratégias e decisões sociais que estão por detrás da escolha da localização de determinados sítios, percebendo sempre a paisagem como uma realidade multidimensional.

Procuraremos ter em conta as mesmas variáveis, de forma a partirmos de uma aproximação comparativa, ainda que, sempre que se justificar, introduziremos novas variáveis de análise, com vista à análise das condições potenciais que podem ter influenciado a localização dos sítios, uma vez que o que se pretende não é a reconstrução positiva dessas condições, mas antes avaliar a variabilidade e as tendências principais das formas de povoamento e de organização territorial (Parcero-Oubiña & Fábrega-Álvarez, 2006). Esta análise irá permitir-nos propor diferentes modelos locacionais, que serão adaptados ao nosso modelo hipotético genérico, que, em última instância, nos permitirá formular uma síntese interpretativa.

Posto isto, o objectivo não passa por reproduzir a realidade para extrair dados inquestionáveis, mas antes obter indicadores quantificáveis (tais como a visibilidade,

acessibilidade ou a altitude relativa) que, interpretados em conjunto com o registo arqueológico, nos permitam formular eventuais interpretações de diferentes realidades socioculturais (Vásquez-Mato, 2010).

3.3. Dados usados

A localização dos sítios arqueológicos usados nesta tese foi obtida e confirmada através do Portal do Arqueólogo (<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/>) da Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC), dependente da Secretaria de Estado da Cultura do Governo de Portugal. Neste portal, e após um registo prévio, pode-se aceder à localização e descrição dos sítios arqueológicos de interesse. A localização dos sítios é, na maior parte dos casos, bastante precisa, embora, sempre que necessário, tenha sido feito o devido ajuste à localização dos sítios. Os sítios arqueológicos considerados foram devidamente delimitados através de fotointerpretação.

De forma complementar, e sempre que disponíveis, foram consultadas as cartas arqueológicas dos concelhos portugueses que integram a nossa área de estudo: Chaves (Amaral, 1993; Teixeira, 1996); Boticas (Fontes & Andrade, 2010); Montalegre (Carvalho, 2007); Vila Pouca de Aguiar (Batata, Borges, Correia, & Sousa, 2008) e Valpaços (Freitas, 2001; Lemos, 1993).

Deste modo, e visto já existirem para a nossa zona de estudo vários catálogos patrimoniais oficiais, dispensamo-nos apresentar um novo catálogo de sítios arqueológicos de forma a evitar a desnecessária duplicação de trabalho e de informação. Os sítios inéditos identificados no âmbito deste trabalho serão devidamente comunicados de forma a serem integrados nos referidos inventários.

O modelo digital de terreno (MDT) que utilizamos como base cartográfica na análise espacial realizada foi criado a partir das curvas de nível, com uma equidistância de 10 metros, e pontos cotados nas zonas mais elevadas, resultantes da vectorização das cartas militares à escala 1:25.000 do Instituto Geográfico do Exército (IGeoE). O MDT foi interpolado com o algoritmo “*Topo to Raster*” disponibilizado no *software* ArcGIS³, que permite a criação de MDT's hidrologicamente correctos e com uma boa representação dos cumes, o que tem um impacto significativo, por exemplo, nos cálculos de visibilidade

³ Versão 10.1 do ArcGIS Desktop da © Esri, disponível através de uma licença institucional do CSIC.

(Wheatley & Gillings, 2000: 10). Optámos por uma resolução de 10 metros para o MDT resultante.

Calculamos o erro médio quadrático (RMSE) deste MDT a partir dos pontos de controlo obtidos nas áreas envolventes das barragens do Alto Rabagão (Lobos, 2012) e Venda Nova (Filipe, 2013) (trabalho descrito em maior detalhe no ponto 6.3.), sendo que na zona do Alto Rabagão obtivemos um RMSE de 1.84 m utilizando 23 pontos de controlo e na zona da Venda Nova um RMSE de 2.05 m com 15 pontos de controlo.

Os dados LiDAR utilizados foram directamente descarregados do *Centro de Descargas de Información Xeográfica* (<http://visorgis.cmati.xunta.es/cdix/mapa.html>), do *Instituto de Estudos do Território*, da *Xunta de Galiza*. Foram depois processados utilizando o conjunto de ferramentas disponibilizadas no *software* LAStools (<http://rapidlasso.com/lastools/>), desenvolvido por Martin Isenburg, que pode ser usado livremente para fins não comerciais até um determinado limite de pontos, desde a filtragem dos dados, até à criação dos modelos digitais de terreno (MDT) e de superfície (MDS). Sobre estes modelos foram aplicadas distintas técnicas de visualização, como o *hillshade* ou o *slopesshade*, disponibilizadas no *software* ArcGIS, com o intuito de se destacarem e identificarem possíveis estruturas arqueológicas.

As fotos aéreas históricas foram directamente adquiridas ao Instituto Geográfico do Exército (IGeoE). As referidas fotografias aéreas foram processadas fotogrametricamente utilizando um *software* de fotogrametria automática, também denominada de *Structure from Motion* (SfM)⁴, permitindo-nos obter ortofotos e MDS's. Apenas na restituição fotogramétrica das zonas inundadas pelas barragens do Alto Rabagão e Venda Nova foi utilizada uma metodologia fotogramétrica mais tradicional, com orientação interna e externa, tal como será devidamente explicitado mais à frente (6.3.).

⁴ Versão 1.1.6 do © Agisoft PhotoScan Professional Edition, disponível através de uma licença educacional.

Capítulo 4 - Análise das formas básicas de povoamento fortificado no Alto Tâmega e Cávado

4.1. Enquadramento e justificação da área de estudo

«Vou falar-lhes dum Reino Maravilhoso. Embora muitas pessoas digam que não, sempre houve e haverá reinos maravilhosos neste mundo. O que é preciso, para os ver, é que os olhos não percam a virgindade original diante da realidade, e o coração, depois, não hesite. Ora, o que pretendo mostrar, meu e de todos os que queiram merecê-lo, não só existe, como é dos mais belos que se possam imaginar. Começa logo porque fica no cimo de Portugal, como os ninhos ficam no cimo das árvores para que a distância os torne mais impossíveis e apetecidos. E quem namora ninhos cá de baixo, se realmente é rapaz e não tem medo das alturas, depois de trepar e atingir a crista do sonho, contempla a própria bem-aventurança.»

Miguel Torga, “Um Reino Maravilhoso (Trás-os-Montes)”, 1941

A nossa área de estudo circunscreve-se à zona do Alto Tâmega e Cávado (Figura 12). O Alto Tâmega integra-se dentro da bacia hidrográfica do Douro, enquanto o Alto Cávado se integra dentro da bacia hidrográfica homónima (Figura 13). Trata-se de uma região interior do Norte de Portugal, delimitada naturalmente por uma série de cadeias montanhosas, a saber: a Ocidente as serras do Gerês e da Cabreira, a Norte a serra do Larouco, a Sul a serra do Alvão e a Oriente a serra da Padrela. Abrange, genericamente, os concelhos portugueses de Chaves, Boticas, Montalegre, Ribeira de Pena, Vila Pouca de Aguiar e Valpaços, que integram a região do Alto Tâmega e Barroso. Linda a Norte com a região autonómica da Galiza, Espanha.

O Norte de Portugal é normalmente dividido em duas grandes áreas geográficas: o Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes. A primeira é uma unidade geográfica relativamente homogénea, formando um vasto anfiteatro natural voltado ao Oceano Atlântico. Embora o relevo seja fragmentado, a orientação dos vales é paralela e o escalonamento dos patamares quase similar, da costa para o interior. Tem por limites a Sul o rio Douro, a Norte o vale do Minho, a Leste uma cadeia de montanhas que forma o patamar que fecha o referido anfiteatro natural, nomeadamente as serras da Peneda, Amarela, Gerês, Cabreira, Alvão e Marão, e a Oeste o Oceano Atlântico. Tanto do ponto de vista climático, como da fitogeografia, o Entre Douro e Minho é uma área relativamente uniforme.

Quanto ao clima, enquadra-se no domínio Atlântico, sendo que a relação entre a pluviosidade e a evotranspiração é positiva, ou seja, não existe défice hídrico, ao contrário de grande parte da Península Ibérica (Ferreira, 2005). Quanto à vegetação, constitui o extremo ocidental da estreita faixa peninsular setentrional por onde se prolonga a Região Euro-Siberiana, especificamente a Província Cântabro-Atlântica (Moreira & Neto, 2005). A segunda área, Trás-os-Montes, pelo contrário, trata-se de espaço geográfico bastante mais complexo. Por este motivo, o geólogo António Ribeiro (1974) introduziu uma diferenciação entre Trás-os-Montes Oriental e Ocidental. A nossa zona de estudo integra-se dentro desta última região.

Trás-os-Montes Ocidental é um território bastante acidentado, onde se destacam várias serras e planaltos, com uma altitude máxima variável entre os 1000 e os 1500 metros, dos quais se destacam: os planaltos da Mourela e de Salto, a serra do Larouco, a serra do Leiranco, a serra do Barroso, a serra da Cabreira, a serra do Alvão e a serra do Marão. Esta série de relevos forma uma primeira muralha, onde a precipitação é elevada, devido às chuvas convectivas, induzidas pelos cimos montanhosos com que se confrontam as massas de ar húmido provenientes do Oceano Atlântico (Ferreira, 2005). O amplo conjunto de relevos acima mencionados é drenado pelas bacias dos rios Cávado e Tâmega, este último afluente do Douro. Na complexa rede hidrográfica, destacam-se também, pela sua influência na orografia, o rio Rabagão (afluente do Cávado) e os rios Beça e Terva (afluentes do Tâmega). Todo este imponente conjunto geomorfológico é cortado a Leste por um profundo eixo tectónico, orientado Sul-Norte: a falha de Régua-Chaves-Verín, descrita como uma “imponente escadaria tectónica” constituída por várias subunidades morfológicas, como a própria Veiga de Chaves que se caracteriza pelo grande desenvolvimento da planície aluvial do rio Tâmega (Feio, 1951). Este eixo é mais aberto em alguns pontos, como na zona de Vila Real, ou na Veiga de Chaves, enquanto noutros sectores é mais estreito, com poderosas escarpas laterais, como, por exemplo, a Sul de

Vila Pouca de Aguiar. Para Leste do corredor natural aberto pela falha tectónica, levanta-se uma segunda e contínua muralha montanhosa, disposta no sentido Norte-Sul: Serra do Brunheiro e da Padrela, Serra da Falperra e Serra da Preta. A Sul esta corda montanhosa desce até ao Douro no Planalto de Alijó. Para Nascente adiantam-se os planaltos de Monforte-Fiães-Vilarandelo, Carrazedo de Montenegro, Jales e Jou. No extremo Leste destes planaltos termina a Terra Fria e principiam as depressões da Terra Quente, de clima mediterrânico, pois as chuvas nem sempre conseguem vencer as duas cadeias montanhosas.

Devido à precipitação convectiva e a uma altitude média elevada, do ponto de vista climático-fitológico, Trás-os-Montes Ocidental tem algumas semelhanças com o Entre Douro e Minho, como indicam os índices anuais de pluviosidade. No entanto, é mais frio e agreste, pois o Oceano Atlântico já não modera as temperaturas. O afastamento em relação ao mar não é, porém, gradual. Há, de facto, uma marcada diferença climatológica para Leste da primeira barreira acima citada. Trás-os-Montes Ocidental é, pois, do ponto de vista ecológico, uma zona de transição entre a fachada litoral, marcadamente atlântica, e o interior, de ambiente continental. Corresponde, actualmente, ao distrito de Vila Real, prolongando-se para Norte, já na Província de Ourense (Galiza).

Como vimos, a nossa zona de estudo encontra-se na transição entre o litoral Atlântico, onde existe um maior volume de informação arqueológica disponível fruto dos diversos estudos regionais que foram realizados sobre a “Proto-História e Romanização” (Almeida, 2003b; Carvalho, 2008; Dinis, 1993; Martins, 1990; Moreira, 2009; Silva, 2007), e a zona de Trás-os-Montes Oriental, para a qual dispomos de um completo trabalho de síntese (Lemos, 1993). Para a região do Alto Tâmega dispomos de alguns trabalhos de síntese, um mais centrado no período Romano (Amaral, 1993) e outro em época Medieval (Teixeira, 1996), embora também tenham em conta o povoamento fortificado da Idade do Ferro, bem como um outro que analisa, ainda que de forma muito genérica, “as mudanças do I milénio a.C. e a resistência do substrato indígena” (Silva, 2010). Existe também uma monografia que aborda a problemática da mineração romana e sua inter-relação com a rede viária e o povoamento romano (Martins, 2010c). A zona do Alto Cávado está menos estudada, sendo de destacar apenas alguns estudos parcelares mais recentes (Carvalho, Lemos, & Meireles, 2006; Carvalho, 2006b).

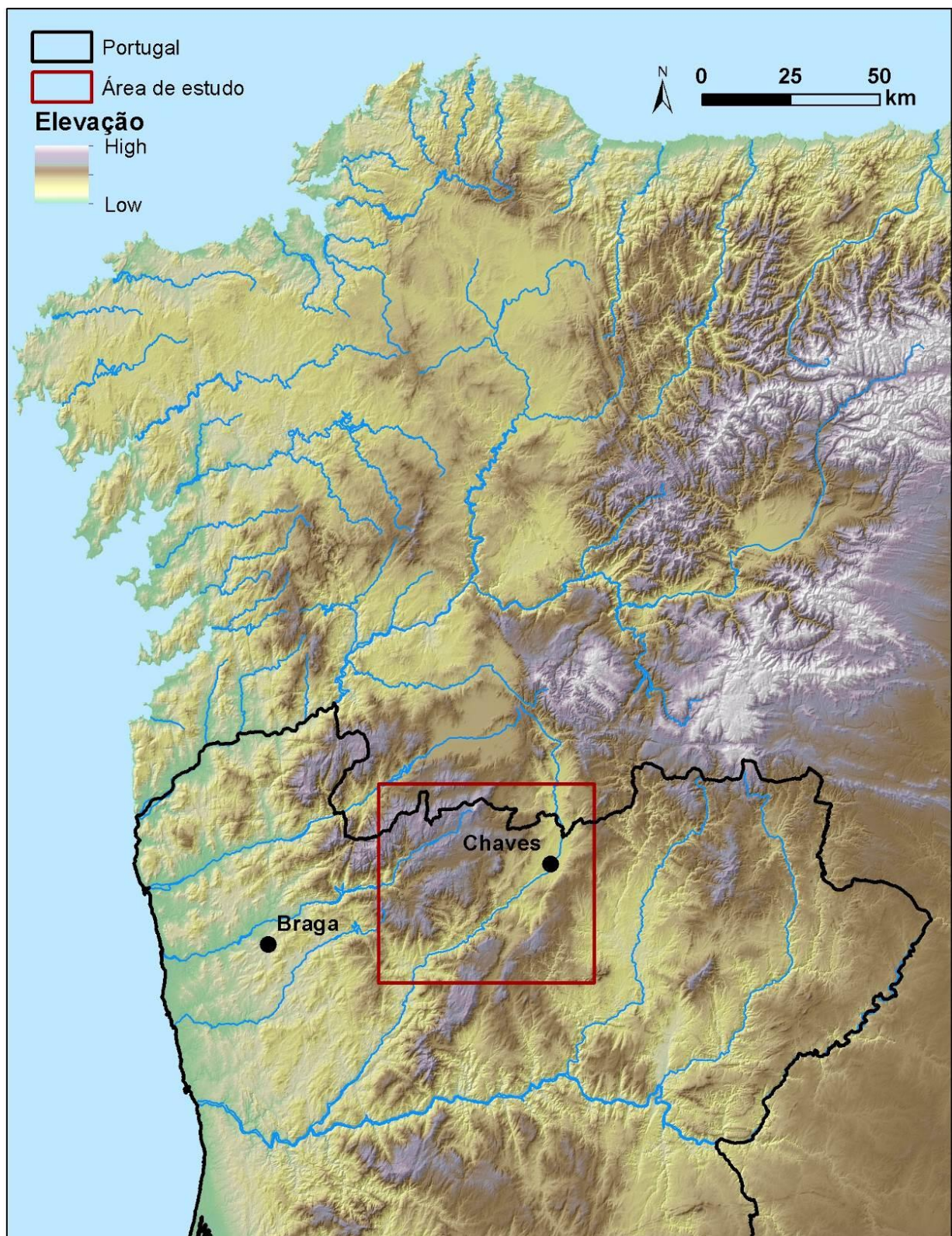


Figura 12: Área de estudo.

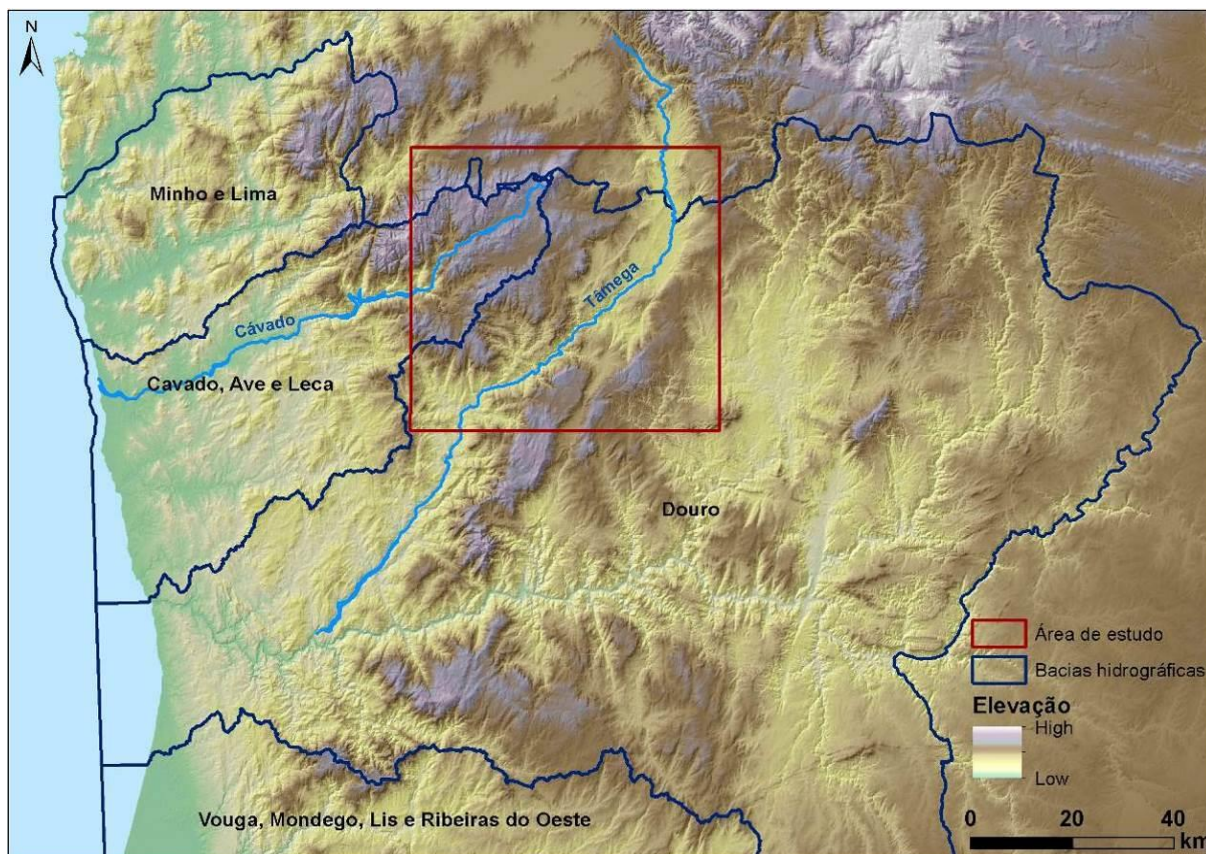


Figura 13: Localização da área de estudo em relação às bacias hidrográficas do Douro e Cávado (© Atlas Digital do Ambiente, Agência Portuguesa do Ambiente).

4.2. Sítios-modelo

Neste trabalho entendemos e utilizamos o conceito de modelo na sua forma literal, tal como o define Clarke (1972: 1-2): "pieces of machinery that relate observations to theoretical ideas, they may be used for many different purposes and they vary widely in the form of machinery they employ, the class of observations they focus upon and the manner they relate the observations to the theory or hypothesis".

Desta forma, partimos de modelos enquanto representações simplificadas com base em hipóteses prévias de trabalho que se derivam, num primeiro momento, de uma lógica analítica dedutiva mais do que indutiva (Kvamme, 2006), que teve por base uma extensa pesquisa bibliográfica, aliada a observações de campo e de gabinete. Depois de objectivarmos espacialmente essas hipóteses de trabalho, estes modelos locais mais simplificados irão transformar-se, em última instância, em padrões de assentamento propriamente ditos, que são já uma forma concreta de modelos que se derivam da observação repetitiva e comparativa de múltiplos casos e da sua redução a uma série limitada de variáveis possíveis.

De seguida irão ser apresentados os diferentes modelos de povoamento identificados na região do Alto Tâmega e do Alto Cávado através da análise de alguns casos particulares. A nossa opção passou por explorar a informação arqueológica disponível que nos permitisse seleccionar um determinado número de sítios arqueológicos, ainda que limitado, mas que tenham características arqueológicas diferentes entre si, procurando analisar a localização desses sítios entendendo que são representativos dos outros sítios que se assemelham a eles.

Assim, procuramos seleccionar um número limitado de sítios arqueológicos com características arqueológicas e locais diferentes e para os quais exista algum tipo de informação arqueológica disponível que nos permita limitar, com alguma segurança, o seu enquadramento cronológico, caracterizá-los individualmente e compará-los locacionalmente, com o fim último de estabelecer três modelos locais. Posteriormente, a ideia passa por analisar outras zonas concretas de forma a verificarmos qual a adaptabilidade destes modelos locais.

Partindo do pressuposto que as dinâmicas sociais e territoriais da nossa área de estudo poderão ter estado condicionadas pela presença e aproveitamento dos recursos minerais de estanho e de ouro, estes modelos de povoamento serão discutidos em maior detalhe e de forma comparativa na secção específica dedicada às formas de povoamento fortificado em relação às paisagens mineiras (Capítulo 5), onde objectivaremos de forma directa esta relação (Figura 14).

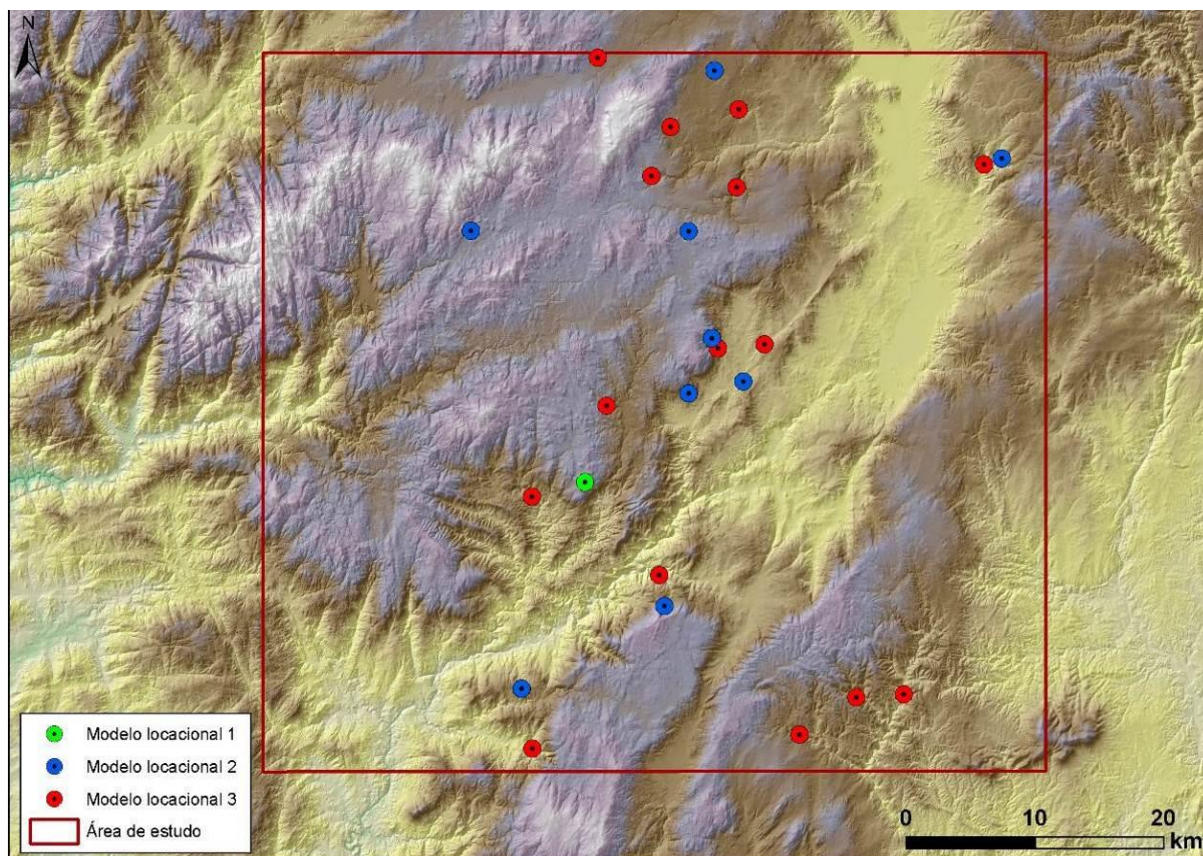


Figura 14: Localização dos castros integrantes dos modelos locais definidos.

4.2.1. Outeiro Lesenho

Este modelo locacional consubstancia-se num único povoado: o Outeiro Lesenho. O sítio onde se instalou o Outeiro Lesenho trata-se de um verdadeiro monumento natural que foi intensamente artificializado, combinando a sua característica forma topográfica cónica e os inúmeros blocos graníticos que pontuam o relevo, com a construção de um complexo sistema defensivo, constituído por imponentes muralhas, pedras fincadas e torreões, tratando-se de um caso evidente de arquitecturização de um monumento selvagem (Bradley, 2000; Criado-Boado, 1993b, 2012: 265-287) (Figura 15).

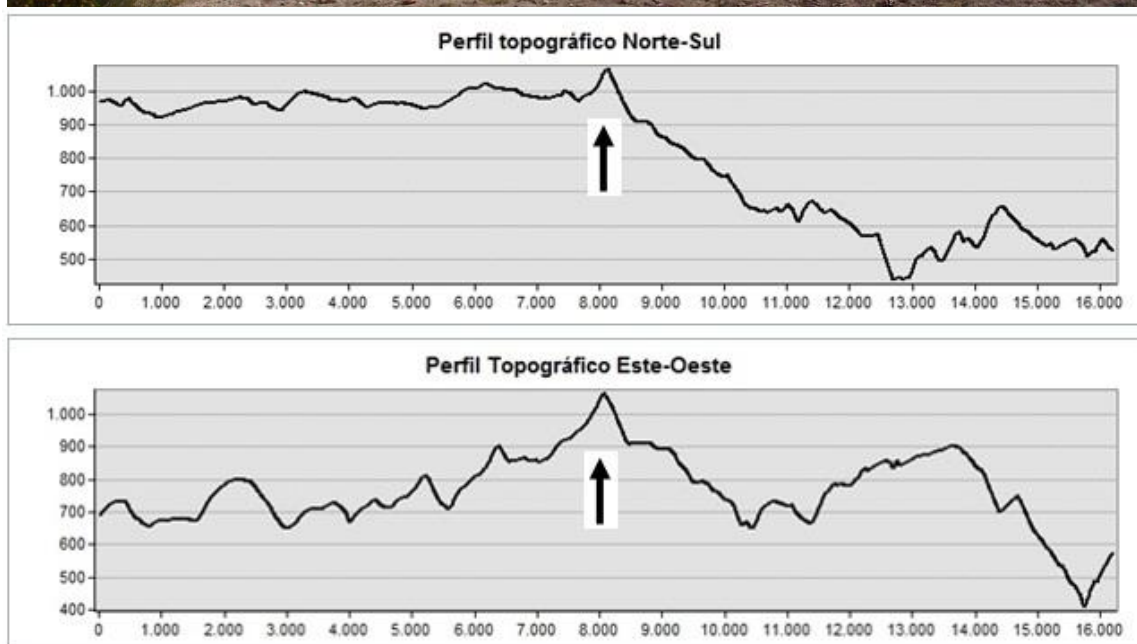


Figura 15: Outeiro Lesenho.

A monumentalização do Lesenho parece orientar-se mais para o exterior, com vista à materialização e visibilização intencional do sítio perante a comunidade, enquanto forma de coerção ideológica e coesão social, mas também de construção de identidade colectiva. Adicionalmente a esta estratégia consciente e intencional de visibilizar o Lesenho para o exterior, parece também haver uma estratégia concreta para invisibilizar o interior do

sítio, pois entre as monumentais muralhas e os blocos graníticos, o interior do sítio ficaria totalmente invisibilizado em relação ao exterior face a esta “barreira granítica”. Esta lógica espacial é bastante coerente com uma manifestação de poder pré-estatal, onde o centro se tem que reafirmar no território perante a restante comunidade, que se encontra disseminada pelo território, através da sua monumentalização “exagerada”, ao mesmo tempo que era também reafirmado e reconhecido pela própria população.

Este processo foi seguramente promovido por uma minoria social, como forma de justificar ideologicamente a necessidade da sua existência e de reforçar a sua posição de poder, utilizando, para tal, a figura da guerra e do guerreiro, invertendo a função do que até aí tinha sido um mecanismo para inibir a divisão social (Parcero-Oubiña & Criado-Boado, 2013: 263-264).

Esta monumentalização do Lesenho, enquanto verdadeira cenografia arquitectónica, trata-se de uma tecnologia de poder inserta dentro de uma economia política relacionada muito possivelmente com um processo de intensificação económica e de centralização sociopolítica. Seria esta uma das estratégias promovidas pelo centro com vista ao estabelecimento sobre a restante comunidade de um predomínio político e de uma relação formal de reciprocidade económica, dando lugar a uma complexa paisagem sociopolítica.

Adicionalmente, esta monumentalização excessiva do espaço fortificado do Lesenho poderá ser também encarada como um exemplo de uma prática de “rotinização” (Giddens, 1984), no sentido de determinadas tradições e materialidades prévias receberem neste novo contexto de mudança social uma atenção e destaque particular e desmesurado, tratando-se de uma forma de manutenção da segurança ontológica e de atenuação do “choque cultural” motivado pelo contacto com Roma, favorecendo a adaptação a este novo contexto cultural e garantindo a própria reprodução social (González-Ruibal, Hernando, & Politis, 2011).

No Outeiro Lesenho, pelo menos quando comparado com os restantes *oppida* litorais, não parece ter existido um processo de grande concentração populacional, nem mesmo de “proto-urbanismo”, havendo uma clara desproporção entre a superfície útil e o espaço ocupado pelas estruturas defensivas e pelos afloramentos rochosos, pelo que seguramente grande parte da população estaria dispersa pelo território. Desta forma, o espaço realmente útil do Lesenho, que tem uma área aproximada intramuralhas de 4 ha, seria relativamente limitado, aproximadamente de 1 ha, apesar de as linhas de muralha definirem vários recintos, em concreto oito, sendo que alguns deles não seriam claramente

de âmbito doméstico devido à grande densidade de blocos graníticos e à escassa potência estratigráfica destes recintos, onde a rocha aflora quase sempre à superfície (Figura 16).

A própria acessibilidade e mobilidade interna no Lesenho seriam bastante condicionadas, devido, sobretudo, à grande compartimentação do espaço interior. Por exemplo, depois de se entrar no povoado, e para se chegar à plataforma superior, tal implica a passagem por várias plataformas inferiores, sendo sempre uma travessia bastante indirecta e condicionada (Figura 16). Existe mesmo uma plataforma (7) que, aparentemente, e depois de se entrar na mesma desde o exterior, não tem uma porta de acesso às restantes plataformas interiores (Figura 16). Optamos por expressar essa dificuldade de movimento pelo interior do castro através de diagramas de mobilidade interna, tratando-se de uma ferramenta bastante útil que nos permite explorar novas vias de aproximação à organização interna dos assentamentos (Ayán-Vila, 2012) (Figura 17 e 18).

A contrastar com os *oppida* bracarenses, onde é perceptível uma organização densa e complexa do espaço doméstico (González-Ruibal, 2006b), o Outeiro Lesenho revela claramente uma organização interna bastante diferente, já que o espaço interno está bastante restringido pelo enorme espaço ocupado pelos inúmeros blocos graníticos e pelas potentes muralhas (Figura 19). O espaço doméstico do Lesenho, à semelhança do verificado no Castro de Saceda (González-Ruibal, 2005), encontra-se estruturado em base a muros de suporte que formam recintos artificiais onde as estruturas domésticas se instalaram, adaptando-se, assim, à acidentada topografia. Parece ocorrer antes um investimento social na construção e elaboração das estruturas defensivas, em particular das muralhas (Fonte, 2008), pelo que se poderão tratar de duas formas distintas de construção social da paisagem associadas a diferentes identidades culturais e economias políticas.

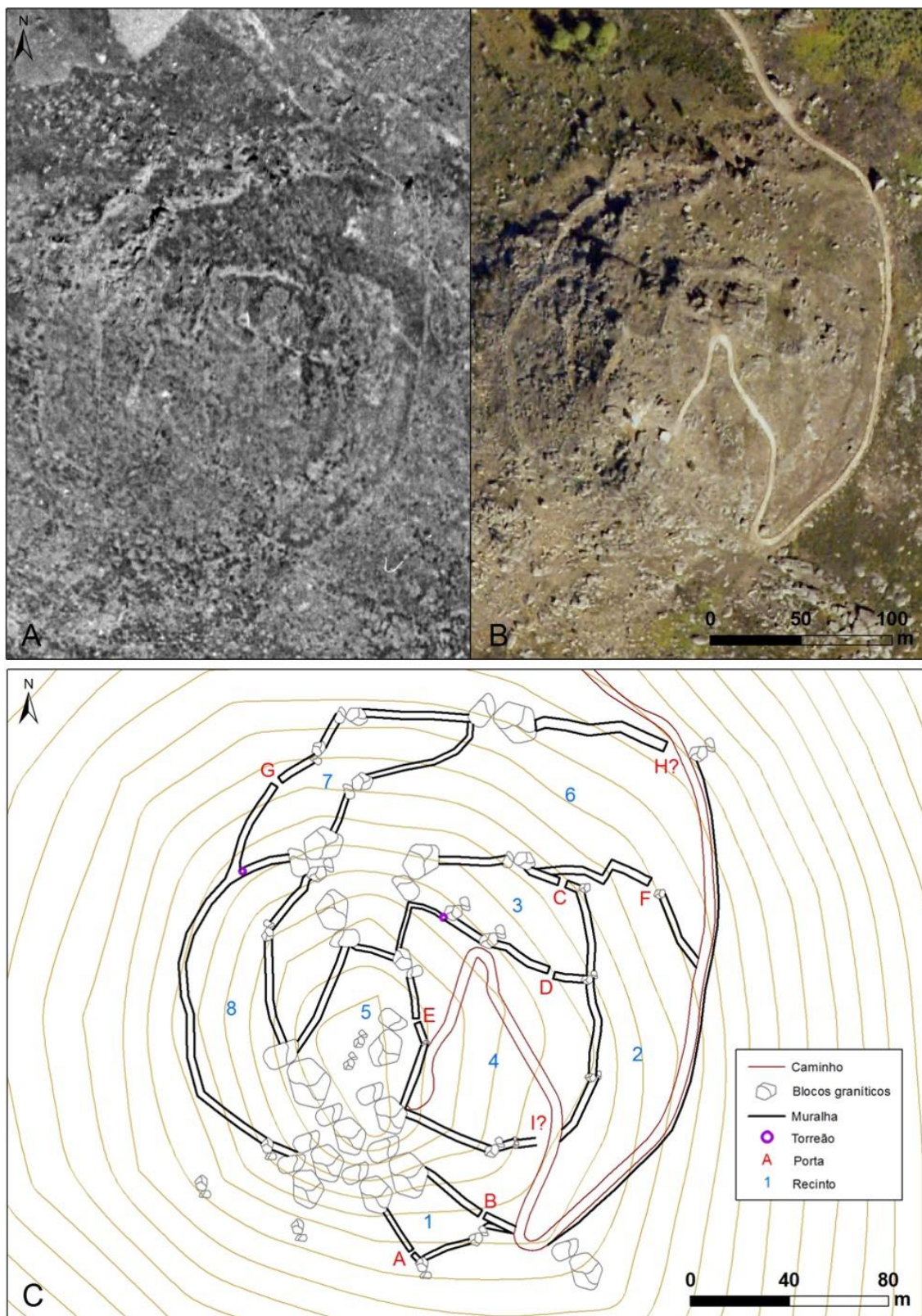


Figura 16: Ortofotografia do voo USAF de 1958 (A) e ortofotografia actual (Ortos_DGRF_2004_06) (B). Planta do Outeiro Lesenho com os seus vários recintos e portas assinaladas (C) (© Câmara Municipal de Boticas).

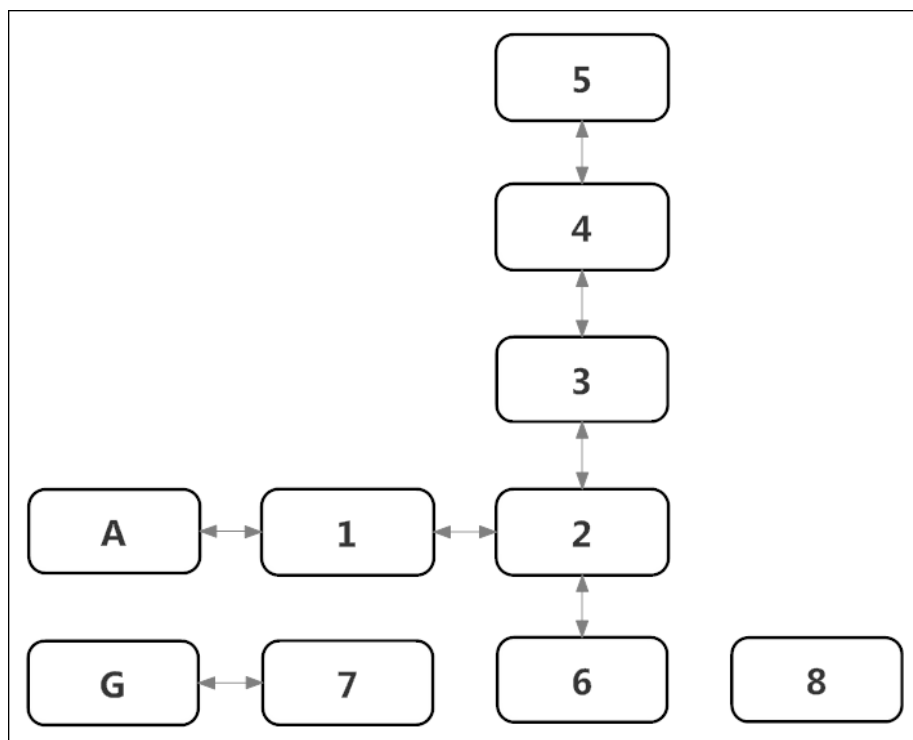


Figura 17: Diagrama de mobilidade interna do Outeiro Lesenho tendo em conta as portas conhecidas.

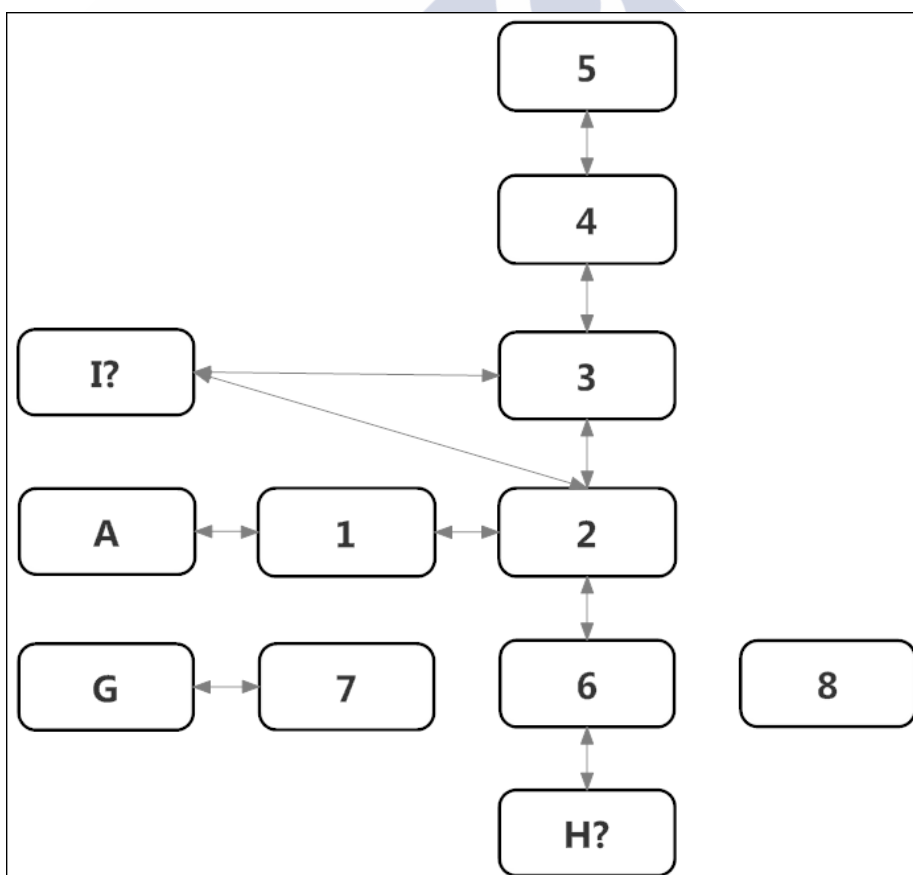


Figura 18: Diagrama de mobilidade interna do Outeiro Lesenho tendo em conta as portas conhecidas e outras hipotéticas (assinaladas com uma interrogação).

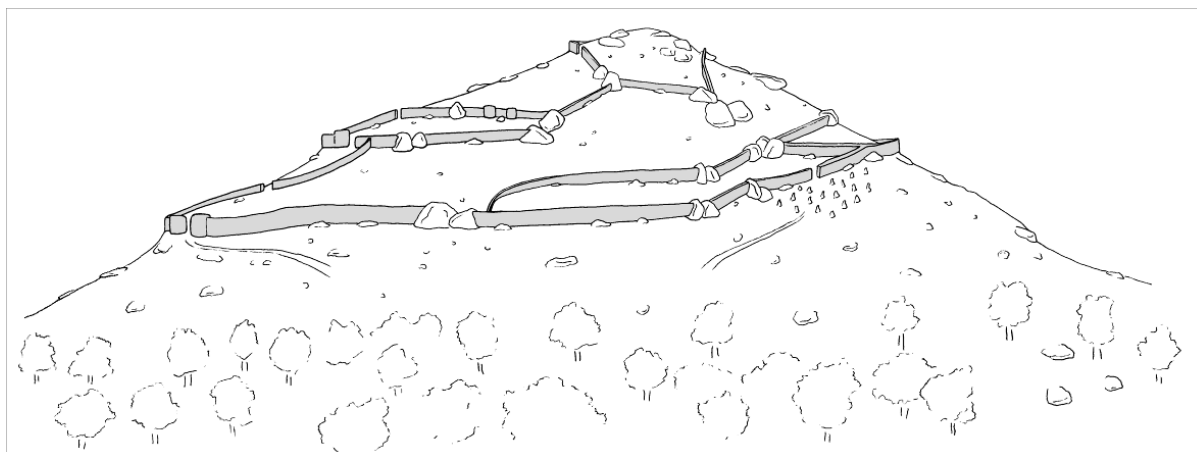


Figura 19: Reconstituição idealizada do Outeiro Lesenho (desenho de Anxo Rodríguez Paz, Incipit-CSIC).

Por outro lado, importa também ressaltar que no próprio morro onde se implantou o Lesenho e na sua envolvente próxima existem uma série de rochas gravadas com motivos diversos, na sua larga maioria covinhas associadas a círculos e a sulcos lineares, a par da existência de alguns monumentos megalíticos (Alves & Reis, 2009), o que, de certa forma, nos poderá indiciar que este seria já um sítio com uma biografia simbólica bastante marcada, um sítio que tinha já um simbolismo na memória colectiva, do qual a comunidade, em particular uma minoria social, que habitou este sítio na Idade do Ferro se apropriou, transformando-se num lugar chave para negociar e ostentar o poder (González-Ruibal, 2006a: 338-339).

O Outeiro Lesenho trata-se, assim, de um sítio visualmente proeminente, verdadeiro referente paisagístico que centraliza todas as relações de visibilidade. De um ponto de vista mais fenomenológico, a forma topográfica do Lesenho distingue-se sempre perfeitamente na paisagem desde os castros com os quais tem intervisibilidade, enquanto desde o próprio Lesenho é mais difícil discernir esses mesmos castros. É um sítio que, efectivamente, não tem um paralelo locacional em toda a região, destacando-se clara e intencionalmente dos demais sítios.

O carácter de marco visual do Outeiro Lesenho comprova-se perfeitamente através de uma análise de *total viewshed*, onde o que se pretende é calcular “the inherent visibility at all locations in a landscape” (Llobera et al., 2010), através do cálculo de visibilidade de cada uma das células do nosso MDT⁵, pelo que o resultado se corresponde com as zonas que são visualmente mais proeminentes, no sentido de uma maior magnitude

⁵ Para este cálculo, e visto que o mesmo exige uma alta capacidade computacional, optamos por utilizar o MDT SRTM (80 metros de resolução) da NASA (<http://www2.jpl.nasa.gov/srtm/>).

visual (Llobera, 2003) (Figura 20). Quantificamos e comparamos a proeminência visual do Outeiro Lesenho num raio de 20 km com os restantes castros da envolvente, e constatamos que o Lesenho é claramente o sítio visualmente mais proeminente, pelo que se trata de um verdadeiro referente paisagístico (Gráfico 1).

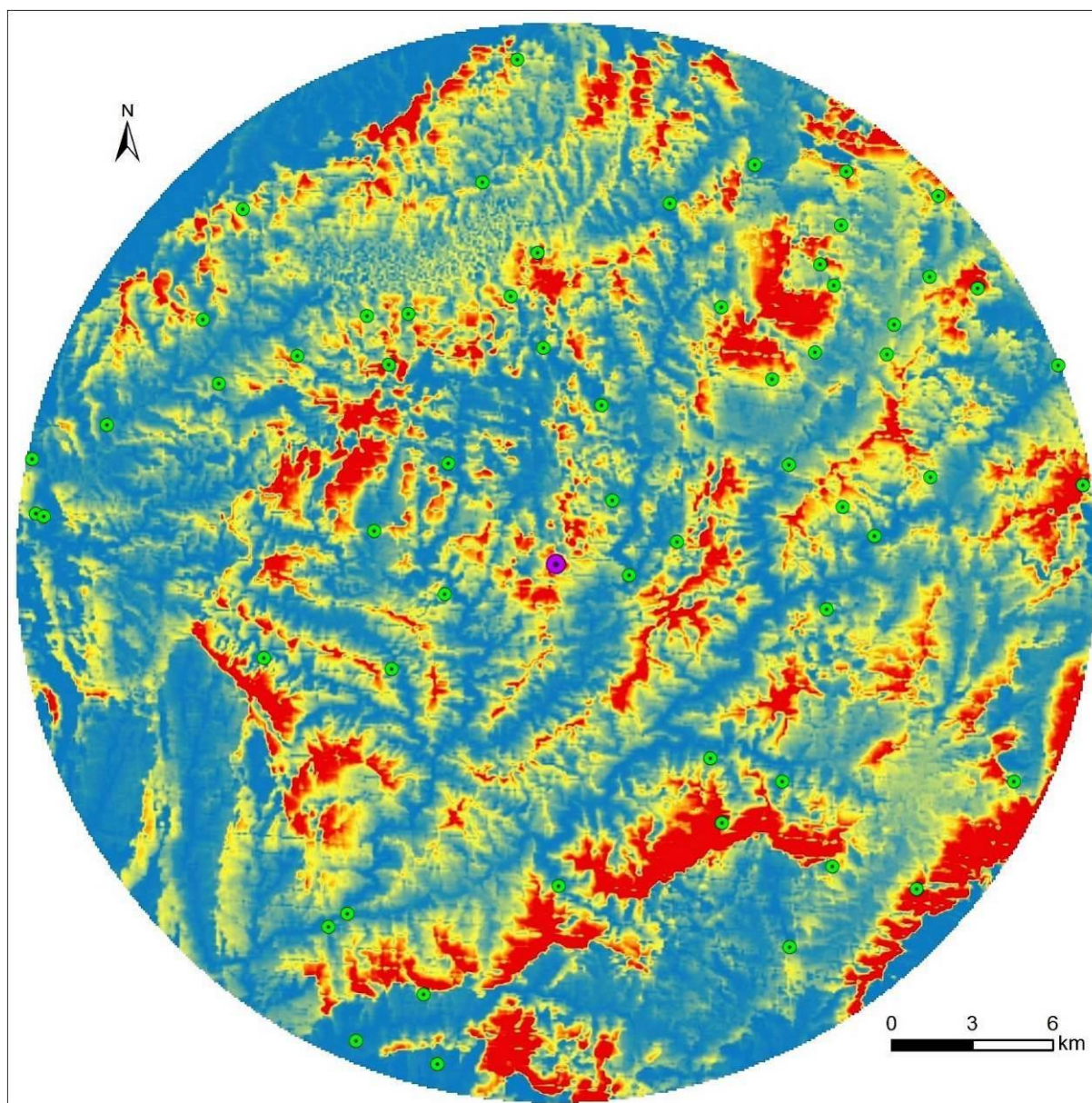


Figura 20: “Total viewshed” num *buffer* de 20 km a partir do Outeiro Lesenho (ao centro) (Llobera et al., 2010).

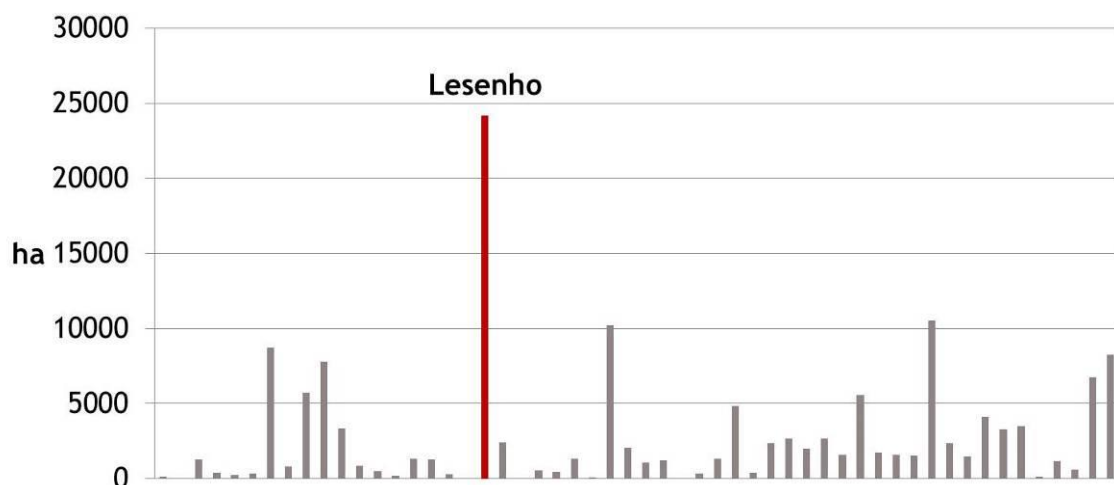


Gráfico 1: Comparativa do “total viewshed” do Lesenho em relação à restante rede de povoamento da Idade do Ferro.

Assim sendo, o Lesenho é, evidentemente, um sítio que apresenta uma vontade expressa de se visibilizar na paisagem. Este desejo consciente e intencional de visibilizar a acção social objectiva-se, como vimos, através de diferentes elementos materiais, provocando efeitos dramáticos e cenográficos. Neste caso, ocorre uma reutilização de elementos naturais que se complementa com a sua artificialização, através de um processo de arquitecturização de um monumento selvagem, existindo uma clara estratégia de monumentalização e visibilização da acção social, que se projecta espacial e temporalmente (Criado-Boado, 1993b, 2012: 265-287). Essa vontade de visibilidade da acção social reflecte um padrão de racionalidade cultural e espacial específico, expressando a identidade cultural do grupo e materializando um discurso ideológico de poder. Este processo de monumentalização relaciona-se seguramente com uma sociedade dividida, configurando-se como um monumento que materializa um discurso ideológico de poder e de dominação.

Posto isto, o Outeiro Lesenho poderá eventualmente ser encarado como um “*oppidum* de fronteira” (González-Ruibal, 2009), uma vez que se localiza na transição entre as sociedades proto-estatais materializadas nos *oppida* bracarenses (*house societies*) e as sociedades contra o estado (ou *oppida*) do interior transmontano (*deep rural communities*) (González-Ruibal, 2012). Como já referimos anteriormente, esta zona localiza-se justamente no limite entre a área dos *oppida* bracarenses (González-Ruibal, 2006a) e a área dos pequenos castros de Trás-os-Montes Oriental (Lemos, 1993) e Noroeste de Zamora (Esparza-Arroyo, 1987, 2011), onde os povoados são mais pequenos e menos monumentais e denotam influências culturais da Meseta. O Lesenho parece materializar uma vontade de projectar uma imagem de poder e força numa zona culturalmente crítica, precisamente uma zona de transição e fronteira entre distintas tradições culturais. O

carácter de fronteira desta região adverte-se em determinados rasgos da cultura material, da paisagem, da organização do espaço habitado, ou mesmo da ourivesaria. Coexistem aqui rasgos culturais pertencentes a diversas tradições, tanto atlânticas como meseténhas, sendo precisamente nesta zona que passa a divisória entre essas diferentes produções materiais. Uma das atitudes típicas das zonas de fronteiras culturais passa por reforçar determinados elementos e valores culturais e ideológicos do “núcleo”, neste caso a área dos *oppida* bracarense e o seu particular estilo artístico (González-Ruibal, 2004a), como uma reacção às ameaças reais ou fictícias do exterior, ao mesmo tempo que coexistem com elementos culturais específicos dessas regiões. Parece-nos bastante significativo que no limite oriental da área dos *oppida* bracarense encontremos o povoado com o maior número de estátuas de guerreiros do Noroeste Peninsular, tendo aparecido até à data quatro exemplares (Silva, 2007, 2012), aliado a um investimento monumental no espaço defensivo, em contraste com os *oppida* bracarense, onde o investimento monumental é maior no espaço habitado (González-Ruibal, 2006b), o que claramente se relaciona com diferentes princípios de articulação social.

Todavia, partindo do pressuposto que no Lesenho não ocorreu um processo de concentração demográfica, talvez o termo *oppidum* não seja o mais adequado para o classificar, sendo possível que tenham ocorrido na Antiguidade outras formas de agrupação territorial organizadas em torno a um santuário, como poderia ter sido o caso do Lesenho, e não a um núcleo de habitação, tal como sucedeu no caso do *ethne* grego (García-Quintela, 2002; Morgan, 2003). O sinecismo supõe um processo de fusão política não necessariamente acompanhado por uma concentração demográfica e ordenamento urbano, podendo ter diversas motivações e manifestações (Moggi, 1975).

Se, por exemplo, compararmos a proporção entre a superfície interna e o espaço realmente ocupado com construções domésticas entre o Outeiro Lesenho e a Citânia de Briteiros, constatamos que, não só a área interna é significativamente superior no caso de Briteiros (24 ha), enquanto o Lesenho ocupa apenas 4 ha, como também se verifica uma maior densidade de ocupação do espaço doméstico em Briteiros. Os dados disponíveis para Briteiros (Cruz, 2015; Lemos & Cruz, 2007) apontam para cerca de um terço do espaço interno ocupado por construções domésticas, embora seja de supor uma densidade maior, pois estes dados correspondem-se, genericamente, com a área total escavada (7 ha), enquanto no Lesenho os dados disponíveis apontam para uma ocupação interna menos densa, aproximadamente de um quarto do espaço interno (Figura 21).

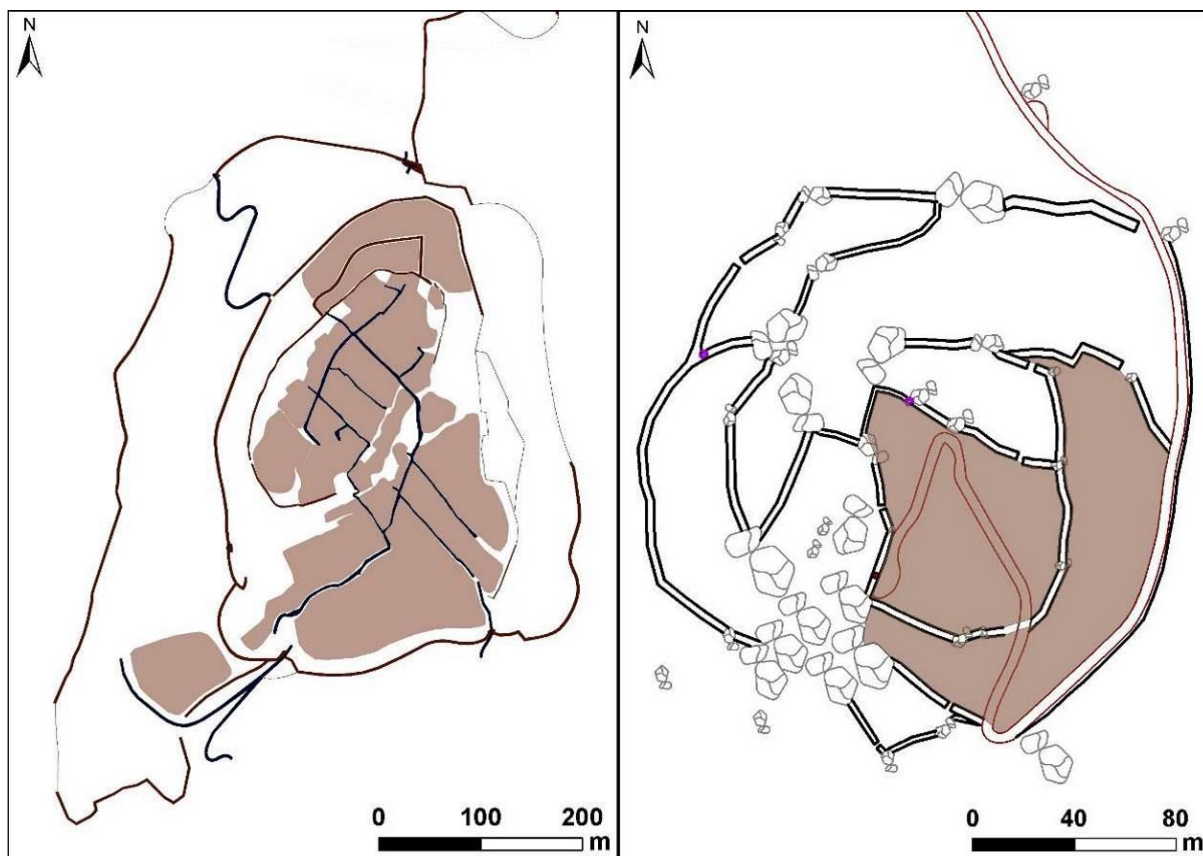


Figura 21: Comparação da superfície doméstica (sombreado) entre a Citânia de Briteiros (à esquerda) (© Gonçalo Cruz, Sociedade Martins Sarmiento) e o Outeiro Lesenho (à direita).

Em certa medida, podemos considerar o território do Outeiro Lesenho como uma “shatter zone”, definida por James Scott (2009: 7): “Much of the periphery of states became a zone of refuge or “shatter zone”, where the human shards of state formation and rivalry accumulated willy nilly, creating regions of bewildering ethnic and linguistic complexity”, no sentido de se poder ter tratado de uma zona de periferia e de fricção entre uma área altamente complexa e desigual e outra tribal e mais igualitária. Ambas representam duas esferas políticas contrastantes, uma concentrada, homogénea e hierárquica, e outra dispersa, heterogénea e igualitária (Scott, 2009: 327), relacionando-se uma com uma economia política de cariz corporativo que favorece as diferenças sociais, a zona dos *oppida* bracarenses, e outra com uma economia moral que enfatiza os valores colectivos e a isonomia, a zona de Trás-os-Montes Oriental e o Noroeste de Zamora (González-Ruibal, 2012), sendo que a zona do Lesenho estaria justamente na transição entre estas duas, tratando-se de uma fronteira extremamente dinâmica e fluída (Gardner, 2007).

Consideramos que a economia política da zona controlada politicamente pelo Outeiro Lesenho também seria de tipo corporativo, embora com a grande diferença relativamente à zona dos *oppida* bracarenses de não ter ocorrido aqui um processo de concentração

populacional em determinados povoados, pelo que grande parte da população estaria seguramente disseminada pelo território, encontrando-se, todavia, na dependência política do Lesenho que teria, assim, que reafirmar a sua centralidade na paisagem.

No Lesenho, que consideramos ter desempenhado um papel de capital de um território político, o processo de sinecismo que aqui ocorreu foi claramente diferente do ocorrido nos *oppida* bracarenses, pois, desde logo, não parece ter ocorrido um processo de concentração populacional, pelo que, muito possivelmente, grande parte da população estaria antes dispersa pelo território, daí que consideremos que seria uma minoria social que habitaria no Lesenho. Neste sentido, o centro político teria que se reafirmar no território perante a restante comunidade através da sua monumentalização “exagerada”, sendo simultaneamente reafirmado pela própria população, tendo este processo sido justamente promovido por uma minoria social como forma de justificar ideologicamente a necessidade da sua existência e de reforçar a sua posição de poder, utilizando, para tal, a figura da guerra e do guerreiro. Esta seria uma das estratégias promovidas pelo centro com vista ao estabelecimento sobre a restante comunidade de um predomínio político e de uma relação formal de reciprocidade económica, dando origem a uma complexa paisagem sociopolítica altamente estruturada e organizada. A fortificação seria, ao mesmo tempo, um símbolo de poder e de identidade da própria comunidade (Fernández-Götz, 2013a).

Como hipótese de trabalho, e na linha dos trabalhos de alguns investigadores europeus (Derks & Roymans, 2009; Fernández-Götz & Roymans, 2015; Fernández-Götz, 2011, 2013b, 2014a, 2014b, 2014c), podemos pensar que o Lesenho pode ter origem num espaço ritual de culto e agregação, no sentido de ter sido construído num lugar de memória e tradição que teria muito possivelmente uma significação sagrada prévia, directamente associada ao facto de ser um sítio bastante marcante na paisagem. Essa significação prévia seria seguramente reconhecida pela comunidade e da qual uma minoria social se apoderou como forma de construir uma posição de predomínio político, certamente sem demasiada coerção social, promovendo e reafirmando a identidade colectiva e o sentido de coesão da comunidade através de determinados eventos e práticas. Deste modo, o outeiro aonde se veio a instalar o Lesenho, face à sua singularidade geomorfológica, terá sido um lugar de grande relevância colectiva, estruturalmente significativo na construção da paisagem social (Ingold, 2000; Meskell, 2003; Thomas, 2001; Tilley, 1994, 2004).

Temos ainda poucas evidências que possam, pelo menos de momento, suportar esta hipótese, embora o recinto superior do Lesenho, que aparentemente se encontra “vazio” ainda que repleto de afloramentos graníticos, à semelhança de outros *oppida*, talvez possa

ser um elemento interessante a ter em consideração, podendo tratar-se de um exemplo de uma arquitectura ambígua, onde o espaço natural se combina com o cultural, tratando-se justamente de uma materialização dessa actividade religiosa e cultural (García-Quintela, 2013). Ainda que as razões económicas possam ter sido importantes, julgamos que estas surgem à raiz das motivações político-religiosas, pelo que, mais do que uma consequência, poderão antes ter sido a causa do desenvolvimento do Lesenho, onde a religião e os mecanismos ideológicos poderiam ter actuado como activadores de formas mais complexas de organização social e como elementos de coesão nos processos de centralização (Fernández-Götz, 2014b). Em sociedades não-estatais, que careciam de alguns mecanismos de controlo social, o papel do simbólico e do ritual, entre outros recursos, contribuíram para o fomento da coesão social e para a manutenção das estruturas de poder.

Desta forma, a biografia cultural deste sítio pode ter dado origem a um processo de arquitecturização de um monumento selvagem (Bradley, 2000), onde, por um lado, se invisibiliza e se restringe o acesso ao interior do sítio, e, por outro, visibiliza-se o sítio em direcção ao exterior, numa cenografia onde as próprias estátuas de guerreiros seriam seguramente participantes activos. Seria, portanto, um local onde a política, a religião e a sociedade estariam intimamente interligadas, desempenhando um papel fundamental na criação, manutenção e reforço da identidade colectiva e dos laços étnicos.

A cronologia ocupacional do Outeiro Lesenho, pelo menos à luz das últimas intervenções arqueológicas (Martins, Cruz, & Fonte, 2010, 2011), parece ter estado centrada entre os séculos II e I a.C.⁶. A cerâmica identificada até ao momento nas referidas intervenções arqueológicas enquadra-se toda ela na Segunda Idade do Ferro (*ibid.*) (Figura 22). Um fragmento de uma fíbula aucissa encontrada recentemente no caminho que sobe ao topo do povoado, constituída por um arco semicircular e já sem fuzilhão e elaborada numa liga de cobre com a haste revestida por um lâmina de prata, que se junta a outra já anteriormente descoberta⁷, poderá estender a sua ocupação até meados do século I d.C. (Ponte, 2006: 360) (Figura 23), embora seja de ressaltar a mais que significativa ausência de materiais arqueológicos de clara adscrição romana. Será interessante destacar que as fíbulas aucissas são também conhecidas como “fíbulas de legionários”, uma vez que eram utilizadas pelos militares para prender o seu *paludamentum*, sendo que pelo menos durante o período do imperador Augusto terão sido

⁶ Obtivemos à raiz desta intervenção uma datação radiocarbónica por AMS de um contexto arqueológico selado que nos forneceu uma cronologia entre 2030 +/- 30 BP. Esta datação será discutida em maior detalhe na parte de “Produção agrícola” (4.5.).

⁷ Este fragmento de fíbula aucissa faz actualmente parte da exposição permanente do CEDIEC em Boticas.

utilizadas de forma exclusiva por parte do exército romano, tendência que se vai atenuando a partir dos governos de Cláudio e Nero (Ponte, 2006: 354-374). A sua presença no Outeiro Lesenho poderá ser reveladora do contacto entre esta comunidade indígena e o exército romano. Por outro lado, desconhecemos ainda se este povoado teve efectivamente uma ocupação anterior, nomeadamente do Bronze Final em adiante.

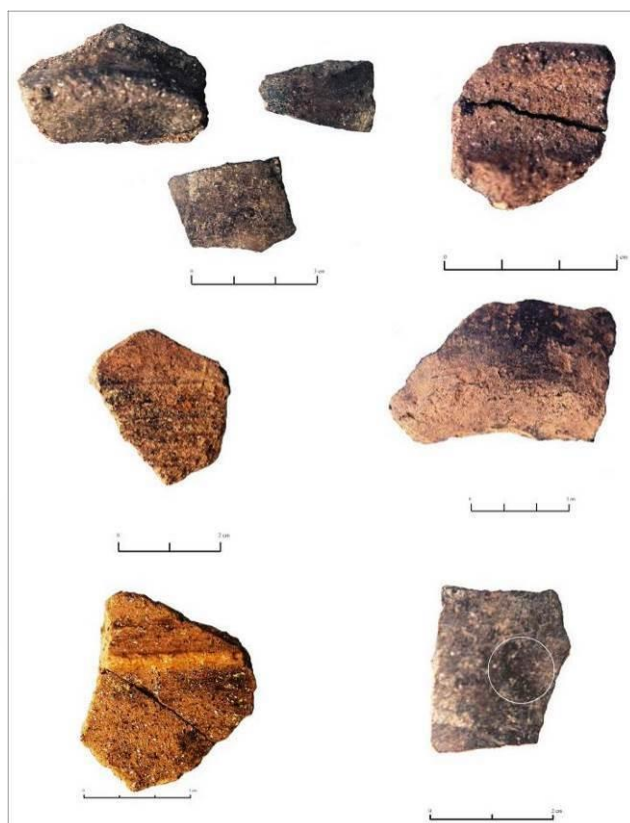


Figura 22: Cerâmicas da Segunda Idade do Ferro provenientes do Outeiro Lesenho (Martins et al., 2010, 2011).



Figura 23: Fíbula aucissa do Outeiro Lesenho antes (A) e depois (B) da sua conservação e restauro no Museu D. Diogo de Sousa em Braga.

4.2.2. Castro do Pedrário

Dentro deste modelo locacional optamos por seleccionar como sítio mais representativo e paradigmático o Castro do Pedrário (Montalegre). Trata-se de um sítio cuja estrutura e morfologia se encontram bem conservadas e são também bem conhecidas (Barreiros, 1920: 67-68; Carvalho et al., 2006; Carvalho, 2007), pelo que, apesar de nunca ter sido escavado, poderá servir-nos de referência.

O Castro do Pedrário situa-se numa elevação proeminente que domina visualmente uma ampla área para Norte, até às faldas da serra do Larouco, centrando-se a sua visibilidade no vale do Assureira. Ergue-se a uma altitude de aproximadamente mil metros, com uma área interna de cerca de 3 ha. Este sítio não foi ainda sujeito a qualquer intervenção arqueológica, daí que a informação disponível sobre o mesmo seja relativamente escassa, com excepção de um levantamento topográfico realizado na década de 80 do século XX pelo então Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte (SRAZN) a pedido da Câmara Municipal de Montalegre (CMM) (Figura 24). Desta forma, qualquer proposta de enquadramento cronológico terá que ser sempre encarada com as devidas cautelas.

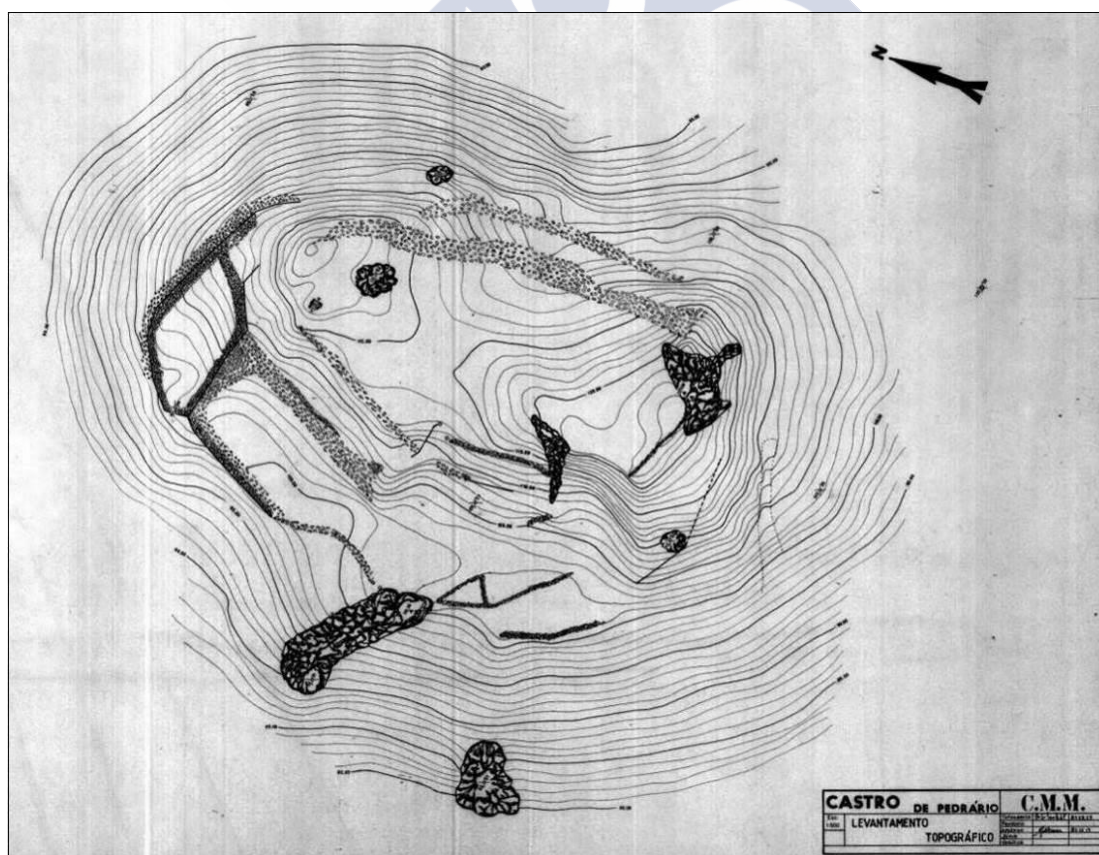


Figura 24: Levantamento topográfico do Castro do Pedrário à escala 1:500 (© Direcção Regional de Cultura).

O sítio estrutura-se em base a um complexo sistema de fortificação constituído por duas cinturas de muralha principais, ligando dois morros graníticos, tendo sido reforçadas por um terceiro muro nas zonas localizadas a Oeste e a Este (Figura 25). A zona mais elevada do povoado está também delimitada por uma pequena muralha, dando origem a uma subdivisão interna, conformando um aparente espaço vazio dominado por afloramentos graníticos (Figura 25 e 26).

Trata-se de um sítio bastante visível da sua envolvente próxima, centrando-se a sua visibilidade numa zona concreta, neste caso o vale do Assureira, que se trata de uma zona mineira tal como será mais à frente discutido (6.4.), possuindo intervisibilidade com o Outeiro Lesenho, sendo que a sua posição é claramente reforçada pelo seu monumental sistema defensivo, que deveria ser perfeitamente discernível a curta e média distância.

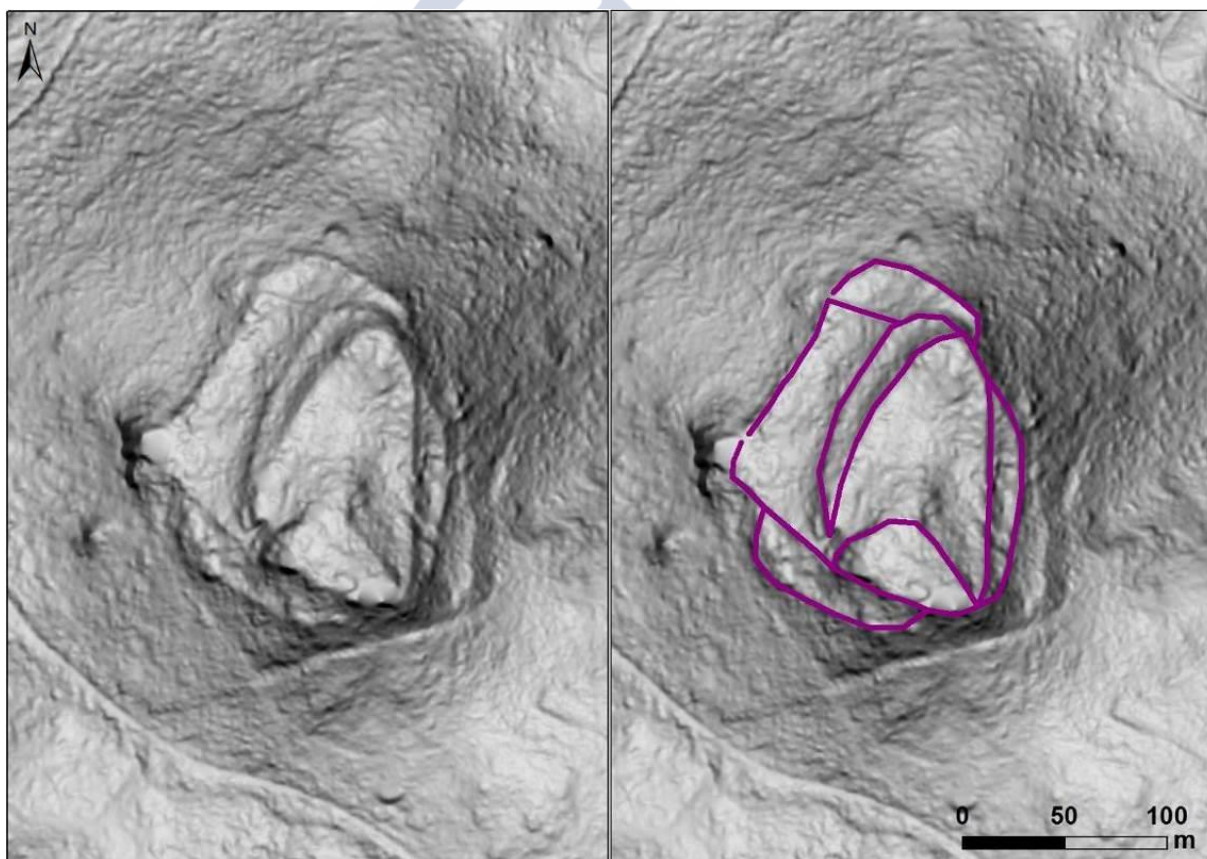


Figura 25: Fotointerpretação do Castro do Pedrário com base num MDT interpolado a partir de dados LiDAR (PNOA-IGN).



Figura 26: Castro do Pedrário.

Refere-se a recolha de diverso espólio essencialmente constituído por fragmentos de cerâmica manual e torneada atribuível à Idade do Ferro, bem como alguns vestígios de escórias de bronze e de ferro, a indiciar uma provável prática metalúrgica no local (Carvalho, 2007). Encontramos em prospeção superficial vários fragmentos de cerâmica indígena que nos remetem para momentos finais da Idade do Ferro (Figura 27), pelo que, com algum segurança, podemos incluir este sítio nesse período cronológico. Não se refere o aparecimento de materiais romanos.



Figura 27: Fragmentos cerâmicos provenientes do Castro do Pedrário.

4.2.3. Castro de Carvalhelhos

Este modelo locacional relaciona-se directamente com o Castro de Carvalhelhos (Figura 28), que nos serviu de paradigma para definir este modelo locacional, não só pelo seu tipo de assentamento específico, mas também por ser um dos poucos castros na região escavados de forma sistemática e extensiva, durante aproximadamente 30 anos por Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior (Júnior, 1984a), tendo fornecido um registo arqueológico extremamente interessante e valioso, apesar de todas as condicionantes inerentes ao processo de escavação, visto não existir um contexto estratigráfico para a cultura material recolhida. Importa, portanto, contextualizar um pouco o trabalho de Santos Júnior neste sítio e rever a cultura material exumada, que se encontra depositada, na sua larga maioria, no Museu de História Natural da Universidade do Porto e no Museu Rural de Boticas e no Centro Europeu de Documentação e Interpretação da Escultura Castreja (CEDIEC) em Boticas.



Figura 28: Vistas aéreas do Castro de Carvalhelhos (© Centro de Memória de Torre de Moncorvo).

Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior (Figura 29) foi um dos mais eminentes e activos investigadores da história e cultura de Trás-os-Montes, tendo dedicado parte da sua carreira à investigação da “cultura castreja” nesta região, numa tentativa de busca das raízes ancestrais de Portugal, lógica essa orientada pelo contexto ideológico do Estado Novo. Neste parágrafo resume-se bem a ideologia nacionalista e a perspectiva evolucionista que então norteava as investigações de Santos Júnior: “As sociedades indígenas castrejas, primeiro celtizadas, a seguir romanizadas e depois cristianizadas, constituíram a base extreme em que entroncou, sólida e firme, a nacionalidade portuguesa. Nos castros implantara-se as velhas raízes da nossa nacionalidade. E assim, estudar os castros e a cultura castreja é fazer nacionalismo, do mais puro, do mais são.” (Júnior, 1958: 61-62).



Figura 29: Santos Júnior com a sua famosa bengala que servia de escala durante as escavações que levou a cabo no Castro de Carvalhelhos (© Centro de Memória de Torre de Moncorvo).

Foi discípulo e seguidor do Professor Mendes Corrêa, nomeadamente como director do Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (FCUP), que ostentava o nome daquele insigne investigador.

J. R. dos Santos Júnior coordenou inúmeras campanhas de escavações arqueológicas ao longo de 34 anos no Castro de Carvalhelhos (Júnior 1958, 1963, 1964, 1966, 1971, 1975, 1977, 1978, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984b, 1985), tendo a primeira campanha ocorrido em 1951 e a última em 1985. A maior parte dos artigos derivados destas intervenções foram publicados nos Trabalhos de Antropologia e Etnologia, editados pela Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (SPAEE), fundada no âmbito da FCUP por Mendes Corrêa, que também foi presidida por Santos Júnior.

J. R. dos Santos Júnior compaginava as campanhas de escavações no Castro de Carvalhelhos com as suas férias na estância termal de Carvalhelhos. Uma das suas principais preocupações foi o restauro das muralhas e demais construções do referido castro. Realizava escavações ao longo das muralhas até encontrar a sua base que depois refazia com os próprios derrubes, assentes em pedra seca, mas com a parte original devidamente diferenciada da restaurada com marcas de cimento.

Durante os seus trabalhos identificou também pedras fincadas e rampas interiores de acesso às muralhas, sendo que este pequeno castro tem a particularidade de ter sido um dos primeiros na zona do Alto Tâmega e Barroso onde se identificaram campos de pedras fincadas, que, neste caso, antecedem os fossos e as muralhas. Participavam nas escavações habitantes locais que trabalhavam “à jeira” (Figura 30).

Grande parte da documentação resultante das escavações de Santos Júnior no Castro de Carvalhelhos, desde os diários de escavação, fotos, correspondência, etc., encontra-se depositada no Centro de Memória de Torre de Moncorvo, que tivemos oportunidade de visitar e onde pudemos consultar toda esta documentação.



Figura 30: Algumas fotografias tiradas por J. R. dos Santos Júnior por alturas das escavações que levou a cabo no Castro de Carvalhelhos (© Centro de Memória de Torre de Moncorvo).

Todavia, uma das principais particularidades deste sítio foi o aparecimento de um depósito de 200 kg de cassiterite (mineral do estanho), recurso que na zona, juntamente com a volframite, é bastante abundante. Ambos minerais foram explorados na zona ao longo do século XX (Figura 31, 32 e 33). O depósito foi descoberto em 1965 por um conjunto de rapazes de Carvalhelhos na base da encosta nascente do castro na cova de um penedo, juntamente com outros materiais dos quais, no entanto, se perdeu o rastro (Júnior 1958: 48-50). Desafortunadamente, este depósito foi vendido pelos seus achadores. Santos Júnior interpretou este depósito “como um esconderijo feito pelos castrejos na eminência de um ataque, possivelmente dos romanos” (Júnior 1984: 415). J. R. Dos Santos Júnior rapidamente chegou à conclusão de que “os habitantes do Castro de Carvalhelhos seriam hábeis mineiros que exploraram a cassiterite, bom minério de estanho (...)”, que seria explorado em alguns “fossos” escavados na periferia no povoado (*ibid.*). Todavia, pelo menos de momento, é bastante difícil de aferir a coetaneidade entre estes “fossos” e a ocupação do próprio povoado, pois muitos deles foram explorados ao longo do século XX em busca de volfrâmio e de estanho, sendo também possível que estes recursos tenham sido explorados noutras épocas históricas que de momento desconhecemos (Figura 32).



Figura 31: Algumas fotos dos anos 50 e 60 do século XX de J. R. Dos Santos Júnior que documentam a exploração mineira de estanho na envolvente do Castro de Carvalhelhos (© Centro de Memória de Torre de Moncorvo).

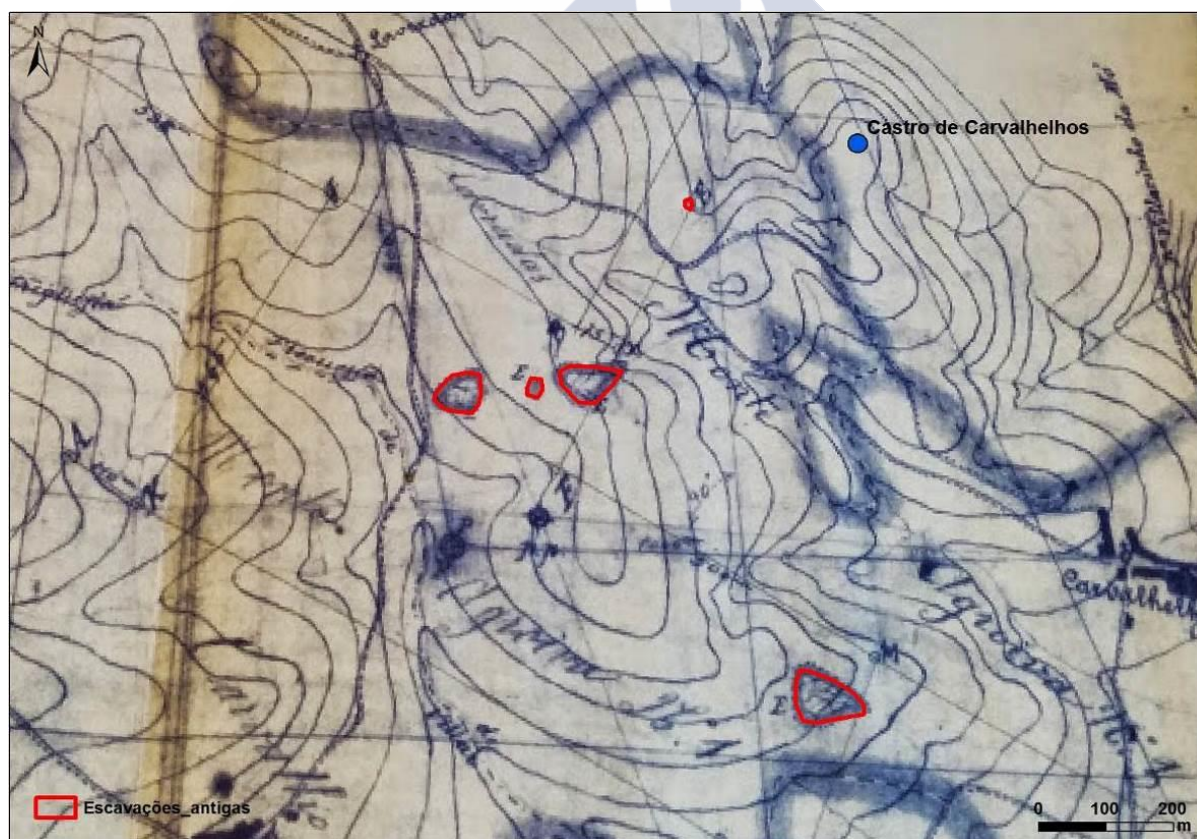


Figura 32: Mapa de 1904 depositado na Direcção-Regional de Economia do Norte onde se assinalam algumas “escavações antigas” na envolvente do Castro de Carvalhelhos.

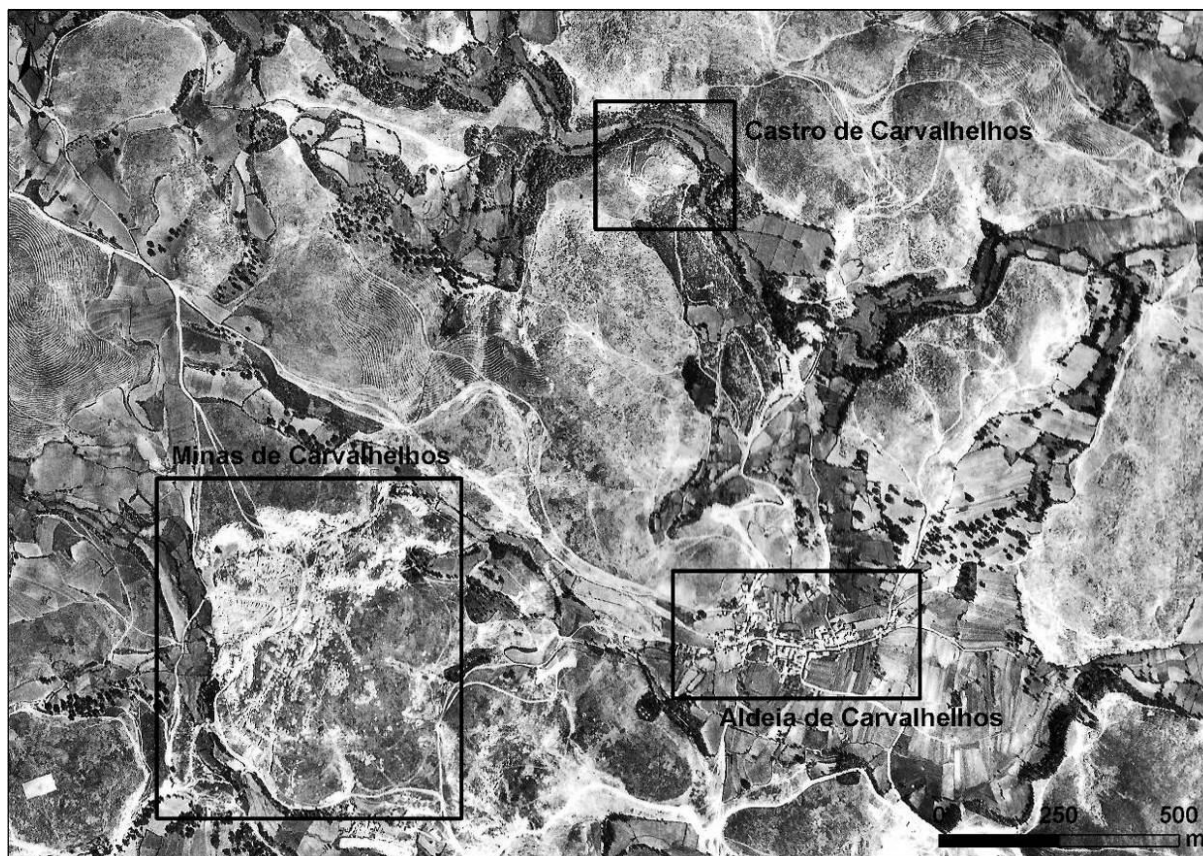


Figura 33: Ortofotografia do voo USAF de 1958 da zona de Carvalhelhos, altura em que as Minas de Carvalhelhos estavam em pleno funcionamento e as escavações de Santos Júnior no Castro de Carvalhelhos tinham começado nessa década.

Outro aspecto interessante deste povoado relaciona-se com a abundante recolha de escórias metalúrgicas. Algumas destas escórias foram analisadas quimicamente, tendo-se chegado à conclusão de que para a extracção do estanho do minério cassiterite usaram como fundente um óxido de ferro, a hematite ou limonite, tendo-se atingido temperaturas superiores a 1300 graus, o que se explica pela utilização de minério de ferro em excesso, que tem um ponto de fusão superior (1600 graus), e que só em parte era digerido, daí que as escórias apresentem um alto teor de ferro e baixo em estanho (Costa, 1966). Iremos, de seguida, discutir em maior profundidade este tema. Do restante espólio cabe destacar alguns objectos metálicos, sobretudo em bronze, como fíbulas, com destaque para as tipo aucissa e as anulares com arco interrompido em omega, argolas e alfinetes. De destacar também algumas moedas romanas, em concreto sete⁸: um denário republicano, um denário de Augusto, dois asses de Augusto, um deles correspondendo-se como uma moeda tipo *caetra* cortada cunhada no Noroeste Peninsular entre 26-25 a.C. (Figura 34), e três asses de Tibério (Centeno 1987: 177) (Figura 35). Dois dos asses de Tibério estão

⁸ Estas moedas encontram-se actualmente na exposição permanente do Centro Europeu de Documentação e Interpretação da Escultura Castreja (CEDIEC) em Boticas.

contramarcados no anverso com uma cabeça de águia, que supostamente se poderá relacionar com uma revalorização da moeda em época de Cláudio (41-54 d.C.) (*ibid.*). A cerâmica é, na sua larga maioria, de tipologia “castreja”, com formas a remeter para os séculos II a.C. e I d.C., com claros paralelos no Muro da Pastoria (Soeiro, 1985) e no Castro de Saceda (González-Ruibal, 2005) (Figura 35).



Figura 34: Moeda *caetra* procedente do Castro de Carvalhelhos, actualmente na exposição permanente do CEDIEC.

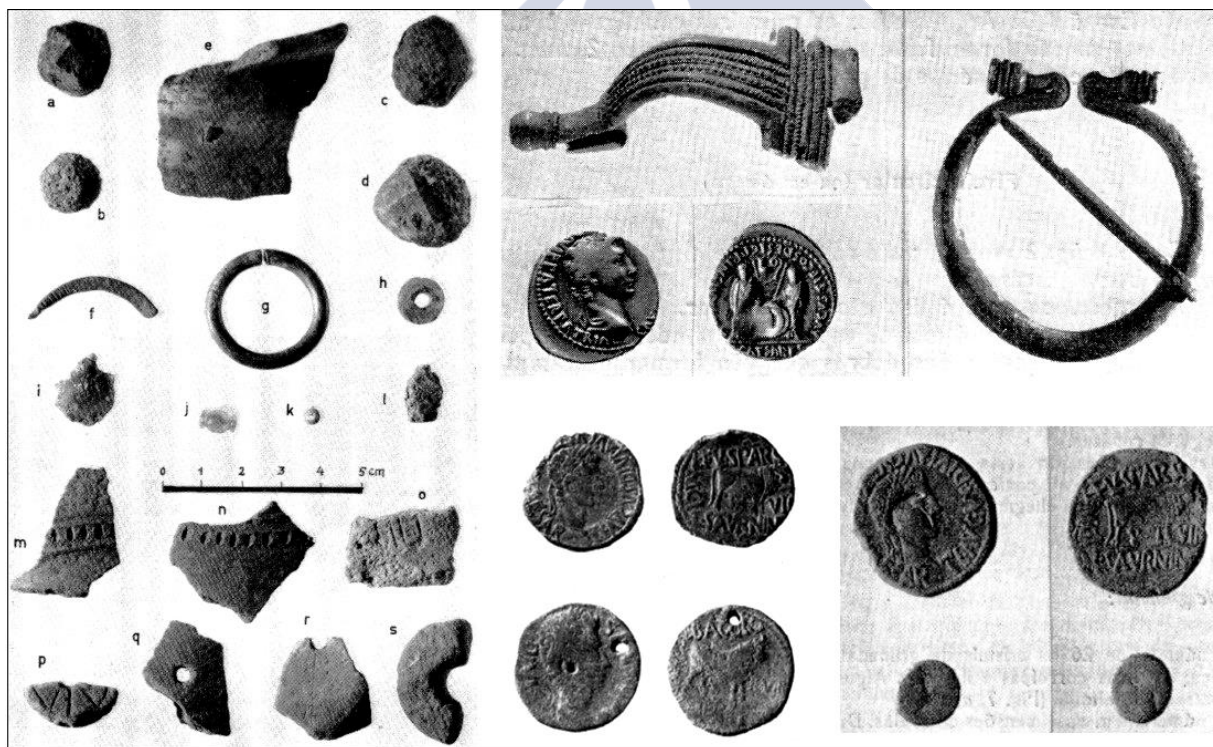


Figura 35: Alguma da cultura material procedente das escavações de J. R. dos Santos Júnior no Castro de Carvalhelhos.

A ocupação do Castro de Carvalhelhos parece ter o seu fim em época Júlio-Claudiana, em concreto no período de Tibério (14-37 d.C.) ou Cláudio (41-54 d.C.), tal

como parecem indicar os três asses de Tibério, que se correspondem com a moeda mais tardia aí encontrada, embora duas delas estejam contramarcadas muito possivelmente em época de Cláudio. Trata-se um povoado que forma parte, pelo menos na sua etapa final, da organização administrativa romana alto-imperial, pelo que é politicamente romano, embora, em nosso entender, não seja culturalmente romano, ainda que esteja exposto a estímulos da cultura romana, pelo que a comunidade que aí vivia muito possivelmente ainda não se identificava especificamente como romana. É possível que o início da ocupação deste povoado se remonte ao século II a.C., embora com mais segurança ao I a.C., ainda seguramente em época tardo-republicana. Tal como já apontamos, a cultura material é, na sua larga maioria, indígena, com alguns elementos reveladores do contacto com Roma, tais como moedas e fíbulas. Desta forma, podemos considerar que a exploração mineira de estanho foi também levada a cabo em época Romana, momento com o qual se relaciona o último nível de ocupação deste povoado, independentemente de a exploração mineira ter começado em época pré-romana. O que não podemos é datar um sítio exclusivamente pela sua última fase de ocupação.

Considerou-se, tradicionalmente, que a grande maioria destes povoados surgiu em época romana, sobretudo em relação com o início da exploração intensiva e sistemática dos jazigos mineiros do Noroeste Peninsular. Todavia, alguns destes povoados, como no caso de Carvalhelhos, parecem ter sido fundados em época pré-provincial, embora tenham continuado a estar ocupados em época romana alto-imperial, o que contrasta com outros sítios que parece que foram mesmo fundados *ex novo* após a conquista, fenómeno particularmente visível e bem estudado nas zonas mineiras do vale do Duerna (León) (Orejas, 1996, 2005; Sánchez-Palencia et al., 2002). Este fenómeno pode-se explicar pela política romana e respectiva organização do território, mas também pelo carácter marginal da zona, que permitiu a perpetuação de umas formas de assentamento arcaicas (González-Ruibal, 2006a: 297).

Todavia, a proliferação de elementos defensivos e a própria cultura material do Castro de Carvalhelhos, em nosso entender, só se podem explicar desde um ponto de vista cultural e dentro de uma tradição pré-romana. Estas potentes fortificações parecem ser ilógicas desde um ponto de vista político romano: não nos parece verosímil que Roma tivesse solicitado que cada castro derrubasse as suas muralhas, da mesma forma que também não nos parece plausível que permitisse ou ordenasse a construção de potentes e complexas fortificações como as do Castro de Carvalhelhos. É possível que a produção de Carvalhelhos estivesse orientada, pelo menos em parte, ao mercado romano, pelo que estaria economicamente integrado no império, o que não implica necessariamente

integração política. O que no caso de Carvalhelhos não conseguimos avaliar adequadamente é se esta ocupação alto-imperial poderá ter implicado algum tipo de modificação, seguindo, por exemplo, parâmetros militares romanos.

O castro é composto por duas linhas de muralhas (Figura 36), com diversas rampas interiores de acesso, que acompanham a topografia descende do povoado em direcção ao ribeiro, três fossos escavados na rocha na zona mais acessível, antecidos a Oeste por um extenso campo de pedras fincadas (Figura 37). Tanto na plataforma superior, como na plataforma Este, existem um conjunto de estruturas circulares e rectangulares, num total de onze, de funcionalidades desconhecidas.

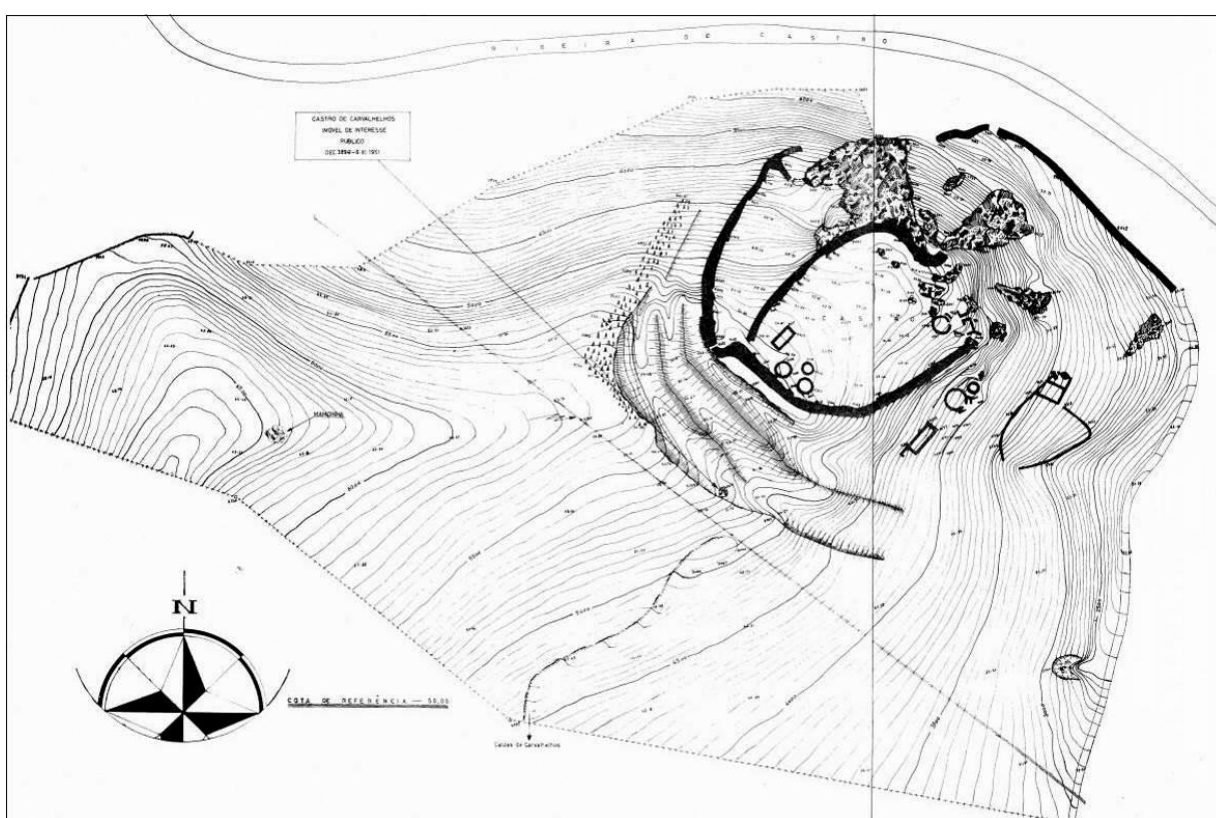


Figura 36: Planta do Castro de Carvalhelhos (Júnior, 1966: Fig. 1).

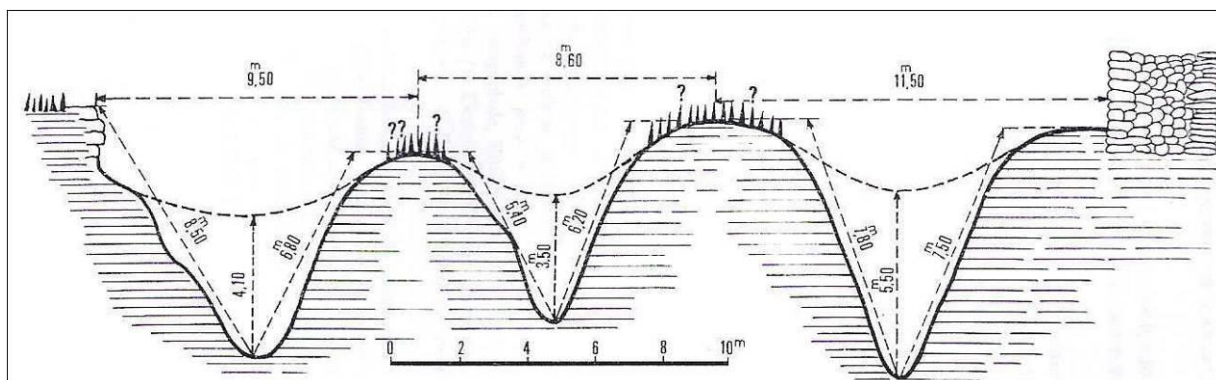


Figura 37: Esquema da rede de fossos do Castro de Carvalhelhos (Júnior, 1973: 209).

Do ponto de vista da sua implantação na paisagem, o Castro de Carvalhelhos tem uma localização bastante discreta, localizando-se num sítio que não é naturalmente defensável. Possui, em compensação, um monumental aparato defensivo constituído por muralhas, fossos e pedras fincadas, que é inversamente proporcional à sua implantação discreta na paisagem e às suas reduzidas dimensões, sendo que esta monumentalidade defensiva parece ir para além das próprias necessidades de protecção do espaço habitado. A arquitectura monumental poderá coincidir com formas complexas de produção baseadas no controlo e no acesso diferencial a determinados recursos críticos (Parcero-Oubiña & Criado-Boado, 2013), neste caso muito possivelmente os recursos mineiros.

Neste sentido, um dos aspectos mais interessante do Castro de Carvalhelhos é a sua localização num meandro de um pequeno ribeiro (Ribeira das Lameiras) afluente do rio Beça (Figura 38). Os meandros correspondem a zonas onde os rios levam menos potência e, portanto, menor capacidade erosiva, sendo mais efectivo o transporte e a sedimentação das areias (Charlton, 2008). Nestes locais os elementos mais pesados, como ouro e o estanho, arrastados dos filões originais pelas correntes fluviais, depositam-se devido à sua maior densidade, sendo muito mais fácil a sua recuperação. Por outro lado, trata-se de um vale bastante encaixado, onde a mobilidade natural é bastante difícil, além de ter uma produtividade agrícola bastante escassa devido à elevada pendente registada e ao facto de ser um terreno bastante rochoso e com solos esqueléticos.

Se analisarmos a envolvente geológica, constatamos claramente que na zona de Carvalhelhos os recursos de estanho (Sn) são relativamente abundantes (Figura 39), pelo que se coloca a hipótese de a localização deste povoado ter estado condicionada pela proximidade e aproveitamento desses mesmos recursos.

Já Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior (1966: 189) tinha referido que “aquele pequenino castro seria um importante núcleo de tratamento da cassiterite para obtenção do estanho, metal de suma importância para a fabricação do bronze.”.

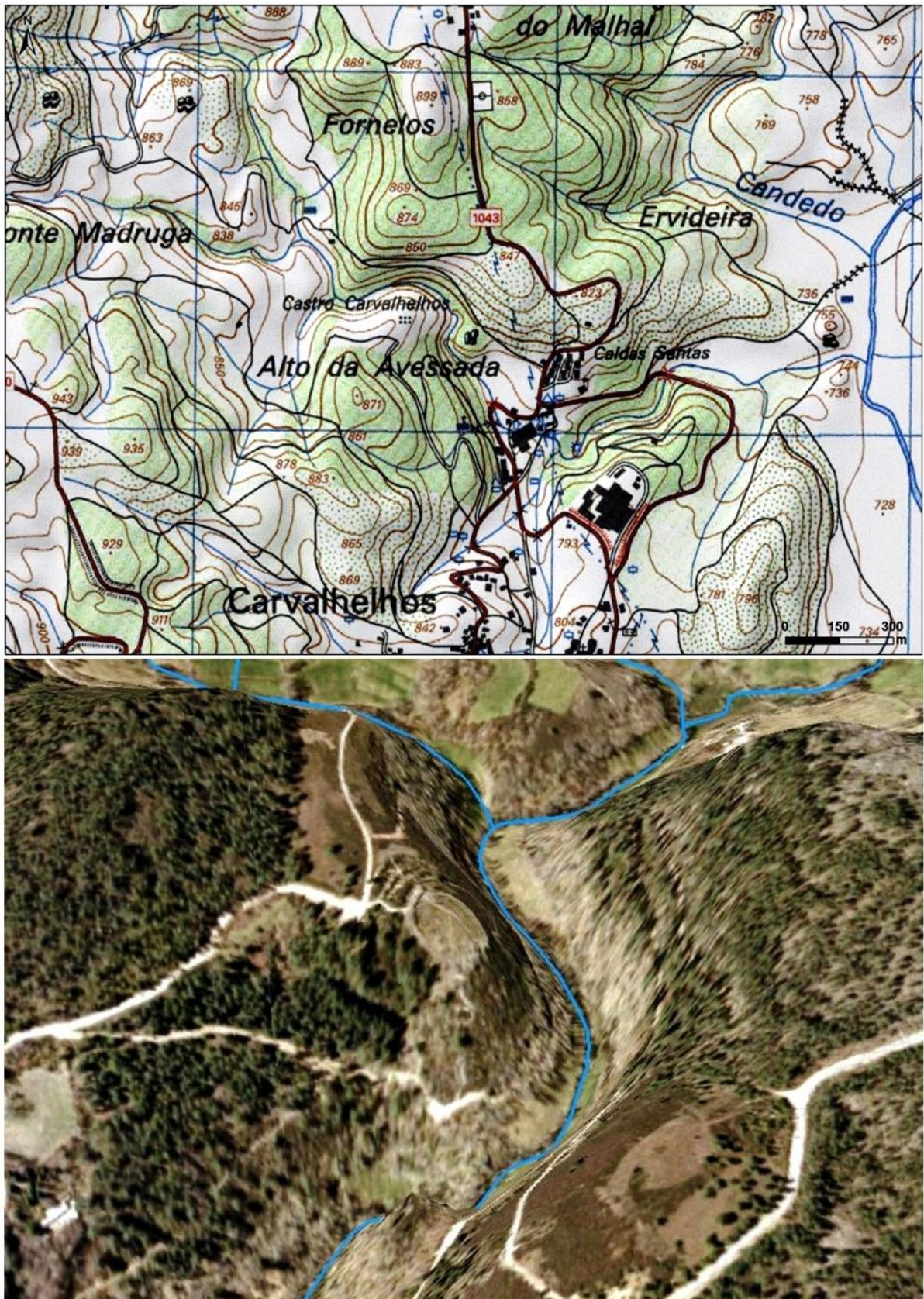


Figura 38: Localização do Castro de Carvalhelhos na Carta Militar nº 46 à escala 1:25.000 do IGeoE (em cima); Modelo 3D do Castro de Carvalhelhos (em baixo).



Figura 39: Extracto da carta geológica nº6B à escala 1:50.000 da envolvente do Castro de Carvalhelhos. De notar a associação Estanho (Sn), Nióbio (Nb) e Tântalo (Ta) nalgumas localizações e Tungesténio (W) e Estanho noutras.

A cassiterite pode ter origem em depósitos primários ou secundários. Dentro dos primários, existem os hidrotermais de quartzo e os aplitepegmatíticos. A associação de estanho com minerais de nióbio (Nb) e tântalo (Ta) (columbo-tantalite) está referenciada para alguns pegmatitos da região, explorados ainda durante o século XX (Martins & Lima, 2011). Nos depósitos secundários de aluvião aparecerão os vários tipos/associações de cassiterite que existirão a montante do curso de água. Tal como já foi referido, destacam-se, entre o vasto espólio recolhido, os materiais relacionados com actividades mineiro-metalúrgicas, nomeadamente o já aludido depósito de mais de 200kg de cassiterite e uma significativa quantidade de escórias metálicas (Figura 40). Segundo as indicações de Santos Júnior (1958: 48-50), o referido depósito apareceu numa zona bastante próxima do ribeiro, pelo que será de considerar a hipótese de a cassiterite ser proveniente de aluvião. Estão devidamente constatadas anomalias de estanho em sedimentos de corrente na envolvente do Castro de Carvalhelhos (Pires, 1995) (Figura 40).

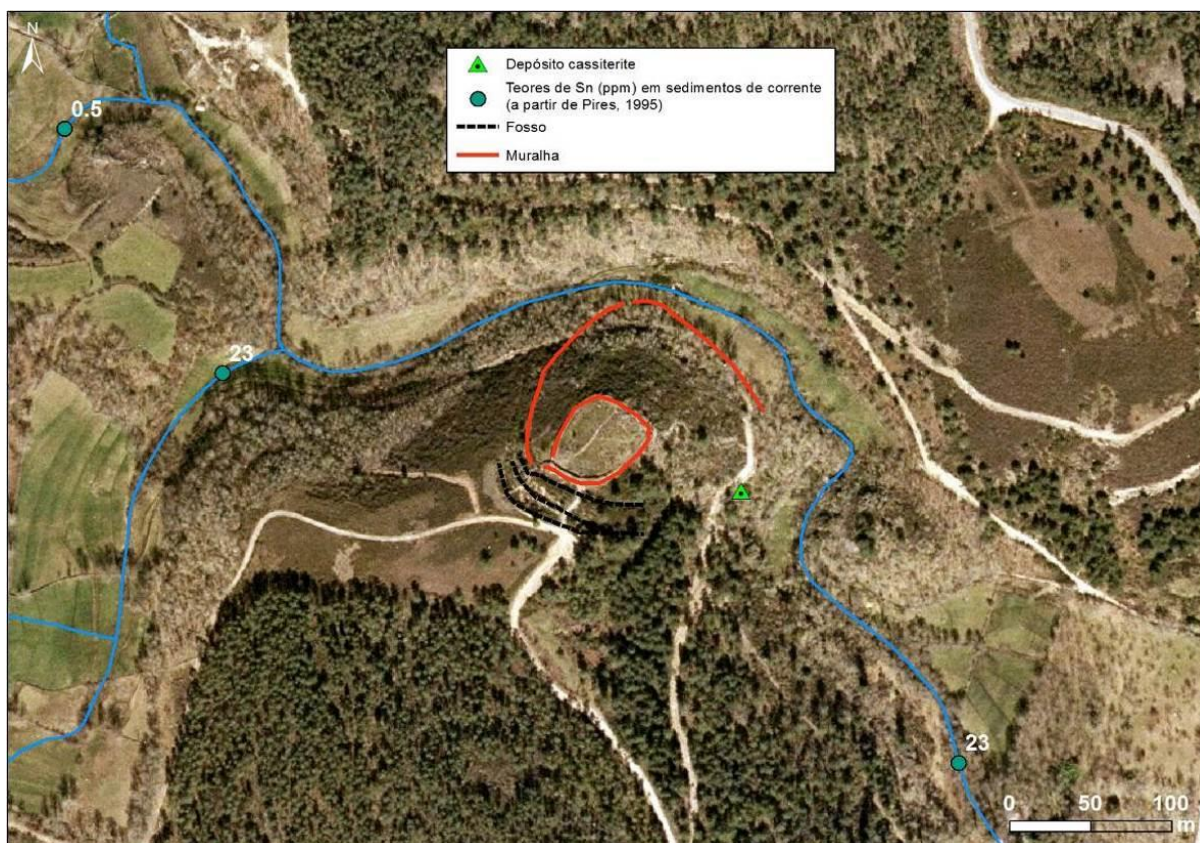


Figura 40: Localização do sítio onde, segundo as descrições de Santos Júnior (1958: 48-50), apareceu o depósito de 200 kg de cassiterite e teores de estanho (ppm) em sedimentos de corrente na envolvente do Castro de Carvalhelhos (Pires, 1995) sobre ortofotografia actual (Ortos_DGRF_2004_06).

Relativamente às escórias, apenas alguns fragmentos foram sujeitos a análises na década de 1960, tendo sido relacionados com a produção antiga de estanho (Costa, 1966). Desde então, o Castro de Carvalhelhos tem sido referido em várias publicações internacionais relacionadas com a questão do estanho na Antiguidade (Beagrie, 1985; Rovira, 2007; Tylecote, Photos, & Earl, 1989). No entanto, numa destas publicações (Tylecote et al., 1989), os resultados de Maia e Costa foram contestados, sobretudo devido aos relativamente baixos teores em estanho (Sn) das escórias, não comparáveis com os teores de 15-30% de Sn que seriam expectáveis em escórias antigas de estanho (*ibid.*). Numa recente revisão do material proveniente das escavações de Santos Júnior no Castro de Carvalhelhos, comprovamos que a grande maioria das escórias eram de ferro, mas entre estas haviam outras com um aspecto completamente diferente, vitrificadas e de cor negra e acinzentada (Figura 41). Realizamos uma análise elementar por Fluorescência de Raios X de algumas destas escórias e verificamos que apresentavam valores relativamente altos de Sn, Ta e Nb, resultados estes que são bastante diferentes dos obtidos por Maia e Costa (1966), onde os teores de Sn são baixos, não tendo sido detectado Ta ou Nb e os teores em compostos de Fe são muito mais elevados (Tabela 1) (Figueiredo, Fonte, & Lima, 2013).



Figura 41. Escórias de estanho do Castro de Carvalhelhos.

Óxidos (p/p %)		Elementos (p/p %)		Óxidos pré-estabelecidos (p/p %)	
SiO ₂	21,46	Al	5	Al ₂ O ₃	8
Fe	45,06	Si	14	SiO ₂	22
Fe₂O₃	64,43	S	0,02	SO ₃	0,04
Al ₂ O ₃	9,34	Cl	0,2	Cl	0,1
TiO ₂	0,96	K	1	K ₂ O	1
MnO	0,40	Ca	0,9	CaO	0,9
P ₂ O ₅	0,30	Ti	6	TiO ₂	7
S	0,005	Mn	3	MnO	2
Cu	vestígios	Fe	16	Fe ₂ O ₃	15
SnO₂	2,03	Zr	0,3	ZrO ₂	0,2
		Nb	6	Nb₂O₅	5
		Sn	33	SnO₂	26
		Ta	13	Ta₂O₅	10
		W	2	WO ₃	1

Tabela 1: Resultados das análises químicas publicadas por Costa (1966) (à esquerda) e resultados das novas análises elementares semi-quantitativas (Fluorescência de Raios X, Dispersiva em Comprimentos de Onda) (à direita) efectuadas a escórias do Castro de Carvalhelhos (Figueiredo et al., 2013).

Posto isto, estas escórias analisadas parecem estar claramente relacionadas com a obtenção de estanho, reforçando as evidências de produção de estanho metálico neste sítio, possivelmente em forma de lingotes, tendo em conta a possível lingoteira que identificamos no Museu de História Natural da Universidade do Porto (Figura 42). Na Citânia de Briteiros também já havia sido identificada uma lingoteira em granito (Cruz & Antunes, 2011: 466, Fig. 2).



Figura 42: Possível lingoteira proveniente do Castro de Carvalhelhos e actualmente depositada no Museu de História Natural da Universidade do Porto.

Dadas as concentrações elevadas em Sn, estas escórias são compatíveis com escórias de estanho provenientes de outros contextos antigos (Tylecote et al., 1989). Os teores relativamente elevados em Ta e Nb estão positivamente relacionados com a geologia da região envolvente, nomeadamente com os pegmatitos, o que, em certa medida, nos remete para uma exploração de minérios locais. Todavia, não é possível precisar com exactidão a procedência, se de filão ou de aluvião, do minério utilizado. A localização do povoado num meandro de rio poderá estar positivamente relacionada com o aproveitamento das aluviões para a obtenção de cassiterite, que poderia ser recuperada directamente através de bateia e/ou através de sistemas de represamento mais ou menos sofisticados. Por outro lado, nada invalida que a cassiterite não pudesse ser também directamente obtida em jazigos primários, uma vez que a bateia pode também ser utilizada como um sistema de prospecção mineira, permitindo a localização e, consequentemente, a exploração intensiva dos filões e depósitos primários.

4.3. Comparação locacional dos sítios-modelo

Neste ponto o que pretendemos é comparar locacionalmente os povoados descritos anteriormente. Para tal, realizamos uma análise locacional desses castros de forma a podermos discriminar as principais diferenças ao nível da localização dos sítios,

permitindo-nos, assim, definir modelos locais a partir destes casos mais representativos, que serão depois analisados em maior profundidade através de novos casos de estudo na secção específica dedicada à análise detalhada das formas de povoamento fortificado (Capítulo 5), uma vez que partimos da hipótese de que as dinâmicas sociais e territoriais ocorridas nesta zona na transição entre a Idade do Ferro e a época Romana relacionam-se directamente com o aproveitamento dos recursos minerais metálicos.

Começamos por medir a área que ocupa cada um destes castros. Destaca-se, desde logo, o Outeiro Lesenho, seguido pelo Pedrário e por Carvalhelhos (Gráfico 2). Todavia, importa ressaltar que, sobretudo nos casos do Lesenho e do Pedrário, a área útil dos mesmos é relativamente escassa, uma vez que uma parte significativa do espaço interno é ocupada pelas estruturas defensivas e por blocos graníticos, que são elementos activos do processo de monumentalização destes sítios.

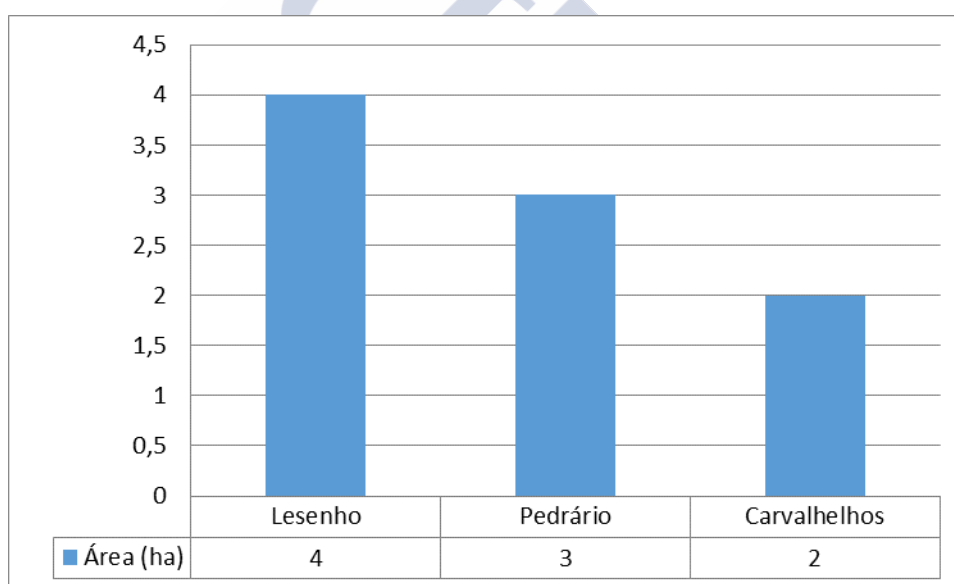


Gráfico 2: Área estimada para os castros do Lesenho, Pedrário e Carvalhelhos.

O modelo locacional do Outeiro Lesenho (Fonte, 2009) caracteriza-se por possuir um amplo espectro visual, em particular a larga distância, não havendo convergência visual sobre uma zona concreta, sendo, sobretudo, um sítio bastante visível desde a envolvente (Gráfico 3 e 4 e Figura 43). Caracteriza-se, ainda, por apresentar uma inacessibilidade bastante acentuada, sobretudo em relação à sua envolvente imediata (Gráfico 6), tendo também um destaque visual bastante marcado, em particular a larga distância (Gráfico 5). Estas características combinam-se com uma forte artificialização do Lesenho, visível, principalmente, na profunda monumentalização das suas estruturas defensivas e na

própria estatuária de guerreiros, sendo o único sítio do Noroeste Peninsular onde apareceram quatro exemplares deste tipo de estatuária. Maximizam-se, claramente, as componentes de visibilidade, no sentido de ver e ser visto, particularmente a larga distância, de inacessibilidade e de monumentalidade, sendo através destas características territoriais que se expressa a centralidade do Lesenho na paisagem.

Relativamente ao Castro do Pedrário, importa ressaltar que a visibilidade deste sítio, mais do que estar dispersa como no caso do Outeiro Lesenho, está mais centrada numa zona concreta, neste caso concreto no vale do Assureira, que é também um vale mineiro⁹ (Gráfico 3). Este povoado dispõe de boa visibilidade a curta, média e larga distância (Gráfico 4). Por outro lado, também nos parece bastante significativo que o Pedrário tenha intervisibilidade directa com o Lesenho, distinguindo-se perfeitamente a forma deste último na paisagem (Figura 43). O Pedrário é um povoado bastante proeminente na paisagem, sobretudo a curta e média distância (Gráfico 5), sendo um sítio medianamente acessível desde a envolvente (Gráfico 6).

O Castro de Carvalhelhos, por seu lado, apresenta uma implantação bastante discreta na paisagem, com escassa proeminência visual (Gráfico 5), visibilidade bastante limitada (Gráfico 3 e Figura 43), sobretudo a média e longa distância (Gráfico 4), sendo um sítio relativamente acessível, em particular a média e larga distância, embora a curta distância a acessibilidade esteja bastante condicionada pela proximidade a um pequeno vale bastante encaixado (Gráfico 6). A lógica locacional de Carvalhelhos é claramente oposta à do Lesenho, povoado do qual dista aproximadamente 6 km em linha recta, não havendo intervisibilidade entre ambos, sendo que, em face da evidência apresentada anteriormente, podemos considerar que ambos os castros seriam coetâneos, com uma cronologia genérica de ocupação entre os séculos II a.C. e I d.C., cronologia na qual também inserimos, com as devidas cautelas em face da escassa informação disponível, o Castro do Pedrário.

⁹ Este vale mineiro será apresentado e discutido em maior detalhe na secção dedicada ao “Povoamento, rede viária e mineração” (6.4.).

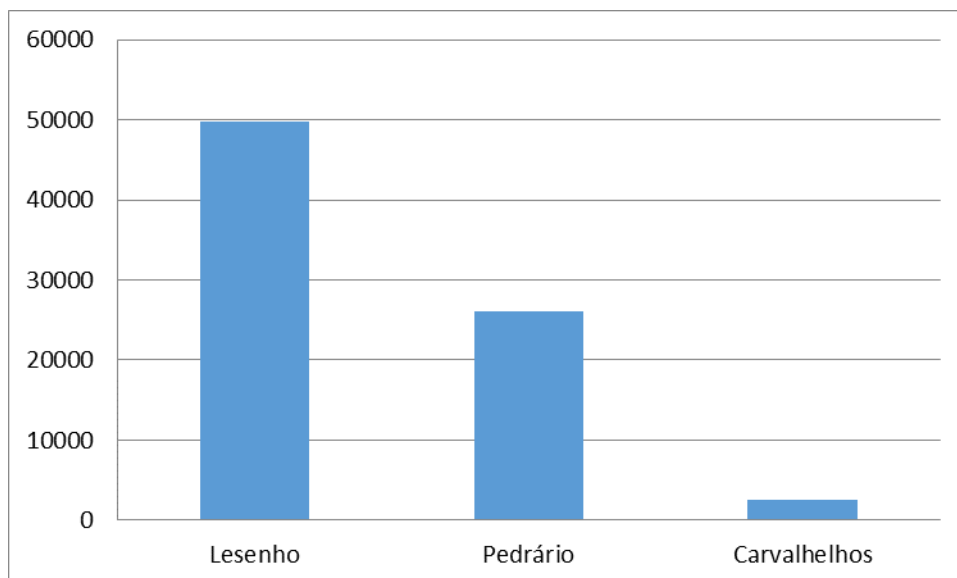


Gráfico 3: Visibilidade (ha) dos castros do Lesenho, Pedrário e Carvalhelhos.

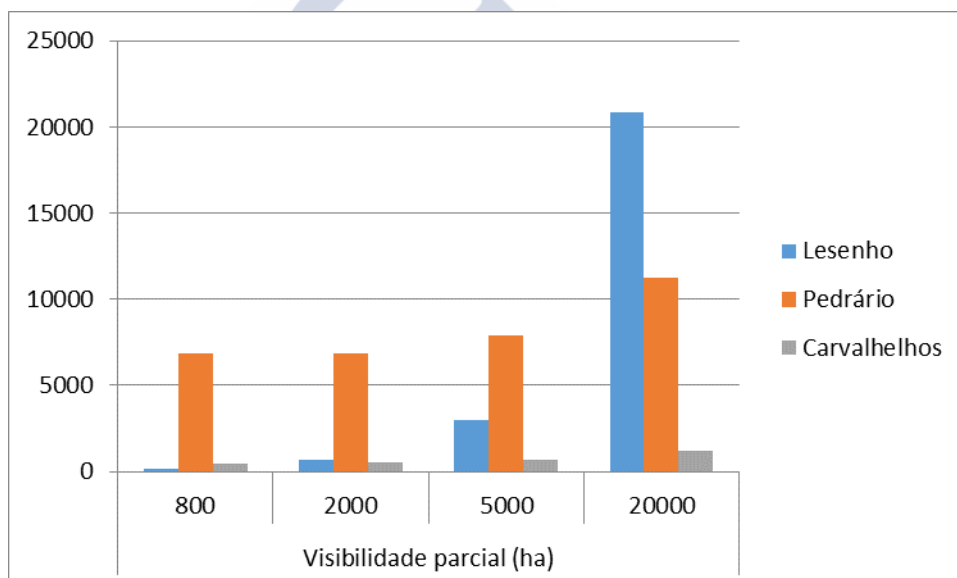


Gráfico 4: Comparativa da visibilidade por *buffers* dos castros do Lesenho, Pedrário e Carvalhelhos.

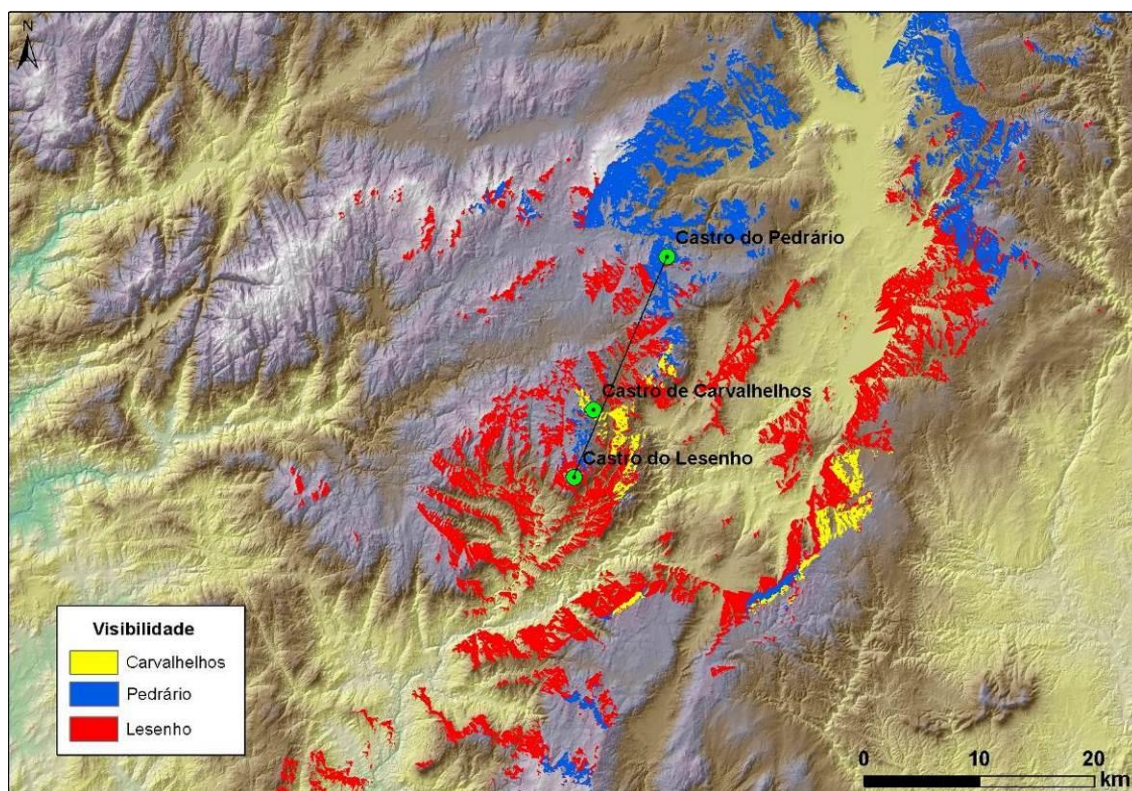


Figura 43: Visibilidade dos castros do Lesenho, Pedrário e Carvalhelhos. De notar a intervisibilidade entre o Pedrário e o Lesenho.

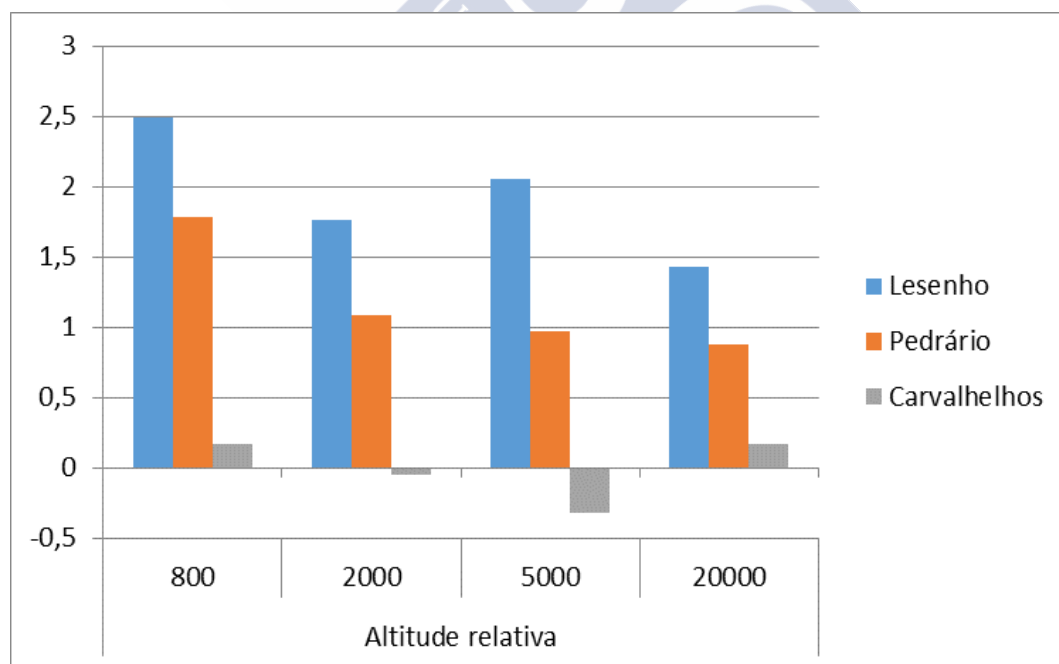


Gráfico 5: Comparativa da altitude relativa por *buffers* dos castros do Lesenho, Pedrário e Carvalhelhos.

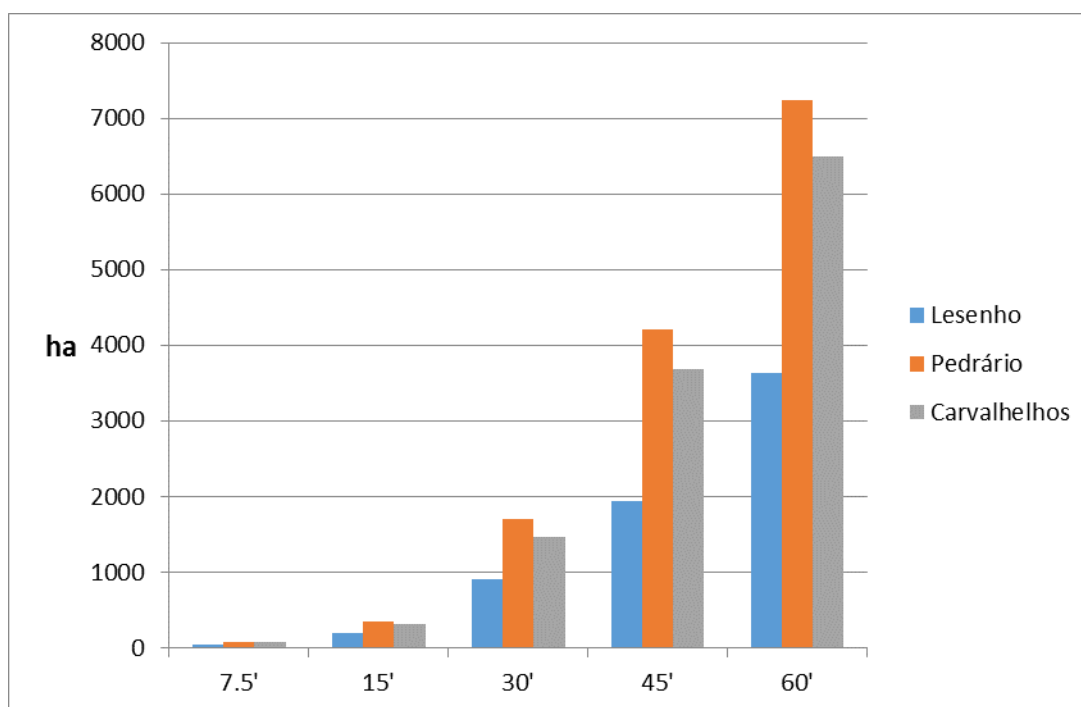


Gráfico 6: Comparativa da acessibilidade por *buffers* dos castros do Lesenho, Pedrário e Carvalhelhos.

Posto isto, estes três sítios-modelos, definidos em base à informação arqueológica disponível, enquanto povoados fortificados mais representativos e paradigmáticos, materializam-se em três modelos de povoamento diferentes, e, possivelmente, complementares, na região do Alto Tâmega e Cávado. Serão, de seguida (Capítulo 5), discutidos em maior detalhe através da apresentação de novos casos de estudo, onde se procurarão sistematizar estes modelos de povoamento.

4.4. Exceções locais

Neste ponto iremos abordar algumas exceções locais que queremos apresentar e discutir brevemente, em particular no que refere ao modelo locacional 3. Neste sentido, existem alguns castros que têm uma localização em tudo semelhante aos castros integrantes deste referido modelo locacional, nomeadamente a sua situação num meandro de rio, em vales bastante encaixados, com escassa visibilidade e uma implantação bastante discreta na paisagem, mas cuja prospecção e caracterização arqueológica aponta antes para uma diferente cronologia.

Desta forma, é importante interpretar os resultados da análise locacional em conjunto com o registro arqueológico disponível, permitindo-nos, assim, formular

interpretações mais sólidas sobre diferentes realidades socioculturais. Iremos destacar aqui os casos dos castros do Outeiro do Pardo e de Ervas Ruivas, ambos no concelho de Boticas.

O Outeiro do Pardo configura-se como um cabeço pedregoso na margem direita do rio Terva, envolvido por um seu meandro, que se desenvolve a Sudeste (Figura 44). O sítio encontra-se referenciado como povoado fortificado da Idade do Ferro (Fontes & Andrade, 2010, sítio nº 40; Júnior, Santos, & Júnior, 1983: 423-425; Teixeira, 1996: 66, sítio nº 401). Referem-se duas linhas de muralha, abrangendo uma área de aproximadamente 1 ha. Localizamos no topo do sítio os restos de uma estrutura quadrangular bastante arrasada, que se poderá relacionar com algum tipo de torre de vigilância. Bastante próximo deste sítio, a menos de 1 km em linha recta em direcção Noroeste, localiza-se o castelo roqueiro de Couto de Mouros (*ibid.*, sítio nº 31), de clara cronologia medieval, havendo intervisibilidade entre ambos, pelo que se poderá supor uma possível inter-relação entre estes sítios (Figura 44). Desta forma, estamos em crer que o Outeiro do Pardo teve uma possível ocupação medieval, não se descartando a possibilidade de ter reutilizado um anterior castro da Idade do Ferro.

Significativamente, documentamos recentemente uma gravura rupestre num afloramento granítico localizado na parte mais elevada do cabeço onde assenta o Outeiro do Pardo (Figura 45). Parece tratar-se de um jogo de tabuleiro¹⁰, nomeadamente o designado por Alquerque de 9 ou Jogo do Moinho, sendo esta última a sua designação popular (Figura 46), similar a outros exemplares já localizados no território português (e.g. Fernandes & Alberto, 2009; Fernandes & Osório, 2013; Fernandes & Silva, 2012; Fernandes, 2011, 2013).

“Com o nome de “moinho” designa-se todo um conjunto de jogos de tabuleiro cujo objectivo comum é colocar três peças em linha. À sequência destas três peças, numa mesma linha, dá-se o nome de “moinho” ou “três em linha”. Na versão mais tradicional, cada jogador recebe nove peças. Na sua vez de jogar, cada jogador coloca uma peça de cada vez no tabuleiro que se caracteriza por três quadrados concêntricos subdivididos por meio de linhas. A colocação consecutiva das peças pelos dois jogadores visa a formação de um moinho (três em linha). Quando todas as peças estiverem colocadas no tabuleiro, os jogadores podem continuar a mover cada peça, na sua vez, para uma casa na intersecção contínua. O objectivo mantém-se sempre o mesmo, ou seja, colocar três peças em linha

¹⁰ Agradecemos a Lúcia Fernandes da Câmara Municipal de Lisboa a ajuda que nos deu na identificação desta gravura.

recta, nunca na diagonal. Sempre que esta situação suceder, o jogador que faz “moinho” pode retirar uma peça ao adversário, à sua escolha. Excepto as que estiverem a fazer “três em linha”. Neste caso o “moinho” só pode ser desfeito pelo próprio jogador. A peça retirada do tabuleiro não volta a entrar em jogo. Vence a partida o jogador que reduzir as peças do adversário para duas, não lhe permitindo mais fazer “três em linha”, ou quando um jogador bloqueia todas as peças do adversário no tabuleiro não lhe permitindo mover nenhuma peça.” (Fernandes & Alberto, 2009: 23-24).

Um dos aspectos mais complexos em relação a este tipo de gravuras é o da sua datação, dada a longa diacronia de utilização destes elementos, que remonta, pelo menos, a época clássica, embora sejam bastante comuns em recintos fortificados medievais, onde as vigias permanentes e os elevados tempos de espera tornavam estes sítios contextos ideais para actividades lúdicas deste tipo (Fernandes & Osório, 2013: 106). Assim, e como hipótese, propomos que este jogo de tabuleiro do Outeiro do Pardo date de época medieval, em linha com a cronologia ocupacional que propomos para este sítio, embora sem invalidar uma eventual ocupação prévia, nomeadamente da Idade do Ferro.

O Castelo do Mau Vizinho (Cimo de Vila da Castanheiras, Chaves), inicialmente interpretado como um santuário pré-romano (Júnior, Freitas, Costa, & Júnior, 1989), embora mais recentemente tenha sido reinterpretado como um castelo roqueiro medieval (Teixeira, 1996: 57, sítio nº 324), tem uma localização bastante semelhante à do Outeiro do Pardo, localizando-se num remate de esporão de fundo de encosta, num meandro do rio Mousse, afluente do rio Mente, por sua vez afluente do rio Rabaçal.

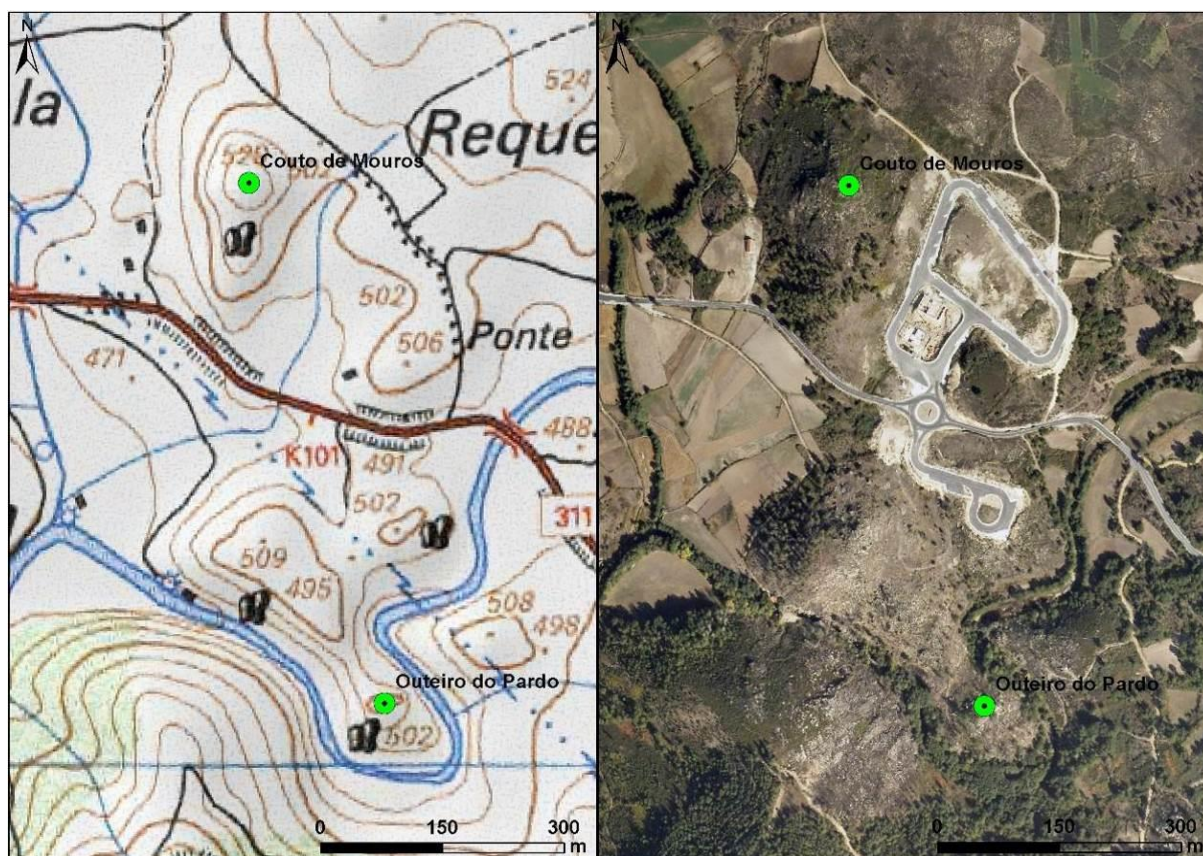


Figura 44: Localização do Outeiro do Pardo e do Couto de Mouros sobre a Carta Militar nº 46 à escala 1:25.000 do IGeoE (à esquerda) e sobre ortofotografia actual (Ortos_DGRF_2004_06) (à direita).



Figura 45: Gravura rupestre do Outeiro do Pardo representando um possível jogo de tabuleiro medieval.

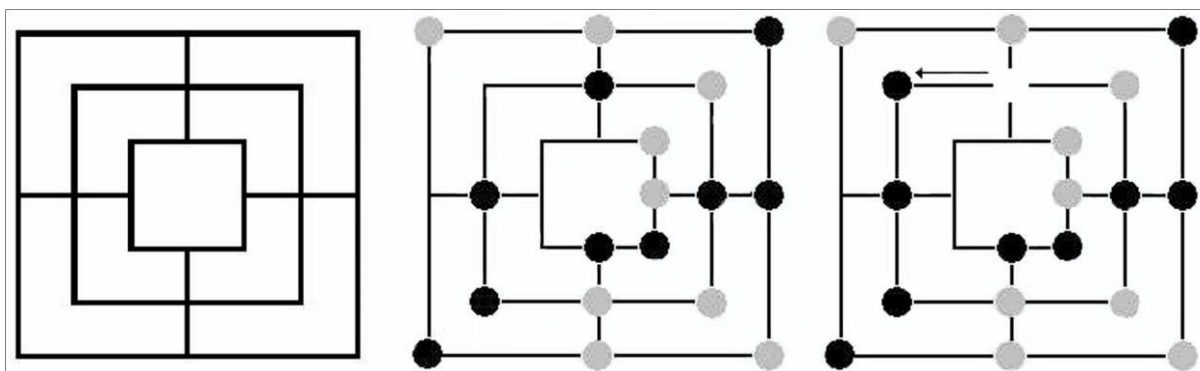


Figura 46: Esquema sequencial (da esquerda para a direita) do Jogo do Moinho (adaptado de Fernandes & Alberto, 2009: 24, Figs. 30 e 31).

O Castro de Ervas Ruivas, por seu lado, localiza-se num relevo em esporão, sobranceiro a um pronunciado meandro da ribeira de Lousas, afluente do ribeiro de Gondiaes, por sua vez afluente do rio Beça (Fontes & Andrade, 2010, sítio nº 66; Júnior, Santos, & Júnior, 1986: 31-33) (Figura 47).

Este povoado estrutura-se em base a duas linhas de muralha, abarcando uma área de aproximadamente 1 ha. Da primeira muralha, resta um grande derrube que se prolonga pela zona de cumeada, sendo bem visível um dos paramentos, de aparelho poligonal irregular de blocos de xisto. Da segunda muralha, poucos metros abaixo da primeira, apenas se identifica um pequeno troço a Sudoeste.

Por contraste com o vizinho Castro do Poio, que também se localiza num meandro de um vale bastante encaixado, e que irá ser analisado de seguida em maior detalhe (5.2.1.), e que apresenta uma estrutura bastante mais complexa e monumental, além do dobro do tamanho, o Castro de Ervas Ruivas apresenta uma estrutura bastante mais simples, além de que em prospeção superficial não conseguimos detectar qualquer material arqueológico passível de nos fornecer algum tipo de cronologia relativa. Desta forma, temos bastantes dúvidas em relação ao enquadramento cronológico deste sítio, apesar de locacionalmente ambos sítios serem bastante semelhantes, pelo que não descartamos que se possa enquadrar num contexto mais antigo da Idade do Ferro, o que só trabalhos arqueológicos poderão comprovar.

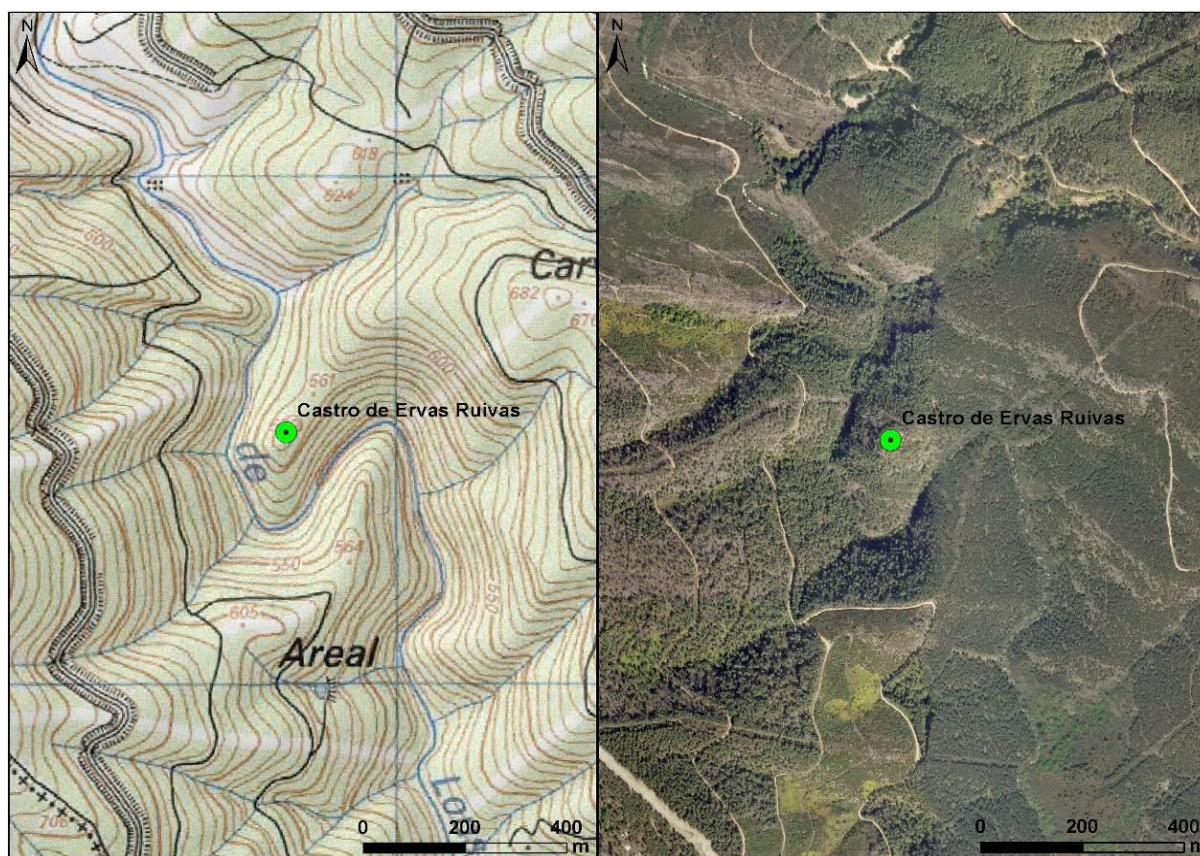


Figura 47: Localização do Castro de Ervas Ruivas sobre a Carta Militar nº 59 à escala 1:25.000 do IGeoE (à esquerda) e sobre ortofotografia actual (Ortos_DGRF_2004_06) (à direita).

4.5. Produção agrícola

A informação arqueobotânica, passível de nos fornecer informação sobre as antigas práticas agrícolas, de que dispomos para povoados da Idade do Ferro e de época Romana na zona do Alto Tâmega e do Alto Cávado é bastante escassa e parcelar. Resume-me, basicamente, a dois sítios: o **Outeiro Lesenho** (Tereso, 2012: 83-91) e o **Castro de S. Vicente da Chã** (Freire, 1968). Relativamente a este último sítio, e visto não dispormos de informação estratigráfica fidedigna dos contextos de recolha das amostras arqueobotânicas, teremos forçosamente que relativizar os mesmos, embora, como veremos de seguida, os dados são bastante compatíveis com os que temos disponíveis para o Outeiro Lesenho, o que nos leva, com as devidas cautelas, a interrelacionar a interpretação dos mesmos.

Em relação ao **Outeiro Lesenho**, os dados arqueobotânicos são provenientes de uma recente intervenção arqueológica no sítio (Martins, Cruz, & Fonte, 2010; Martins et al., 2011), em concreto de uma estrutura de combustão com prováveis fins metalúrgicos, face à recolha de abundante escória, associada a uma estrutura circular que se encontrava

dentro da última plataforma/muralha do Lesenho. O facto de terem aparecido sementes no interior de uma estrutura de combustão metalúrgica revela que a mesma pode ter sido utilizada para diferentes finalidades. O depósito foi integralmente flutuado, seguindo a metodologia descrita em Tereso (2012). As culturas recuperadas são raras e restritas a grãos de milho-miúdo (*Panicum miliaceum*) (Figura 48) e de trigo descascado (*Triticum turgidum* subsp. *dicoccum* ou *Triticum aestivum* subsp. *Spelta*) (Figura 49), com maior abundância da primeira. Estas colheitas aparecem frequentemente no Noroeste Peninsular em contextos da Idade do Ferro (Tereso, Ramil-Rego, & Almeida-da-Silva, 2013).

Estes elementos são indicativos de que foram consumidas pelas comunidades locais cereais de inverno (*Triticum dicoccum* ou *Triticum spelta*) e de primavera (*Panicum miliaceum*). São culturas pouco exigentes em termos de solos e adequadas ao ambiente agreste de montanha que caracteriza o Lesenho e seus arredores. O milho-miúdo é uma cultura de ciclo vegetativo curto que se adapta bem a diferentes solos e climas, enquanto que o trigo é uma colheita de elevado rendimento em ambientes de montanha, sendo apropriada para solos esgotados e temperaturas frias, se a água estiver disponível (Tereso, 2012).



Figura 48: Grão de *Panicum miliaceum* (Tereso, 2012: 88, Fig. 4.6).



Figura 49: Grão de *Triticum dicoccum/spelta* (Tereso, 2012: 89, Fig. 4.7).

Foi obtida uma datação radiocarbónica por AMS de duas das sementes recuperadas neste contexto¹¹, com uma datação genérica entre os finais do século II a.C. e inícios do I d.C., embora seja mais provável uma cronologia dentro do século I a.C. (Tabela 2).

Importa ressaltar que nesta intervenção arqueológica não apareceu qualquer material romano associado, sendo que a cultural material, apesar de escassa, era composta única e exclusivamente por cerâmica indígena (Martins et al., 2010, 2011).

Código laboratorial	Amostra	Datação radiocarbónica BP	Calibração 1 Sigma	Calibração 2 Sigma
Beta - 345420	Sementes	2030 +/- 30	[cal BC 86-79] 0.064	[cal BC 154-139] 0.023
			[cal BC 55-cal AD 18] 0.936	[cal BC 113-cal AD 52] 0.977

Tabela 2: Datação radiocarbónica por AMS do Outeiro Lesenho, calibrado com ©CALIB REV7.0.1 (Reimer et al., 2013).

¹¹ Agradecemos à Câmara Municipal de Boticas todo o apoio prestado neste sentido.

O Castro de S. Vicente da Chã (Montalegre) foi objecto de escavações de salvamento na década de 60 do século XX por J. R. dos Santos Júnior, Agostinho Isidoro e Osvaldo Freire por motivo da construção da barragem do Alto Rabagão no concelho de Montalegre, financiadas pela então Empresa Hidro Eléctrica do Cávado (Júnior & Isidoro, 1963; Júnior & Freire, 1964; Freire, 1968) (Figura 50, 51, 52 e 53).

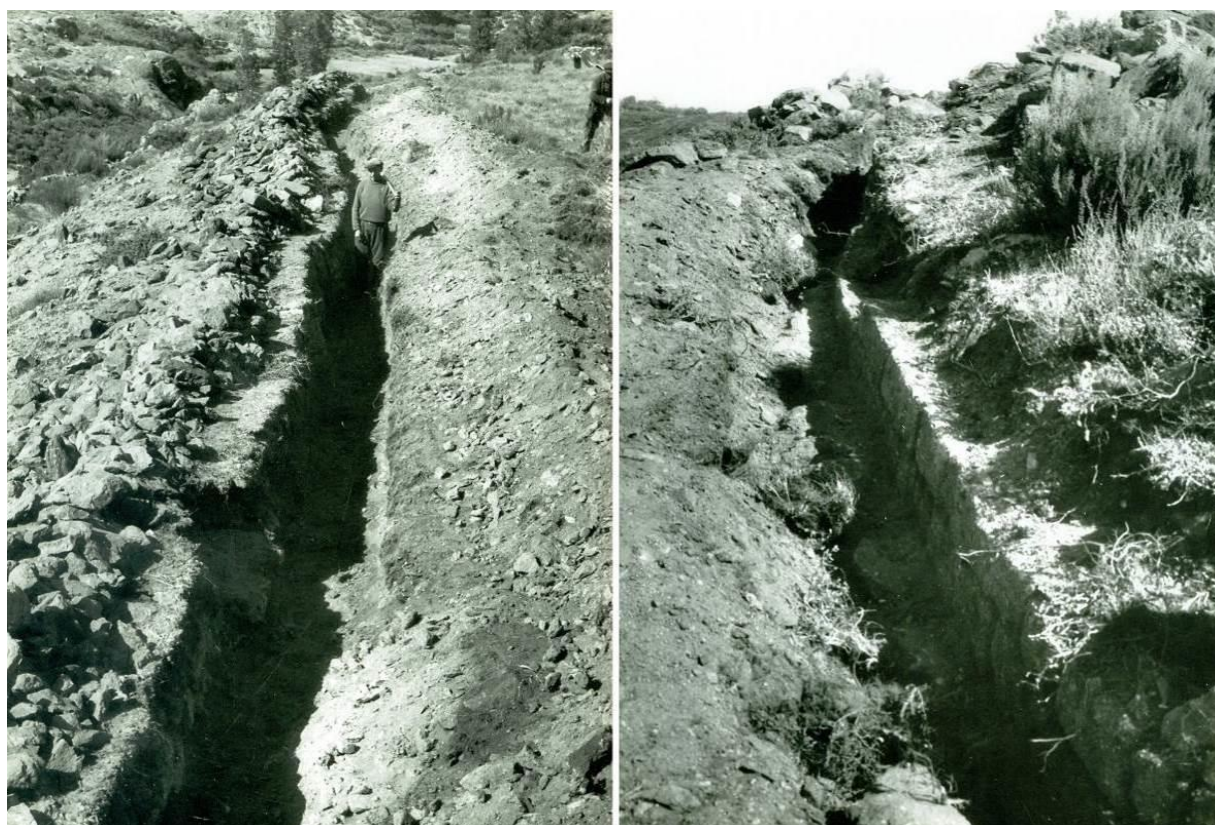


Figura 50: Fotografias da década de 60 do século XX tiradas por J. R. dos Santos Júnior no Castro de S. Vicente da Chã, onde se observa o processo de escavação ao longo das muralhas para se porem “à vista” e serem restauradas (© Centro de Memória de Torre de Moncorvo).



Figura 51: Ortofotografia actual (Ortos_DGRF_2004_06) (em cima) e ortofotografia de 1949 do voo SPLAL do Castro de S. Vicente da Chã (em baixo).



Figura 52: Castro de S. Vicente da Chã em 1963 antes (à esquerda) e depois da construção da barragem em 1972 (à direita) (© Centro de Memória de Torre de Moncorvo).



Figura 53: Perspectiva actual do Castro de S. Vicente da Chã, com a Serra do Barroso ao fundo.

Aproveitando uma recente descida das águas da barragem do Alto Rabagão no Verão de 2011, realizamos o mapeamento de um conjunto de plataformas e de estruturas escavadas na rocha, localizadas a Sudoeste do Castro de S. Vicente da Chã, mesmo à sua entrada (Figura 54), com recurso a fotografias aéreas de baixa altitude, obtidas com um globo, e a um GPS diferencial.

As referidas fotografias aéreas foram processadas fotogrametricamente utilizando um *software* de *Structure from Motion* (SfM)¹², que nos permitiu obter uma ortofoto de alta resolução, sobre a qual implantamos todas as plataformas e estruturas que documentamos com recurso a um GPS diferencial, o que nos possibilitou uma leitura integral desta zona do povoado (Figura 55) (Fonte, Fábrega-Álvarez, Parcero-Oubiña, & Guimil-Fariña, 2012).

Devido ao facto de esta zona estar actualmente inundada de forma permanente, não existe nem vegetação nem solo a cobrir as estruturas, pelo que se encontravam particularmente bem visíveis.



Figura 54: Área onde se centrou a documentação realizada no Castro de S. Vicente da Chã na ortofotografia de 1949 do voo SPLAL.

¹² Versão 1.1.6 do © Agisoft PhotoScan Professional Edition, disponível através de uma licença educacional.

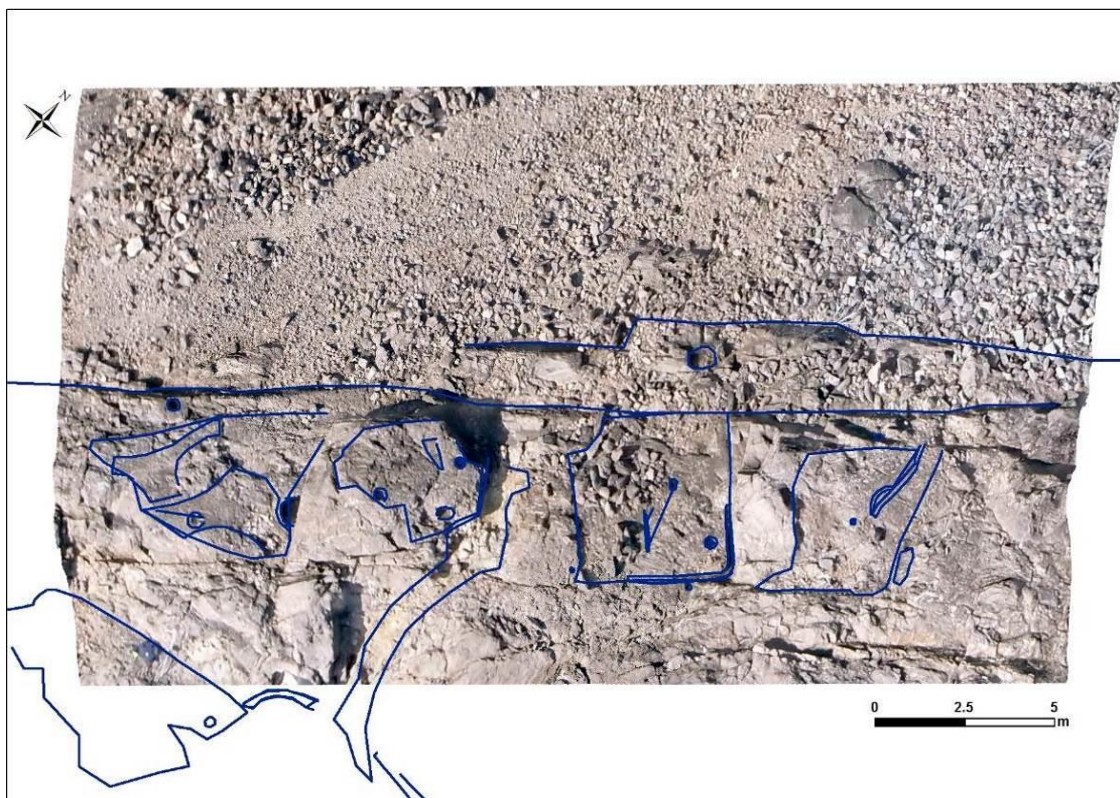


Figura 55: Vista geral das estruturas documentadas com GPS diferencial sobrepostas à ortofoto obtida por fotogrametria SfM a partir das fotos aéreas tiradas com um globo (Fonte, Fábrega-Álvarez, et al., 2012).

Os elementos documentados relacionam-se com um conjunto de estruturas negativas escavadas directamente na rocha, que se organizam em torno a cinco plataformas, estando estas estruturas perfeitamente delimitadas e separadas do espaço doméstico do castro propriamente dito.

Num primeiro momento, e visto que o acondicionamento destas plataformas implicou o corte de uma grande quantidade de rocha, a mesma pode ter servido para a construção das muralhas que são feitas com pedra maciça local. Posteriormente, procedeu-se ao acondicionamento das referidas plataformas, notando-se perfeitamente os cortes e as marcas de pico na rocha (Figura 56).



Figura 56: Evidência de corte e marcas de pico na rocha.

É possível que existam outras plataformas ao longo da zona sul do castro, mas até ao momento as mesmas não foram identificadas. Estas plataformas parecem ter sido criadas enquanto áreas de trabalho, pois estão associadas às mesmas um conjunto de estruturas negativas circulares, umas maiores que poderiam funcionar como pilões, e outras menores que se poderiam tratar de buracos de poste associados a algum tipo de cobertura (Figura 57). Surgem também associadas a estas plataformas algumas mós giratórias, seguramente utilizadas para a moagem de cereais (Figura 58).

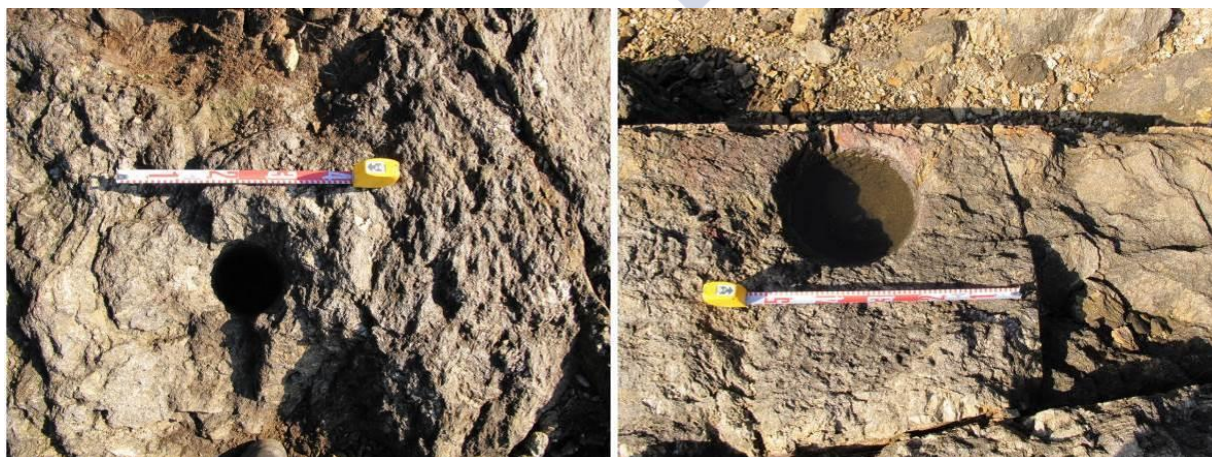


Figura 57: Diferença entre os possíveis buracos de poste (à esquerda) e as pias tipo pilão (à direita).



Figura 58: Fragmento de mó giratória.

Existe uma pia de maiores dimensões, já identificada previamente como a “caldeira do tesouro” (Figura 59), à qual está associada uma lenda dos “mouros” (Júnior & Isidoro, 1963), apesar dos autores reconhecerem a dificuldade da sua interpretação, mas que, em nosso entender, poderá ter funcionado como uma espécie de celeiro para armazenamento de cereal. Pelas suas dimensões, deveria tratar-se de uma estrutura de armazenamento destinada à preservação de cereal durante um período de tempo relativamente prolongado, talvez o tempo necessário entre colheitas (Teira-Brión, 2010: 144). A esta estrutura está associado um canal, que inutilizou mesmo uma estrutura circular tipo pilão, possivelmente para escoamento da água das chuvas (Figura 60).

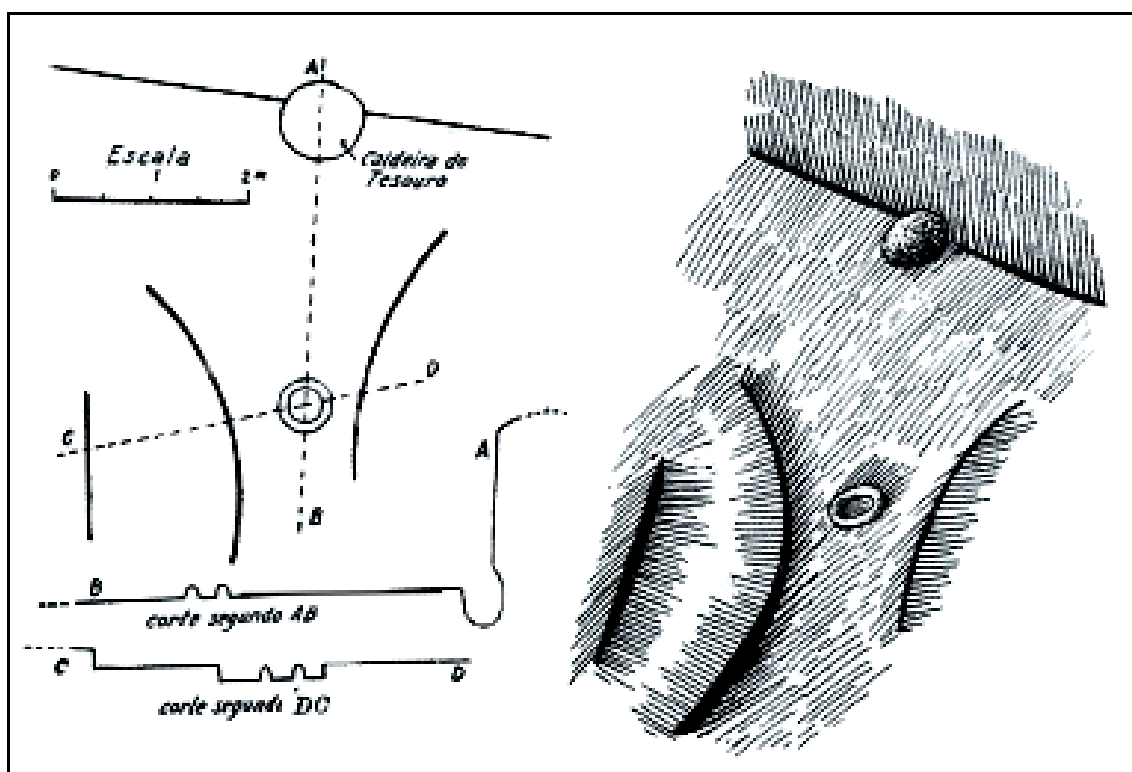


Figura 59: “Caldeira do tesouro” do Castro de S. Vicente da Chã (Júnior & Isidoro, 1963: 181, Fig. 1).



Figura 60: Alguns detalhes das estruturas documentadas, incluindo pias tipo pilão (em cima) e a “caldeira do tesouro” com o respectivo canal (em baixo).

Desta forma, entendemos que este conjunto de plataformas e de estruturas se destinaria ao processamento de cereais. Num primeiro momento, interpretamos este mesmo conjunto em relação a uma funcionalidade mineira (Fonte, Lemos, Cruz, & Martins, 2011), hipótese que agora descartamos. As pias tipo pilão poderiam estar relacionadas com o processamento do cereal, em concreto do milho-miúdo, onde as sementes seriam golpeadas com um espécie de malho de madeira dentro da cavidade circular de forma a remover a casca que as rodeia (Teira-Brión & Amado-Rodríguez, 2014: 276). As mós giratórias serviriam seguramente para um processamento mais fino do cereal, embora fosse necessário analisarem-se as superfícies tanto das mós como dos pilões para confirmar esta relação. Todavia, esta hipótese é corroborada pelos abundantes restos arqueobotânicos identificados nas escavações realizadas no Castro de S. Vicente da Chã, nomeadamente bolota (*Quercus*), milho-miúdo (*Panicum miliaceum*) e trigo (*Triticum dicoccum*) (Freire, 1968: 372-373).

Existem, aliás, alguns paralelos etnográficos para as estruturas circulares tipo pilão, em concreto o pio de piar os milhos, que se trata de uma espécie de almofariz geralmente utilizado para descascar cereais (Dias, 1949) (Figura 61).

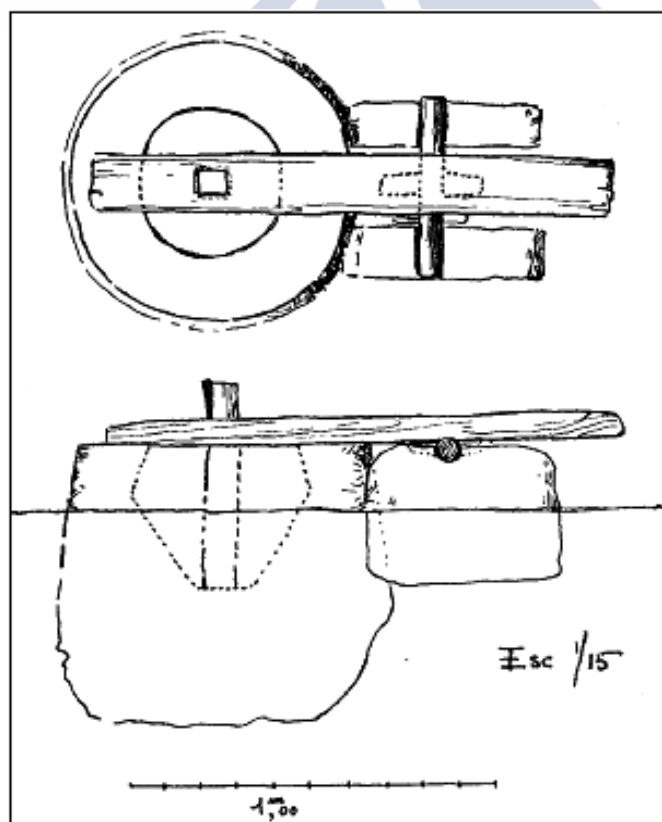


Figura 61: Paralelo etnográfico de um pio de piar os milhos (Dias, 1949: 328, Fig. 1)

Assim, temos representado no Castro de S. Vicente da Chã algumas das etapas (malha, armazenagem e moagem, embora sejam de supor outras etapas intermédias, nomeadamente a crivagem para separar os cereais) da cadeia técnico-operativa de determinados produtos agrícolas, desde a sua recolha até ao seu consumo (Teira-Brión, 2010: 143-144). É interessante notar que as bolotas recuperadas apresentam indícios de terem sofrido um processo de torrefacção, processo este que se relaciona com a supressão dos taninos que provocam um sabor mais amargo, tratando-se, ao mesmo tempo, de um método de conservação pois elimina a humidade, permitindo um armazenamento de maior duração (Teira-Brión, 2010: 144).

A cultura material relaciona-se, na sua maioria, com produções cerâmicas indígenas que podemos enquadrar, de forma genérica, entre os séculos II a.C. e I d.C., bem como alguns objectos em ferro, como, por exemplo, um fragmento de uma enxada, que se trata de um utensílio agrícola utilizado na preparação da terra e acondicionamento de cultivos (Teira-Brión, 2003, 2010: 139-140) (Figura 62). Detectamos na plataforma Este (Figura 63), em prospecção superficial, abundantes escórias férreas, o que poderá remeter para a presença de oficinas metalúrgicas de produção de objectos em ferro, tais como a referida enxada.



Figura 62: Fragmento de uma enxada de ferro proveniente do Castro de S. Vicente da Chã (© Museu de História Natural da Universidade do Porto).



Figura 63: Perspectiva actual da plataforma Este do Castro de S. Vicente da Chã.

Foram também identificadas várias mós circulares e de vaivém, que se poderão também relacionar com o processamento de cereais (Freire, 1968). Cabe destacar, todavia, “o aparecimento de alguns fragmentos de barro não cozido com sulcos que lembram moldes produzidos no contacto com estacaria. Muitos destes fragmentos apresentam uma face lisa e branca resultante de um reboco aplicado à mesma.” (Júnior & Freire, 1964: 369), elementos este que se poderão associar com a existência de estruturas construídas com materiais perecíveis. Osvaldo Freire encontrou mesmo alguns restos de madeira associados a estes fragmentos de barro (Freire, 1968: 373-374). É interessante notar que estes elementos se associam directamente às estruturas pétreas escavadas, pelo que seria de pensar que as mesmas seriam revestidas na parte interior com estes elementos, com a parte rebocada visível voltada para o interior, o que daria um maior isolamento térmico (*ibid.*). Detectamos, em prospecção superficial, alguns fragmentos deste mesmo tipo (Figura 64).



Figura 64: Fragmento de barro com negativo (à esquerda) e com vestígios de reboco (à direita) proveniente do Castro de S. Vicente da Chã.

Recentemente, identificamos também uma pedra decorada proveniente do Castro de S. Vicente da Chã, que se encontra em casa de um particular na aldeia homónima, gravada com um pentáscelo, algo que é bastante raro, sobretudo nesta zona onde a arquitectura decorada de finais da Idade do Ferro é relativamente escassa (Figura 65) (González-Ruibal, 2004a, 2006a). Um paralelo próximo poderá ser a decoração com um pentáscelo de SS encadeados dos terminais de um dos torques provenientes da região de Chaves, actualmente depositado no Museu Nacional de Arqueologia em Lisboa (Ladra, 2009: 233: Fig. 5) (Figura 66).



Figura 65: Pedra decorada proveniente do Castro de S. Vicente da Chã, sem escala.



Figura 66: Detalhe do terminal de um dos torques provenientes da região flaviense (Ladra, 2009: 233: Fig. 5).

Evidentemente que uma das principais questões que se coloca à hora de interpretar socialmente todo este conjunto de elementos é se estes se relacionam com um processo de auto-suficiência produtiva, dentro de um modo de produção doméstica, ou se, pelo contrário, se relacionam antes com um processo de intensificação económica com vista à

geração de excedentes produtivos, cumprindo funções de processamento, armazenamento e redistribuição do excedente cerealífero para um determinado território político, o que implica uma diferenciação funcional entre assentamentos e, conseqüentemente, um contexto de hierarquização social (Ayán-Vila & Parcero-Oubiña, 2009; González-Ruibal, 2006a). Existem outros povoados com cronologias similares, nomeadamente As Laias (López-González & Alvarez-González, 2000; Tereso, Ramil-Rego, Álvarez-González, López-González, & Almeida-da-Silva, 2013), Castrovite (Carballo-Arceo, 1998; Carballo-Arceo & González-Ruibal, 2001) e Neixón Grande (Ayán-Vila, 2005, 2008), onde também foram identificadas um conjunto de estruturas negativas para o armazenamento massivo de cereal, basicamente celeiros, interpretados como áreas comunais de armazenamento de produtos cerealíferos excedentários dentro de um contexto de complexificação socioeconómica de finais da Idade do Ferro (Ayán-Vila & Parcero-Oubiña, 2009). No vale do Sabor, à raíz das recentes intervenções arqueológicas preventivas motivadas pela construção do Empreendimento Hidroeléctrico do Baixo Sabor, foram escavados dois povoados da Idade do Ferro, o Castelinho de Cilhades e Crestelos, que apresentam sistemas defensivos bastante complexos, supostamente com o objectivo de defenderem o que tem sido definido como grandes celeiros fortificados, dado a grande quantidade de *horrea* identificados no interior de ambos os sítios (Santos et al., 2012; Sastre-Blanco, 2014).

Posto isto, temos representado nos castros do Lesenho e de S. Vicente da Chã diversos elementos que nos permitem sustentar a prática de uma agricultura de tipo extensivo, com a existência de ciclos e de rotações de culturas, pois dispomos de evidências do consumo de cereais de Inverno (*Triticum dicoccum* ou *Triticum spelta*) e de Primavera (*Panicum miliaceum*), culturas estas que são pouco exigentes e perfeitamente adaptáveis aos solos pobres e ao clima agreste de montanha que caracterizam a região do Barroso, pelo que se trata de uma região com escassa aptidão agrícola. Temos também a presença de espécies silvestres, como a bolota (*Quercus*), que seria colectada para a produção do famoso pão de bolota já referido por Estrabão, sendo uma actividade claramente complementar às anteriores e que não exigia um grande esforço. Este tipo de agricultura seria sempre algo limitada em termos produtivos e mais orientada para o autoconsumo e não tanto para a sua comercialização.

Todavia, o vale do Rabagão, onde se localiza o Castro de S. Vicente da Chã, era uma zona com solos agrícolas mais produtivos comparativamente com outras zonas do Barroso. Pelo menos no caso do Castro de S. Vicente da Chã, e em face de todas as evidências apresentadas e discutidas que são bastante excepcionais em toda a zona do Alto Tâmega e Barroso, estamos tentados a interpretar esta produção de recursos agrícolas para além da

auto-suficiência, talvez orientada antes à geração de excedentes agrícolas para o abastecimento de outros assentamentos.

Num recente trabalho de síntese sobre a agricultura romana no *conventus Bracaraugustanus* (Tereso, Ramil-Rego, & Almeida-da-Silva, 2013), concluiu-se que as principais colheitas da Idade do Ferro se mantiveram em época Romana, sobretudo em contexto rural, embora com algumas novidades, como a introdução do centeio e da vinha.

Até ao momento, não dispomos ainda para esta zona de quaisquer dados arqueozoológicos, passíveis de nos fornecerem informações acerca das possíveis práticas relacionadas com a pecuária e/ou caça de espécies animais.





Capítulo 5 - Explorando em detalhe as formas de povoamento fortificado no Alto Tâmega e Cávado: a paisagem da mineração

5.1. Discussão prévia: A questão da mineração pré-Romana e Romana

A exploração mineira romana no Noroeste Peninsular, sobretudo de ouro, teve início, muito possivelmente, durante o governo de Tibério, momento para o qual existem as datações mais antigas (Claude Domergue & Sillières, 1977), ainda que previamente se deverão ter procedido a trabalhos de prospecção e de identificação das principais jazidas primárias e secundárias e à construção das necessárias infra-estruturas, o que terá seguramente ocorrido logo após o processo de conquista do Norte Peninsular com Augusto (Orejas et al., 2012). A exploração foi exercida directamente pelo Estado, com uma força de trabalho local, sob o controlo e a supervisão técnica do exército, especialmente durante o início das operações. Assim, os territórios mineiros eram *ager publicus*, ou seja, dependiam directamente do estado romano. O ouro extraído tinha um carácter estratégico, relacionado com o novo sistema monetário imposto a partir de Augusto.

As medidas de Augusto implicaram uma intervenção directa sobre os territórios e povoações que deu lugar à implantação de um sistema administrativo no Noroeste Peninsular, ainda que com diferenças locais e regionais, condicionadas tanto pela realidade indígena pré-existente como também pelos próprios interesses romanos. Claro está que as comunidades indígenas não foram meros agentes passivos, estando antes activamente envolvidas neste processo de interacção cultural, onde se conciliaram interesses locais e globais. Estas tarefas de prospecção e de arranque da mineração romana exigiram, seguramente, a presença de componentes do exército e de outro pessoal

administrativo, que decerto interagiram e pactuaram com as comunidades indígenas, pois eram elas que detinham um conhecimento mais profundo dos seus territórios e recursos. Embora a população local tenha seguramente beneficiado de alguma maneira deste processo de exploração económica, a sua organização foi inteiramente realizada pelo Estado Romano, pelo que a agência das comunidades locais parece ter-se antes limitado às escolhas culturais, ao invés da actividade económica, particularmente nas regiões directamente afectadas pelas guerras de conquista do Norte Peninsular (Argüelles-Álvarez, 2015).

A investigação refere sistematicamente a falta de evidências de mineração pré-romana em contexto primário, pelo que tanto o ouro como o estanho deveriam ter sido obtidos directamente através do garimpo das areias dos rios, a uma escala local e com um volume de produção restringido, dentro de um modo de produção doméstico (Sánchez-Palencia, 1986b; Orejas, 2005; Sánchez-Palencia, Orejas, & Sastre, 2002).

Todavia, existiam determinadas evidências que se poderão relacionar com uma provável exploração mineira pré-romana em contexto primário. No complexo mineiro de Boinás (Belmonte de Miranda, Astúrias) obtiveram-se a partir de madeiras integradas no suporte de antigas galerias datações radiocarbónicas e dendrocronológicas entre os séculos IV e I a.C. (Rozas-Ortiz & Cabo-Pérez, 2002), o que levou Ángel Villa-Valdés a propor “la práctica de algunas formas de minería compleja por parte de poblaciones indígenas” (Villa-Valdés, 1998: 178). No mesmo sentido, na área arqueológica de O Peto (Vedra, A Coruña), nas proximidades do Castro de Merín, documentaram-se uma série de estruturas negativas que os autores interpretaram como extracções mineiras de ferro como uma cronologia em torno ao câmbio de era, hipótese reforçada pelo aparecimento de escórias e de restos de fornos metalúrgicos no interior das referidas estruturas (Aboal-Fernández, Ayán-Vila, & Prieto-Martínez, 2003).

Noutras zonas europeias, particularmente na região francesa de Limousin (Cauuet, 1999, 2004; Domergue, Serneels, Cauuet, Pailler, & Orzechowsk, 2006), também se documentaram diversos trabalhos mineiros pré-romanos em contexto primário datados de forma absoluta entre os séculos V e I a.C., mas também diversos trabalhos sobre aluviões de datação mais imprecisa.

A investigação paleoambiental, que se tem centrado, até à data, na região das Astúrias, tem evidenciado um forte episódio de contaminação metálica em época romana, que motivou um profundo impacto na paisagem, acompanhado por um declínio do coberto arbóreo, embora também tenham sido identificados alguns picos significativos de

contaminação metálica datáveis da Segunda Idade do Ferro, a partir do século IV a.C. (López-Merino et al., 2014; Martínez-Cortizas, López-Merino, Bindler, Mighall, & Kylander, 2013; Pontevedra-Pombal et al., 2013). Assim, será necessário realizarem-se estudos similares na parte meridional do Noroeste Peninsular de forma a se averiguar se aqui também se registam estes eventos de contaminação metálica relacionáveis com diferentes episódios de exploração mineira.

5.2. A mineração de estanho como factor locacional

A produção de estanho na Antiguidade trata-se de um tema bastante complexo e também controverso, tendo sido uma das principais razões alegadas para a integração do Noroeste Peninsular numa rede de intercâmbio atlântica desde a Idade do Bronze (Comendador-Rey, 1998; Jorge, 1998; Ruiz-Gálvez, 1998, 2001), existindo ainda diversas problemáticas a respeito que importa investigar, tanto no que refere à sua exploração mineral, como ao seu tratamento metalúrgico e mesmo em relação às suas vias de circulação (Penhallurick, 1986; Giumlia-Mair & Lo Schiavo, 2003; Rovira, 2007).

A invisibilidade arqueológica do estanho poderá estar relacionada, em grande medida, com o facto de a cassiterite poder ter sido utilizada directamente na sua forma mineral para a produção de bronze, não implicando a sua prévia transformação metálica em estanho, o que deixaria poucas evidências passíveis de ser identificadas no registo arqueológico (Figueiredo et al., 2010; Rovira, 2007).

O Noroeste Peninsular constitui uma das zonas mais ricas em minerais de estanho (cassiterite) do território europeu (Meunier, 2011). A forte actividade ligada à exploração do volfrâmio durante, sobretudo, a primeira metade do século XX, e face à coincidência destas mineralizações com as de estanho, que também foram intensamente exploradas, embora a uma escala menor, propiciou o ocultamento e/ou a destruição de possíveis evidências de mineração antiga de estanho. Todavia, são recorrentes os relatos e documentos escritos sobre evidências mais antigas de exploração de estanho, anteriores à “reabertura” de muitas destas minas (Fernández-Fernández, Comendador-Rey, González-Ínsua, & Amado-Rolán, 2014; Fernández-Fernández, 2011). Nas minas de estanho de Ervedosa (Vinhais), por exemplo, foram descobertos diversos artefactos pré-históricos¹³, nomeadamente um almofariz em granito, um maço e quatro pequenos pilões em anfibolito

¹³ Estes artefactos encontram-se actualmente expostos no Museu de Jazigos Minerais do LNEG em S. Mamede Infesta, Porto.

e quartzito para trituração de minério (Brandão & Silva, 2006: 559-560; Fernandes, 2008: 123-125; Ferreira & Castro, 1949). Estes artefactos foram descobertos pela *Tuella Tin Mines* quando procedia a trabalhos de exploração mineira de estanho na década de 40 do século passado numa das minas (Ferreira & Castro, 1949).

Enquanto o ouro era, em época romana, um bem público gerido directamente pelo Estado Romano, não sabemos bem qual seria o estatuto específico do estanho, que poderia ter sido explorado por particulares a uma escala mais limitada. As fontes clássicas referem, recorrentemente, a riqueza estanífera do Noroeste Peninsular, sobretudo em relação às Cassitérides ou “Ilhas do Estanho”, cuja localização alimenta ainda um aceso debate (Comendador-Rey et al., 2008).

Apesar desta riqueza em recursos estanhíferos, a verdade é que sabemos ainda muito pouco sobre a mineração e a metalurgia antiga de estanho no Noroeste Peninsular (Meunier, 2011). Desta forma, procuraremos contribuir ao estado da arte sobre a relevância do estanho na economia antiga do Noroeste Peninsular, bem como em relação às suas implicações sociais. Em concreto, procuraremos tentar avaliar a localização de alguns castros na nossa zona de estudo em relação ao possível aproveitamento de recursos de estanho. Claro está que, na grande maioria dos casos, apenas temos a relação espacial entre a localização dos castros e os recursos estanhíferos, mas, como veremos de seguida, intui-se uma relação positiva entre ambos os elementos, pelo que a nossa hipótese é que a localização destes castros está condicionada pela proximidade e pelo aproveitamento dos recursos de estanho. Iremos tentar objectivar esta hipótese através da investigação de alguns casos de estudo concretos.

Relativamente ao Norte de Portugal, e tomando por base o Sistema de Informação de Ocorrências e Recursos Minerais Portugueses (SIORMINP) do Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG), podemos constatar que a maior concentração de ocorrências minerais de estanho se localiza, precisamente, na zona portuguesa do Alto Tâmega e Cávado (Figura 67), que justamente se trata da nossa zona de estudo, com destaque para as zonas do vale do rio Beça (Boticas), Avelames (Vila Pouca de Aguiar), Louredo (Ribeira de Pena), Tâmega (Verín, Ourense) e Salas (Baltar, Ourense), estas duas últimas já em Espanha, que serão de seguida analisadas em maior detalhe (Figura 68).

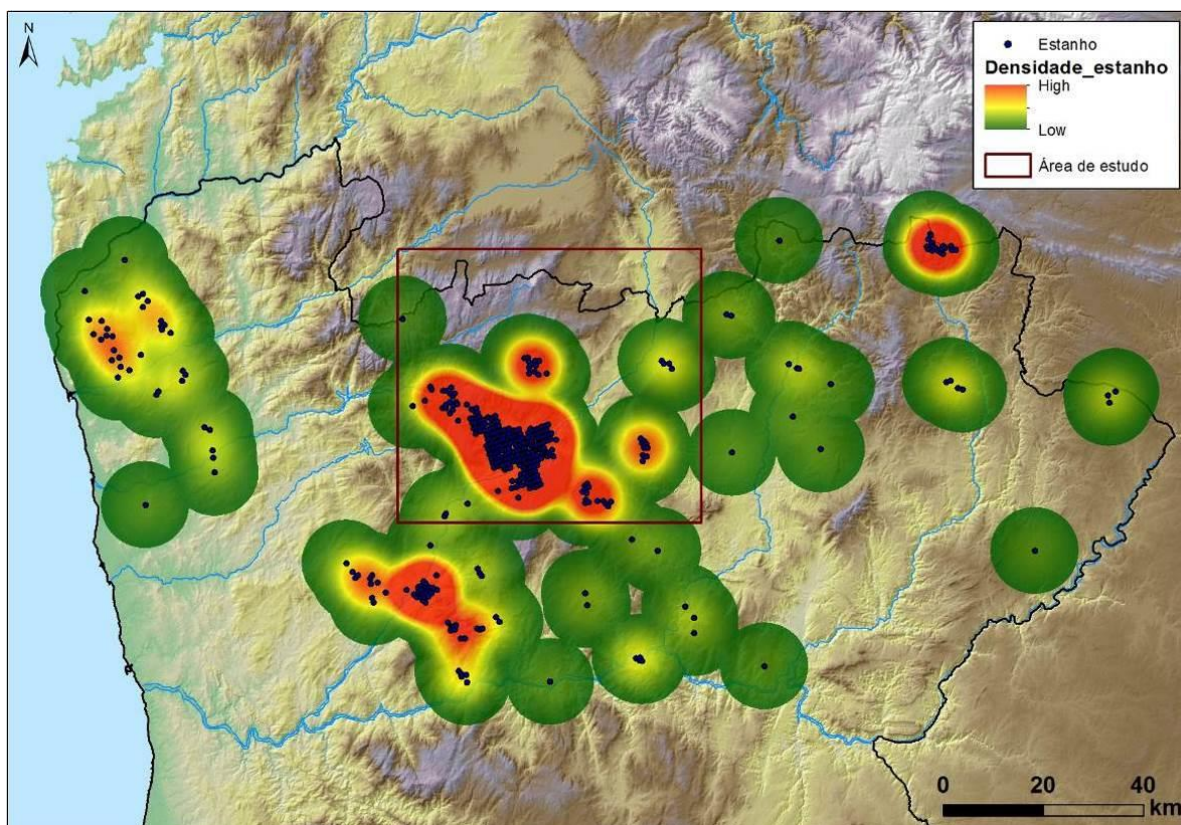


Figura 67: Mapa das ocorrências minerais de estanho no Norte de Portugal (© SIORMINP-LNEG).

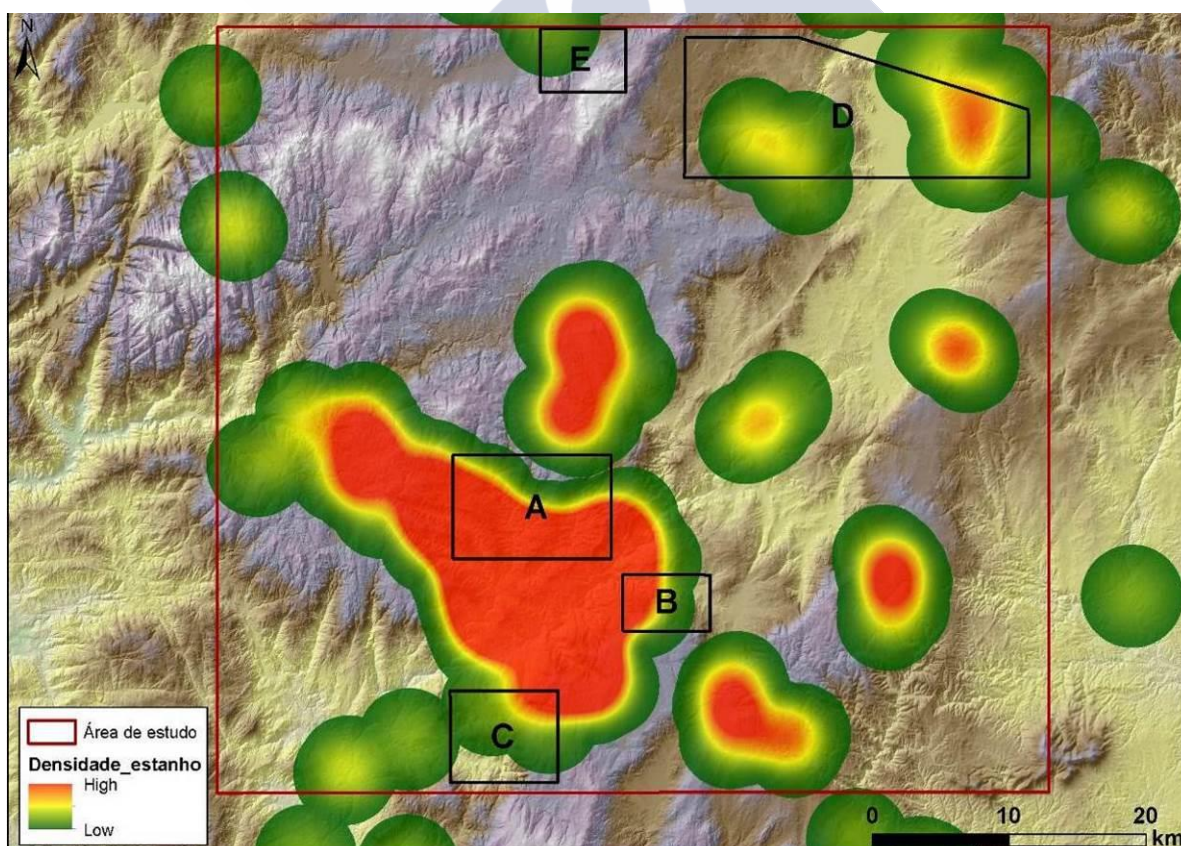


Figura 68: Localização das zonas do vale do rio Beça (A), Avelames (B), Louredo (C), Tâmega (D) e Salas (E) com indicação da densidade de ocorrências minerais de estanho (Fonte: SIORMINP-LNEG e IGME - Base de Dados de Metalogenia) em relação à área de estudo.

5.2.1. Vale do Rio Beça (Boticas, Portugal)

O Rio Beça nasce na Serra do Barroso, sendo um afluente do rio Tâmega. O vale do Beça integra-se dentro do grupo de minas de estanho da região do Alto Tâmega, entre os maciços graníticos das serras da Cabreira, Barroso e Alvão (Pereira, 2005; Ribeiro, Martins, Almeida, & Noronha, 2000) (Figura 69).

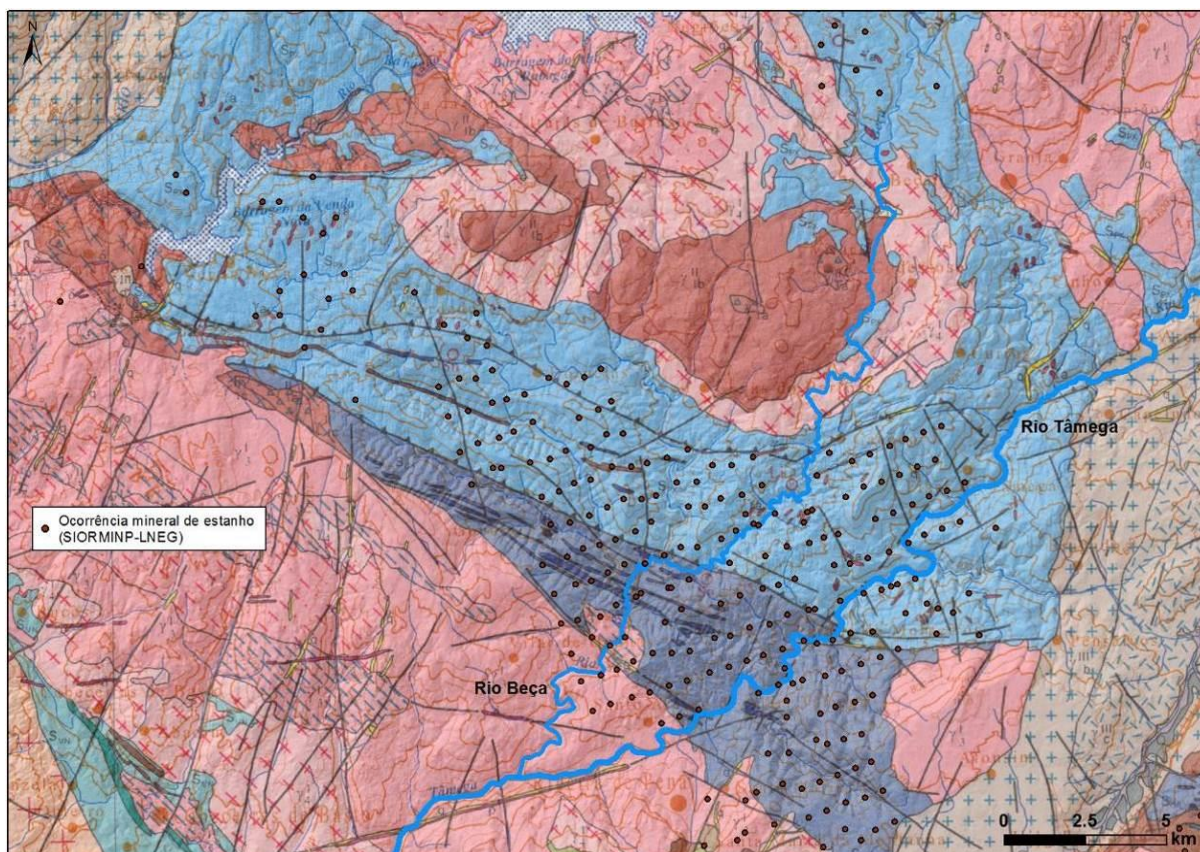


Figura 69: Zona mineira de estanho do Alto Tâmega a partir da carta geológica à escala 1:200.000 (folha 2).

Esta é precisamente uma das zonas mais ricas em estanho e das que foi mais intensamente explorada ao longo do século XX, apesar de ter sido uma exploração mais de cariz artesanal e a uma escala menor, sobretudo quando comparada com a “fárria” do volfrâmio, realizada, na maior parte dos casos, por “apanhistas” locais, tanto em contexto primário como secundário, sendo que esta última era naturalmente mais fácil e barata (Pereira, 1984) (Figura 70 e 71). A cassiterite aparece usualmente em filões aplitopegmatíticos, com nióbio e tântalo associados, encaixados em rochas xistosas, com teores médios na ordem dos 4 a 5 kg/t (Ferreira & Noronha, 1987; Ramos, 2010; Ribeiro, Martins, Almeida, & Noronha, 2000) (Figura 72).



Figura 70: Bateia utilizada na exploração de estanho de aluvião durante o século XX.



Figura 71: “Apanhistas” na zona das Minas da Borralha (© Ecomuseu Casa do Capitão, Salto-Montalegre).



Figura 72. Fragmento de pegmatito mineralizado com cassiterite que se encontra em casa de um particular em Dornelas (Boticas) que trabalhou na década de 60 do século passado na apanha do estanho.

Dentro desta zona, a par do já referido e discutido Castro de Carvalhelhos, destaca-se o Castro do Poio (Covas do Barros, Boticas), no qual realizamos recentemente uma intervenção arqueológica, que se localiza no sinuoso e estreito vale do rio Covas, que é um dos afluentes do rio Beça, sendo abundantes na sua envolvente as ocorrências minerais de estanho (Figura 73).

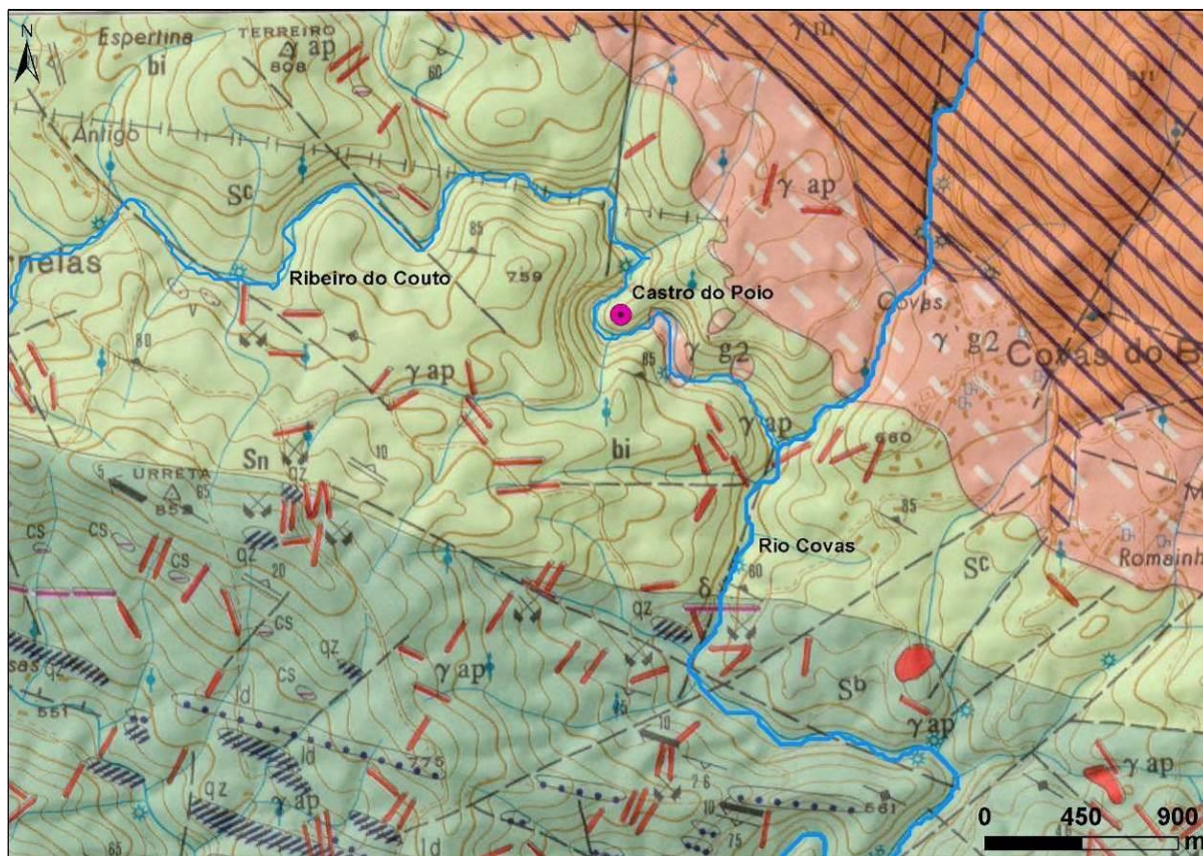


Figura 73: Extracto da carta geológica nº 6C à escala 1:50.000 da envolvente do vale do rio Covas, com a localização do Castro do Poio. De notar as ocorrências minerais de estanho e os filões pegmatíticos mineralizados com cassiterite (linhas vermelhas).

O Castro do Poio localiza-se num cabeço em esporão rodeado por todos os lados por um pronunciado meandro do ribeiro do Couto, afluente do rio Covas, menos no colo do esporão a Este, configurando-se como a única zona de acesso ao povoado. Encontra-se encravado no fundo deste vale, pelo que tem uma reduzida amplitude visual em redor (Gráfico 7), com escassa proeminência visual (Gráfico 8), sendo também um sítio bastante exposto e acessível (Gráfico 9). Contrapõe-se, a nível locacional, ao Outeiro Lesenho, do qual dista aproximadamente 4 km em linha recta, não havendo intervisibilidade entre ambos, incluindo-se, assim, no modelo locacional 3.

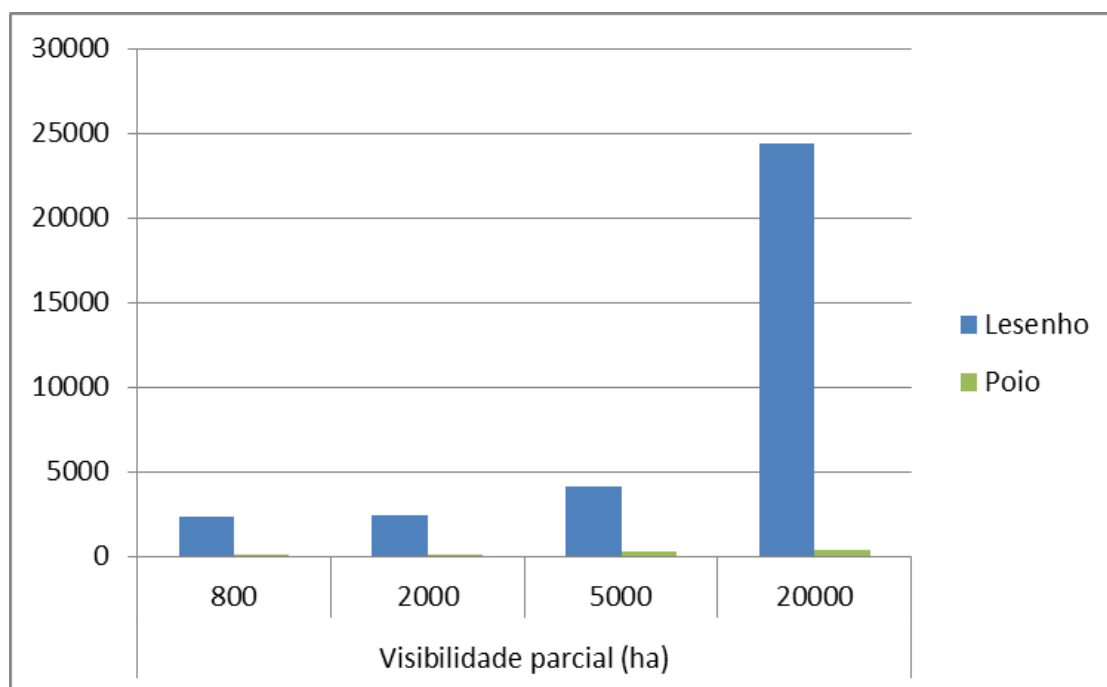


Gráfico 7: Comparativa da visibilidade por *buffers* dos castros do Lesenho e Poio.

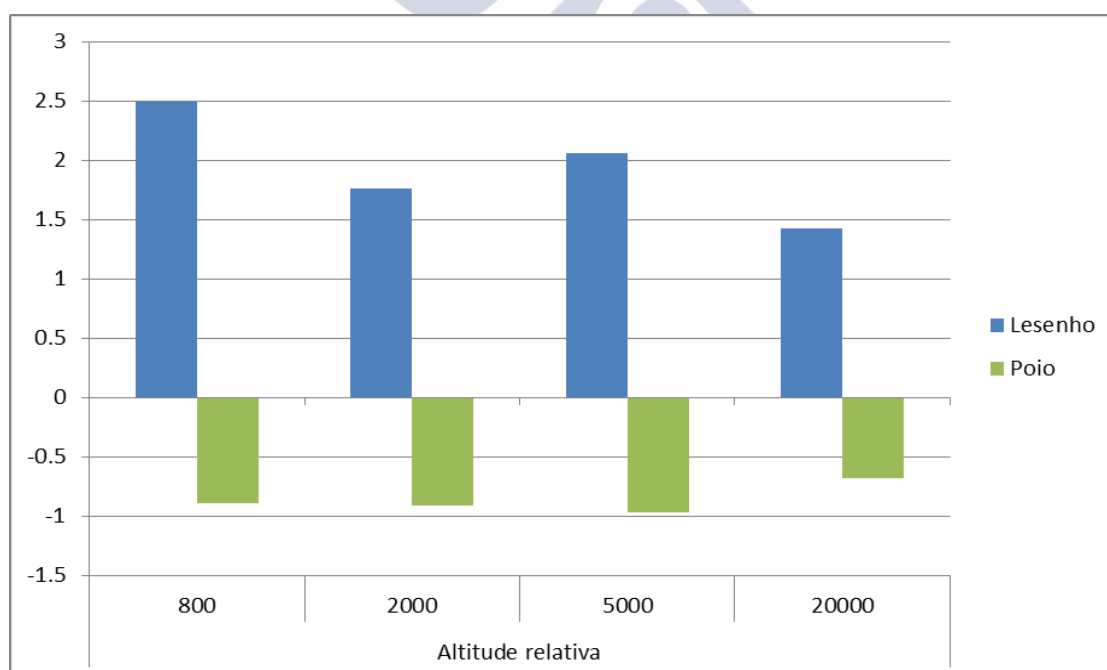


Gráfico 8: Comparativa da altitude relativa por *buffers* dos castros do Lesenho e Poio.

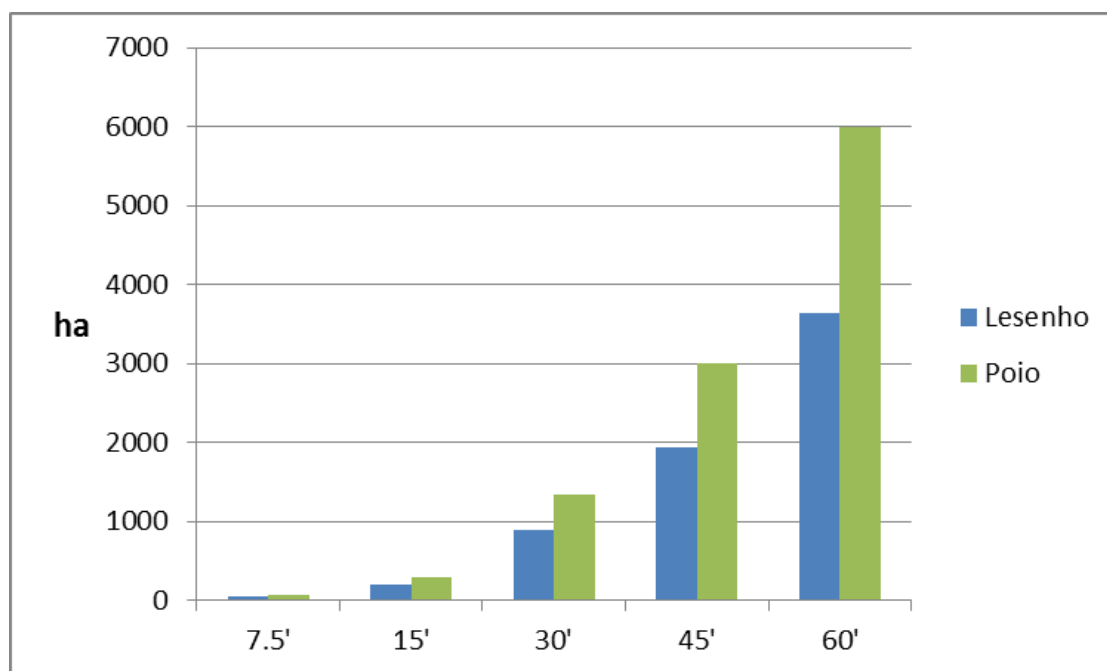


Gráfico 9: Comparativa da acessibilidade por *buffers* dos castros do Lesenho e Poio.

O Castro do Poio estrutura-se em função de três linhas de muralha que acompanham o cabeço de forma descendente em direcção ao ribeiro do Couto, ao qual se acede de forma bastante fácil, possuindo também dois fossos na zona mais acessível a Este, bem como um campo de pedras fincadas (Figura 74). O campo de pedras fincadas apenas o podemos supor, graças a informações orais de vários habitantes da aldeia de Covas do Barroso que nos falaram de “pedras espetadas” à entrada do castro, pois actualmente, e a terem realmente existido, encontram-se completamente destruídas devido à passagem de máquinas para a plantação e arranque de pinheiros, visto que todo o sítio foi bastante afectado por esta actividade.

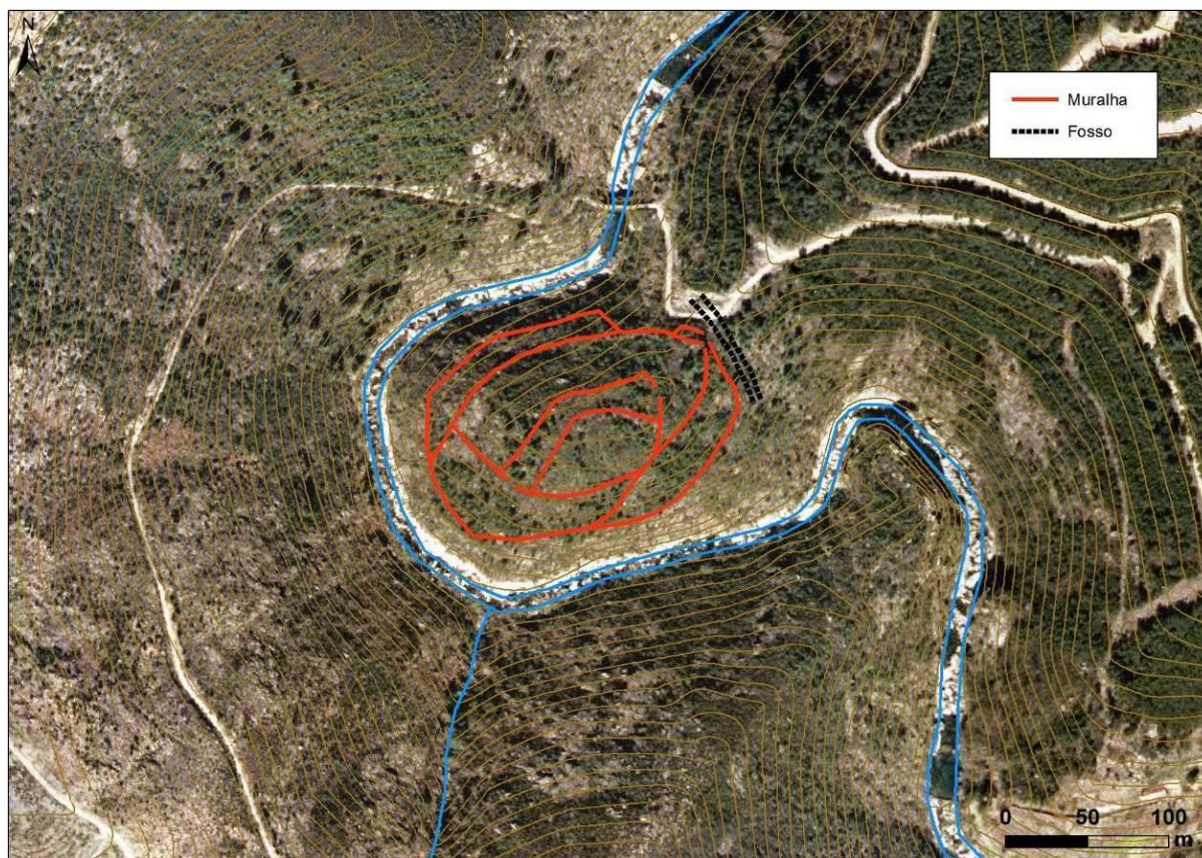


Figura 74: Fotointerpretação do Castro do Poio.

Efectuamos um cálculo hidrológico¹⁴ para avaliar a capacidade de acumulação do ribeiro do Couto, e constatamos que as pequenas ribeiras que estão a escoar as zonas onde existem as maiores anomalias de estanho (Pires, 1995), drenam precisamente para a ribeira do Couto, pelo que efectivamente este ribeiro transportaria de forma abundante cassiterite (Figura 75). Um habitante local da aldeia de Covas do Barroso transmitiu-nos que o seu pai havia “andado ao minério” e que na base da pequena ribeira que se encontra mesmo em frente ao Castro do Poio era onde se encontrava o melhor minério (cassiterite) de aluvião. É precisamente nesta ribeira que se encontram os valores mais elevados de cassiterite (Figura 75).

¹⁴ Realizado com os comandos “Flow Direction”, “Flow Accumulation” e “Stream Order” presentes na toolbox “Hydrology Tools” do ArcGIS 10.1.

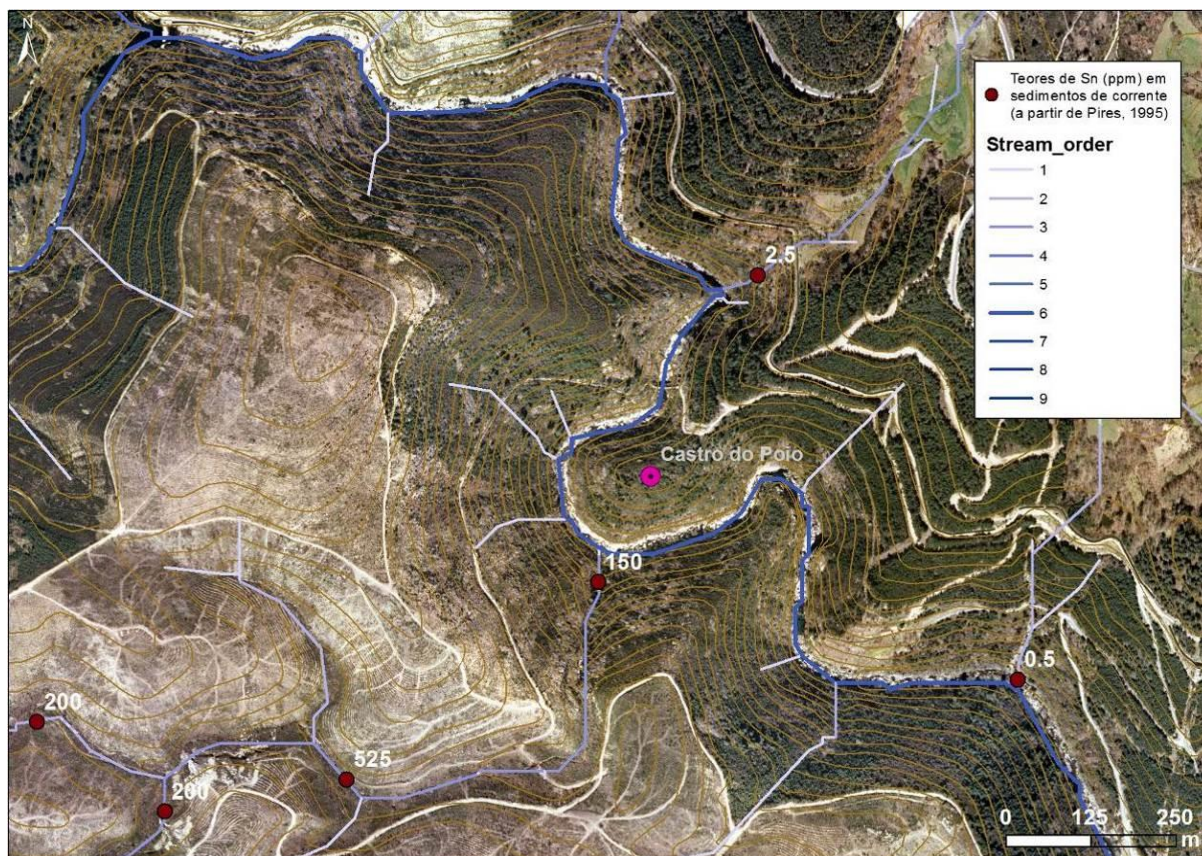


Figura 75: Teores de estanho (ppm) em sedimentos de corrente na envolvente do Castro do Poio (Pires, 1995) sobre ortofotografia actual (Ortos_DGRF_2004_06).

No Verão de 2013 realizamos neste povoado algumas sondagens arqueológicas¹⁵, com vista a tentarmos obter dados que objectivamente nos permitissem relacionar a localização deste castro com o aproveitamento dos recursos de estanho, bem como alguns indicadores cronológicos.

Verificamos através das referidas sondagens que o castro estava bastante alterado devido à passagem de máquinas para a plantação e arranque de pinheiros, não tendo sido possível detectar qualquer nível de ocupação não perturbado, embora tenhamos recolhido alguma cerâmica indígena que nos remete para momentos finais da Idade do Ferro (Figura 76), bem como alguma escória metálica, presumivelmente de ferro.

¹⁵ Intervenção arqueológica dirigida por João Fonte, com a participação de Gonçalo Cruz, José Antunes e Vítor Silva, tendo a mesma contado com o apoio logístico da Câmara Municipal de Boticas a quem agradecemos.

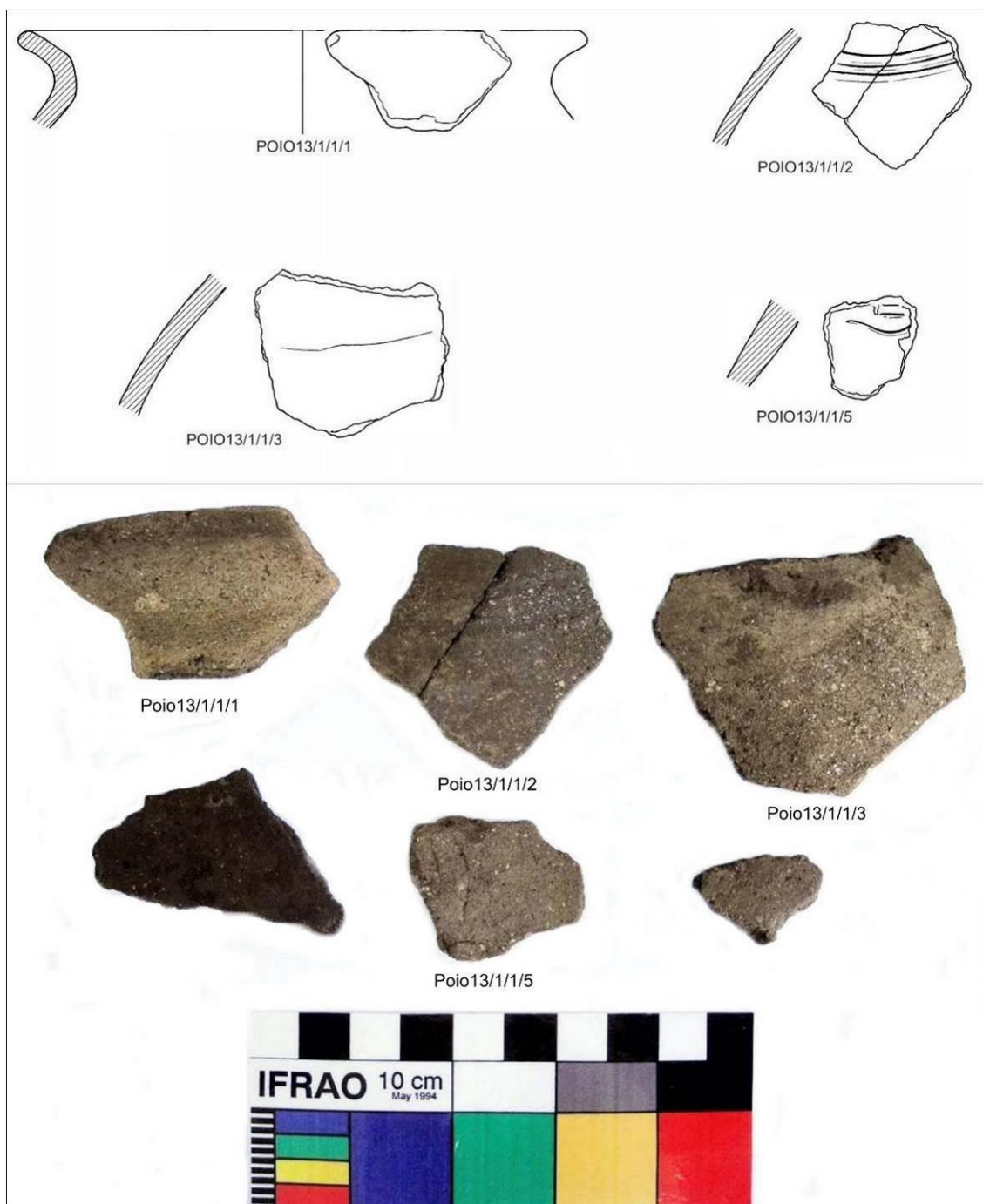


Figura 76: Fragmentos cerâmicos provenientes da escavação arqueológica realizada em 2013 no Castro do Poio.

Todavia, um dos aspectos mais interessantes que sim pudemos documentar com a escavação relaciona-se com processo construtivo do próprio castro. Neste sentido, pudemos comprovar que o castro possui uma espessa camada de saibro (aproximadamente de 1 m), seguramente proveniente da escavação dos próprios fossos, que terá servido para regularizar as plataformas, e mesmo o interior das estruturas domésticas, face ao desnível topográfico, sendo que as muralhas serviam como autênticos muros de suporte (Figura 77).

Confirmamos que esta camada de saibro é claramente artificial, pois encontramos na sua base alguns pregos metálicos.

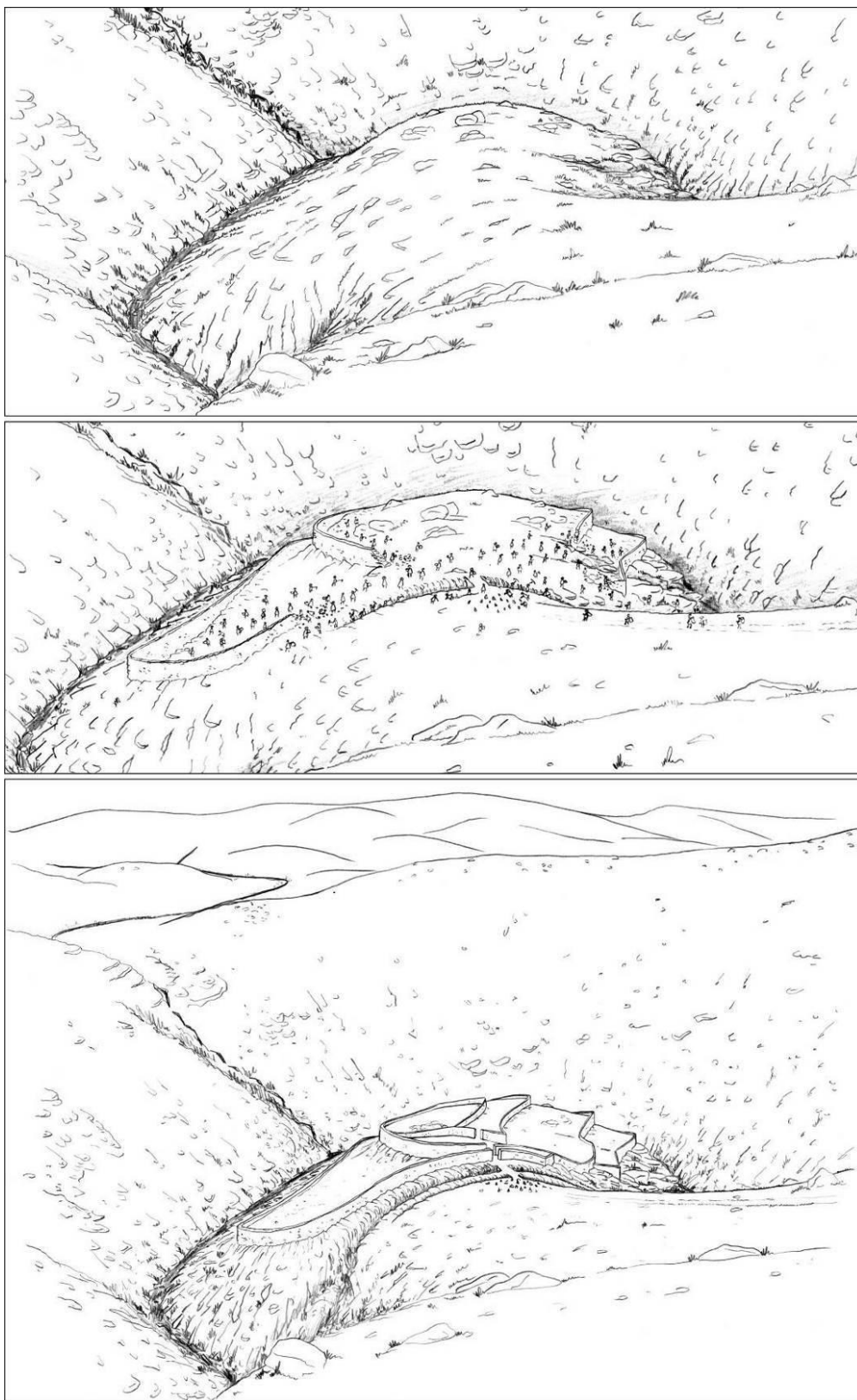


Figura 77: Reconstituição idealizada do processo construtivo do Castro do Poio (desenho de Anxo Rodríguez Paz, Incipit-CSIC).

Posto isto, e ainda que não possamos afirmar taxativamente que a localização deste castro tenha estado condicionada pela presença e aproveitamento dos recursos minerais de estanho da envolvente, podemos sim considerar que ambos factores se encontram positivamente relacionados.

5.2.2. Vale do Rio Avelames (Vila Pouca de Aguiar, Portugal)

O Rio Avelames nasce na Serra do Alvão, sendo um afluente do rio Tâmega. O vale do Avelames também se integra dentro do grupo de minas de estanho da região do Alto Tâmega, entre os maciços graníticos das serras da Cabreira, Barroso e Alvão (Pereira, 2005; Sant'Ovaia, Ribeiro, Martins, & Noronha, 2011) (Figura 78). Tratam-se, em termos genéricos, de ocorrências minerais de cassiterite do tipo filoniano e natureza aplitopegmatítica encaixadas em rochas xistentas (Sant'Ovaia et al., 2011: 24-25). Tal como na zona anterior, nesta também existem evidências de numerosos trabalhos mineiros, particularmente do século XX, com destaque para as minas de estanho do Lombo Gordo (Figura 78).

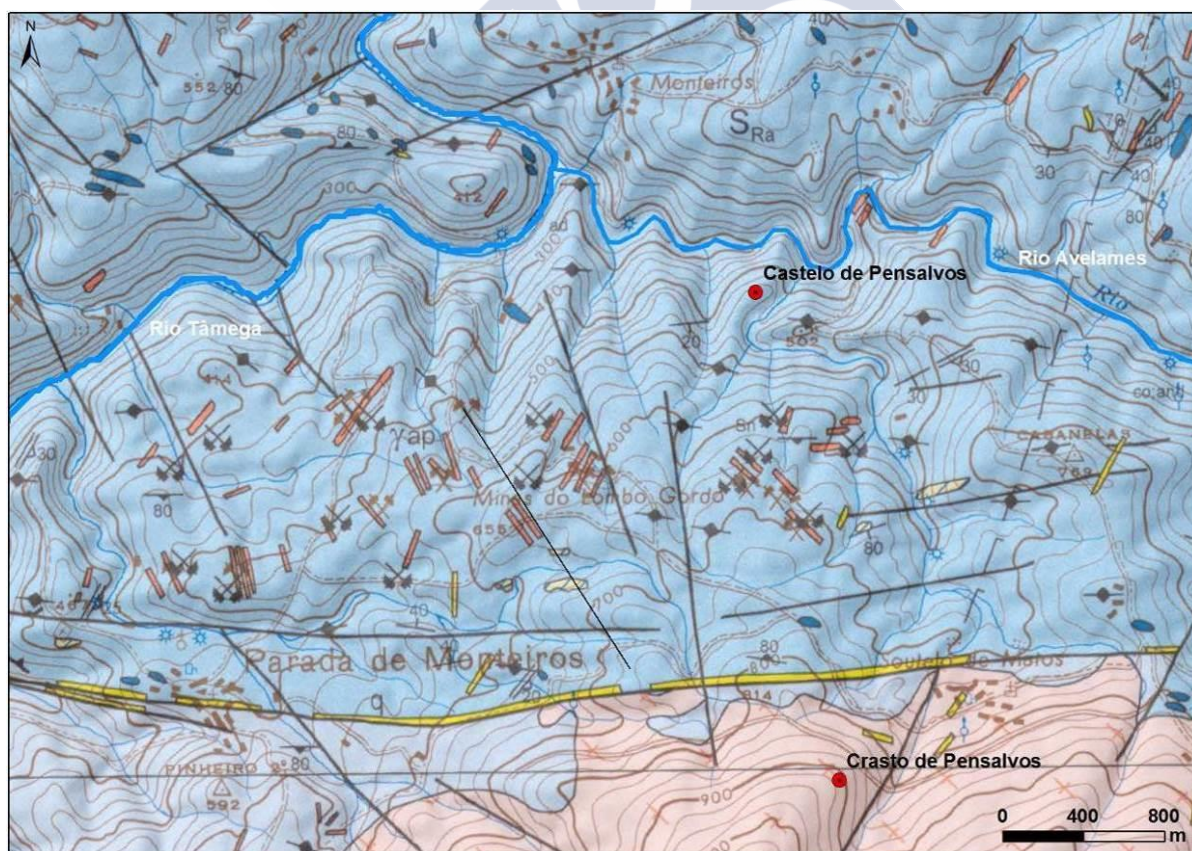


Figura 78: Extracto da carta geológica nº 6D à escala 1:50.000 da envolvente do vale do Avelames, com a localização do Castelo e Crasto de Pensalvos e as minas de estanho do Lombo Gordo.

Neste vale do rio Avelames localizam-se o Castelo e o Crasto de Pensalvos (Batata et al., 2008: 99-102).

O Castelo de Pensalvos, que se integra dentro do modelo locacional 3, localiza-se num relevo em esporão encravado no vale do rio Avelames, sendo praticamente inacessível por todos os sectores, onde se desenvolvem vertentes de acentuado pendor, exceptuando do lado Sul onde se situa o istmo de acesso que liga o sítio à linha de cumeeada, que é cortado por um profundo fosso escavado na rocha. Estrutura-se em base a duas linhas de muralha em xisto, uma que circunda um espaço mais elevado que poderá corresponder à acrópole, onde se desenvolvem grandes blocos graníticos, e outra, com um maior diâmetro, que parece circundar uma área menos inóspita para o assentamento de um espaço doméstico.

O Crasto de Pensalvos, que se inclui dentro do modelo locacional 2, desenvolve-se numa encosta de acentuada inclinação na vertente Norte da serra do Alvão, sobranceiro ao vale do rio Avelames. Possui um monumental sistema defensivo constituído por uma dupla muralha em granito e por um fosso na encosta Sudoeste voltada à serra do Alvão, justamente a zona mais acessível do sítio.

O Crasto de Pensalvos domina visualmente o vale do rio Avelames, particularmente a sua parte terminal antes de desaguar no rio Tâmega, que se corresponde com a zona onde se localiza o Castelo de Pensalvos, apesar de não haver intervisibilidade directa entre ambos, tendo sim intervisibilidade com o Outeiro Lesenho (Gráfico 10 e Figura 79). A visibilidade do Castelo de Pensalvos, pelo contrário, é bastante limitada, concentrando-se na sua envolvente próxima, da mesma forma que tem pouco destaque na paisagem, sendo um sítio relativamente acessível e exposto, sobretudo quando comparado com o Crasto de Pensalvos e o Outeiro Lesenho (Gráfico 10, 11 e 12). Uma vez mais, a localização do Castelo de Pensalvos parece estar condicionada pela proximidade à rede hidrográfica, neste caso o rio Avelames, que transportaria seguramente minerais de cassiterite, pelo que será de considerar a possibilidade de este povoado se relacionar com o aproveitamento das aluviões deste rio.

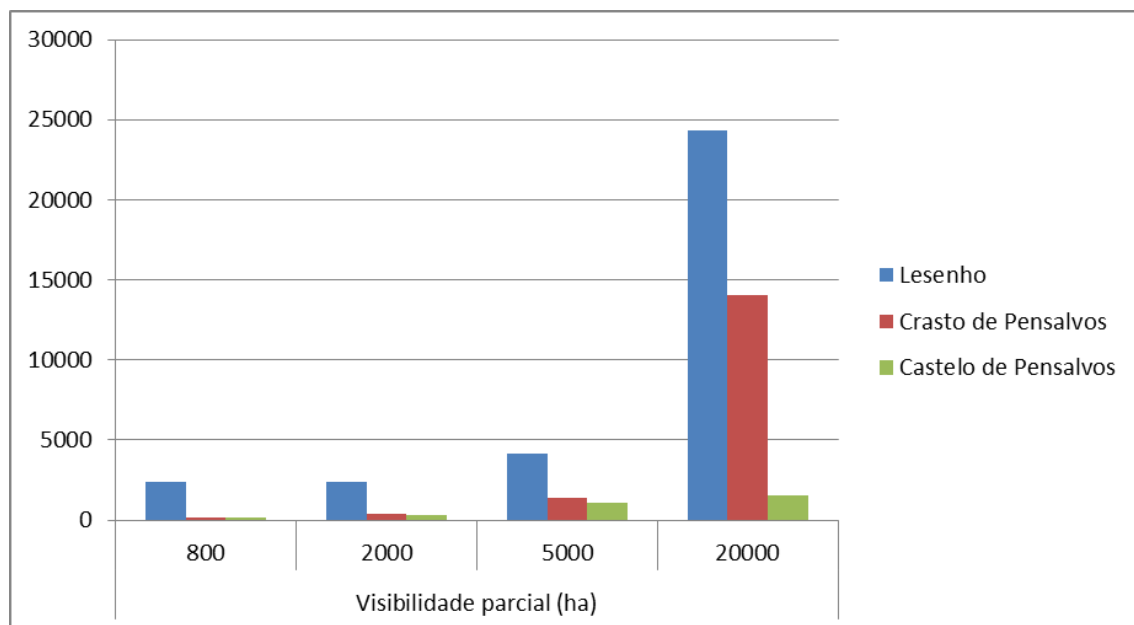


Gráfico 10: Comparativa da visibilidade por *buffers* dos castros do Lesenho, Crasto e Castelo de Pensalvos.

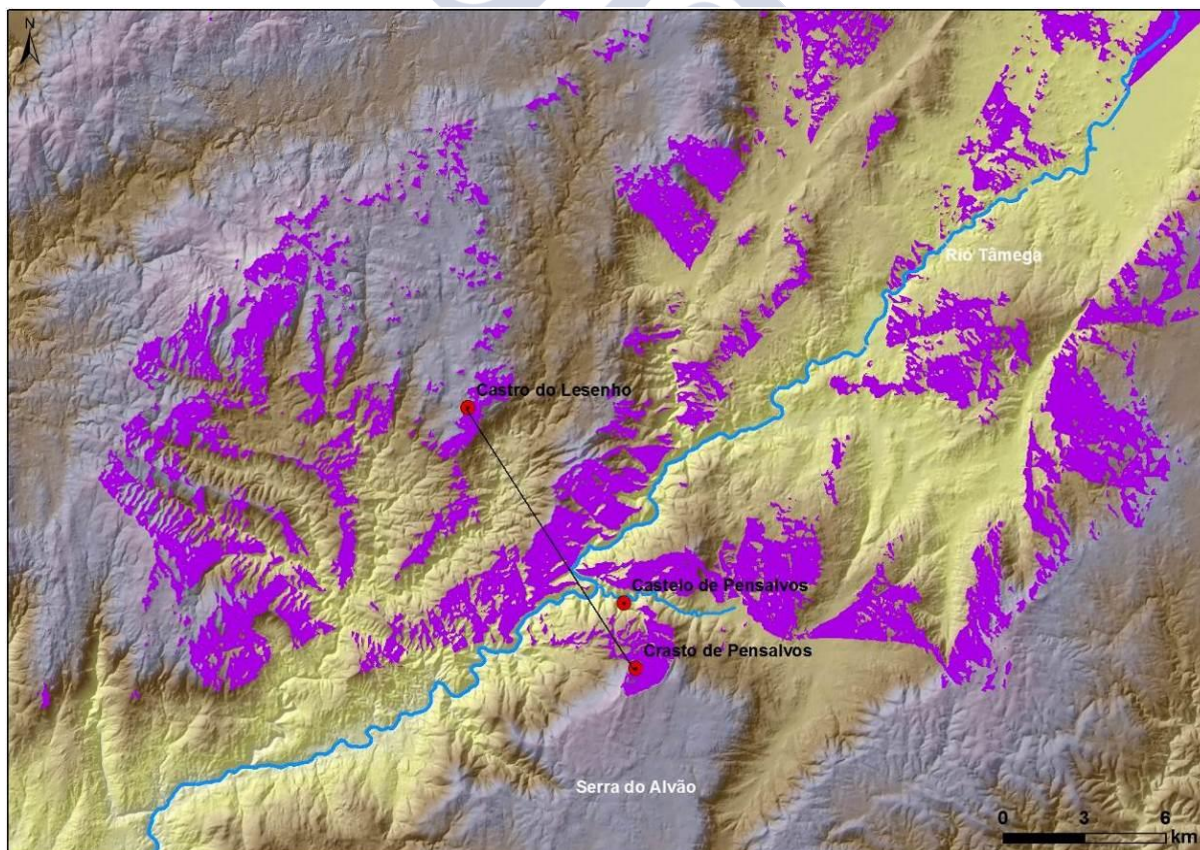


Figura 79: Visibilidade do Crasto de Pensalvos e intervisibilidade com o Outeiro Lesenho.

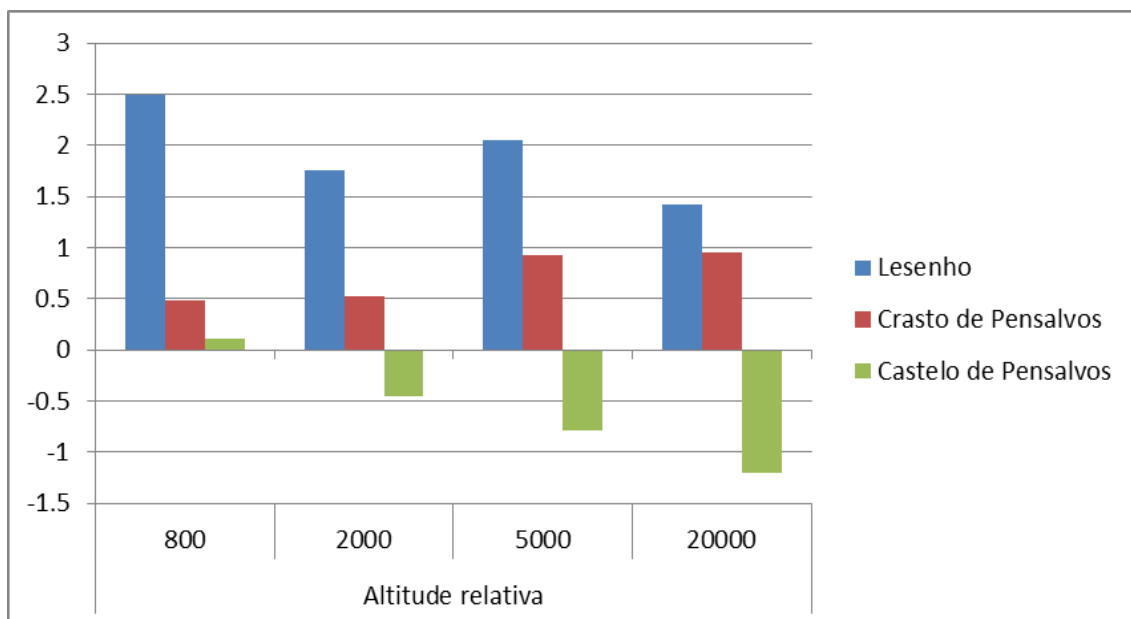


Gráfico 11: Comparativa da altitude relativa por *buffers* dos castros do Lesenho, Crasto e Castelo de Pensalvos.

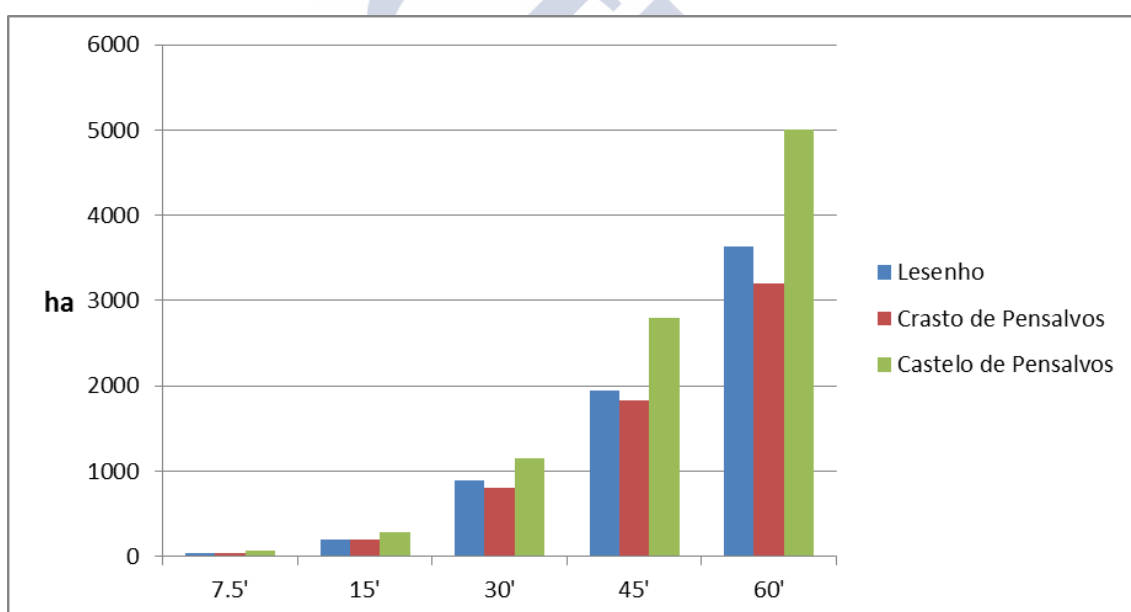


Gráfico 12: Comparativa da acessibilidade por *buffers* dos castros do Lesenho, Crasto e Castelo de Pensalvos.

5.2.3. Vale do Rio Louredo (Ribeira de Pena, Portugal)

O Rio Louredo nasce na Serra do Alvão, sendo um afluente do rio Tâmega. O vale do Louredo também se integra dentro do grupo de minas de estanho da região do Alto Tâmega, entre os maciços graníticos das serras da Cabreira, Barroso e Alvão (Pereira, 2005; Ribeiro et al., 2000) (Figura 80). Tal como nas zonas anteriores, nesta também existem evidências de numerosos trabalhos mineiros, particularmente do século XX, sendo

que os principais minérios extraídos foram os de estanho e volfrâmio, a partir de filões aplitopegmatíticos e quartzosos respectivamente (Ribeiro et al., 2000). Nesta zona, particularmente no vale do rio Poio que é um afluente do Louredo, destacam-se as minas de estanho de Adoria e da Fonte (Figura 80).

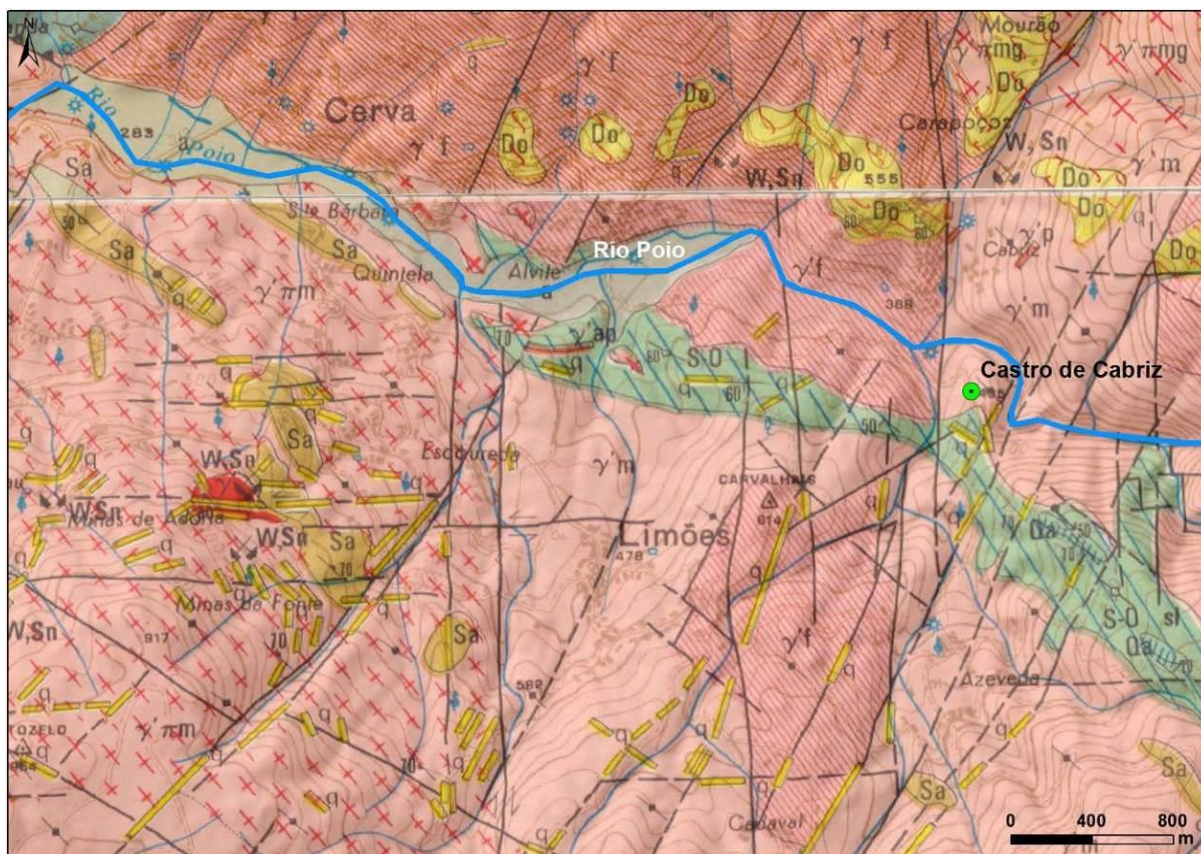


Figura 80: Extracto da carta geológica nº6C e 10A à escala 1:50.000 da envolvente do vale do rio Poio, com destaque para as minas de estanho de Adoria e da Fonte.

Nesta zona queremos destacar o Alto da Subidade e o Castro de Cabriz. O Alto da Subidade, que se integra dentro do modelo locacional 2, localiza-se num outeiro bem destacado na paisagem sobre o vale do rio Louredo, envolvido por duas linhas de muralha em granito, sobreelevado em relação a uma chã que se desenvolve na sua base, por sua vez também delimitada por uma linha de muralha. Como elementos arqueológicos mais relevantes aqui descobertos destaca-se um bracelete e um conjunto de seis contas em ouro introduzidas num fio metálico e pertencentes a um colar articulado (Carvalho, 1981; Menezes, 1929; Vasconcelos, 1917).

O Castro de Cabriz, que se inclui dentro do modelo locacional 3, implanta-se num pronunciado morro com pendentes de forte inclinação que nos sectores Norte, Este e Sul descaem sobre um meandro do rio Poio, sendo o acesso feito pela zona Oeste. O seu sistema de defesa compõe-se por duas linhas de muralha, uma de menor dimensão, que

delimita uma possível acrópole na zona mais elevada, e uma segunda linha que envolve um perímetro de maior dimensão que se estende por uma plataforma que descai em direcção a Norte.

O Alto da Subidade controla visualmente um amplo trecho do vale do rio Louredo, tendo intervisibilidade com o Outeiro Lesenho, mas não com o Castro de Cabriz, apesar de controlar amplamente a zona onde este se localiza (Gráfico 13 e Figura 81). O Castro de Cabriz tem uma localização bastante discreta na paisagem (Gráfico 14), estando condicionado pela proximidade ao rio Poio (Gráfico 15), localizando-se nas proximidades de importantes jazidas de estanho que poderiam ter sido aproveitadas, particularmente ao nível das aluviões (Figura 80).

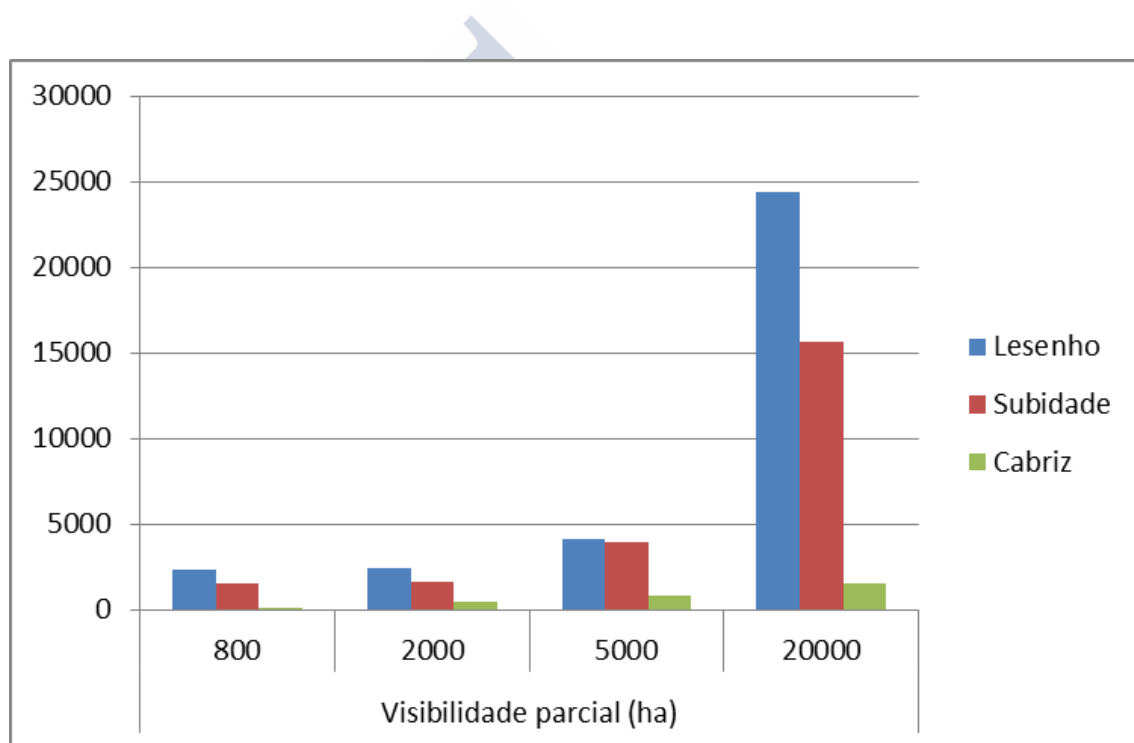


Gráfico 13: Comparativa da visibilidade por *buffers* dos castros do Lesenho, Alto da Subidade e Cabriz.

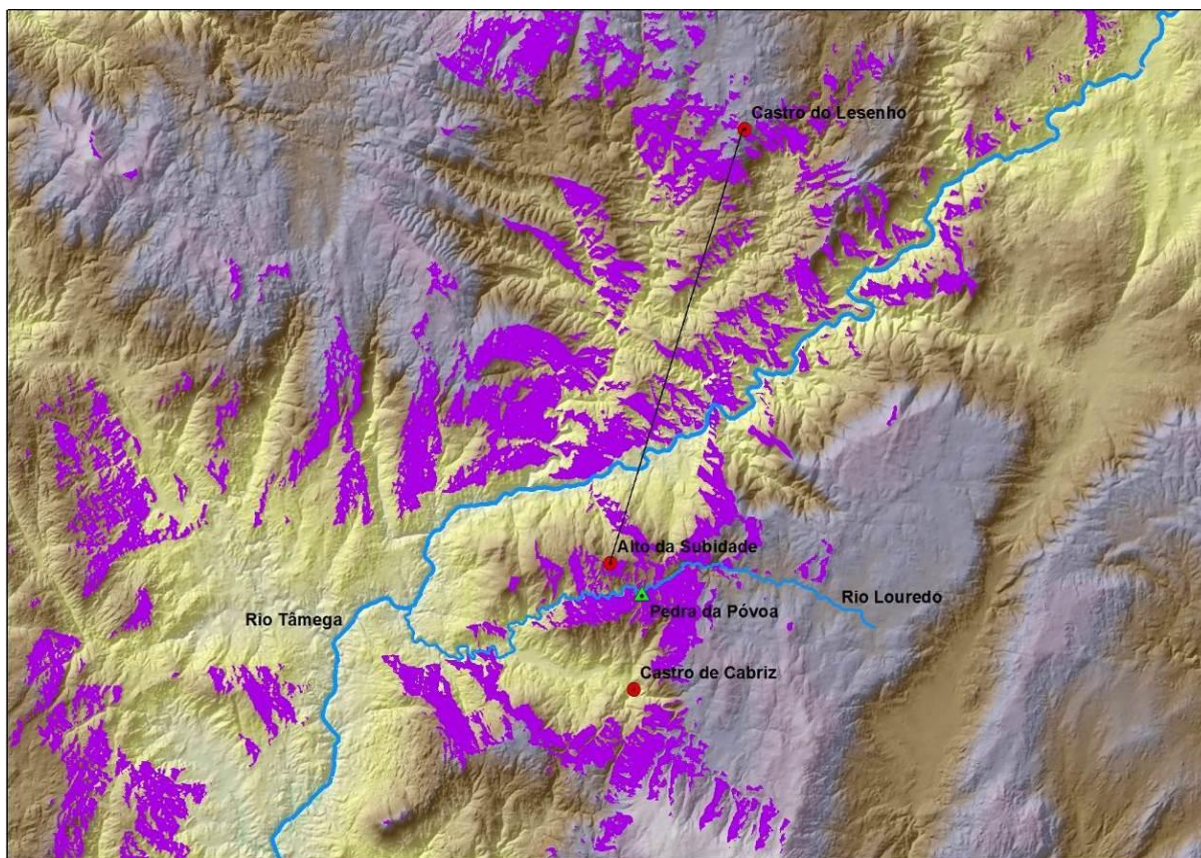


Figura 81: Visibilidade do Alto da Subidade. De notar a intervisibilidade com o Outeiro Lesenho e com a zona onde apareceu a Pedra da Póvoa.

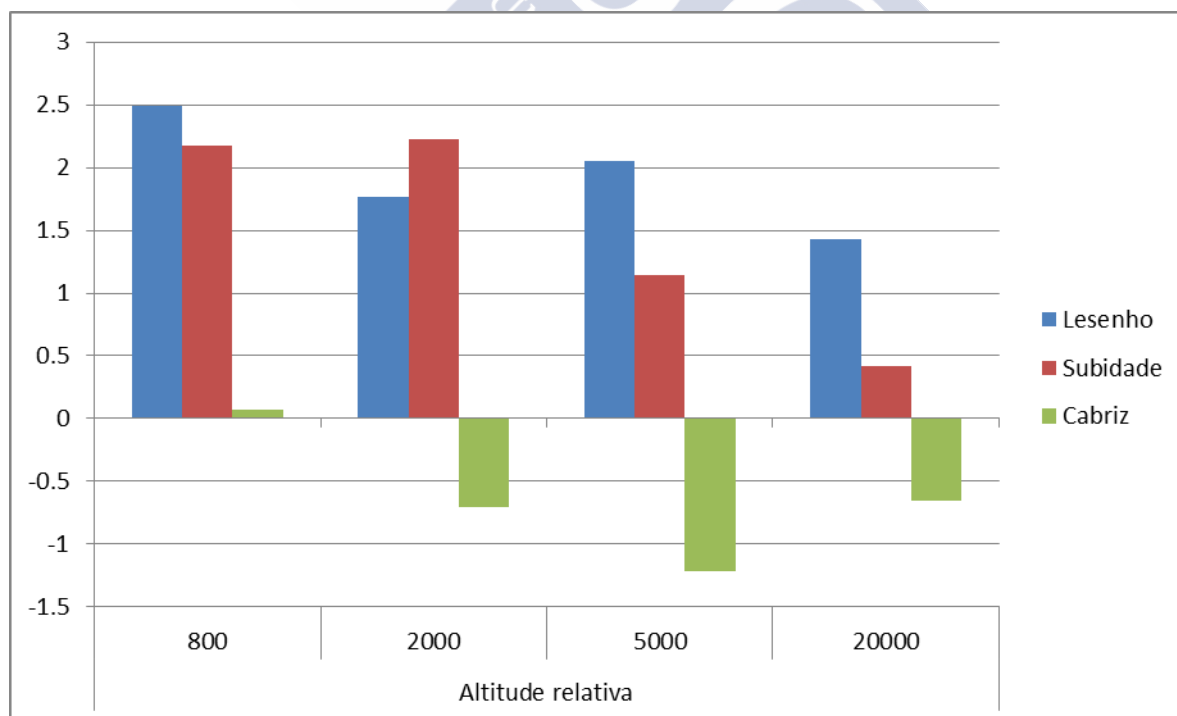


Gráfico 14: Comparativa da altitude relativa por *buffers* dos castros do Lesenho, Alto da Subidade e Cabriz.

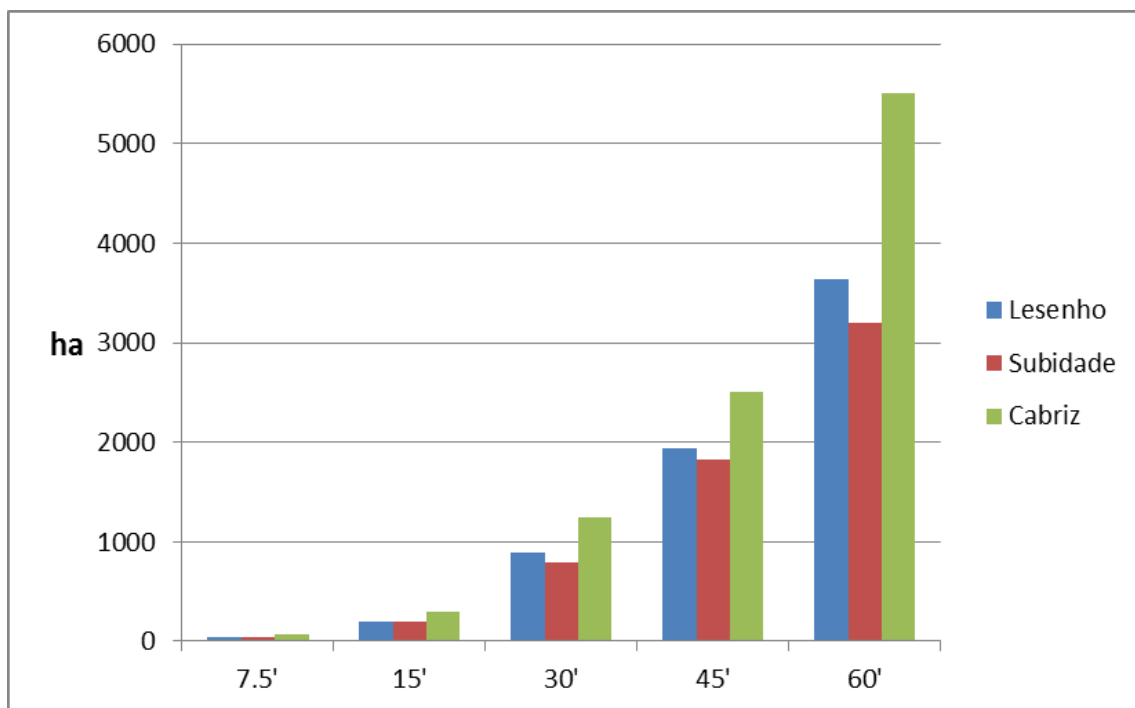


Gráfico 15: Comparativa da acessibilidade por *buffers* dos castros do Lesenho, Alto da Subidade e Cabriz.

No sopé do Alto da Subidade apareceu recentemente um singular elemento escultórico, a Pedra da Póvoa (Fonte, Estévez, Alves, & Noia, 2009). Trata-se de uma peça escultórica que foi desenterrada acidentalmente em trabalhos agrícolas, a escassos metros do Rio Louredo, na sua margem esquerda (Figura 82).

Realizamos um registo gráfico à escala 1:1 das gravuras previamente identificadas, um levantamento fotográfico e o inventário descritivo dos motivos. O monólito foi afeiçoado a partir de um bloco de granito de grão fino a médio, de modo a conceder-lhe uma forma vagamente tronco-piramidal com quatro faces regularizadas artificialmente. A peça, com 0,54m de altura, 0,20m de largura na base e 0,13m no topo, destinar-se-ia a ser colocada em posição vertical. Designou-se por face A, a superfície que ostenta um motivo em 'SS' característico da gramática figurativa da Idade do Ferro do Noroeste Peninsular (González-Ruibal, 2004a), encimada por uma composição de arcos de círculos concêntricos; na face B observam-se sulcos lineares dispostos em paralelo e covinhas; a face C apresenta um motivo formado por ovais concêntricos (talvez um motivo em 'SS' mutilado no topo) e uma representação de veado; e a face D exibe uma figura geométrica truncada por fractura da superfície, um círculo concêntrico ou, com mais probabilidade, uma espiral dextrosa.

A presença nas proximidades do topónimo Portela de Santa Eulália reforça a sua consideração como uma área de trânsito e/ou de fronteira, conformando-se como uma

zona de passagem e encruzilhada de caminhos, além de ser o limite natural entre duas regiões administrativas do Norte de Portugal: Trás-os-Montes a Norte e o Minho a Sul (Figura 83).

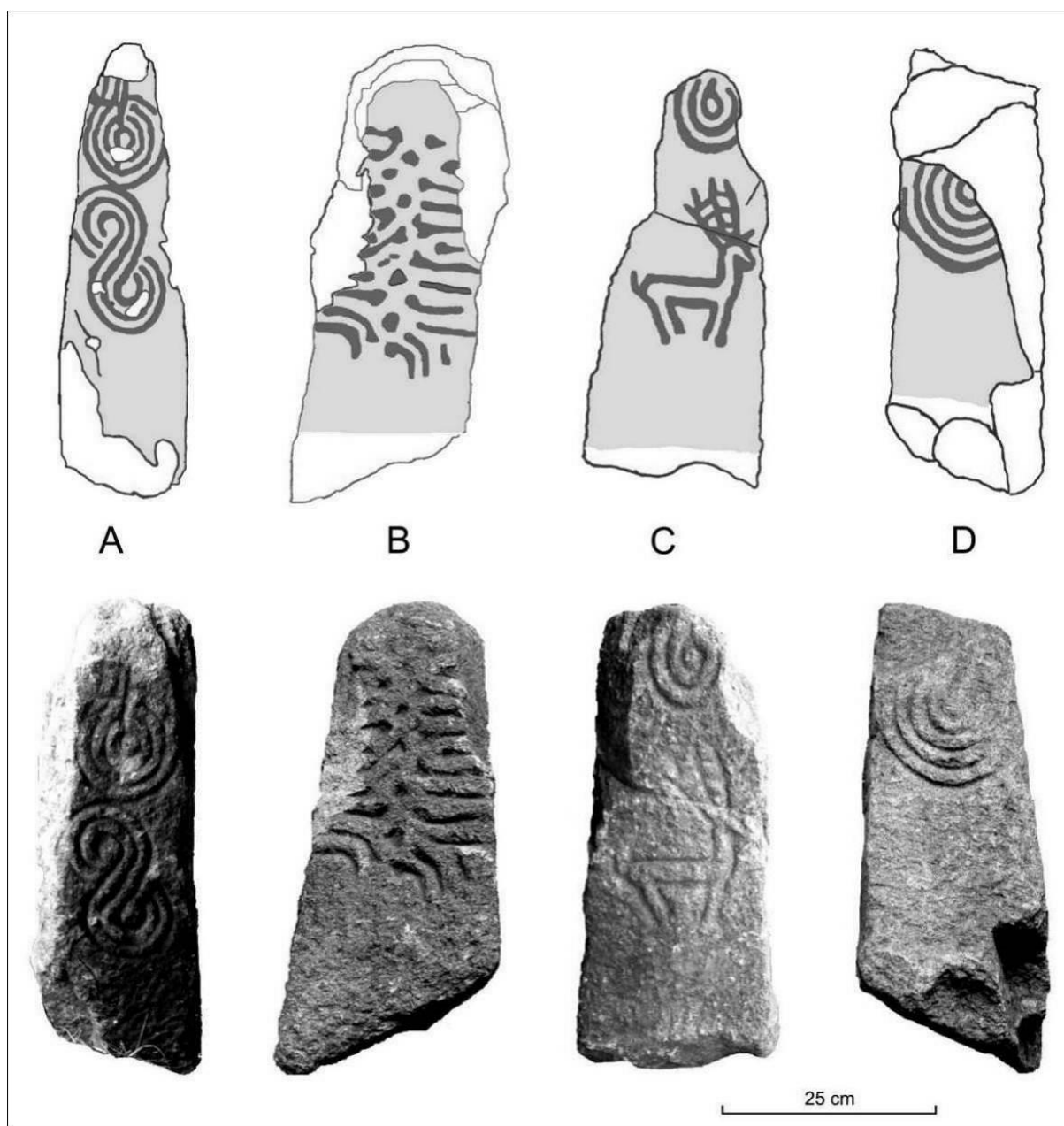


Figura 82: Pedra da Póvoa (Fonte, Estévez, Alves, & Noia, 2009: 164, Fig. 2).

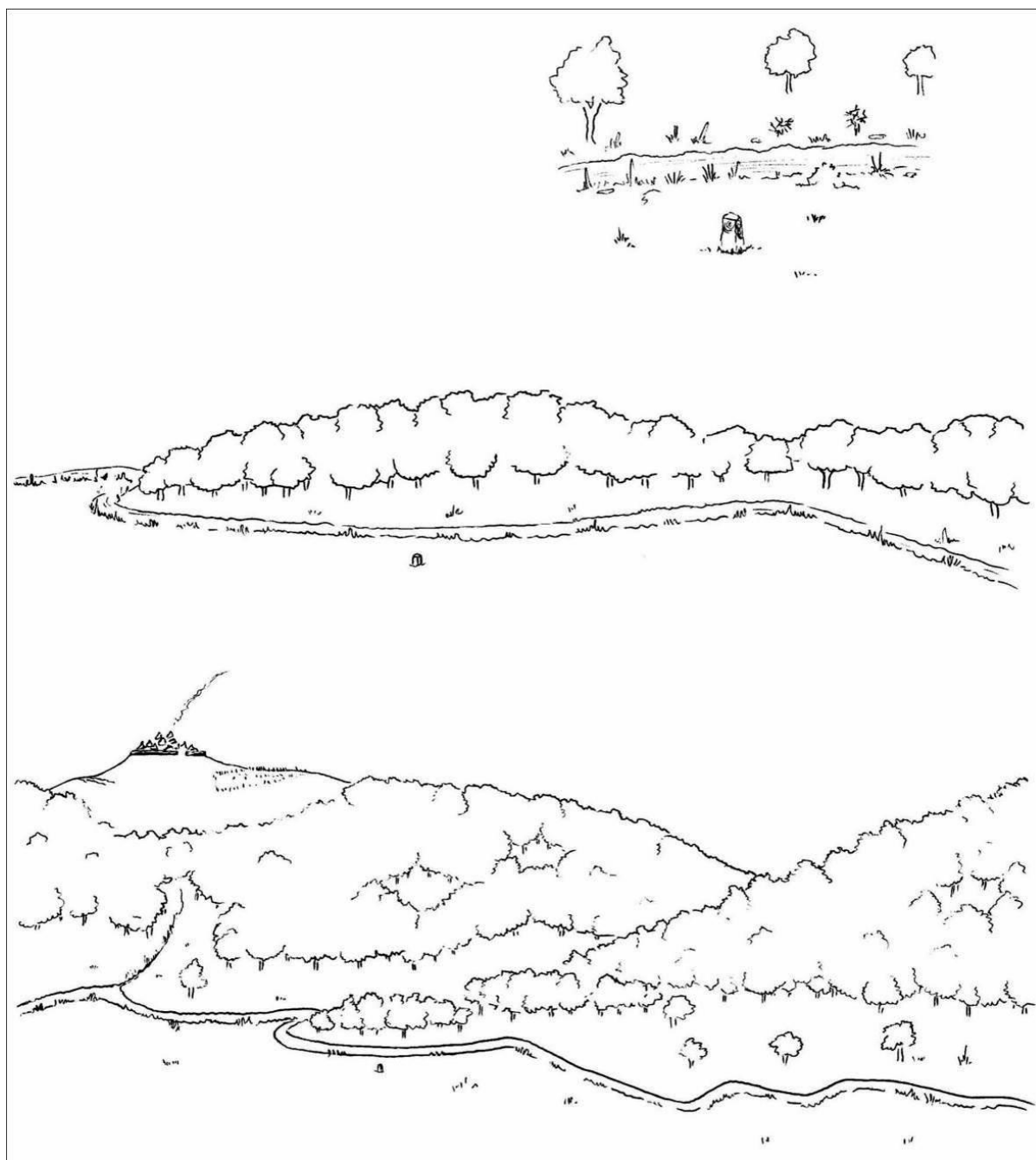


Figura 83: Recriação da paisagem da envolvente da Pedra da Póvoa, com o Alto da Subidade assinalado em baixo (desenho de Anxo Rodríguez Paz, Incipit-CSIC) (Fonte et al., 2009: 165, Fig. 3).

A Pedra da Póvoa tem claros paralelos com as denominadas "pedras onfálicas" ou "pilares de decoração quadripartida" (González-Ruibal, 2006a: 548-550), cuja cronologia mais provável se enquadra na fase final da Idade do Ferro, tratando-se, muito possivelmente, de produtos contemporâneos com a escultura galaica, que se teria desenvolvido a partir do século II a.C. (González-Ruibal, 2004a) (Figura 84). Calo-Lourido (1994) refere quatro pedras deste tipo (Cortinhas, Alijó; Beiro, Ourense; Cendufe, Arcos de Valdevez; S. Miguel-o-Anjo, Famalicão), indicando que configuram peças atípicas de função desconhecida, ainda que levante a possibilidade de se tratar de pilares de apoio.

Estas quatro pedras foram encontradas nas proximidades de importantes cursos de água (rios Tua, Minho, Lima e Ave, respectivamente), assim como a Pedra da Póvoa em relação ao rio Louredo.

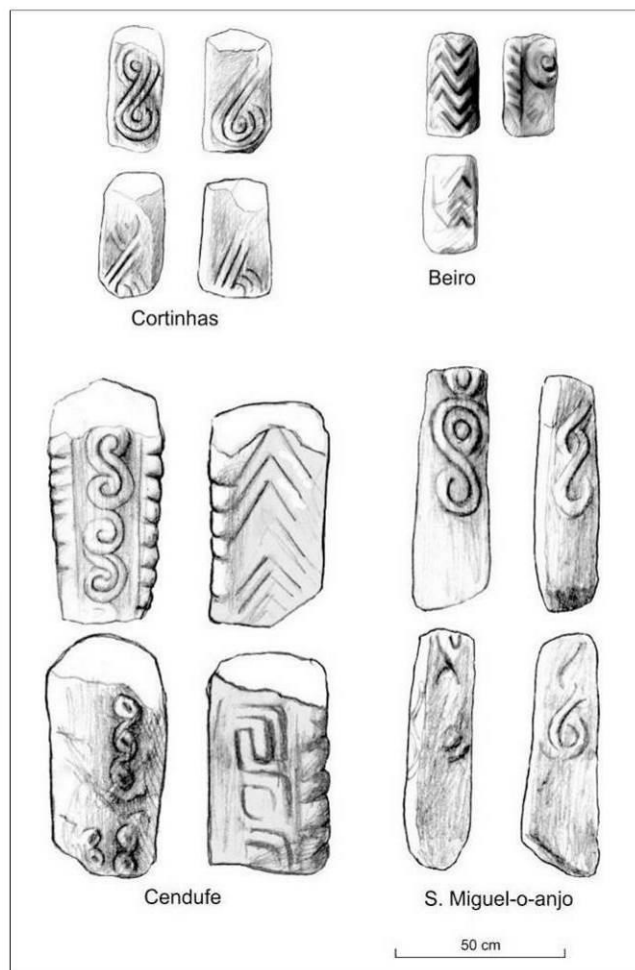


Figura 84: As denominadas “pedras onfálicas” do Noroeste Peninsular (González-Ruibal, 2006a: 549; Fig. 4.180).

Foi proposto que os santuários de finais da Idade do Ferro se localizavam em lugares de fronteira entre comunidades, hipótese corroborada pela significativa concentração em determinadas zonas de gravuras rupestres e de outros objectos de possível carácter sagrado como a Pedra da Póvoa, que se situam nas imediações de rios ou em áreas elevadas e proeminentes, o que, em qualquer caso, ainda que não se tratassem de fronteiras políticas na Pré-História e na Antiguidade, tratam-se, pelo menos, de claras fronteiras fisiográficas que constituem evidentes discontinuidades territoriais (García-Quintela & Santos-Estévez, 2008: 298-301).

5.2.4. Vale do Rio Tâmega (Verín, Ourense, Espanha)

O rio Tâmega nasce na Serra de San Mamede, província de Ourense (Galiza, Espanha) e desagua no rio Douro na zona de Entre-os-Rios, já em território português.

A mineração de estanho no vale do Tâmega (Ourense) foi objecto de análise no âmbito do trabalho de Antonio Meijide Pardo (1963), que divide o Sudeste da Província de Ourense em duas zonas de exploração diferenciadas: a bacia do Tâmega, constituída pelas explorações de Vilardecervos (Vilardevós) e de Arcucelos (Laza); e a outra zona formada pelo grupo Penouta-Barxa (Viana do Bolo-A Gudiña), já localizada secundariamente em relação ao vale do Tâmega (Fernández-Fernández, 2011).

Neste sentido, a zona de Vilardecervos trata-se de uma das principais jazidas de estanho do vale do Tâmega, tendo sido explorada de forma sistemática pelo menos desde o século XVIII em diante (Fernández-Fernández, 2011; Meijide-Pardo, 1963), tal como se comprova pelo mapa das minas de estanho do vale do Monterrey que data do século XVIII (Figura 85).

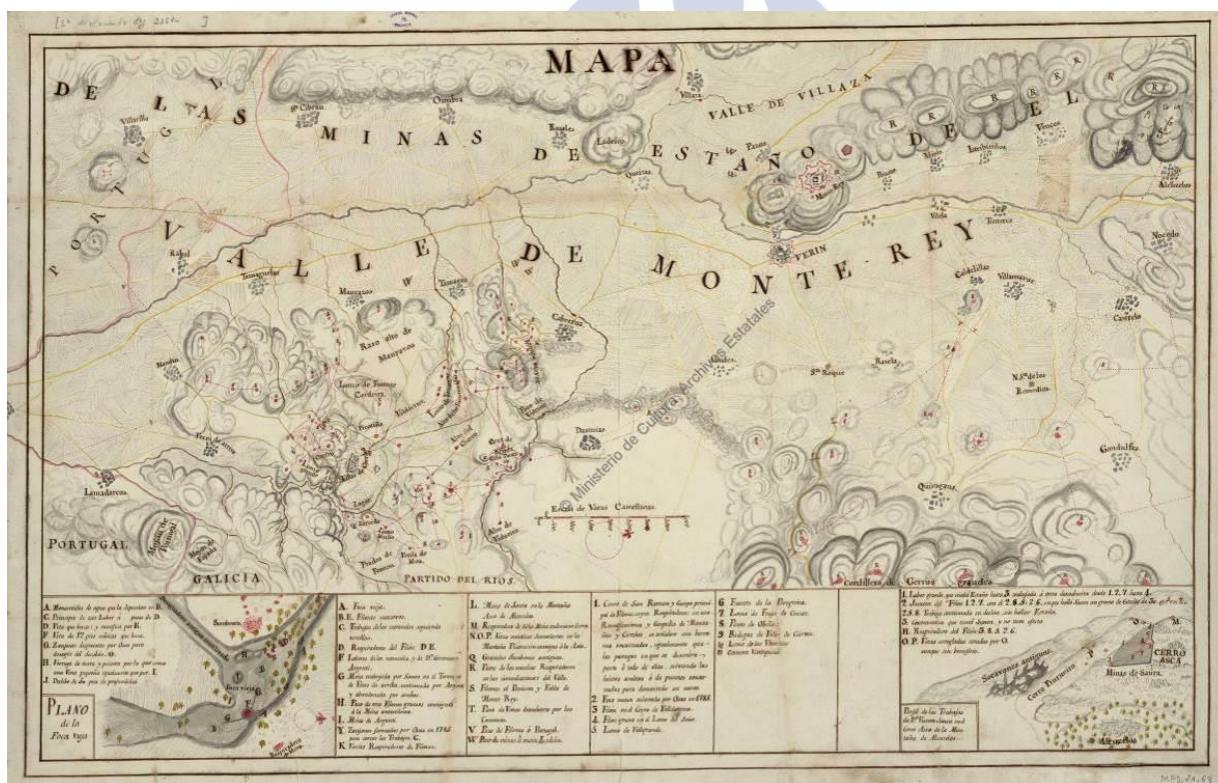


Figura 85: “Mapa de las Minas de Estaño de el Valle de Monte-Rey” (1786) (Fonte: <http://www.mcu.es/ccbae/es/consulta/registro.cmd?id=180962>).

No cerne desta zona, mais propriamente no pequeno e encaixado vale do rio de Fornos, localizam-se os castros do Sobrañal, Grande e Pequeno¹⁶ (Figura 86). Apesar de se saber muito pouco sobre estes castros e sobre a sua possível inter-relação e coetaneidade, uma vez que nunca foram intervencionados arqueologicamente, cabe destacar o Castro do Sobrañal, que se localiza entre diversas linhas de água, particularmente em relação ao rio de Fornos, para onde drenam todas as antigas minas de estanho desta zona, pelo que, de novo, temos mais um caso onde a localização deste castro poderá ter estado relacionada com o aproveitamento das aluviões deste rio (Figura 87).

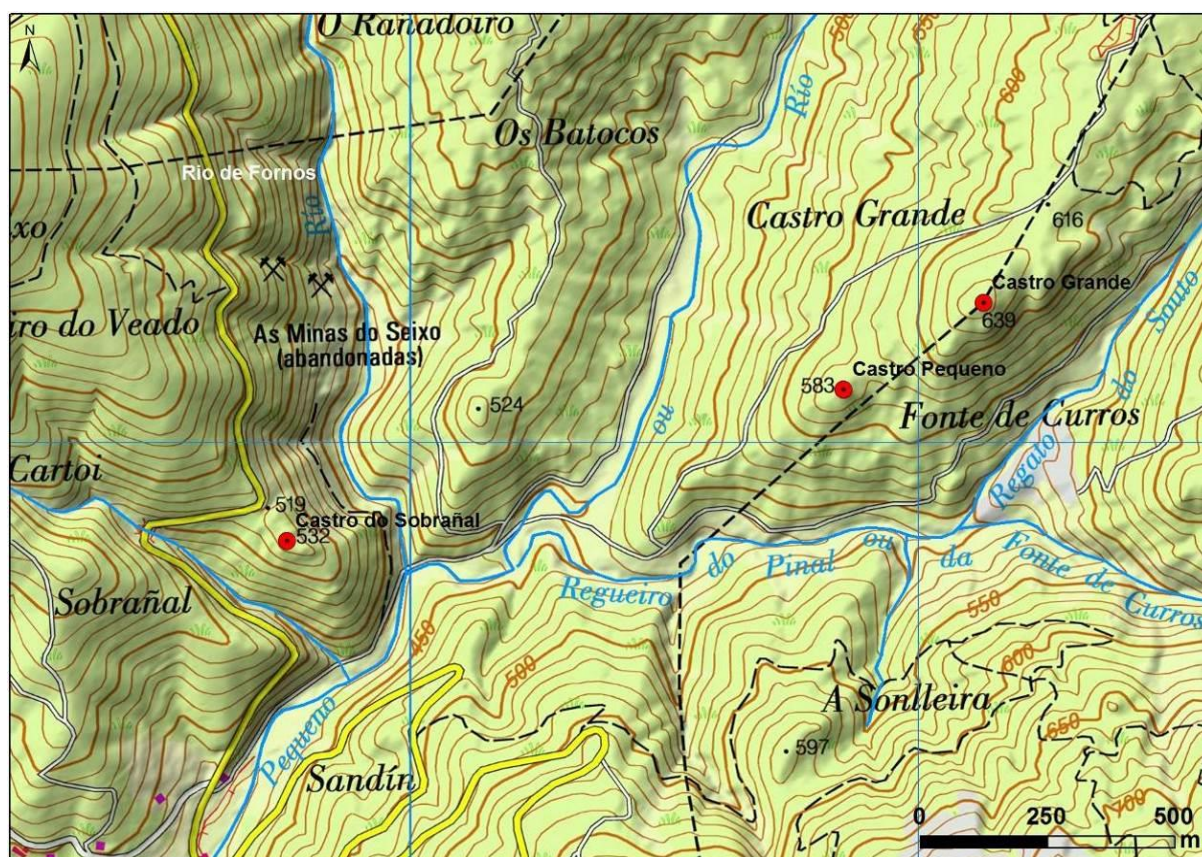


Figura 86: Localización dos castros de Sobrañal, Grande e Pequeno na folha nº 303 do Mapa Topográfico Nacional de España 1:25.000 (IGN).

¹⁶ Plan Xeral de Ordenación Municipal do Concello de Verín (PXOM 2012), Memoria Ordenación, Tomo V, Catálogo de Bens Culturais: <http://www.verin.es/fixo/pxom2012/Memorias/Ordenacion/TomoV/Catalogo.pdf>

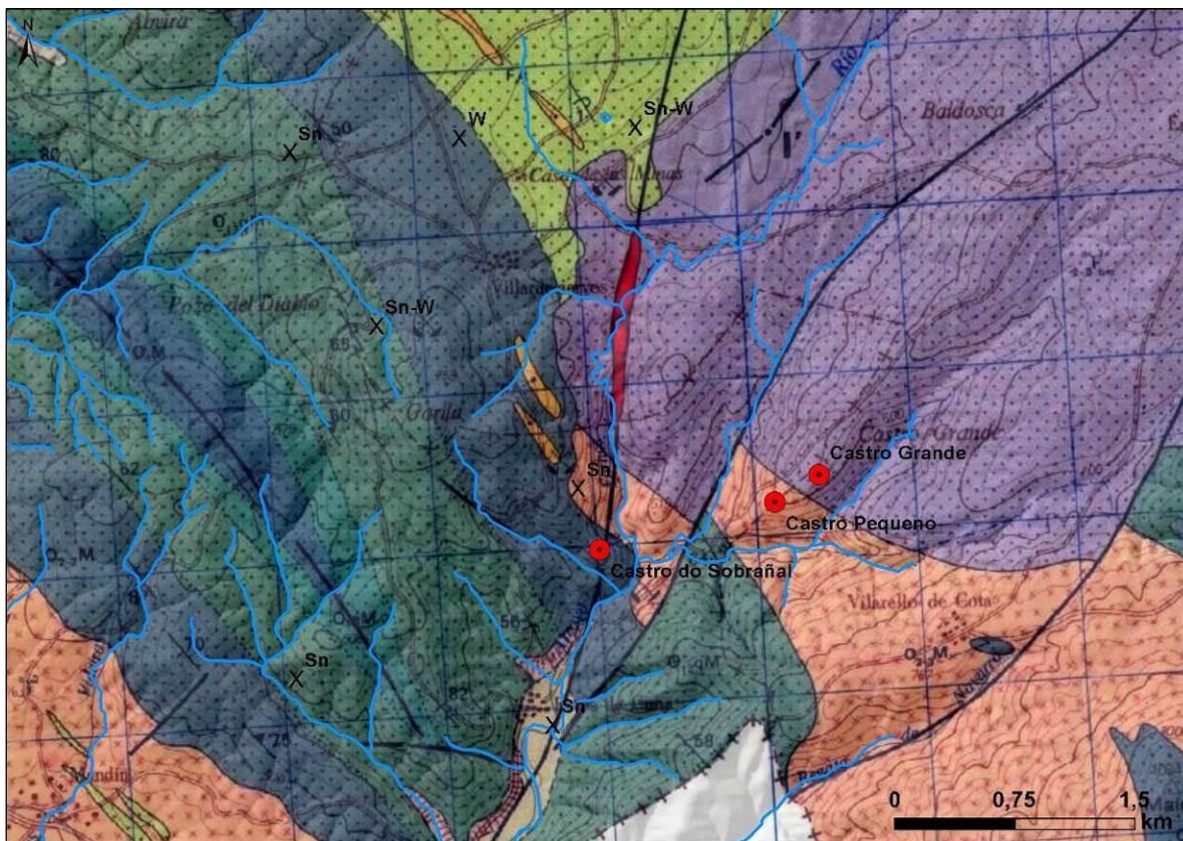


Figura 87: Extracto da folha 303 do Mapa Geológico de Espanha à escala 1:50.000 e recursos minerais metálicos (Fonte: IGME - Base de Datos de Metalogenia), com a localização dos castros do Sobrañal, Grande e Pequeno.

Bastante próximo do vale do Tâmega, mais propriamente no vale do Búbal, um dos seus afluentes, localizam-se os conhecidos castros de Saceda e da Cidá de San Millán, dos quais existe abundante informação arqueológica que iremos de seguida descrever sumariamente (Figura 88).

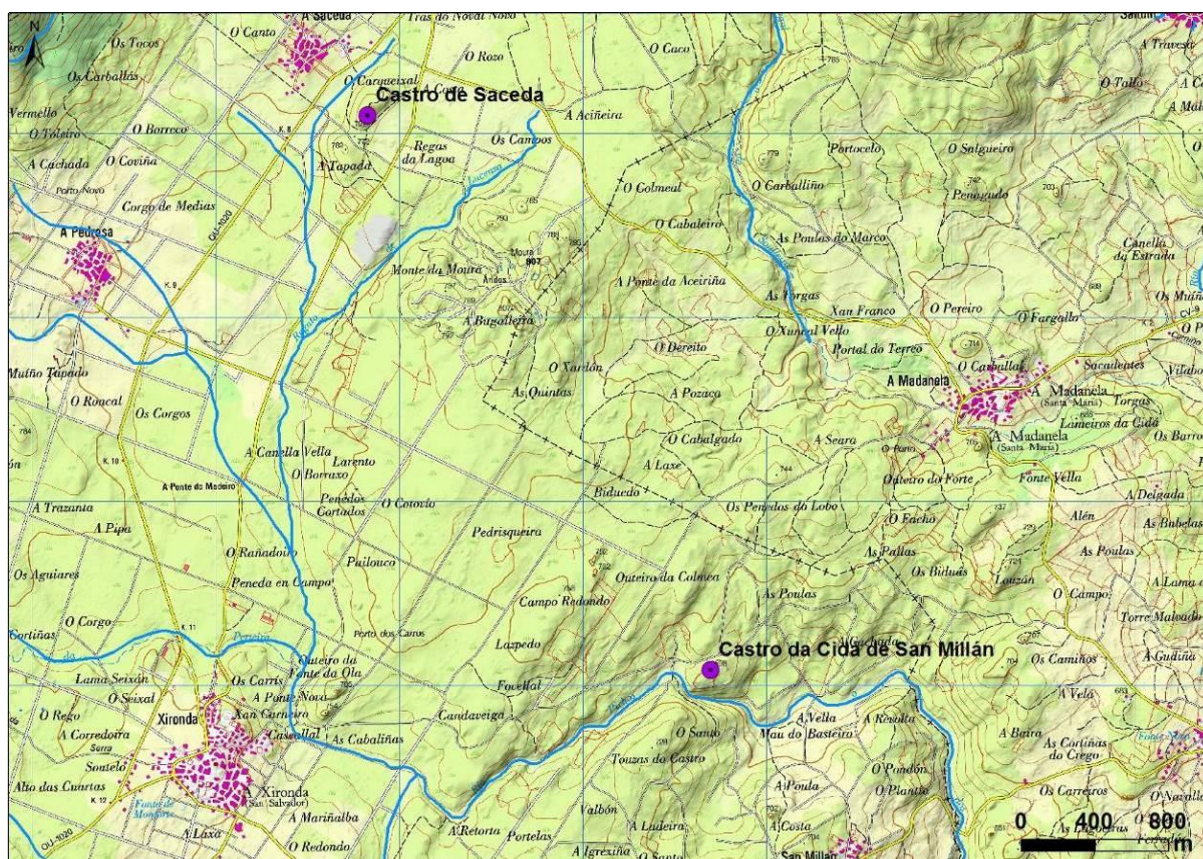


Figura 88: Localização dos castros de Saceda e da Cida San Millán na folha nº32 do Mapa Topográfico Nacional de España 1:25.000 (IGN).

O Castro de Saceda localiza-se numa colina rochosa a Sudeste da serra do Larouco, sobre uma superfície planáltica entre a referida serra e a depressão de Verín, na bacia fluvial do Tâmega (Figura 89). Este castro foi alvo de diversas campanhas arqueológicas levadas a cabo por Antonio Rodríguez Colmenero e por Covadonga Carreño Gascón entre 1982 e 1988, apenas parcialmente publicadas (Carreño-Gascón, 1991; Rodríguez-Colmenero, 1995), tendo estas intervenções sido alvo de uma recente revisão (González-Ruibal, 2005).

Em relação ao Castro de Saceda, refere-se a existência de pelo menos dois níveis de ocupação: o mais antigo enquadra-se na Primeira Idade do Ferro, entre os séculos VIII e V a.C., e estava composto por estruturas realizadas em materiais perecíveis, limitadas ao espaço definido pela primeira linha de muralha na zona de cumeada; e um segundo nível já enquadrável na Segunda Idade do Ferro, a partir de meados do século IV a.C. até inícios do século I d.C., correspondendo-se com a petrificação das estruturas domésticas e com a construção das outras duas muralhas mais exteriores e a reconstrução da linha de muralha mais interior. Em face da revisão dos materiais realizada, Alfredo González Ruibal (*ibid.*: 274) considera igualmente plausível que o nível mais antigo se integre já na Segunda Idade do Ferro, ao passo que a maior parte dos materiais arqueológicos integram-se entre os

séculos II e I a.C., pelo que grande parte das estruturas pétreas, tanto públicas como privadas, deverão datar deste período.

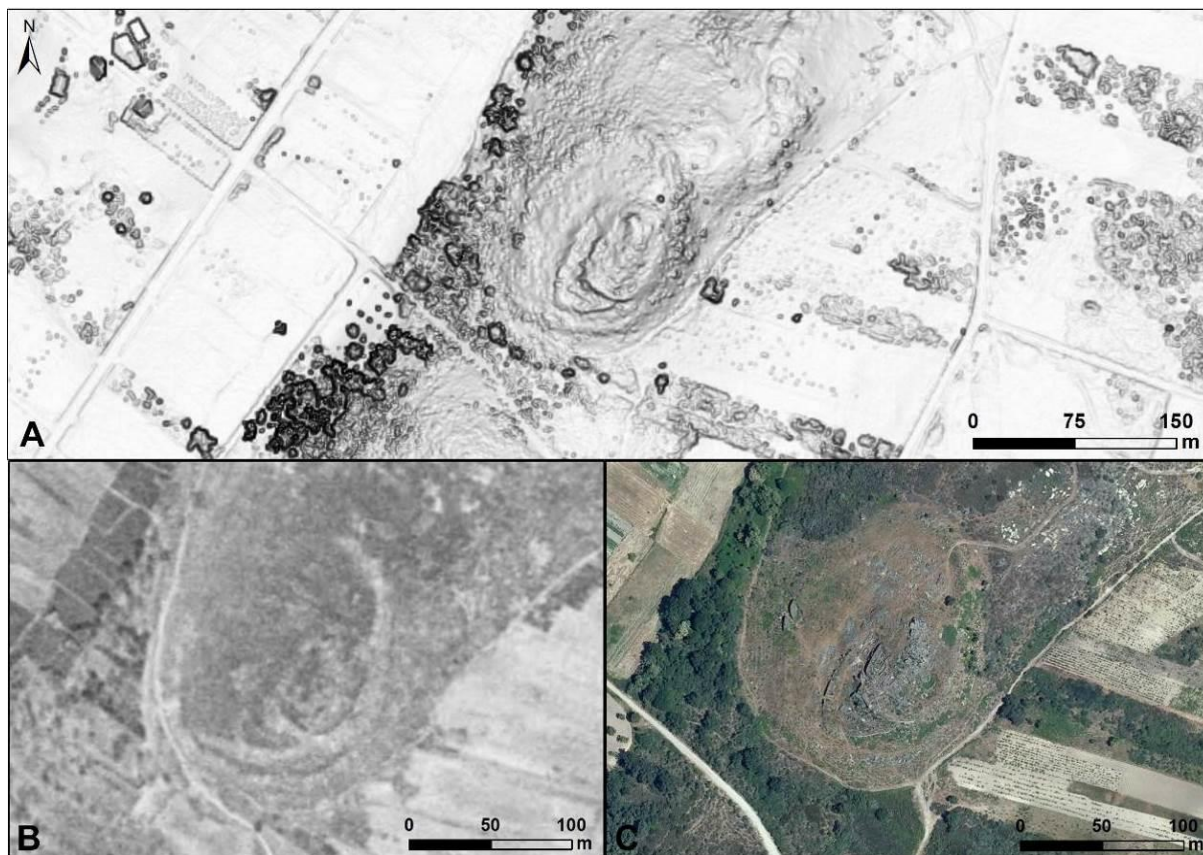


Figura 89: Castro de Saceda: MDS (A) (LiDAR PNOA-IGN) e ortofotografia do voo USAF de 1956 (B) (IDEG-Xunta de Galicia) e actual (C) (PNOA-IGN).

O Castro da Cidá de San Millán, por seu lado, localiza-se numa ladeira descendente em relação ao rio dos Pichos, afluente do Búbal, aproximadamente a 3,5 km em linha recta do Castro de Saceda (Figura 90). Trata-se de um castro bastante peculiar, destacando-se pela diversidade e ostentação do seu sistema defensivo, constituído por uma tripla linha muralha, um profundo fosso na parte Norte e um extenso campo de pedras fincadas a Nordeste. Este castro foi também alvo de diversas campanhas de escavações arqueológicas (López-Cuevillas & Taboada-Chivite, 1953, 1955, 1958; López-Cuevillas, 1955; Rodríguez-González & Fariña-Busto, 1986).

Para este castro também se referem dois níveis de ocupação distintos: um mais antigo assinalado pela presença de cerâmica estampilhada de finais da Idade do Ferro, não se registando a presença de material construtivo romano, e outro mais recente sinalizado pela presença de *terra sigillata* hispânica tardia, bem como de abundante material construtivo romano, que se poderá enquadrar genericamente entre os séculos III e IV d.C. (Rodríguez-González & Fariña-Busto, 1986: 66-67). Esta última fase de ocupação é

corroborada pela descoberta casual de uma *phalera*, que se poderá relacionar com uma condecoração militar, *dona militaria*, baixo-imperial (Rodríguez-González, 2000) (Figura 91).

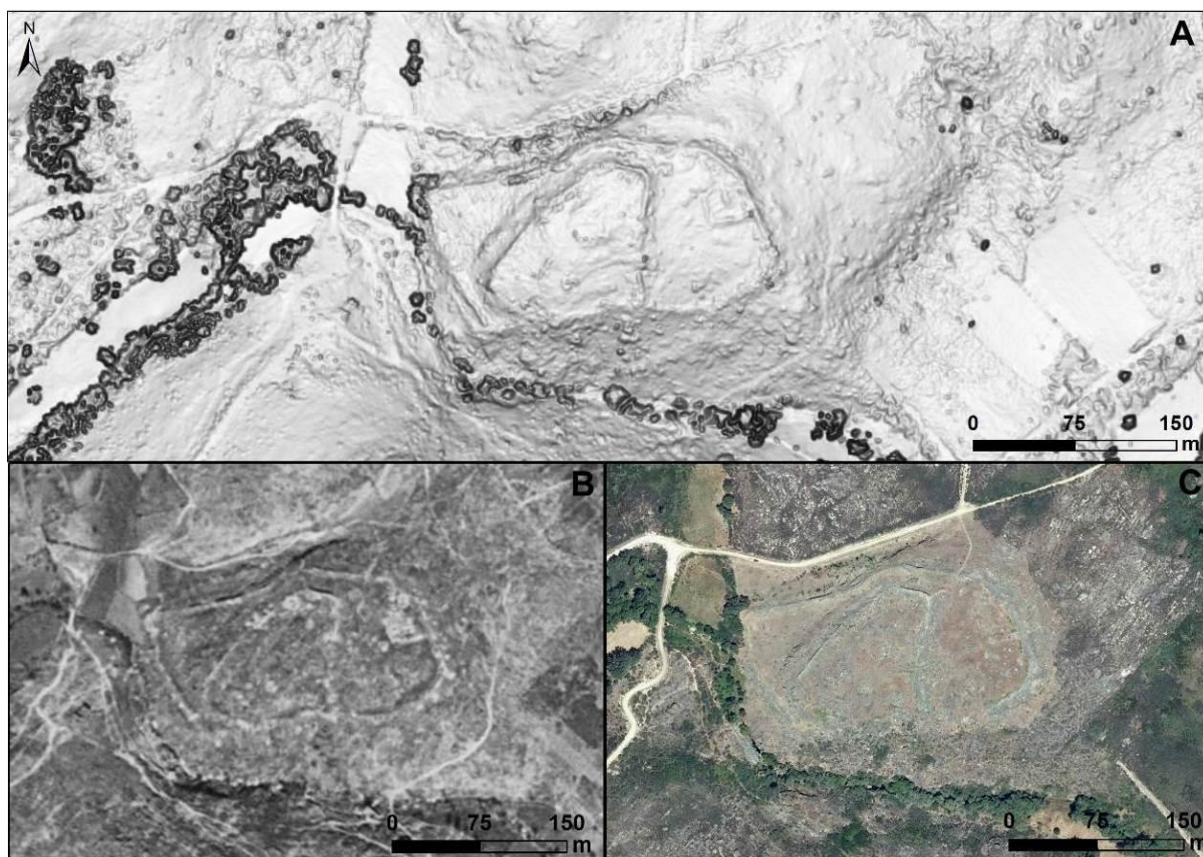


Figura 90: Castro da Cidá de San Millán: MDS (A) (LiDAR PNOA-IGN) e ortofotografia do voo USAF de 1956 (B) e actual (C).



Figura 91: *Phalera* procedente do Castro da Cidá de San Millán (© Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, Gobierno de España, Red Digital de Colecciones de Museos de España, CER.ES - Colecciones en Red, Museo Arqueológico Provincial de Ourense, sem escala).

Se analisarmos locacionalmente estes dois povoados, verificamos que o Castro de Saceda enquadra-se bastante bem no modelo locacional 2 que definimos, enquanto o Castro da Cidá de San Millán se insere perfeitamente no modelo locacional 3. Optamos também por compará-los com o Outeiro Lesenho, enquanto representante do modelo locacional 1.

Saceda é um castro que destaca mais a curta e a média distância, ao invés do castro da Cidá de San Millán, que tem um destaque visual praticamente negativo (Gráfico 17). A visibilidade deste último é também bastante limitada (Gráfico 16), sendo também um sítio relativamente acessível, em particular a média e larga distância, embora a curta distância a acessibilidade esteja bastante condicionada pela proximidade a um pequeno vale bastante encaixado (Gráfico 18). O Castro de Saceda tem boa visibilidade a curta, média e larga distância (Gráfico 16).

Por outro lado, o Castro da Cidá de San Millán encontra-se positivamente relacionado com a rede hidrográfica e, sobretudo, com a presença de recursos minerais de estanho na sua envolvente próxima (Figura 92), pelo que, de novo, será de considerar a possibilidade de a localização deste castro ter estado condicionada pela proximidade a estes recursos.

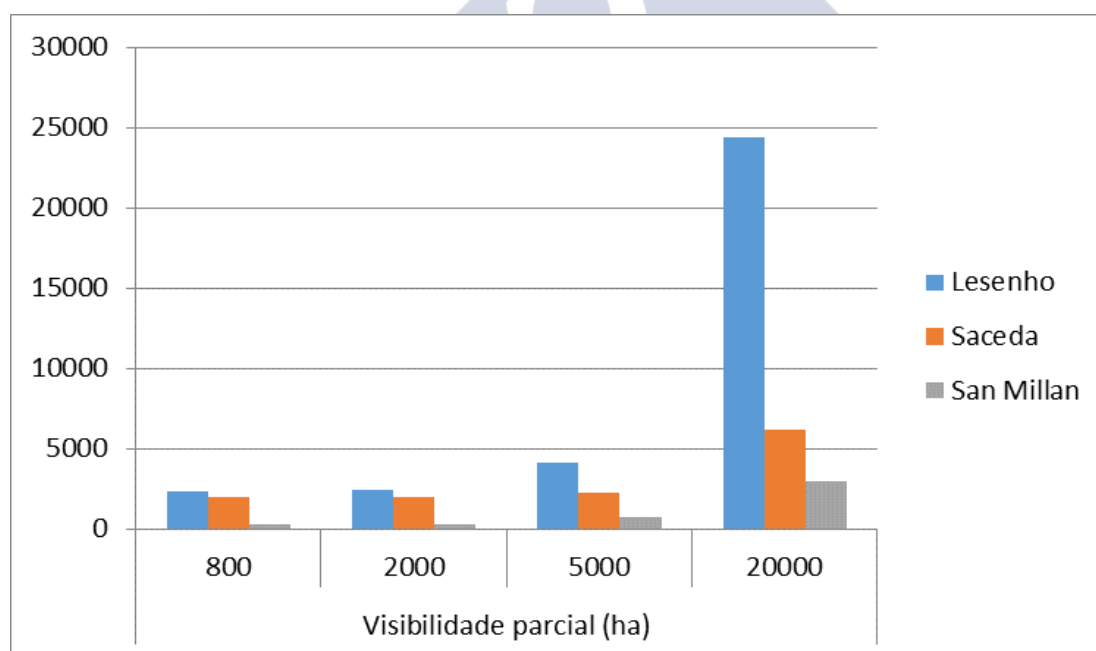


Gráfico 16: Comparativa da visibilidade por *buffers* dos castros do Lesenho, Saceda e Cidá de San Millán.

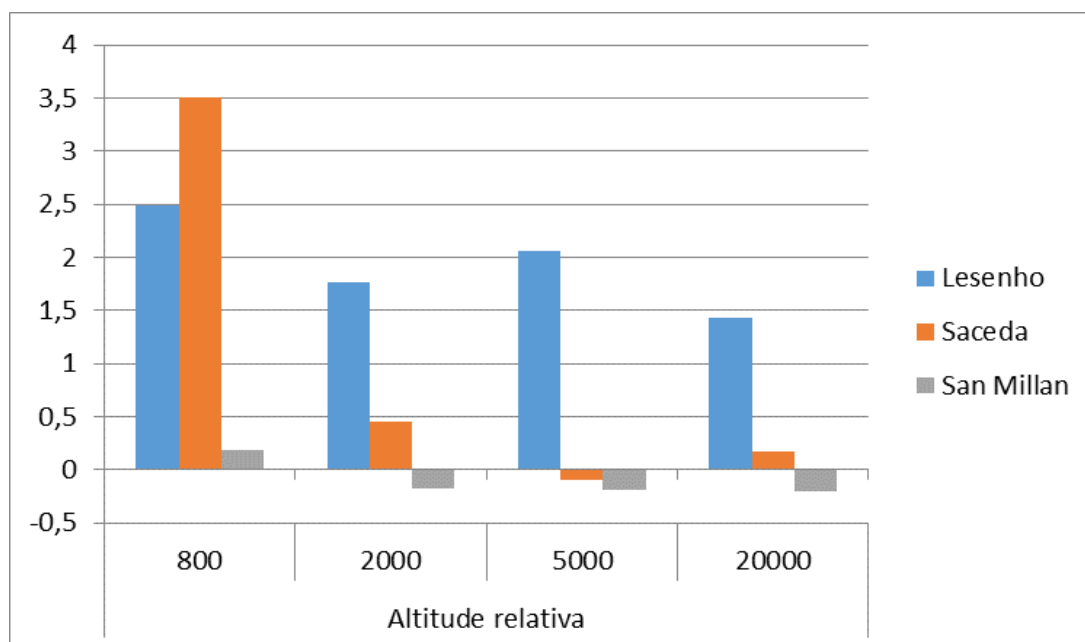


Gráfico 17: Comparativa da altitude relativa por *buffers* dos castros do Lesenho, Saceda e Cidá de San Millán.

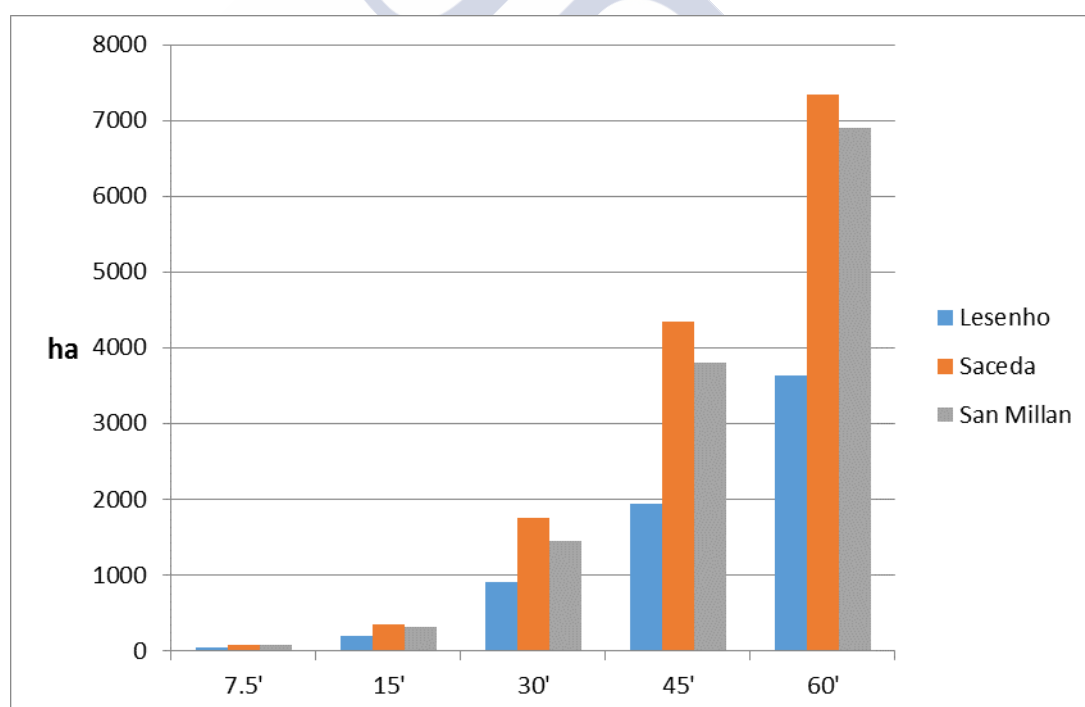


Gráfico 18: Comparativa da acessibilidade por *buffers* dos castros do Lesenho, Saceda e Cidá de San Millán.

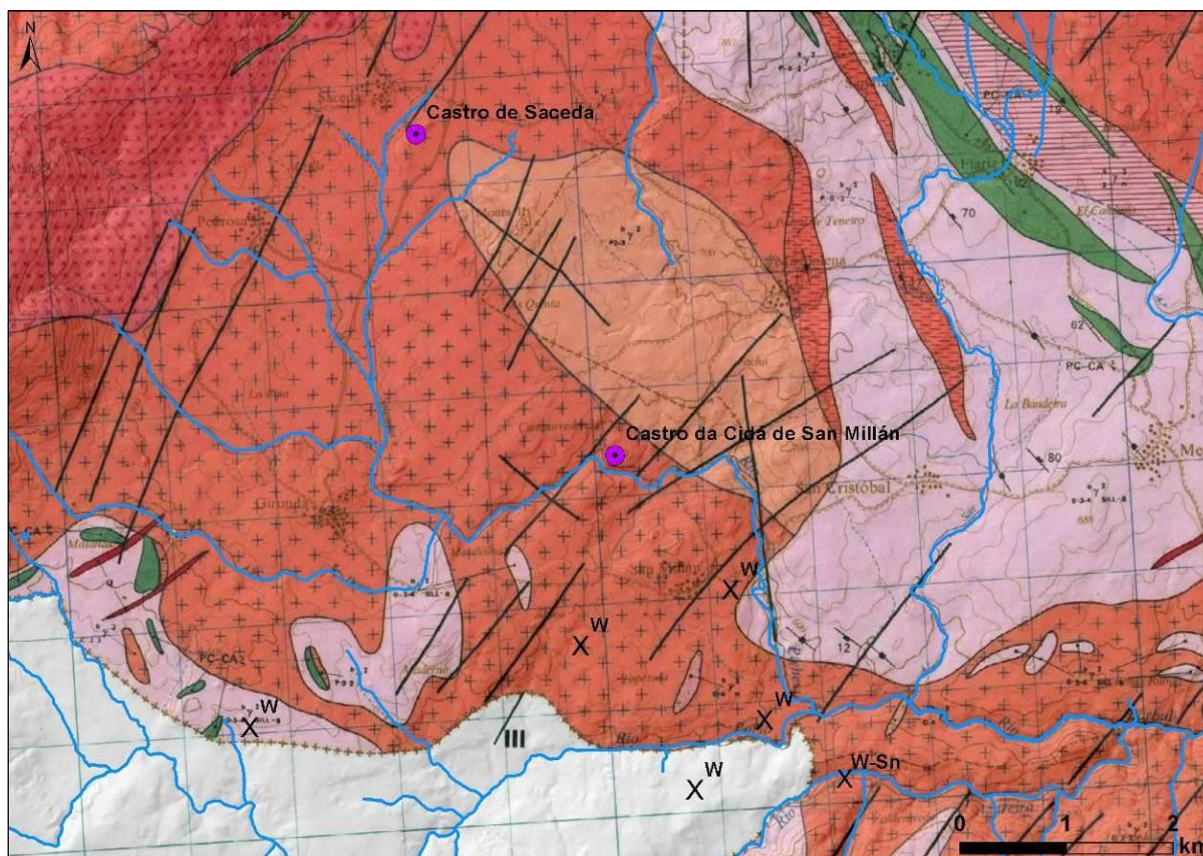


Figura 92: Extracto da folha 302 do Mapa Geológico de Espanha à escala 1:50.000 e recursos minerais metálicos (Fonte: IGME - Base de Datos de Metalogenia), com a localização dos castros de Saceda e da Cidá de San Millán.

5.2.5. Vale do Rio Salas (Baltar, Ourense, Espanha)

O Rio Salas nasce na vertente norte da Serra do Larouco, no concelho galego de Baltar, desaguando no rio Lima, junto da povoação galega de Lobios. O Castro de Outeiro de Baltar (Baltar, Ourense) localiza-se no alto vale do rio Salas (Figura 93), tendo fornecido relevante informação sobre a mineração e metalurgia do estanho na Antiguidade que iremos de seguida discutir.

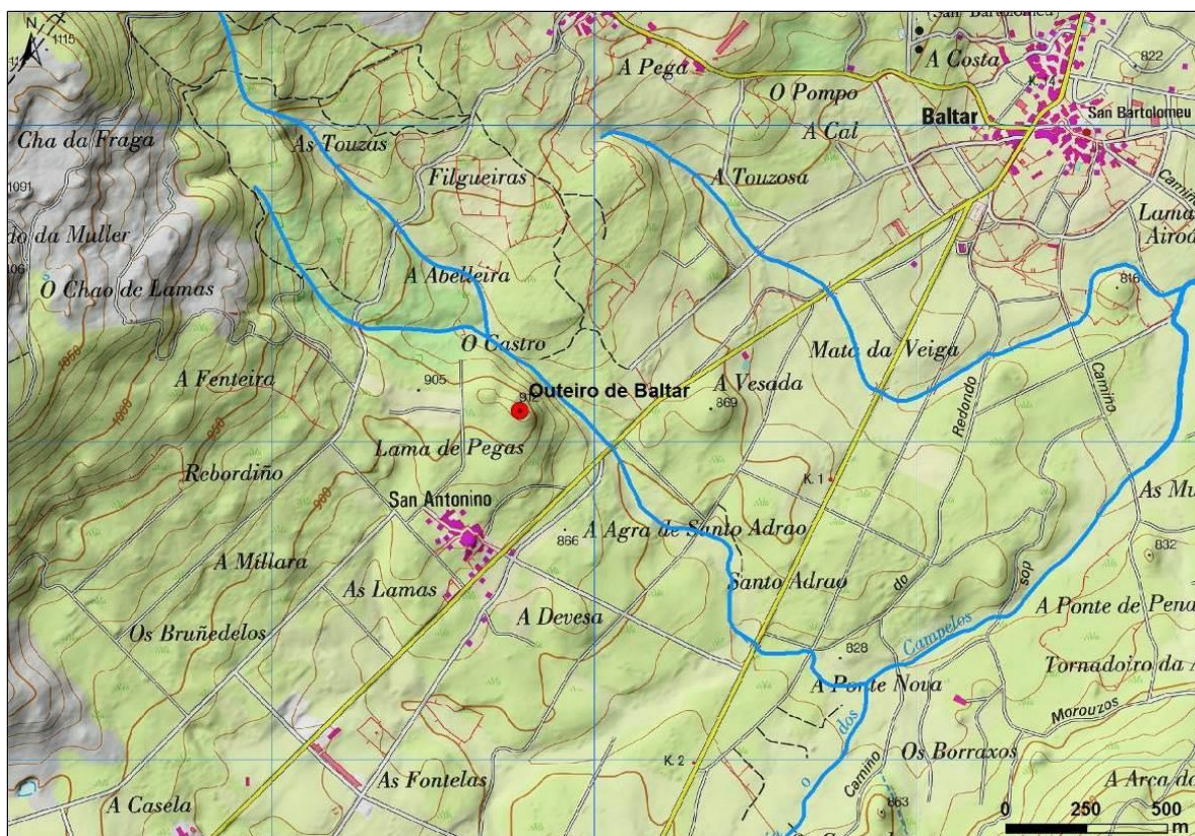


Figura 93: Localização do Castro de Outeiro de Baltar na folha nº32 do Mapa Topográfico Nacional de España 1:25.000 (IGN).

Tem como grande particularidade o facto de a sua plataforma nordeste ter sido escavada por uma empresa mineira denominada Somar, que detinha aí na década de 40 do século XX uma concessão mineira para exploração de volfrâmio (Rodríguez-Galdo & Losada-Álvarez, 2005), uma vez que a sua envolvente geológica é rica em minerais de estanho e volfrâmio (Figura 94). À medida que a exploração foi avançando, foram postas a descoberto várias estruturas que foram aparentemente respeitadas, bem como um inúmero espólio que foi entregue, não sabemos se integralmente, à guarda do Museo Arqueológico Provincial de Ourense. Estes materiais foram então estudados por Florentino López Cuevillas e por Jesus Taboada Chivite (López-Cuevillas & Taboada-Chivite, 1946; López-Cuevillas, 1958).

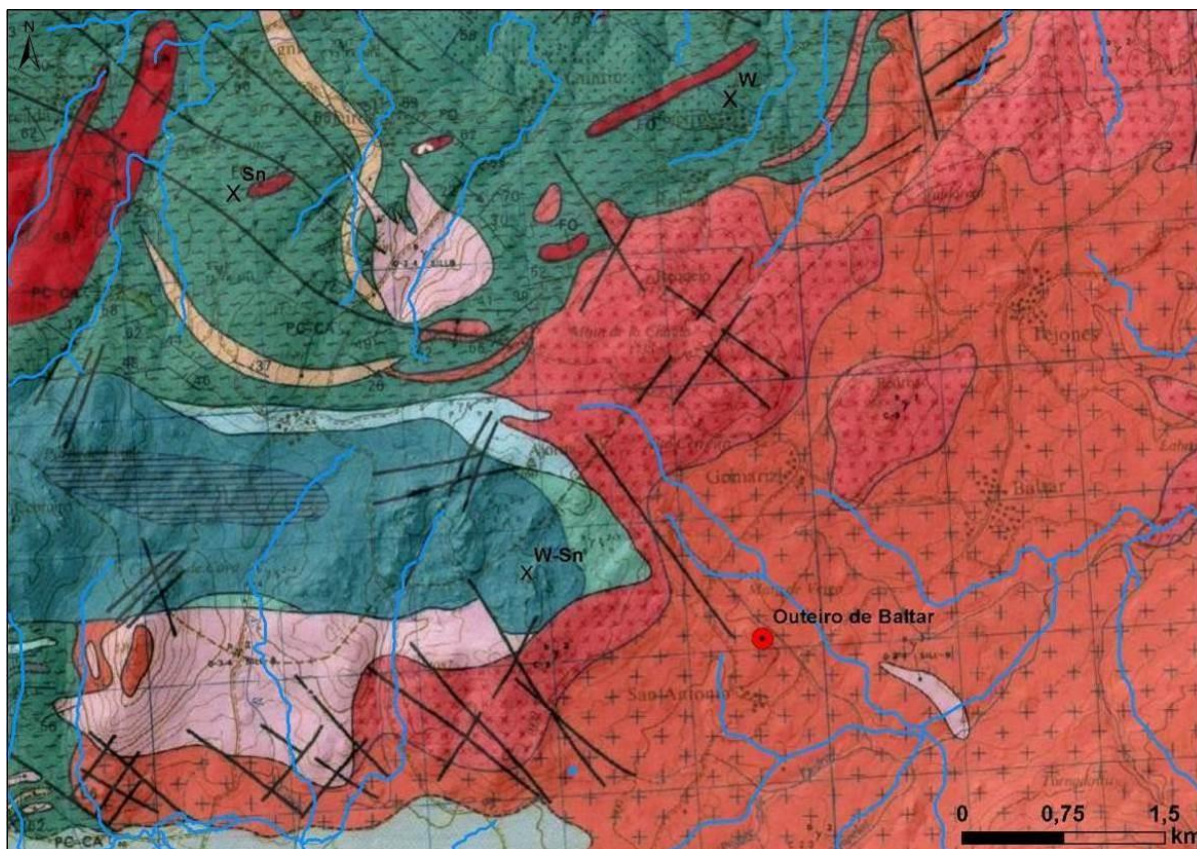


Figura 94: Extracto da folha 302 do Mapa Geológico de Espanha à escala 1:50.000 e recursos minerais metálicos (Fonte: IGME - Base de Datos de Metalogenia), com a localização do Outeiro de Baltar.

A grande dúvida é se este conjunto de elementos identificados nesta plataforma do castro, já numa zona próxima ao ribeiro que passa nas suas proximidades, estariam ainda dentro da última muralha do castro, ou se, pelo contrário, estariam já enquadrados dentro de um povoado aberto de época romana, hipótese defendida por López-Cuevillas & Jesus Taboada-Chivite (1946: 120-122) e seguida por González-Ruibal (2006a: 312) (Figura 95). Pelo facto de esta zona ter várias estruturas circulares, estamos tentados a considerar que ainda estaria dentro da última muralha do castro.

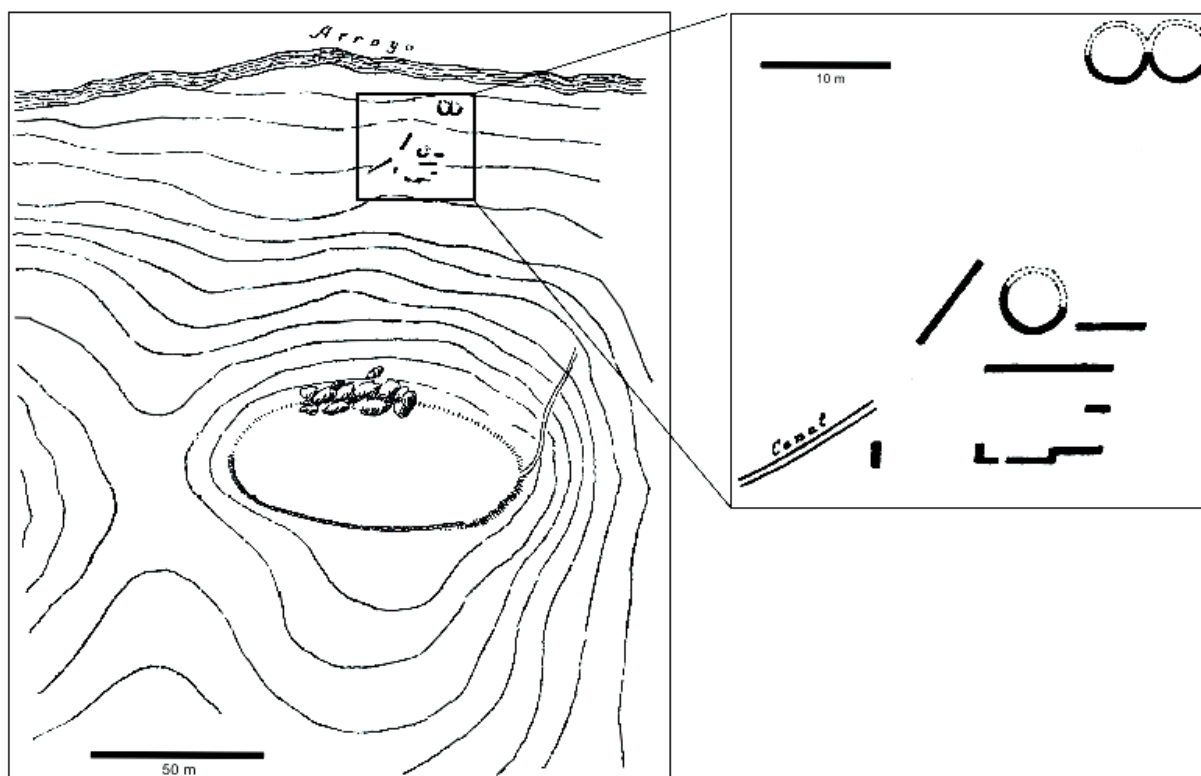


Figura 95: Planta do Castro de Outeiro de Baltar e da área escavada pela empresa mineira Somar (López-Cuevillas & Jesus Taboada-Chivite, 1946: 121, Fig. 2 e 125, Fig. 3)

Foram recuperadas grandes quantidades de materiais arqueológicos (Figura 96), sobretudo metálicos, tais como fibulas, na sua maioria transmontanas, e pelo menos uma alicia, e fivelas em bronze, bem como algumas moedas romanas, em bastante mau estado de conservação, sabendo-se que pelo menos duas delas são de Augusto (Cavada-Nieto, 1972: 221), uma delas ostentando muito possivelmente uma *caetra* (Figura 97), e abundantes restos metalúrgicos, na sua maioria de bronze. Dentro destes últimos, queremos destacar uma provável escória que se assemelha bastante com as escórias de estanho provenientes do Castro de Carvalhelhos (4.2.3.), que se poderá eventualmente relacionar com a produção metalúrgica de estanho, à falta da devida comprovação arqueometalúrgica (Figura 98), bem como alguns possíveis restos de cassiterite (Figura 99).

Neste sentido, já López-Cuevillas & Jesus Taboada-Chivite (1946: 122-124) referiram que uma das principais ocupações da comunidade que habitou neste povoado deveria ter sido a metalurgia do estanho: “En el mismo Outeiro de Baltar y en sus inmediaciones abunda, como ya indicamos, un mineral formado por una asociación de volframio y de casiterita, de cuya explotación en la época del poblado dan testimonio los numerosos trozos de gangas encontrados entre las casas, trozos que, una vez sometidos a análisis en el laboratorio de la Somar, acusaron un agotamiento tal de estaño que, según opinión de

los técnicos que realizaron el análisis, diríase realizada con arreglo a los procedimientos más modernos y exhaustivos”.

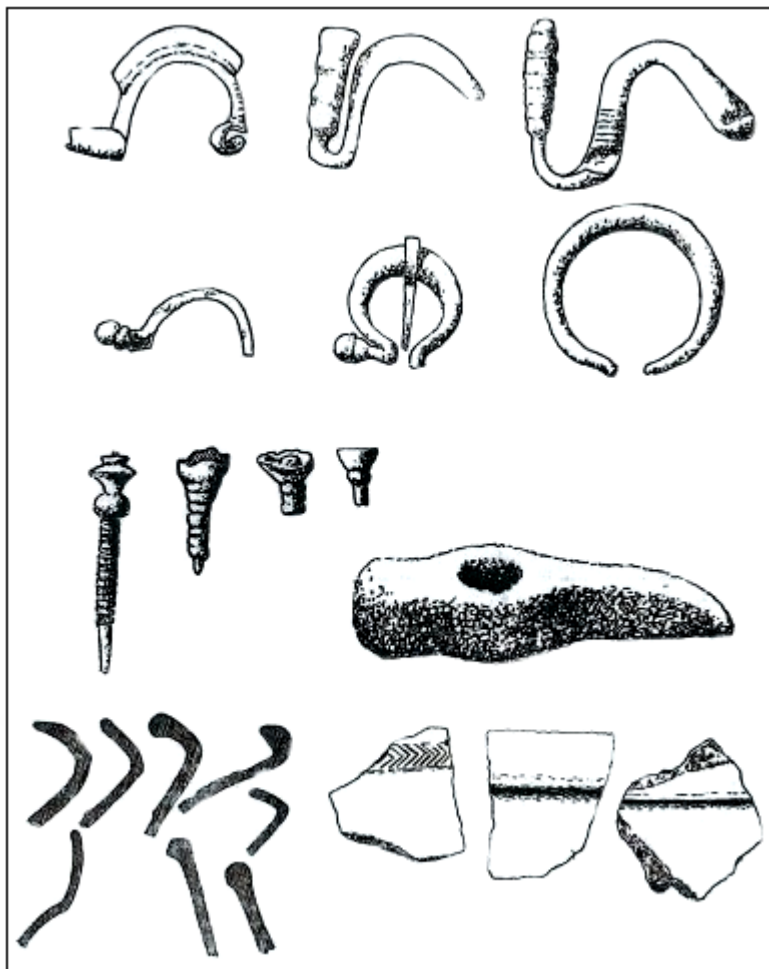


Figura 96: Material arqueológico proveniente do Castro de Outeiro de Baltar (López-Cuevillas & Jesus Taboada-Chivite, 1946: 128, Fig. 4).



Figura 97: Denário de Augusto (19-16 a.C.), possivelmente com uma *caetra* inacabada gravada no reverso, procedente do Castro de Outeiro de Baltar (© Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, Gobierno de España, Red Digital de Colecciones de Museos de España, CER.ES - Colecciones en Red, Museo Arqueológico Provincial de Ourense, sem escala).



Figura 98: Possível resto metalúrgico relacionado com a obtenção de estanho metálico proveniente do castro de Outeiro de Baltar (© Museo Arqueológico Provincial de Ourense).



Figura 99: Possíveis restos de cassiterite (© Museo Arqueológico Provincial de Ourense).

Também se recuperaram três fragmentos de esculturas, todas elas suásticas de boa execução (Calo-Lourido, 1994: 115-119). A cerâmica é, na sua larga maioria, indígena (*dolia*, potes de asa interior e potinhos-púcaros), embora também tenha aparecido alguma cerâmica comum romana e um fragmento de *sigillata* (González-Ruibal, 2006a: 312), o que nos leva a pensar no abandono deste povoado nas primeiras décadas do século I d.C..

De novo neste caso, é de destacar a relação de proximidade entre este povoado e um pequeno ribeiro, pelo que cabe considerar a possibilidade de a sua localização estar condicionada pelo aproveitamento das aluviões para a recuperação de cassiterite (Figura

100), cumprindo seguramente uma função especializada dentro da rede de povoamento regional. A própria exploração mineira levada a cabo pela empresa Somar terá seguramente aproveitado as aluviões deste ribeiro.

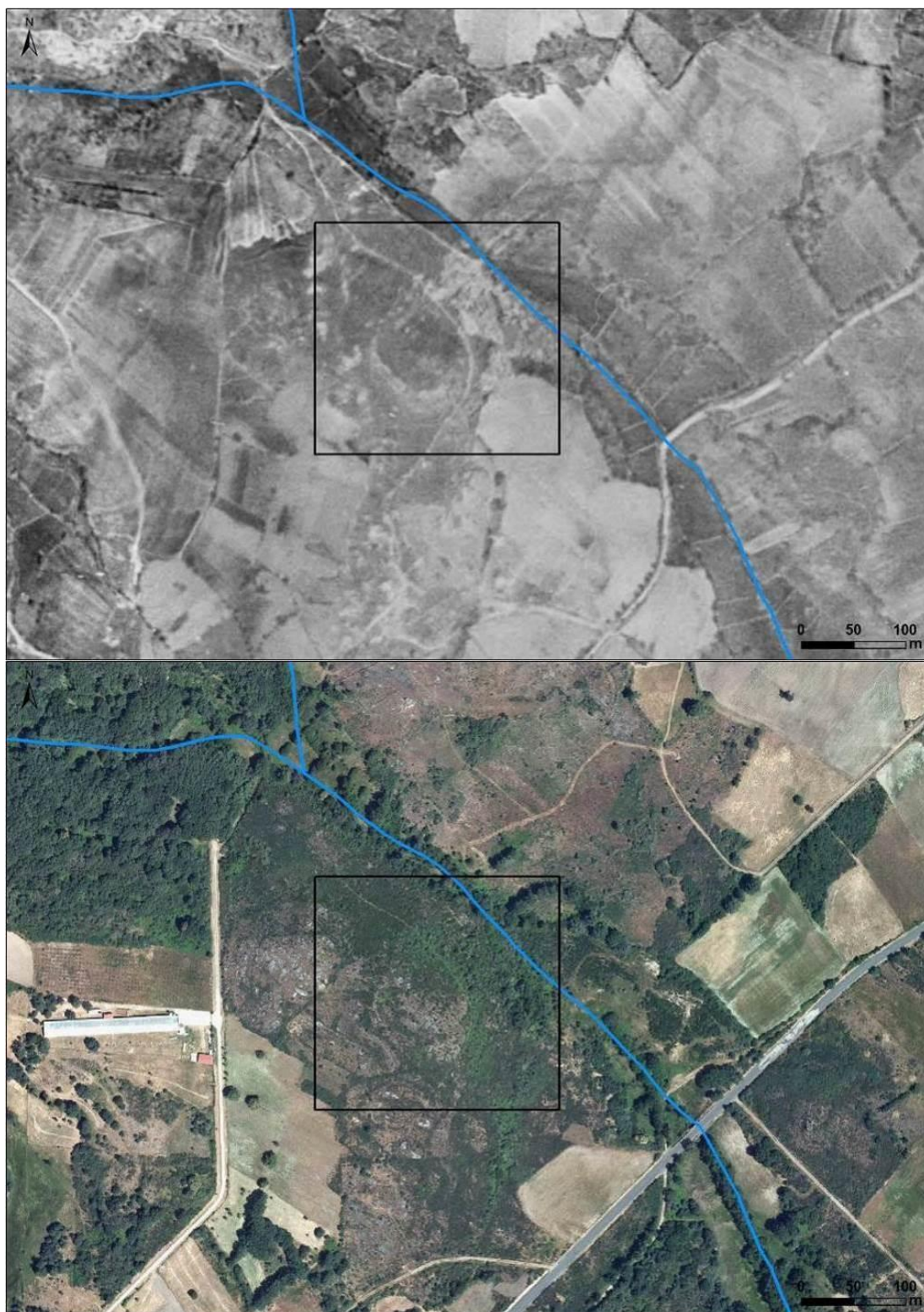


Figura 100: Ortofotografia do voo USAF de 1956 (em cima) (IDEG-Xunta de Galicia) e actual (em baixo) (PNOA-IGN) do Castro de Outeiro de Baltar (IGN-PNOA). De notar na ortofoto histórica as explorações mineiras levadas a cabo pela empresa Somar.

No Castro do Coto do Mosteiro (Ourense) (Orero-Grandal, 1988) também foram encontrados inúmeros restos de produção metalúrgica de bronze, além de um conjunto de moldes cerâmicos para peças ornamentais (Figura 101), estando bastante próximo das minas de estanho da Serra da Madanela, o que fez pensar o autor que se tratava de um centro especializado na produção metalúrgica de objectos em bronze, entre os séculos IV a.C. e I d.C., descartando-se uma produção de cariz doméstico, uma vez que se trata de uma produção que supera largamente as necessidades internas do próprio povoado, o que se poderá relacionar com a tendência à estandardização e à centralização das produções artesanais de finais de Idade do Ferro (González-Ruibal, 2006a). De notar a ausência de materiais romanos o que, de novo, nos remete para uma possível origem pré-romana da exploração mineira.

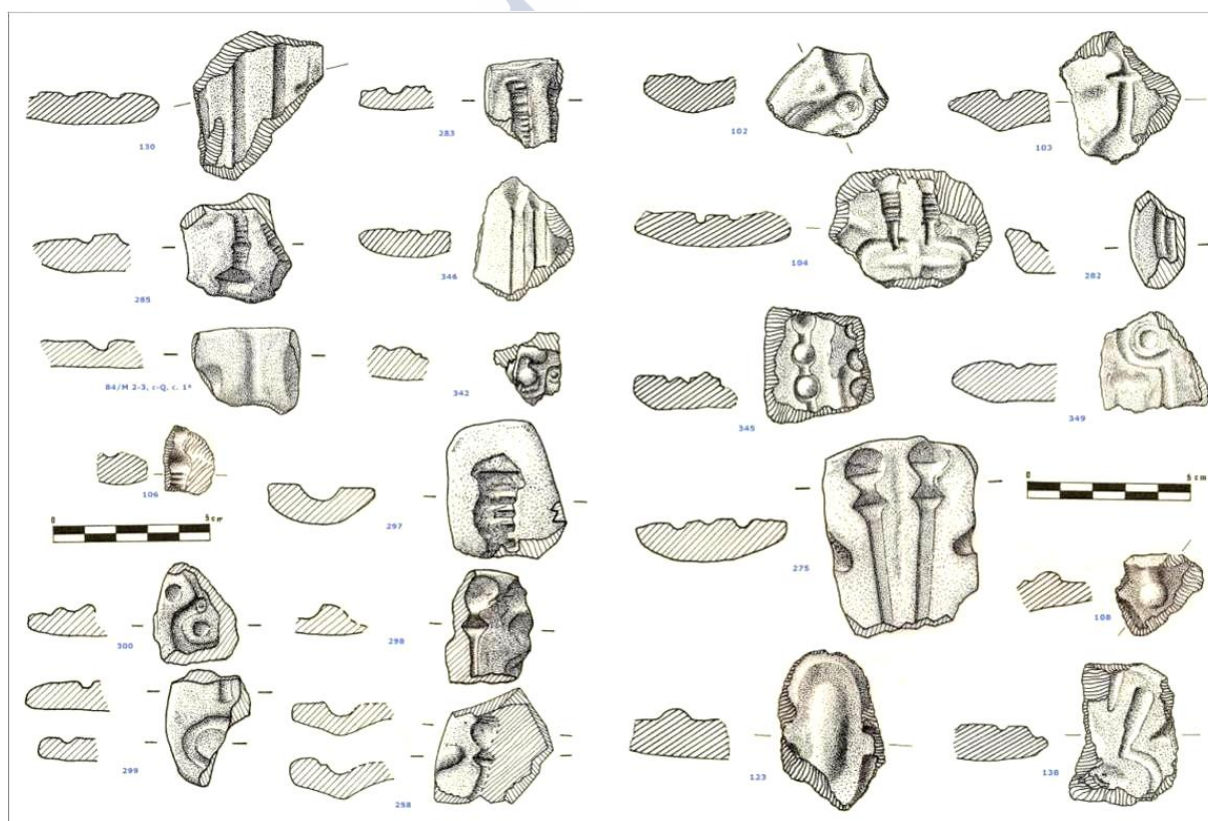


Figura 101: Moldes cerâmicos do Castro do Coto do Mosteiro (Orero-Grandal, 1988).

5.3. A mineração de ouro como factor locacional

Em época romana o ouro extraído detinha um carácter de bem estratégico, relacionado, sobretudo, com o novo sistema monetário imposto por Augusto. Tanto as minas como a rede hidráulica seriam *ager publicus*, ou seja, dependiam directamente do Estado Romano (Sánchez-Palencia, Orejas, Sastre, & Pérez, 2006). O início da exploração sistemática dos recursos mineiros iniciou-se, possivelmente, durante o governo de Tibério, embora a prospecção e localização das principais jazidas primárias e secundárias e a criação das necessárias infra-estruturas teve início ainda durante o governo de Augusto, logo após o fim da conquista do território peninsular (Orejas et al., 2012). A mineração aurífera exigiu uma forte presença do Estado Romano, representado principalmente pelo exército romano, que garantia a protecção e o necessário conhecimento logístico (López-Sánchez, 2015). Terá sido a organização administrativa romana, cuja datação mais antiga de 15 a.C. nos é transmitida pelo Edicto do Bierzo (Grau-Lobo & Hoyas-Díez, 2001; Sánchez-Palencia & Mangas, 2001), que permitiu a ulterior exploração mineira directamente controlada pelo Estado Romano.

Todavia, importa ressaltar que existem bastantes diferenças a escala local e regional, condicionadas, sobretudo, pela acção desigual de Roma e pela amplitude da exploração romana em cada região, bem como pela realidade indígena pré-existente, que, como vimos, contempla diferentes complexidades sociopolíticas, fruto de percursos históricos díspares, o que, consequentemente, também motivou diferentes respostas em relação ao contacto com Roma e à própria organização e exploração do território.

Em relação ao Norte de Portugal, e tomando de novo por base o Sistema de Informação de Ocorrências e Recursos Minerais Portugueses (SIORMINP) do Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG), podemos constatar que a maior concentração de ocorrências minerais de ouro se localiza na região de Trás-os-Montes e Alto Douro (Figura 102). Relativamente à nossa área de estudo, destacam-se as zonas do vale superior do rio Terva (Boticas), afluente do rio Tâmega, e do Tinhela (Vila Pouca de Aguiar), afluente do rio Tua, que serão de seguida examinadas em maior detalhe (Figura 103). Esta última zona poderia ter-se correspondido com um *territorium metallorum* autónomo, ao passo que a primeira se poderia incluir no *territorium* da *civitas* de *Aquae Flaviae* (6.2.), um importante núcleo urbano que controlava e administrava directamente um conjunto de explorações mineiras adjacentes (Lemos & Martins, 2011).

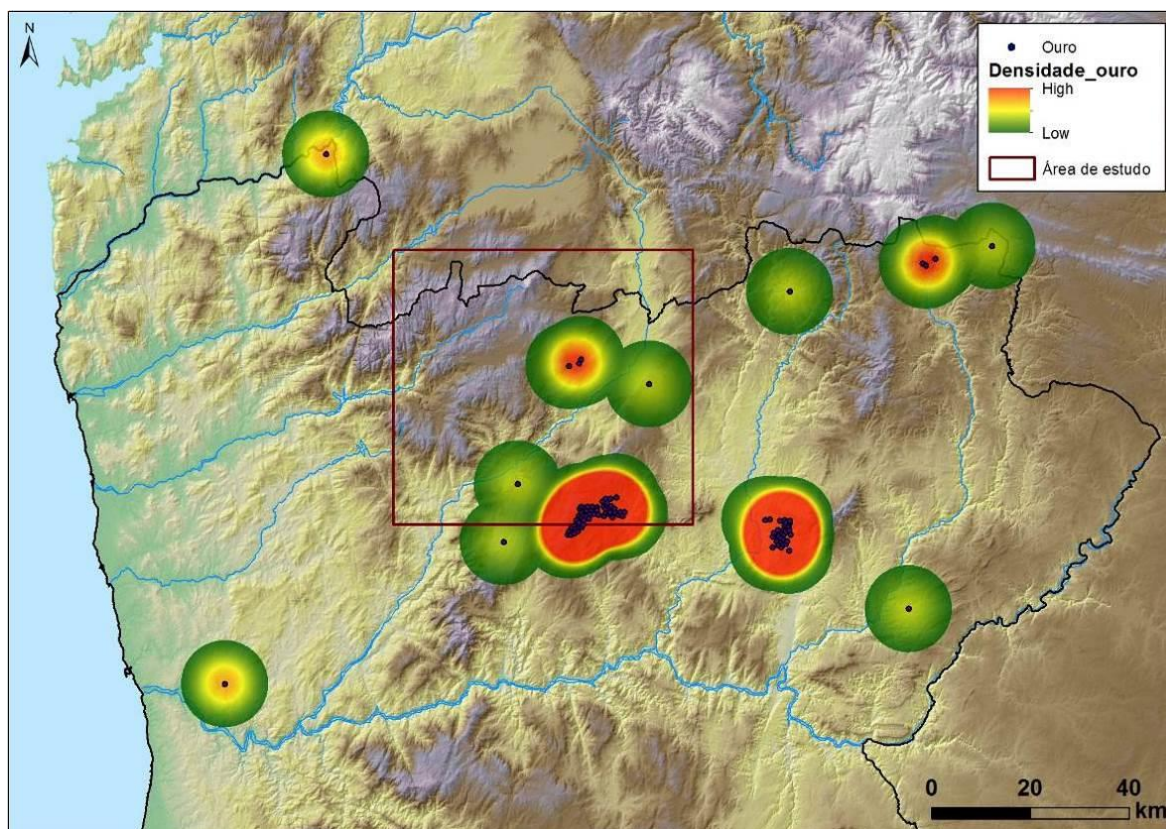


Figura 102: Mapa das ocorrências minerais de ouro no Norte de Portugal (© SIORMINP-LNEG).

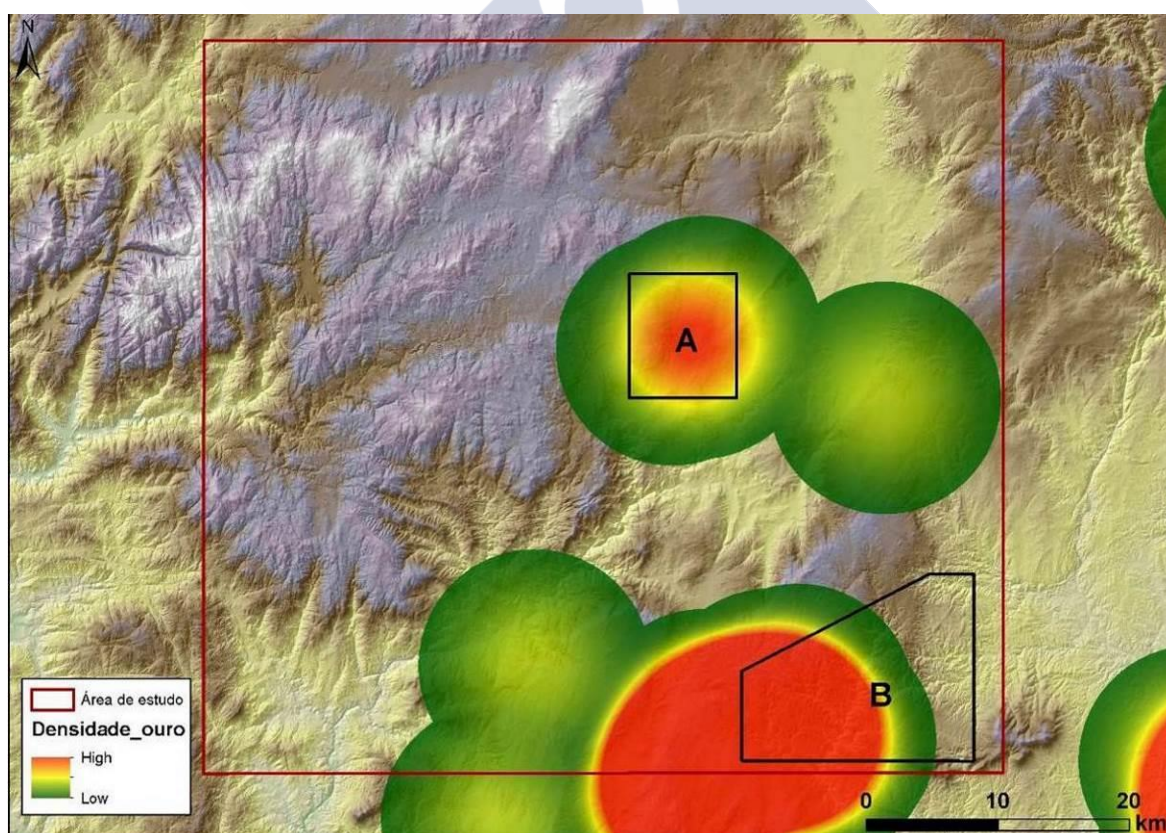


Figura 103: Localização das zonas do vale superior do rio Terva (A) e Tinhela (B) com indicação da densidade de ocorrências minerais de ouro no Norte de Portugal em relação à área de estudo (© SIORMINP-LNEG).

Para a zona que nos ocupa, existem abundantes evidências de ourivesaria proto-histórica em ouro, em particular na forma de torques, tendo-se mesmo avançado a ideia de uma “escola flaviense”, dada a especificidade desta produção no contexto do Noroeste Peninsular (Ladra, 2009). Interessa-nos ressaltar um dos torques proveniente da região flaviense e que actualmente se encontra depositado no Museu Nacional de Arqueologia em Lisboa. O mesmo foi sujeito a diversas análises químicas não destrutivas, tendo-se concluído que os vários componentes do torques - aro e terminais - foram manufacturados numa mesma liga de ouro ternária (Au, Ag e Cu) de elevada qualidade, possivelmente de ouro nativo (Alves, Araújo, & Soares, 2002; Soares, Araújo, & Alves, 2004). Um dos aspectos particularmente interessantes foi a identificação de vestígios de estanho no torques, o que poderá indicar uma origem aluvionar para o ouro utilizado na manufactura deste artefacto (*ibid.*).

5.3.1. Vale Superior do Rio Terva (Boticas, Portugal)

O complexo mineiro antigo do vale superior do rio Terva tem sido desde 2006 sistematicamente investigado pela Unidade de Arqueologia Universidade do Minho (UAUM) através do “Programa para a Conservação, Estudo, Valorização e Divulgação do Complexo Mineiro Antigo do Vale Superior do Rio Terva”, resultante de um protocolo entre a referida instituição e a Câmara Municipal de Boticas (Fontes, Alves, & Delfim, 2013a, 2013b; Fontes, Alves, Delfim, & Martins, 2014; Fontes, Alves, Martins, Delfim, & Loureiro, 2011; Fontes & Alves, 2013; Fontes, Martins, Alves, & Delfim, 2011; Fontes, 2013; Fontes & Alves, 2014; Martins, 2015). Este território, classificado como Sítio de Interesse Público com fixação de uma Zona Especial de Protecção (publicada em Diário da República, 2.^a série, n.º 115, Portaria n.º 386/2013¹⁷), estrutura-se em torno a três núcleos principais de exploração: Poço das Freitas/Limarinho (cerca de 70 hectares), Batocas (cerca de 15 hectares) e Brejo (cerca de 12 hectares).

Segundo estas recentes investigações, na “paisagem do vale superior do Rio Terva, parece ganhar significado o distinto aproveitamento que as comunidades fizeram, ao longo de várias épocas, dos recursos naturais do vale, evidenciando-se duas orientações básicas: até ao fim do domínio romano, parece ter dominado a exploração dos recursos minerais; a partir da Idade Média, a exploração dos recursos agro-pastoris parece ter constituído a orientação estruturante do povoamento” (Fontes et al. 2011: 217) e “constata-se que, a

¹⁷ Portaria n.º 386/2013: <https://dre.pt/application/dir/pdf2sdip/2013/06/115000000/1936819369.pdf>.

uma ocupação esparsa e residual na Idade do Bronze, se sucede uma ocupação intensa na Idade do Ferro, período para o qual são conhecidos nove povoados fortificados, implantados nos relevos montanhosos que circundam o vale do Terva. A densidade de ocupação nesta área circunscrita não parece ser dissociável do tipo de recursos minerais e metalíferos existentes no substrato geológico da região, nomeadamente as suas jazidas de ouro, o que significa que se deverá admitir a existência de uma estratégia de ocupação intencionalmente orientada para a exploração desses recursos minerais, em época pré-romana. Esta estratégia de ocupação orientada para a exploração dos recursos minerais evidencia-se plenamente com a ocupação romana, pois é exactamente neste período que se reconhece a exploração intensiva dos jazigos desta área, visível nas frentes de exploração do Brejo, Sapelos, Poço das Freitas e Batocas, em articulação directa com povoados mineiros e uma rede viária bem estruturada.” (Fontes, Martins, et al. 2011: 38).

Posto isto, cabe salientar duas estratégias diferentes de ocupação e aproveitamento do vale: uma mais orientada à exploração dos recursos auríferos até época Romana, e outra a partir de época Medieval dirigida à exploração dos recursos agro-pastoris. É de ressaltar também a elevada concentração neste vale de povoados fortificados da Idade do Ferro, sendo que os investigadores citados relacionam directamente esta concentração com o aproveitamento dos recursos minerais, hipótese esta ainda não devidamente validada. Obviamente que em época Romana se industrializa a exploração intensiva dos recursos auríferos, materializada não só nas frentes de exploração mineira a céu-aberto e subterrânea, e demais estruturas de apoio, mas também em povoados mineiros e numa rede viária bem organizada. A exploração aurífera romana deu origem a pequenas lagoas e a depressões actualmente preenchidas por pequenos bosques de castanheiros e carvalhos.

Num recente trabalho, Francisco Sande Lemos (2015), partindo da já mencionada anómala concentração de povoados fortificados no vale superior do rio Terva, avança com duas hipóteses para justificar este factor: que esta concentração de castros se relacione com duas etapas cronológicas distintas dentro da Idade do Ferro, eventualmente já motivada na sua etapa final por uma exploração aurífera aluvionar; ou que os castros de baixa altitude datariam já de época Romana, relacionando-se com uma primeira fase de aproveitamento mais intensivo dos recursos minerais auríferos deste vale. Enquadra os castros de Nogueira, Cabeço, Cunhas, Gorda e Malhó na Idade do Ferro, e classifica como povoados fortificados mineiros os castros do Brejo e de Sapelos, a Cerca de Sapelos e o Muro de Sapiãos. Importa ressaltar que as referidas hipóteses não são mutuamente excludentes uma da outra, pelo que poderá existir uma situação intermédia.

Procuraremos aprofundar um pouco mais estas questões, em particular a eventual relação entre o povoamento da Idade do Ferro e a exploração dos recursos minerais auríferos, embora nos faltem ainda os necessários dados arqueológicos para podermos confirmar de forma segura esta hipótese (Osório & Guerreiro, 2015; Osório, 2014) (Figura 104).

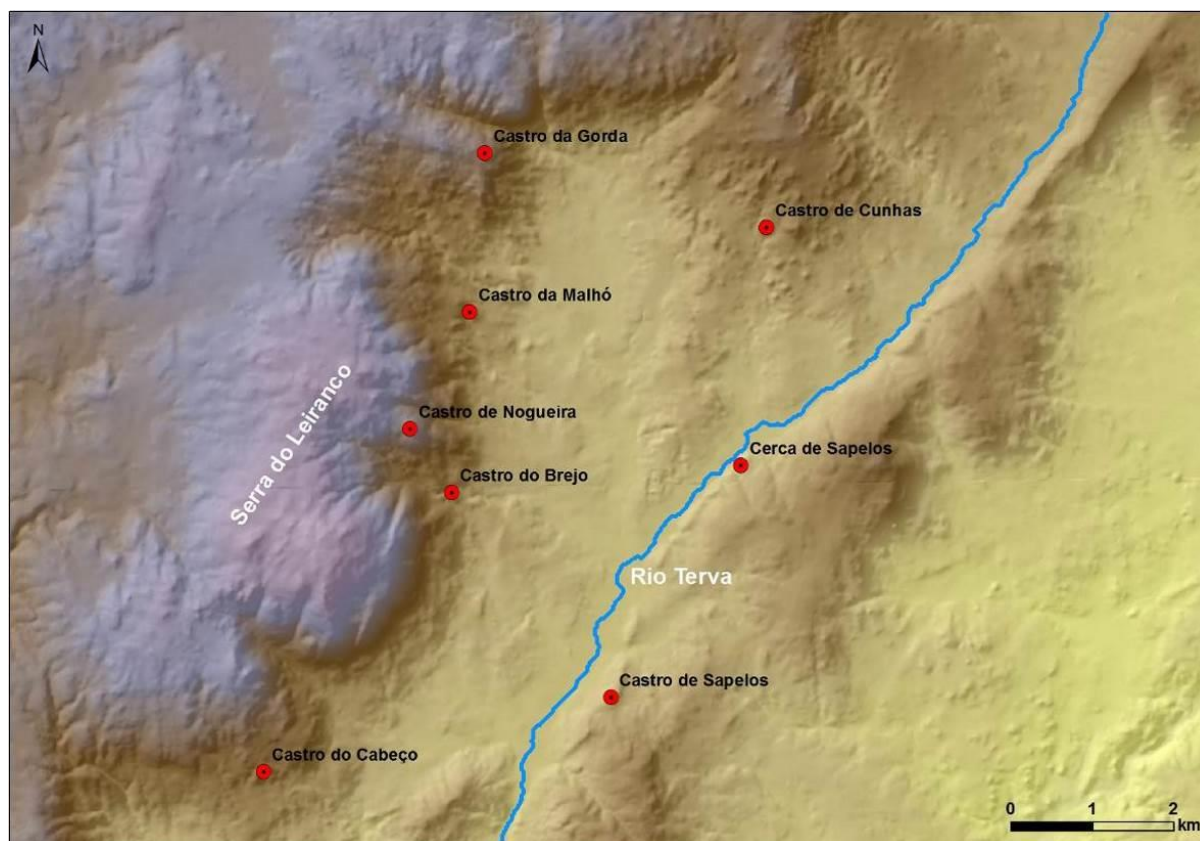


Figura 104: Povoamento da Idade do Ferro no vale superior do Terva.

Para época romana esta relação entre povoamento e mineração encontra-se já devidamente atestada, pois existe um conjunto de povoados romanos directamente associados às frentes mineiras, nomeadamente o de Batocas e o do Carregal (Figura 105). As recentes intervenções arqueológicas levadas a cabo no povoado de Batocas revelaram a existência de um importante complexo edificado de época romana, inequivocamente associado às diversas frentes de exploração mineira que o rodeiam, com uma ocupação genericamente datada entre meados do século I d.C. e inícios do II d.C. (Lemos & Martins, 2014: 342), onde apareceram vestígios evidentes da fundição de ouro, nomeadamente um cadinho que revelou a presença de pingos de ouro (Fontes et al., 2013b, 2014; Fontes, Martins, et al., 2011; Martins, 2015).

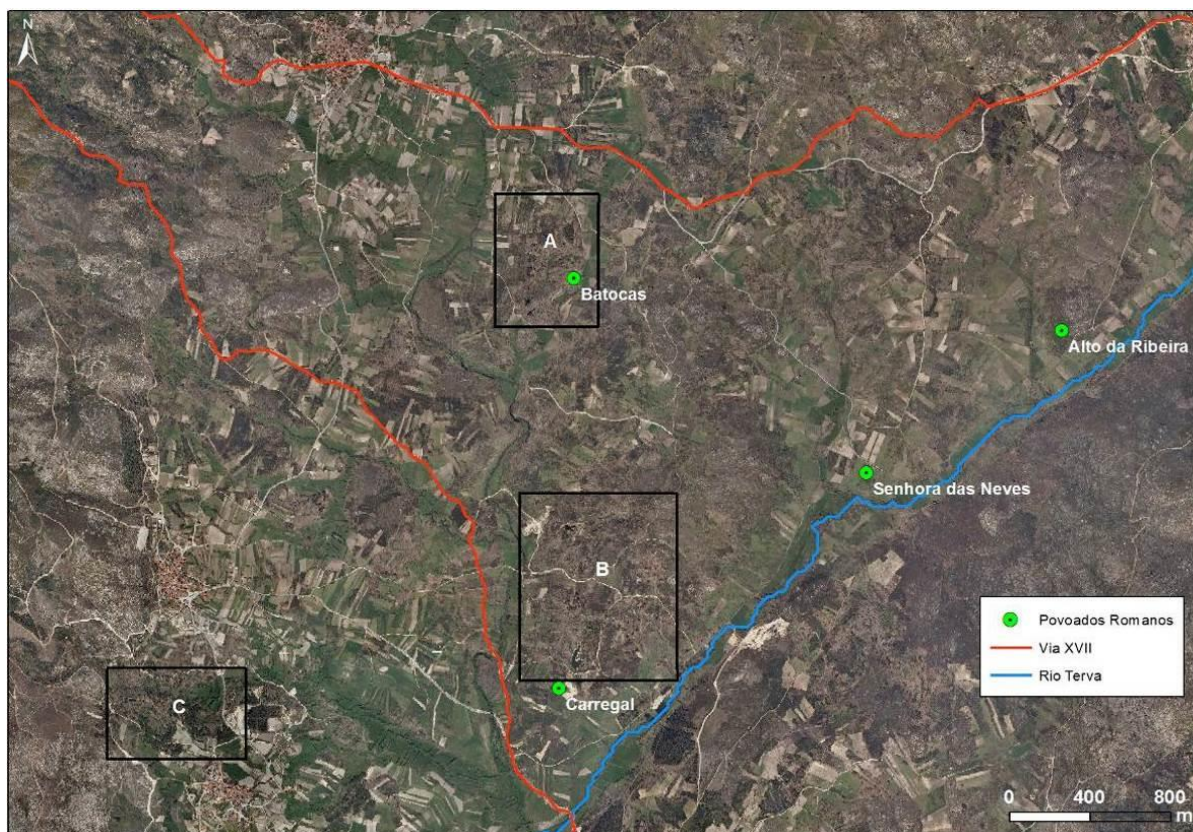


Figura 105: Povoamento Romano do vale superior do Terva, com as principais áreas mineiras assinaladas sobre ortofotografia actual (Ortos_DGRF_2004_06): A - Batocas; B - Poço das Freitas/Limarinho; C - Brejo.

Tanto no povoado mineiro de Batocas, como no do Carregal, este último associado à zona mineira do Poço das Freitas/Limarinho, refere-se a presença de cerâmica de tradição indígena (Fontes, Alves, et al., 2011: 212-214), algo também constatado no povoado da Veiga da Samardã na zona mineira de Tresminas (Batata, 2009) (5.3.2.), o que, por si só, não implica uma ocupação da Idade do Ferro e, sobretudo, uma exploração mineira pré-romana, pois sabemos que a cerâmica indígena perdura até pelo menos meados do século I d.C., tando mais que quem seguramente habitaria nestes povoados seriam as populações locais que trabalhariam nas minas, embora enquadradas já no novo contexto imperial romano.

Levamos a cabo uma análise espacial dos castros do vale do Terva com o objectivo de tentar identificar as principais tendências de localização destes povoados, tendo em consideração três variáveis principais: visibilidade, altitude relativa e acessibilidade. Tivemos também em conta a proximidade espacial em relação aos recursos minerais auríferos.

Desta análise decidimos excluir o Castro do Muro ou Casas dos Mouros em Sapiãos (Fontes & Andrade, 2010, sítio nº 19; Júnior, Santos, & Júnior, 1986: 38-42; Teixeira, 1996:

67, sítio nº 404), pois consideramos que não se trata de um povoado fortificado da Idade do Ferro, tendo possivelmente uma ocupação mais tardia, talvez de época medieval. Externamente a este sítio, mas bastante próximo do mesmo, existe um recinto subcircular de pequena dimensão delimitado por uma parede de blocos graníticos ciclópicos fincados conhecido por "Eira dos Mouros", que poderá constituir um redil para abrigo do gado, possivelmente de época medieval (*ibid.*). Este castro apresenta uma estrutura claramente diferente dos demais castros do vale do Terva e em prospecção superficial não conseguimos identificar qualquer material passível de nos fornecer algum tipo de cronologia relativa, pelo que decidimos excluí-lo da nossa amostra. Adicionalmente, importa referir que este sítio se encontra imediatamente sobranceiro à igreja velha de Sapiãos, de origem românica, registando-se nas suas proximidades um possível habitat alto-medieval, com provável ocupação romana (Fontes & Andrade, 2010, sítio nº 13; Teixeira, 1996: 67, sítio nº 405), bem como uma necrópole medieval formada por um conjunto de sepulturas antropomórficas escavadas na rocha (Fontes & Andrade, 2010, sítio nº 12; Teixeira, 1996: 68, sítio nº 406), a par de um sarcófago antropomórfico (Figura 106). Por outro lado, a aldeia de Sapiãos já aparece referenciada nas Inquirições de D. Afonso III de 1258 (*ibid.*).



Figura 106: Envolvente arqueológica do Castro do Muro ou Casas dos Mouros em Sapiãos, Boticas sobre ortofotografia actual (Ortos_DGRF_2004_06).

Entrando já na leitura dos resultados da referida análise espacial dos castros do vale superior do Terva, a área que ocupa cada um destes castros permite-nos uma primeira aproximação aos mesmos. Destaca-se, desde logo, o Castro de Nogueira e o Castro do Cabeço (Gráfico 19), enquanto, no polo oposto, o Castro do Brejo e a Cerca de Sapelos são os que apresentam as superfícies internas mais reduzidas (Gráfico 19).

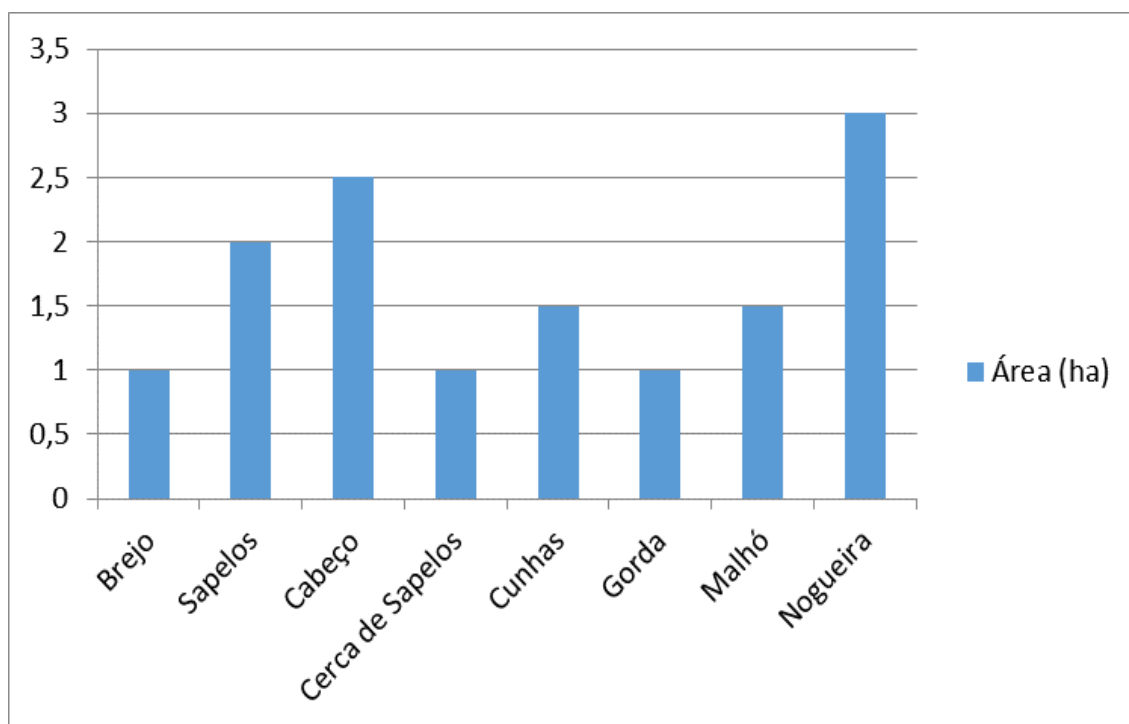


Gráfico 19: Área estimada para os castros do vale superior do Terva.

Ao nível da visibilidade integral (Gráfico 20), destaca-se, de novo, o Castro de Nogueira, seguido do Castro do Cabeço e da Gorda. A Cerca de Sapelos é o castro com a amplitude visual mais limitada, seguida dos castros de Sapelos e Malhó.

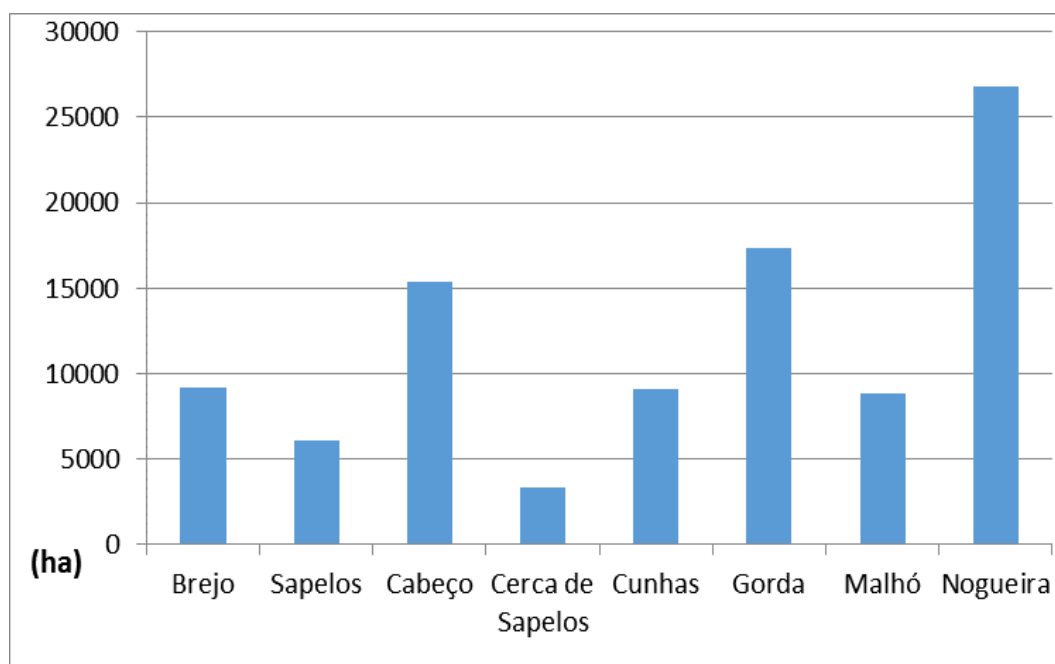


Gráfico 20: Quantificação da visibilidade dos castros do vale superior do Terva.

Relativamente à visibilidade parcial (Gráfico 21), ou seja, por raios (*buffers*) de distância determinada, vemos que a larga distância (20000m) se destaca, novamente, o Castro de Nogueira, seguido do Castro do Cabeço e da Gorda.

É interessante constatar que, ao nível da intervisibilidade, o Castro de Nogueira tem visibilidade directa para todos os castros, menos para o Castro do Cabeço, que, por seu turno, apenas tem intervisibilidade com o Castro de Sapelos e também com o Outeiro Lesenho, este último já no vale do rio Beça (Figura 107). O Castro do Cabeço controla, justamente, a transição entre o vale do Terva e do Beça.

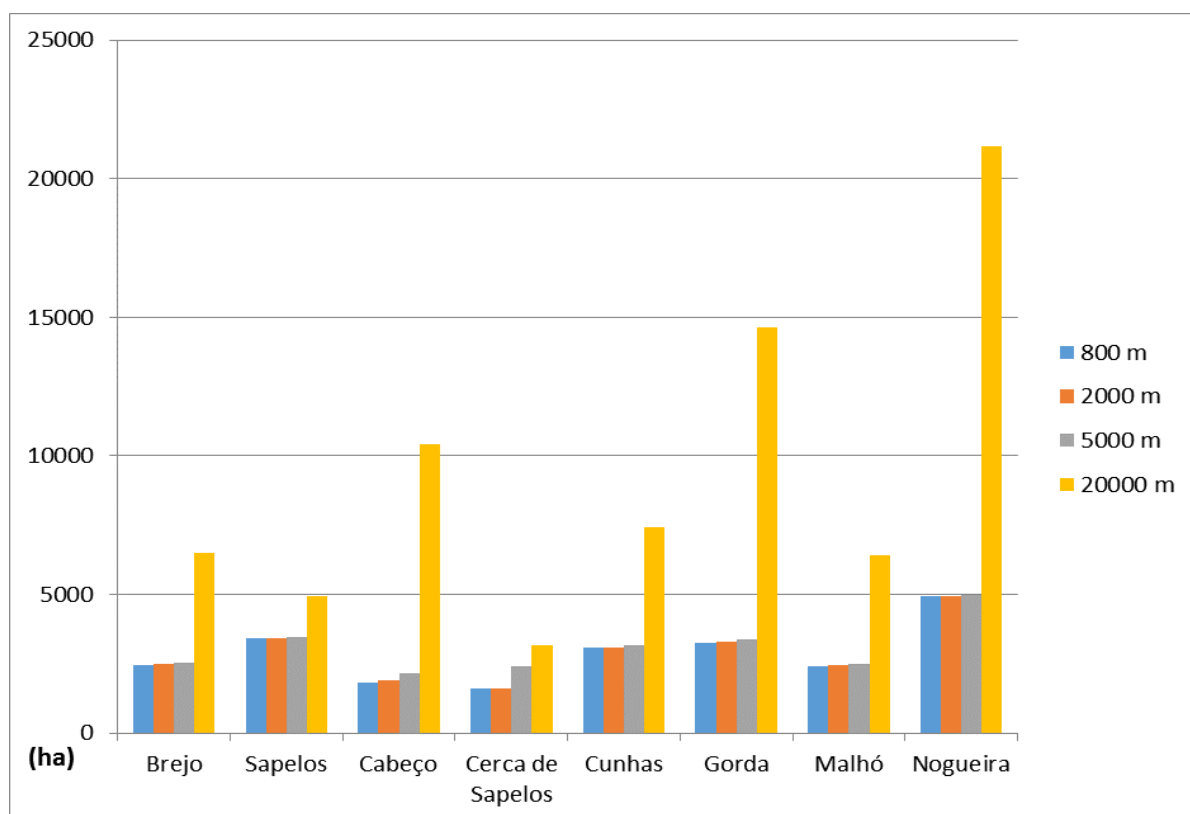


Gráfico 21: Quantificação da visibilidade parcial dos castros do vale superior do Terva.

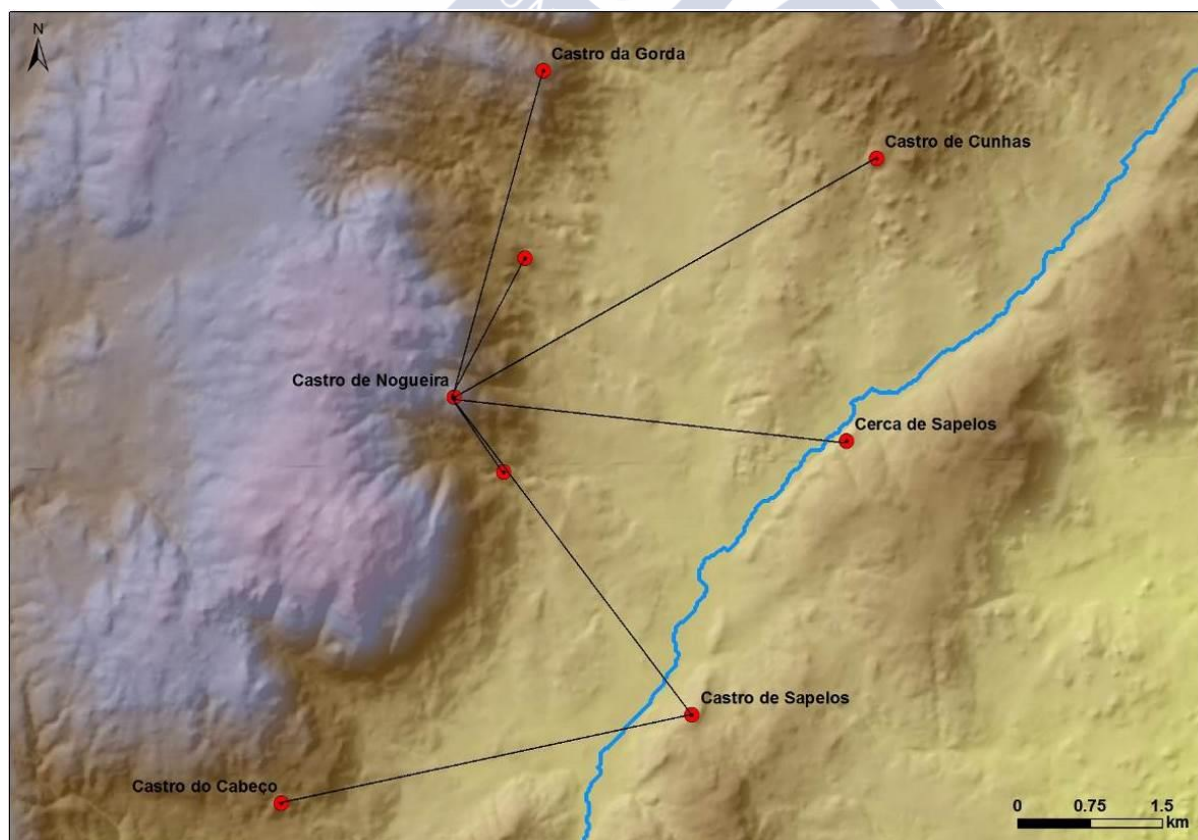


Figura 107: Intervisibilidades do Castro de Nogueira e do Cabeço no vale superior do Terva.

No que refere à proeminência visual (altitude relativa) dos povoados fortificados do vale superior do rio Terva, o castro mais constante e com maior destaque visual é o de Nogueira. A proeminência visual dos castros do Cabeço, Gorda, Sapelos e Cunhas centra-se, sobretudo, a curta e média distância. O Castro da Malhó apenas se destaca a curta distância. A Cerca de Sapelos e o Castro do Brejo são, pelo contrário, os castros que menor destaque visual apresentam (Gráfico 22).

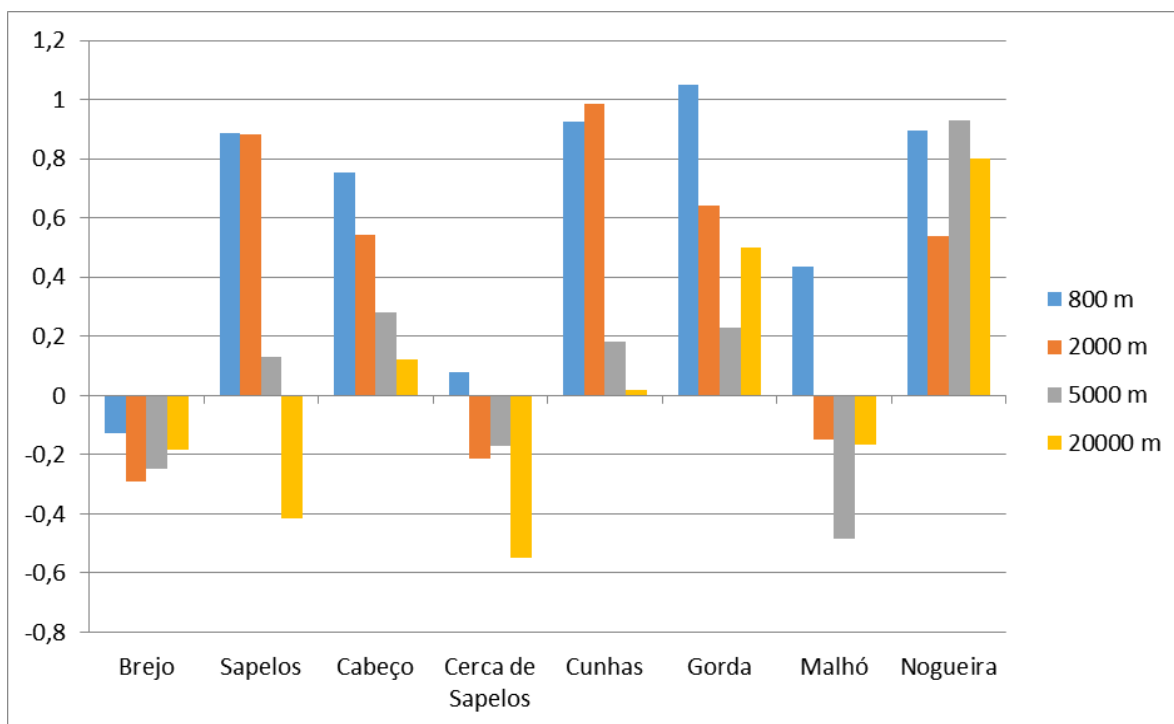


Gráfico 22: Proeminência visual dos castros do vale superior do Terva.

Relativamente à acessibilidade, o castro mais inacessível desde a sua envolvente é o de Nogueira, seguido do Cabeço e da Gorda. Pelo contrário, os mais acessíveis são os castros do Brejo, Cerca de Sapelos, Sapelos, Malhó e Cunhas (Gráfico 23).

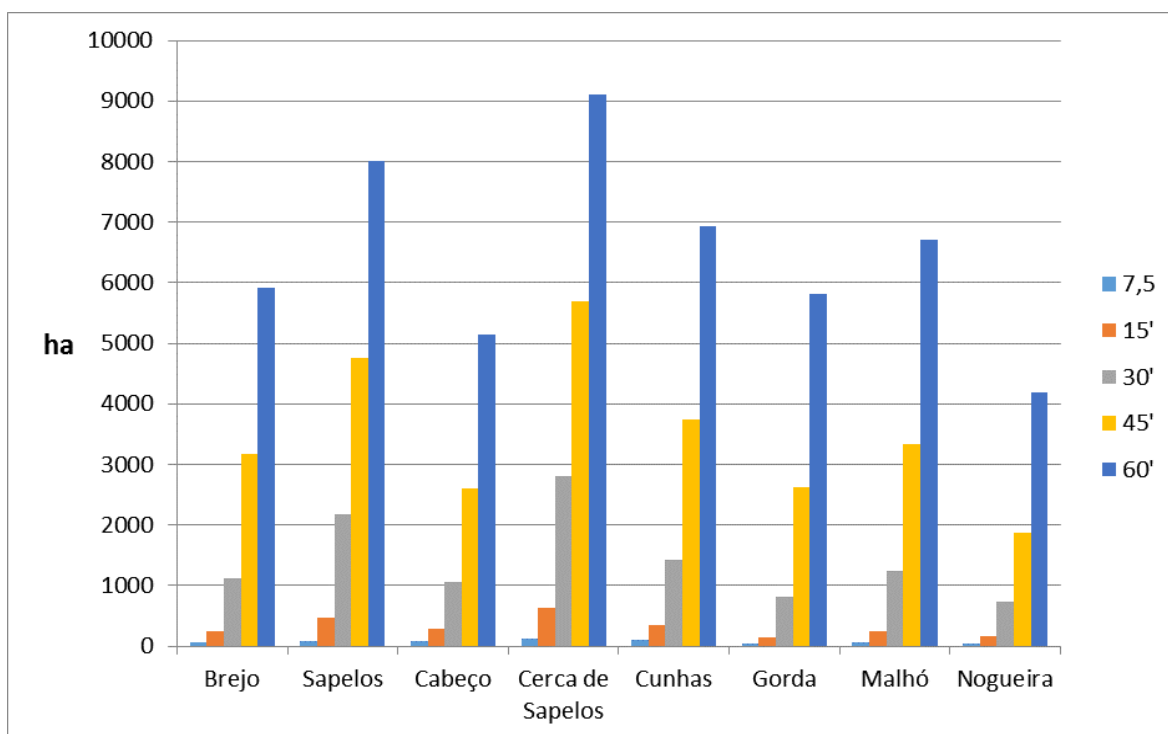


Gráfico 23: Acessibilidade dos castros do vale superior do Terva.

Posto isto, o castro que claramente se destaca no vale superior do rio Terva é o Castro de Nogueira, integrando-se no modelo locacional 2 (Figura 108). Este castro localiza-se num relevo em esporão na vertente Sudeste da serra do Leiranco, possuindo um monumental sistema defensivo composto por duas linhas de muralha e por um campo de pedras fincadas na zona de mais fácil acesso a Noroeste. Identifica-se com facilidade à superfície inúmera cerâmica micácea indígena e comum romana. Refere-se como procedente deste sítio uma fíbula aucissa (Ponte, 2006: 478, nº 270), bem como uma conta oculada de pasta vítrea de tradição púnica (Osório & Guerreiro, 2015: 185). Controla amplamente o vale do Terva, tendo intersivisibilidade com todos os restantes castros, com excepção do de Cabeço, que, por sua vez, apenas tem intervisibilidade com o Castro de Sapelos e o Outeiro Lesenho, já fora do vale do Terva.

O Castro do Cabeço, tal como já referimos, controla a transição entre o vale do Terva e do Beça, integrando-se também no modelo locacional 2. Localiza-se num destacado cabeço em esporão na vertente Sul da serra do Leiranco, possuindo um complexo sistema defensivo constituído por uma dupla muralha, embora com subdivisões internas, um fosso a Norte e um campo de pedras fincadas a Noroeste, estes dois últimos elementos reforçando a zona mais acessível. Também se identifica com bastante facilidade à superfície inúmera cerâmica micácea indígena e romana, particularmente *tegullae* e *imbrex*.

Num outro extremo, a Cerca de Sapelos (Figura 109 e 110) e o Castro do Brejo (Figura 108) são os povoados mais “discretos” na paisagem, integrando-se dentro do modelo locacional 3, sendo classificados por alguns autores como “povoados fortificados mineiros” (Lemos, 2015: 52; Osório & Guerreiro, 2015: 185). O Castro de Nogueira encontra-se imediatamente sobranceiro ao Castro do Brejo, pelo que cabe a possibilidade de este último povoado se encontrar na sua dependência política directa (Figura 108).



Figura 108: Castro de Nogueira (em cima) e Castro do Brejo (em baixo).

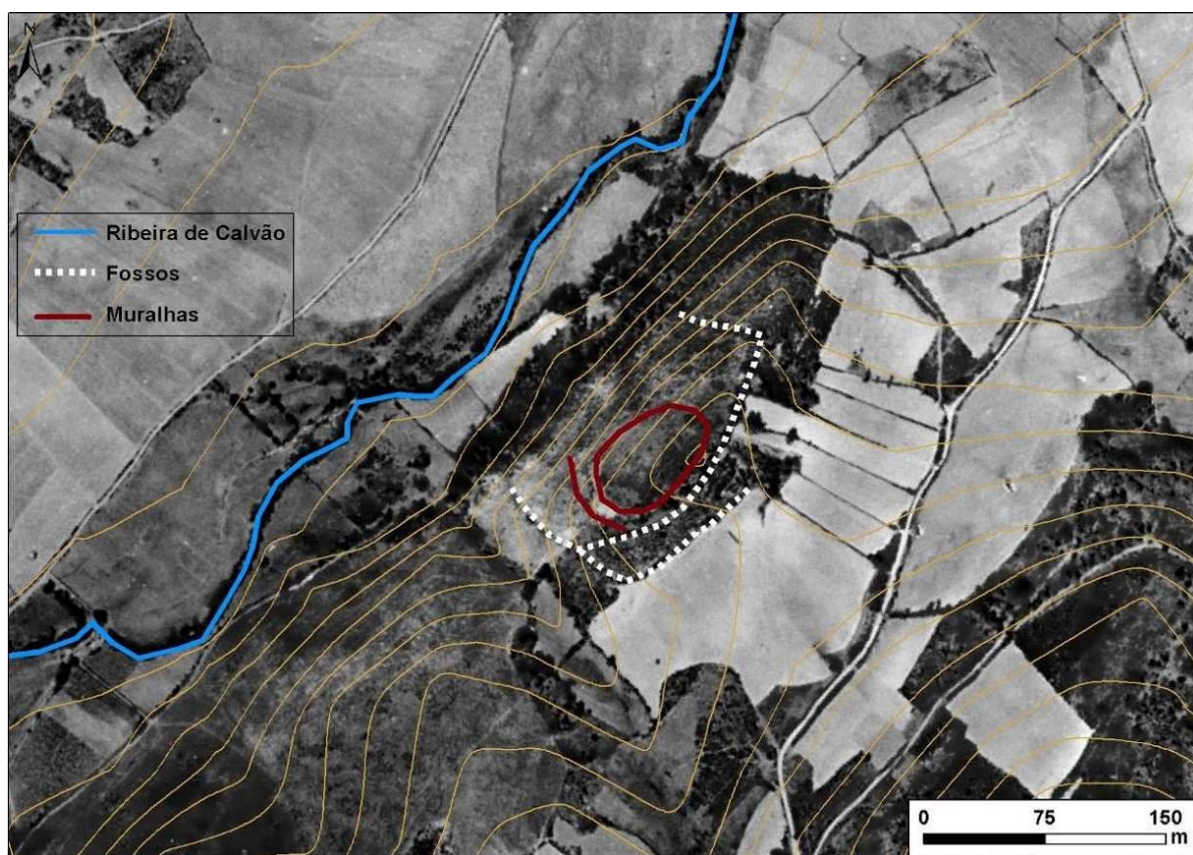


Figura 109: Fotointerpretação da Cerca de Sapelos a partir da ortofotografia do voo SPLAL de 1949.



Figura 110: Cerca de Sapelos.

Se tivermos em conta o contexto geológico da zona (Mendonça, 2006; Teixeira, 1974) (Figura 111), são justamente o Castro do Brejo e a Cerca de Sapelos os que se encontram mais próximos e positivamente relacionados com os recursos minerais de ouro (Lima, Matías-Rodríguez, Fonte, & Pires, 2014; Lima, Matías-Rodríguez, & Mendonça, 2011; Mendonça, 2006; Ramos, 2015) (Figura 112), pelo que será de considerar a hipótese, à falta da devida validação arqueológica, de a sua localização ter estado condicionada pelo aproveitamento dos recursos minerais auríferos, em particular ao nível das aluviões, embora não necessariamente de forma exclusiva, sobretudo tendo em conta a forte alteração do substrato granítico do vale do Terva, pelo que o ouro também seria facilmente explorado em contexto primário. A proximidade à rede hidrográfica parece ter sido, de novo, um factor locacional determinante.

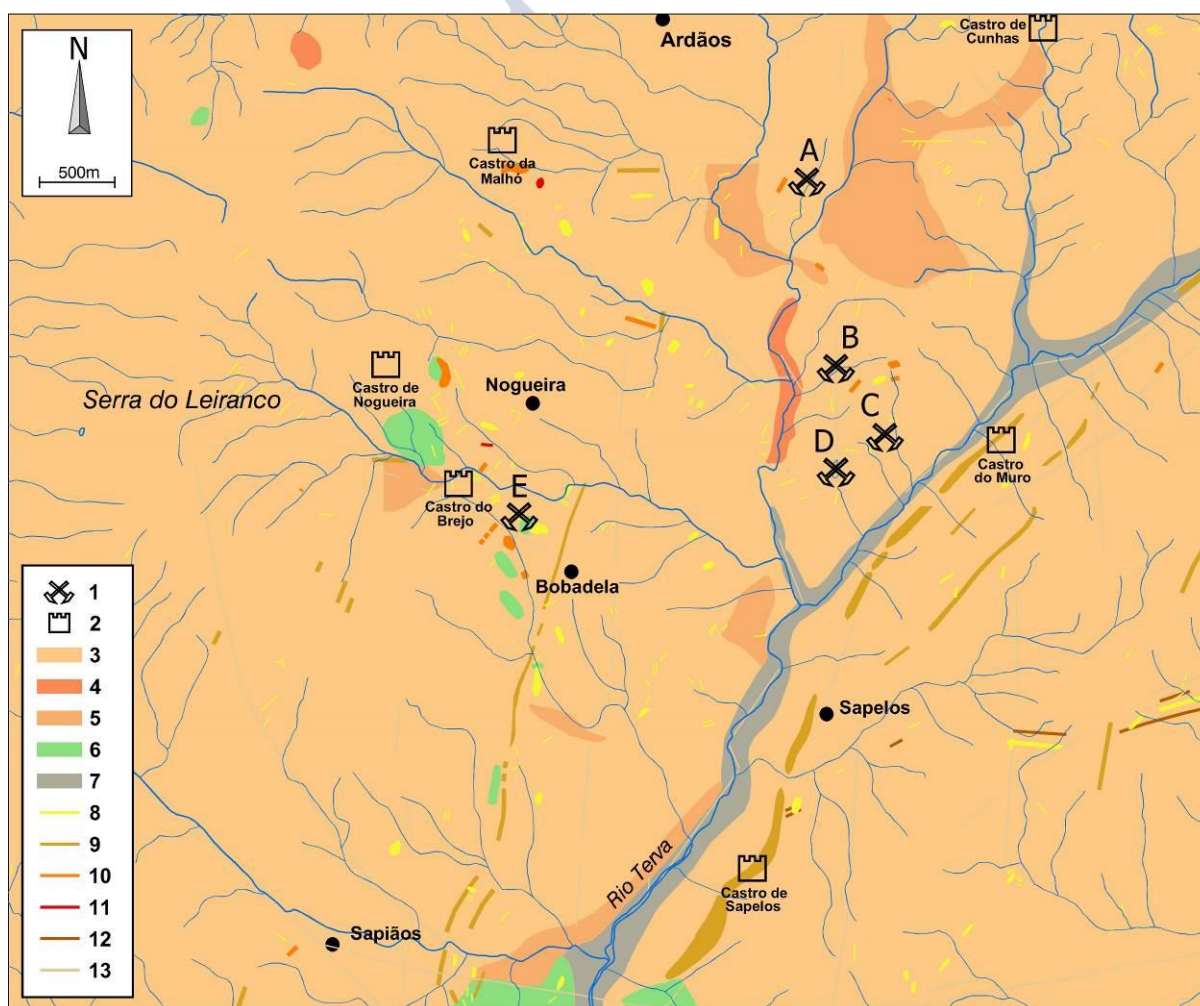


Figura 111: Mapa geológico do vale superior do Terva modificado a partir da carta geológica nº6B à escala 1:50.000 e de Mendonça (2006) (Lima, Matías-Rodríguez, Fonte, & Pires, 2014, 1291, Fig. 1).

Legenda: 1 - Explorações antigas de ouro; 2 - Castros; 3 - Granito regional; 4 - Granito grosseiro; 5 - Granito fino; 6 - Metassedimentos; 7 - Sedimentos aluviais; 8 - Veios de quartzo; 9 - Veios de quartzo estéreis; 10 - Veios de quartzo mineralizados; 11 - Veios pegmatíticos; 12 - Veios de rochas básicas; 13 - Falhas. A) Batocas; B) Limarinho; C) Ribeira de Calvão; D) Poço das Freitas; E) Lagoa do Brejo.

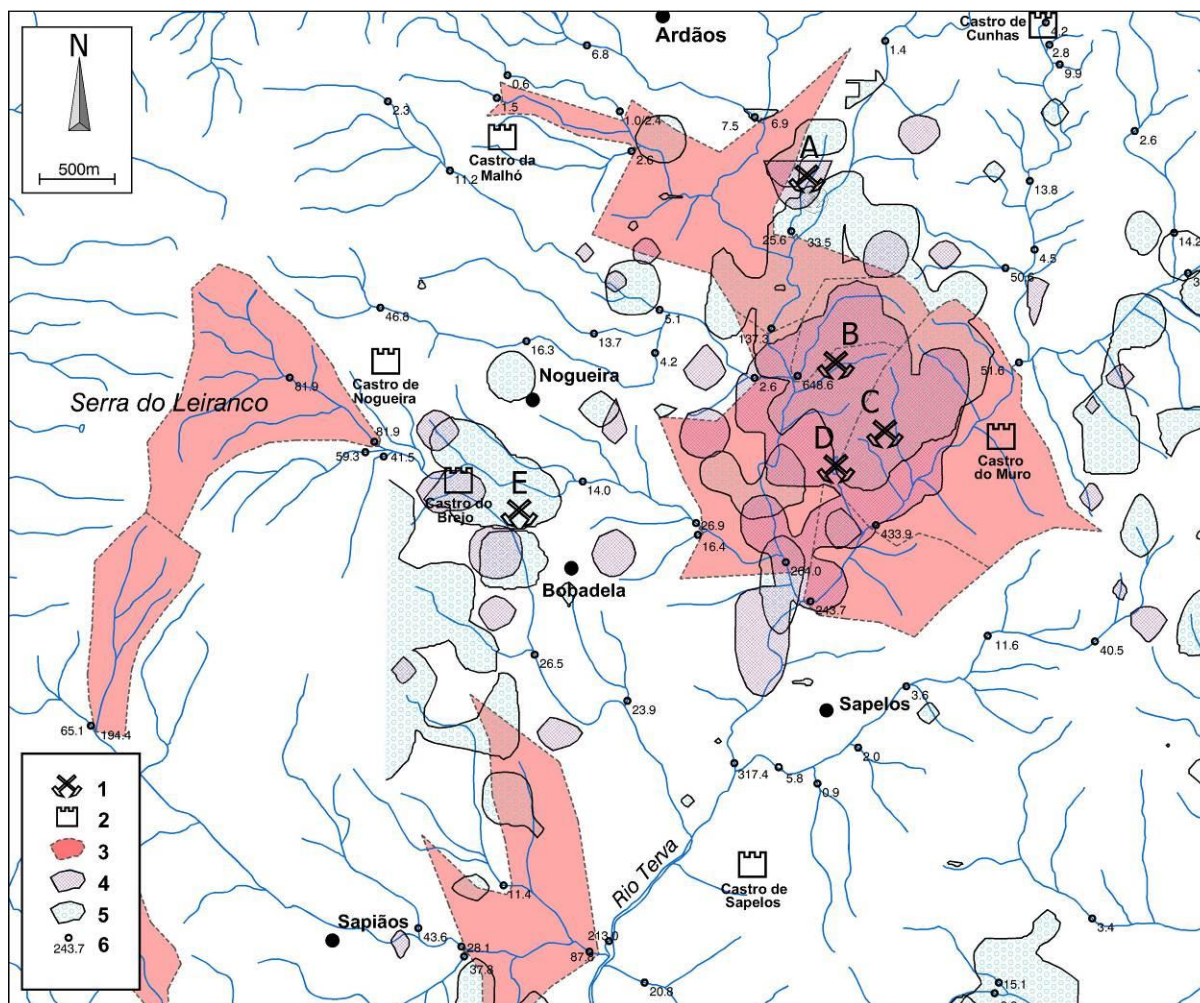


Figura 112: Compilação de alguns dados geoquímicos do vale superior do Terva baseados nos dados das empresas COGEMA (1990) e Minas Romanas (Harford, Plimer, Silva, & Lima, 1998) (Lima et al., 2014: 1292, Fig. 2).

Legenda: 1 - Explorações antigas de ouro; 2 - Castros; 3 - Valores anómalos de Au em sedimentos de corrente (mais de 60 ppb). 4 - Valores anómalos de Au em solos (superior a 50 ppb); 5 - Valores anómalos de As em solos (mais de 77 ppm); 6 - Pontos de amostragem em sedimentos de corrente com valores de Au (ppb) considerados não anómalos. A) Batocas; B) Limarinho; C) Ribeira de Calvão; D) Poço das Freitas; E) Lagoa do Brejo.

Em relação ao mapa anterior (Figura 112), os sedimentos de corrente amostrados pela empresa Minas Romanas (Harford et al., 1998) foram analisadas para o ouro e mais cinco elementos (As, Cu, Pb, Zn e Ag). A geoquímica de solos foi realizada pela empresa COGEMA (1990), tendo efectuado um total de 800 amostras uniformemente distribuídas numa malha quadrangular de 200m por 200m. Neste caso, as amostras de solo foram analisados para Au, As e Ag. A observação deste mapa possibilita-nos o fácil reconhecimento das zonas onde ocorrem as principais anomalias de ouro, permitindo-nos interrelacioná-las directamente com as antigas explorações auríferas e a localização dos castros (Lima et al., 2014).

De entre o conjunto de povoados fortificados do vale do Terva, o Castro de Sapelos é, sem sombra de dúvida, aquele que possui a estrutura mais excepcional, motivada, sobretudo, pelo emaranhado sistema de fossos, que tem uma configuração aparentemente anómala quando comparada com os restantes castros da zona. O castro assenta num esporão alongado na margem esquerda do rio Terva, sobranceiro a este vale, para o qual dispõe de um bom controlo visual. A referida rede de fossos, que se desenvolve de forma mais complexa na encosta voltada ao vale do Terva, está descentrada em relação ao núcleo principal do povoado delimitado pela muralha cimeira (Figura 113).



Figura 113: Perspectiva do Castro de Sapelos desde o Castro de Nogueira, onde se nota a sua complexa rede de fossos que se estende por todo o promontório.

Estes fossos foram sistematicamente interpretados em relação a cortas ou trincheiras mineiras, primeiro de quartzo (Júnior, Santos, & Júnior, 1983: 426-430), e depois de ouro (Fontes & Andrade, 2010, sítio nº 20; Martins, 2010a: 110), explorações estas que seriam supostamente posteriores ao próprio castro, tendo reaproveitado parte dos seus fossos. A publicação mais recente a respeito considera que esta rede de fossos se trataria efectivamente de trincheiras mineiras onde, devido à desagregação dos granitos, pode ter sido utilizada água para a lavagem dos sedimentos, embora considerando que, dada a escassa entidade destes trabalhos e das anomalias registadas, os mesmos possam ter sido

apenas de prospecção com vista à avaliação do seu potencial, tendo sido posteriormente abandonados (Martins, 2015: 67).

Todavia, realizamos recentemente uma recolha geológica de sedimento de corrente justamente na zona que drena toda a rede de fossos na vertente Oeste virada ao vale do Terva, numa faixa de escorrência natural motivada pela acentuada pendente do terreno, de forma a procedermos à sua análise geoquímica. Esta análise revelou valores de ouro bastante pobres (Au: 0.025 ppm). Desta forma, nem a geoquímica de solos, nem a de sedimentos de corrente (Figura 112) (Lima et al., 2014), revelaram valores anómalos em Au que sejam compatíveis com uma antiga mina de ouro. Por outro lado, há uma total ausência de acumulações de estéreis, o que seria expectável numa exploração mineira aurífera, além de não termos detectado qualquer evidência de uma possível estrutura hidráulica.

Relativamente a uma possível exploração mineira de quartzo, confirmamos junto da antiga Circunscrição Mineira do Norte que efectivamente houve uma concessão mineira na década de 70 e 80 do século passado para a exploração de quartzo e feldspato na zona do castro¹⁸, nada tendo a ver com a rede de fossos, limitando-se à exploração do filão de quartzo, totalmente estéril em ouro, que atravessa o próprio povoado. A exploração consistiu numa amostragem superficial em pequenos poços de 1 metro por todo o topo do referido filão de quartzo, tendo-se proposto realizar uma escavação em degrau, que nunca chegou a ser concretizada.

A Sudoeste os fossos do castro parecem ter sido alterados por uma possível exploração mineira de quartzo e/ou corte de pedra, possivelmente clandestina, realizada num momento indeterminado, mas claramente posterior aos fossos pois, em determinados casos, chegam mesmo a cortá-los (Figura 114). Nota-se nessa zona uma grande acumulação de pedras e de restos de quartzo, bem como umas pronunciadas paredes verticais, claramente resultantes de desmontes artificiais (Figura 114).

¹⁸ Concessão mineira n.º 1126-P denominada por “Crasto N.º 2” concedida à QUARFEL - Sociedade de Exploração de Rochas, Lda.



Figura 114: Aspecto da zona de desmonte artificial que afectou parcialmente os fossos do Castro de Sapelos, notando-se perfeitamente as paredes verticais.

Não é fácil confirmar se originalmente o castro possuía fossos, pois os mesmos podem ter sido reutilizados quando a rede mais complexa de fossos foi aberta, embora haja quem refira dois fossos que pertenceriam à estrutura original do castro, seguramente na zona de mais fácil acesso a Este (Fontes & Andrade, 2010, sítio nº 21). O que sim parece claro é que o castro possuía originalmente duas linhas de muralha, uma mais extensa delimitando a plataforma superior e outra circunscrevendo uma pequena plataforma a Oeste/Sudoeste. O que ainda não é perfeitamente evidente é a relação de contemporaneidade entre as muralhas e os fossos, o que só futuros trabalhos arqueológicos poderão elucidar.

Os fossos terminam na encosta voltada ao rio Terva num sub-recinto triangular, sendo que no seu vértice inferior localiza-se uma nascente de água. Desta forma, este complexo sistema de fossos poderia formar parte de um *brachium*, que se relaciona com as linhas de fortificação salientes do recinto fortificado com um propósito defensivo prático, neste caso para dar acesso protegido a uma zona de abastecimento de água (Harmand, 1967: 119-120; Labory, 2005; Matherat, 1943; Napoli, 2001) (Figura 115).

De forma a confirmarmos a sua estrutura, aplicamos sobre o modelo digital de superfície (MDS) que obtivemos através do processamento fotogramétrico das fotos aéreas históricas um filtro, o modelo de resíduo morfológico (MRM) (Pires, Fonte, Seco, Santos, & Sousa, 2014), de forma a ressaltar as microtopografias positivas e negativas, notando-se perfeitamente a complexa rede de fossos (Figura 116).

Neste sentido, o Castro de Sapelos trata-se, muito provavelmente, de um povoado fortificado da Idade do Ferro que, em época romana, num momento concreto ainda por determinar, embora possivelmente logo na época de Augusto, foi reutilizado para aí se construir um assentamento militar romano, possivelmente na forma de um *castellum* militar orientado ao controlo territorial e seguramente relacionado com o início da exploração mineira aurífera no vale do Terva, controlando visualmente o referido vale mineiro, bem como a passagem da Via XVII (Figura 117).

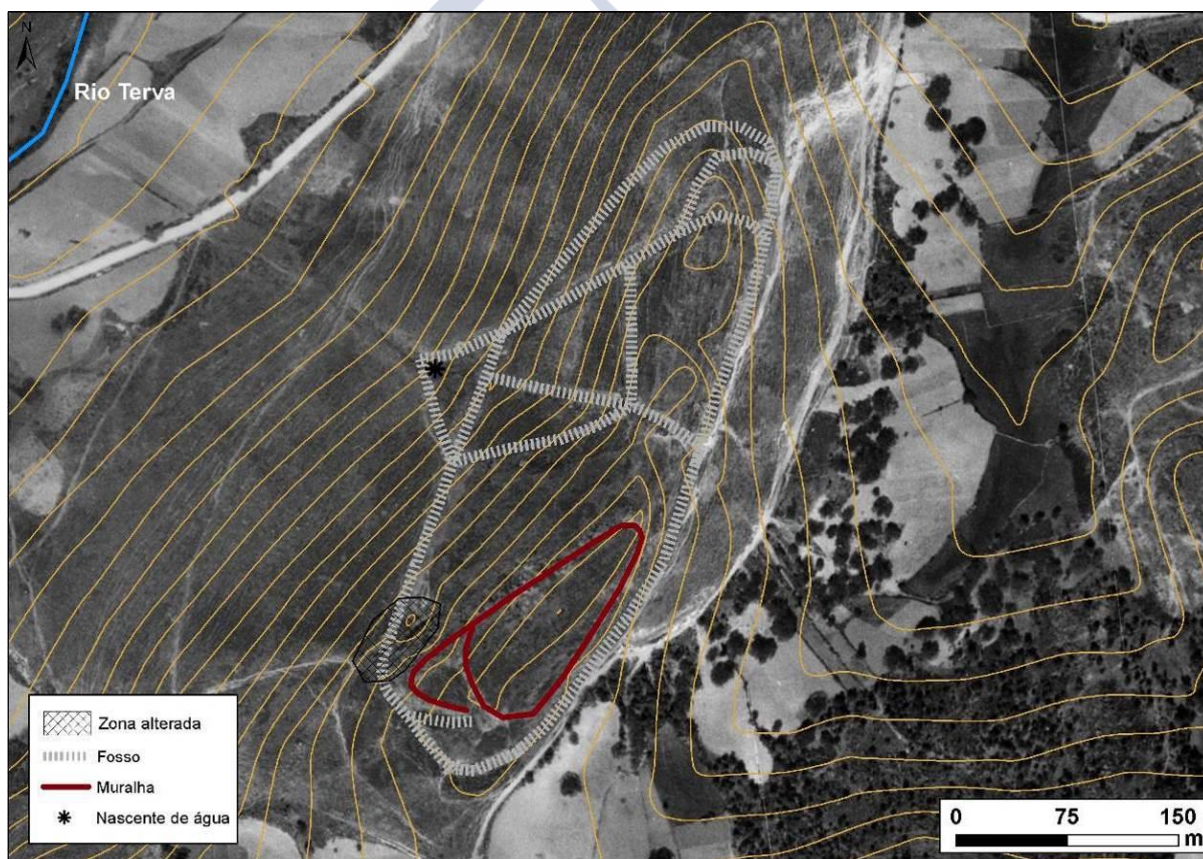


Figura 115: Fotointerpretação do Castro de Sapelos a partir da ortofotografia do voo SPLAL de 1949.

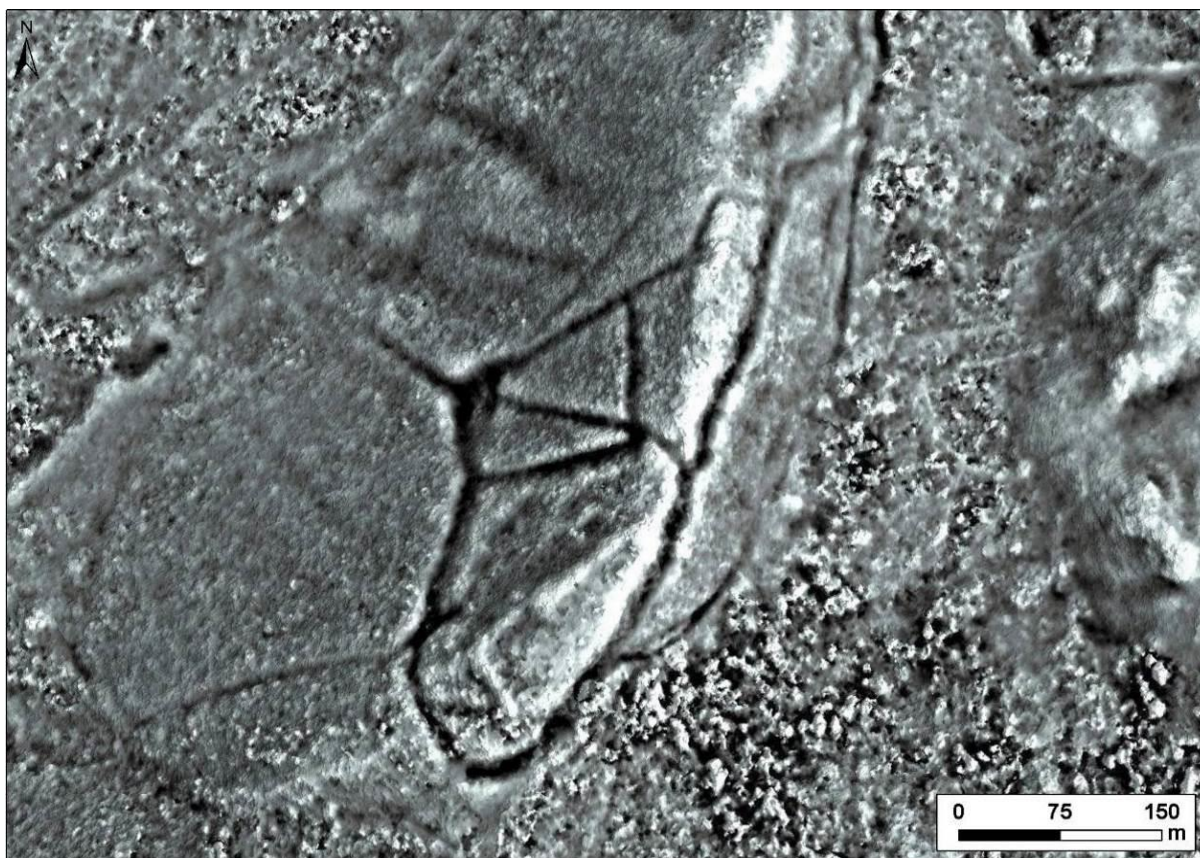


Figura 116: MRM aplicado sobre MDS da zona do Castro de Sapelos.

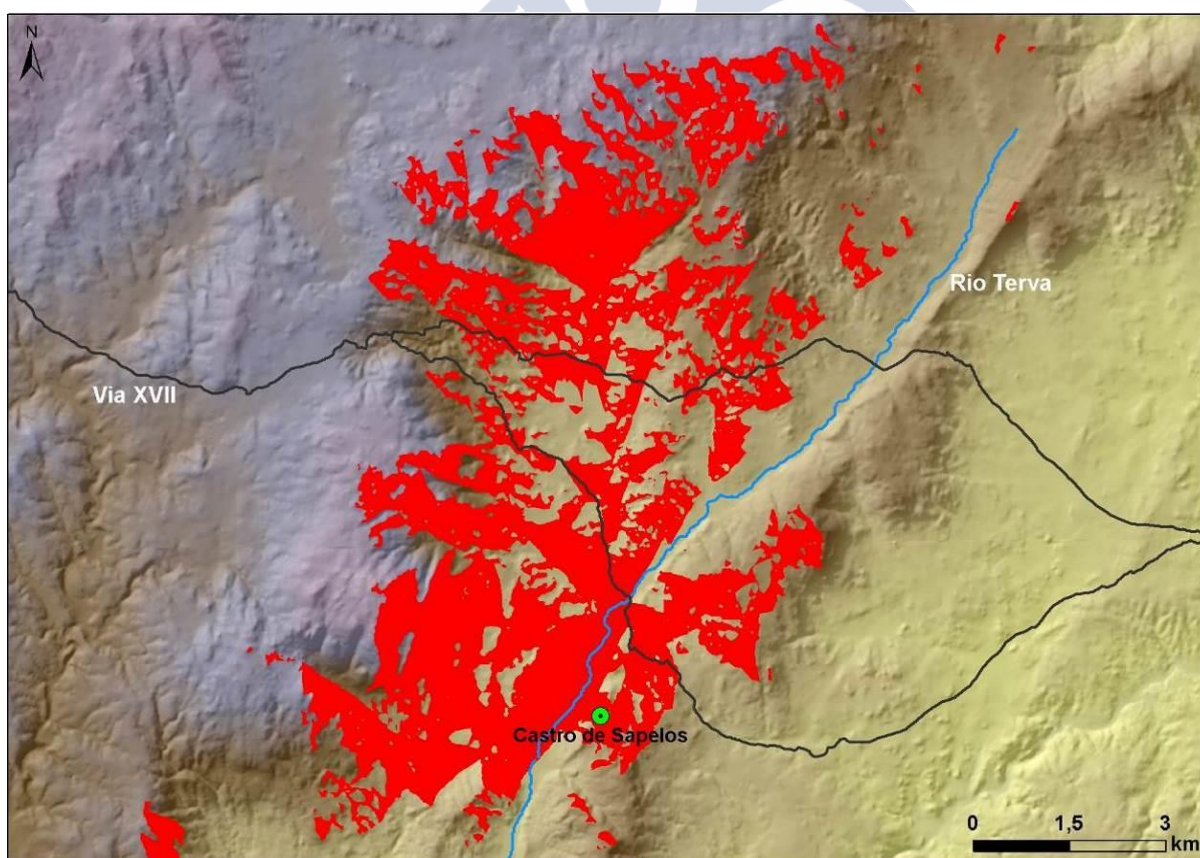


Figura 117: Visibilidade do Castro de Sapelos.

O Castro de Sapelos parece ter tido uma indubitável ocupação da Segunda Idade do Ferro, atestada, desde logo, pela cerâmica indígena que se encontra à superfície, incluindo alguns fragmentos de cerâmica decorada descobertos por Santos Júnior e colaboradores (Júnior et al., 1983: 429), que claramente nos remetem para momentos finais da Idade do Ferro (Figura 118).

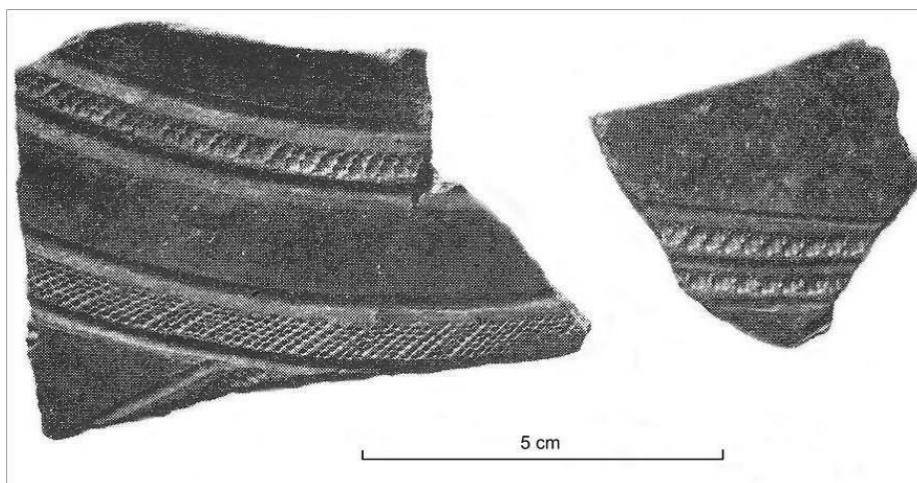


Figura 118: Fragmentos cerâmicos decorados provenientes do Castro de Sapelos (Júnior et al., 1983: 429, Fig. 16).

Refere-se ainda o achado no Castro de Sapelos de 24 moedas romanas “22 de prata, e duas prateadas”, achadas casualmente por uns pastores no século XVIII, tendo as mesmas sido supostamente enviadas para a Academia de Ciências de Lisboa (Guerra, 1982: 59; Vasconcelos, 1913: 190-191)¹⁹. As 22 moedas deverão tratar-se de denários de prata, enquanto as duas moedas prateadas poderão corresponder-se com denários forrados a prata. Importa ressaltar que em época tardo-republicana e alto-imperial o exército romano era pago com numerário de prata (García-Bellido, 2006), sendo por isso mesmo expectável a sua presença em relativa abundância em lugares de instalação militar romana. No vizinho lugar do Pindo, perto do local de passagem da Via XVII, apareceu em 1968 um conjunto de quatro *denarii* tardo-republicanos, com cronologias entre 125 e 78 a.C., embora, face ao desgaste das moedas, o seu ocultamento deverá ter acontecido em data algo posterior (Centeno, 1987: 105).

Podemos encontrar alguns paralelos para este sistema de *brachium* (*brachia* no plural) em alguns acampamentos romanos relacionados com as guerras de conquista do Norte Peninsular. O sítio arqueológico de El Picu Viyao, interpretado inicialmente como um castro, foi recentemente reinterpretado como um possível estabelecimento militar

¹⁹ Contactamos a Academia de Ciências de Lisboa no sentido de tentar localizar as referidas moedas, mas fomos informados que as pesquisas efectuadas nos catálogos resultaram totalmente infrutíferas.

romano, sobretudo por também possuir um *brachium* de planta triangular (González-Álvarez, Álvarez-Martínez, Jiménez-Chaparro, Menéndez-Blanco, & Colloto-Montero, 2011) (Figura 119), que também se encontra presente no acampamento romano de El Picu Curriellos (Figura 120) (Camino-Mayor, Viniegra-Pacheco, & Estrada-García, 2005; Camino-Mayor, Viniegra-Pacheco, Estrada-García, Ramos-Oliver, & Jiménez-Moyano, 2007), e, muito possivelmente, no El Picu L.lagüezos (Figura 121), este último já não de forma triangular (Martín-Hernández & Camino-Mayor, 2013), servindo, em todos os casos, para proteger o acesso a nascentes de água.

Deste modo, os *brachia* correspondem-se com linhas de defesa que asseguravam a conexão da estrutura fortificada principal, com outras estruturas de fortificação secundárias e/ou determinados pontos estratégicos, podendo ter diversas morfologias (Matherat, 1943). Nas palavras de Nadine Labory (2005: 32), o *brachium* trata-se de um “dispositif linéaire, issu d'une fortification principale, implanté sur ses côtés de manière à couvrir la circulation des soldats vers d'autres points du système fortifié, ou de façon à bloquer l'avancée des troupes ennemies par les passages qui sans ces *brachia* resteraient libres, il a été utilisé dès le premier siècle avant Jésus Christ, au moins jusqu'au III^e siècle.”.

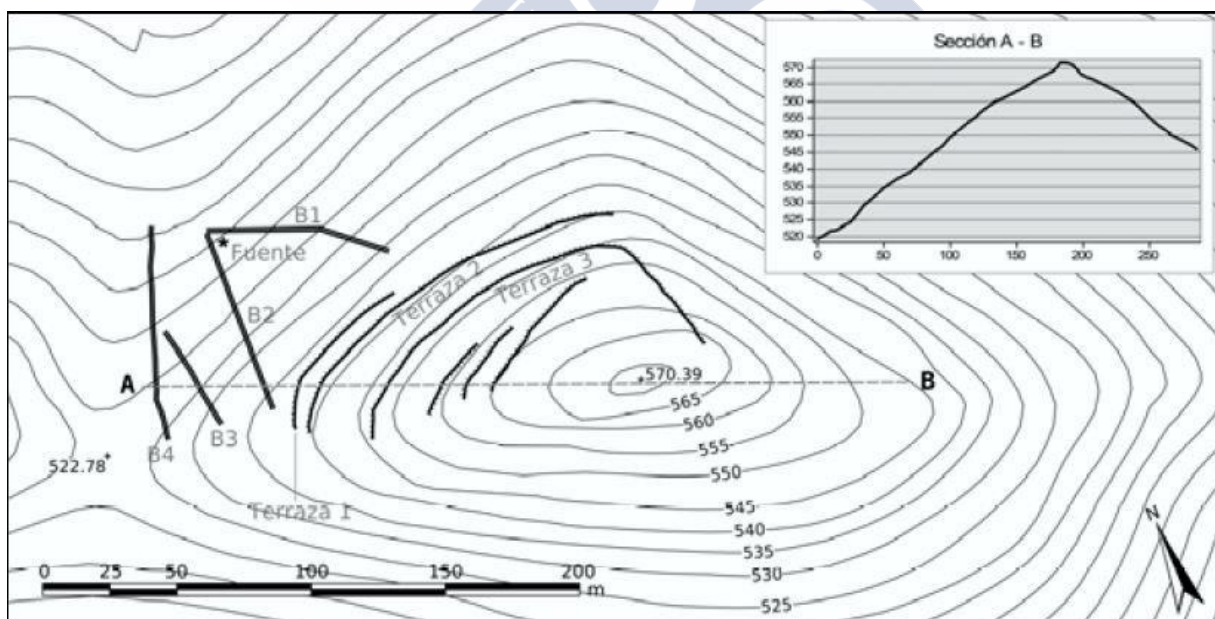


Figura 119: Estruturas de El Picu Viyao (González-Álvarez et al., 2011: 228, Fig. 4).



Figura 120: Estructuras de El Picu Curriellos (Costa-García, 2013: 168).

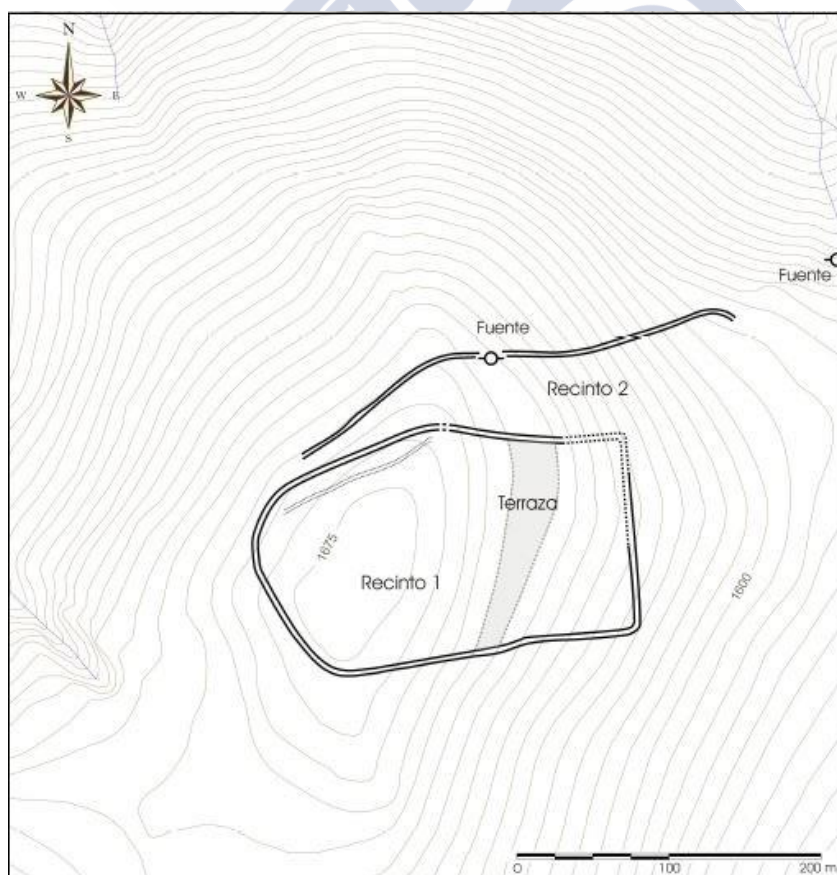


Figura 121: Estructuras de El Picu L.lagüezos (Martín-Hernández & Camino-Mayor, 2013: 271, Fig. 7).

5.3.2. Vale Superior do Rio Tinha (Vila Pouca de Aguiar, Portugal)

Esta designação genérica engloba as conhecidas zonas mineiras de Tresminas, Jales e Gralheira, que constituíram um dos maiores complexos mineiros do mundo romano.

No caso de Jales, a retoma da exploração na primeira metade do século XX deverá ter destruído a grande maioria dos vestígios da exploração de época romana, pelo que a área melhor conhecida e valorizada é a de Tresminas (Marques, 2015), classificada como Imóvel de Interesse Público (publicada no Diário da República, Decreto n.º 67/97, I Série-B, n.º 301, de 31-12-1997²⁰), sobretudo à raiz dos trabalhos de Jürgen Wahl (1988, 1998), que tiveram continuidade depois do seu falecimento pela sua mulher Regula Wahl-Clerici, que tem levado a cabo em conjunto com outros investigadores alemães uma investigação com métodos não invasivos, sobretudo na zona de Tresminas (Helfert, Ramminger, & Wahl-Clerici, 2013; Ramminger, Helfert, & Wahl-Clerici, 2011).

A exploração foi feita pelo sistema de cortas a céu aberto, embora parece ter havido um primeiro momento de exploração subterrânea, baseada na abertura de poços e galerias de prospecção, seguido do desmonte de filões na horizontal e em profundidade, pelo que só depois se terá passado à exploração a céu aberto (Batata, 2013: 788), hipótese já anteriormente avançada por Claude Domergue (2008: 140-141). Este complexo sistema de galerias destinava-se também ao transporte de materiais e ao escoamento das águas para drenagem das cortas. Em Tresminas existem três cortas de exploração a céu aberto: corta de Covas, corta da Ribeirinha e corta dos Lagoinhos, sendo de destacar as duas primeiras pelas suas extraordinárias dimensões e profundidade (Figura 122).

Existe pelo menos um povoado mineiro arqueologicamente constatado como tal, o povoado da Veiga da Samardã, na periferia imediata das frentes mineiras de Tresminas, nomeadamente da corta de Covas, com uma cronologia genérica de ocupação entre os séculos I e II d.C. (Batata, 2009, 2011, 2013; Lemos & Martins, 2014: 342-344; Wahl, 1988).

Existem também uma série de barragens, depósitos de água e de canais de abastecimento associados às frentes de exploração mineira, embora nos pareça que o processo de mineração de um ponto de vista da engenharia mineira ainda não se encontra devidamente estudado, sobretudo no que refere à rede hidráulica.

²⁰ Decreto n.º 67/97: <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/1997/12/301B00/68926903.pdf>.

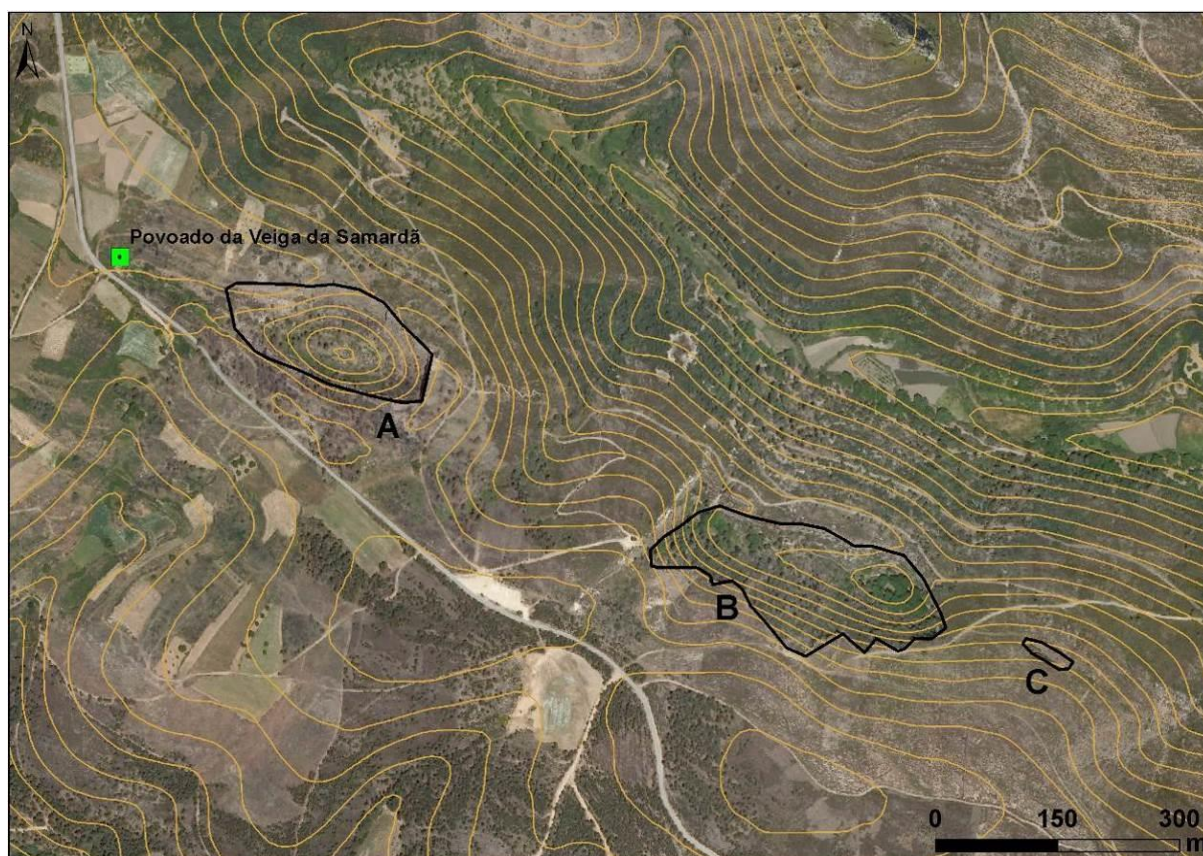


Figura 122: Localização do povoado romano da Veiga da Samardã em relação às cortas de Covas (A), da Ribeirinha (B) e dos Lagoinhos (C) sobre ortofotografia actual (Ortos_DGRF_2004_06).

Inseridos nestas zonas mineiras existem dois povoados fortificados, integráveis no modelo locacional 3: o Castelo Redondo, na zona de Tresminas, e o Castelo dos Mouros de Jales, na zona de Jales/Gralheira. Relativamente ao primeiro, este localiza-se num cabeço em esporão sobre a ribeira do Torno, imediatamente sobranceiro à aldeia da Ribeirinha, o que poderá ter provocado, em grande medida, a sua profunda alteração, sobretudo pela construção de uma série de plataformas agrícolas e de caminhos. Todavia, recentes intervenções arqueológicas parecem descartar o seu interesse arqueológico, visto que as sondagens realizadas foram totalmente negativas (Batata, Borges, Correia, & Sousa, 2008: 150-151). A análise da fotografia aérea histórica não permite descartar por inteiro as dúvidas, pois, apesar de se notarem perfeitamente uma série de plataformas e de muros, estes podem ter simplesmente uma finalidade agrícola com vista à criação de terraços artificiais, face à proximidade da aldeia da Ribeirinha (Figura 123). Só novas intervenções arqueológicas poderão esclarecer de forma definitiva esta questão, embora seja de realçar que a sua localização é perfeitamente compatível com a existência de um povoado fortificado, tanto mais que se implanta em plena zona mineira de Tresminas.

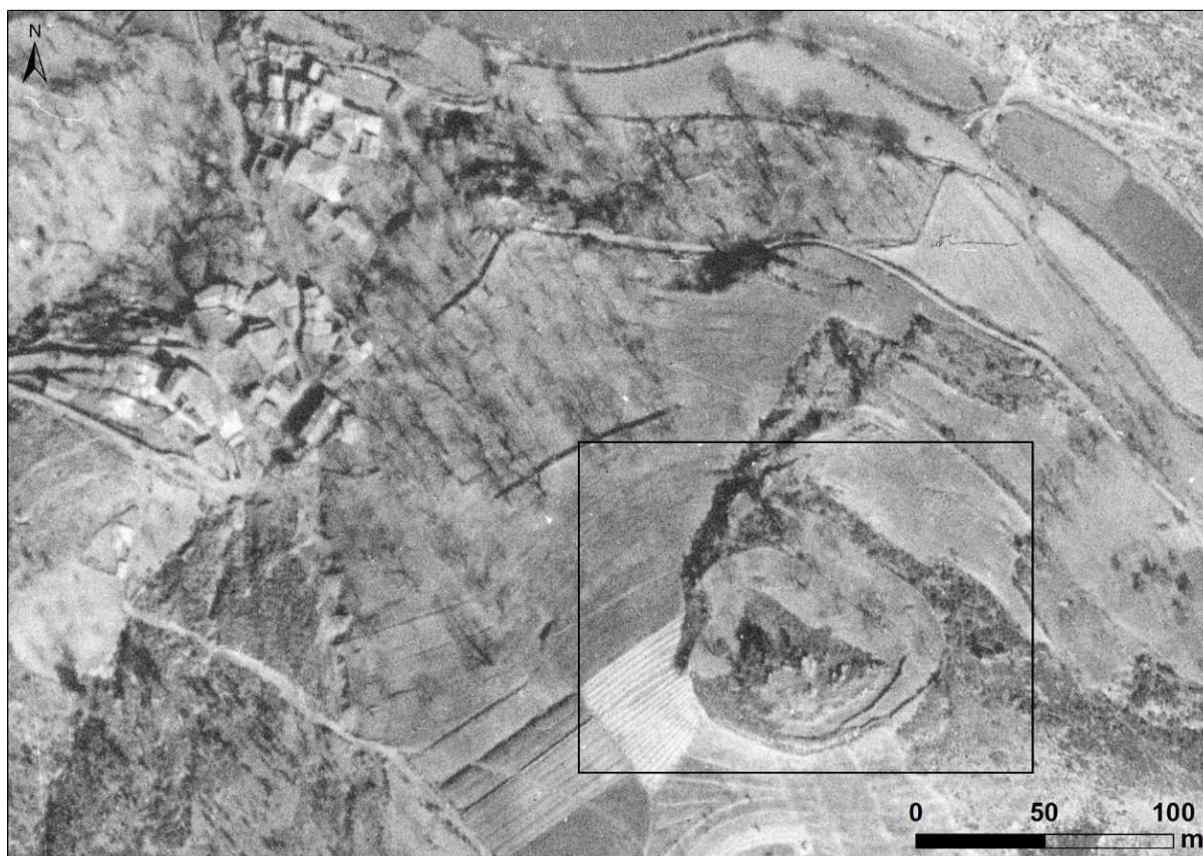


Figura 123: Castelo Redondo nas proximidades da aldeia da Ribeirinha (SPLAL 1949).

Na envolvente próxima de Tresminas existe um outro povoado fortificado que importa destacar: o castro de Vale de Osso, situado já no concelho de Valpaços, perto da aldeia de Curros (Freitas, 2001: 198-200). Localiza-se num pronunciado meandro do rio de Curros (Figura 124), assentando numa crista quartzítica na sua margem esquerda, sendo de destacar na sua envolvente não só as ocorrências minerais de Au, mas também as de Au-Pb e de Pb, pelo que será de considerar a hipótese de a comunidade que habitava este castro ter aproveitado os recursos minerais de ouro e de chumbo, particularmente em contexto de aluvião (Figura 125). Pouco se sabe sobre a sua estrutura, devido ao extenso mato que recobre o sítio, referindo-se a existência de uma linha de muralha e o aparecimento de “numerosos fragmentos cerâmicos de vasos de pequenas dimensões, bem como fragmentos de telha romana de rebordo (*tegulae*)” (*ibid.*: 200).

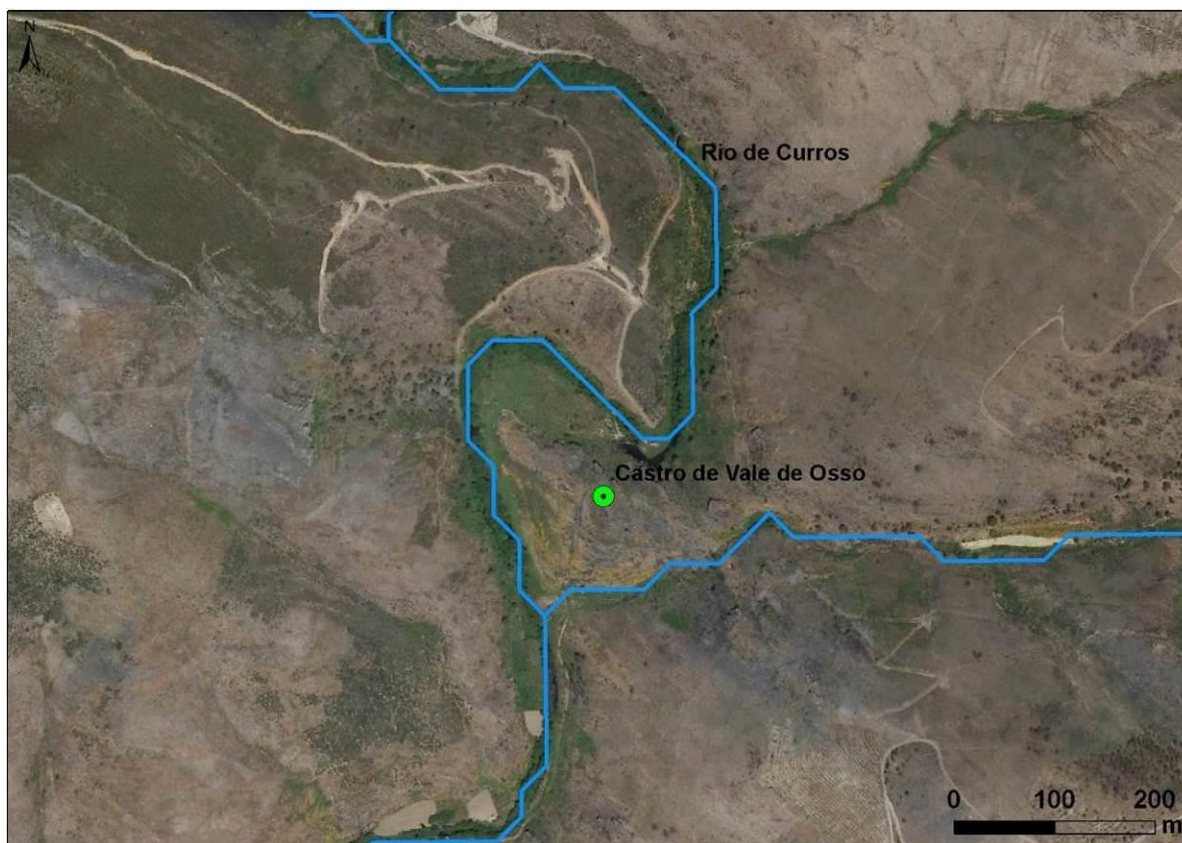


Figura 124: Castro de Vale de Osso (Ortos_DGRF_2004_06).

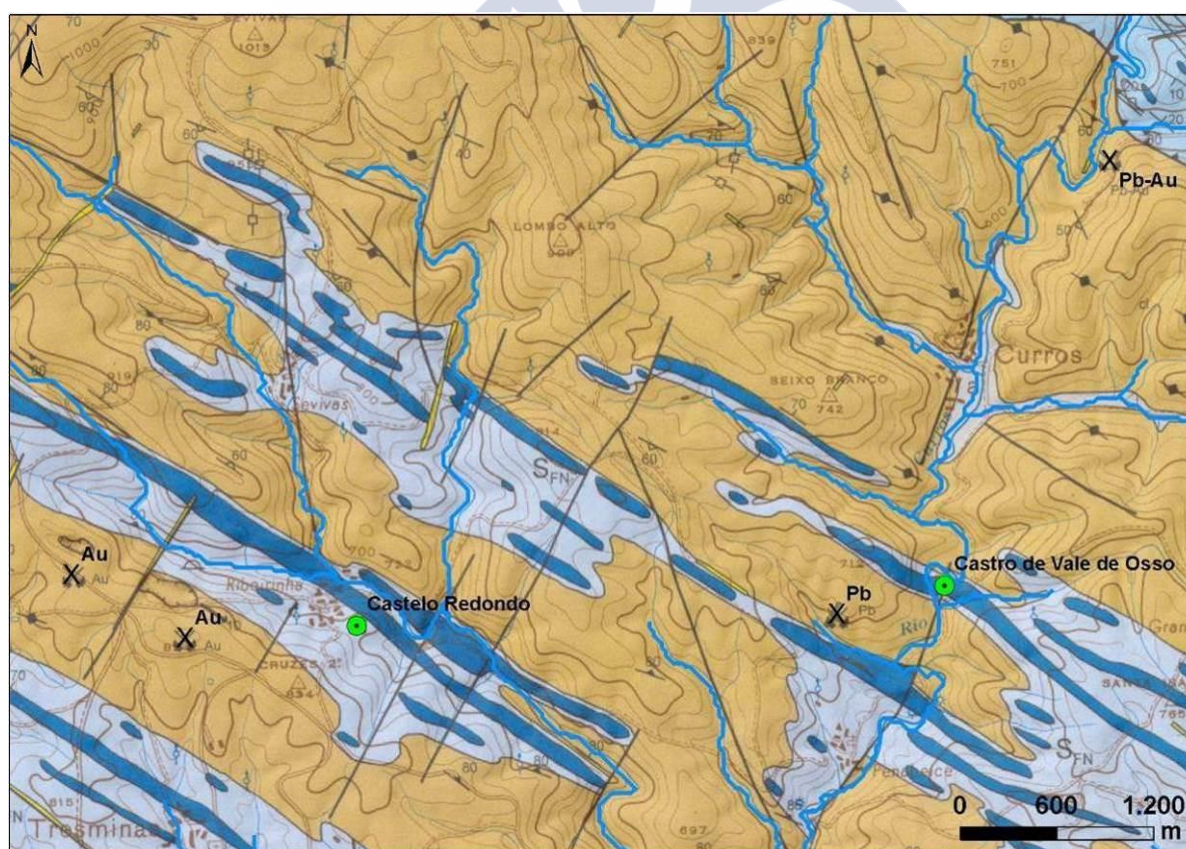


Figura 125: Extracto da carta geológica nº6D à escala 1:50.000 com destaque para os recursos de Au, Pb-Au e Pb e a localização do Castelo Redondo e do Castro de Vale de Osso.

Um pouco mais para Norte da zona de Tresminas existe um outro povoado que importa também destacar, em particular pela sua estranha e anómala morfologia, sobretudo quando comparada com os povoados fortificados da envolvente: trata-se do Alto da Cerca²¹ (Padrela e Tazém, Valpaços). Este povoado foi já referenciado por Francisco Sande Lemos (1993 II: 548-549, sítio nº 886), Ricardo Teixeira (1996: 110, sítio nº 722) e por Adérito Medeiros Freitas (2001: 239-242), todos coincidindo no facto de ser um povoado com umas características muito específicas (Figura 126).

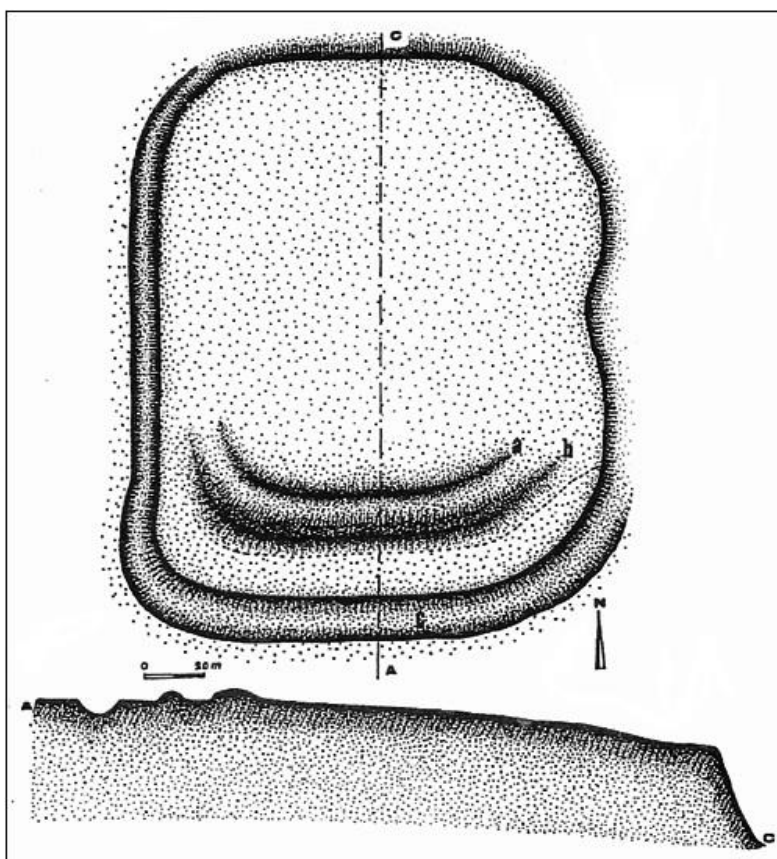


Figura 126: Planta e perfil esquemáticos do Alto da Cerca (Freitas, 2001: 240).

O povoado localiza-se numa zona planáltica na vertente Oriental da serra da Padrela, implantando-se num amplo mas pouco destacado relevo em esporão sobranceiro a uma pequena ribeira, que o rodeia pelos lados Oeste e Norte, e também por uma outra pequena linha de água subsidiária da anterior que passa pelo lado Leste do sítio, o que lhe reforça consideravelmente as condições de defesa natural, dado que as encostas do esporão são suaves e pouco elevadas, exceptuando do lado Norte. O povoado tem uma planta sensivelmente rectangular, com esquinas arredondadas e com uma área interna de

²¹ Vale a pena notar que o uso do topónimo “cerca” para assentamentos militares é relativamente comum, tal como nos casos de Cidadela (Caamaño-Gesto, 1984) e Rosinos de Vidriales (Carretero-Vaquero & Romero-Carnicero, 1996), por exemplo.

aproximadamente 2 hectares (Figura 126, 127 e 128). Os lados Sul e Oeste correspondem-se com as zonas mais acessíveis, pelo que é aqui que se concentra o seu sistema defensivo, que se estrutura em base a um profundo fosso exterior, que cobre todo o lado Sul e Oeste, tornando-se progressivamente menos profundo à medida que se afasta do acesso principal a Sul. Não há vestígios evidentes deste fosso dos lados Norte e Leste. A seguir ao fosso surge a primeira linha de muralha, que se compõe de um pronunciado talude de terra, que circunda integralmente o povoado. Dada a vulnerabilidade do acesso pelo lado Sul, a defesa parece ter sido aí reforçada com uma segunda linha de muralha, definida por um talude de terra menos acentuado, que se desenvolve exclusivamente pelo lado Sul.

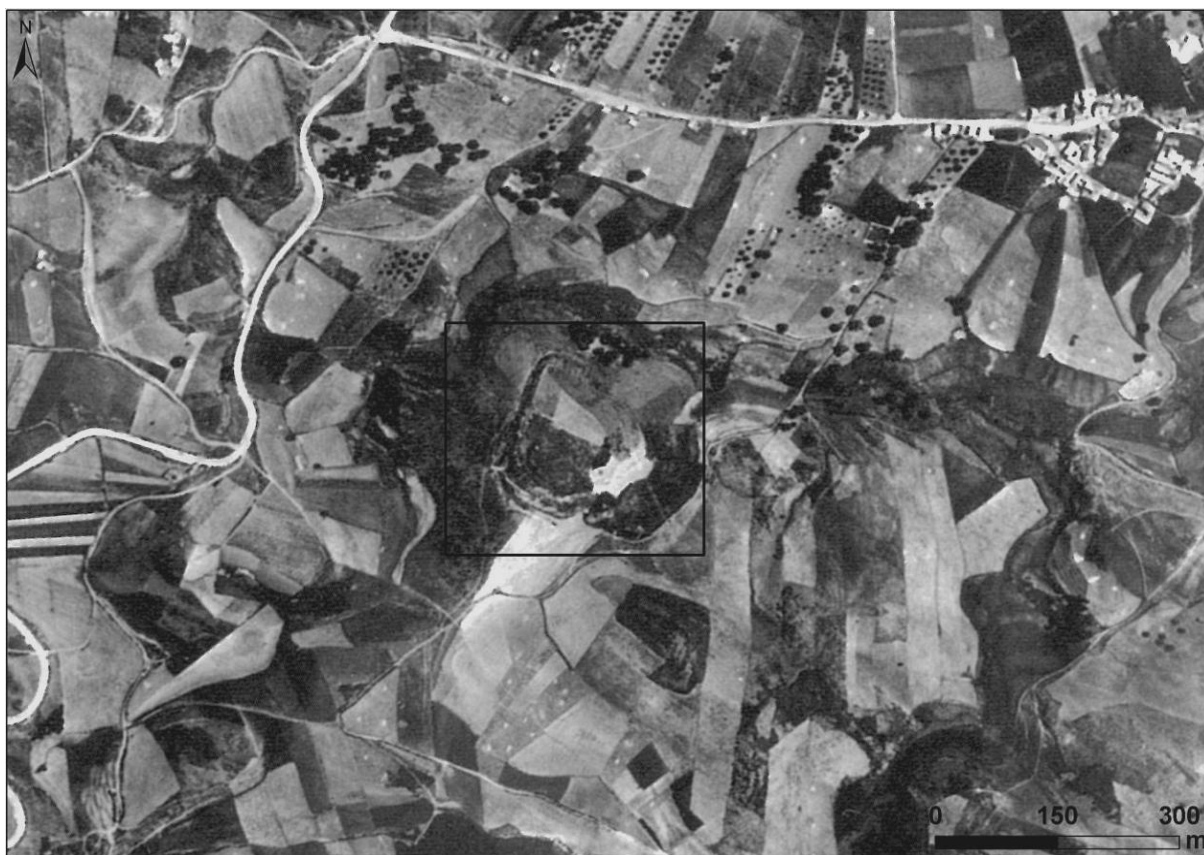


Figura 127: Localização do Alto da Cerca sobre ortofotografia do voo USAF de 1958.

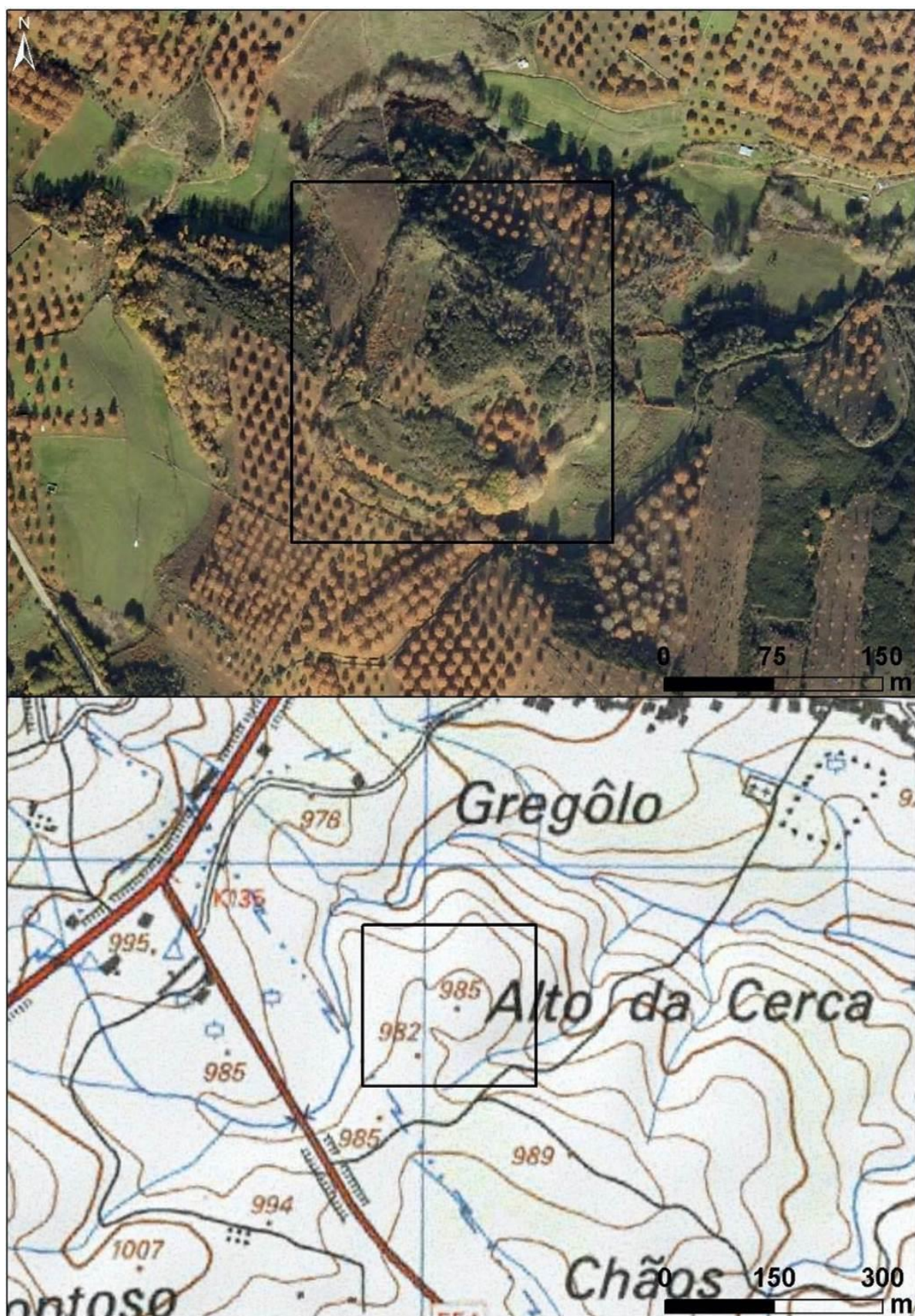


Figura 128: Localização do Alto da Cerca sobre ortofotografia actual (Ortos_DGRF_2004_06) (em cima) e na Carta Militar nº 61 à escala 1:25.000 do IGeoE (em baixo).

Face à sua morfologia, é tentador pensar que o Alto da Cerca poderá tratar-se de um assentamento militar romano, embora de momento a falta de novos dados torne esta hipótese ainda bastante remota. Aliás, esta hipótese tinha já sido previamente avançada por Francisco Sande Lemos (1993 II: 548-549, sítio nº 886; 2004: 417), considerando que, face à particularidade do seu sistema defensivo, poderá tratar-se de um “campo militar romano, tanto mais que se encontra localizado na zona que dá acesso ao distrito mineiro de Três Minas e Jales” (Lemos, 1993 II: 549). Iremos tentar contextualizar um pouco melhor este sítio, particularmente em relação ao complexo mineiro de Tresminas.

Este sítio encontra-se já fora da zona mineira de Tresminas, embora na sua periferia imediata. Perto desta zona tinha já sido referida a existência de um possível canal (Canal 1) no topónimo “Fragas Cortadas” (Curros, Valpaços) (Freitas, 2001: 201-205) (Figura 129 e 130), tendo este canal sido também identificado por Jürgen Wahl (2003: 498-501), que passaria sensivelmente pela cota dos 700 metros, e que se dirigia para Sul em direcção a Tresminas, aparentemente em direcção à corta da Ribeirinha, embora o canal esteja a uma cota inferior, pelo que não será de supor uma relação directa entre ambos elementos (Figura 133).



Figura 129: Troço de canal escavado na rocha na zona das “Fragas Cortadas”.

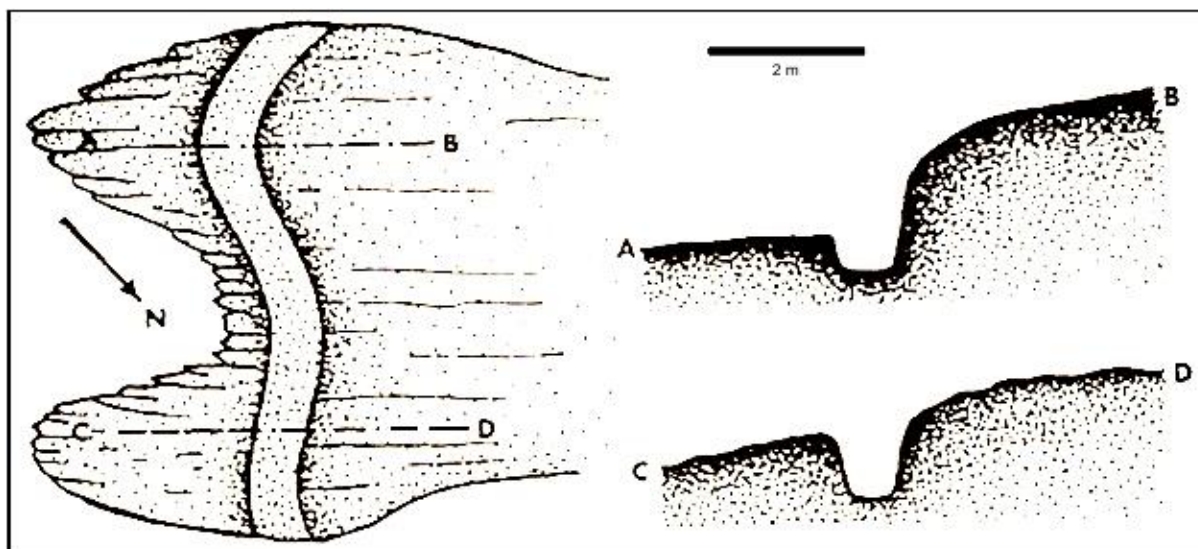


Figura 130: Planta e perfis esquemáticos das “Fragas Cortadas” (Freitas, 2001: 204).

Por informação de Maurício da Eira Laje, habitante da aldeia de Curros e que tinha sido o informante de Adérito Medeiros Freitas (2001: 197-206) para a freguesia de Curros, reconhecemos um segundo canal (Canal 2) a uma cota superior, em torno dos 800 metros, e que, aparentemente, também se dirige para Sul em direcção a Tresminas, ligando com um outro troço já conhecido na zona das “Fragas Negras” (Figura 131), que estaria supostamente relacionado com o abastecimento de água a uma instalação de lavagem de minério (Wahl, 1998: 66-68; Wahl-Clerici, 2013: 41-43), que era composto por "(...) dois sistemas paralelos que aproveitavam a inclinação constante da encosta e eram dotados, cada um, de pelo menos 17 postos operacionais unidos em série, postos esses que se estendiam por uma distância de cerca de 200 m da crista até ao vale." (Wahl, 1998: 66) (Figura 132).



Figura 131: Troço de canal escavado na rocha na zona das “Fragas Negras”, com a Corta de Covas ao fundo.

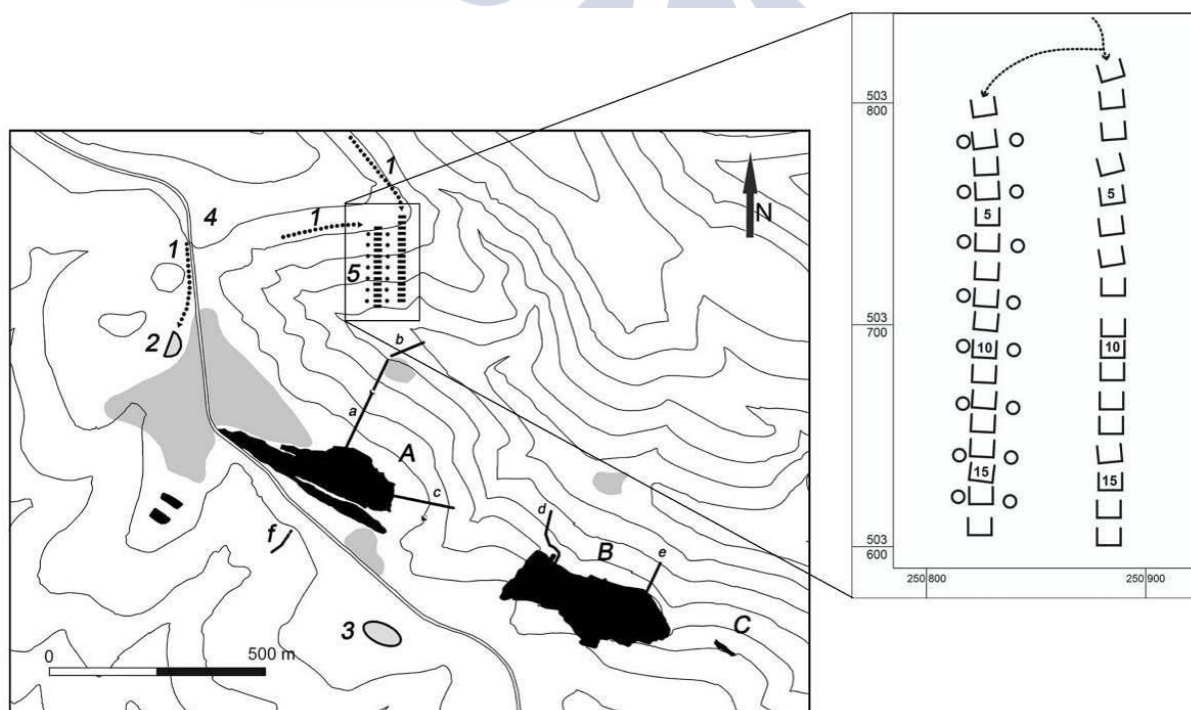


Figura 132: Mapa da zona mineira de Tresminas, com destaque para a instalação de lavagem de minério (Helfert et al., 2013: 208, Fig. 1; Wahl-Clerici, 2013: 41, Fig. 3).

Legenda: 1 - Aquedutos, 2 - Reservatório de água, 3 - Anfiteatro?, 4 - Necrópole, 5 - Instalação de lavagem de minério, A - Corta de Covas, B - Corta da Ribeirinha, C - Corta dos Lagoinhos, a - Galeria do Pilar, b - Galeria do Texugo, c - Galeria dos Alargamentos, d - Galeria dos Morcegos, e - Galeria do Buraco seco, f - Galeria Esteves Pinto.

Em algumas zonas estes canais foram escavados na própria rocha o que garantia uma maior estabilidade, mas nas zonas onde era necessário salvar a pendente do terreno os canais eram construídos sobre muros de contenção em pedra seca. A água seria transportada por acção da gravidade, pelo que os canais teriam que ser construídos com um ligeiro desnível decrescente, aproximadamente de 0,5%, entre o *caput aquae* e o ponto terminal, perfeitamente adaptados à geomorfologia do terreno (Domergue, 2012; López-Boado, 2005; Matías-Rodríguez, 2006a, 2006b, 2008; Riera, 2005; Sánchez-Palencia & Pérez-García, 2000).

Encontrava-se já localizada uma barragem a Sul de Tazém na ribeira de Frades (Wahl-Clerici, Helfert, & Wiechowski, 2012: 21, Fig. 1, nº 9), sendo precisamente aqui a zona de abastecimento do canal 2 (Figura 133). Face à existência do canal 1 a uma cota inferior, teria muito provavelmente que existir uma outra barragem ainda não localizada. Uma possibilidade seria a Sul de Valizelos na ribeira do Salgueiral, perto do topónimo Vale Grande, embora não seja de excluir uma localização mais a Norte (Figura 133).

Todavia, será necessário proceder-se a uma cartografia rigorosa do traçado de ambos canais, sobretudo da sua parte final em relação às cortas mineiras de Tresminas, de forma a se clarificar qual poderá ter sido a finalidade de ambos no apoio à exploração mineira de Tresminas. Apresentamos, porém, uma proposta de traçado para ambos canais, com base nos troços que verificamos em campo, os quais interligamos seguindo sensivelmente a mesma linha de cota (Figura 133).

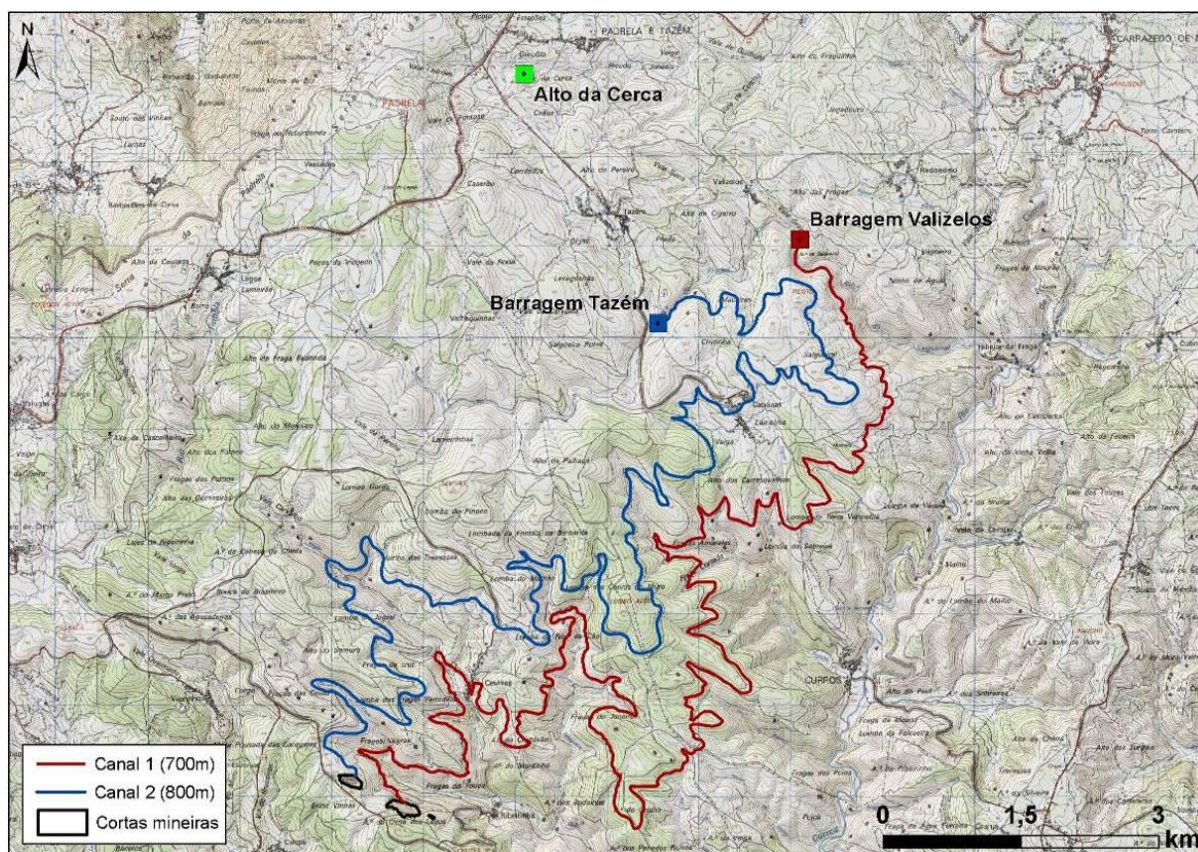


Figura 133: Localização do Alto da Cerca na Carta Militar nº 60, 61, 74 e 75 à escala 1:25.000 do IGeoE em relação à rede hidráulica (canais e barragens) que se dirige para Sul em direcção a Tresminas.

Posto isto, será que a presença militar romana no sítio do Alto da Cerca, obviamente se esta se vier a confirmar, se poderia eventualmente relacionar com o início da exploração mineira e com os trabalhos de construção da rede hidráulica que abastecia a zona mineira de Tresminas? Esta tratou-se de uma impressionante obra de engenharia hidráulica com quilómetros de extensão, obedecendo a rigorosos critérios de planificação topográfica, a par da construção de barragens e de reservatórios de água, cuja construção poderia ter beneficiado dos conhecimentos técnicos do próprio exército romano, que estaria directamente envolvido na concepção e edificação das infra-estruturas necessárias à exploração mineira.

Jürgen Wahl (2003: 498) refere a existência de cinco ou seis canais que compunham a rede hidráulica de abastecimento a Tresminas, embora não avance com os seus traçados exactos. Menciona-se também a existência das barragens da Ferraria e de Vale das Veias no rio Tinhela, em relação directa com a conduta e túnel do Pedroso, que tem uma parte a céu aberto e outra subterrânea, e que aparentemente se dirigia para um reservatório de água de consideráveis dimensões localizado a Oeste da corta de Covas, constituindo a

parte mais bem conhecida do sistema de armazenamento e distribuição de água que abastecia o complexo mineiro de Tresminas (Fortes, 2009; Martins, 2012; Wahl, 1988).

Por outro lado, queremos também destacar as centenas de moinhos de pilões identificados por toda a zona mineira de Tresminas e que eram utilizados na trituração do minério (Wahl 1998: 66-67) (Figura 134), não sendo de colocar de lado a possibilidade de estes terem sido alimentados precisamente com energia hidráulica (Hirt, 2010: 35-36; Wilson, 2002: 22-24), de forma semelhante ao processo descrito por G. Agrícola na primeira metade do século XVI (Figura 135), embora alguns autores defendam que a força motriz que alimentaria este sistema seria antes accionada pela força humana ou animal (Wahl, 1998: 66; Wahl-Clerici, 2013: 41).

Alguns canais parecem relacionar-se com zonas de elevada concentração deste tipo de pilões, nomeadamente o que definimos como Canal 1, que aparentemente termina em baixo da corta da Ribeirinha, justamente onde se regista uma grande densidade destes pilões.

A moagem mais fina seria realizada com recurso a moinhos circulares rotativos (Wahl 1998: 66), diferenciando-se dos que seriam utilizados na moagem de cereais pelo tipo de granito: os primeiros e também os de pilões foram realizados em granitos biotíticos, mais duros e resistentes, enquanto os últimos foram elaborados em granitos de duas micas, mais frágeis (Wiechowski, Wahl-Clerici, Helfert, & Ramminger, 2015).

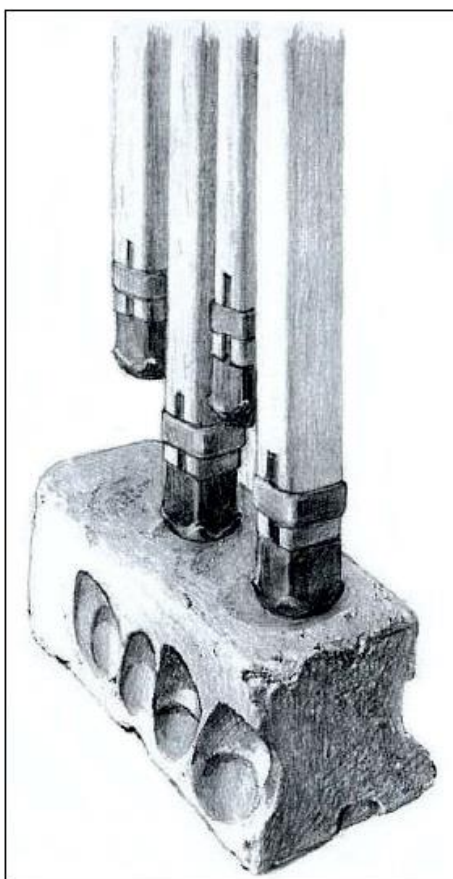


Figura 134: Reconstituição parcial de um moinho de pilões de Tresminas para trituração de minério (Wahl, 1998: 65, Fig. 13).



Figura 135: Britagem de minério através de um moinho de água (Agricola, 1556: 284).

Por esta zona passaria uma via secundária que faria a ligação entre o vale do Douro e a Via XVII, cujo traçado foi já genericamente definido (Lemos, 2004), tendo o tramo entre Justes e Jales sido devidamente cartografado (Lopes, Silva, Centeno, & Parente, 1994), ao contrário do traçado entre Jales e a Via XVII, que é ainda relativamente mal conhecido, devido à ausência de indicadores arqueológicos viários claros. Segundo estes últimos autores, esta via faria a ligação entre *Emerita Augusta* (Mérida) e *Aquae Flaviae*, cruzando as zonas mineiras de Jales, Gralheira e Tresminas, e ligando mais a Norte à Via XVII e daí a *Aquae Flaviae* (Figura 136). A principal evidência material da existência desta via é a Ponte do Arco ou de Barrela (Vreia de Jales, Vila Pouca de Aguiar), bem como a estátua-estela do Marco, um elemento pré-existente que se encontrava mesmo ao lado do traçado da via, podendo ter sido integrado na construção desta nova paisagem romana (Lopes et al., 1994) (Figura 136 e 137). A Ponte do Arco corresponde-se com uma pequena ponte em granito de um só arco, sobre o rio Pinhão, de construção romana, restando ainda os pilares e o arco de volta perfeita que apresentam várias pedras almofadadas e marcas de *forfex*, tendo posteriormente sofrido diversas remodelações.

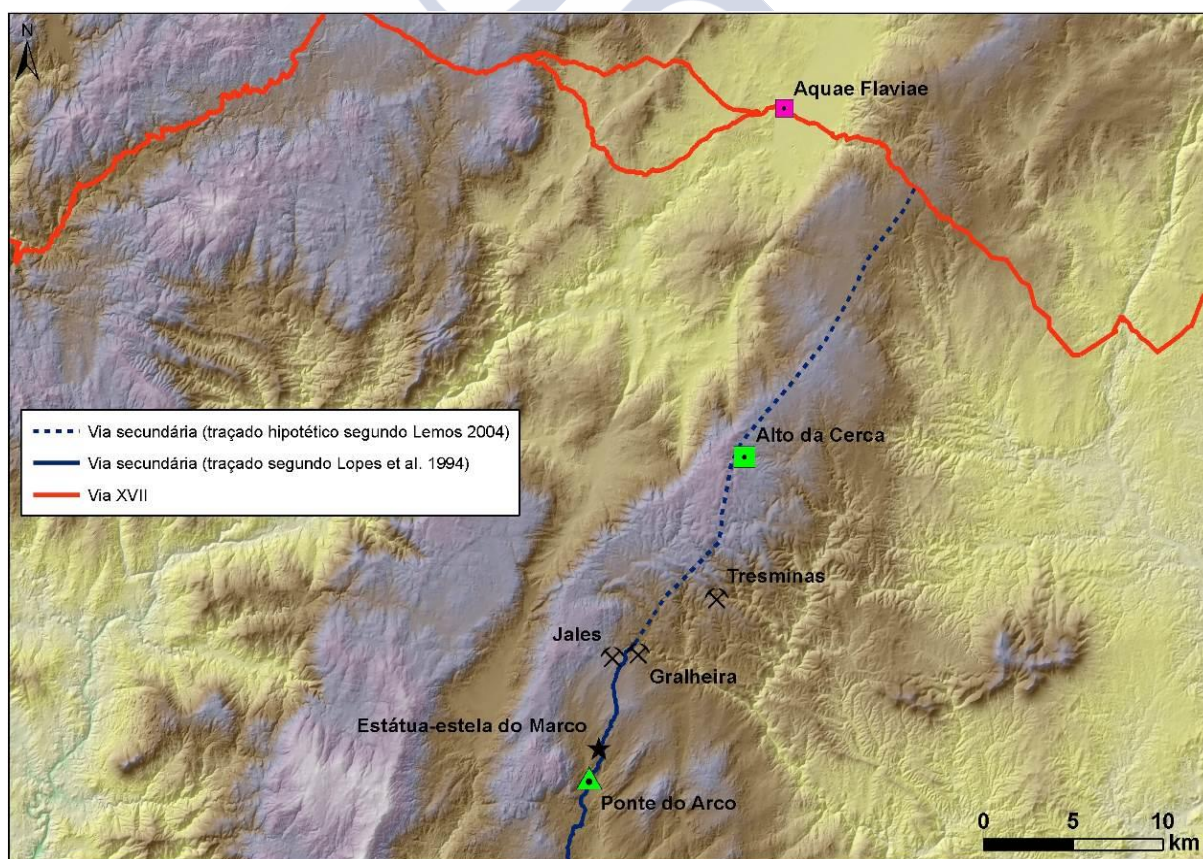


Figura 136: Via secundária que ligava o vale do Douro à Via XVII, cruzando as zonas mineiras de Jales, Gralheira e Tresminas e passando perto do Alto da Cerca.



Figura 137: Ponte do Arco ou de Barrela (© Sistema de Informação para o Património Arquitectónico - SIPA, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. - IHRU).

Já em relação ao Castelo dos Mouros de Jales parece não haver qualquer dúvida relativamente à existência de um povoado fortificado.

Trata-se de um povoado com duas monumentais linhas de muralha de aparelho poligonal e isódomo em granito (Figura 138) e com o interior preenchido com pedra de xisto, sendo a Sudoeste, a zona de mais fácil acesso, reforçado por um profundo fosso escavado no afloramento e outros dois fossos mais estreitos, divergentes do primeiro (Figura 139). Localiza-se num meandro do rio Tinhela, sendo o acesso ao rio bastante fácil, havendo mesmo uma porta na muralha exterior que dá acesso directo ao rio.



Figura 138: Pormenor do aparelho polygonal da muralha do Castelo dos Mouros de Jales (© Sistema de Informação para o Património Arquitectónico - SIPA, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. - IHRU).

Trabalhos arqueológicos recentes comprovaram a aparente “(...) ligação efectiva do povoado castrejo à mineração romana. Para além da existência de casas muito rudes de habitação, parcialmente escavadas na rocha, no que parece ser um hábito mineiro, a escavação de uma plataforma, encostada à face interna da muralha sul, revelou a presença de camadas de estéril das minas, utilizadas para nivelamento do piso”, associados a fragmentos de cerâmica indígena (Batata, 2013: 786). Contudo, cremos que ainda não se encontra devidamente comprovado se essa camada de nivelamento se trata realmente de estéril de mina, podendo antes tratar-se da terra que foi extraída da escavação dos fossos e que foi utilizada para regularização das plataformas face ao desnível topográfico, servindo as muralhas como muros de suporte, tal como no caso do Castro do Poio (Covas do Barroso, Boticas) já previamente mencionado (*vide* 5.2.1. Vale do rio Beça). A ser estéril de mina, não nos parece que este seja proveniente da zona de Tresminas tal como é sugerido (Batata, 2010), mas antes da zona da Gralheira, pois fica bastante mais próxima do Castelo dos Mouros.

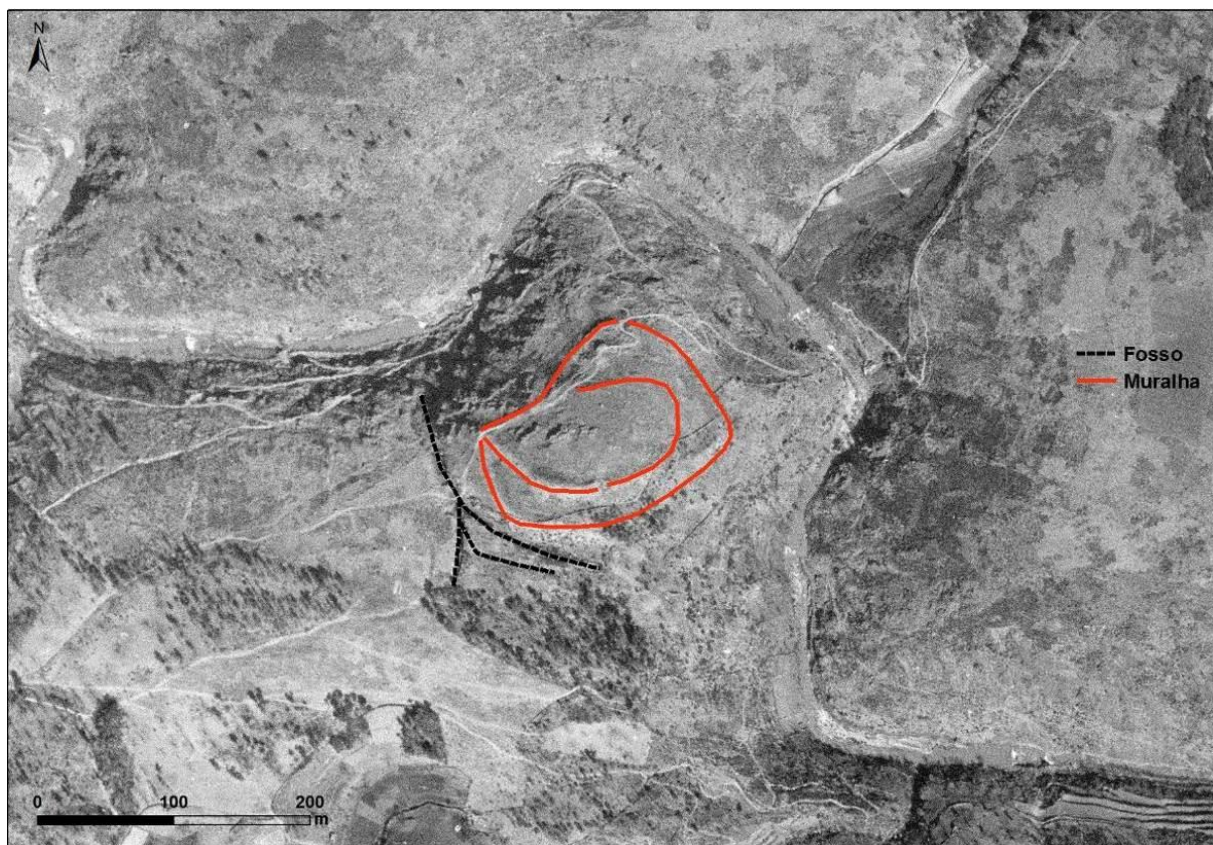


Figura 139: Fotointerpretação do Castelo dos Mouros de Jales a partir da ortofotografia do voo SPLAL de 1948.

A envolvente geológica do Castelo dos Mouros é bastante rica em recursos minerais auríferos (Figura 140). Tanto as minas da Gralheira como as de Jales localizam-se nas suas proximidades. O rio Tinhela drena toda esta área, pelo que as suas aluviões transportariam seguramente ouro, recurso este que poderia ser perfeitamente controlado e aproveitado pelas comunidades indígenas, sobretudo tendo em conta a localização do Castelo dos Mouros num meandro do rio Tinhela, zona óptima para o aproveitamento das areias transportadas e depositadas por este rio.

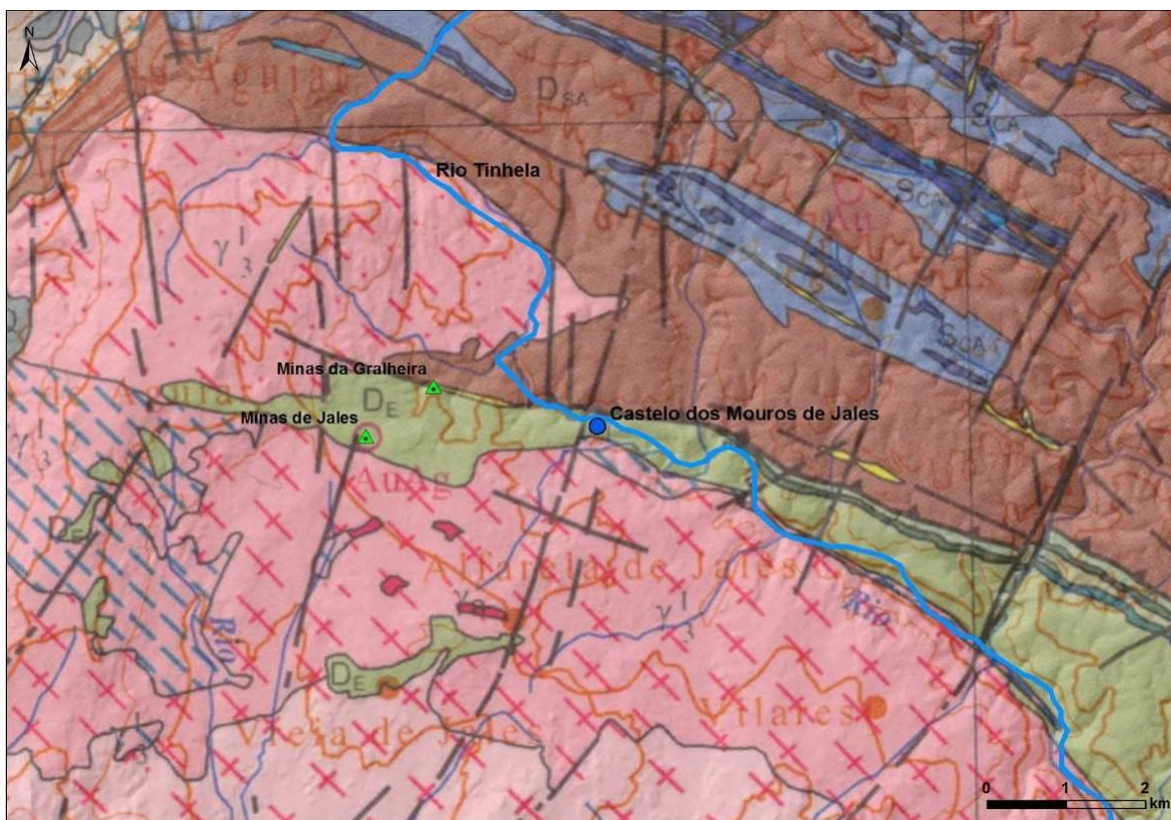


Figura 140: Extracto da carta geológica à escala 1:200.000 (folha 2) da envolvente do Castelo dos Mouros de Jales. De notar a proximidade das minas da Gralheira e Jales que drenavam para o rio Tinhela.

Relativamente aos materiais arqueológicos, refere-se apenas a recolha de alguns fragmentos de cerâmica indígena, que têm aparentemente paralelos com algumas cerâmicas encontradas no povoado romano da Veiga da Samardã em Tresminas, algumas tégulas e alguns fragmentos de mós rotativas (Batata, 2010). Numa recente visita que realizamos ao castro, encontramos um denário tardo-republicano no escombro de uma sondagem realizada por Carlos Batata na porta Sul da primeira linha de muralha (*ibid.*) (Figura 141).

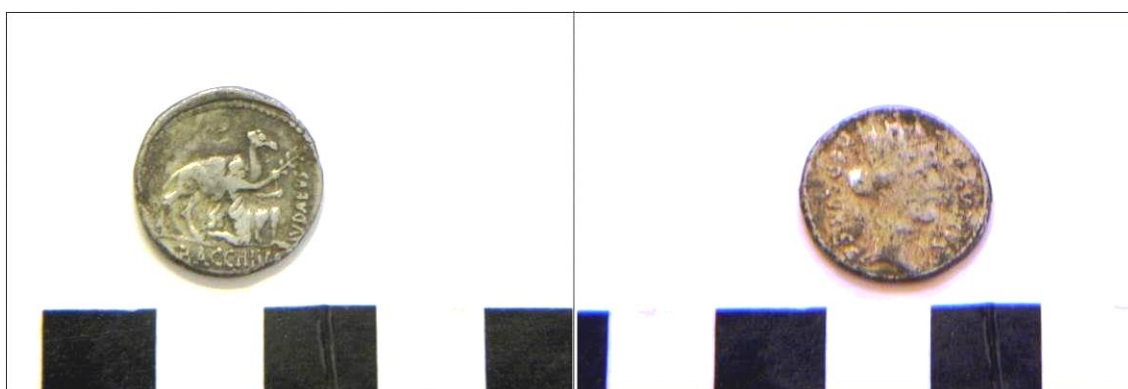


Figura 141: Denário tardo-republicano de A. *Plautius* (55 a.C.) proveniente do Castelo dos Mouros de Jales.

Refere-se ainda o achado nas Minas de Jales de um machado de talão e duas asas em bronze, cronologicamente atribuível ao Bronze Final, e que normalmente é encarado como um provável indício do início da exploração mineira em época pré-romana, havendo mesmo quem associe este machado ao Castelo dos Mouros de Jales (Batata et al., 2008: 56-57). Tratam-se, obviamente, de hipóteses ainda não devidamente validadas.

Depois de termos apresentado e analisado uma série de áreas e de casos de estudo onde a lógica de povoamento parece ter estado bastante condicionada pelo aproveitamento dos recursos minerais metálicos de estanho e ouro, iremos de seguida comparar e discutir os resultados expostos em relação à problemática mais genérica dos denominados “castros mineiros” de época romana.

5.4. A problemática dos “castros mineiros” de época romana

A problemática dos denominados “castros mineiros” relaciona-se, em grande medida, com o início da exploração mineira romana no Noroeste Peninsular, a partir da qual surge, supostamente, um novo tipo de assentamento vinculado directamente com as zonas mineiras, assemelhando-se a um castro, mas aparentemente sem qualquer função defensiva ou estratégica, não tendo qualquer relação com os povoados fortificados da Idade do Ferro. Tratam-se de castros no sentido de constituírem um tipo de povoado delimitado e individualizado na paisagem, embora já inserido dentro do processo mais amplo de estruturação romana do território, sendo uma consequência directa das mudanças na estrutura de povoamento motivada pela implantação da mineração romana, rompendo com o modelo de povoamento pré-romano (Currás-Refojos 2014: 852-855). Este tipo de sítio foi identificado em várias zonas mineiras do Noroeste Peninsular, como nas zonas de La Valderia e La Cabrera (León) (Fernández-Posse & Sánchez-Palencia, 1988; Sánchez-Palencia & Fernández-Posse, 1985), na bacia Noroeste do Douro (Claude Domergue & Herail, 1978; Claude Domergue & Martin, 1977; Claude Domergue & Sillières, 1977; Orejas, 1996) (Figura 142) ou na zona de Las Médulas (Sánchez-Palencia, 2000).

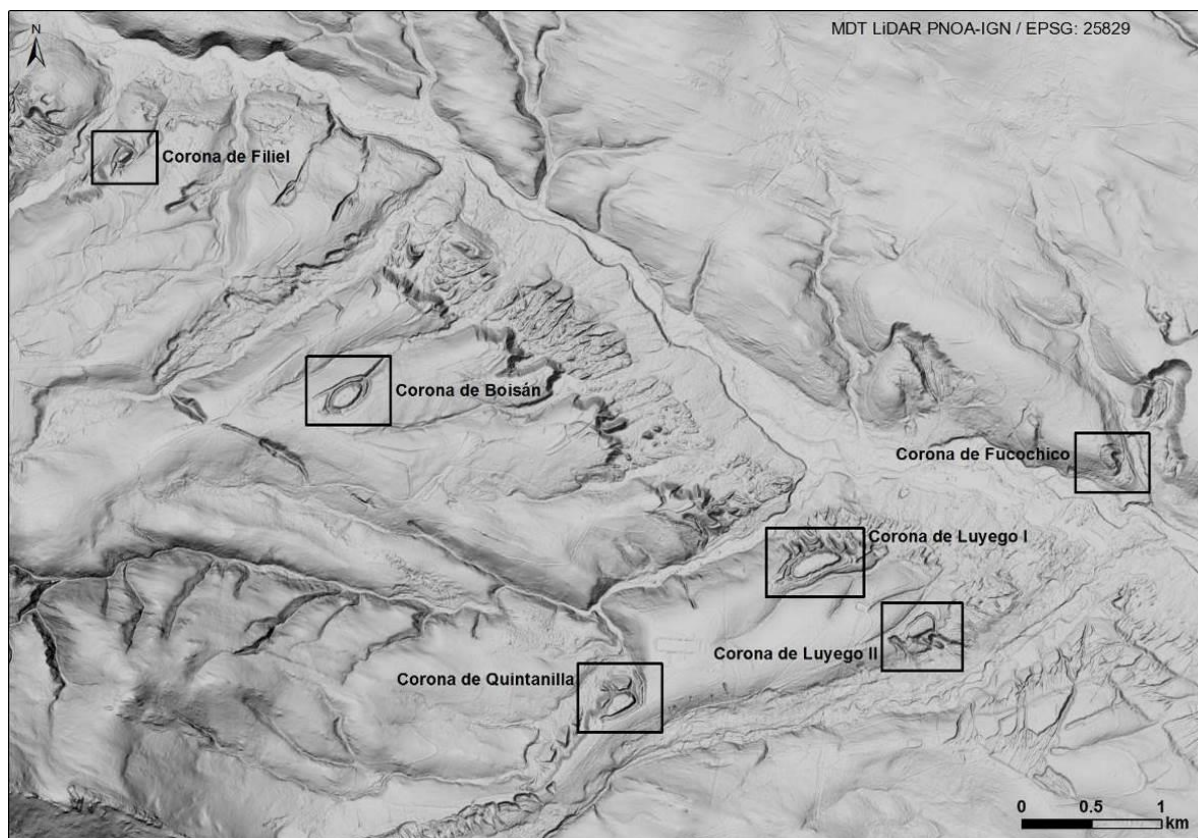


Figura 142: As “coronas mineiras” do vale do Duerna (León) sobre MDT LiDAR PNOA-IGN.

Estes assentamentos caracterizam-se, na sua larga maioria, por terem uns potentes sistemas de delimitação escavados com “tecnologia mineira”. Desta forma, estes “castros mineiros” romanos utilizam a rede hidráulica das próprias minas para a elaboração dos fossos de delimitação do recinto, não estando ainda devidamente clarificado se estes fossos teriam ou não uma finalidade mineira, além de a água canalizada poder também ter servido para outros fins domésticos (Sánchez-Palencia et al. 2006: 279). Neste sentido, apesar destes povoados estarem profundamente integrados nas explorações mineiras e os próprios fossos terem sido escavados utilizando a própria rede hidráulica das minas, estes parecem ter tido uma funcionalidade mais relacionada com a própria delimitação dos sítios, embora, sempre que necessário, os fossos possam também ter servido para canalizar água para as frentes mineiras, o que não implica que os fossos em si mesmo sejam minas (Matías-Rodríguez 2006: 217).

A ocupação destes povoados corresponde-se apenas com um primeiro momento de exploração mineira, que prosseguiu depois destes povoados já terem sido abandonados (Fernández-Posse & Sánchez-Palencia, 1988). A Corona de Quintanilla, por exemplo, trata-se supostamente de um castro mineiro expressamente habilitado para albergar a mão-de-obra indígena que trabalhou nas explorações auríferas de La Valduerna entre os anos 15/20 e 60/70 d.C. (*ibid.*).

Desta forma, estes assentamentos situam-se em localizações atípicas tendo em conta a lógica locacional pré-romana, sendo a proximidade às explorações mineiras ou a determinadas infra-estruturas, nomeadamente a rede hidráulica, o factor locacional determinante (Figura 143). Todavia, é importante ter em conta que formalmente estes assentamentos continuam a ser castros, apesar de surgirem com o reordenamento do povoamento motivada pela exploração mineira romana. A fortificação continua a ter um sentido para as povoações indígenas, que supostamente trabalham agora nas minas, não assim para os romanos. Os fossos são escavados aproveitando a força da água, uma técnica romana, apesar de não terem agora qualquer tipo de valor funcional, pelo que a sua manutenção poderá ser entendida de um ponto de vista da tradição (Parcero-Oubiña et al., 2007: 244-248).

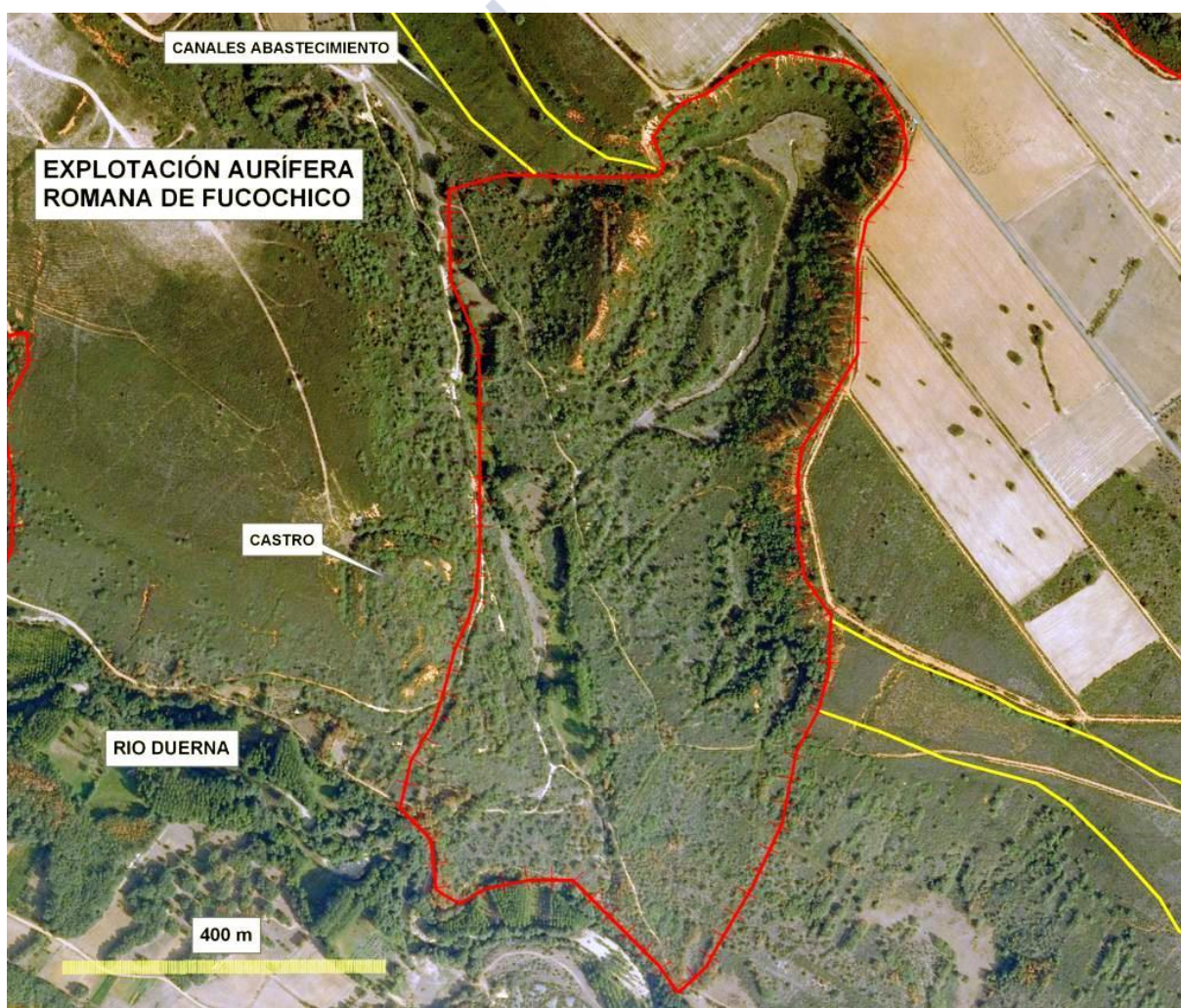


Figura 143: Fotointerpretação da Corona de Fucochico no vale do Duerna (León) (© Ruta del Oro: http://www.rutadeloro.com/ficha.php?tabla=fichas_sueltas&id=16).

Na zona do vale do Minho também foram identificados um conjunto de povoados deste tipo, surgindo igualmente integrados entre os trabalhos mineiros, que são os que definem a sua morfologia, e com fossos escavados com força hidráulica (Currás-Refojos &

López-González 2011; Currás-Refojos 2014: 852-855). Entre estes, destaca-se o Castro de A Graña (As Neves, Galiza, Espanha) (Figura 144), que parece ter tido o seu momento fundacional no século I d.C., onde, junto a material romano, apareceu também cerâmica de tradição indígena. Segundo os mesmos investigadores, a implantação da mineração em época romana teve um real e profundo impacto na organização do povoamento, embora, à diferença de outras zonas como em Las Médulas (Sánchez-Palencia, 2000), a transformação parece ter sido de uma escala diferente, ainda que dentro do mesmo processo histórico.

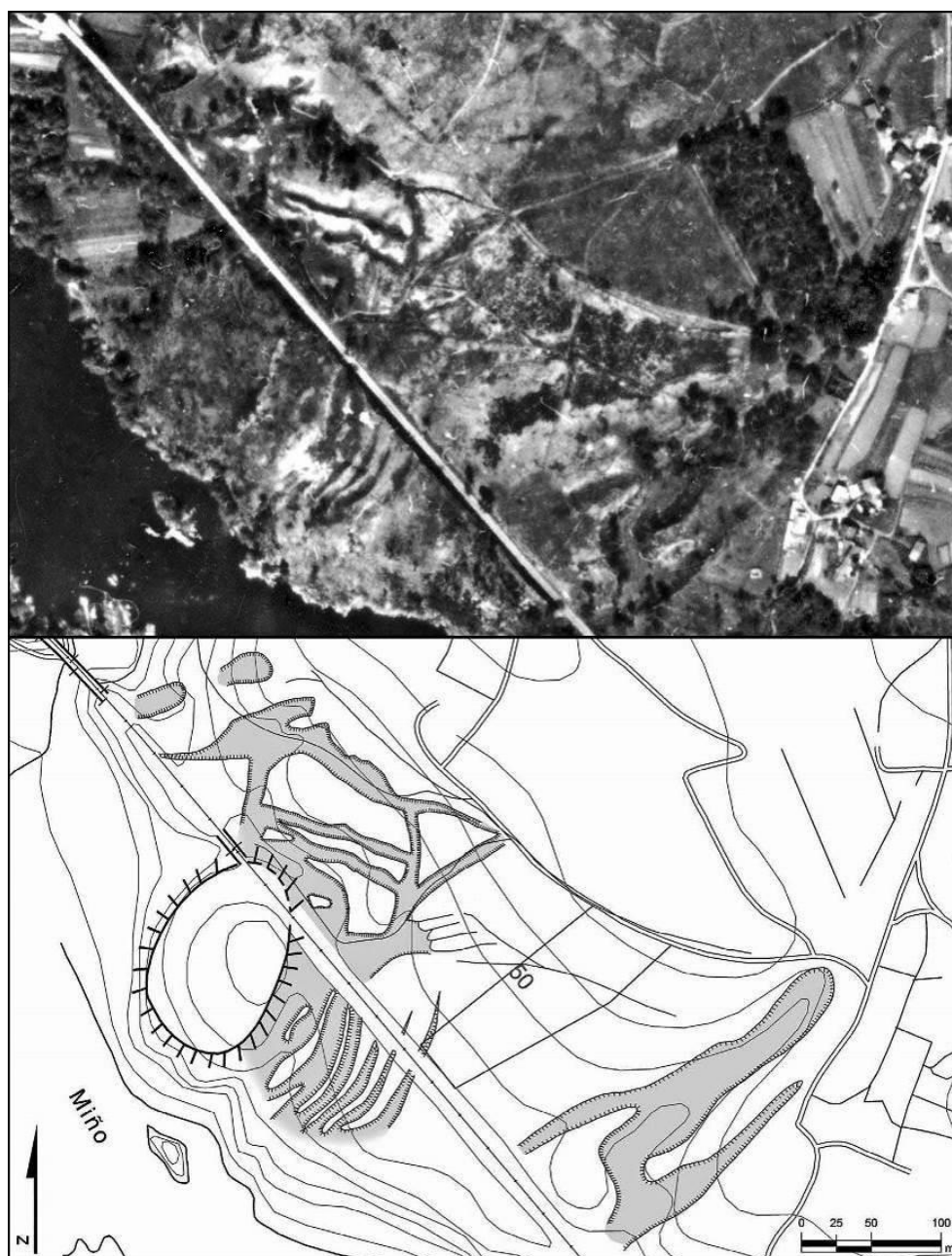


Figura 144: Fotointerpretação do Castro de A Graña (Currás-Refojos & López-González 2011: 194, Fig. 6).

Francisco Sande Lemos, na sua tese de doutoramento (1993: 425-426), definiu como “castros mineiros” romanos, genericamente enquadrados no século I d.C., embora com bastantes dúvidas dada a exiguidade de dados disponíveis, os povoados fortificados da Cerca dos Mouros de Vale de Égua (Jou, Murça) e do Castelo de Macedinho (Trindade, Vila Flor), ambos articulados com zonas mineiras. Os dois apresentam uma estrutura bastante anómala, com construções pétreas adossadas à muralha, característica também visível no Castro de Curalha (Curalha, Chaves), que Mário Barroca (2004: 183) interpretou como um povoado alto-medieval, embora pudesse ter tido também uma ocupação baixo-imperial (Teixeira, 1996: 77, sítio nº 505) (Figura 145). Assim, e face ao carácter fragmentário dos dados, poderão tratar-se de povoados fortificados da Idade do Ferro, que permaneceram ocupados em época romana alto-imperial, e que foram depois possivelmente reocupados em época tardo-romana e/ou alto-medieval, ou poderão tratar-se simplesmente de povoados com uma ocupação tardia, sem descartar também diferentes funcionalidades para ambos povoados.

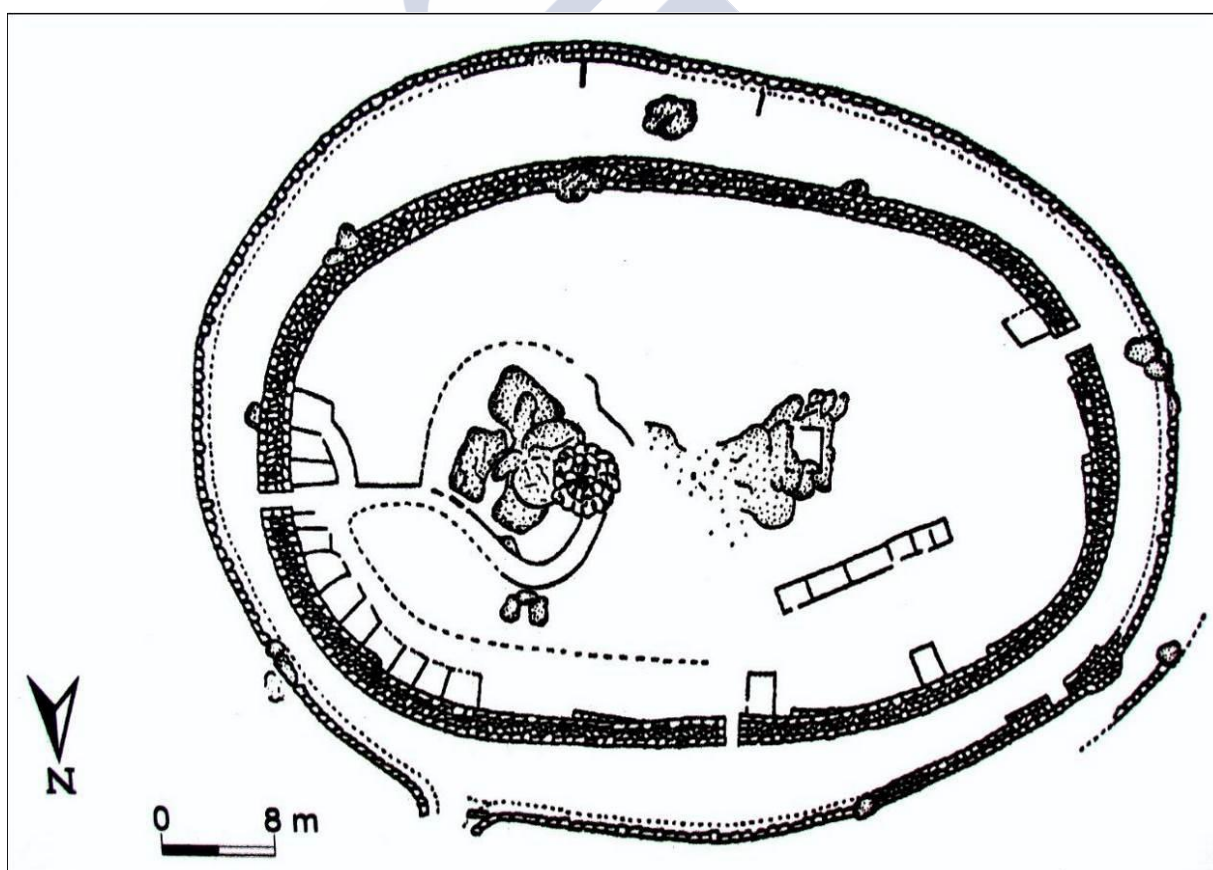


Figura 145: Planta do Castro de Curalha (Fonte: <http://www.chaves.pt/Default.aspx?ID=327>).

O Castro de Couce, que se localiza em plena zona mineira aurífera romana das serras de Santa Justa e Pias (Valongo), sobranceiro ao vale do rio Ferreira, poderá tratar-se de um outro exemplo de um “castro mineiro”, possivelmente orientado à exploração dos

jazigos primários e secundários auríferos desta zona (Lima, Matías-Rodríguez, & Fonte, 2015) (Figura 146). À superfície documentam-se bastantes fragmentos de cerâmica indígena e romana, bem como mós circulares e apiloadores, embora não tenha sido ainda realizada qualquer intervenção arqueológica neste sítio que permita um melhor enquadramento do mesmo. Poderá supor-se que o Castro de Couce terá coexistido numa fase inicial ou terá mesmo sido substituído por povoados mineiros abertos a partir de meados do século I d.C., como o povoado da Quinta da Ivanta (Teixeira, Fonseca, Baptista, & Rodrigues, 2006).

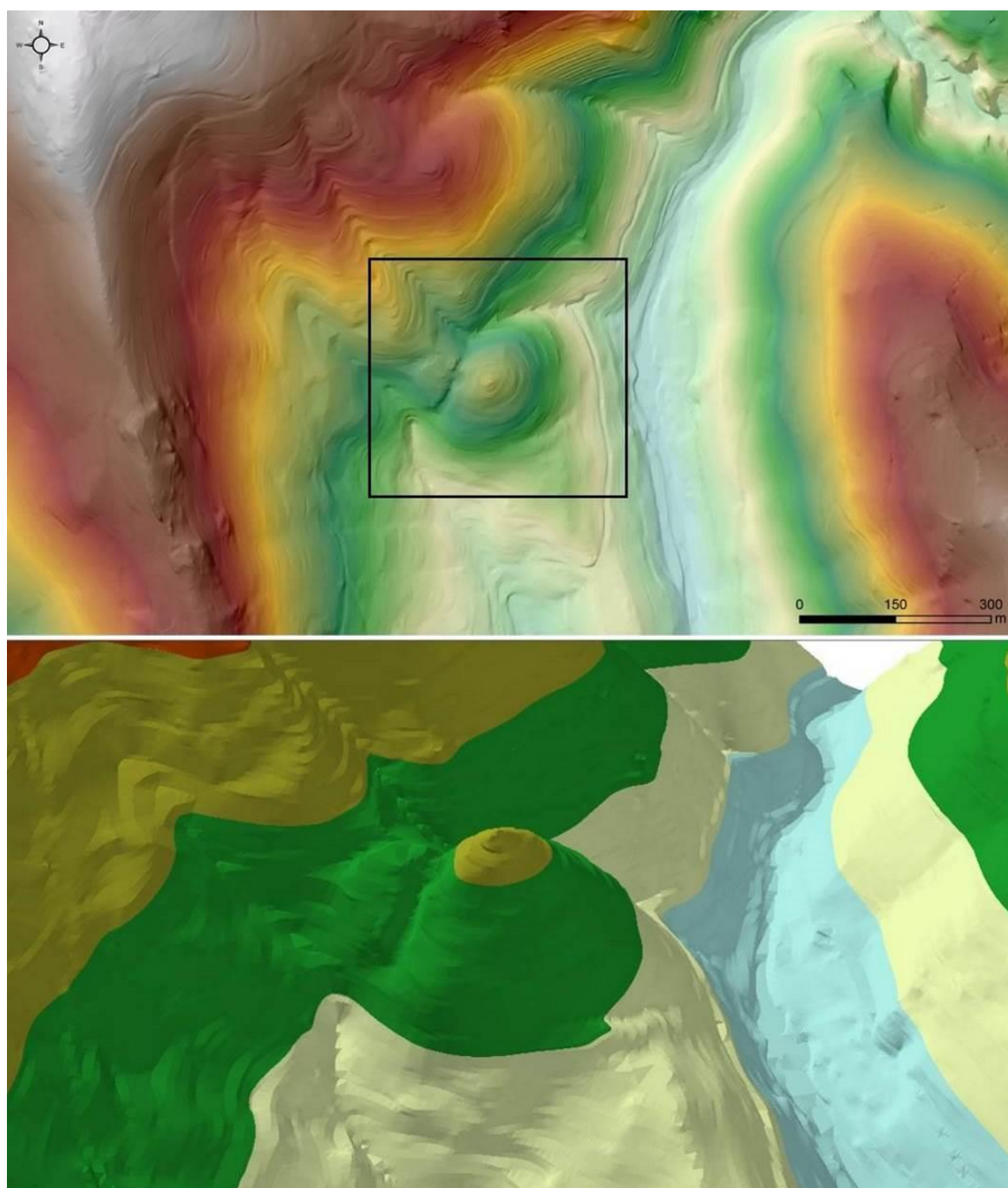


Figura 146: Castro de Couce (Fonte: Cartografia 1:2.000 cedida pela Câmara Municipal de Valongo).

Todavia, importa ressaltar que consideramos que não existiram “castros mineiros” como tais. Podem sim ter existido determinados castros e povoados relacionados com zonas mineiras, mas não são “mineiros” no sentido de se terem dedicado de forma exclusiva à actividade mineira. Estes povoados eram muito possivelmente habitados pelos próprios trabalhadores das minas, cuja força de trabalho tinha finalidades fiscais, que se ocupavam, entre outras coisas, da vigilância e manutenção da rede hidráulica (Sánchez-Palencia et al. 2006b: 280), embora vivessem do trabalho na terra.

Desta forma, se partirmos do pressuposto que estes povoados foram fundados em época romana, estes supõem uma ruptura com a lógica de povoamento pré-romano, pois, embora mantendo a aparência tradicional de um castro, integram-se agora de forma funcionalmente diferenciada dentro de uma nova forma de ocupação e exploração do território (Orejas, 2005; Sánchez-Palencia et al., 2002), que motivou rápidos e profundos processos de reorganização territorial, que são particularmente visíveis nas zonas onde se realizou uma exploração massiva e sistemática dos recursos mineiros (Parcero-Oubiña et al. 2007: 245).

Contudo, a tradicional cronologia romana para a ocupação destes povoados e para a elaboração destes fossos hidráulicos tem vindo a ser contestada (Fanjul-Peraza, 2013). Neste sentido, propôs-se recentemente para o Monte Castelo de Pelóu a possibilidade de os fossos escavados pela força da água datarem de época pré-romana (Montes-López, Hevia-González, Villa-Valdés, & Menéndez-Granda, 2009) (Figura 147). Todavia, consideramos que esta questão não se encontra ainda devidamente validada, pois não é ainda evidente se o sistema hidráulico faria parte das transformações operadas em época romana ou se seria anterior.



Figura 147: Vista aérea do Monte Castrelo de Pelóu, com destaque para os seus fossos (Montes López et al., 2009: 315, Foto 2).

Por outro lado, e ainda que possam existir algumas dúvidas relativas à cronologia deste tipo de fossos, desde logo a sua interpretação não parece estar esgotada, tendo em conta, por exemplo, os interessantes casos do Monte Castrelo de Pelóu (Figura 147) e do Castro de Samartín de Valledor, ambos nas Astúrias (Figura 148). Estes foram tradicionalmente considerados, à semelhança dos “castros mineiros” já mencionados anteriormente, como sítios construídos para albergar mão-de-obra indígena para trabalhar nas minas, devido ao facto de se localizarem na proximidade de zonas mineiras romanas e também devido à sua rede de fossos ter sido supostamente aberta com a utilização de força hidráulica.

Estes sítios têm sido recentemente revistos como assentamentos onde, na sua etapa alto-imperial, estiveram estacionadas pequenas unidades militares auxiliares romanas, cumprindo, muito possivelmente, uma função de policiamento e controlo destas zonas mineiras, embora sejam povoados com ocupações prévias da Idade do Ferro (Villa-Valdés &

Gil-Sendino, 2006; Villa-Valdés, 2010, 2013), pelo que estamos perante um contexto de reutilização e não de fundação destes povoados em época romana.

Esta fase de ocupação romana poderia ter-se efectuado sobre um povoado indígena previamente abandonado, tal como parece ter sido o caso do Monte Castrelo de Pelóu (Montes-López et al., 2009), ou como resultado de uma reforma e mudança de uso de um povoado ainda ocupado, tal como se comprovou no caso do El Castiellu de Llagú (Berrocal-Rangel, Ruiz-Triviño, & Martínez-Seco, 2002).



Figura 148: Castro de Samartín de Valledor, notando-se os fossos na zona de acesso ao povoado (Foto de © David González Álvarez).

Num mesmo sentido, os fossos hidráulicos do Castro de El Chano (León) não parecem ter tido uma finalidade relacionada directamente com a exploração aurífera, mas talvez antes com a própria delimitação do sítio (Celis-Sánchez, 2002, 2003) (Figura 149). Este povoado foi interpretado como um “castro mineiro” romano teoricamente relacionado com o controlo das explorações mineiras próximas, tendo-lhe sido atribuída uma cronologia entre finais do século I a.C. e a primeira metade do I d.C., inserto já na estrutura de dominação imperial romana (*ibid.*), embora o próprio autor reconheça que as datações de C14 “son claramente prerromanas” e que “el marcado carácter indigenista y la valoración de la no existencia de materiales explícitamente romanos” (Celis-Sánchez, 2002: 204). Porém, essa cronologia foi recentemente revista em torno dos inícios do século I a.C., de

forma similar a outros castros asturianos como o de San L.Luis (Marín-Suárez 2007: 155). Será conveniente ressaltar que no Castro de El Chano as importações conhecidas são todas de época pré-romana (cerâmica pintada celtibérica e moedas celtibéricas), nada posterior a meados do século I a.C. (Marín-Suárez, 2011: 413-414).

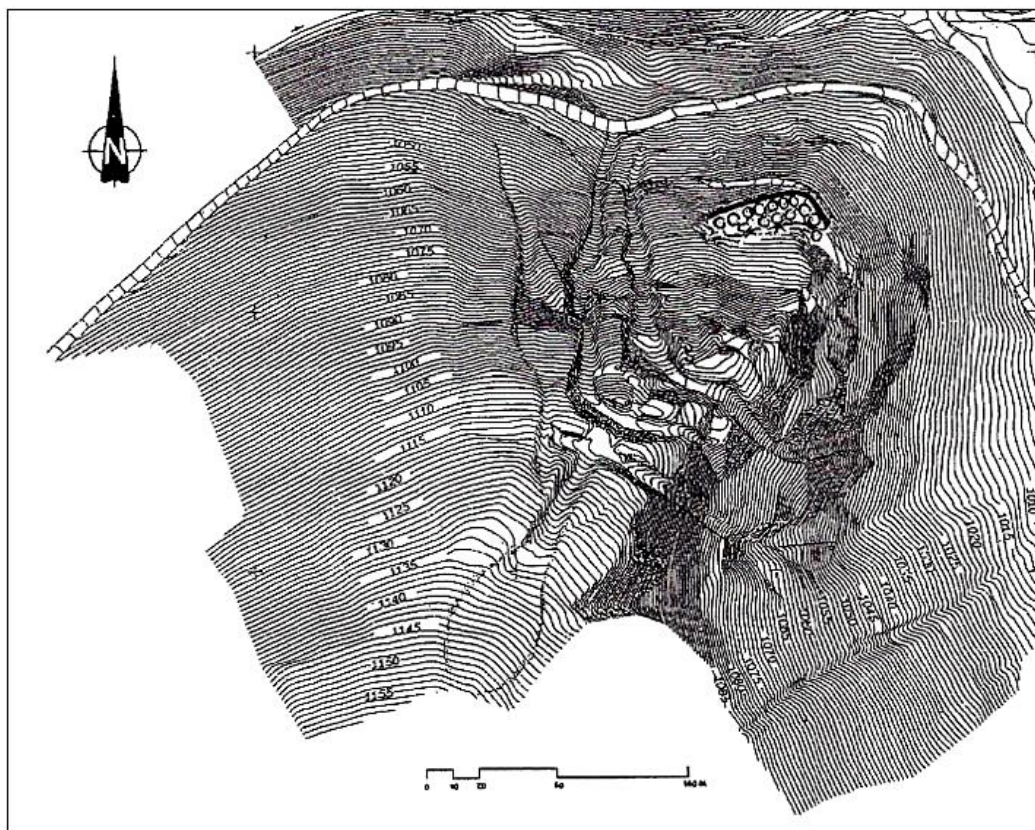


Figura 149: Planta topográfica do Castro de El Chano (Celis-Sánchez, 2002: 192, Lámina II).

Face ao exposto, torna-se necessário diferenciar entre os castros pré-romanos que continuaram ocupados em época alto-imperial, e que são agora reinterpretados pelo poder romano como eixos para controlar o território e explorar os recursos, dos castros que foram fundados *ex novo* em relação directa com as explorações mineiras de época romana, as denominadas “coronas mineiras”, tal como as já mencionadas Corona de Boisán e Corona de Quintanilla (Figura 142).

Estas coronas têm formas ovaladas bastante bem definidas, fossos duplos do tipo *fossae duplex* e encontram-se integradas nas zonas de exploração mineira, pelo que claramente não se tratam de castros de tradição pré-romana, mas antes povoados de fundação romana, que, tal como se tem defendido tradicionalmente, albergavam a mão-de-obra indígena, ou seriam antes ocupados por engenheiros militares que geriam as referidas explorações mineiras (Marín-Suárez, 2011: 625).

Posto isto, consideramos que não existem castros que se possam definir exclusivamente como mineiros, mas antes castros no qual a actividade mineira teve um importante papel na economia local, embora a proximidade e acesso a determinados recursos minerais metálicos possa ter condicionado a própria localização destes povoados. Uma das questões ainda em aberto relativamente a estes povoados é se o referido sistema de fossos hidráulicos serve apenas para delimitar os sítios, para prospecção e/ou exploração de depósitos mineiros ou mesmo para ambos os casos, bem como se são obras exclusivamente de época romana ou não. Por outro lado, verificamos que apenas pelo facto de os fossos serem hidráulicos, tal não implica necessariamente que se tratem de povoados mineiros, podendo antes estar relacionados com uma presença e ocupação militar. A outra relaciona-se com a contextualização histórica destes povoados: de forma simplificada, são pré-romanos ou romanos ou coexistem, mesmo, em ambas etapas históricas? Claro está que esta questão não se pode simplificar de tal forma, pois, uma vez mais, é necessário ter em conta a diversidade de contextos e de experiências no âmbito da “romanização” do Noroeste Peninsular, o que, aliás, está na base do “sucesso” do império romano.

Neste sentido, e tal como já referimos anteriormente, consideramos que os “castros mineiros”, se é que realmente os podemos definir como tal, que abordamos na região do Alto Tâmega e do Alto Cávado, relacionam-se directamente com um primeiro momento de exploração mineira imediatamente anterior ao início da exploração massiva dos recursos mineiros por parte de Roma, seguramente a uma escala mais limitada, que se revestiu, muito possivelmente, sobretudo na etapa final destes povoados, numa primeira experiência de organização e exploração do território, coetânea com a presença militar romana, estando na base da ulterior paisagem provincial romana, que se traduzirá, a todos os níveis, numa ampla e vasta transformação territorial.

Desta forma, este primeiro momento contextualiza-se num processo de transição marcado por uma negociação activa e consciente entre as comunidades indígenas e o império romano, que terá seguramente as suas origens em meados do século I a.C. e que terá o seu fim, possivelmente, na época de Tibério-Cláudio, já em contexto imperial, algo que é perfeitamente visível, por exemplo, nas moedas que aparecem nestes povoados, onde os exemplares mais antigos são moedas tardo-republicanas e as mais recentes datam da época de Tibério (14-37 d.C.), embora algumas possuam contramarcas possivelmente datáveis da época de Cláudio (41-54 d.C.).

Este processo, mais do que imposto por Roma, foi antes estimulado, favorecendo a integração das comunidades indígenas, que se adaptaram ao processo de expansão

imperial aproveitando as vantagens oferecidas por este novo contexto, desenvolvendo alguns aspectos das suas identidades e habilidades pré-existentes e promovendo o aproveitamento dos seus recursos locais (Hingley 2005, 2012).

As moedas tardo-republicanas poderão ser o reflexo do facto de estes “castros mineiros” orientarem a sua produção em época pré-imperial, pelo menos em parte, ao mercado romano, e que estejam, portanto, economicamente integrados no império, o que não implica, necessariamente, integração política.

Como vimos, a localização destes sítios parece estar condicionada pela proximidade aos recursos minerais de estanho e de ouro, sobretudo em contexto de aluvião, embora nada invalide também uma exploração de jazigos primários. São sítios com umas dimensões relativamente modestas, sempre inferiores a dois hectares, e com uma localização bastante discreta na paisagem, o que contrasta com uma grande monumentalidade ao nível do aparato defensivo, normalmente com duas muralhas de pedra maciça, cuja junção na zona mais acessível dá origem a torreões, onde também se localizam os fossos, entre dois e três, e os campos de pedras fincadas.

Assim, a localização destes sítios não é compatível com a defesa natural dos mesmos, pois são bastante acessíveis e expostos, têm um escasso controlo visual sobre a envolvente e apenas destacam na paisagem. Localizam-se em vales bastante encaixados e rochosos, onde a mobilidade é bastante difícil, com solos bastante pobres e esqueléticos, com escassa capacidade produtiva. Existe uma clara desproporção entre a superfície habitável destes sítios e os seus elementos defensivos, cuja construção exigiu uma grande carga e dedicação de trabalho, parecendo adquirir antes um carácter claramente monumental e menos funcional, superando as necessidades específicas de protecção da comunidade.

Esta monumentalização da fortificação, também visível noutros povoados como o Outeiro Lesenho, poderá ter sido uma estratégia promovida por uma elite social enquanto forma de legitimar social e ideologicamente a sua presença, num contexto de crescente intensificação e de centralização produtiva, tendo em conta que a arquitectura monumental coincide com formas complexas de subsistência baseadas no controlo e no acesso diferencial a determinados recursos críticos (Parcero-Oubiña & Criado-Boado, 2013), ao mesmo tempo que se promove a coesão social e a identidade colectiva.

No seguinte capítulo, iremos rever outros aspectos do registro arqueológico diferentes dos relacionados com o povoamento fortificado: outras formas de assentamento desenvolvidas em época romana (e.g. *Aquae Flaviae*), a estruturação do território através da rede viária, a exploração massiva dos recursos minerais, o estabelecimento de assentamentos militares e as transformações na cultura material.



Capítulo 6 - Formas de ocupação da paisagem não fortificadas no Alto Tâmega e Cávado

6.1. O Exército Romano

O estudo da presença militar romana no Noroeste Peninsular conta já com uma larga tradição de investigação (e.g. García y Bellido, 1961; Le-Roux, 1982). Todavia, e no que ao território português diz respeito, esta linha de investigação encontra-se ainda num estado embrionário, tendo-se centrado até à data mais na leitura dos textos clássicos e não tanto na evidência arqueológica (Fabião, 2007).

Nos últimos anos têm sido identificados na região das Astúrias e Cantábria um conjunto de acampamentos romanos de campanha (*castra aestiva*) (Peralta-Labrador, 2002) directamente relacionados com o *Bellum Asturicum et Cantabricum* (Didierjean, 2008; Didierjean, Morillo-Cerdán, & Petit-Aupert, 2014; Menéndez-Blanco, González-Álvarez, Álvarez-Martínez, & Jiménez-Chaparro, 2011; Menéndez-Blanco, González-Álvarez, Álvarez-Martínez, & Jiménez-Chaparro, 2013a; Menéndez-Blanco, Jiménez-Chaparro, González-Álvarez, & Álvarez-Martínez, 2012; Morillo-Cerdán, 2014a, 2014b), tendo-se recorrido a uma metodologia de prospecção aérea de baixo custo para localizar estes sítios (Costa-García, 2015; Didierjean et al., 2014; Didierjean, 2008; Menéndez-Blanco, González-Álvarez, Álvarez-Martínez, & Jiménez-Chaparro, 2013b; Vidal-Encinas, 2015). Primeiro com o advento da fotografia aérea (Del Olmo Martín, 1995; García-Merino, 1996; Loewinsohn, 1965; Sánchez-Palencia, 1986a) e, mais recentemente, do LiDAR aéreo (Costa-García et al., 2015; Gago-Mariño & Fernández-Malde, 2015; Vidal-Encinas, 2015), especialmente eficaz na detecção de estruturas arqueológicas em áreas arborizadas ou de vegetação densa, em linha com outros trabalhos europeus (e.g. Bernardini et al., 2013;

Bernardini et al., 2015; Opreanu, Lăzărescu, Roman, Ursu, & Fărcaș, 2014), a disciplina assistiu a um grande impulso.

Contudo, a presença efectiva do exército romano no Noroeste Peninsular, em particular na zona exterior ao território onde tiveram lugar as guerras Astúr-Cantábricas, continua ainda a ser uma verdadeira incógnita. No território galaico bracarense, não existem, aparentemente, acampamentos militares romanos de campanha como na região das Astúrias e Cantábria. Os dois assentamentos militares melhor conhecidos no Noroeste Peninsular, A Cidadela (Sobrado dos Monxes, A Coruña) e *Aquae Querquennae* (Bande, Ourense), sendo que apenas este último se situa no *conventus Bracarensis*, são posteriores ao processo de conquista do Noroeste, tratando-se de dois acampamentos permanentes (*castra stativa*), embora já de época Flávia (Costa-García, 2013). Ainda assim, existem alguns assentamentos que poderão ter tido ter uma ocupação militar ainda não devidamente clarificada, nomeadamente *Bracara Augusta*, *Aquae Flaviae* e o Castro de Alvarelhos. A cultura material destes sítios parece indicar a presença de militares, o que não implica a presença do exército como tal. Estes sítios não parecem relacionar-se com a presença de acampamentos de campanha, mas talvez antes com assentamentos de base e retaguarda relacionados com a passagem do exército. Localizam-se nas proximidades de corredores naturais de circulação, que puderam servir de rotas de aprovisionamento das legiões e unidades auxiliares²² deslocadas nas guerras Cantábricas.

Desta forma, o território galaico bracarense poderá ter desempenhado um papel de retaguarda, base de operações e de aprovisionamento relativamente às guerras de conquista do Norte Peninsular, pois este território, previamente conquistado e pacificado, ficou à margem deste conflito bélico (Morillo-Cerdán 2002, 2014a). Por outro lado, também não será de descartar o papel fundamental do exército romano em relação a um momento inicial de ocupação, organização e exploração do território e dos seus recursos naturais, uma vez que o controlo efectivo de um território antecede, logicamente, o seu aproveitamento.

Entre os anos 29 e 19 a.C. o exército romano esteve envolvido nas guerras de conquista do Norte Peninsular, conhecidas por *bellum Cantabricum et Asturicum*, nas quais participou o próprio Augusto. Estas guerras atingiram exclusivamente os territórios

²² As tropas auxiliares romanas (do latim *auxilia*, "apoios") eram compostas por soldados que não detinham a cidadania romana, embora pudessem adquiri-la após 25 anos de serviço militar, enquanto as legiões eram formadas por cidadãos romanos de pleno direito. Para uma recente discussão sobre a importância das tropas auxiliares romanas no surgimento da sociedade provincial vide Haynes (2013).

dos Cântabros e Astúres, não tendo afectado directamente, pelo menos enquanto palco de confrontos bélicos, o território galaico.

Podem-se distinguir duas fases principais desta contenda bélica: durante os anos de 26-25 a.C., correspondendo o ano 26 ao assalto do território cântabro, que contou com a presença de Augusto, e o ano seguinte à conquista do território astúr por *Publius Carisius*, governador da Hispânia Ulterior; uma segunda fase no ano de 19 a.C., que concluirá com a submissão definitiva dos cântabros por parte de *Marcus Agrippa* (Morillo-Cerdán, 2014a).

A campanha de 26 a.C. contra os cântabros é a melhor conhecida, sendo narrada pelas fontes com maior detalhe, visto o próprio Augusto ter participado na mesma (Figura 150). A conquista do território astúr, levada a cabo em 25 a.C. por *Publius Carisius*, coloca muitas mais dúvidas, supondo-se que a mesma tenha decorrido através do território galaico (Figura 150).

Os textos latinos guardam silêncio sobre a identidade das unidades militares envolvidos nas diferentes etapas da guerra. A epigrafia e a numismática confirmam a presença de sete legiões: *I Augusta*, *II Augusta*, *III Macedonica*, *V Alaudae*, *VI Victrix*, *X Gemina* e *IX Hispana*, além de um número indeterminado de tropas auxiliares (García y Bellido, 1961; Le-Roux, 1982; Morillo-Cerdán, 2014a; Tranoy, 1981). Exceptuando a *III Macedonica*, que tinha chegado à *Hispania* para a campanha de 19 a.C., as restantes legiões participaram nas campanhas de 26-25 a.C.. O governador da Hispânia Ulterior, *Publius Carisius*, estava ao comando das tropas ocidentais.

No período de paz armada entre 19 a.C. e 15 d. C. permaneceram pelo menos três legiões no Noroeste Peninsular: a *Legio VI Victrix* em León (García-Marcos, 2005), a *Legio III Macedonica* em Herrera de Pisuergra (Palencia) (Illarregui-Gómez, 2002) e a *Legio X Gemina* maioritariamente em Rosino de Vidriales (Zamora) (Carretero-Vaquero & Romero-Carnicero, 1996), o que permitia ao exército romano ficar perto dos locais de conflito recente sem se ver directamente envolvido em território hostil e evitando ter as suas linhas de abastecimento cortadas (Morillo-Cerdán, 2009), a par de pequenas guarnições localizadas em zonas estratégicas, contribuindo para a reestruturação, transformação e exploração do território recém-conquistado. As restantes legiões que haviam participado nas guerras de conquista foram deslocadas para outras frentes militares activas, como o limes germânico. Assim, estas três legiões e respectivas unidades auxiliares involucram-se activamente na organização e exploração do território conquistado, criando, entre outras coisas, as necessárias infra-estruturas para a exploração mineira aurífera a grande escala, pelo que a par das tarefas de vigilância e controlo, o exército romano estaria

directamente envolvido no processo de gestão e extracção mineira, sobretudo ao nível dos indispensáveis trabalhos de engenharia (García-Bellido, 2002).



Figura 150: Reconstituição das campanhas de 26-25 a.C. das guerras cântabras (Morillo-Cerdán, 2014a: 144, Fig. 10).

Desta forma, relativamente às guerras Astúr-Cantábricas podemos, à priori, descartar actividade bélica nas regiões galaicas ocidentais e meridionais. A presença de um acampamento, por exemplo, apenas é sinónimo de presença militar, não implicando necessariamente guerra. Por outro lado, não devemos descartar que na região galaica oriental se encontrassem destacados de forma estratégica contingentes militares, com a função de cercar pelo Oeste a região Astúr, podendo também ter participado activamente no conflito, como parecem sustentar recentes investigações arqueológicas (Menéndez-Blanco et al., 2011; Andrés Menéndez-Blanco et al., 2013a, 2012). Na zona ocidental e meridional galaica, sobretudo num momento posterior às guerras de conquista, e em relação à definitiva organização do território e à exploração sistemática dos recursos naturais, o exército estaria seguramente implicado desde o início na criação e construção das necessárias infra-estruturas, sobretudo ao nível da rede viária e da mineração aurífera.

Num contexto imediatamente ulterior às guerras de conquista, e em relação especificamente às zonas mineiras, o exército romano teve certamente um papel bastante importante no processo de prospecção e abertura das minas e de implementação das infra-estruturas necessárias, tanto por razões técnicas como administrativas (Sastre, Beltrán, & Sánchez-Palencia, 2010). Existem alguns acampamentos romanos que se podem associar directamente a zonas mineiras (Sánchez-Palencia & Currás-Refojos, 2015), tais como o de Valdemeda (Manzaneda, Truchas, León) (Sánchez-Palencia, 1986a; Sánchez-Palencia, 2000: 130-132), o de Moyapán (González-Álvarez, Menéndez-Blanco, & Álvarez-Martínez,

2008), o de Lomba do Canho (Nunes, Fabião, & Guerra, 1988) e também o possível recinto documentado na zona de Penamacor-Meimoa (Sánchez-Palencia & Pérez-García, 2005: 285), sendo que os de Valdemeda e de Penamacor-Meimoa foram alterados pelo próprio avanço dos trabalhos mineiros, o que implicou o prévio abandono destes sítios, pelo que seguramente não seriam assentamentos estáveis, tendo sido apenas ocupados de forma temporal aquando do início da exploração mineira próxima do câmbio de era.

Na zona mineira de Tresminas a presença militar romana está atestada epigraficamente, em concreto destacamentos da *Legio VII Gemina* e da *Cohors I Gallica equitata civium Romanorum* (AE 1907, 150 = CIL II 2389 = HispEpigr 2, 1990, 891; AE 1907, 151 = HispEpigr 7, 1997, 1259; Le Roux 1982; Redentor 2010). Apesar de se tratarem de inscrições de meados do século II d.C., desconhecem-se, pelo menos até ao momento, os sítios concretos onde estes destacamentos estariam instalados.

O Alto do Cimo dos Lagos em Tresminas chegou a ser proposto como um possível acampamento militar romano atípico (Almeida, 1973: 558), notando-se efectivamente em fotografia aérea um recinto de forma elíptica que vai perdendo definição para Este (Figura 151). Outros autores (Martins, Carvalho, Almeida, & Cavalheiro, 2011: 112) apontam antes para a existência de um anfiteatro, tal como aliás já tinha sido inicialmente proposto por Jürgen Wahl (1988: 237-238), havendo também quem sustente a possibilidade de se tratar de um hipódromo (Batata, 2009: 419). Mais recentemente, foi de novo avançada a hipótese de este recinto se tratar de um assentamento não permanente de carácter militar, face à sua morfologia em U aberto em direcção a Este e com uma superfície não nivelada (Sánchez-Palencia & Currás-Refojos 2015: 282). Com efeito, a análise da fotografia aérea histórica permite reconhecer um recinto de forma elíptica que vai perdendo definição para Este, mas de momento não contamos com indícios arqueológicos suficientemente sólidos como para considerar a sua filiação militar.

A *Legio VII Gemina* também se encontra atestada epigraficamente no Padrão dos Povos de *Aquae Flaviae* (CIL, II, 2477) (Fonte, 2006; Rodríguez-Colmenero, 1997a), bem como um veterano da *Legio II Augusta* numa epígrafe já desaparecida (CIL, II, 2480) (Rodríguez-Colmenero, 1997a: 223-225).

Assim, a presença do exército romano em zonas mineiras poderia relacionar-se com a própria protecção dos distritos mineiros, mas também com questões técnico-administrativas de planificação, organização e controlo territorial, sendo que o exército não participaria directamente nos trabalhos de exploração mineira, que seriam levados a cabo, na sua larga maioria, por populações indígenas (Hirt, 2010).

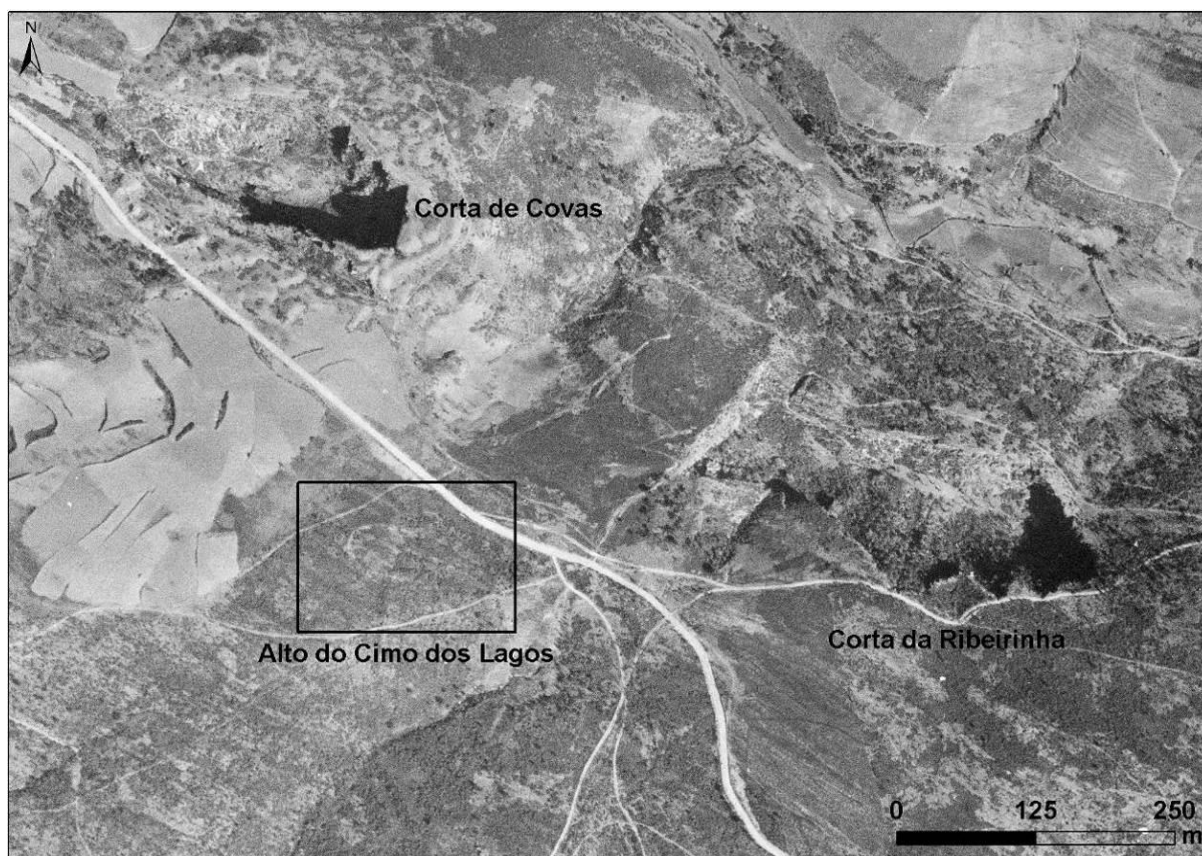


Figura 151: Alto do Cimo dos Lagos na ortofotografia do voo SPLAL de 1949.

Todavia, a presença militar romana não tem necessariamente que se manifestar na forma canónica de um acampamento de planta rectangular com fossa, agger e vallum e com portas em clavicula, podendo ter existido outros tipos de assentamentos militares, nomeadamente pequenas estruturas que respondem ao modelo de castella (Brotóns-Yagüe & Murcia-Muñoz, 2008; Fabião, 2002; López-Mondéjar, 2009), basicamente postos de vigilância para pequenas guarnições, compostas fundamentalmente por tropas auxiliares, relacionadas com o avanço das operações militares das guerras de conquista ou com os trabalhos logísticos e de controlo territorial no período pós-guerra (Costa-García 2013: 34-44). Assim, as formas nas quais a presença militar romana se manifestou tendem a diversificar-se no registo arqueológico à medida que a investigação avança.

Neste sentido, é bastante provável que a presença militar romana possa também ter estado “oculta” em determinados povoados indígenas, tal como se tem recentemente proposto para o Castro de Alvarelhos (Fabião, 2007). Carlos Fabião (2007: 130) refere-se da seguinte maneira em relação ao Castro de Alvarelhos (Trofa): “No existen dudas sobre el origen indígena de este yacimiento, que presenta el tradicional terraplén de piedra y en su interior las habituales viviendas de planta circular. Pero se han encontrado algunos materiales poco frecuentes en el ámbito indígena, como armas y recipientes metálicos

itálicos, desafortunadamente sin contexto arqueológico claro. Y, sobre todo, una enorme cantidad de denarios de plata fechados entre la República y el periodo augusteo, además de nueve tortas de plata, dos de ellas con la palabra CAESAR inscrita en mayúsculas. Tal cantidad de dinero, además de las tortas de plata inscritas, sugieren que nos encontramos ante un emplazamiento de algún modo usado por el ejército romano durante el periodo augusteo, posiblemente durante las guerras de conquista de los pueblos septentrionales de la Península.”. Estes elementos fazem pensar na chegada de “caixas militares” para o pagamento do exército (García-Bellido, 2006, 2008). As primeiras moedas que chegam com o exército romano são basicamente tardo-republicanas e celtibéricas, juntamente com as primeiras emissões da moeda *caetra* (*ibid.*). Há, inclusive, quem relacione esta primeira emissão monetária, nomeadamente os tesouros monetários do Castro de Alvarelos e da Citânia de Sanfins, com o facto da primeira penetração do exército romano ter sido liderada por Públio Carísio, legado de Augusto, justamente por esta zona ocidental, vindo da Lusitânia (García-Bellido, 2006: 635-636). A partir de Augusto generaliza-se o uso da moeda, o que não implica uma economia monetária como tal, passando-se de uma fase inicial, em que a moeda era considerada como um pequeno lingote de metal, para outra, em que a moeda já era assumida como tal, mas convivendo ainda com práticas pré-monetárias, até a uma fase final de uso pleno da moeda que se pode situar em meados do século I d.C. (Centeno, 2011). Adicionalmente, apareceu também no Castro de Alvarelos um umbo de escudo em bronze, datado genericamente entre finais do século II e princípios do I a.C., sendo que Álvaro de Brito Moreira (2009: 944-945), na senda de Carlos Alberto Ferreira de Almeida (Almeida, 1974: 207) e Teresa Soeiro (Soeiro, 1981: 240), considera “mais plausível considerar a sua presença em Alvarelos como resultante de contactos com áreas mais romanizadas a sul ou mesmo directamente com o exército romano”.

De recordar que o Castro de Alvarelos (Moreira, 2009) foi possivelmente um *oppidum* que em época romana se transformou num *vicus* directamente associado à rede viária, em concreto à Via XVI que ligava *Olissipo* (Lisboa) a *Bracara Augusta* (Braga), passando por *Cale* (Porto), justamente o eixo principal de ligação entre a Lusitânia e o Noroeste Peninsular (Mantas, 1997).

A este respeito, têm sido identificados em algumas zonas europeias, particularmente na região da Gália e no Sudoeste da Grã-Bretanha, vários artefactos de *militaria* romana em determinados *oppida*, o que pode justamente remeter para uma presença militar romana em alguns destes povoados, ou pelo menos para o contacto entre o exército romano e as comunidades indígenas, nomeadamente nas fases iniciais de ocupação (Poux, 2008; Todd, 1985). Nas palavras de Morillo-Cerdán (2008: 90) “(...) podemos encontrarnos

materiales de raigambre militar en contextos civiles. En este caso no podemos descartar la posibilidad de que dichas evidencias lleguen no como consecuencia de una presencia directa del ejército, sino por la presencia de veteranos e incluso por encontrarnos en ámbitos militarizados por su cercanía a los grandes campamentos. Pero también pueden ser testimonios de guarniciones militares, el ejército romano “oculto” en palabras de Fabião.”.

Este contexto de ocupação militar romana de povoados indígenas poderá relacionar-se com as campanhas de conquista do Noroeste Peninsular, face ao papel de retaguarda, base de operações e de aprovisionamento que o território galaico poderá ter desempenhado, uma vez que a sua parte Meridional era já um território controlado e ocupado, com presença permanente do exército romano. Todavia, esta presença do exército romano poderia também ter estado relacionada com uma inicial organização e exploração do território e com a criação de infra-estruturas várias, sobretudo no que respeita à rede viária e à exploração mineira. O que falta ainda por clarificar melhor é a relação entre o exército romano e as comunidades indígenas, sendo que, muito possivelmente, esta relação seria sancionada através do estabelecimento de pactos, sobretudo em forma de pactos de hospitalidade (Lemos, 2004). Estes pactos seriam o reflexo das relações de poder entre o império romano e as sociedades indígenas, que visavam a criação, ou antes a consolidação, de um grupo local dominante que viabilizasse e fomentasse a exploração e a dominação imperial (Sastre 2010: 159). Este seria um dos efeitos da diplomacia romana concretizada através de tratados e acordos, enquanto alternativa às acções bélicas de conquista (Eilers, 2009).

Desta forma, a imposição do sistema imperial romano apoiou-se no desenvolvimento precoce do sistema de *civitates* peregrinas e na implantação de dependências clientelares, tendo sido esta paisagem de dominação que propiciou a posterior exploração sistemática dos recursos mineiros do Noroeste Peninsular (Sastre, 2001). A partir do momento em que se estabelecem bases militares permanentes, estas actuam como verdadeiros centros urbanos, no sentido de se tratar de centros distribuidores de bens e serviços, além de implicarem o assentamento de um grande contingente humano exógeno, contribuindo para a reorganização, mudança e exploração do território (Sommer, 1989).

O desenvolvimento inicial da actividade mineira está directamente relacionado com a presença militar romana, cuja participação na organização, controlo e administração dos territórios mineiros é cada vez mais visível e perceptível, mesmo em povoados indígenas. Um inicial reconhecimento e organização do território foram levados a cabo pelo exército romano, ocupando-se também do planeamento e criação das necessárias infra-estruturas,

como, por exemplo, o desenho e instalação das primeiras redes hidráulicas (Fortes, 2009; Ruiz del Árbol, Sánchez-Palencia, Sastre, & Orejas, 2014; Sastre & Sánchez-Palencia, 2002). Neste sentido, o exército romano poderia instalar-se em recintos campamentais próximos às áreas mineiras, embora não necessariamente no interior das mesmas, ou poderia antes assentar-se em núcleos indígenas pré-existentes, que seriam agora reconvertidos em novos centros articuladores do território.

O exército não participaria directamente nos trabalhos de exploração mineira, que seriam levados a cabo com recurso a mão-de-obra de origem local, cujo trabalho teria um sentido fiscal no âmbito da administração romana ao nível das *civitates* (Orejas & Sánchez-Palencia, 2002; Orejas et al., 2012), pelo que o exército estaria mais centrado em funções de organização, logística e vigilância das zonas mineiras, a par da construção de outras infra-estruturas, como as vias (Palao-Vicente, 2014).

Assim, as explorações mineiras seriam seguramente supervisionadas pela presença militar romana, que se distribuía entre o centro político-administrativo da *civitas*, recintos campamentais e fortificações de menor entidade, muitas delas estabelecidas sobre antigos assentamentos indígenas. Neste sentido, é paradigmática a organização observada em torno do Castro de Chao Samartín (Villa-Valdés, 2009), que se trataria da possível capital da *civitas Ocela*, em cujo território se localizavam importantes explorações mineiras, bem como alguns castros tradicionalmente vinculados com a exploração destas minas, como o já mencionado Monte Castrelo de Pelóu (Sánchez-Palencia et al., 2006), que foi recentemente revisto como um castro fundado na Segunda Idade do Ferro, onde a sua ocupação alto-imperial se relacionava antes com a presença de uma pequena unidade auxiliar (Montes-López et al., 2009). Neste último sítio recuperou-se uma interessante epígrafe onde se listam uma série de indivíduos, pelo que talvez se possa interpretar como uma *tabula censualis*, na qual se enumeram os indivíduos submetidos à contribuição fiscal, possivelmente no território do *castellum* referido numa outra epígrafe aparecido nesse mesmo sítio (Villa-Valdés, Martín, & Alföldy, 2005), apesar de outros autores considerarem que esta inscrição não se trata de um registo censal romano, mas antes de uma possível lista de nomes de uso interno do próprio castro (Quiroga, 2014), pese embora Roma tenha efectivamente realizado um censo logo após a conquista, tomando como unidade de referência os *populi* e os *castella* (Quiroga, 1999).

Desta forma, é muito provável que logo após as guerras de conquista se tenha iniciado a exploração massiva dos recursos minerais auríferos por parte de Roma nas zonas afectadas directamente por este conflito bélico, pelo menos no que respeita, num primeiro momento, à localização e identificação dos principais jazigos minerais a explorar

e à criação das necessárias infra-estruturas. A rápida reorganização administrativa após as guerras cântabras, tal como se constata no Edicto do Bierzo (López-Melero, 2001; Sánchez-Palencia & Mangas, 2001), dá lugar a uma precoce organização da paisagem mineira, priorizando uns assentamentos e comunidades sobre outras, sendo que o exército teve um papel fundamental na organização e manutenção de um sistema estatal que explora os recursos, organiza povoações e comunidades e cobra tributos. O acampamento romano de Moyapán, por exemplo, localiza-se junto a uma exploração mineira de ouro, o que leva os autores a vincular a presença de componentes militares romanos com o início da exploração mineira desta zona (González-Álvarez, Menéndez-Blanco, & Álvarez-Martínez, 2008), da mesma forma que o de Valdemeda (Sánchez-Palencia, 1986a) (Figura 152), que chegou mesmo a ser parcialmente afectado pelo avanço dos trabalhos mineiros, e o Castro de San Isidro, que, apesar da sua morfologia “castreja”, trata-se, na realidade, de uma fundação castrense de época romana em relação directa com o controlo e organização da exploração mineira da zona, localizando-se mesmo ao lado de um povoado fortificado pré-romano, o Picu da Mina (Marín-Suárez, 2011; Villa-Valdés, 2013) (Figura 153).

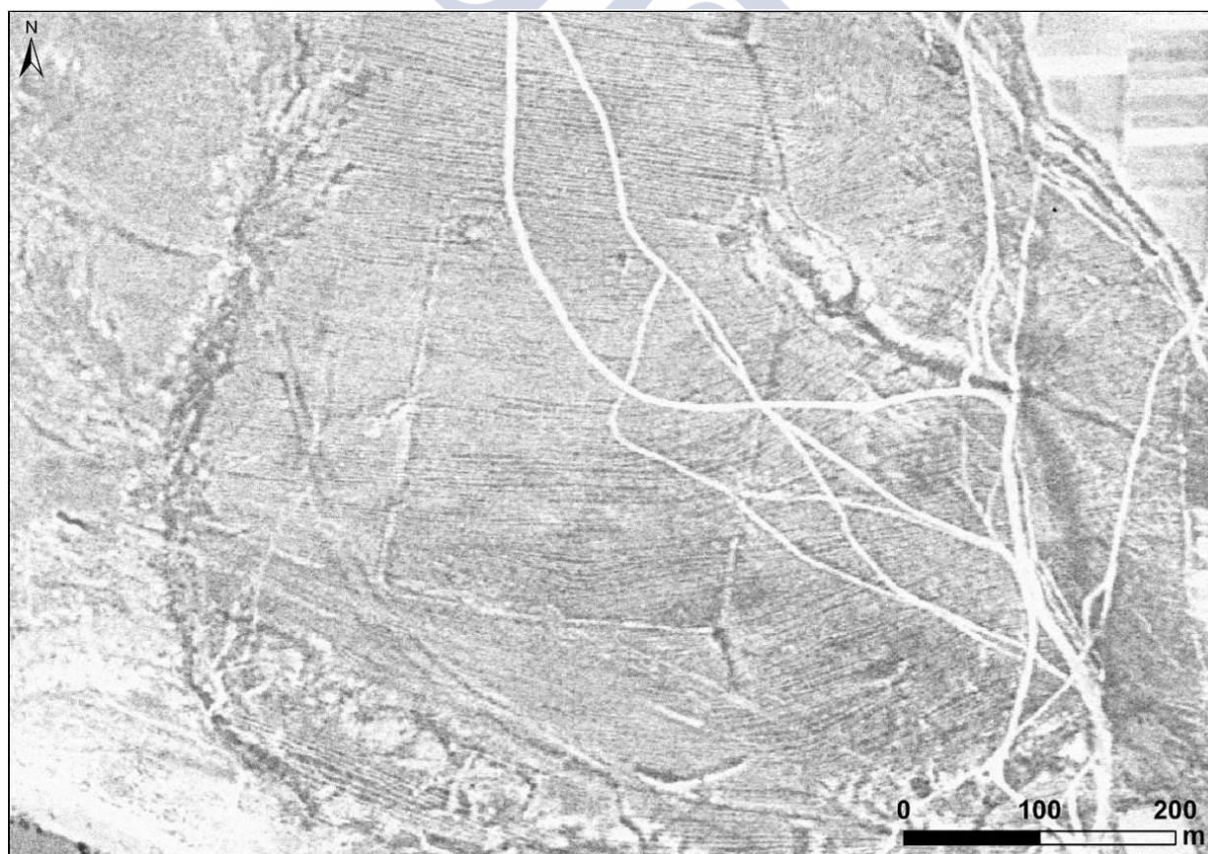


Figura 152: Acampamento de Valdemeda na ortofotografia do voo USAF de 1957, notando-se a afectação provocada pelos trabalhos mineiros na esquina superior direita do recinto.

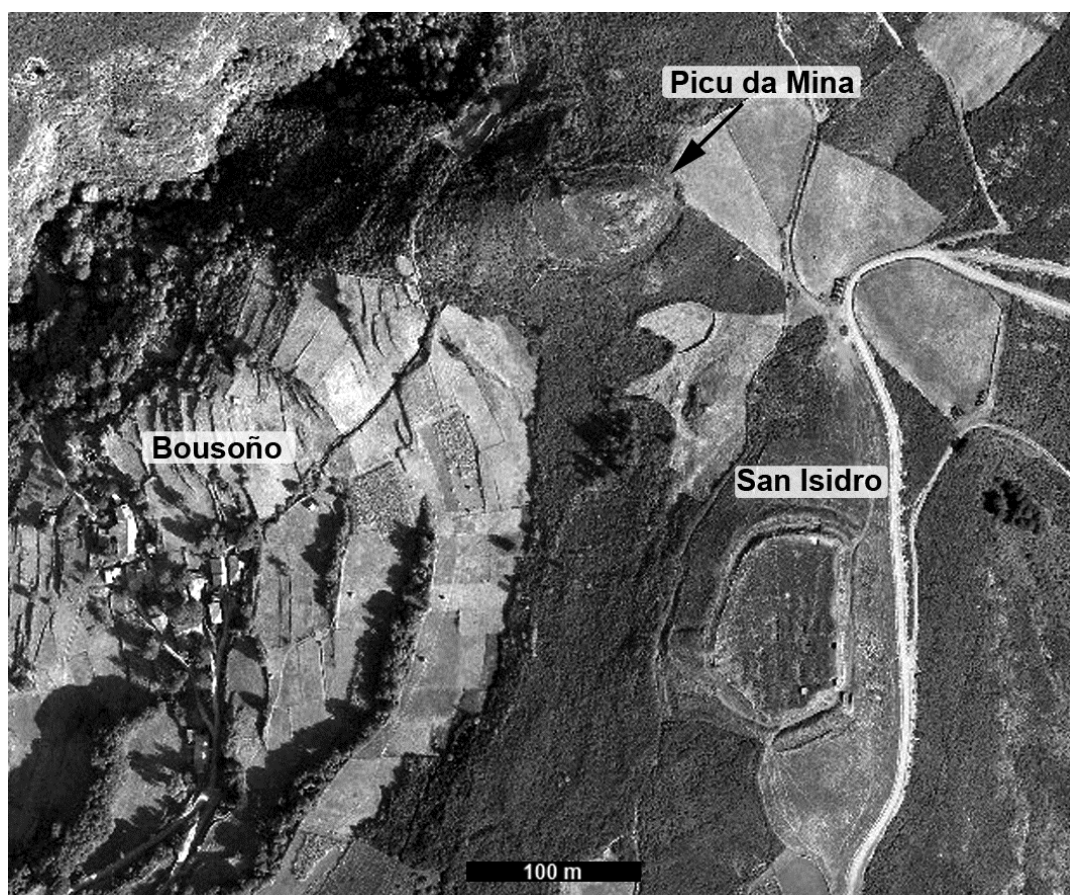


Figura 153: Castro de San Isidro e Picu da Mina (Marín-Suárez, 2011: 363, Fig. 4.7).

No contexto da nossa zona de estudo, um povoado que teve, muito possivelmente, uma ocupação militar romana foi a Cidade de Frades, que se localiza no vale do Alto Cávado. Dentro do material encontrado neste sítio, que se encontra depositado no Ecomuseu de Barroso em Montalegre, destaca-se um *pilum catapultarium*, que se associa directamente a equipamento legionário (Bishop & Coulston, 2005), e uma falcata ibérica²³ (Quesada-Sanz, 2002), que se poderá eventualmente relacionar com a presença de tropas auxiliares indígenas (García-Gelabert, 2002) (Figura 154), bem como dois denários tardo-republicanos (Figura 155). Evidentemente que este material, por si só, não implica necessariamente a presença de soldados romanos neste castro, pois poderia ter chegado a este local através de intercâmbio ou mesmo através de veteranos indígenas, mas demonstra sim a presença do exército romano na área, ou de unidades militares já estabelecidas na zona, muito possivelmente com a participação de indígenas como *auxilia* no exército romano.

²³ Agradecemos a Carmelo Fernández Ibáñez, do Museo de Palencia, a ajuda que nos prestou na identificação destes artefactos.



Figura 154: *Pilum Catapultarium* (em cima) e falcata ibérica (em baixo) (Martins, 2010: 64, Fig. 1) da Cidade de Frades.



Figura 155: Denário em prata de *Publius Clodius Turrinus* (42 a.C.) (em cima) e denário em bronze revestido a prata de *Mn. Fonteius* (85 a.C.) (em baixo), notando-se no anverso algumas marcas de controlo, nomeadamente na parte inferior e lateral direita.

Nos sítios arqueológicos de Cabeça de Vaiamonte (Pereira, 2013, 2014) e de Cáceres el Viejo (Ulbert, 1984), por exemplo, também apareceram falcatas ibéricas, que se associam à presença de *auxilia* indígenas. Cáceres el Viejo trata-se de um acampamento romano que se relaciona directamente com as Guerras Sertorianas (80-72 a.C.). O sítio arqueológico de Cabeça de Vaiamonte trata-se, justamente, de mais um exemplo de ocupação de aglomerados indígenas por parte de destacamentos militares romanos (Fabião, 2007), com uma ocupação militar tardo-republicana ao longo do século I a.C. que cobre o período das Guerras Sertorianas, tal como Cáceres el Viejo, mas também o período das guerras entre César e Pompeu (49-45 a.C.) (Pereira, 2013, 2014).

Uma outra possibilidade, a par da participação de indígenas nas tropas auxiliares, seria a do *hospitium militare*, que se trata do abrigo de guarnições militares romanas em povoações indígenas, sobretudo nos meses de Inverno (Ñaco del Hoyo, 2001; Noguera, Principal, & Ñaco del Hoyo, 2014), relacionado com uma política fiscal provincial maioritariamente não sistemática e irregular no final da República, no contexto de uma economia de guerra de expansão territorial não programada e organizada (Ñaco del Hoyo, 2003).

A Cividade de Frades localiza-se na margem direita do vale do Alto Cávado, implantando-se num cabeço na vertente Sudeste do monte de Frades, no topo do qual de situa, em posição dominante, o povoado fortificado da Coroa do Coto (Figura 156 e 157). É bastante difícil de aferir a possível relação entre ambos os povoados, podendo a Coroa do Coto, face à sua localização, ter uma ocupação mais antiga, talvez da Primeira Idade do Ferro, embora à superfície não tenha sido encontrado qualquer material arqueológico passível de nos fornecer uma possível cronologia relativa. Nas proximidades também se localizam os castros de Donões e de Mourilhe, com presumíveis ocupações da Idade do Ferro.

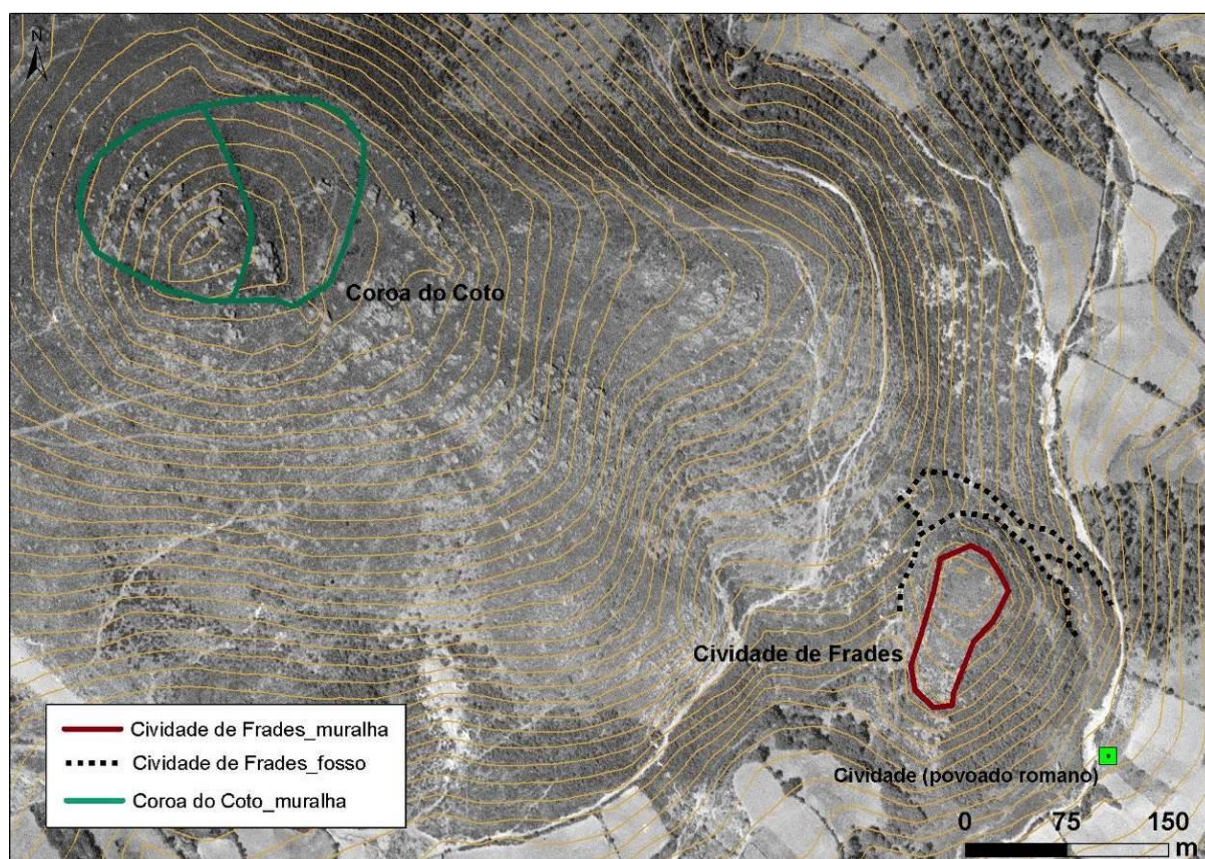


Figura 156: Fotointerpretação da Cidade de Frades e da Coroa do Coto a partir da ortofotografia do voo SPLAL de 1949.



Figura 157: Detalhe da Cidade de Frades.

Visto que na Cidade de Frades ainda não foi realizada qualquer intervenção arqueológica, não podemos assegurar as fases ocupacionais deste sítio, embora seja de supor uma ocupação de finais da Idade do Ferro e uma reutilização do sítio, possivelmente

em finais do século I a.C., em particular na sua plataforma superior, por um contingente militar romano, de forma temporal ou estacional, seguramente com a participação de *auxilia* indígenas locais. Em prospecção superficial identificamos algumas cerâmicas indígenas, escórias de ferro e um fragmento de uma fíbula transmontana, o que parece corroborar uma ocupação de finais da Idade do Ferro, mas também fragmentos de *tegulae* e de cerâmica comum romana. No fundo da vertente Sudeste da Cidade de Frades existem vestígios de um povoado aberto de época romana, denunciado pela dispersão de material romano pelos campos agricultados, possivelmente já do século I d.C. (Figura 156).

A visibilidade da Cidade de Frades centra-se no controlo do vale do Alto Cávado (Figura 158). Todavia, caberia pensar noutras razões estratégicas, como o controlo do acesso à zona mineira do vale do Assureira, na vertente Sudeste da Serra do Larouco (Carvalho, Lemos, & Meireles, 2006; Martins, 2010a) (vide 6.4. Povoamento, rede viária e mineração).

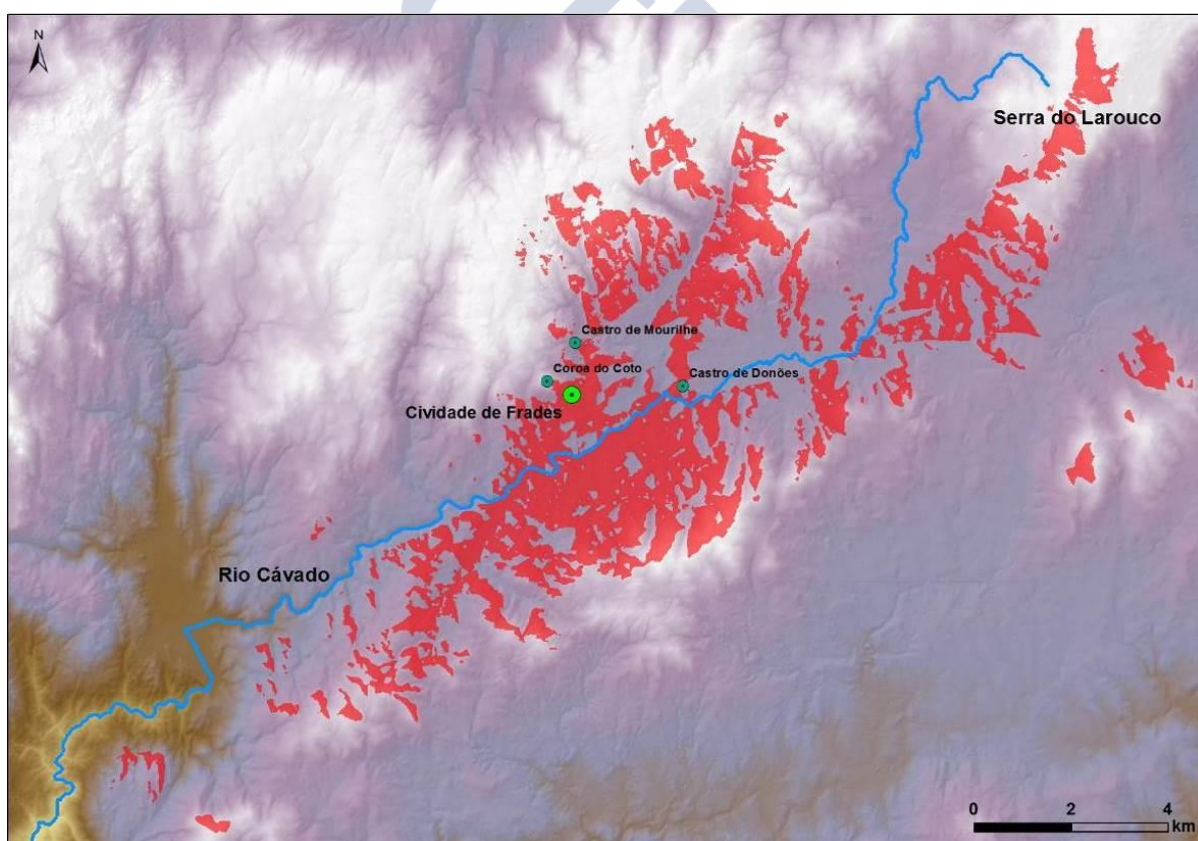


Figura 158: Visibilidade desde a Cidade de Frades, controlando o vale do Alto Cávado.

O vizinho Castro de Donões localiza-se num cabeço aplanado na margem direita do rio Cávado. O povoado é definido na sua parte superior por uma espessa muralha, ocupando uma área interna de aproximadamente 0.4 ha. Todavia, a característica mais peculiar deste sítio relaciona-se com a complexa rede de fossos que o rodeia

integralmente, referindo-se a existência de três profundos fossos (Carvalho, 2007), embora a estrutura dos mesmos seja bastante mais intrincada e não orgânica, particularmente na vertente Oeste do castro, onde os fossos se juntam para dar acesso directo tanto à Ribeira das Bouças como a uma apertada curva do rio Cávado (Figura 159). Em relação a esta rede de fossos, Fernando Braga Barreiros (1920: 86) regista uma curiosa lenda transmitida pela população local que referia que os fossos serviam para os habitantes do castro, os “mouros”, levarem os cavalos a beber ao rio sem que fossem vistos dos outros povoados.

Inicialmente tendemos a relacionar este povoado com os denominados “castros mineiros”, cujos fossos são escavados com força hidráulica e que se encontram integrados em zonas mineiras (5.4.). Todavia, não identificamos neste sítio e na sua envolvente qualquer evidência que possa indiciar a presença de uma mina, nem sequer de uma possível rede hidráulica. Por outro lado, seria bastante difícil fazer chegar água aos fossos, pois as linhas de água da envolvente estão todas a cotas mais baixas, além de não se registar neste caso o característico perfil em V dos fossos hidráulicos, daí que consideramos que não se trata de um “castro mineiro”.

É bastante interessante verificar que, aparentemente, a própria entrada a Norte era feita através de um fosso, que parece depois desenvolver-se para Oeste e Sudoeste em direcção à ribeira das Bouças, da mesma forma que existem vários pontos de ligação entre os fossos, facilitando a comunicação e a circulação pelos mesmos. Estes fossos não se restringem à zona mais acessível a Norte, tal como seria de esperar se cumprissem uma função estritamente defensiva, senão que rodeiam o povoado por todos os lados, mesmo na parte Sul, a zona de maior pendente, onde os fossos já se encontram bastante alterados por trabalhos agrícolas, mas notando-se perfeitamente a continuidade dos fossos nessa zona (Figura 159).

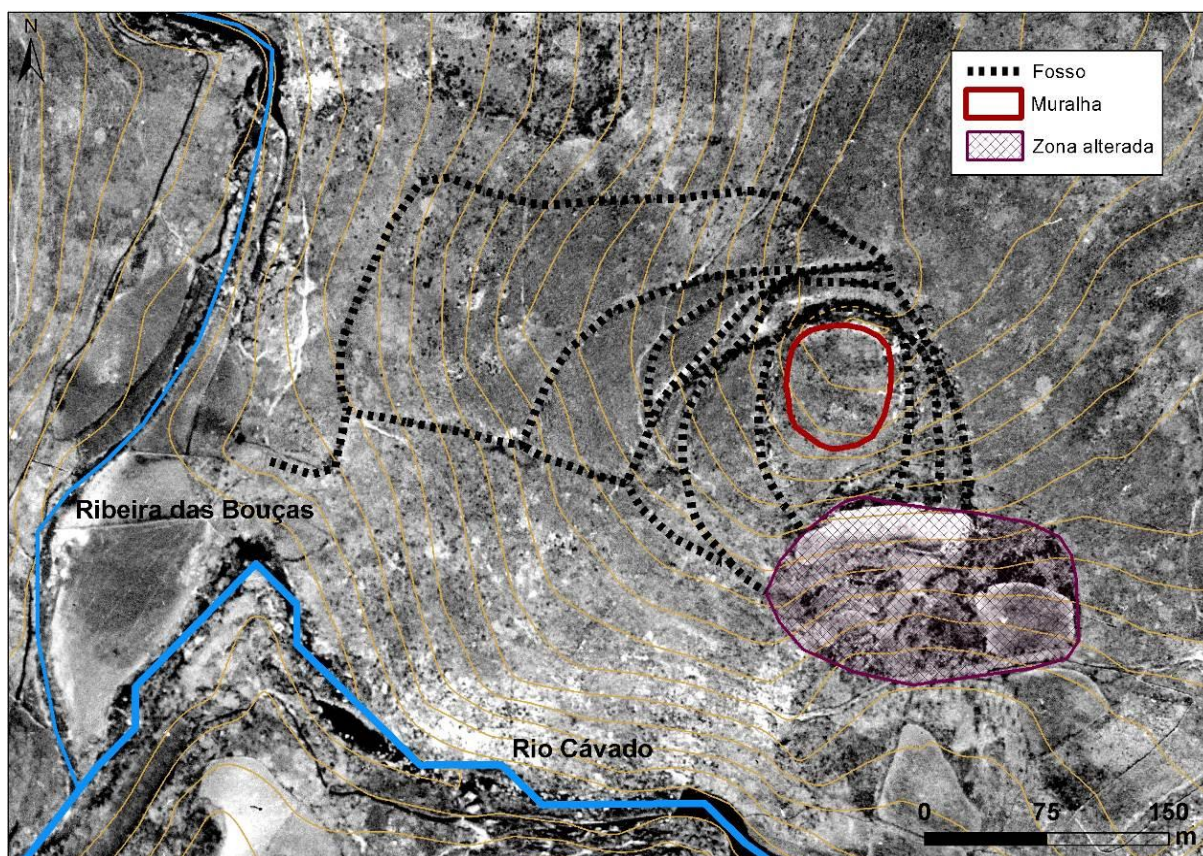


Figura 159: Fotointerpretação do Castro de Donões sobre a ortofotografia do voo SPLAL de 1949.

Do material arqueológico proveniente deste castro, nomeadamente o que se encontra actualmente depositado no Ecomuseu de Barroso em Montalegre, destaca-se um denário em prata tardo-republicano (Figura 160) e um possível punhal afalcatado (Figura 161), que, tal como no caso da falcata do Castro de Frades, poderá relacionar-se com a presença de tropas auxiliares indígenas, a par de alguns fragmentos incaracterísticos de cerâmica indígena e romana (Carvalho, 2007).



Figura 160: Denário tardo-republicano de *Q. Sicinius* e *C. Coponius* (49 a.C.)



Figura 161: Possível punhal afalcatado do Castro de Donões (Foto: Vítor Hugo, Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa).

Neste sentido, este castro trata-se de um tipo de sítio bastante anómalo nesta zona, para o qual é difícil encontrar paralelos. O sítio que mais se aproxima, sobretudo pela complexidade e emaranhado dos seus fossos, é o Castro de Sapelos (*vide* 5.3.1. Vale Superior do rio Terva), que relacionamos com o possível assentamento de um contingente militar romano sobre um castro indígena pré-existente, embora no caso de Sapelos os fossos pareçam ser algo mais regulares. No caso do Castro de Donões, não será de excluir esta mesma hipótese, sobretudo se tivermos em conta que os fossos na vertente Oeste poderão relacionar-se com a existência de um possível *brachium*, justamente como no caso de Sapelos, com a diferença de aqui não existir uma nascente de água na junção em V dos fossos, dando antes acesso directo e protegido às linhas de água, bem como pela própria disposição não orgânica dos fossos (Gilliver, 1999). Os *brachia* tratam-se de linhas de fortificação avançada com um sentido táctico, podendo ligar acampamentos principais com recintos auxiliares, proteger os flancos de uma posição fortificada ou, como possivelmente nos casos de Donões e Sapelos, proteger pontos de abastecimento de água (Harmand, 1967: 119-120; Labory, 2005; Matherat, 1943; Napoli, 2001). Neste caso também é provável que se tenha reutilizado um povoado fortificado da Idade do Ferro, particularmente tendo em conta a potente muralha que delimita a parte superior do sítio.

Por outro lado, se partirmos do pressuposto que tanto a Cidade de Frades como o Castro de Donões tiveram uma ocupação militar romana, qual poderia ter sido a relação entre ambos? Estes povoados distam aproximadamente 2 km em linha recta um do outro, havendo intervisibilidade directa entre ambos. Todavia, a visibilidade de ambos sobrepõe-se bastante, convergindo ambos no controlo visual do vale do Cávado (Figura 162). Esta análise foi realizada através de um cálculo de visibilidade acumulada, que nos permite

aproximar às relações de intervisibilidade entre sítios no contexto de uma determinada paisagem (Wheatley, 1995).

Posto isto, será que o Castro de Donões, que está a uma cota mais baixa e mais próximo do vale do Cávado, poderia ter sido uma espécie de posto de vigilância avançado em relação à Cidade de Frades? Perguntas que só futuros trabalhos arqueológicos poderão ajudar a resolver.

Nas proximidades do Castro de Donões, mais propriamente nos terrenos envolventes da capela de Santo Amaro, refere-se a existência de um povoado romano, assinalado pela dispersão de fragmentos cerâmicos romanos (Barreiros, 1920: 86; Carvalho, 2007). Neste sentido, e da mesma forma que no caso de Frades, podemos estar perante uma tríplice forma de povoamento consecutiva na zona do Alto Cávado: povoamento fortificado da Idade do Ferro, povoamento fortificado militar romano e povoamento romano civil (Morillo-Cerdán, Salido-Domínguez, & Durán Cabello, 2014; Vega-Avelaira, 2007).

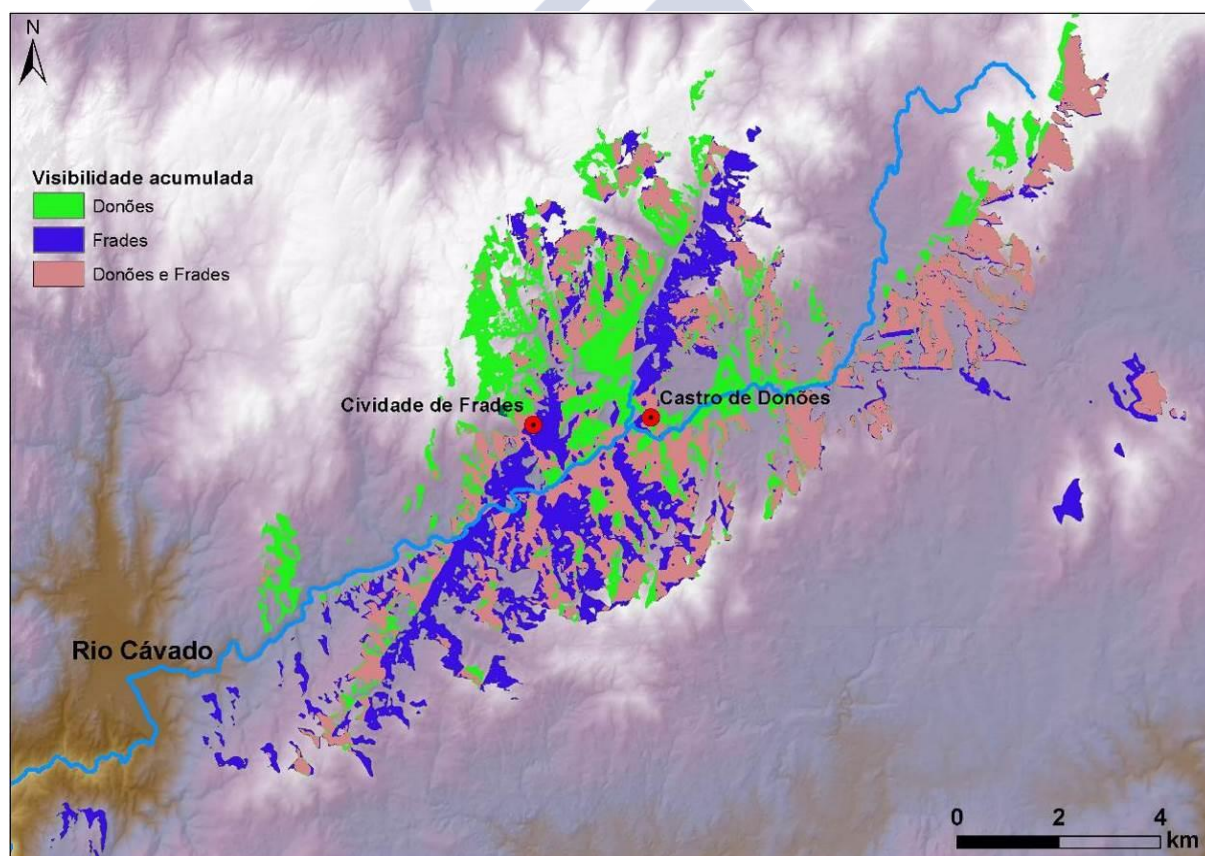


Figura 162: Visibilidade acumulada dos castros de Donões e Frades.

A ocupação militar romana de núcleos indígenas num momento tão precoce, mais do que por questões meramente bélicas relacionadas com um plano de conquista pré-determinado, talvez possa ser antes entendida no contexto de um primeiro momento de

controlo e exploração do território, que esteve na base da ulterior organização provincial, possivelmente em relação com as dinâmicas que têm lugar na Lusitânia com os denominados *castella* tardo-republicanos (Fabião, 2002).

Juntamente com as funções estratégicas de cariz genérico, relacionadas com o processo de conquista e de ocupação territorial, o apoio e controlo das explorações mineiras, bem como possivelmente da rede viária ou pelo menos de zonas de mobilidade natural, podem ter sido alguns dos interesses prioritários que motivaram a presença de determinados acantonamentos ou guarnições militares (Morillo-Cerdán & Adroher-Auroux, 2014a, 2014b). Alguns autores (Blázquez-Cerrato, 2014) relacionam a presença militar em época pré-imperial no centro-oeste peninsular com o interesse na exploração dos recursos minerais auríferos. O acampamento militar romano da Lomba do Canho (Arganil), por exemplo, abandonado em época pré-augustea, é relacionado com a exploração dos recursos auríferos do rio Alva (Fabião, 2007: 122-126; Nunes, Fabião, & Guerra, 1988). Na zona mineira da Serra Morena no vale do Alto Guadalquivir, os denominados *castilletes* são interpretados como *castella* tardo-republicanos, ou seja, locais fortificados menores do que acampamentos militares, que serviam um propósito específico num local específico: a vigilância e controlo da zona mineira da Serra Morena (Gutiérrez-Soler, Bellón-Ruiz, & Rueda-Galán, 2009).

O avançar das investigações no baixo vale do Tejo tem permitido a identificação de uma série de sítios arqueológicos que registam uma ocupação militar romana, pelo que este “conjunto já apresenta uma apreciável densidade de sítios que se estende às duas margens do rio, no fundo, sugerindo uma estratégia de controlo territorial que não se limita ao mero estabelecimento de apoios para expedições setentrionais.” (Fabião, 2014: 20) (Figura 163). Este mesmo autor (*ibid.*: 22), tendo em conta esta densa ocupação militar romana, interroga-se se não poderia ter sido a riqueza do *aurifer Tagus* a suscitar este interesse, para além das razões estratégicas normalmente aduzidas, a despeito de a arqueologia mineira do vale do Tejo ser ainda relativamente mal conhecida (Cardoso, Guerra, & Fabião, 2011).



Figura 163: Sítios arqueológicos do estuário do Tejo com ocupação militar romana comprovada (Fabião, 2014: 11, Fig. 1, sem escala).

Desta forma, devemos entender, na senda de Carlos Fabião (2002: 191), “o processo de ocupação e controle do território sob o domínio romano, não de uma forma linear, progressiva, marcado por uma sequência de planos, mais ou menos coerentes, politicamente determinados; do tipo, primeiro o domínio militar, depois a apropriação das áreas mineiras, depois a colonização agrária, etc... Mas, pelo contrário, como um conjunto de tendências de instalação, sucessivamente postas em prática, ao ritmo das oscilações da conjuntura política, verificada em Roma e no próprio espaço peninsular. Esta ideia de um processo que se fez, de um modo descontínuo, com experiências de controlo territorial abortadas, a que se foram seguindo outras, umas bem-sucedidas, outras não, parece-me mais consentânea com o panorama que podemos colher nas fontes literárias, onde são notórias as diferentes estratégias ensaiadas pelos vários governadores provinciais, para além, naturalmente, das longas querelas em torno dos modos de conceber, estruturar e gerir o Império.”.

A própria moeda *caetra*, emissão monetária de cariz militar entre 27 e 23 a.C., poderá eventualmente relacionar-se com a participação não forçada de tropas auxiliares indígenas no exército romano (Haynes, 2013; Roldán-Hervás, 1989), primeiro seguramente a partir de tratados e depois através da emissão de moeda. Se atendermos à distribuição

da moeda *caetra* (Ferrer-Sierra, 1996; Pérez-González, Illarregui-Gómez, & Morillo-Cerdán, 1995; Centeno, 1987), verificamos que aparecem maioritariamente no Norte de Portugal e na Galiza, ou seja, fora das zonas com maior actividade bélica na altura, nomeadamente em relação às guerras Astúr-Cantábricas, pelo que talvez tenhamos antes que pensar que surgiram em áreas anexas a essas zonas de maior actividade militar, onde já teria havido um contacto prévio entre as comunidades indígenas e o exército romano. As próprias armas que aparecem gravadas nesta moeda, a *caetra* e a falcata, relacionam-se mais com as armas galaicas e não tanto com as astúres ou cântabras (González-Ruibal, 2012). Isto pode-se relacionar com a participação de soldados galaicos, como *auxilia* ou mercenários irregulares, no exército romano, que, muito possivelmente, estariam lutando nas guerras cantábricas, e que regressavam a casa com o seu respectivo pagamento. Por outro lado, talvez se possa também pensar na relação com uma primeira organização e exploração do território, que terá muito possivelmente começado num momento bastante precoce, onde o exército romano teve um papel fundamental, possivelmente contando também com a participação de tropas auxiliares indígenas, ou seja, que a distribuição das moedas *caetra* reflecta a presença de um exército de ocupação romano na época de Augusto.

Se realmente existiram acampamentos militares romanos em *Bracara Augusta*, *Aquae Flaviae*, *Lucus Augusti*²⁴ e Caldas de Reis (Costa-García, 2013: 559), os soldados seriam os responsáveis pela introdução na região de uma economia monetária, enquanto na zona astur-cântabra, face ao contexto de conflito bélico, não haveria a possibilidade de se desenvolver uma economia monetária entre os soldados e a povoação local. Posto isto, estamos em crer que a moeda *caetra*, mais do que a humilhação e a vitória de Roma sobre as comunidades indígenas, representa antes a negociação e a pacto entre ambas as partes.

O modelo de “soldados étnicos” é procedente de contextos coloniais que deram lugar a guerras tribais (Ferguson & Whitehead, 1992: 21-23), tendo sido já aplicado à análise dos *Batavi* (Roymans, 2004; van Driel-Murray, 2009). Este modelo permitiu reconhecer que o carácter bélico dos *Batavi* não era uma evolução própria das comunidades indígenas, mas antes o resultado de uma estratégia impulsionada por Roma. Este modelo foi seguido de perto por Currás-Refojos (2014: 749-750) para o caso concreto do Noroeste, segundo o qual “el desarrollo del aspecto marcial en las comunidades de los castros, materializado en las estatuas de guerrero y en su reclutamiento como tropas auxiliares, se puede entender

²⁴ Vide discussão sobre a problemática em torno da existência de um acampamento romano em *Lucus Augusti* em Costa-García (2013: 367-377).

como el resultado de una construcción deliberada por parte del Imperio romano.” (*ibid.*: 749).

Haynes (2013: 108), no seguimento de García y Bellido (1963) e Martin Millett (2001), afirma que a política de integração de *auxilia* indígenas no exército romano foi uma medida “to reduce the threat of banditry and unrest in an area of profound importance to the imperial coffers”.

Alfredo González-Ruibal (2012), por outro lado, considera que a existência de diferentes economias políticas e identidades étnicas no Noroeste Peninsular nos finais da Idade do Ferro são compatíveis com uma atitude e uma resposta diferenciada em relação ao contacto com Roma. Enquanto as comunidades de montanha das zonas Setentrionais se rebelaram contra a presença de Roma, as comunidades que viviam no Sul mostraram-se mais dispostas a interactuar com Roma, tendo mesmo fornecido um número indeterminado de guerreiros para lutar nas guerras de conquista, tendo o guerreiro tribal sido substituído pelo soldado imperial (González-García, 2007, 2009a, 2011).

Dito isto, consideramos que não podemos reduzir este modelo de “soldados étnicos” a uma acção e vontade exclusiva de Roma, sendo antes um processo mais dialéctico e bidireccional, pois, ao mesmo tempo que serviu a Roma para facilitar a integração provincial das comunidades indígenas, também forneceu um contexto de novas oportunidades, mas também de desafios, a essas mesmas comunidades, sobretudo na parte meridional do Noroeste, onde sabemos que este processo de interacção cultural foi muito mais negociado entre ambas as partes, traduzindo-se a conquista romana do Noroeste Peninsular numa verdadeira experiência discrepante (Hingley, 2005: 102-105, 2012).

De forma comparativa, no Sudoeste da Grã-Bretanha, mais propriamente nas regiões de Cornwall e Devon, têm sido identificados nos últimos anos diversos assentamentos militares romanos, cuja presença se tem relacionado não apenas com a conquista, ocupação e organização destas zonas, mas também com a exploração dos recursos minerais que são aqui bastante abundantes (Creighton, 2006; Mattingly, 2006; Millett, 1990) (Figura 164). Alguns destes assentamentos são de nova fundação, enquanto outros se instalaram em povoados indígenas pré-existentes, o que poderá reflectir o controlo político no caso dos *oppida* mais importantes, a garantia do abastecimento militar, ou, eventualmente, o recrutamento de *auxilia* indígenas (Todd, 1985, 2007a).

Estes assentamentos localizam-se em zonas estratégicas, nomeadamente em colinas que avistam importantes travessias de rios ou mesmo as zonas navegáveis dos rios mais

importantes, controlando, assim, o tráfico marítimo-fluvial, além de alguns deles se localizarem perto de importantes zonas mineiras, como o de Calstock (Smart, 2014), Nanstallon (Fox et al., 1972) e Restormel (Hartgroves & Smith, 2008), todos na região de Cornwall, podendo representar o avanço para o Oeste de coortes auxiliares da *Legio II Augusta*, que esteve baseada em Exeter (*Isca Dumnoniorum*) até 75 d.C. (Bidwell, 1980).

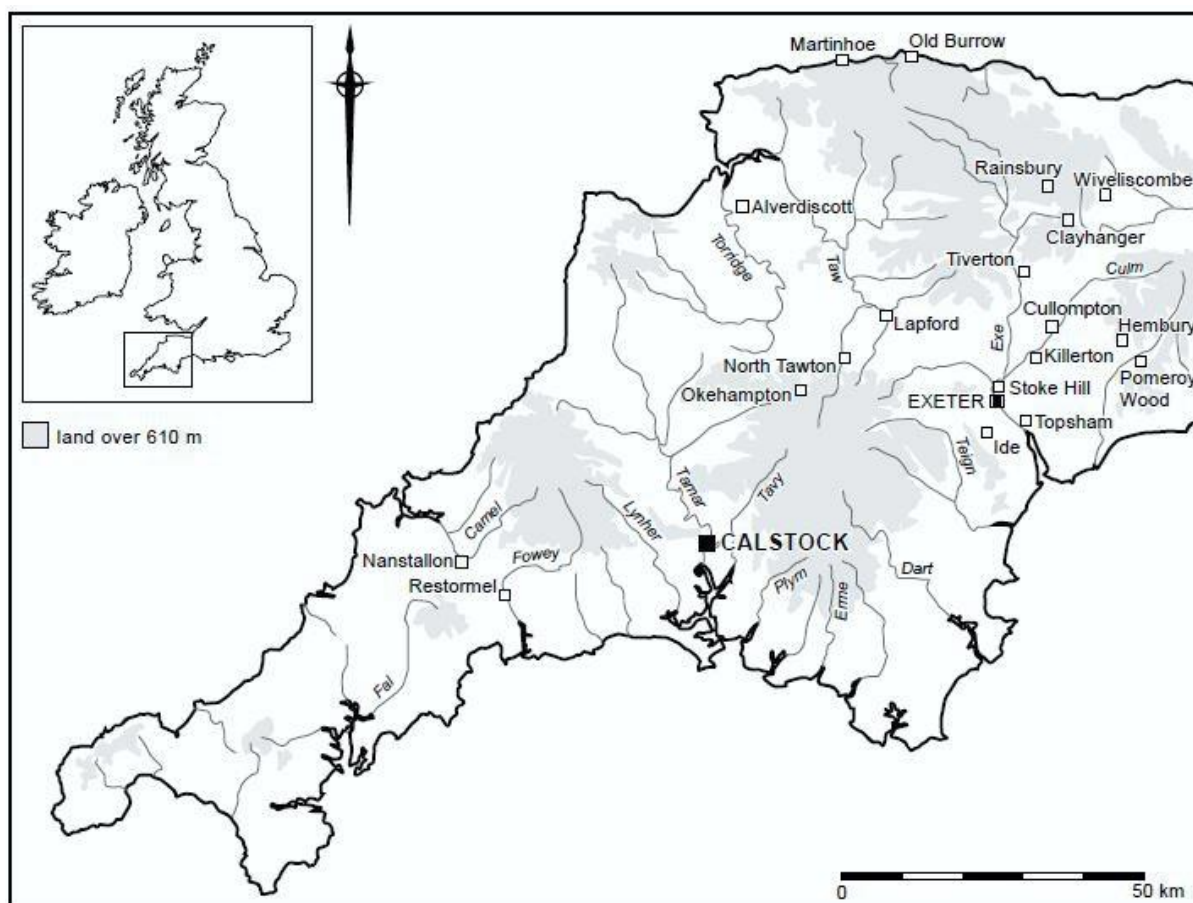


Figura 164: Assentamentos militares romanos no Sudoeste da Grã-Bretanha (Smart, 2014: 2, Fig. 1).

A vinculação mais clara entre um assentamento militar romano e o aproveitamento de recursos mineiros ocorre no sítio de Charterhouse On Mendip (Somerset), onde uma coorte da *Legio II Augusta* esteve directamente envolvida na exploração de galena argentífera (minérios de chumbo ricos em prata) logo após a conquista de Cláudio a partir de 43 d.C. (Fradley, 2009; Todd, 2007b) (Figura 165). Estes recursos minerais teriam já sido explorados desde época pré-romana, apesar de com maior intensidade em época romana (McFarlane, Lundberg, & Neff, 2014), tendo este conhecimento prévio sido seguramente transmitido e aproveitado pelo exército romano, que contaram com a assistência e colaboração das comunidades nativas (Todd, 2007b: 64-65), em particular dos *Dobunni*, uma “client community” com “friendly kings” (Braund, 1984), cujos líderes se fariam representar através da emissão de moedas tribais (Creighton, 2000). Esta seria uma

forma de administração indirecta, onde Roma apoiaria os líderes tribais, ao passo que estes teriam que fornecer tropas e o conhecimento local que auxiliasse a expansão romana (Southern, 2007: 69-70).

John Creighton (2006: 52) afirma que “(...) friendly kings could have local forces adopting Roman military styles of dress and tactics. Also, genuine Roman auxiliary or legionary units could be and were garrisoned in friendly kingdoms”, considerando como bastante provável a presença militar romana no Sul da Grã-Bretanha antes mesmo da conquista de Cláudio em 43 d.C., sobretudo a partir das incursões de Júlio César em 55 a.C. na sequência das Guerras Gálicas (*ibid*: 53).



Figura 165: Localização do forte romano de Charterhouse On Mendip em relação à zona mineira de galena argentífera.

Um outro assentamento militar romano na Grã-Bretanha que estaria muito provavelmente vinculado com uma zona mineira é o forte romano de Pumsaint (Carmarthenshire, Gales), actualmente sobreposto pela povoação homónima, que se localiza numa confluência fluvial, nas proximidades das minas de ouro de Dolaucothi, tendo sido fundado na segunda metade do século I d.C. e abandonado na primeira metade do século II d.C. (Burnham & Burnham, 2004) (Figura 166).

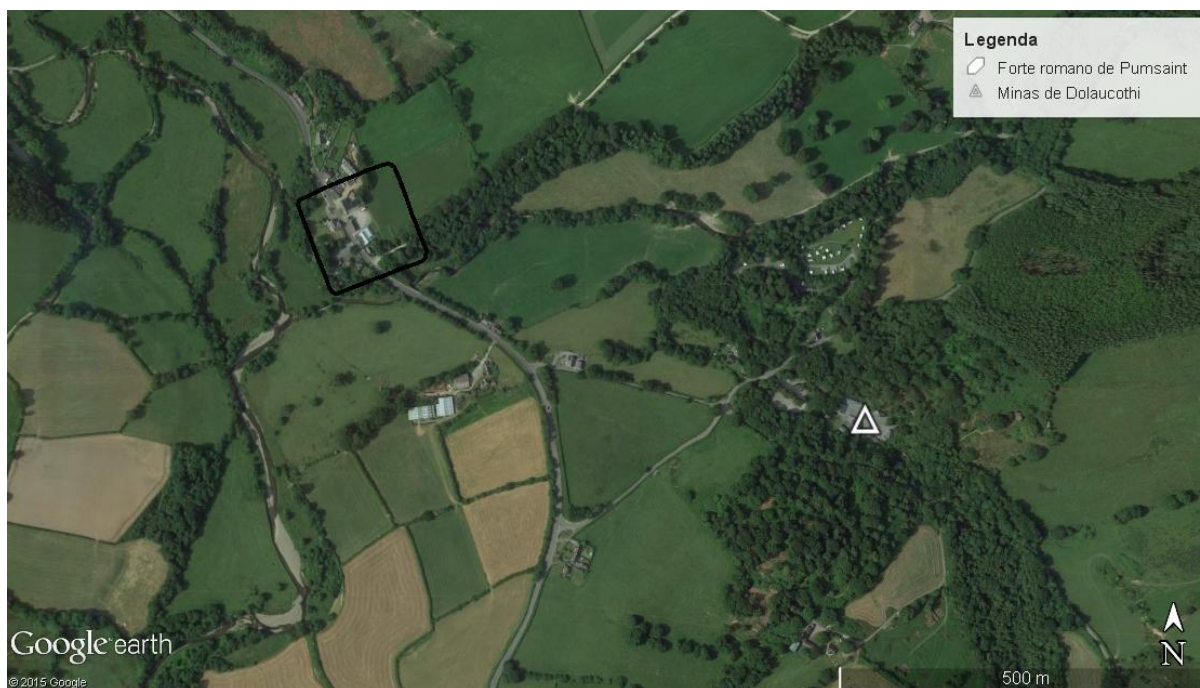


Figura 166: Localização do forte romano de Pumsaint, numa confluência fluvial, perto das minas de ouro de Dolaucothi.

6.2. Aquae Flaviae

No Noroeste Peninsular, para além das três capitais administrativas de fundação augústea, *Bracara Augusta* (Braga), *Lucus Augusti* (Lugo) e *Asturica Augusta* (Astorga), capitais dos *conventus Bracarensis*, *Lucensis* e *Asturicensis* respectivamente, *Aquae Flaviae* era uma importante capital regional da parte interior do convento bracarense (Rodríguez-Colmenero 1997a; Pérez-Losada 2002; Martins et al. 2005; Fonte, 2009; Fonseca-Sorribas, 2012; Rodríguez-Colmenero & Alcorta-Irastorza, 1999; Yebra-Crespo, 2012). Esta capitalidade e influência seriam, teoricamente, exercidas sobre as dez *civitates* inscritas no “Padrão dos Povos” (Fonte, 2006). Considera-se, tradicionalmente, que *Aquae Flaviae* acede à categoria de *Municipium Latinum* entre 74 e 79 d.C., aquando da atribuição do *ius Latii* pelos Flávios à Hispânia, correspondendo-se com um segundo momento de urbanização do Noroeste Peninsular.

Todavia, o contexto fundacional de *Aquae Flaviae* não é ainda bem conhecido. Dados recentemente divulgados²⁵, mas ainda não devidamente publicados e discutidos, parecem

²⁵ Divulgação feita através de alguns órgãos de comunicação social: Diário Atual de 03/06/2011: “Encontrados materiais anteriores à fundação da Aquae Flaviae nas traseiras da Adega do Faustino” (<http://diarioatual.com/?p=20917>) e RTP Notícias de 17/06/2011 “Cidade de Chaves terá nascido um século antes do que se pensava” (<http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=452597&tm=8&layout=122&visual=61>).

apontar para uma ocupação precoce, nomeadamente de finais do século I a.C., no que parece corresponder a um contexto ainda pouco claro de um possível assentamento militar romano associado à construção da Via XVII²⁶. De entre os materiais divulgados, destaca-se uma moeda *caetra*, com a representação de Augusto (27 a.C.-14 d.C.) no anverso (Figura 167), e uma ânfora Gauloise 1²⁷, que nos remetem, justamente, para um contexto próximo à mudança de era (Figura 168). A construção da Via XVII data da época de Augusto, tal como nos indicam os miliários mais antigos (Rodríguez-Colmenero et al., 2004), pelo que não será de descartar a instalação em *Aquae Flaviae* de uma base militar temporal possivelmente relacionada com a construção da via no período imediatamente posterior ao fim das guerras de conquista do Norte Peninsular (Vega-Avelaira, 2008).



Figura 167: Moeda *caetra* proveniente de *Aquae Flaviae* (print screen a partir do vídeo em: <http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=452597&tm=8&layout=122&visual=61>).



Figura 168: Ânfora Gauloise 1 proveniente de *Aquae Flaviae* (print screen a partir do vídeo em: <http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=452597&tm=8&layout=122&visual=61>).

Numa outra escavação arqueológica realizada no centro histórico de Chaves, mais propriamente no Arquivo Municipal de Chaves (Guedes, 2012), identificou-se nos níveis

²⁶ Foi também recentemente avançada a hipótese de o núcleo urbano de Bragança ter tido origem num assentamento militar romano, em estreita relação com a Via XVII (Lima & Argüello-Menéndez, 2004). Todavia, tal como no caso de Chaves, apenas foram encontrados alguns materiais que se podem relacionar com a presença de militares, mas não apareceram estruturas que se possam associar de forma clara a algum tipo de assentamento militar romano.

²⁷ Agradecemos a Rafael Rodríguez Martínez a ajuda prestada na identificação do tipo de ânfora.

mais antigos, correspondentes a finais do século I a.C. e inícios do I d.C., um possível *pugio* (Figura 169), que claramente se relaciona com equipamento militar romano (Bishop & Coulston, 2005), além de outros objectos metálicos que se poderão identificar com acessórios de vestuário militar, bem como diversas ânforas, como uma Dressel 1B, e numismas alto-imperiais.



Figura 169: *Pugio* identificado nas escavações arqueológicas do Arquivo Municipal de Chaves (© Arqueologia & Património).

Todavia, os referidos materiais são ainda bastante escassos por si só como para nos permitirem assegurar com toda a segurança a existência de um assentamento militar romano, ou seja, poderão até indiciar a presença militar na região, mas não implicam necessariamente a presença de um assentamento militar romano em *Aquae Flaviae*, tal como já foi devidamente discutido para o caso de *Lucus Augusti* (Costa-García, 2013: 367-377), pelo que teremos que aguardar por novas evidências arqueológicas.

A reestruturação territorial que esta zona sofreu a partir de Augusto terá como consequência a capitalidade de *Aquae Flaviae*, que se transformou no grande núcleo urbano deste território interior, bem como o paulatino abandono dos antigos centros populacionais indígenas, que dão lugar ao surgimento de novas centralidades, como uma nova rede de povoamento, rede viária e exploração mineira. A cidade romana terá seguramente evoluído a partir da *mansio* de *Ad Aquas* da Via XVII do Itinerário de Antonino, o que, por si só, já pressupõe uma ocupação pré-flaviana, pelo que a fundação

de *Aquae Flaviae* parece estar intimamente ligada à rede viária, bem como muito possivelmente à sua relevância termal, tendo sido promovida em época flaviana a município latino, convertendo-se na capital regional da *Gallaecia* Meridional Interior, com base no seu carácter de *caput viarum* e na interpretação que se faz do significado histórico do Padrão dos Povos de *Aquae Flaviae* (Le-Roux & Tranoy, 1984; Rodríguez-Colmenero, 1997a; Pérez-Losada, 2002; Fonte, 2006), embora dependente da capital conventual: *Bracara Augusta*. Tratava-se, desta maneira, de um núcleo administrativo de segunda categoria no âmbito da estrutura de povoamento romano do Noroeste Peninsular (Martins et al., 2005; Pérez-Losada, 2002) (Figura 170).

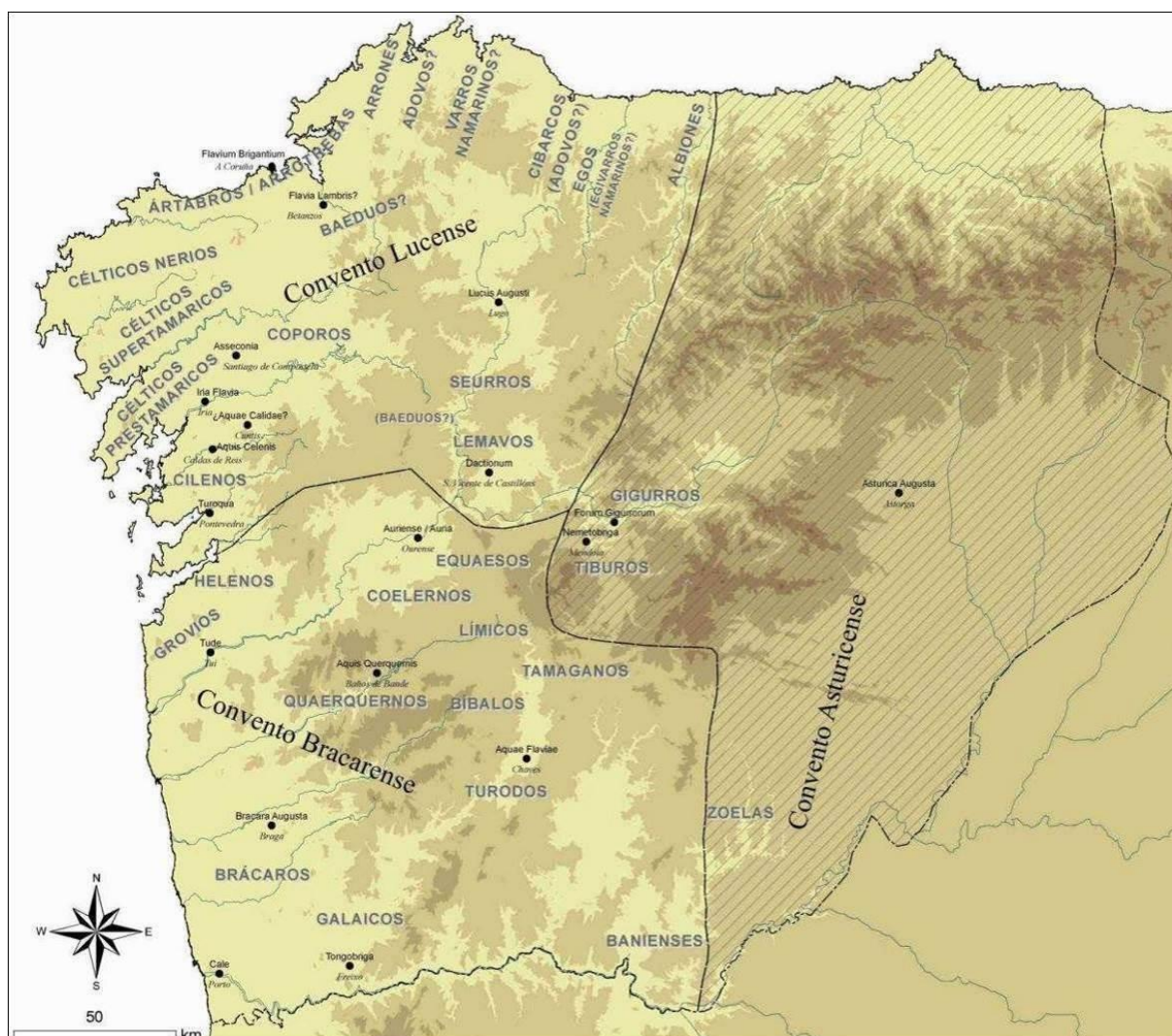


Figura 170: Organização administrativa Romana do Noroeste Peninsular, com a localização de *Aquae Flaviae* e *Bracara Augusta* no contexto do *conventus Bracarensis* (adaptado de Tranoy, 1981).

Será de destacar, *à priori*, a aparente localização geoestratégica de *Aquae Flaviae*, enquanto nó viário, centro político-administrativo, comercial e de transportes. A via XVII, enquanto eixo principal de ligação entre *Bracara Augusta* e *Asturica Augusta*, percorrendo

importantes zonas mineiras (Lemos & Martins, 2010, 2011; Lemos & Meireles, 2006; Lemos & Morais, 2004), poderá ter determinado e condicionado a localização de *Aquae Flaviae*, se bem que, como veremos de seguida quando tratarmos em maior detalhe a Via XVII, a própria passagem da via por *Aquae Flaviae* poderá já ter estado pré-determinada pelo seu carácter locacional particular. A restante rede viária é mais provável que tivesse sido condicionada pelo próprio povoamento, centralizado em torno de *Aquae Flaviae* (Amaral, 1993, 1999). A sua localização estratégica, numa confluência fluvial e terrestre, foi fundamental para o controlo estratégico do *hinterland* envolvente, criando-se um verdadeiro lugar central para onde todos os caminhos locais e regionais convergiam. Sem dúvida que a mineração foi um dos principais recursos que motivou o florescimento de *Aquae Flaviae*, onde possivelmente essa actividade se centralizava, sendo mesmo possível que se tivesse tratado de uma “*civitas* mineira” (Lemos & Martins, 2011).

O modelo locacional de *Aquae Flaviae* (Fonte, 2009) define-se por possuir uma visibilidade bastante convergente e intensa sobre uma zona concreta, neste caso particular sobre a depressão tectónica Régua-Verín-Chaves, via natural de circulação Sul-Norte, além de ser um sítio bastante visível a curta e média distância. É também um local amplamente acessível, primando o acesso à sua envolvente imediata, parecendo concentrar linhas naturais de mobilidade, o que se adequa bastante bem ao carácter de *caput viarum* que *Aquae Flaviae* ostentou. Apresenta uma proeminência visual bastante desigual, destacando particularmente a curta distância, sendo a visibilização a longa distância praticamente nula. Neste caso, parece antes nitidamente valorizar-se a acessibilidade e o controlo visual sobre zonas concretas relacionadas com a mobilidade, além de o destaque visual se centrar também a curta distância, o que poderá indicar que a centralidade espacial de *Aquae Flaviae* se manifestou de uma forma distinta e mesmo contraposta relativamente ao Outeiro Lesenho (*ibid.*). A localização de *Aquae Flaviae* é mais significativa em relação à envolvente imediata, o que poderá corroborar o seu carácter de nó viário, que favoreceu que *Aquae Flaviae* se convertesse num importante núcleo urbano de cariz regional dentro do aparelho estatal romano, onde se concentraram diversas funções de tipo específico. Por outro lado, a própria centralidade de *Aquae Flaviae*, e das cidades romanas em geral, era também reforçada pela arquitectura pública monumental e pelo urbanismo, bem como pela religião e pelo culto ao imperador, que serviu para colocar Roma e o Império Romano no dia-a-dia das comunidades provinciais, reproduzindo o poder, a ideologia e a cultura da sociedade Romana (Revell, 2009).

Todavia, será necessário ter em linha de conta outro tipo de factores ou elementos que possam ter influenciado a localização dos sítios. Em relação a *Aquae Flaviae*, é

possível que a sua localização esteja também condicionada por determinados elementos pré-existent, como poderão ser o depósito do Bronze Final que apareceu no Alto de Pedisqueira, nomeadamente um colar articulado e um bracelete em ouro (Cardoso, 1944) (Figura 171), e outro da Segunda Idade do Ferro que supostamente apareceu no sítio de Codeçais em plena veiga flaviense, constituído por vários torques em ouro (Cardoso, 1942, 1965; Ladra, 2009) (Figura 172), pela estátua-menir de Chaves (Jorge & Almeida, 1980) (Figura 206) e até pela própria relevância termal do sítio, que, já desde época pré-histórica, poderá ter exercido bastante interesse e atracção. Ou seja, mais do que os depósitos ou a estátua-menir tenham sido condicionantes locais, o tipo de práticas sociais relacionadas com estes objectos sugerem que este lugar teria já alguma relevância social em tempos pré-históricos. Estes elementos reforçam a possível relevância simbólica do lugar, provavelmente relacionada com o facto de se tratar de uma zona de passagem desde a pré-história. Em *Bracara Augusta*, por exemplo, coloca-se a hipótese de a colina da cidade, local onde se implantou a cidade romana, ter sido em época pré-romana um local “neutral”, comunitário e simbólico, de agregação e de interacção entre comunidades, ao qual a sua localização geoestratégica também não terá sido alheia, assim como não parece ter sido ocasional a posterior implantação da cidade romana (Lemos et al., 2011; Lemos, 1999, 2007; Morais, 2005). No entanto, tal como no caso de *Bracara Augusta* (Carvalho, 2008; Martins & Carvalho, 2010; Martins & Fontes, 2010; Martins et al., 2005; Martins, 2006, 2009a, 2009b), não há, pelo menos até ao momento, qualquer evidência que suporte a existência de um povoado fortificado da Idade do Ferro na colina onde posteriormente se implantou *Aquae Flaviae*. Refere-se apenas o aparecimento em escavações arqueológicas de âmbito urbano de cerâmica de tradição indígena (Rodríguez-Colmenero, 1997b), o que, por si só, não implica um contexto ocupacional da Idade do Ferro. Os elementos supracitados parecem antes indiciar que se trataria de um outro tipo de sítio, de carácter não estritamente habitacional.

Por outro lado, tal como no caso de *Bracara Augusta* (Tranoy & Le-Roux, 1989), a epigrafia de *Aquae Flaviae*, revela também uma forte presença do substrato indígena, tanto ao nível dos antropónimos, topónimos e etnónimos (Rodríguez-Colmenero, 1997a; Silva, 2010).

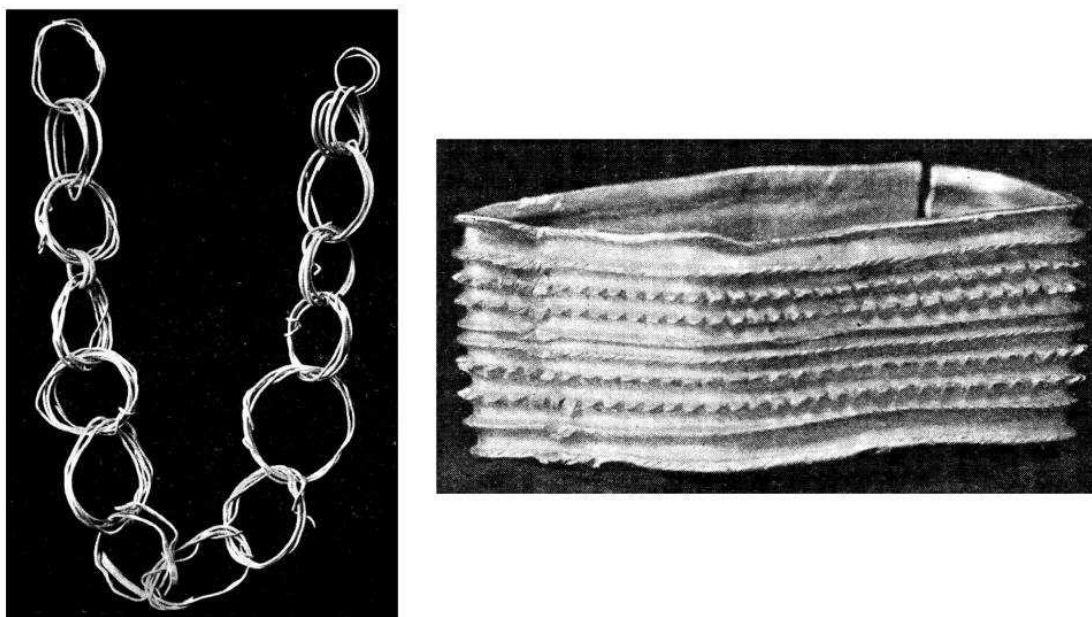


Figura 171: Colar articulado e bracelete em ouro aparecidos no Alto da Pedisqueira, Chaves (Cardoso 1944, figs. 3 e 2, sem escala).

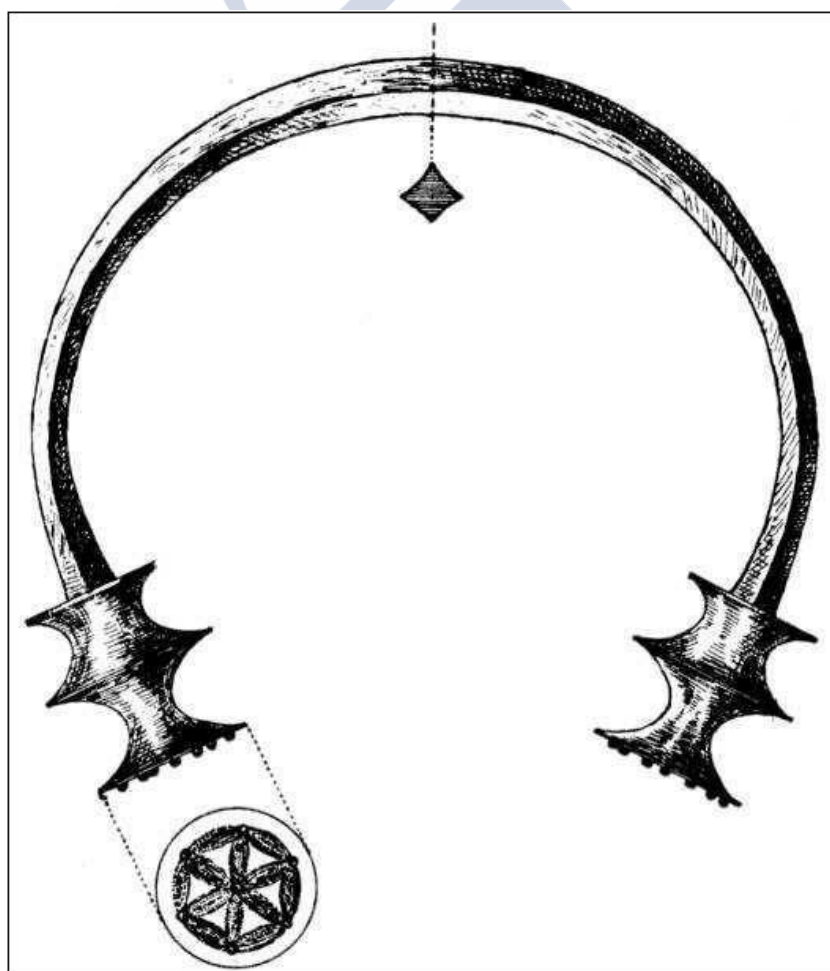


Figura 172: Um dos torques do “tipo flaviano” aparecidos no lugar de Codeçais na Veiga de Chaves (Cardoso 1965, est. III, nº2, sem escala).

Um recente artigo (Rogers, 2008) tenta explorar diferentes alternativas para se perceber a implantação de algumas cidades romanas na antiga *Britannia* e de que forma essa implantação pode ter sido influenciada pela significação de determinados locais religiosos da Idade do Ferro. Este autor considera que pode ter havido diversos factores que influenciaram a implantação das cidades romanas, embora pondere que determinados factores simbólicos preexistentes e a importância, por exemplo, das nascentes termais, como justamente no caso de *Aquae Flaviae* (Carneiro, 2013), não devem ser negligenciados ou pelo menos considerados menos relevantes que os factores estratégicos. Na senda de González-Ruibal (2001: 164-165): “Existen unos paisajes recurrentes en el paisaje del Noroeste ibérico, tanto por sus caracteres geográficos como históricos: se trata de zonas llanas, donde se cruzan diversos ríos, encrucijadas, además, de caminos, que conectan áreas geográficas diferentes (costa e interior, llano y montaña), en las que suelen existir fuentes termales y en donde se han hallado depósitos votivos del Bronce Final. Éste es el paisaje de los tres lugares señalados (*Tude*, *Aquae Celenae* e *Iria Flavia*, importantes pontos da via XIX entre o Minho e o Ulla que se situam em lugares relevantes desde pelo menos o Bronze Final), pero también de otras localidades de *Gallaecia*, como Chaves, futura *Aquae Flaviae*. Al situar sobre estos parajes aglomeraciones urbanas de nueva planta, Roma se apodera de sus contenidos simbólicos, del mensaje codificado en una geografía mítica y perpetúa su significado pero puesto, ahora, al servicio de un nuevo poder.”.

Segundo Paulo Amaral (1993: 125) “o *territorium* de *Aquae Flaviae*, no sentido de espaço geográfico que está ligado à *civitas*, poderá corresponder grossomodo com o território dos *Turodi*²⁸, ou seja, a área limitada pelos bordos que ladeiam a depressão, com o Barroso a Oeste e a Padrela a Este, a Sul correspondendo ao fecho da bacia na zona de Vidago, e a Norte, de difícil precisão, mas confrontando com o território dominado pelos *Tamagani* na zona de Verín”, proposta com a qual concordamos. Os *Turodi*, referidos por Ptolomeu (II, 6, 39) em relação a *Aquae Flaviae* (Tranoy, 1981) poderão corresponder-se com o eventual *populus* pré-romano que ocupava esta região e que em época romana foram renomeados para *Aquiflavienses*. Paulo Amaral (1993: 94) aponta o Outeiro Lesenho como possível “lugar central” dos *Turodi*, tendo em conta “(...) uma implantação num morro a 1050 m de altitude que lhe permite um alcance visual que não encontra par nesta região, abarcando toda a vertente Este-Sudeste da descida do Barroso, e a zona planáltica para Sul, em direcção a Vila Pouca de Aguiar. Apesar da sua posição excêntrica ao centro

²⁸ Os *Turodi* são referidos por Ptolomeu (II, 6, 40) no século II d.C. (Albaladejo-Vivero, 2012: 150), em cujo território localizou *Aquae Flaviae*, podendo ter ocorrido uma assimilação entre *Turodi* e *Aquiflavienses* (Tranoy, 1977, 1981: 62-63).

da depressão, que não lhe proporciona um contacto visual directo sobre o corredor que constitui a veiga, o seu posicionamento altimétrico revela uma preponderância mesmo em relação a esta, que, face a uma hierarquização do povoamento, poderia estar estruturada por uma rede secundária de povoados. No entanto, o facto mais em destaque relativamente a este povoado é a ocorrência de quatro estátuas de guerreiros galaicos, numa concentração que não tem paralelo no Noroeste.”.

A ponte romana de *Aquae Flaviae* sobre o rio Tâmega, com as suas duas colunas honoríficas, o “Padrão dos Povos” e o “Padrão de Trajano”, é um excepcional exemplo de arquitectura civil romana, que se insere no contexto de edificação de múltiplas estruturas de funcionalidade pública no período flaviano, após a atribuição do estatuto municipal. Sabe-se que a construção da ponte implicou um reordenamento urbanístico da cidade (Carneiro, 2005). Da mesma forma, o balneário termal medicinal recentemente descoberto no Largo do Arrabalde (Carneiro, 2012, 2013; Silva, Pinto, Quintino, & Teixeira, 2007), poderá enquadrar-se neste contexto de fomento da arquitectura pública, aproveitando os importantes recursos termais desta região. Este monumento localiza-se bastante próximo da ponte romana (Figura 173).



Figura 173: Localização das termas medicinais romanas de *Aquae Flaviae*, em área anexa à ponte romana.

A “Coluna de Trajano” (CIL, II, 2478) contém a seguinte inscrição: IMP(eratori) CAES(ari) NERVA/ TRAIANO AVG(usto) GERM(anico)/ DACICO PONT(ifici) MAX(imo)/ TRIB(unicia) POT(estate) CO(n)S(ule) V P(atri) P(ATRIAE)/ AQVIFLAVIENSES/ PONTE

LAPIDEVM/ DE SUO F(aciendum) C(uraverunt). Este monumento epigráfico, datado de 104 d.C., parece evidenciar que a construção da ponte foi obra exclusiva dos *Aquiflavienses*.

O “Padrão dos Povos” (CIL, II, 2477) (Figura 174), que data de 79 d.C., contém a seguinte inscrição: IMP(eratori) CAES(ari) VESP(asiano) AVG(usto) PONT(ifici)/ MAX(imo) TRIB(unicia) POT(estate) X IMP(eratori) XX P(atri) P(atriae) CO(n) S(uli) IX/ IMP(eratori) VESP(asiano) CAES(ari) AVG(usti) F(ilio) PONT(ifici) TRIB(unicia)/ POT(estate) VIII IMP(eratori) XIII CO(n)S(uli) VI[I]/ (...) C(aio) CALPETANO RANTIO QUIRINALI/ VAL(erio) FESTO LEG(ato) AVG(usti) PR(o) PR(aetore)/ D(ecimo) CORNELIO MAECIANO LEG(ato) AVG(usti)/ L(ucio) ARRVNTIO MAX(imo) PROC(uratori) AVG(usti)/ LEG(io) VII GEM(ina) FEL(ix)/ CIVITATES X/ AQUIFLAVIENSES AVOBRIGENS(es)/ BIBALI COELERNI EQVAESI/ INTERAMICI LIMICI NAEBISOCI/ QUERQVERNI TAMAGANI. A parte intermédia, que se encontra apagada, será uma possível consequência da *damnatio memoriae* de Domiciano.

Esta coluna honorífica, segundo Rodríguez-Colmenero (1997a: 418-426), trata-se de uma dedicatória a Roma na pessoa do seu imperador e dos seus representantes provinciais e militar. Poderá representar um acto de agradecimento por parte das dez *civitates* aí inscritas pela concessão do *ius Latii*, antes mesmo da construção da ponte, que parece ter sido obra exclusiva dos *Aquiflavienses*, tal como nos indica a “Coluna de Trajano”, bem como um reconhecimento da preeminência territorial e administrativa de *Aquae Flaviae* enquanto capital regional da metade oriental do convento bracaraugustano (*ibid.*). A atribuição do estatuto municipal a *Aquae Flaviae* poderá estar relacionada com a vontade do poder romano de conceder a este lugar um estatuto privilegiado, outorgando-lhe uma certa supremacia sobre as regiões vizinhas (Le-Roux & Tranoy, 1983). A menção à *Legio VII Gemina*, na altura recentemente estabelecida em León, poderá estar relacionada com a sua presença e participação na construção de infra-estruturas urbanas, viárias e mineiras na região (Rodríguez-Colmenero, 2007).

Por outro lado, alguns autores consideram que o “Padrão dos Povos”, que é anterior à “Coluna de Trajano”, poderá representar a contribuição das comunidades locais (representadas pelas dez *civitates* nele inscritas), eventualmente auxiliadas pela *Legio VII Gemina*, na construção do que poderá ter sido uma primeira ponte romana, depois substituída pela actual nos inícios do século II d.C. (Mantas, 2012). É também possível que possa ser o indício da existência de um pacto mais antigo entre as comunidades indígenas e a administração romana. No caso do pacto dos *Zoelae*, por exemplo, menciona-se um *pactus vetus* (Lemos, 1993). Parece-nos que a hipótese de ambas as colunas se tratarem de miliários deverá ser descartado dado o carácter excepcional de ambas as colunas quando comparadas com os miliários conhecidos na região (Rodríguez-Colmenero et al., 2004;

Rodríguez-Colmenero, 1997a). As colunas que se encontram actualmente na ponte romana parecem ser réplicas dos seus respectivos originais. O original do “Padrão dos Povos” apareceu junto à ponte nas dragagens do rio em 1980 (Silva, 1981: 90-92), encontrando-se actualmente exposto no Museu da Região Flaviense em Chaves, enquanto se desconhece o paradeiro do original da “Coluna de Trajano”. A substituição dos originais por réplicas poderá estar relacionada com a progressiva deterioração das colunas originais.

A localização original de ambas é uma incógnita, embora pelo menos a “Coluna de Trajano” deva ter estado desde o início associada à ponte. É possível que, pelo menos a partir da construção da ponte, o “Padrão dos Povos” também tenha sido aí colocado, possivelmente à entrada da própria cidade.

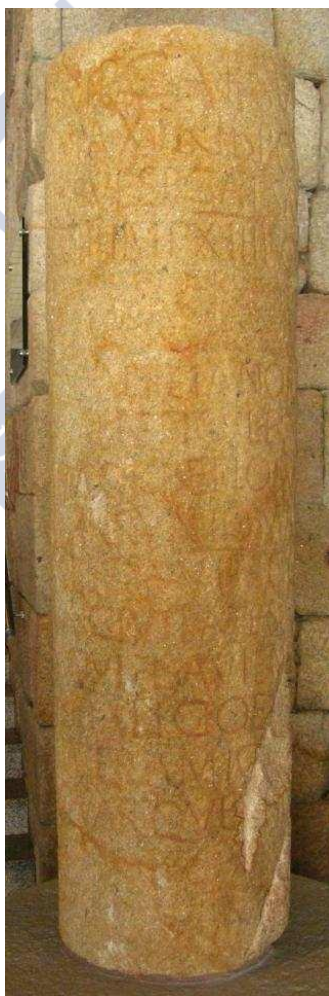


Figura 174: Padrão dos Povos de *Aquae Flaviae* (© Museu da Região Flaviense).

6.3. Via XVII

A organização e administração do território recém-conquistado por Roma exigiu o desenvolvimento de uma rede de comunicações terrestres o suficientemente densa e eficaz (González-Álvarez, 2011b).

A Via XVII do Itinerário de Antonino, que ligava *Bracara Augusta* a *Asturica Augusta*, passando por *Aquae Flaviae*, foi uma das principais e uma das primeiras vias romanas a ser construída no Noroeste Peninsular. Datando da época de Augusto²⁹, e no que à nossa zona de estudo diz respeito, tratou-se do principal eixo vertebrador do território, perfeitamente planificada e adaptada ao território, sendo depois complementada por uma complexa rede viária secundária, interligando, em particular, povoações secundárias e zonas mineiras (Lemos & Martins, 2010, 2011; Lemos & Morais, 2004; Lemos & Meireles, 2006).

Esta via tem já uma longa tradição de investigação. O primeiro trabalho sistemático sobre o seu traçado é da autoria de Jerónimo Contador de Argote (1734), sendo ainda uma referência actual. Aí se referenciam, pela primeira vez, muitos dos miliários associados a esta via, a par da proposta de traçados concretos. O autor considera a existência de dois traçados para a via entre *Bracara Augusta* e *Aquae Flaviae*, um mais antigo (Augusto) a Norte, e outro mais recente (Vespasiano) a Sul, desde a zona de Ruivães (Vieira do Minho) e Venda Nova (Montalegre), descrevendo em maior detalhe o primeiro, que considera o traçado principal que faz passar pelo vale do Rabagão. Posteriormente, outros investigadores seguiram de perto as propostas de Contador de Argote, uns considerando apenas a variante setentrional (Capela, 1987; Baptista, 1990), e outros ambas variantes (Barradas, 1956; Montalvão, 1971). Ricardo Teixeira (1996), embora não considere a existência de uma variante meridional pelo vale do Beça, admite a existência de uma variante à via principal a partir da portela do Pindo cruzando o vale do Terva, que ligaria esta zona a *Aquae Flaviae* através da portela de Sapelos, hipótese seguida, apesar de algumas diferenças, por Rodríguez-Colmenero et al. (2004) e por Fontes & Andrade (2012).

Desta visão genérica, ressalta a aceitação generalizada da existência de um traçado principal a Norte, assinalado por miliários, que se desenvolve através do vale do Rabagão e do vale do Terva, marcado, sobretudo, pelos miliários de Arcos e do Pindo, em direcção a *Aquae Flaviae*. Existe também alguma discussão relativamente à localização das

²⁹ Na nossa zona de estudo, mais concretamente no vale do Terva, existe um miliário de Augusto, que foi reutilizado como sarcófago medieval (Fontes & Andrade, 2012; Rodríguez-Colmenero et al., 2004: 173-174).

mansiones, sobretudo no que refere às de *Praesidium*, geralmente localizada entre Codeçoso do Arco e Vila da Ponte, e *Caladunum*³⁰, que se localiza habitualmente entre Cervos e o Pindo (Baptista, 1992), apesar de alguns autores (Alarcão, 2004) identificarem esta *mansio* com o grande povoado romano da Ciada, o que levaria a via ainda mais para Norte através do vale do Assureira, tal como já tinha proposto o próprio Contador de Argote (1734).

Será de considerar a possível relação entre *Caladunum*, que é referida por Ptolomeu (II, 6, 38) e como *mansio* da Via XVII entre *Praesidium* e *Ad Aquas*, e *Caladuni*, que não se encontram referidos no Padrão dos Povos de *Aquae Flaviae* nem nas fontes antigas, embora estejam atestados epigraficamente noutras inscrições latinas (Rodríguez-Colmenero, 1997a: 30). Se aceitarmos a correcção onomástica *Caladus* sugerida por López-Cuevillas (1953: 69) para o nome antigo do rio Cávado, que *Pomponius Mela* (3, 1, 10) designa de *Celadus*, podemos considerar que os *Caladuni* se localizariam na zona do Alto Cávado, na vertente Sul da serra do Larouco (Guerra, 2003: 106-108; Redentor, 2011: 45-46), à semelhança do que ocorre com outros etnónimos cuja ligação a hidrónimos é reconhecida, como os *Limici* e os *Tamagani*. Rodríguez-Colmenero e colaboradores (2004: 124-125) consideram que o Castro do Pedrário seria o povoado capital dos *Caladuni*, que controla justamente todo o altiplano entre as serras do Larouco e do Leiranco, que não estariam referidos no Padrão dos Povos pelo facto de terem sido possivelmente integrados em época Flávia na *civitas* dos *Aquiflavienses*, à semelhança dos *Turodi* (Alarcão, 2004: 452-453). O nome da *mansio* de *Caladunum* estará, assim, relacionado com o etnónimo *Caladuni*, apesar de desconhecermos ainda qual o verdadeiro estatuto deste étnico e qual a sua relação, por exemplo, com os *Turodi*.

Desenvolveu-se recentemente um projecto³¹ onde se prospectou e cartografou com o devido rigor a Via XVII, do qual surgiu uma proposta de traçado que iremos utilizar neste trabalho e que segue de perto outras propostas de traçado (Rodríguez-Colmenero et al., 2004), apesar de haverem algumas diferenças, sobretudo na zona de Vieira do Minho (Fontes & Roriz, 2012) (Figura 175). O referido traçado nunca chegou a ser integralmente publicado³², sendo que, na maior parte dos casos, e no que ao território português diz

³⁰ *Caladunum* é também referida por Ptolomeu (II, 6, 39) no século II d.C. (Albaladejo-Vivero, 2012: 53).

³¹ Projecto “Vias Augustas” financiado no âmbito do INTERREG IIIA:
http://www.jomega.net/viasromanas/vias_cd.swf.

³² Os resultados deste projecto foram apresentados no seminário “As Vias Romanas da Hispânia: as Vias XVII e XVIII do Itinerário” realizado em Chaves em Dezembro de 2004, embora as respectivas actas nunca tenham sido publicadas.

respeito, o traçado da Via XVII foi sendo publicado a nível concelhio (Carvalho, 2006; Fontes & Andrade, 2012; Fontes & Roriz, 2012; Morais, 2005). Desta forma, baseamo-nos principalmente nessas publicações para definir o traçado da Via XVII.

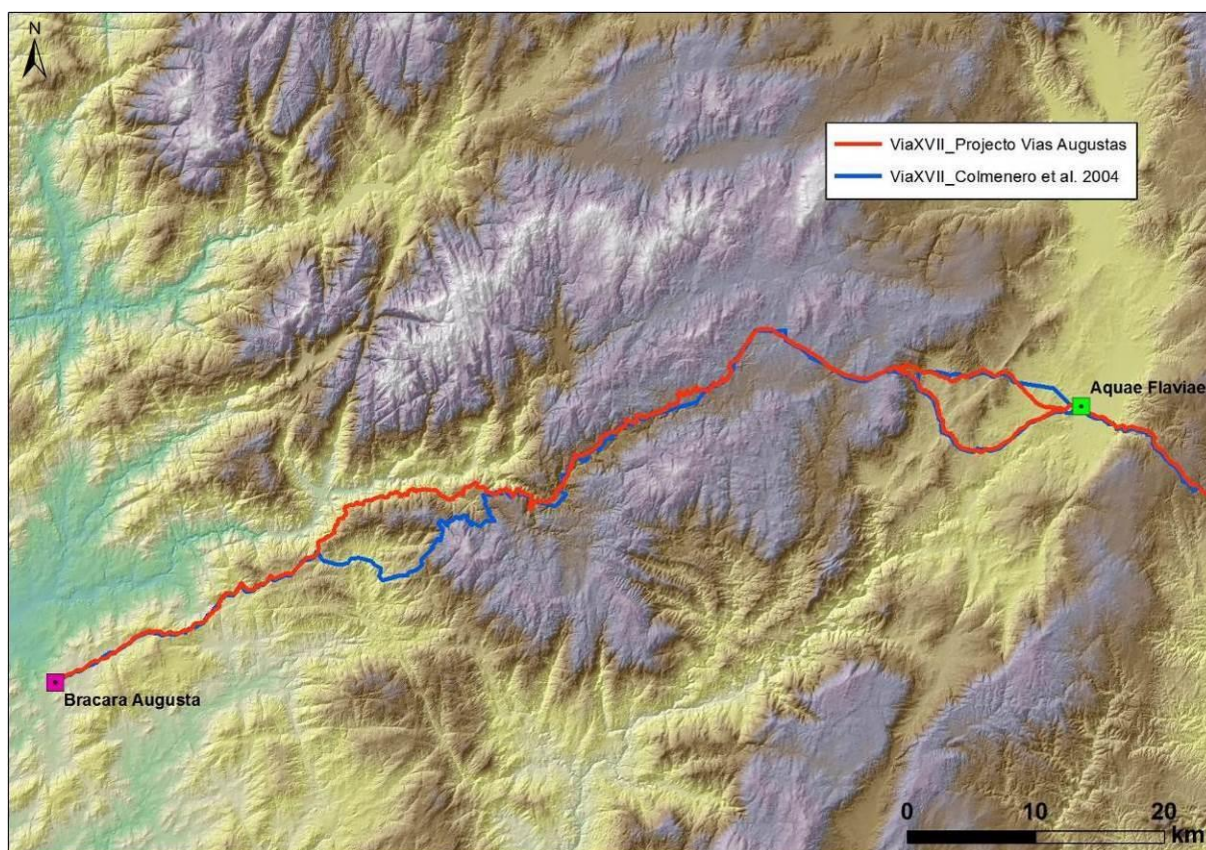


Figura 175: Propostas recentes de traçado da Via XVII do Itinerário de Antonino entre *Bracara Augusta* e *Aquae Flaviae*.

Partindo desta proposta de traçado da Via XVII, decidimos realizar um estudo que nos permitisse compreender um pouco melhor a sua lógica territorial, nomeadamente se o traçado da mesma está condicionado apenas por factores físicos, relacionado com zonas de mobilidade natural, e/ou também por factores culturais, como podem ser o acesso a zonas mineiras, povoados, etc. (Fairén-Jiménez, 2007). Este estudo seguiu uma metodologia analítica não reconstrutiva em base a caminhos óptimos (*least-cost paths* - LPC), realizada com recurso a ferramentas SIG (Herzog, 2014; Leary, 2014; White & Surface-Evans, 2012), fazendo uso da sua grande capacidade analítica e de simulação, tendo por base outros trabalhos semelhantes realizados anteriormente (Fábrega-Álvarez & Parcero-Oubiña, 2007; Parcero-Oubiña & Fábrega-Álvarez, 2010; Fábrega-Álvarez, Fonte, & González-García, 2011a; Fábrega-Álvarez, Fonte, & González-García, 2011b; Llobera, Fábrega-Álvarez, & Parcero-Oubiña, 2011; Parcero-Oubiña, Fábrega-Álvarez, Güimil-Fariña, Fonte, & Valdez-Tulett, 2013; Güimil-Fariña & Parcero-Oubiña, 2014).

Visto que o traçado da Via XVII cruza, no concelho de Montalegre, as barragens da Venda Nova e do Alto Rabagão, este não é devidamente conhecido nestas zonas, pelo que, antes de mais, procuramos tentar recuperar digitalmente o referido traçado actualmente submerso. Realizamos, para tal, um trabalho de restituição fotogramétrica a partir de fotos aéreas históricas, utilizando, em concreto, as fotos aéreas do voo SPLAL³³ 1949 (Redweik et al., 2010)³⁴, anteriores à construção de ambas as barragens³⁵. Esta trata-se de uma das primeiras coberturas aerofotográficas realizadas em Portugal com o objectivo de produção cartográfica, nomeadamente para produzir a primeira cartografia militar do país à escala 1:25.000, tarefa realizada pelo então Serviço Cartográfico do Exército, antecessor do IGeoE.

As regiões de interesse estão cobertas por várias faixas de orientação Norte-Sul com as sobreposições ideais para formarem um bloco regular cobrindo a área de cada albufeira. Tal como já tinha sido apurado em projectos anteriores (Redweik et al., 2010), as fotografias foram obtidas com uma câmara alemã Carl Zeiss Jena RMK S1818, com uma objectiva Orthometar 1:4.5 e distância focal de 21cm, disponibilizada desde 1935 pela firma Zeiss-Aerotopograph. As fotos apresentam um formato de 18cm x 18cm e qualidade fotogramétrica, sendo as marcas fiduciais perfeitamente visíveis e mensuráveis (pontos brancos em fundo preto). Infelizmente, como é típico nos voos históricos, não existe certificado de calibração da câmara, o que inevitavelmente origina uma deficiente recuperação da orientação interna das imagens.

O bloco de Venda Nova é composto por 34 fotografias distribuídas em 4 faixas, enquanto o bloco do Alto Rabagão inclui 7 faixas com um total de 60 fotos (Figura 176). As fotos são a preto e branco com uma escala aproximada de 1:16.000.

³³ A primeira empresa de fotogrametria existente em Portugal, denominada Sociedade Portuguesa de Levantamentos Aéreos Limitada - SPLAL, encarregou-se entre 1937 e 1952 dos primeiros voos nacionais de mapeamento para produção cartográfica (Redweik et al. 2010); as fotos têm uma escala aproximada de 1:16.000 e um formato de 18 cm x 18 cm, datando nesta zona de 1949.

³⁴ Este trabalho foi realizado em estreita colaboração com o Departamento de Engenharia Geográfica, Geofísica e Energia da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, coordenado pela Prof.^a Doutora Paula Redweik, tendo dado origem a duas teses de mestrado em Engenharia Geográfica na mesma Faculdade (Lobos, 2012; Filipe, 2013). Um primeiro trabalho a respeito foi recentemente apresentado (Fonte, Redweik, Gonçalves, Lobos, & Filipe, 2012), embora ainda estejamos a aguardar pela sua publicação, além de uma pequena nota no boletim do IGeoE (Redweik, Lobos, Filipe, Fonte, & Gonçalves, 2012).

³⁵ A Barragem da Venda Nova foi inaugurada em 1951 (fonte: http://cnpgeb.apambiente.pt/gr_barragens/gbportugal/VendaNova.htm), enquanto a Barragem do Alto Rabagão foi inaugurada em 1964 (fonte: http://cnpgeb.apambiente.pt/gr_barragens/gbportugal/AltoRabagao.htm).

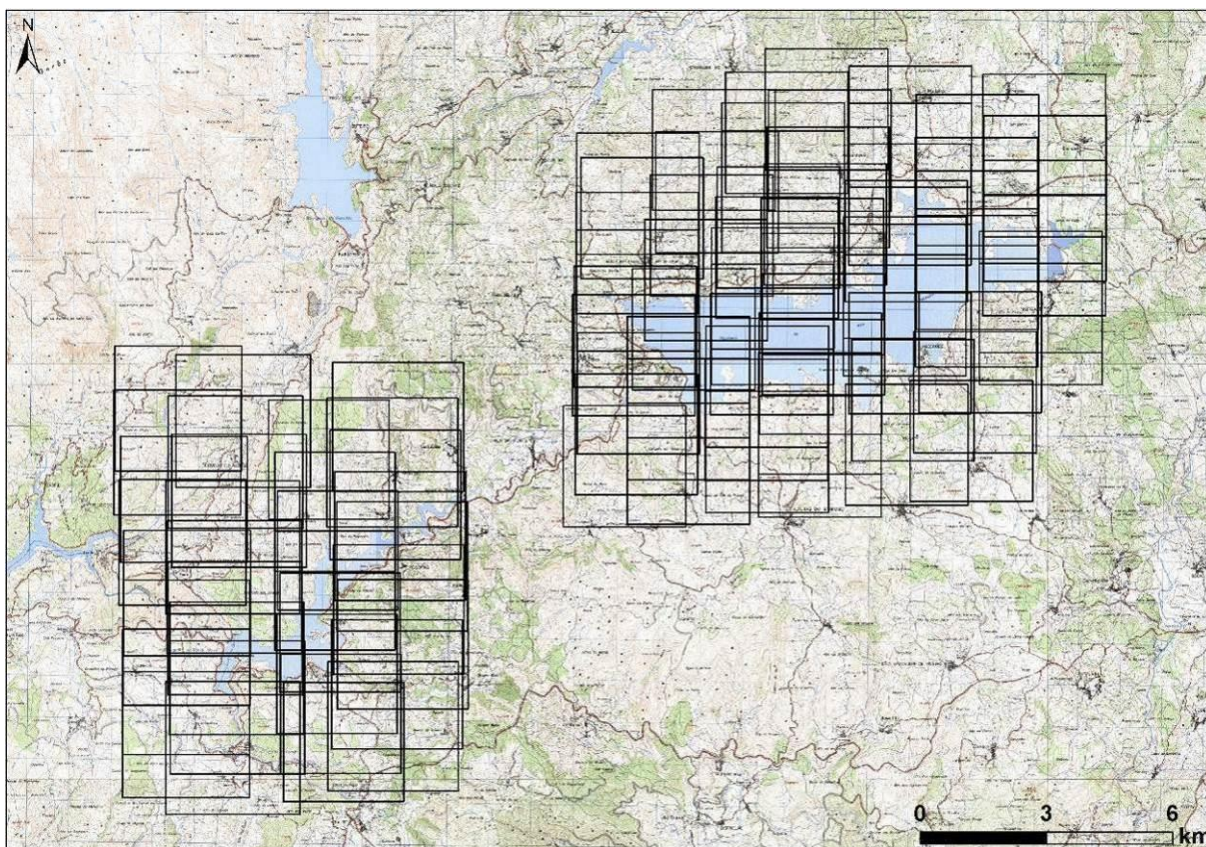


Figura 176: Disposição do bloco de fotos na Venda Nova (à esquerda) e no Alto Rabagão (à direita) sobre cartografia militar à escala 1:25.000 (© IGeoE).

A orientação espacial dos dois blocos foi conseguida através de aerotriangulação por feixes perspectivais baseada num conjunto de pontos fotogramétricos (PFs), os quais foram escolhidos atendendo a uma série de critérios. Para além de serem conspícuos tanto no terreno actual como nas fotos antigas, deveriam ser também acessíveis para acelerar a missão de coordenação no campo, ou seja, estarem perto de estradas actuais e evidentemente não estarem submersos. Foram obtidos em campo um conjunto de 14 PFs na Venda Nova e 25 PFs no Alto Rabagão, por meio de posicionamento com GPS em sessões de estacionamento de 10 minutos (Figura 177). O sinal de uma rede GPS permanente (SERVIR) não pôde ser utilizado para um posicionamento com RTK (Real Time Kinematic) porque a necessária cobertura de rede de telemóvel era insuficiente na região. Os pontos coordenados apresentam uma precisão sub-decimétrica, mais do que suficiente para os objectivos do projecto.

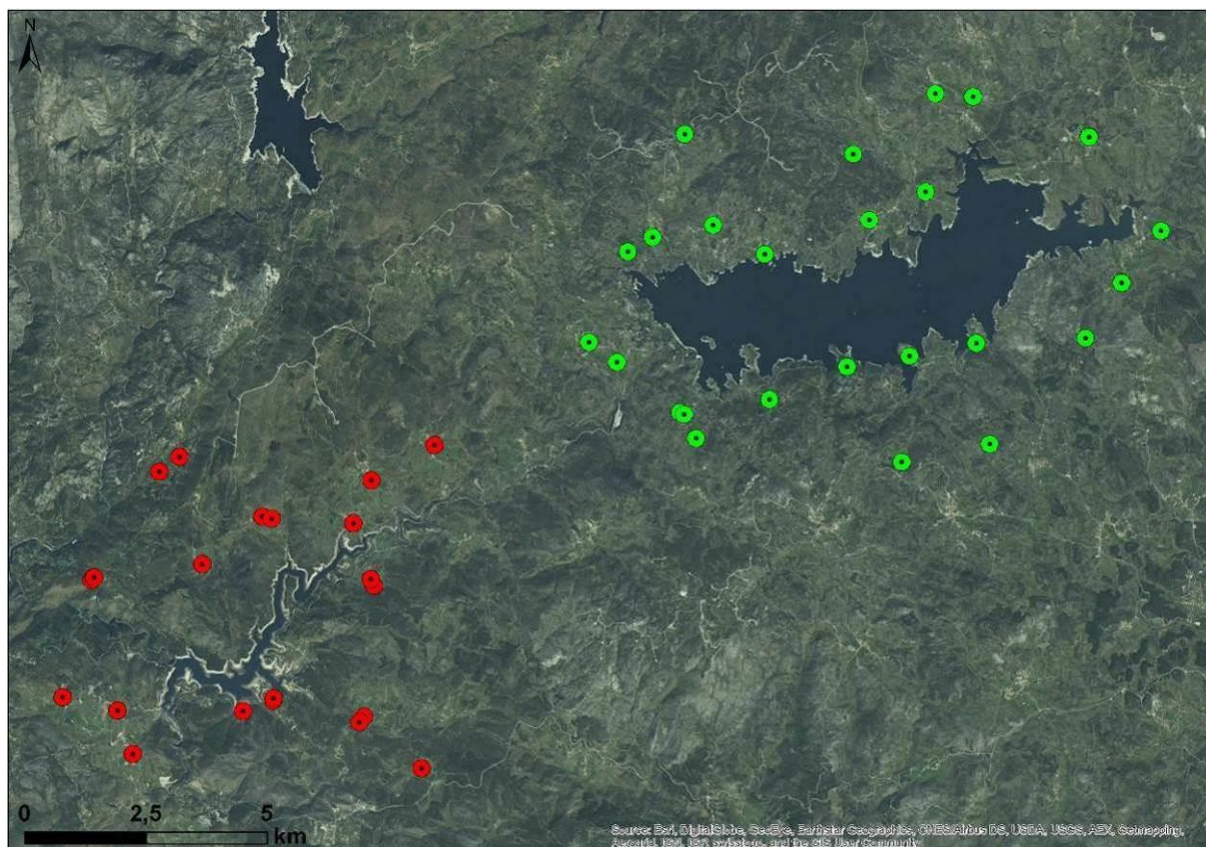


Figura 177: Distribuição dos pontos fotogramétricos na Venda Nova (à esquerda) e no Alto Rabagão (à direita) sobre imagens de satélite (© Esri).

Os parâmetros de orientação externa obtidos da aerotriangulação foram utilizados na geração de um modelo digital de superfície (MDS) para cada uma das zonas de estudo por correlação automática de imagens com 5m de resolução espacial. Realizamos uma análise da precisão dos MDS's gerados através da comparação de cotas estimadas por estes modelos com cotas de um MDT gerado a partir de cartografia recente à escala 1:10.000. Para amostras de 100 pontos arbitrariamente distribuídos (fora das áreas inundadas) em cada zona, obtiveram-se diferenças de cotas com um erro médio quadrático (RMSE) de 2.2m no caso do Alto Rabagão e de 2.7 m na Venda Nova. Esta análise confirma que, apesar das dificuldades inerentes ao processamento de fotografias aéreas antigas, os resultados são compatíveis com o que se consegue obter actualmente em cartografia de média escala. De mencionar ainda que a comparação foi realizada entre um MDS proveniente da correlação das imagens e um MDT proveniente de cartografia actual, o que poderá enviesar os resultados, apesar de não existir vegetação muito abundante na zona, pelo que as duas superfícies, MDS e MDT, não são muito distintas entre si. Com base nos MDS's gerados produziram-se dois ortomosaicos com resolução de 0.5 m.

Desta forma, como resultados deste trabalho obtivemos um MDS e um ortomosaico para cada uma das áreas inundadas pelas barragens, o que nos permitiu não só recuperar a

topografia original de ambas as zonas, que incorporamos ao nosso MDT de base através de uma operação de álgebra de mapas, mas também definir uma proposta de traçado para a Via XVII nestas zonas a partir dos referidos ortomosaicos (Figura 178, 179 e 180), além de recuperarmos digitalmente o traçado de antigas pontes, como a Ponte do Arco sobre a ribeira de Amiar (Figura 181 e 182).

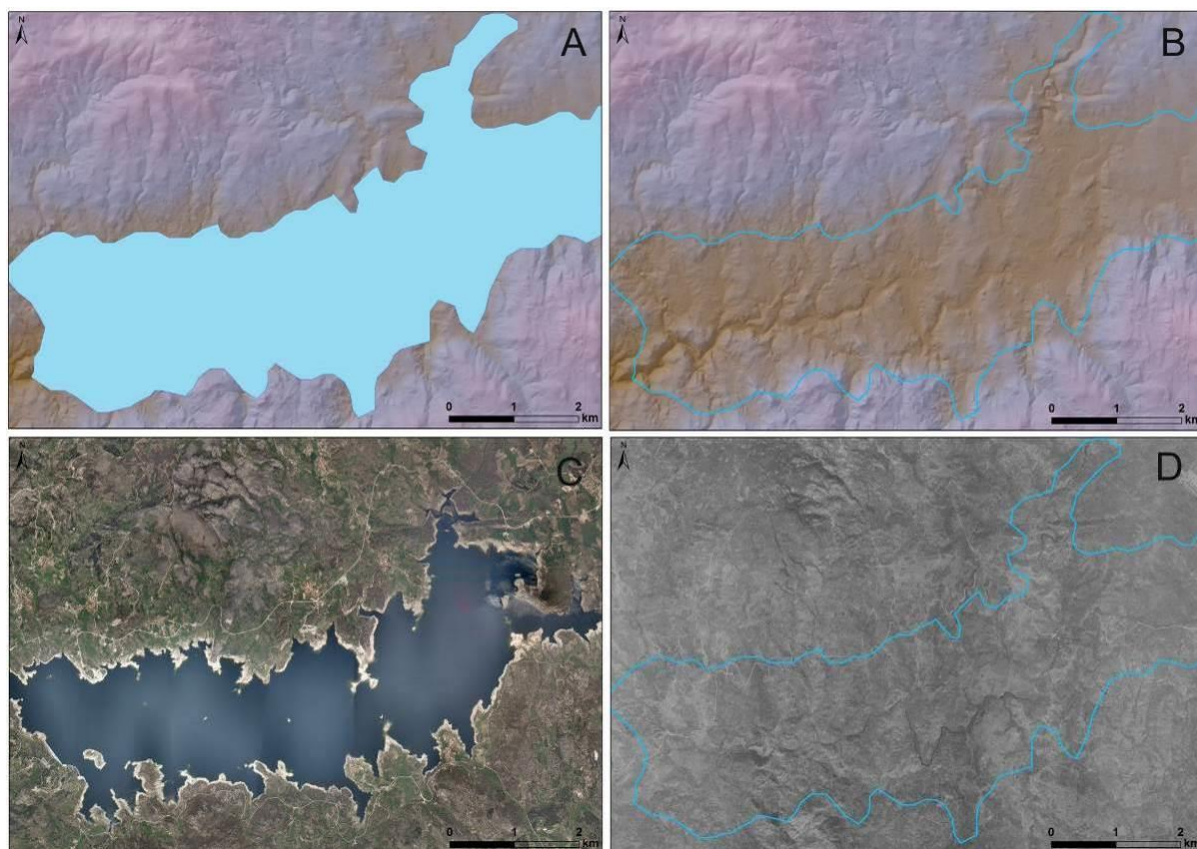


Figura 178: Restituição fotogramétrica digital da paisagem submersa pela barragem do Alto Rabagão: topografia actual (A), topografia original (B), ortofoto actual (C) e ortofoto histórica (D).

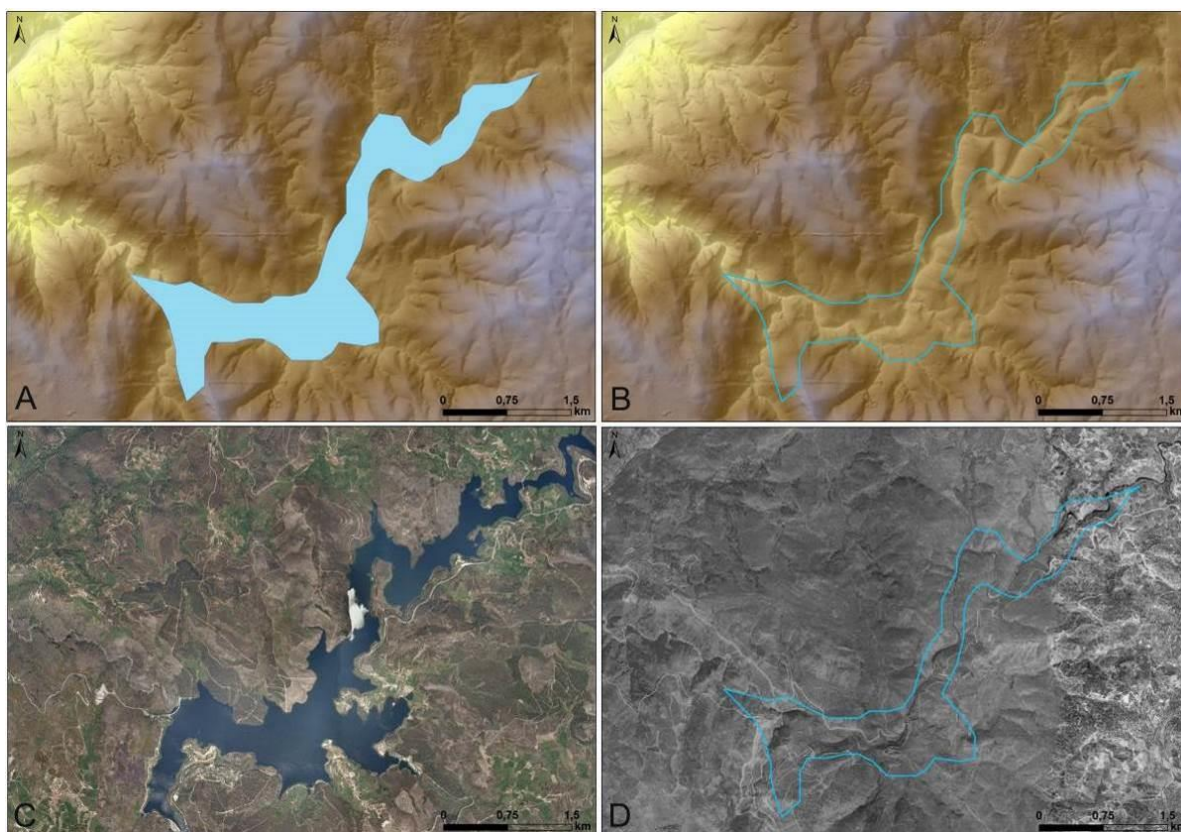


Figura 179: Restituição fotogramétrica digital da paisagem submersa pela barragem da Venda Nova: topografia actual (A), topografia original (B), ortofoto actual (C) e ortofoto histórica (D).



Figura 180: Traçado da Via XVII recuperado digitalmente através da restituição fotogramétrica sobre imagens de satélite (© Esri).



Figura 181: Detalhe da Ponte do Arco sobre a ribeira do Amiar antes (à direita) e depois (à esquerda) da construção da Barragem da Venda Nova.



Figura 182: Fotos de 2001 da Ponte do Arco, estando bastante assoreada (fotos de José Teixeira).

Entrando já na análise territorial do traçado da Via XVII, partimos da hipótese de que, na ausência de outros condicionantes, os caminhos seguem o trajecto que requer o mínimo de esforço em termos de movimento, ideia que se encontra na base metodológica dos caminhos óptimos, pois “LCP analysis is based on the assumption that people optimise the costs of routes which are taken frequently, and that, over time, this leads to the development of the real-world equivalent of an LCP” (Herzog, 2013). Existem, evidentemente, diversos factores que podem afectar a mobilidade, tanto físicos como culturais (Cameron, 2013; Llobera, 2000). Desta forma, mais do que tentar prever ou reconstruir as vias antigas, iremos antes tentar verificar em que medida é possível entender a rede viária romana, neste caso particular a Via XVII, com base nesta hipótese, e, caso esta não se confirme, procurar obter informações adicionais com vista a tentar perceber que outros factores podem ter condicionado o seu traçado.

A modelação teórica do movimento humano tem sido objecto de diferentes propostas (Herzog, 2013, baseada em Minetti, Moia, Roi, Susta, & Ferretti, 2002; Llobera & Sluckin, 2007, baseada em Margaria, 1938; Pandolf, Givoni, & Goldman, 1977; Tobler, 1993). Estas aproximações fundamentam-se na determinação dos factores físicos que condicionam o movimento, concretizados nas noções de fricção (a maior ou menor dificuldade que diferentes partes do terreno oferecem ao movimento) e custo acumulado (o esforço necessário para a deslocação entre dois pontos tendo em conta a distância linear que os separa e a fricção do terreno). Os modelos mais recorrentes para a determinação da fricção e do custo acumulado consideram que a rugosidade do terreno (declives) e os cursos de água são os factores mais influentes e, além disso, os mais acessíveis a uma consideração quantitativa. Além das próprias limitações biomecânicas do ser humano e a tecnologia utilizada para o movimento, os declives e os rios condicionam, tal como já foi referido, a possibilidade de mobilidade por um território. Deste modo, além do declive, e visto que os rios podem ser considerados pelo *software* como zonas mais aptas para o movimento devido ao facto de normalmente terem declives mais suaves, decidimos incluir e limitar a rede hidrográfica no nosso mapa de fricção, tanto mais que sabemos que para Este de *Bracara Augusta* os rios já não são navegáveis (Granja & Morais, 2010) (Figura 183). Para tal, atribuímos um valor único de custo para cada curso de água equivalente ao movimento através de uma pendente de 15°, o que permitiu um bom desempenho em evitar que os caminhos óptimos sigam pelos rios (Güimil-Fariña & Parcero-Oubiña, 2014). Todas estas variáveis foram extraídas directamente a partir do MDT de 10 metros que estamos a utilizar. Optamos por uma aproximação anisotrópica, pois conhecemos o sentido do movimento, uma vez que a Via XVII tem a sua origem em *Bracara Augusta*.

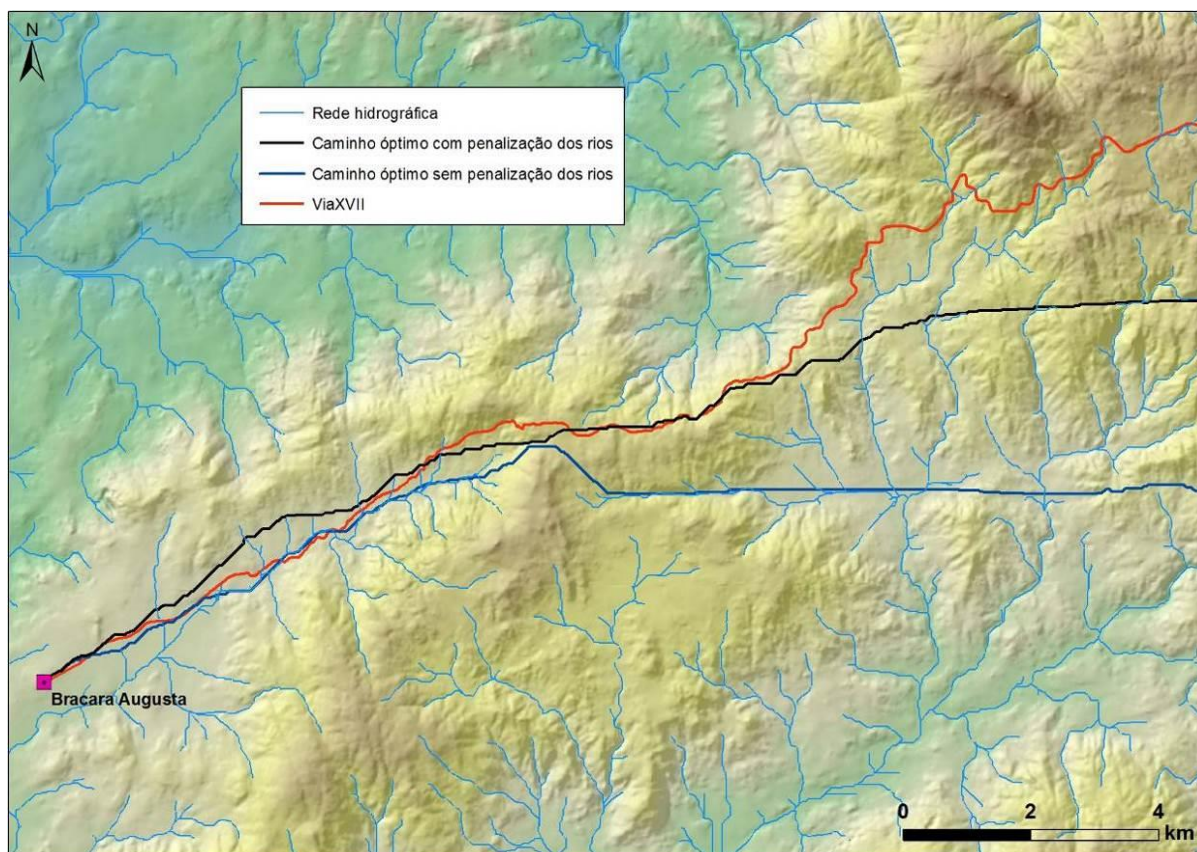


Figura 183: Comparação de caminhos óptimos calculados com e sem penalização dos rios.

Existe alguma discussão relativamente aos melhores métodos de cálculo de caminhos óptimos (Herzog, 2014). A nível prático, e de forma a testarmos qual ou quais dos algoritmos já citados anteriormente se adequava melhor ao nosso caso de estudo, decidimos realizar um teste onde programamos os quatro algoritmos seguindo os mesmos parâmetros (Figura 184). Adicionalmente, procuramos quantificar a semelhança entre estes algoritmos e o próprio traçado da via. Para tal, e seguindo o procedimento proposto por Goodchild & Hunter (1997) para avaliar a semelhança entre dois elementos lineares, calculamos a proporção de cada caminho óptimo que se encontra dentro de uma determinada distância (definimos para este caso um *buffer* de 1000 metros) do traçado da Via XVII (Tabela 3).

Algoritmo	Proporção
(Tobler, 1993)	19.36%
(Llobera & Sluckin, 2007)	18.64%
(Herzog, 2013)	16.22%
(Pandolf et al., 1977)	13.74%

Tabela 3: Quantificação da proporção de semelhança entre os diferentes algoritmos de cálculo de caminhos óptimos e o traçado da Via XVII segundo um *buffer* de 1000 metros.

Posto isto, os algoritmos que se revelaram como mais apropriados, e os mais similares entre si, em relação ao nosso caso de estudo, foram os de Tobler (1993) e de Llobera & Sluckin (2007), na mesma linha do já apontado num outro trabalho similar (Güimil-Fariña & Parcerro-Oubiña, 2014), pelo que serão estes os dois algoritmos que utilizaremos no cálculo dos caminhos óptimos (Figura 184).

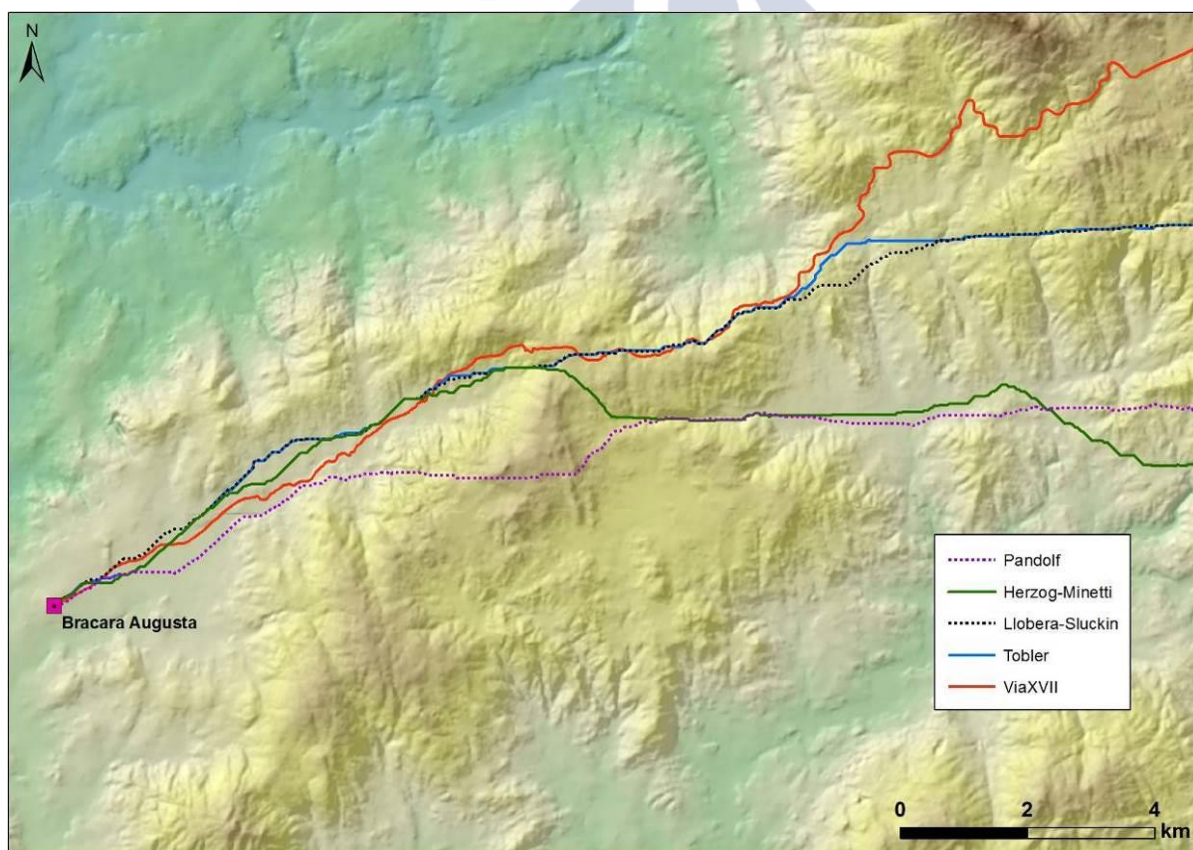


Figura 184: Diferentes propostas de cálculo de caminhos óptimos.

Partimos de uma escala mais ampla, tentando determinar se o traçado integral da Via XVII esteve condicionado ou não por factores de mobilidade natural. Ao traçarmos um

caminho óptimo entre *Bracara Augusta* e *Asturica Augusta*³⁶, constatamos de forma bastante directa que o traçado da Via XVII não esteve apenas condicionado por factores físicos, visto que não segue uma lógica de mobilidade natural, pelo que poderá ter estado condicionado por outros factores de ordem cultural (Figura 185). Todavia, o troço entre *Bracara Augusta* e o vale do Rabagão (Montalegre) segue de perto uma zona de maior mobilidade natural (Figura 185). Desta forma, temos aqui uma primeira evidência clara do carácter de nó viário de *Aquae Flaviae*, pois o traçado da Via XVII parece estar claramente condicionado pela passagem neste local que, como vimos no ponto anterior, parece já ter tido alguma relevância histórica e simbólica em época pré-flaviana.

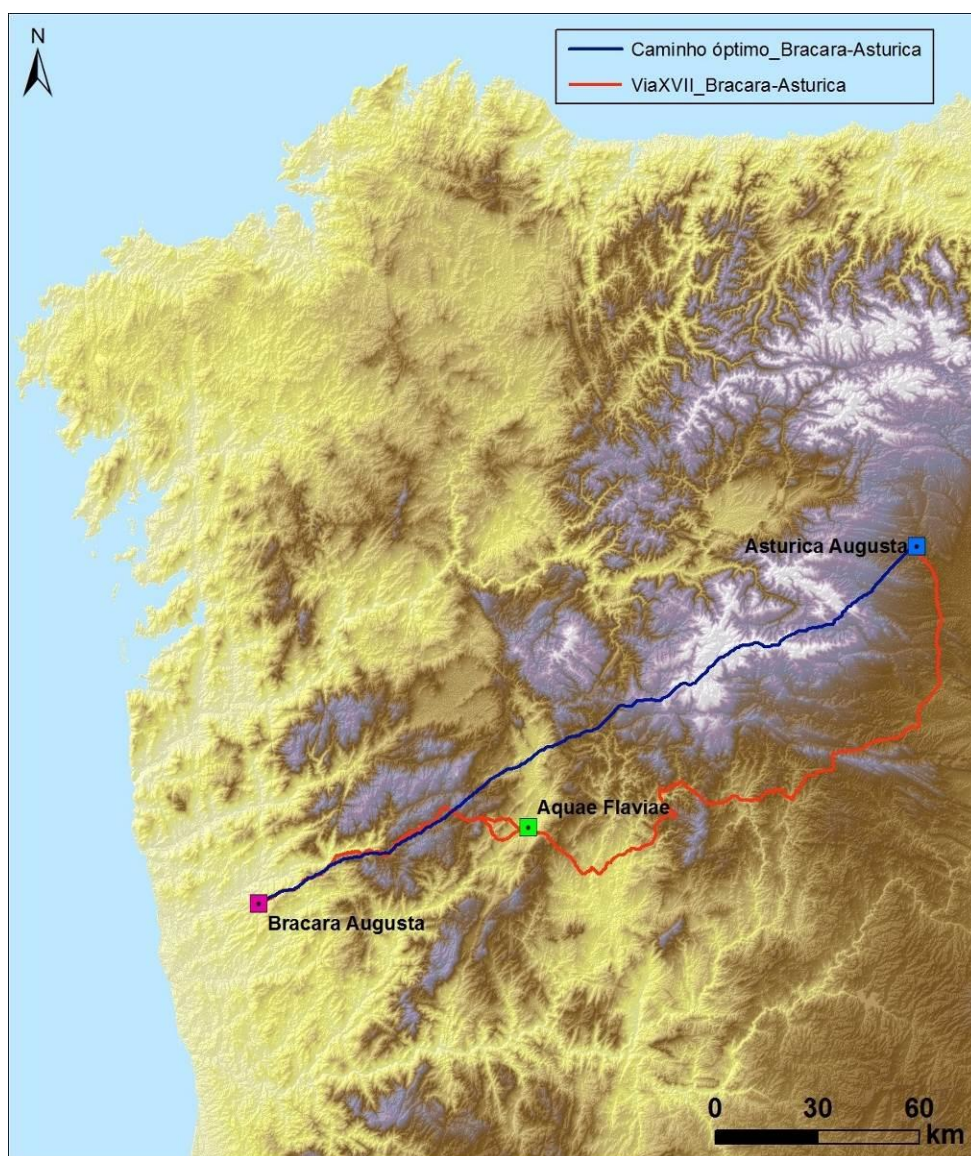


Figura 185: Caminho óptimo entre *Bracara Augusta* e *Asturica Augusta*.

³⁶ Para este cálculo utilizamos um MDT com uma escala mais ampla. Optamos pelo SRTM (80 metros de resolução) da NASA (<http://www2.jpl.nasa.gov/srtm/>) em vez do Aster GDEM (30 metros de resolução) (<http://asterweb.jpl.nasa.gov/gdem.asp>), visto ter menos erros sistemáticos que este último (Gómez-Gutiérrez, Schnabel, Lavado-Contador, & García-Marín, 2011; Gonçalves & Fernandes, 2005).

Se introduzirmos o nó de *Aquae Flaviae* e calcularmos o caminho óptimo desde *Bracara Augusta*, verificamos de novo que a coincidência entre o traçado da via e o caminho óptimo é bastante limitada, sendo claro que não podemos explicar a lógica desta via apenas por factores de mobilidade natural, pelo que outros factores de ordem cultural terão que ser tidos em linha de conta, nomeadamente o carácter determinante de *Aquae Flaviae* enquanto nó viário e, possivelmente, o acesso a zonas mineiras, tal como veremos de seguida (Figura 186). É bastante significativo verificar que o tardio desenvolvimento que normalmente é atribuído a *Aquae Flaviae* a partir de época flaviana (Fonseca-Sorribas, 2012; Pérez-Losada, 2002; Rodríguez-Colmenero, 1997b), contrasta claramente com o facto de este ser um ponto de passagem obrigatório da via, tendo em conta, sobretudo, que a Via XVII, tal como indicam os seus miliários mais antigos, data da época de Augusto (Rodríguez-Colmenero et al., 2004), pelo que *Aquae Flaviae* seria já um importante nó em termos de mobilidade anteriormente à sua emergência como verdadeira cidade romana a partir de época Flávia, não se podendo descartar a possibilidade de a Via XVII ter fossilizado um caminho pré-existente (Güimil-Fariña & Parcero-Oubiña, 2014). No ponto anterior já tínhamos discutido os possíveis contextos arqueológicos pré-flavianos de *Aquae Flaviae*, se bem que os mesmos são ainda bastante mal conhecidos ou, pelo menos, divulgados.

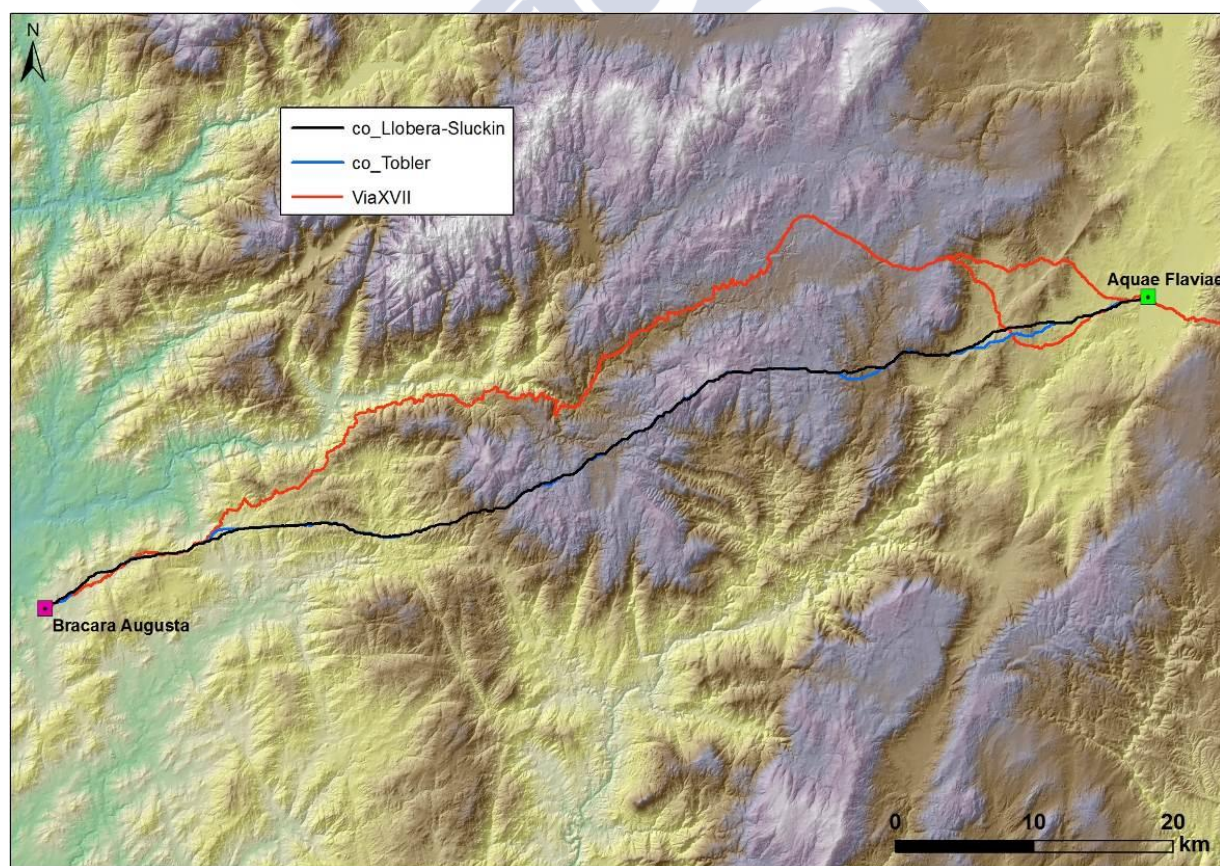


Figura 186: Caminho óptimo entre *Bracara Augusta* e *Aquae Flaviae*.

A existência de uma possível variante Sul da Via XVII que presumivelmente saía algures entre a zona de Ruivães/Venda Nova, tal como já tinha sido proposto por Contador de Argote (1734) e Lerenó Barradas (1956), poderá ser reforçada pelo facto de a variante Norte não seguir o caminho de maior mobilidade natural. Por exemplo, se calcularmos um caminho óptimo entre a Ponte do Arco, que se localiza no início da nossa zona de estudo a Oeste, justamente entre Ruivães e a Venda Nova, e *Aquae Flaviae*, verificamos que o mesmo discorre pela vertente Meridional da serra do Barroso, através dos vales do Beça e Terva, pelo que esta variante poderia entroncar mais à frente na zona de Sapelos com o ramal Sul da Via XVII que atravessa o vale do Terva desde o Pindo (Fontes & Andrade, 2012) (Figura 187).

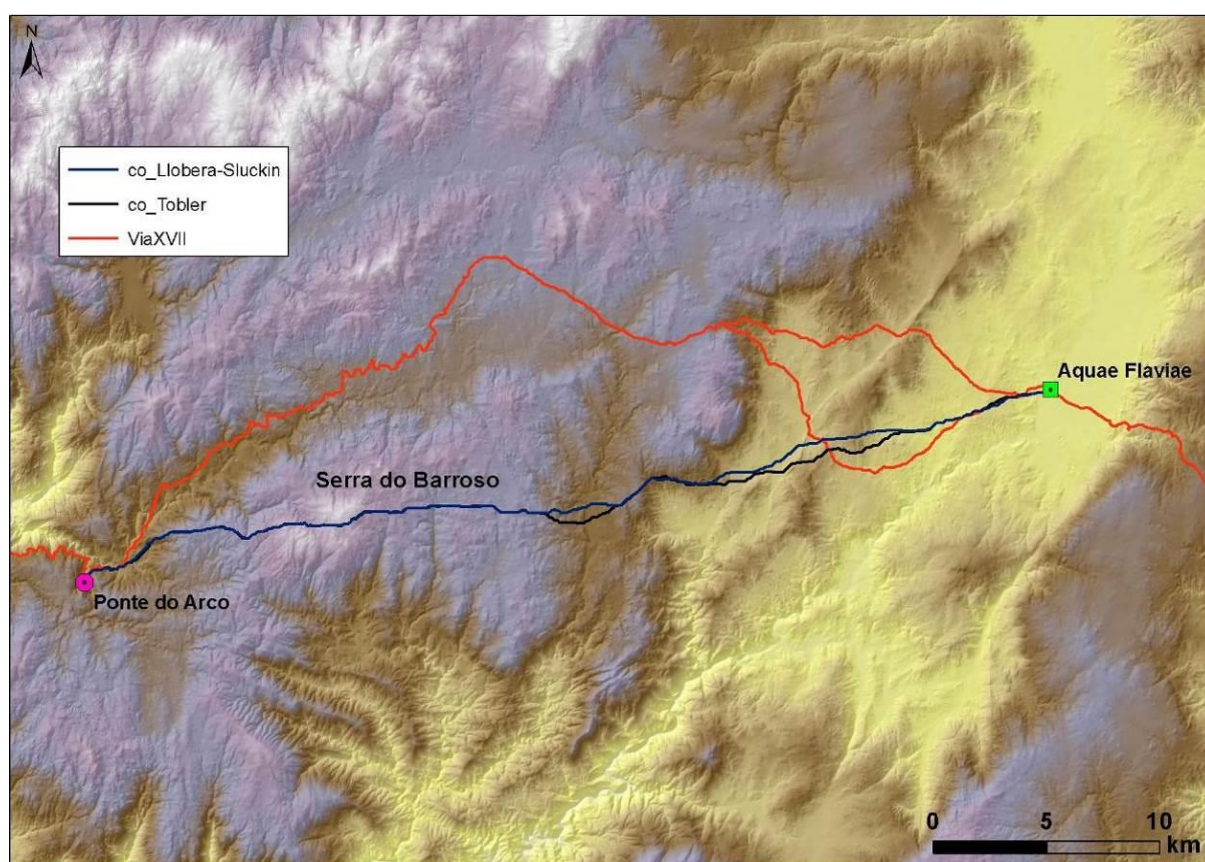


Figura 187: Caminho óptimo entre a Ponte do Arco e *Aquae Flaviae*.

Com base num trabalho anterior (Fábrega-Álvarez et al., 2011b) onde se procuraram definir as zonas de maior densidade viária natural a partir do algoritmo MADO (*Modelo de Acumulación de Desplazamiento Óptimo*) (Fábrega-Álvarez, 2006; Llobera et al., 2011), constata-se que estas se correspondem com zonas topograficamente mais abertas, além de serem zonas de mobilidade natural em distintas direcções. Através desta análise, podemos constatar que tanto *Bracara Augusta* como *Aquae Flaviae* se localizavam em zonas de alta densidade viária natural, o que é perfeitamente compatível com o carácter de *caput viarum* (nós viários) que normalmente lhes é atribuído (Figura 188).

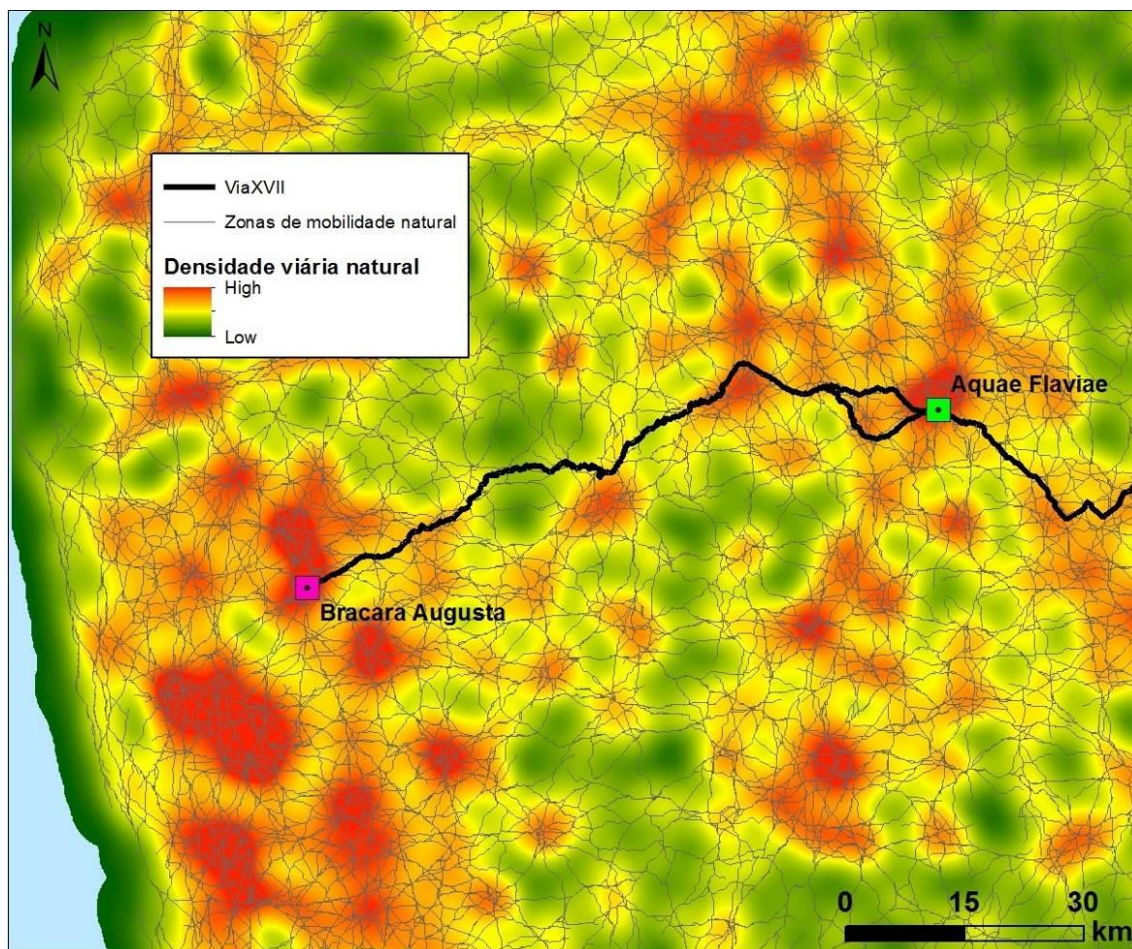


Figura 188: Densidade viária natural (baseado em Fábrega-Álvarez et al., 2011b).

Procuraremos tentar agora aprofundar um pouco mais esta questão. De seguida, e visto que conhecemos as distâncias a que se localizam as *mansiones* umas das outras ao longo do traçado da Via XVII³⁷, procuramos obter uma localização aproximada das mesmas com base nessas mesmas distâncias³⁸ calculadas a partir da proposta de traçado com que estamos a trabalhar. Não tivemos tanto em conta as distâncias expressas nos miliários, pois os mesmos encontram-se, na sua larga maioria, deslocados, pelo que desconhecemos o seu local original de procedência. No que à nossa zona de estudo diz respeito, e como já comentamos anteriormente, existe também alguma discussão relativamente à localização das *mansiones*, sobretudo no que refere às de *Praesidium*, geralmente localizada entre Codeçoso do Arco e Vila da Ponte, e *Caladunum*, que se localiza habitualmente entre Cervos e o Pindo, apesar de alguns autores (Alarcão, 2004) identificarem esta *mansio* com o grande povoado romano da Ciada, o que levaria a via ainda mais para Norte através do vale do Assureira. Efectivamente, e segundo a contagem de milhas por nós realizada, a

³⁷ Bracara (ponto de origem), Salacia a XX milhas, Praesidium a XXVI milhas, Caladunum a XVI milhas e Ad Aquas a XVIII milhas.

³⁸ Optamos por um valor da milha romana de 1480 metros.

mansio de *Praesidium* localizar-se-ia na zona de Vila da Ponte (Montalegre), mas a de *Caladunum* não é viável que se localize na zona de Antigo de Arcos (Montalegre), tal como já tinha avançado Sande Lemos (2000: 34), pelo que, ou se localizaria ou pouco antes na zona do Cortiço (Montalegre), ou se localizaria em alternativa numa outra variante que poderia ter existido em direcção a Norte, tal como discutiremos de seguida, o que poderia fazer coincidir *Caladunum* com o grande povoado da Ciada (Mascarenhas & Barata, 1988), na linha do que o próprio Contador de Argote já tinha proposto (1734). De facto, se calcularmos a distância entre a localização de *Praesidium* e o povoado da Ciada obtemos, obviamente de forma aproximada, as XVI milhas romanas a que distam as referidas *mansiones* uma da outra, ou seja, 23.680 metros.

Um dos aspectos que chama mais à atenção no traçado da Via XVII é a enorme curva que faz na zona do vale do Rabagão. Se traçarmos um caminho óptimo entre a *mansio* de *Praesidium* e a de *Caladunum*, com base nas distâncias por nós definidas, constatamos que essa curva claramente não se explica pelo facto de seguir a zona de mobilidade mais fácil (Figura 189).

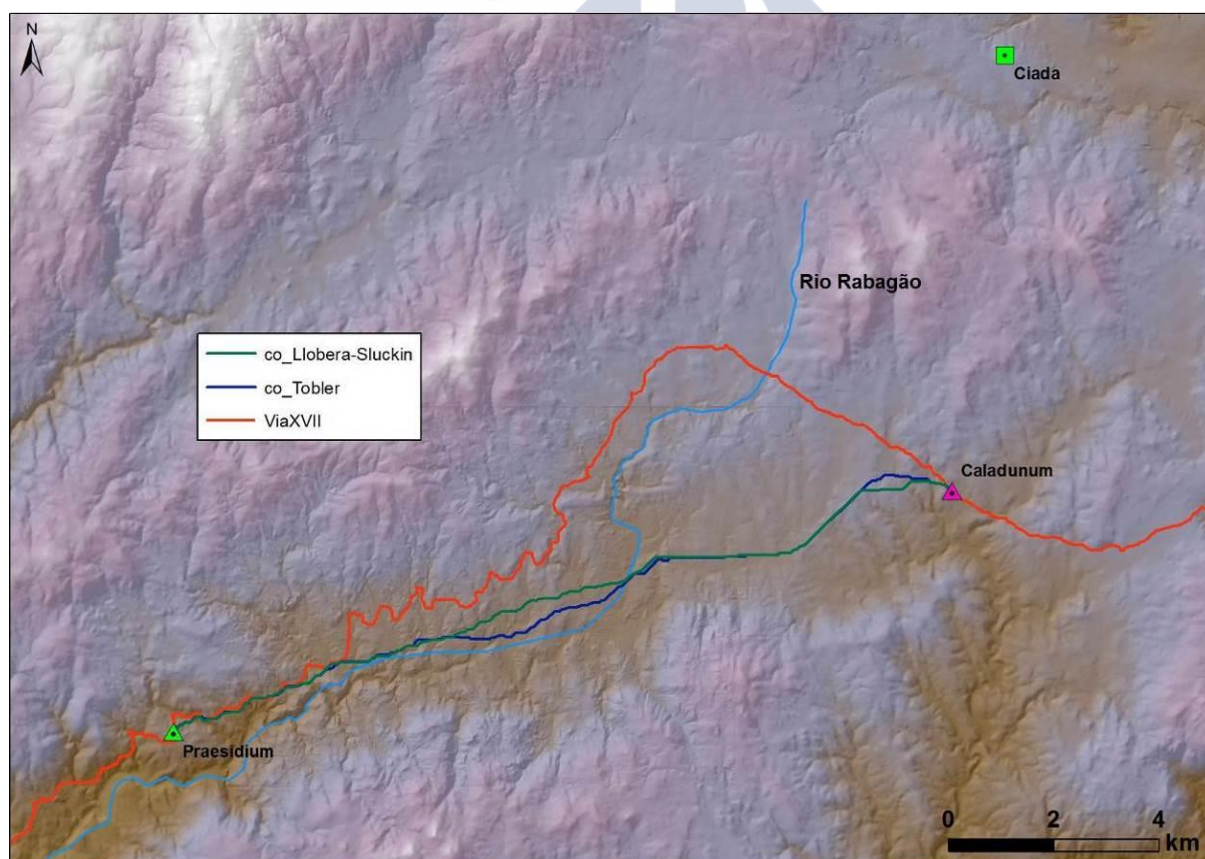


Figura 189: Cálculo de caminho óptimo entre as *mansiones* de *Praesidium* e *Caladunum*.

Da mesma forma, se calcularmos um caminho óptimo entre as pontes do Arco, que se localiza mesmo à entrada da nossa zona de estudo, e a do Cortiço, que se localiza logo

após da referida curva, enquanto evidências físicas da passagem da via, verificamos de novo que, tanto a própria via como a curva que define na zona do vale do Rabagão, parecem estar condicionadas por outro tipo de factores para além dos relacionados com a mobilidade natural, pelo que teremos que tentar encontrar outras razões de ordem cultural que expliquem estas aparentes anomalias (Figura 190).

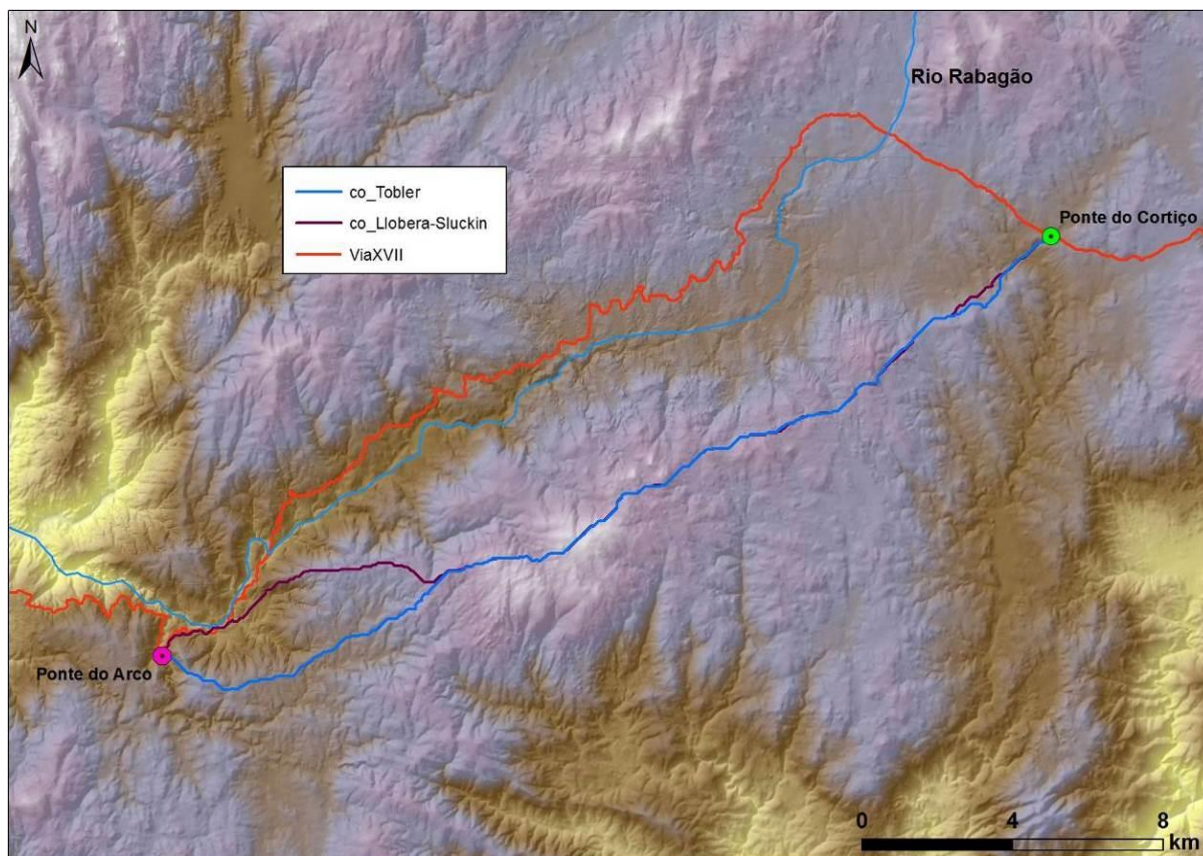


Figura 190: Cálculo de caminho óptimo entre as pontes do Arco e do Cortiço.

O Castro de Medeiros, um extenso povoado fortificado da Idade do Ferro, possui ampla visibilidade desde a serra do Larouco a Norte, até ao vale do Rabagão e à serra do Barroso a Sul, controlando justamente a curva que a Via XVII faz por alturas de S. Vicente da Chã (Barreiros, 1920: 79-80; Carvalho, 2007) (Figura 191). À superfície encontram-se inúmeros fragmentos de cerâmica indígena e de cerâmica comum romana, pelo que se poderá supor uma ocupação em época romana relacionada com o controlo da rede viária.

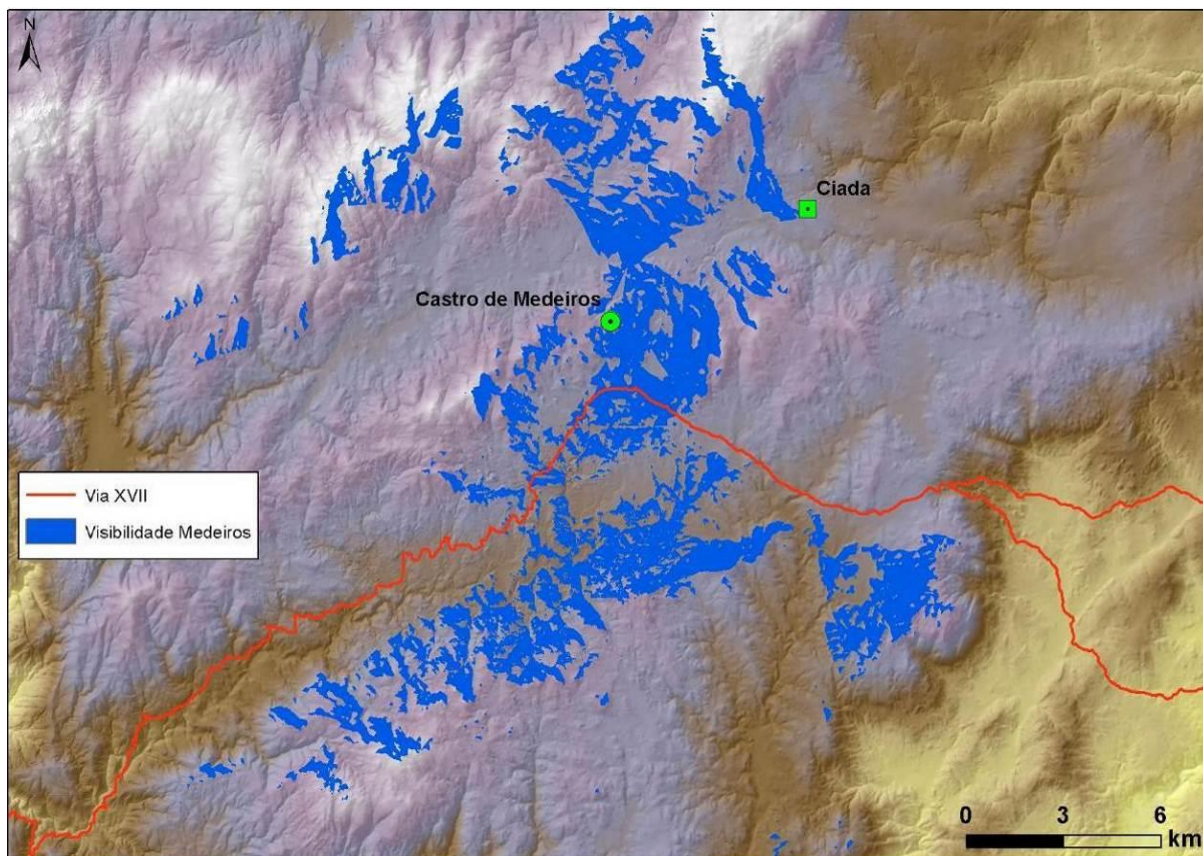


Figura 191: Visibilidade do Castro de Medeiros.

Neste sentido, talvez seja interessante introduzirmos aqui o conceito de “*junctions*” (entroncamentos) que, juntamente com o de “*nodes*” (nós), desempenham um papel estrutural na definição do movimento e de uma rede de caminhos (Gibson, 2007; Verhagen, Polla, & Frommer, 2014). Assim, da mesma forma que *Aquae Flaviae* se poderá ter tratado de um nó viário, esta curva aparentemente ilógica que a Via XVII define na zona do vale do Rabagão poderá ter estado justamente motivada pela existência de um entroncamento de caminhos, pois daqui poderia ter derivado uma outra via ou variante em direcção a Norte, que depois se poderia ter desdobrado em outros dois caminhos: um em direcção ao vale do Cávado para Oeste, e outro para Este em direcção ao vale do Assureira, onde se localizava uma importante zona mineira e o referido povoado da Ciada (Carvalho et al., 2006; Martins, 2010a). Entraremos, de seguida, a analisar um pouco mais em detalhe a zona mineira do vale do Assureira.

Por outro lado, importa também ressaltar que o Itinerário de Antonino não parece ter sido um catálogo oficial de vias, sendo que, na opinião de Roldán-Hervás (1975), poderia tratar-se antes de um documento privado de rotas que fariam a ligação entre as povoações mais destacadas do ponto de vista comercial. Desta forma, será importante distinguir entre itinerário e via, pois, partindo do pressuposto que o Itinerário de Antonio

não era um catálogo oficial de vias, nem sempre seriam coincidentes o traçado exacto das vias com os itinerários, pelo que é perfeitamente possível a existência de diversas variantes em relação a uma determinada via, independentemente de esta ser principal ou secundária (Santos-Estévez, 2012). Ou seja, um itinerário não representa uma via. Uma via corresponde-se com o traçado de uma estrada imperial delineada para articular o território, integrada no *cursus publicus*, enquanto o itinerário, neste caso o de Antonino, corresponde-se com uma selecção de diversas vias, um “roadmap” que se realizou por motivos de diversa índole, tanto militares, fiscais, como comerciais.

6.4. Povoamento, rede viária e mineração

No seguimento da secção anterior, queremos aqui discutir a inter-relação entre o povoamento, a rede viária e a mineração. Para tal, incidiremos num caso de estudo específico, o vale do Assureira (Montalegre). Partiremos da hipótese de que as dinâmicas sociais desta zona poderão ter estado condicionadas pela presença e exploração dos recursos minerais, em estreita relação com o povoamento e a rede viária de época romana, se bem que, como veremos, já nos finais da Idade do Ferro a paisagem desta zona parece ter estado dependente de algum modo do aproveitamento desses recursos.

O surgimento do sistema viário romano supôs uma mudança na maneira de conceber e de estruturar o território. O próprio povoamento romano surgiu, em determinados casos, à raiz da rede viária, embora esta última esteja também bastante dependente de determinados núcleos principais e secundários, enquanto sítios de passagem obrigatória das vias, como vimos no caso de *Aquae Flaviae*, e também do acesso a determinadas zonas críticas, nomeadamente as mineiras. Neste sentido, o sistema viário romano deve entender-se dentro de uma estratégia global de estruturação e exploração do território implementada pela administração imperial.

A zona mineira do vale do Assureira apenas recentemente foi identificada como tal (Carvalho et al., 2006), tendo sido posteriormente analisada um pouco mais em detalhe (Martins, 2010a) (Figura 192). Chegou mesmo a admitir-se a possibilidade de esta zona mineira se tratar de um *territorium metallorum* (Carvalho et al., 2006: 152), embora não nos atrevamos a avançar muito mais nessa hipótese.

Embora não se saiba ainda ao certo o mineral que foi explorado nesta zona mineira, tendo-se inicialmente afirmado que poderia ter sido o ouro ou estanho, ou mesmo ambos (*ibid.*: 148), mais recentemente avançou-se a possibilidade de terem sido explorados filões

quartzosos e pegmatíticos mineralizados com W-Sn (Martins, 2010a: 109). Nesta zona apenas se encontra referenciada na base dados SIORMINP do LNEG a exploração mineira do Lamago, onde na década de 40 do século XX foram explorados aluviões e filões quartzosos encaixados em granitos mineralizados em volframite (Ramos, 2010: 36) (Figura 193).

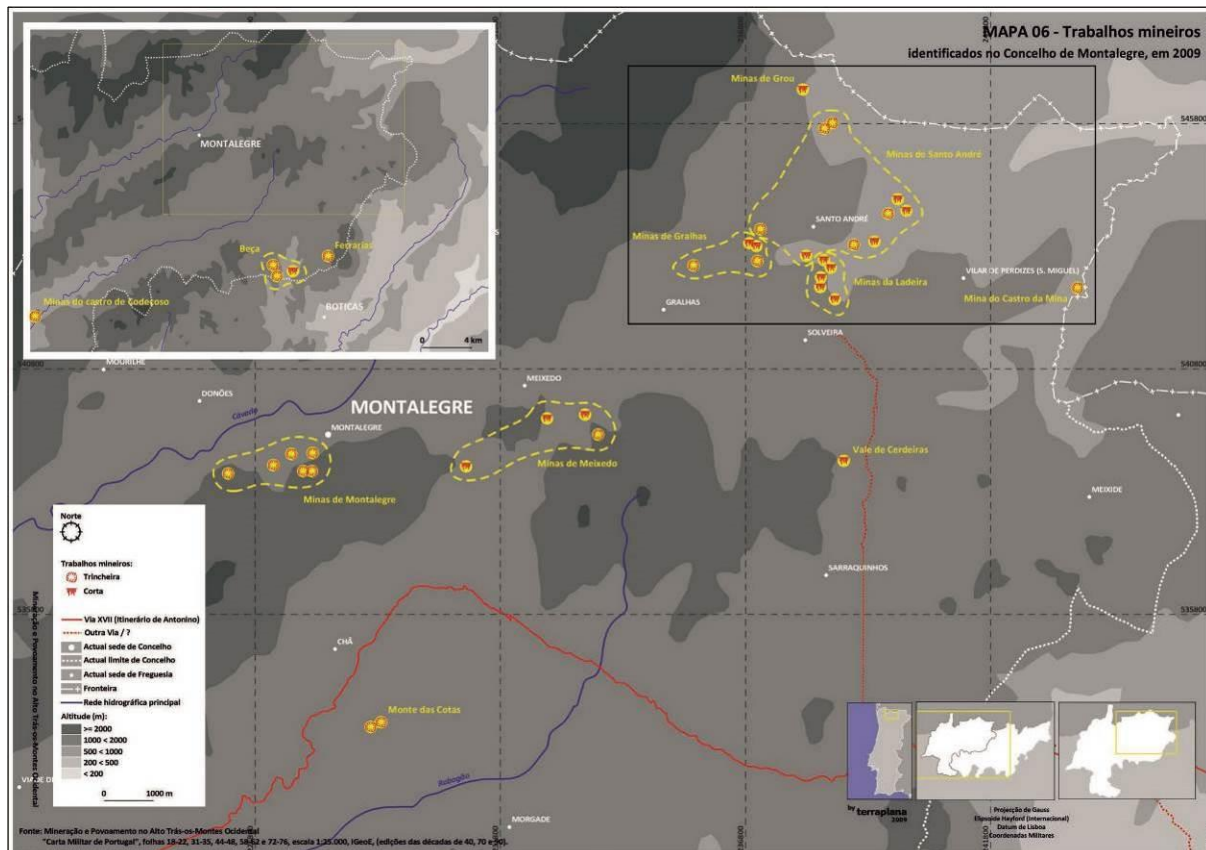


Figura 192: Trabalhos mineiros identificados no concelho de Montalegre, com destaque para o vale do Assureira a Nordeste (Martins, 2010c, mapa 6).

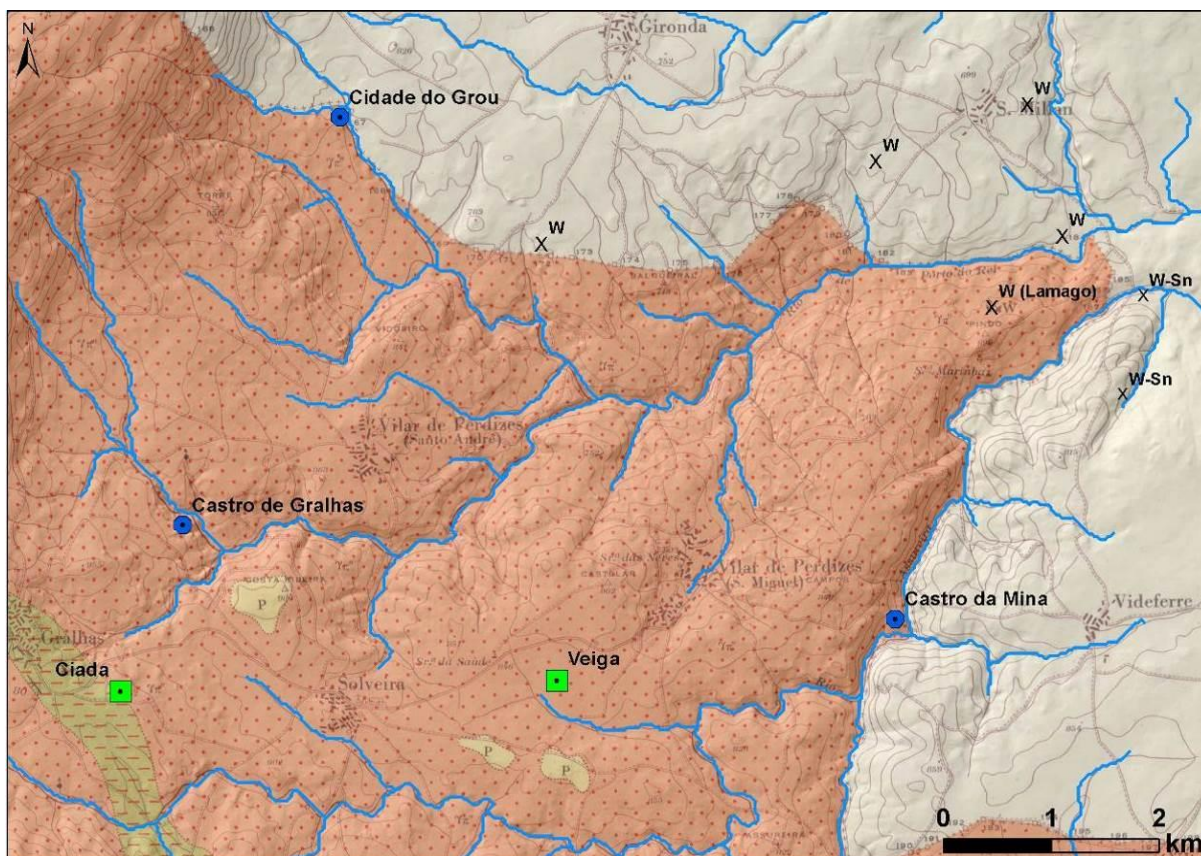


Figura 193: Extracto da carta geológica nº 2D à escala 1:50.000 e recursos minerais metálicos (Fonte: SIORMINP-LNEG e IGME - Base de Dados de Metalogenia), com a localização dos castros da Mina, Gralhas e Grou e dos povoados da Ciada e Veiga.

Adicionalmente às frentes mineiras já reconhecidas anteriormente, todas em jazigos primários (Carvalho et al., 2006; Martins, 2010a), identificamos recentemente uma nova zona mineira a Sul de Solveira, próxima ao próprio rio Assureira, muito possivelmente de época romana, aproveitando um antigo terraço fluvial na margem esquerda deste rio, pelo que se trata de um jazigo secundário onde se exploraram depósitos aluvionares, assinalado por uma extensa escombreira de calhaus rolados, também designados por “conheiras” (Figura 194). O povoado romano de Pai Mantela, já referenciado nos inícios do século XX por Fernando Braga Barreiros (1920: 69), localiza-se muito próximo desta zona mineira, pelo que se poderá tratar de um povoado mineiro. Esta nova frente mineira aurífera, que confirmamos através de bateia, leva-nos a considerar a possibilidade de se terem explorado simultaneamente ouro e estanho neste complexo mineiro, hipótese que, aliás, já tinha sido considerada (Carvalho et al., 2006: 148).

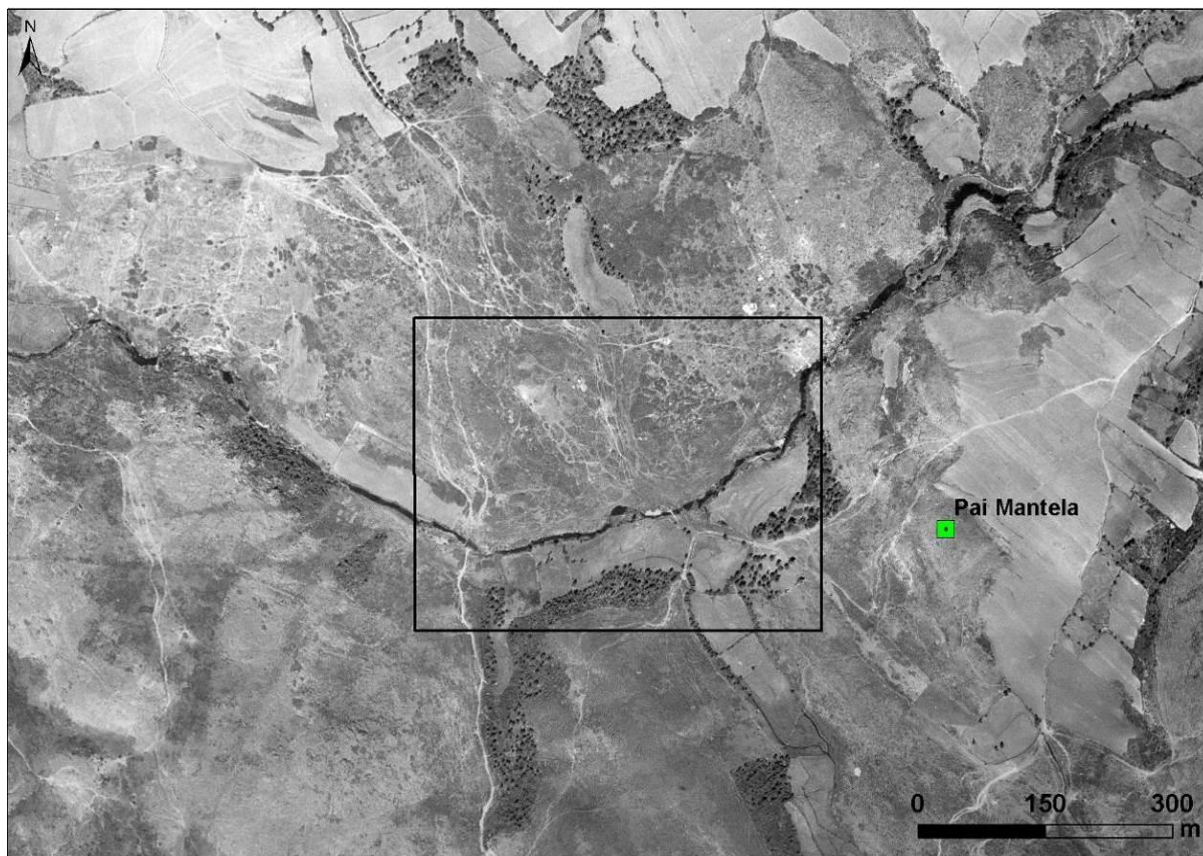


Figura 194: Localização da nova zona mineira identificada no vale do Assureira na ortofotografia do voo SPLAL de 1949.

Esta zona apresenta uma grande densidade de povoamento romano (Figura 195), sendo que grande parte do mesmo já havia sido previamente identificado por Fernando Braga Barreiros (1920), sendo posteriormente compilado na carta arqueológica do concelho de Montalegre (Carvalho, 2007), estando esta densidade muito possivelmente relacionada com uma variante ou via secundária que saía da Via XVII na zona de S. Vicente da Chã, onde se localizava um possível *vicus* (Carvalho, 2006b; Lemos & Martins, 2010: 94) nas proximidades do qual apareceram duas epígrafes latinas (Carvalho & D’Encarnação, 2006), em direcção a Nordeste, justamente onde esta via apresenta uma grande curva, tal como já foi devidamente discutido no ponto anterior. Esta possível via que cruzava o vale do Assureira estaria directamente relacionada com uma outra que saía de *Aquae Flaviae* em direcção a Noroeste. Segundo a descrição de Paulo Amaral (1993: 163), esta via “(...) assenta na estrada velha de Montalegre, saindo de Chaves pelo Bairro do Telhado, passando pelo Seara, onde se localizam as minas das Barrocas, sendo a vertente da Serra da Olga transposta pela Calçada do Facho (...), dirigindo-se para S. Caetano onde inflecte para Soutelinho da Raia para continuar até Vilar de Perdizes, já em Montalegre.”. Muito possivelmente estas duas vias juntavam-se no vale do Assureira, sendo que a partir desta zona seguia já apenas uma via ao longo do sopé Oriental da serra do Larouco em direcção

a Xinzo de Limia, possível capital dos *Limici*, mencionados no Padrão dos Povos de *Aquae Flaviae* (Carvalho et al., 2006; Fonte, 2006; Lemos & Martins, 2010; Pérez-Losada, 2002; Rodríguez-Colmenero et al., 2004) (Figura 196).

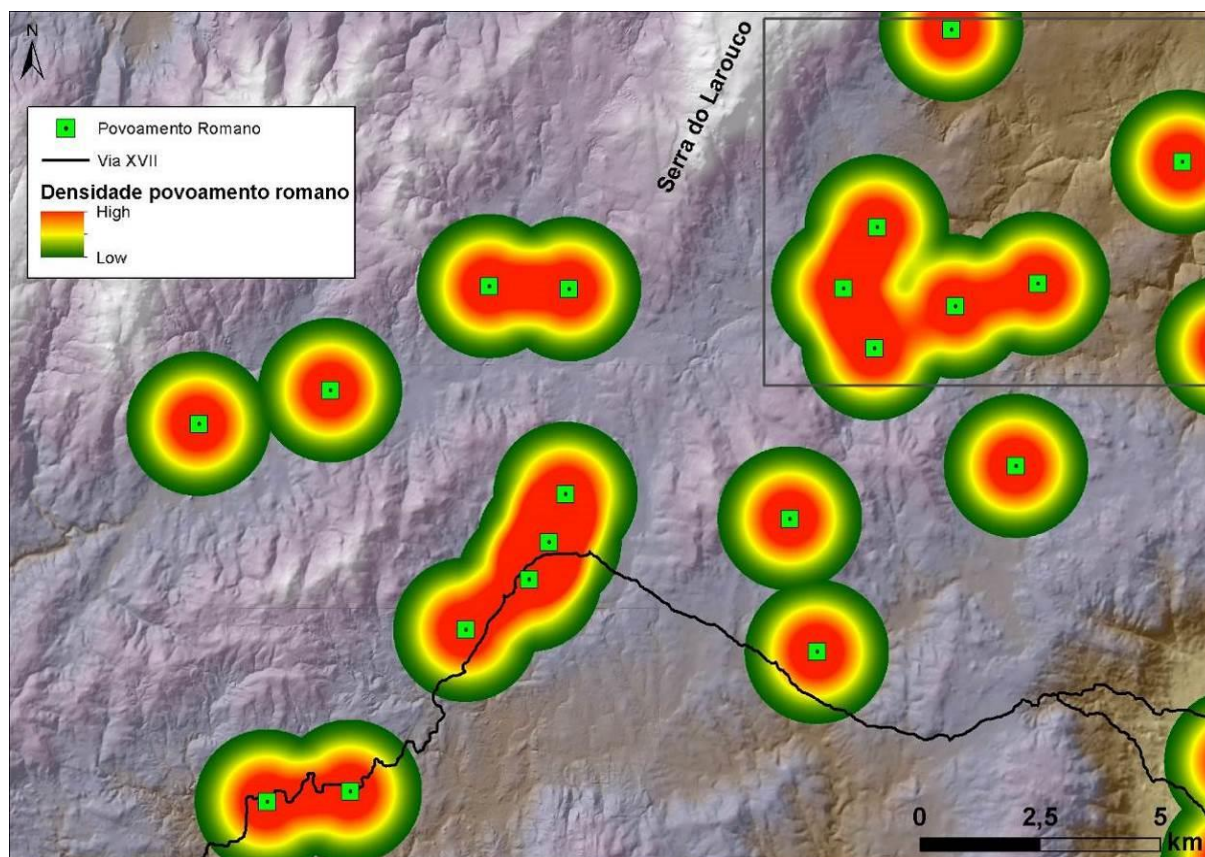


Figura 195: Densidade de povoamento romano conhecido, com destaque para o vale do Assureira.

Destacam-se claramente dois povoados romanos sobejamente conhecidos: o da Ciada e o da Veiga (Carvalho et al., 2006: 151-152). O primeiro, que já foi abordado no ponto anterior, e embora tenha sido bastante afectado pela construção de estradas e de um campo de futebol (Mascarenhas & Barata, 1988), destaca-se pela sua extensão, denunciada pela grande dispersão, numa área superior a 5 hectares, de material cerâmico e construtivo de época romana, localizando-se num promontório com ampla visibilidade sobre o vale do Assureira. O segundo, onde se situa o conhecido Altar da Penaescrita (Fontes, 1978, 1980; Rodríguez-Colmenero, 2002; Santos, 2010a, 2010b, 2010c), apresenta uma também considerável dispersão de materiais romanos, localizando-se na zona central do altiplano formado pela serra do Larouco. Estes dois povoados estariam intimamente relacionados com as vias secundárias referidas no parágrafo anterior: o da Ciada com a via que saía da via XVII na zona de S. Vicente da Chã em direcção a Nordeste, e o da Veiga com a via que saía de *Aquae Flaviae* em direcção a Noroeste, que se juntariam depois numa só em direcção a Xinzo de Limia (Figura 196).

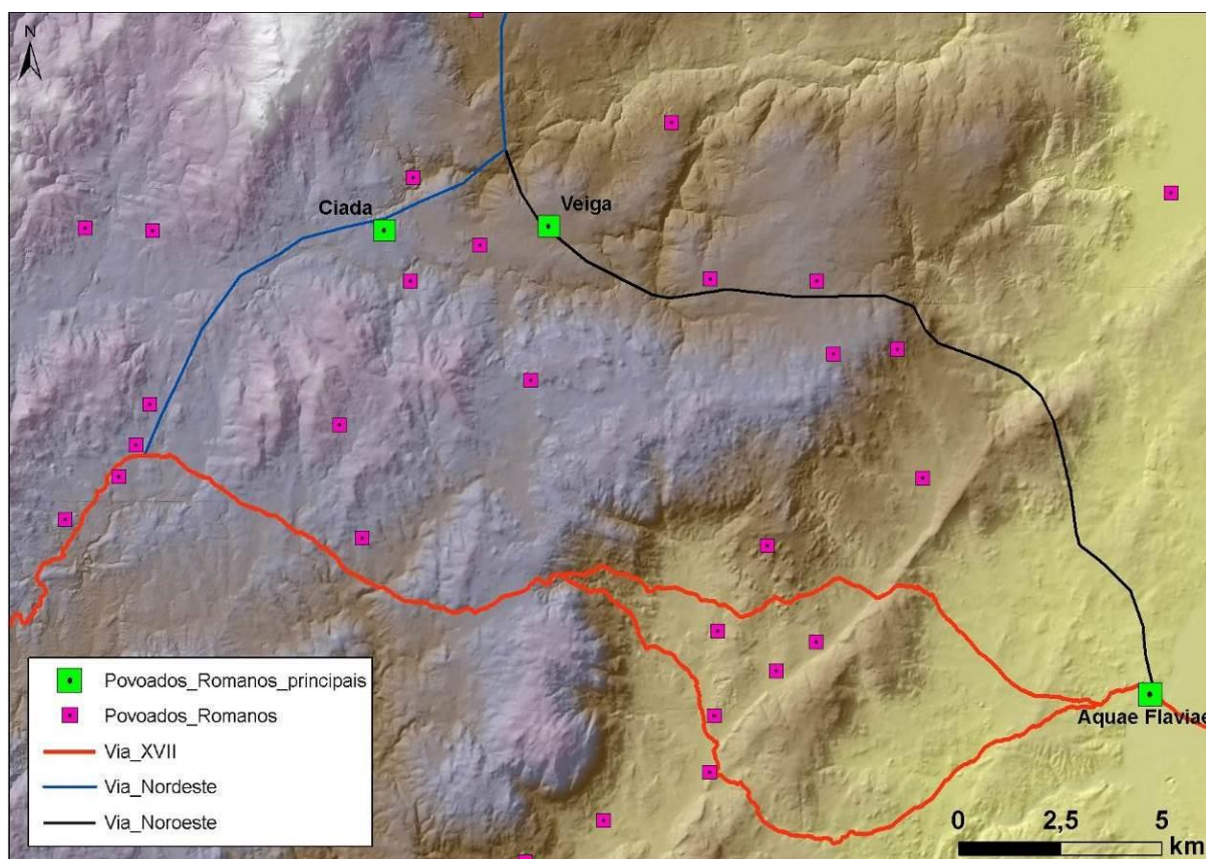


Figura 196: Proposta de traçado das referidas vias secundárias.

Como referimos no início desta secção, consideramos que as dinâmicas sociais desta zona poderão ter estado condicionadas pela presença e exploração dos recursos minerais, em estreita relação com o povoamento e a rede viária de época romana, embora já nos finais da Idade do Ferro o povoamento fortificado desta zona parece ter estado de algum modo relacionado com o aproveitamento desses recursos.

O Castro do Pedrário, que já abordamos um pouco mais em detalhe (4.2.2.), controla visualmente todo o altiplano formado pela serra do Larouco, cruzado pelos rios Assureira e Porto de Rei, que se acabam por juntar e dar origem ao rio Búbal, que vai depois desaguar ao rio Tâmega (Figura 197).

Nesta zona localizam-se alguns povoados fortificados que se integram dentro do modelo locacional 3, nomeadamente os castros da Mina, Gralhas e Grou (Figura 198, 199, 200, 201 e 202). Constatamos perfeitamente que a localização destes castros está bastante condicionada pela proximidade à rede hidrográfica, implantando-se em esporões pouco destacados na paisagem que se desenvolvem sobre meandros de rios bastante pronunciados. Localizam-se em vales bastante encaixados e rochosos, pelo que tanto a sua visibilidade como a sua envolvente produtiva seriam bastante limitadas, sendo de considerar a possibilidade de a localização destes castros estar motivada pelo

aproveitamento das aluviões destes rios, que seriam seguramente ricos em minérios diversos, nomeadamente de ouro e cassiterite, constituindo um recurso metalífero que seria controlado directamente pelas comunidades indígenas (Carvalho et al., 2006: 151).

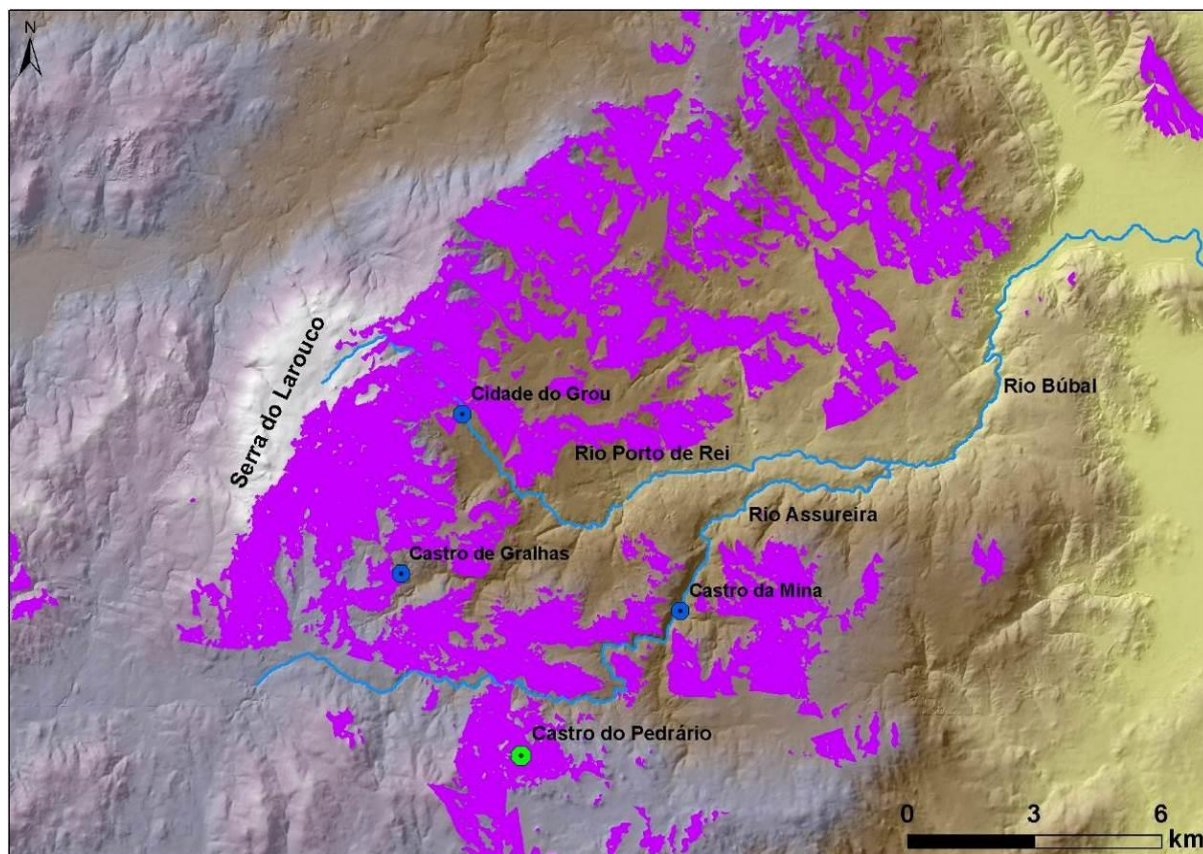


Figura 197: Visibilidade do Castro do Pedrário e sua relação com os castros da Mina, de Gralhas e do Grou.

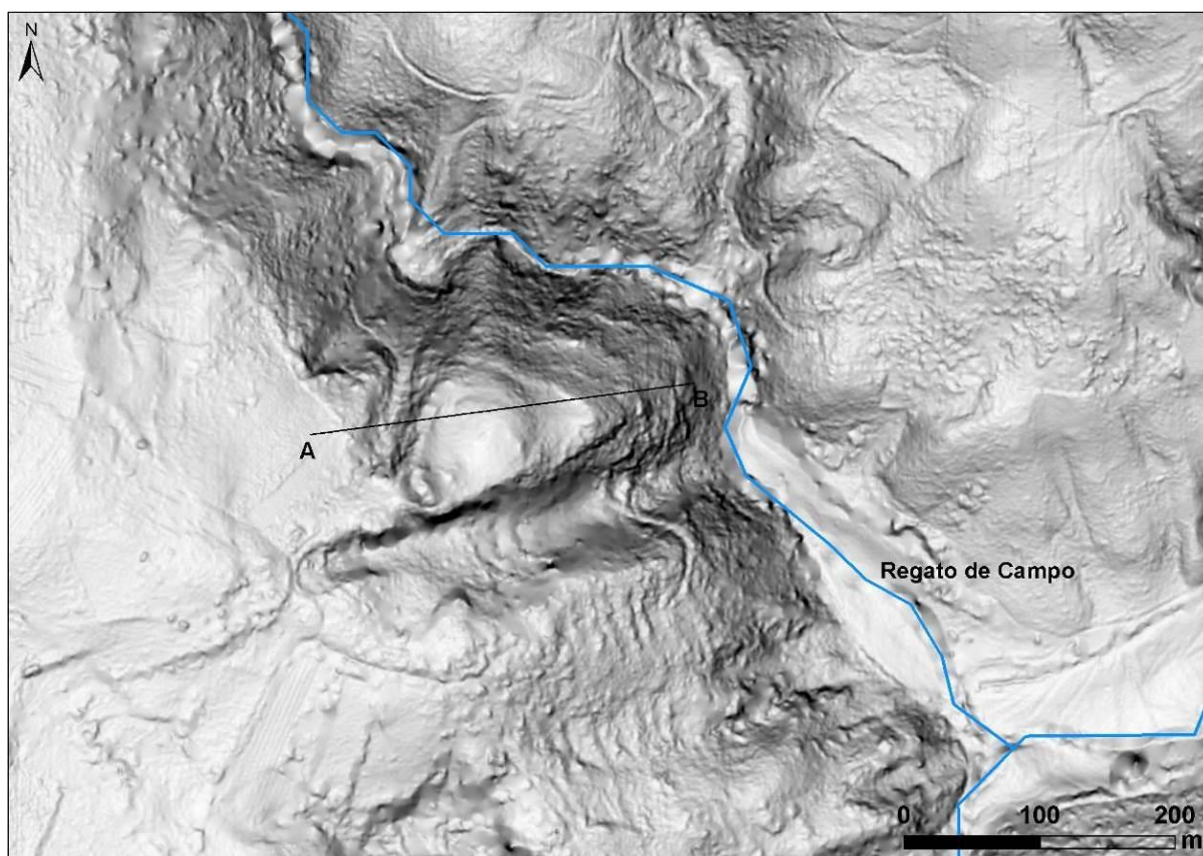


Figura 198: Castro de Galhas (MDT LiDAR PNOA-IGN).

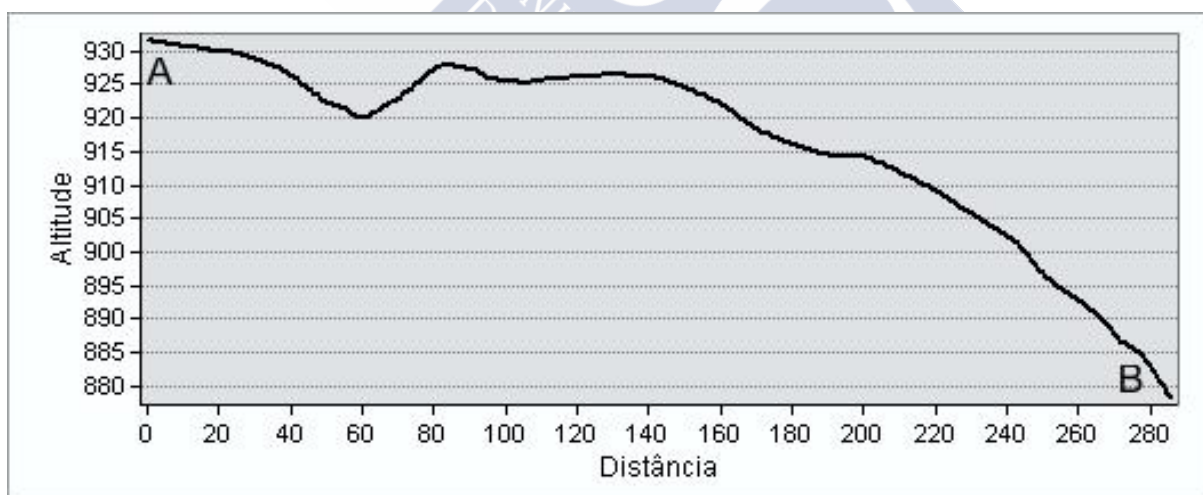


Figura 199: Perfil topográfico do Castro de Galhas.

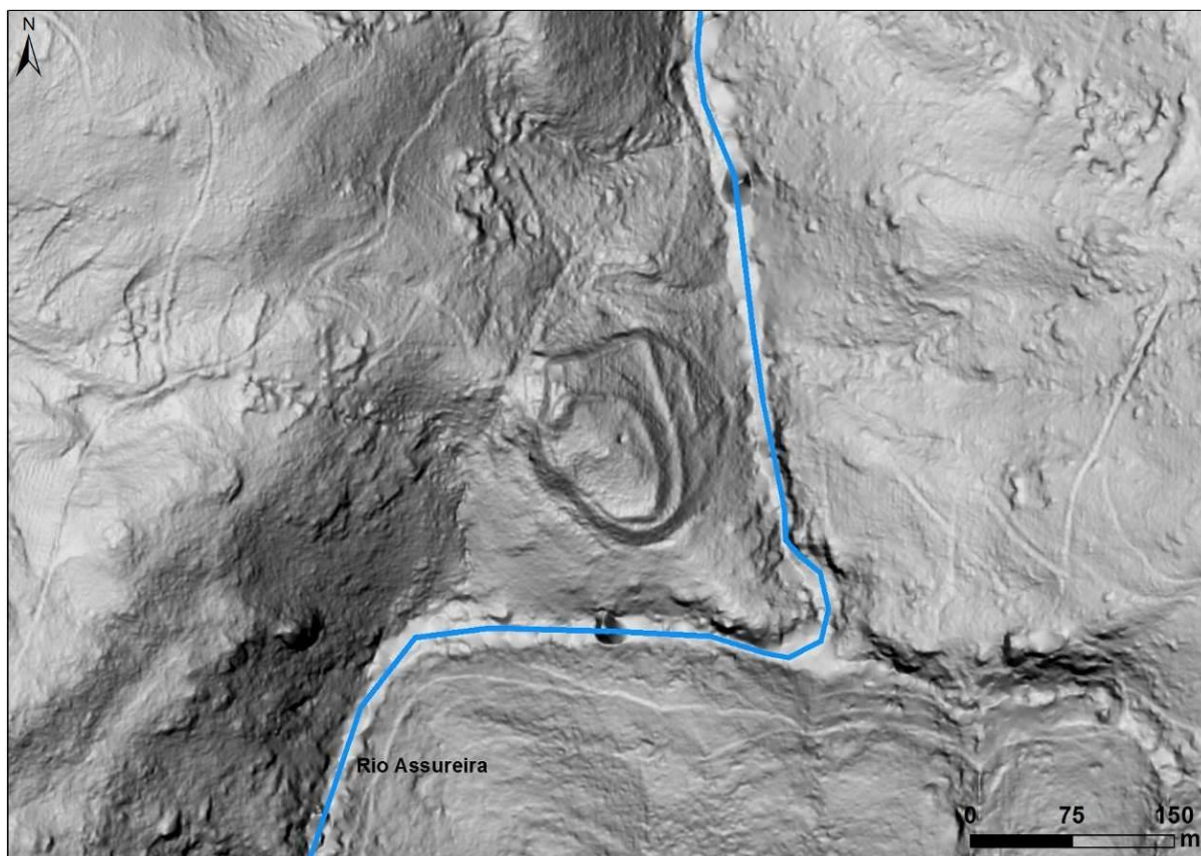


Figura 200: Castro da Mina (MDT LiDAR PNOA-IGN).



Figura 201: Cerâmica indígena proveniente do Castro da Mina.

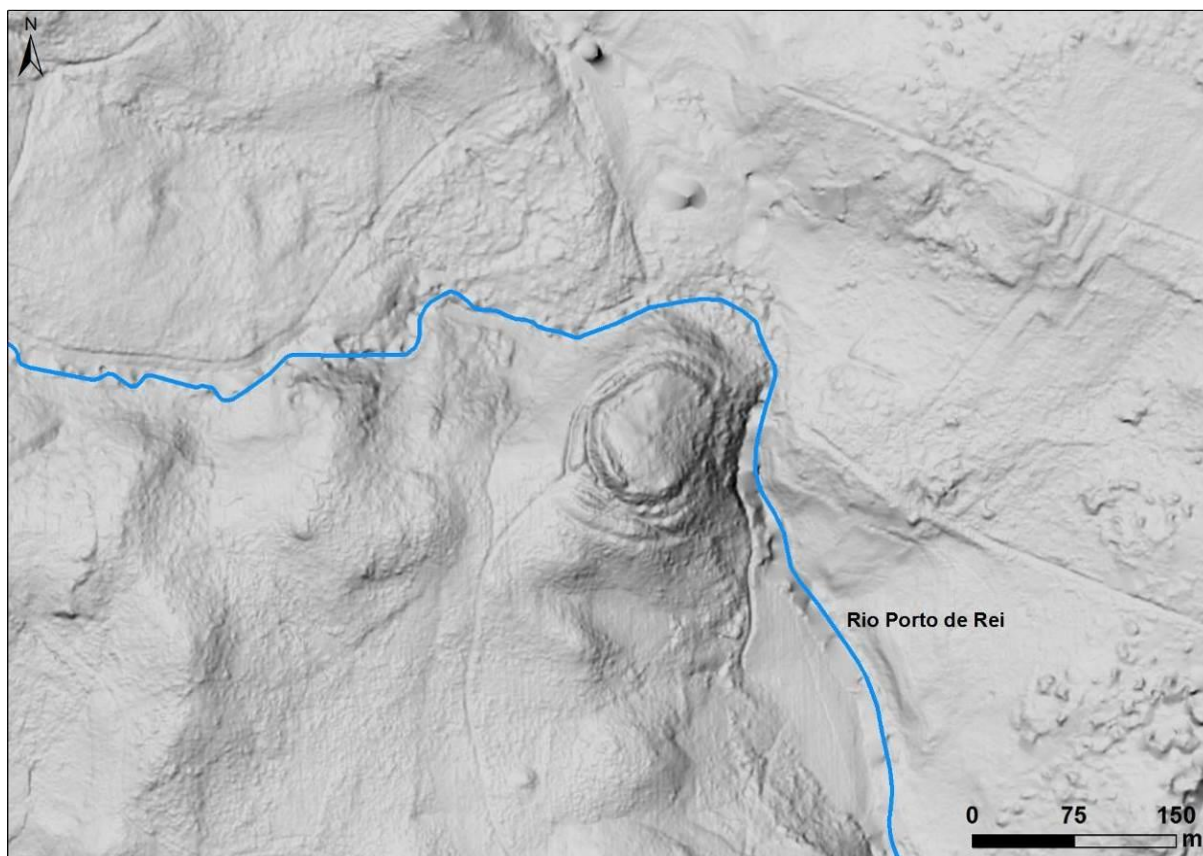


Figura 202: Cidade do Grou (MDT LiDAR PNOA-IGN).

Um pouco mais a Sul do vale do Assureira, já no vale do Beça, na vertente Ocidental da serra do Leiranco, mais propriamente no topónimo “Ferrarias” a Sudeste da aldeia de Cervos (Montalegre), localiza-se uma zona mineira de época romana ainda não devidamente reconhecida como tal (Figura 203). Fernando Braga Barreiros (1920: 72) tinha referenciado este sítio como uma antiga povoação: “A Leste e próximo de Cervos há um sítio chamado Ferrialhos ou Ferraria, onde diz o povo ter havido povoação”, havendo mesmo a consideração entre os habitantes locais de que a antiga aldeia de Cervos era neste local, tendo sido destruída por um temporal e transferida para o seu local actual. Mais recentemente, Carla Martins (2010a: 114) havia já identificado este sítio como uma mina, embora tenha apenas referenciado duas trincheiras de pequena dimensão. Todavia, as Ferrarias correspondem-se com um sítio arqueológico bastante mais complexo. Trata-se de uma exploração aurífera secundária, que comprovamos através de bateia, tendo sido explorados depósitos coluviais, com pequeno transporte, procedentes da meteorização da serra do Leiranco, onde se localizavam as mineralizações primárias, aproveitando, muito possivelmente, as nascentes da serra do Leiranco, nomeadamente as corgas do Trelouro e do Sinal, tal como se denominam localmente. Os restos mais evidentes desta exploração dizem respeito à extensa acumulação de materiais estéreis grosseiros no sopé da serra do Leiranco, que apresentam um aspecto anguloso e não boleado, tal como seria expectável

nas “conheiras” procedentes de aluvião (Figura 204). A forma de trabalhar este tipo de jazigos secundários consistia basicamente na remobilização do terreno solto mediante um fluxo constante de água, a qual se faria circular a favor da pendente, até às zonas de lavagem, onde se conseguia a retenção de ouro graças à sua elevada densidade (19,3 g/cm³), quando comparada com a dos materiais que o acompanham (2-2,5 g/cm³), tendo os materiais estéreis mais grosseiros que ser separados manualmente e acumulados nas imediações (Lima et al., 2015: 43).

O povoado romano que se deverá relacionar com esta zona mineira localiza-se na vertente Sul do Castro de Cervos, denunciado pela dispersão de materiais cerâmicos e de construção romanos, particularmente *tegullae* (Carvalho, 2007). Esta zona encontra-se bastante próxima da passagem da Via XVII na zona de Arcos, que passa imediatamente a Norte, antes de descer para o vale do Terva a partir da portela do Pindo (Carvalho, 2006a) (Figura 203).

Fernando Braga Barreiros (1920: 70) refere também a existência de *tegullae* no sítio da Portela, que supostamente se localiza a Leste da aldeia de Arcos, além de Alves & Reis (2011: 193-194) terem identificado algumas *tegullae* perto da portela do Pindo, embora não tenhamos ainda conseguido localizar com a devida segurança a presença nesta zona de um povoado romano.

Carla Martins (2010c, mapa 6) cartografou uma possível via romana que ligava o vale do Assureira à Via XVII (Figura 192), embora não acrescente qualquer descrição ou contextualização da mesma. É bastante plausível a existência de um eixo viário que cruzasse essa zona no sentido Norte-Sul. Significativamente, identificaram-se recentemente nesta zona duas esculturas pré-históricas que poderão estar de alguma forma relacionadas com a existência de diferentes eixos viários: a estátua-menir da Cruz de Cepos, em relação a um possível eixo Norte-Sul, e a estela de Tojais, em relação a um possível eixo Oeste-Este, localizando-se mesmo ao lado do traçado da Via XVII (Alves & Reis, 2011), dando acesso a importantes zonas mineiras, tanto de estanho (vale do Beça), como de ouro (vale do Terva) (Figura 203). As vias romanas trataram-se de eixos fundamentais na vertebração e articulação do território, integrando novos elementos viários como os marcos miliários, que sinalizavam a via e comemoravam o imperador, mas podem também ter integrado outros elementos pré-existentes da tradição local, que já preteritamente poderiam estar relacionados com zonas de mobilidade (Fábrega-Álvarez et al., 2011a).

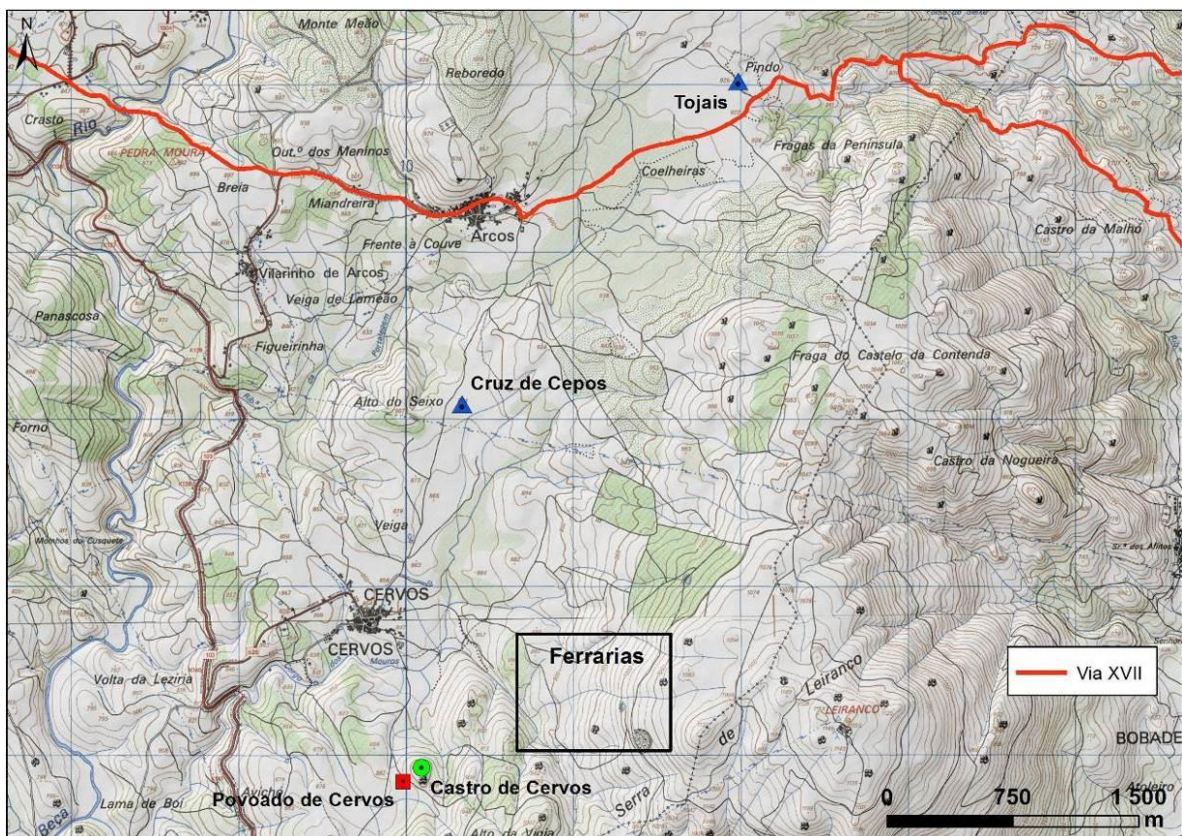


Figura 203: Localização e contexto arqueológico da zona mineira das Ferrarias na Carta Militar nº 33 e 46 à escala 1:25.000 do IGeoE.

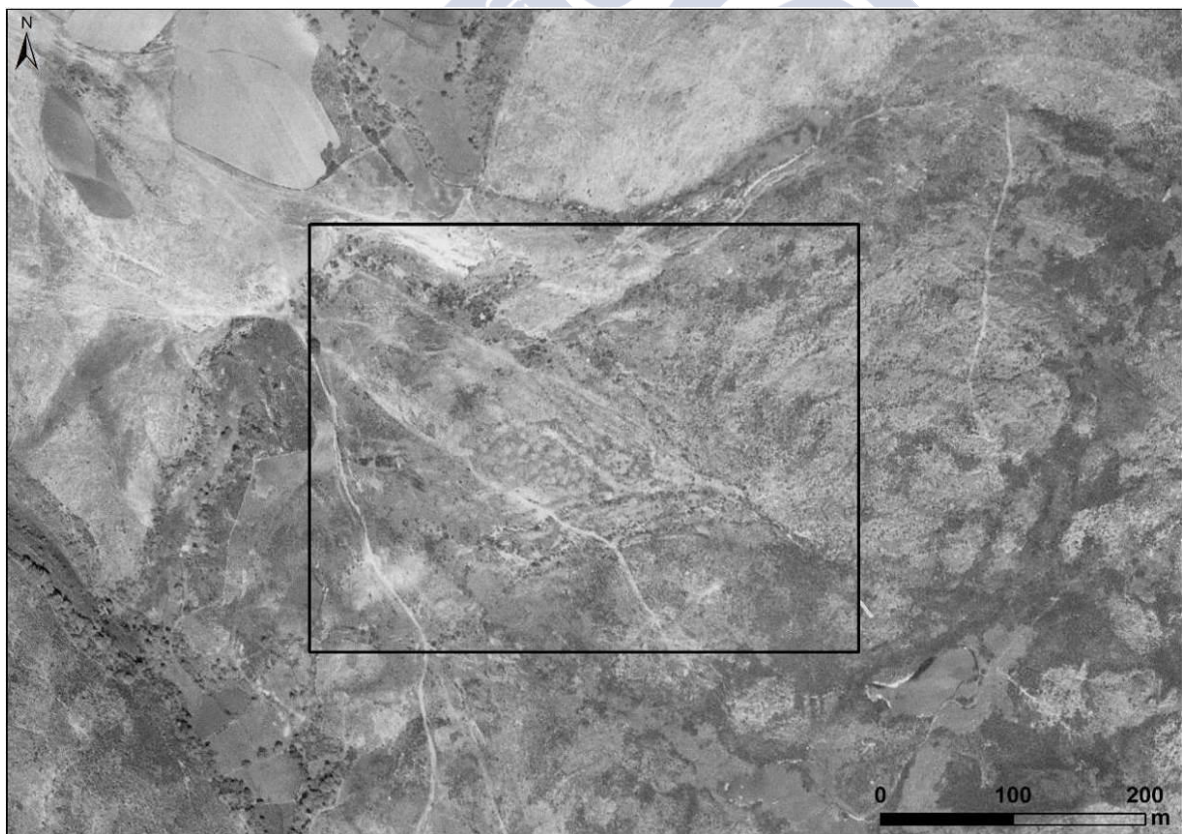


Figura 204: Detalhe da acumulação de estêreis na zona mineira das Ferrarias na ortofotografia de 1949 do voo SPLAL.

Posto isto, parece ter existido um período de transição, onde os novos modelos de ocupação e exploração do território de época romana, que privilegiaram o estabelecimento de populações em vales e planícies, coexistiu com o modelo de povoamento fortificado indígena, sendo que este processo parece ter sido mais precoce e negociado, e não tanto imposto e forçado, do que até aqui se tinha pensado (Carvalho & Cruz, 2014). Os processos de continuidade e abandono do habitat fortificado castrejo inscrevem-se agora numa nova lógica de controlo e exploração do território (Martins et al., 2005). A partir de meados do século I d.C., os povoados fortificados vão sendo paulatinamente abandonados e substituídos por assentamentos romanos de nova fundação, tanto agrupados como dispersos, caracterizando-se por uma notável diversificação (Fernández-Ochoa, Salido-Dominguez, & Zarzalejos-Prieto, 2014), em estreita ligação com a rede viária e com a exploração económica dos recursos naturais, dando lugar à criação de novas centralidades territoriais, bem como a uma nova organização da paisagem (Carvalho, 2008).

6.5. Cultura material, identidade e mudança social

A cultura material é, antes de mais, a objectificação do ser social (Shanks & Tilley, 1987: 130). Qualquer objecto reproduz uma determinada racionalidade cultural e espacial (Criado-Boado, 2012: 271). Seguindo a Tilley (2004), mais do que considerar que os objectos codificam significados e que reflectem identidades sociais de modos diversos, podemos antes considerar os objectos como agentes que activamente constroem essa identidade e participam nas relações sociais, o que os dota de uma biografia cultural (Gosden & Marshall, 1999). O próprio movimento da cultura material favorece a constituição de relações entre pessoas e lugares e a sua transformação participa na reformulação dessas relações ao longo tempo (Joyce & Gillespie, 2015). Neste sentido, devemos pensar que os objectos têm uma capacidade que é geralmente considerada exclusiva das pessoas, ou seja, a capacidade de influenciar (Latour, 2005; Olsen, 2003). Deste modo, a cultura material é um agente social activo na articulação, redefinição e construção da realidade, carecendo de um sentido predeterminado e inalterável, tal como propõe a Arqueologia Simétrica, que procura considerar as pessoas e as coisas de forma simétrica (González-Ruibal, 2007a).

Uma perspectiva mais tradicional, evolucionista e colonial, tendeu a relacionar a conquista romana com a chegada do progresso, tecnologia e modernidade, considerando, portanto, as sociedades indígenas como atrasadas e primitivas. Segundo esta perspectiva,

as estátuas de guerreiros galaicos eram interpretadas como imitações de arte clássica provincial; os balneários/monumentos com forno como cópias imperfeitas de termas romanas; e o urbanismo dos *oppida* como reproduções básicas de traçados urbanos mediterrâneos (Acuña-Castroviejo, 1996; Almeida, 1983; Calo-Lourido, 1993). Consideramos, contudo, que a realidade é bem mais complexa, havendo lugar para determinadas estratégias de resiliência cultural que dão origem a formas culturais híbridas, onde alguns elementos relacionados com determinadas práticas sociais e culturais passadas foram reutilizados e resignificados enquanto elementos simbólicos e mnemónicos num contexto de renegociação social e identitária.

Todavia, é importante ter em conta que a própria noção de formas culturais híbridas implica a existência do seu oposto, ou seja, de formas culturais “puras” e *standard*, pelo que procuraremos afastar-nos desta visão essencialista e entender a hibridação como um processo dinâmico “(...) to explain the process in which people, not reified notions of culture, regain an active role in cultural encounters” (Jiménez-Díez, 2011: 117), incidindo sobre os processos sociais de interacção, negociação e conflito entre formações sociais diferenciadas, que poderão dar origem a novas práticas culturais híbridas.

Este fenómeno de reutilização e de resignificação de elementos pré e proto-históricos em ulteriores contextos culturais é também perfeitamente visível em outras zonas europeias (Bradley, 2002; Díaz-Guardamino, García-Sanjuán, & Wheatley, 2015; Hingley, 2010; Petts, 2002), pelo que este processo, tal como indicou Petts (2002: 206), não é em absoluto casual: “the decision to reuse a monument was a meaningful action, not a random appropriation of any prehistoric monument”. Os significados que a cultura material vai adquirindo ao longo do tempo não são estáticos, adaptando-se a novas situações históricas e socioculturais que lhes conferem um novo significado, pelo que os espaços a que se encontram associados acabam por tornar-se eles próprios em verdadeiros lugares de memória, *mnemotopos*, que são incorporados à memória social (Fábrega-Álvarez et al., 2011a; Loney & Hoaen, 2005).

Neste sentido, são bastante interessantes os conceitos de “kitsch” introduzido por González-Ruibal (2006a: 613-615) e de “crioulização” da cultura material por Webster (2001), enquanto leituras alternativas em relação ao complexo processo de negociação social e identitária através da cultura material. A meio caminho entre o objecto (utilitário) e a obra de arte (novidade), o kitsch, que se relaciona com valores estéticos distorcidos ou exagerados, permite suavizar o impacto do “novo mundo” e contribuir, assim, à manutenção da segurança ontológica em momentos de mudança sociocultural (González-Ruibal, 2003, 2006a). A crioulização, por seu lado, é um termo linguístico que se refere à

fusão de duas linguagens num dialecto que combina as duas, relacionando-se, neste caso, com um processo de adaptação resistente, um processo de negociação dialéctico, dando lugar a uma série de subculturas interactuantes e não a uma única e normativa cultura colonial, originando, em última instância, a formação de uma sociedade crioula (Webster, 2001). Por outro lado, Edgerton (2006) fala de “creole technologies” para se referir às tecnologias modernas apropriadas e manipuladas pelas comunidades do terceiro mundo, referindo-se, neste caso, explicitamente à cultura material. As sociedades indígenas adoptam a cultura e a identidade romana através da sua adaptação à sua própria cultura e identidade tradicionais, dando origem a formas culturais e identitárias híbridas. É justamente através da cultura material que se forjam estas novas identidades sociais.

Desta forma, tendo por base o exposto anteriormente, e partindo do pressuposto de que a materialidade joga um papel fundamental nos processos de mudança sociocultural, consideramos relevante abordar de forma particular alguns elementos que poderão atestar este processo de negociação social e identitária na transição entre a Idade do Ferro e a época Romana no Noroeste Peninsular, bem como as formas de apropriação e de transformação da cultura material e da paisagem que ocorrem neste momento, dando muitas vezes origem a produtos híbridos. Assim, entre outros casos possíveis, decidimos prestar alguma atenção à estela do Muiño de San Pedro (Taboada-Cid, 1988-89) (Figura 205), à estátua-menir de Chaves (Jorge & Almeida, 1980) (Figura 206) e à estátua de guerreiro mais monumental do Outeiro Lesenho (Figura 211 e 212), enquanto objectos que se poderão relacionar com um processo de ressemantização de elementos pretéritos imbuídos de memória e de tradição num momento onde justamente ocorre a mencionada negociação social e identitária. Esta reutilização de determinados elementos tradicionais carregados de memória e simbolismo poderá ser encarada como uma forma de legitimação da nova rede de relações sociais e das novas estratégias de poder que se estabelecem como resultado da interacção entre as comunidades indígenas e Roma.

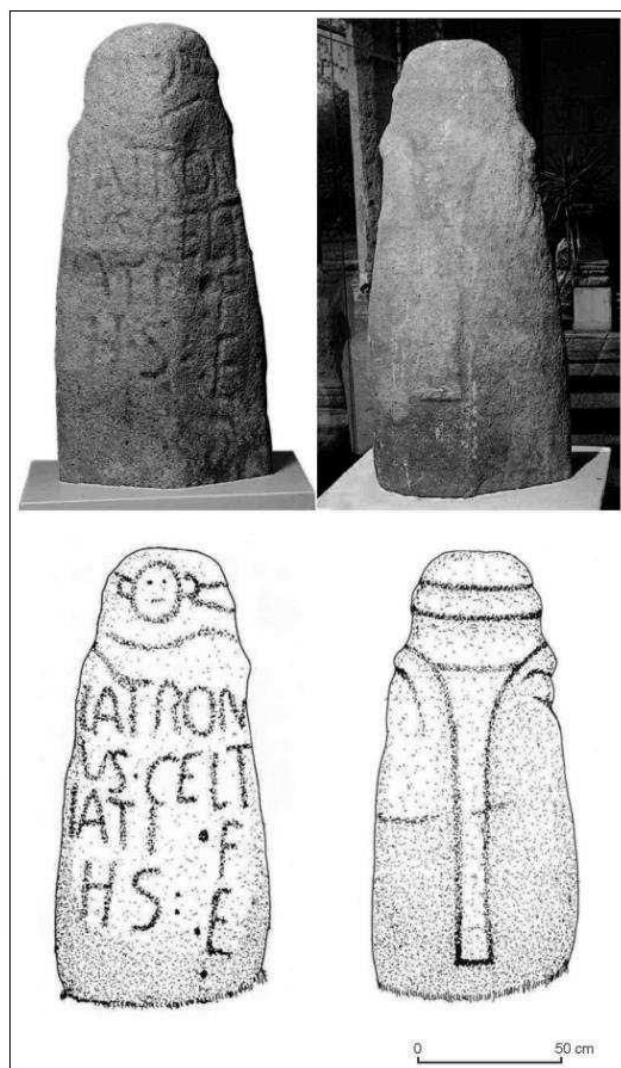


Figura 205: Estela do Muiño de San Pedro, Verín (em cima: © Museo Arqueolóxico Provincial de Ourense, em baixo: Taboada-Cid, 1988-89: 88-90).

Tanto a estela do Muiño de San Pedro, como a estátua-menir de Chaves, que foram previamente menires fálicos, poderão tratar-se de elementos reutilizados em época Romana. Corporizam, todavia, dois tipos de reutilizações distintas, respectivamente. Em relação ao primeiro tipo, a reutilização materializou-se através da gravação de uma inscrição latina com nomes indígenas. No caso do segundo, a reutilização materializou-se através do seu possível reaproveitamento como material construtivo nas obras de construção da ponte romana de *Aquae Flaviae*. Todavia, em relação a este último caso, tal trata-se apenas de uma hipótese, pois não há evidência concreta de que a mesma tenha sido realmente reutilizada como material construtivo na ponte, pois apenas sabemos com segurança que apareceu “a montante e junto da ponte romana, próximo da margem esquerda, quando se procedia a dragagens” (Silva, 1981: 90).

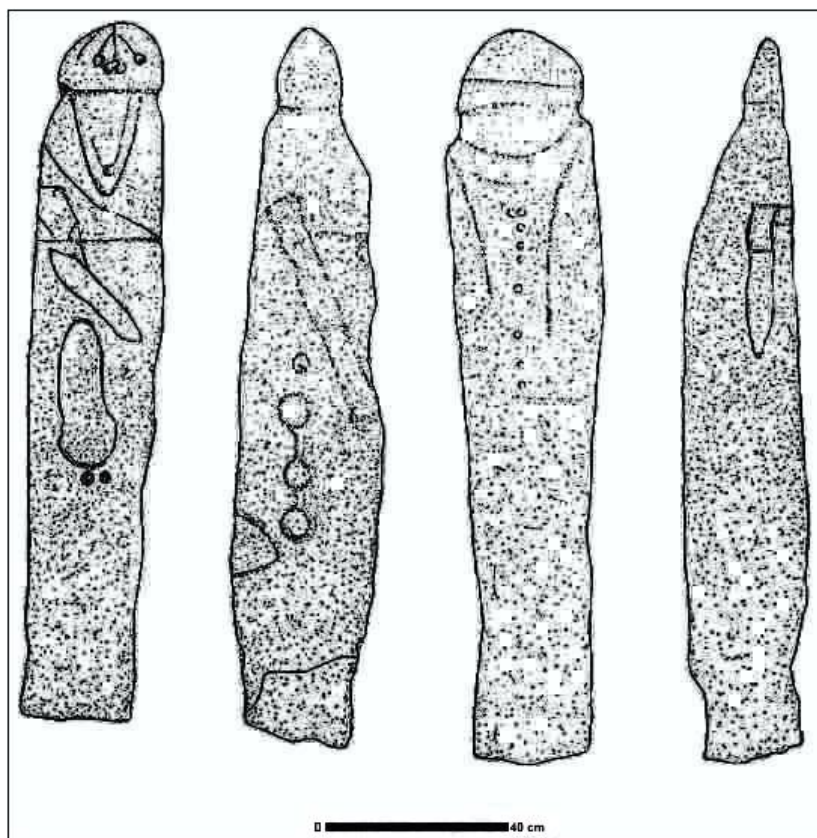


Figura 206: Estátua-menir de Chaves (Jorge & Almeida 1980: 16, Fig. 7).

Partindo então do pressuposto da reutilização de ambos os elementos, procuraremos agora diferenciá-los um pouco melhor. Por um lado, gravou-se na estela do Muiño de San Pedro uma inscrição latina como forma de ressemantizar um elemento pretérito carregado de memória e de simbolismo, o que é compreensível numa zona rural onde a tradição indígena seria ainda bastante acentuada (González-García, 2009b: 134). Os nomes são de tipo indígena (*Latronus* e *Celtiatus*) e as pessoas implicadas não têm *tria nomina*, ou seja, não são cidadãos romanos, o que nos remete para momentos iniciais da ocupação romana, provavelmente ainda dentro da primeira metade do século I d.C. (Nodar-Nodar, 2004: 217). Por outro lado, a estátua-menir de Chaves, cuja reutilização, a comprovar-se o seu reaproveitamento como material construtivo na ponte romana, representa uma ruptura cultural total, uma *damnatio memoriae*, talvez perceptível num contexto urbano e fortemente “romanizado” como *Aquae Flaviae* (González-García, 2009b: 134).

É possível que em contextos rurais e onde a presença indígena fosse mais marcada, a população poderia ainda atribuir algum significado cultural a este tipo de elementos pretéritos, enquanto em âmbitos urbanos e mais “romanizados” como *Aquae Flaviae*, este tipo de elementos carecia já de qualquer valor cultural, pelo que seriam apenas contemplados como material pétreo construtivo (*ibid.*).

Assim, é possível que a partir de época Flávia, quando a identidade imperial romana já se encontrava definitivamente estendida no Noroeste Peninsular, estes elementos pretéritos que nos primeiros momentos do século I d.C. tinham servido para sustentar um processo de resiliência cultural, já não tenham qualquer sentido cultural e simplesmente se amortizam como material construtivo (Rodríguez-Corral, 2013a: 83-84).

De igual modo, existem também algumas estelas de guerreiro do Sudoeste Peninsular que foram reutilizadas com a adição de inscrições funerárias latinas e com a sua integração em necrópoles romanas (Carmen Fernández-Ochoa & Zarzalejos-Prieto, 1994; García-Sanjuán, Garrido-González, & Lozano-Gómez, 2007, 2008), pelo que estes elementos são também resignificados num novo contexto socio-cultural, ressaltando “el posible componente de resistencia ideológica (frente a la dominación y aculturación romana) a la invocación del Pasado mediante la reinterpretación de la cultura material” (García-Sanjuán et al., 2007: 124-125) (Figura 207 e 208).



Figura 207: Estela de Chillón (Ciudad Real) e de Ibahernando (Cáceres), mostrando a presença de elementos pré-históricos aos quais foi sobreposta uma inscrição funerária latina (García-Sanjuán et al., 2007: 119-120, Figs 3 e 4).

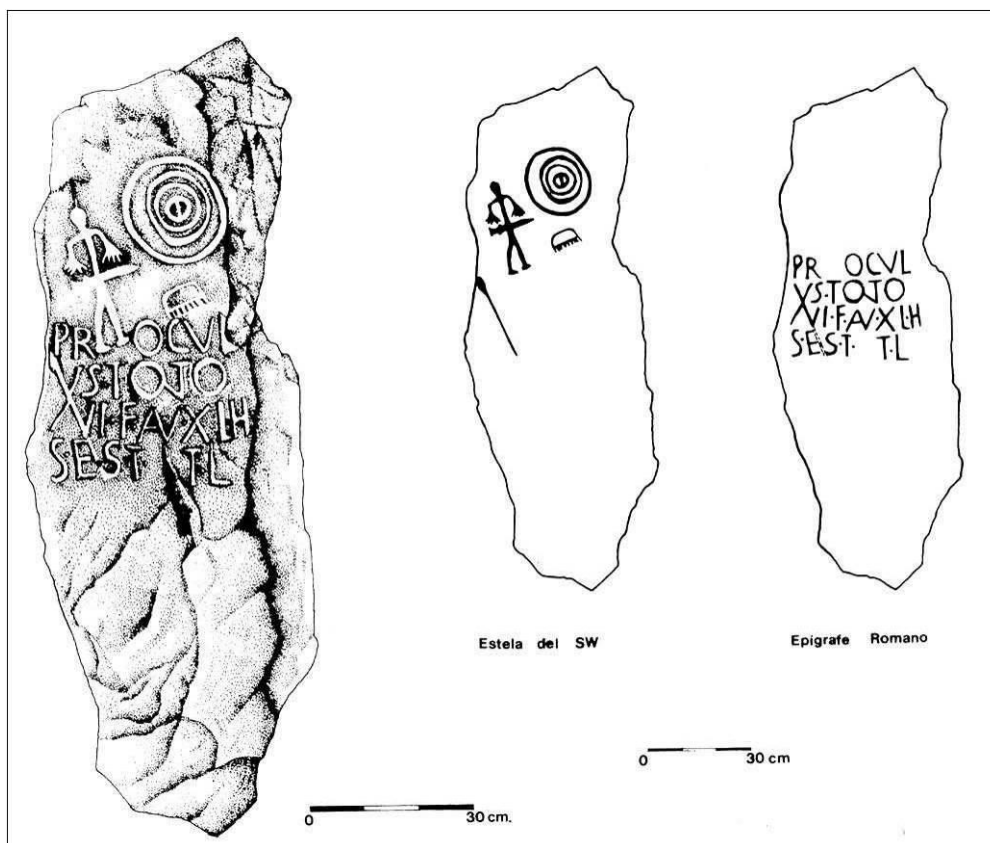


Figura 208: Decomposição da Estela de Chillón (Carmen Fernández-Ochoa & Zarzalejos-Prieto, 1994: 267).

Outro caso bastante significativo de reciclagem simbólica de um elemento pretérito carregado de memória e tradição é o da inscrição latina gravada sobre o escudo do guerreiro mais monumental do Lesenho (Calo-Lourido 2003: 10-11, nº 11; Silva, 2007: 683, Est. CXXI, nº 1).

A referida inscrição foi primeiramente identificada por Félix Alves Pereira (1915: 4), que refere a possível existência de uma inscrição gravada sobre o escudo, descrevendo “vestígios confusos de riscos, e num ponto parece ver-se um A”. Não é, porém, senão muito depois, que se volta a referenciar esta inscrição, aludindo Höck (1986: 158), Redentor (2008: 196, 2009: 227), Silva (2012: 34) e Rodríguez-Colmenero (2013: 290-291) à sua extraordinária dificuldade de leitura, devido ao elevado desgaste do suporte. Ainda assim, Koch (2003; 80-81, 85) oferece as medidas de algumas letras muito desgastadas que consegue identificar à esquerda e à direita do umbo do escudo, assim como por debaixo deste, sendo-lhe, porém, impossível avançar com qualquer proposta de leitura.

Esta, juntamente com outra das quatro estátuas encontradas no Lesenho, ambas com cabeça, encontravam-se no século XVIII no adro da Igreja Paroquial de Covas do Barroso (Boticas). Luiz de Figueiredo da Guerra (1982: 30-31), natural de Viana do Castelo, mas que foi juiz em Boticas nos inícios do século XX, refere-se da seguinte maneira às referidas

estátuas: “No anno de 1782 vindo a Covas de Barroso o Dr. Miguel Pereira de Barros, juiz de Fora de Montalegre, lhe mostraram as duas imagens que desde cem annos existiam no adro da igreja parochial; e informado que haviam apparecido no Crasto do Lazênhô, mandou alli proceder a escavações, não constando o resultado, tres annos depois foram transportadas por Braga para Lisboa, e collocadas no jardim do palacio d’ Ajuda, logo á entrada, e em Março passado mudadas para o Museu Ethnologico de Belem. Pouzam sobre uma peanha com os lettreiros: n’ uma STATUAE / MILITARES / IN COLLE LEZENHO / PROPE VICUM / MONTALEGRE / EFFOSAE ANNO / MDCCLXXXV; n’ outra ESTATVAS / MILITARES / QVE SE ACHARÃO / NO OVTEIRO LEZE- / NHO PERTO DA V. DE / MONTALEGRE / NO ANNO 1785. Como dissemos estas estatuas não foram desenterradas (*effosae*) nem achadas em 1785, Montalegre dista 16 kilometros do Lazênhô; assim é improprio a palavra *prope*, perto, que aqui deveria equivaler a concelho. Vê-se que o texto latino e sua tradução não correspondem á verdade, que atrás exposemos. Offerecem a singularidade de terem a cabeça, não podendo verificar se está adaptada ao corpo, ou formam um todo monolithico; a maior regula por 2,50 m, e a outra 2,10 m.”.

No que refere às outras duas estátuas do Lesenho, estas acéfalas, o mesmo Luiz de Figueiredo da Guerra (1982: 31) menciona o seguinte: “Quando em julho de 1905 visitamos o crasto do Lazênhô contaram-nos existir mais uma estátua, que se achava no próximo lugar de Campos, e procedendo nós ao exame e desenho da maior, encontramos a outra servindo de degrau a um casebre: ambas nos foram obsequiosamente cedidas, e as fizemos transportar para a nossa casa de Vianna em 1909. Apresentam as couraças e saios ornamentados, medindo de altura 1,61 m uma, e a pequena 1,30 m.”. O estudo destas duas últimas estátuas foi ampliado por Félix Alves Pereira (1915), que confirma que ambas são acéfalas. Estas duas estátuas foram depois transportadas entre finais de 1932 e inícios de 1933 da casa de Luiz de Figueiredo da Guerra, na altura já falecido, em Viana do Castelo para o então Museu Etnológico Português em Lisboa, juntando-se às outras duas estátuas provenientes do Outeiro Lesenho (Raposo, 2009: 46-48) (Figura 209).



Figura 209: Fotografia dos anos 40 do século passado onde se vêem as quatro estátuas de guerreiros do Lesenho na sala central da galeria expositiva do então Museu Etnológico Português em Lisboa (Raposo, 2009: 48).

Todavia, existe alguma confusão relativamente a estas duas últimas estátuas encontradas na aldeia de Campos por Luiz de Figueiredo da Guerra e que foram levadas para sua casa em Viana do Castelo. Santos Júnior e colaboradores (Júnior et al. 1986: 65, Fig. 38) reproduzem uma figura de uma estátua de guerreiro supostamente procedente do Outeiro Lesenho, mas que, na realidade, se trata da representação da estátua de guerreiro de S. Paio de Meixedo (Calo 2003: 20-21, n.º 25, Fig. 2; Silva, 2007: 684, Est. CXXII, 3), que procede de algum castro da zona de Viana do Castelo, presumivelmente, segundo Brochado de Almeida (2008: 228-231), da Citânia de Santa Luzia (Figura 210). Esta confusão advém do seguinte facto: a estátua de S. Paio de Meixedo foi encontrada no século XV no aro de Meixedo (Viana do Castelo), D. Afonso da Rocha, que era abade naquela paróquia, mandou gravar no escudo “a aspa com as cinco vieiras ou conchas, que na heraldica designam o appellido - Rocha” (Guerra, 1900: 175), ou seja, o brasão da família Rocha, e em 1622, Francisco da Rocha Lobo, que era morgado de Meixedo, mandou trazer a estátua para sua casa em Viana do Castelo, cita na rua da Bandeira, sendo colocada no pátio da referida casa, também conhecido por “pátio da morte” devido ao facto de existir uma lenda que refere que ali tinha sido ferido mortalmente um senhor

daquela casa, um Rocha portanto (Almeida, 1990: 179-182; Guerra, 1896, 1900; Sarmiento, 1896). Ora, o que deverá ter muito provavelmente acontecido, é que Santos Júnior e colaboradores (Júnior et al., 1986: 66, nota 1) confundiram esta casa com a de Luiz Figueiredo da Guerra, que também era em Viana do Castelo, e para onde tinha nos inícios do século XX levado as duas estátuas que encontrou em Campos e que seriam provenientes do Outeiro Lesenho.

Actualmente, as quatro estátuas do Outeiro Lesenho, que têm um claro “ar de família”, encontram-se no Museu Nacional de Arqueologia em Lisboa.

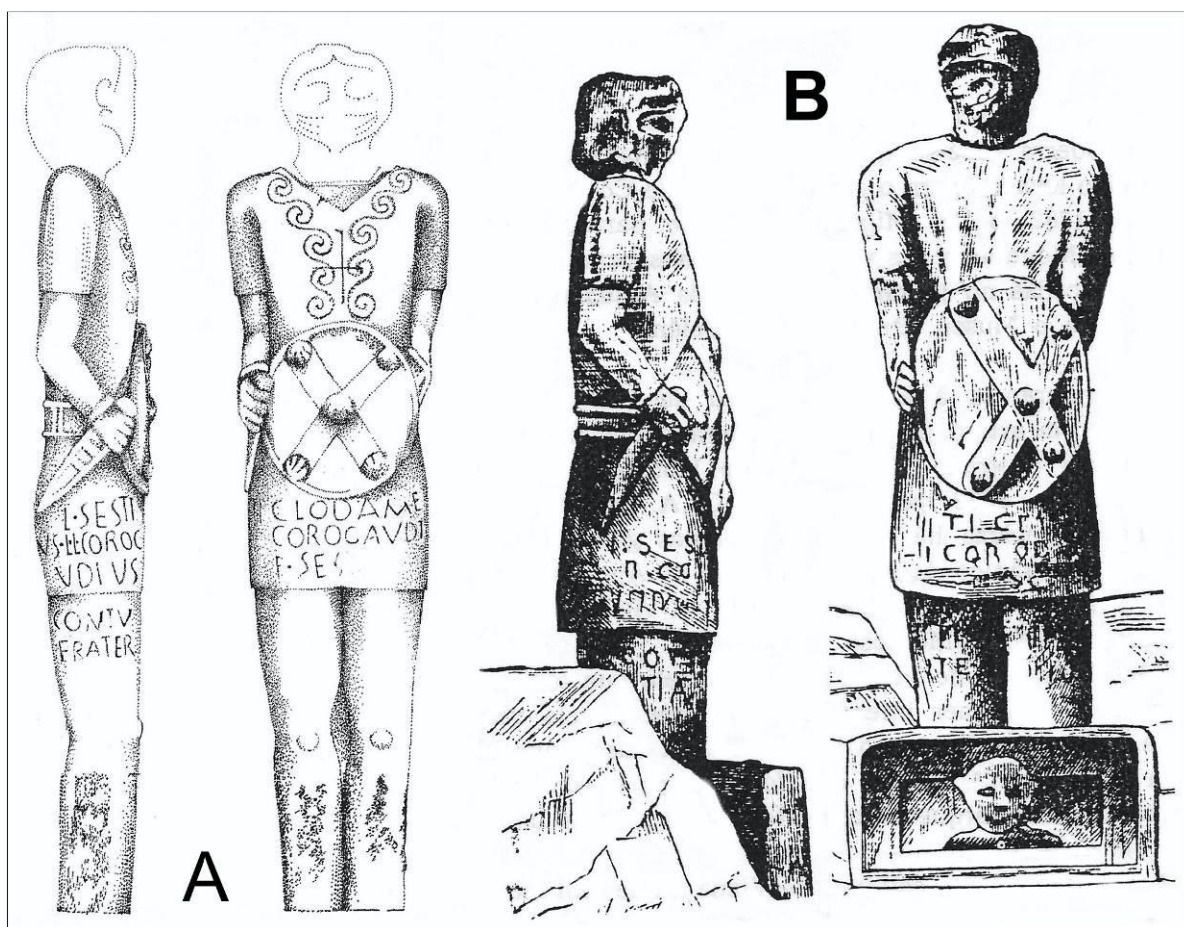


Figura 210: Estátua de guerreiro de S. Paio de Meixedo (A) (Silva, 2007: 684, Est. CXXII, 3) e estátua erroneamente identificada como procedente do Outeiro Lesenho (B) (Júnior et al., 1986: 65, Fig. 38), sendo de notar as semelhanças entre ambas.

De forma a tentarmos documentar as incisões que se encontram gravadas no escudo do guerreiro mais monumental do Lesenho, realizamos um levantamento mais tradicional, com recurso a luz rasante, decalque e *frotage*, que completamos posteriormente com um

levantamento tridimensional com recurso a um *scanner laser* de luz estruturada³⁹. Esta última técnica revelou-se como particularmente adequada, tal como veremos de seguida. Ao modelo 3D obtido aplicamos um filtro morfológico - o Modelo de Resíduo Morfológico (MRM) (Pires, Fonte, Seco, Santos, & Sousa, 2014), com o objectivo de detectar e contrastar as subtis irregularidades provocadas pelas referidas incisões na superfície do escudo, que se encontra bastante erodida (Figura 211).

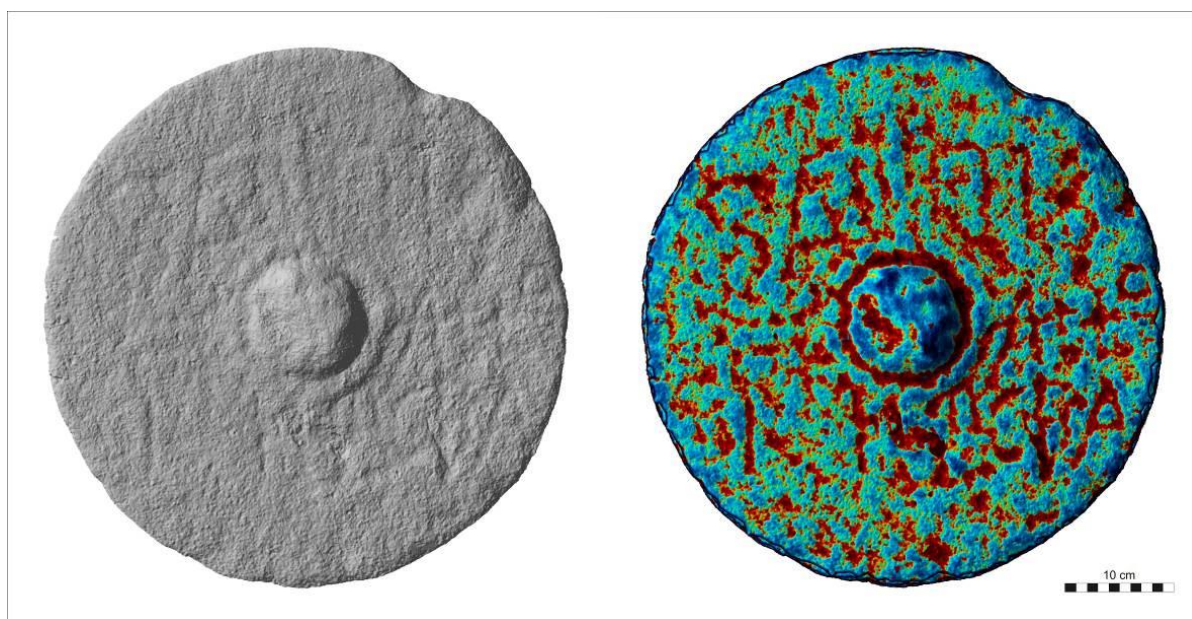


Figura 211: MDS (à esquerda) e MRM policromático (à direita) do escudo do guerreiro do Lesenho epigrafado.

Esta metodologia permitiu-nos não só identificar uma complexa decoração gravada no escudo ou *caetra* deste guerreiro (Figura 212), similar à do outro guerreiro do Lesenho com cabeça (Figura 213), mas também reconhecer e interpretar a inscrição latina, gravada sobre a decoração, num claro contexto de reutilização da estátua, uma vez que a inscrição se trata de um aditamento diacrónico que se sobrepõe à decoração do escudo. Propomos a seguinte hipótese de leitura (Santos, Sousa, Pires, Fonte, & Seco, 2014: 449-450), tratando-se, segundo a nossa proposta, de uma inscrição funerária, sendo que a última linha é precisamente a que se encontra mais afectada pela erosão:

Sal[i]qus/ Aulo/ si[t]u es[t]/ c(uravit) p(onendum) a(nimo libens).

Granito; l.1: 8; l.2: 6; l.3: 7-8 cm.

³⁹ O trabalho de documentação tridimensional dos guerreiros do Lesenho foi realizado por João Fonte, Patricia Mañana-Borrazás e Yolanda Seoane-Veiga, do Incipit-CSIC, com o apoio da Câmara Municipal de Boticas, a quem agradecemos. Os modelos 3D, bem como as suas especificações, produzidos para ambos os escudos podem ser consultados aqui através de pdf's 3D: <http://digital.csic.es/handle/10261/40284>; <http://digital.csic.es/handle/10261/40300>.

Ou seja, teríamos, *Saliquis*, filho de *Aulo*, aqui está (sepultado), (o monumento/lápide) foi colocada de boa vontade, sendo que o dedicante encontrar-se-ia anónimo.

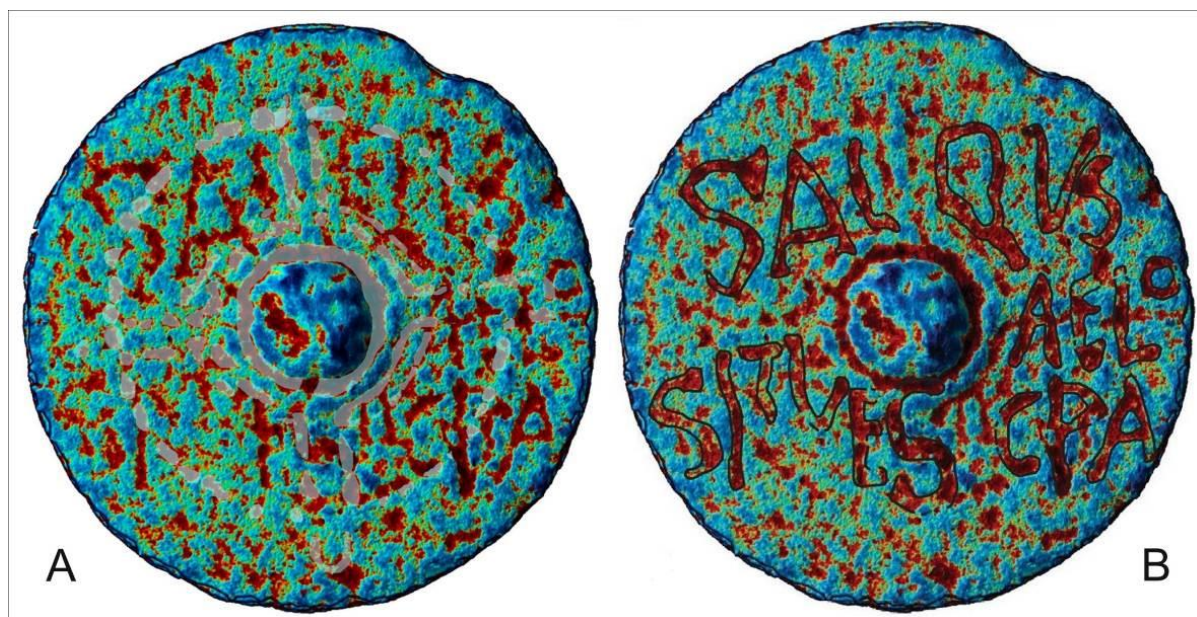


Figura 212: Máscara aplicada sobre o MRM policromático onde se ressalta a decoração prévia (A) e a inscrição latina sobreposta (B).



Figura 213: MDS (à esquerda) e MRM bicromático (à direita) do escudo do guerreiro do Lesenho não epigrafado.

Se esta estátua tivesse sido intencionalmente projectada para receber uma inscrição latina, seria de esperar que tivesse sido devidamente preparado e acondicionado um campo epigráfico para o efeito (Rodríguez-Corral 2013, 2013a). Contudo, este não parece ter sido o caso, uma vez que não existe um claro padrão relativamente à colocação da inscrição, que se adapta ao espaço disponível, em claro contraste com a decoração

circular da *caetra*, que se encontra perfeitamente adaptada e em harmonia com a superfície do escudo (González-Ruibal, 2004a).

Vale a pena notar que, num universo de 32 estátuas de guerreiros identificadas até ao momento (Calo-Lourido, 2003), apenas 5 delas portam inscrições latinas, por isso parece bastante razoável salientar que estamos claramente a lidar com a exceção e não com a regra (Rodríguez-Corral 2013, 2013a). Alguns autores haviam já defendido a existência de estátuas pré-romanas e romanas (Schattner, 2004; Tranoy, 1988), enquanto outros (Höck, 2003; Koch, 2003) defendem claramente o uso secundário das estátuas como portadoras de inscrições, ou seja, que as estátuas de guerreiros se deverão interpretar unicamente como *terminus ante quem* para as inscrições, hipótese que não é partilhada por Redentor (2008, 2009, 2011: 220-227), que não considera que a inscrição latina use este suporte em contexto de reutilização, mesmo apesar de reconhecer que existe, no caso no Lesenho, uma sobreposição entre a inscrição latina e uma estrutura decorativa prévia. A tipologia do armamento representado nas estátuas de guerreiros abarca um período entre a segunda metade do século II a.C. e meados do I d.C. (Quesada-Sanz, 2003).

Iremos analisar brevemente as restantes estátuas epigrafadas⁴⁰, de forma a nos servirem de base comparativa para o caso que aqui abordamos do guerreiro do Lesenho (Figura 214). A estátua de S. Paio de Meixedo, que se deverá associar com a Citânia de Santa Luzia (Viana do Castelo) (Almeida, 2008: 231), tem três áreas epigrafadas: uma na área frontal ocupando parte do *sagum* logo abaixo do escudo, outra em parte do *sagum* e na perna direita e uma terceira gravada na lateral da perna esquerda. Parece-nos evidente que quando o guerreiro foi esculpido não foi pensado para portar inscrições, o que explica que as mesmas estejam distribuídas de uma forma algo estranha e em desarmonia com os restantes elementos da estátua. Se considerarmos que as inscrições eram parte de um mesmo texto de leitura sequencial, tal como refere Redentor (2008: 198), tal só reforça que foi necessário fragmentar o texto para lhe encontrar sítio. No caso da estátua de S. Julião, que apareceu na Citânia de S. Julião (Vila Verde) (Martins & Silva, 1984), o umbo está localizado entre as primeiras duas linhas de texto. O facto de a inscrição estar centrada poderá não ser significativo, pois poderá dever-se apenas à circunstância de ser um texto relativamente curto, não sendo um critério válido para estabelecer de forma

⁴⁰ A inscrição latina do guerreiro proveniente do Castro de Rubiás (Bande, Ourense), que se encontra desaparecida, foi referenciada no século XVII: “En el (castro) de Rubiás se halló poco ha una figura de hombre de piedra, desnudos los brazos, con un sayo largo hasta más arriba quatro dedos de las rodillas, ceflido con una cinta gravada, y desnudas las piernas, en las manos tiene una rodela, ó escudo redondo con una punta en medio, con el siguiente letrero: (L)adrono Veroti f(ilio).” (Castellá-Ferrer, 1610: 159).

inequívoca a coetaneidade entre texto e imagem (Rodríguez-Corral, 2013a: 81). Essa mesma característica repete-se numa inscrição moderna com a data de 1612 gravada numa estátua de guerreiro que se encontra actualmente no centro da vila de Cabeceiras de Basto (Queiroga, 2013) e, neste caso, é evidente que a mesma não é contemporânea da estátua. De forma significativa, a inscrição latina gravada sobre o guerreiro de Santa Comba, que apareceu nas imediações do Castro de Santa Comba (Cabeceiras de Basto) (Almeida, 1981, 1982; Silva, 1981: 89-90), sendo mais extensa do que a de S. Julião, é inscrita de forma forçada na parte de baixo do escudo, sendo a primeira linha do texto dividida pelo umbo (Rodríguez-Corral, 2013a: 81). Por outro lado, a superfície do escudo parece ter sido intencionalmente polida para receber a inscrição. Em nenhum destes exemplares foram detectadas até ao momento evidências concretas de uma estrutura decorativa prévia, como no caso do escudo epigrafado do Lesenho, embora consideremos que também nestes casos as inscrições latinas foram executadas em contexto de reutilização.

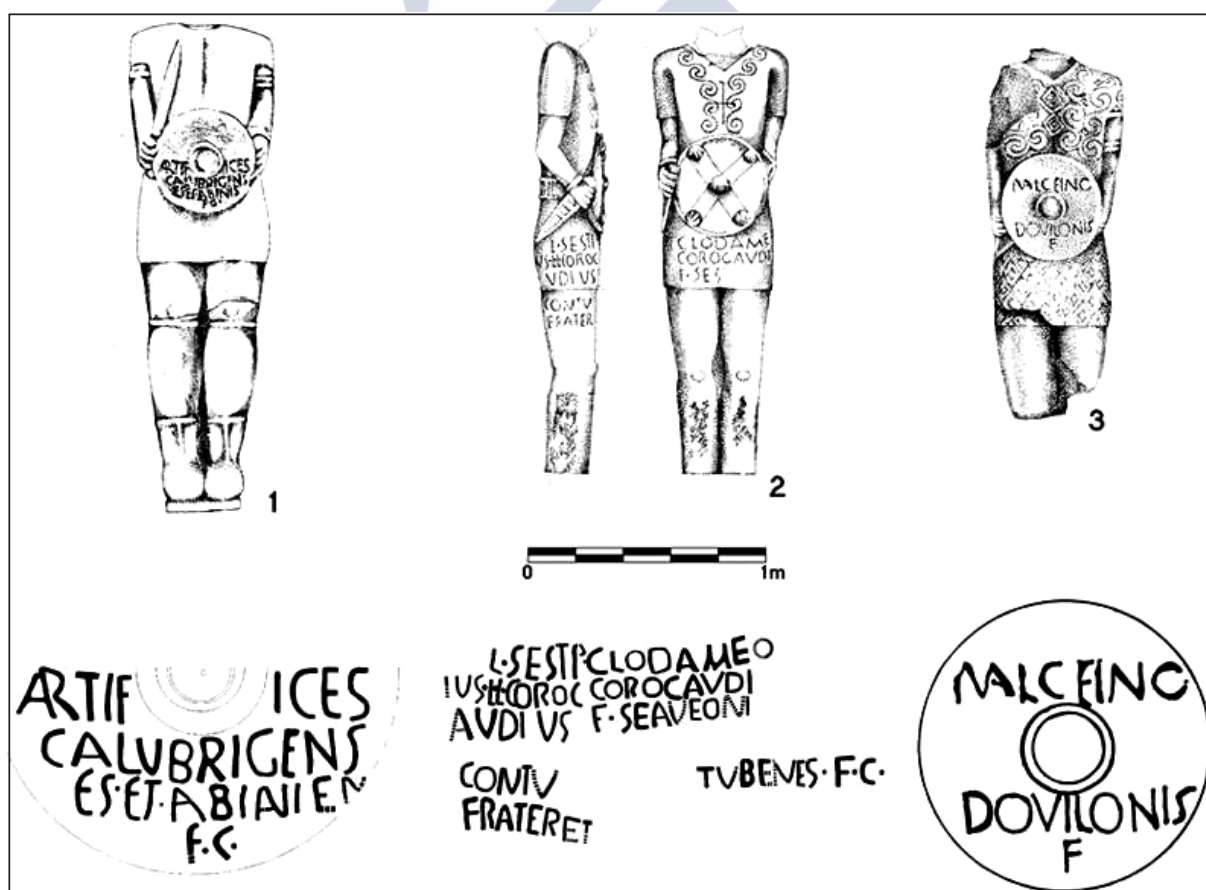


Figura 214: Estátuas de guerreiros epigrafadas: Santa Comba (1), S. Paio de Meixedo (2) e S. Julião (3) (Rodríguez-Corral, 2013a: 81, Fig. 1).

Com a gravação das epígrafes da estela do Muíño de San Pedro e do guerreiro do Lesenho, enquanto casos evidentes de reutilização, o que se pretendia era possivelmente

marcar as diferenças existentes entre determinados indivíduos indígenas e o resto da comunidade mediante a sua individualização num momento de ansiedade e de reconstituição de identidades, como foi a transição entre a Idade do Ferro e a época Romana. Para tal, recorreu-se a uma forma cultural romana, a epigrafia, que servia ainda mais para marcar e reforçar essas diferenças sociais, pois era algo que não era acessível a toda a população. No entanto, importa também realçar que ambas as inscrições foram gravadas sobre suportes carregados de memória e de simbolismo que seriam seguramente reconhecíveis para a maioria da população indígena, sendo também elementos que preteritamente estavam muito provavelmente associados à representação de antepassados mais ou menos míticos e não tanto à representação de indivíduos específicos, algo que só ocorre posteriormente com a adição das inscrições latinas a estas estátuas.

As personagens referidas nas inscrições latinas gravadas na estela do Muiño de San Pedro e no guerreiro do Lesenho, partindo do pressuposto que se relacionam com a individualização de personagens importantes, poderão tratar-se, de alguma forma, com os “*friendly kings*” referidos por alguns autores (Braund, 1984; Creighton, 2001, 2006; García-Quintela, 2002; Pitillas-Salañer, 2003; Wells, 1999), uma vez que as elites locais parecem expressar o seu estatuto social e identidade através de uma simbiose entre elementos locais e elementos romanos, num contexto cultural e social em plena negociação e mudança. Esta emergente classe aristocrática indígena converteu-se num agente principal de mudança neste processo de interacção social e cultural com o mundo Romano.

Por outro lado, o facto de a inscrição corresponder a um epitáfio coloca várias questões que merecem alguma consideração. De certa forma, uma interpretação verosímil seria que a inscrição latina estaria a converter um antepassado mítico num antepassado específico. Ou seja, as estátuas em determinadas sociedades pré-industriais raramente representam indivíduos reais conhecidos, relacionando-se antes com a representação de heróis ou antepassados míticos, com uma existência mais ou menos real num passado mais ou menos remoto, mas dotados de uma dimensão lendária por sucessivas construções de memória. Assim, estas estátuas não representariam chefes, príncipes ou guerreiros no sentido individual do termo, mas seriam antes materializações simbólicas de um grupo restrito de poder (Bettencourt, 2003b: 138). Ao adicionar-se a inscrição à estátua, o antepassado mítico converte-se numa personagem concreta, o que se relaciona com a transformação da memória ancestral e mitológica característica de sociedades tradicionais pré-estatais numa memória genealógica de estilo romano, pelo que se tratam claramente de dois momentos e contextos diferenciados. Ainda que os guerreiros galaicos se possam relacionar com a emergência de uma minoria social indígena, pensamos que, face à sua

standardização, os mesmos não se correspondem com a representação de personagens reais específicas, o que só acontece com o acrescento das inscrições latinas, num claro processo de individualização e de ressemantização destes elementos. Portanto, mais do que a passagem de uma sociedade igualitária para uma que não o é, a identificação de líderes políticos relaciona-se mais com os processos de individualização que ocorrem com o surgimento de Estados. Antes do surgimento do Estado é difícil encontrar a representação de indivíduos como tais, com nome e apelidos, mesmo que a sociedade seja hierarquizada, tal como uma sociedade de chefatura, por exemplo.

Partindo então do pressuposto, pelo menos no caso do Lesenho, de que as inscrições latinas gravadas sobre as estátuas de guerreiros são funerárias, tal como alguns autores já haviam avançado (Koch, 2003; Rodríguez-Colmenero, 2002a, 2013; Tranoy, 1981), enquanto outros as consideram honoríficas (Redentor, 2008, 2009, 2011: 220-227; Silva, 2003, 2007), e que as mesmas foram encontradas dentro dos próprios povoados, como parece ter sido o caso da estátua do Lesenho e, de forma mais evidente, da estátua de S. Julião, que apareceu dentro da segunda linha de muralha no entulho das escavações realizadas nos anos 30 do século XX (Martins & Silva, 1984), e visto que não são conhecidas, pelo menos até ao momento, necrópoles romanas no interior dos povoados, podemos considerar que a inscrição estaria a funcionar, não como epitáfio, mas como cenotáfio em memória de uma personagem socialmente importante que agora se individualiza.

F. J. González-García (2009b), baseando-se nas teorias de Sahlins relativas à relação entre acontecimento e estrutura (Sahlins, 1988), considera que a reutilização da estela do Muiño de San Pedro e, por extensão, da estátua de guerreiro do Lesenho que agora apresentamos, relacionam-se com acontecimentos idênticos que respondem a uma mesma estrutura geral em dois momentos distintos: a conversão das comunidades indígenas do Noroeste Peninsular em “sociedades com guerreiros” no Bronze Final e na Segunda Idade do Ferro, respectivamente (González-García, 2009a). As “sociedades com guerreiros”, seguindo a terminologia estabelecida por Pierre Clastres (1978, 1996), relacionam-se com a existência de elites especializadas na guerra que parecem assumir a liderança das comunidades, nomeadamente no Bronze Final e na etapa final da Idade do Ferro, enquanto nas “sociedades guerreiras” a guerra é uma importante actividade social em que todos os membros da comunidade participam sem que existam grupos de especialistas que possam acabar convertendo-se no grupo social dominante, fenómeno que seria particularmente visível na Primeira Idade do Ferro (González-García, Parcero-Oubiña, & Ayán-Vila, 2011; González-García, 2007, 2009a, 2009b). Sendo assim, não parece ter-se registado no

Noroeste Peninsular um longo processo de crescente complexidade social originando formações e identidades sociais cada vez mais assimétricas e individualizadas, registando-se antes processos de resistência e de involução social para formações sociais mais colectivas, nomeadamente na transição entre o Bronze Final e a Primeira Idade do Ferro (Armada-Pita, 2013), mas também o processo inverso de passagem de sociedades mais indivisas para formações sociais mais desiguais na transição da Primeira para a Segunda Idade do Ferro, embora com maior visibilidade no final da Idade do Ferro a partir do século II a.C. (González-García et al., 2011; Parcero-Oubiña & Criado-Boado, 2013).

Como já vimos, em época Romana estes dois elementos escultóricos reutilizam-se com a adição de inscrições latinas, num momento onde se procuram individualizar ainda mais determinadas personagens mediante a adopção de uma prática cultural forânea, a escrita e a epigrafia, sobre suportes pretéritos que se ressemantizam culturalmente, fenómeno particularmente visível em zonas rurais. Todavia, ambos acontecimentos revelam também claras diferenças entre si: temos, por um lado, as sociedades do Bronze Final que, através da representação de personagens guerreiras, procuram sinalizar o seu território, localizando as estátuas em pontos críticos, nomeadamente em zonas de mobilidade natural (Fábrega-Álvarez et al., 2011a), fora dos povoados, enquanto as sociedades da Segunda Idade do Ferro localizavam essas personagens guerreiras junto às entradas principais dos povoados, um espaço de especial relevância liminal, evidenciando o seu carácter apotropaico, ao mesmo tempo que expressa uma mensagem de poder em direcção ao exterior num contexto liminal (González-García, 2009b: 143; Alfayé & Rodríguez-Corral, 2009: 109-110). Este último aspecto comprova-se perfeitamente pela descoberta *in situ* de uns pés de guerreiro encravados nuns penedos junto à entrada principal da Citânia de Sanfins, tendo as restantes partes do guerreiro sido encontradas em contexto de reutilização no interior do complexo de grandes construções rectangulares, de possível carácter sagrado, localizado na parte mais elevada de Sanfins, juntamente com duas aras anepígrafas, o que terá acontecido em torno de meados do século I d.C. (Paço, 1968; Silva, 1981, 1999, 2003, 2007, 2012) (Figura 215).

Neste sentido, ambos elementos, estátuas-menir e estátuas de guerreiros, entendidos enquanto agentes sociais activos, contextualizam-se em dois contextos históricos e socioculturais distintos: umas sociedades do Bronze Final que ainda não estariam plenamente sedentarizadas e territorializadas, o que motivou que as estátuas estivessem disseminadas pela paisagem, embora estivessem plenamente integradas no contexto de relações entre o Mediterrâneo e o Atlântico a partir da segunda metade do II Milénio a.C. (Rodríguez-Corral, 2015), e umas sociedades da Segunda Idade do Ferro já

plenamente sedentarizadas e territorializadas, onde as estátuas se localizavam à entrada dos próprios povoados, reveladoras da agência indígena no processo de interacção cultural com o mundo romano (González-García, 2009b: 143).

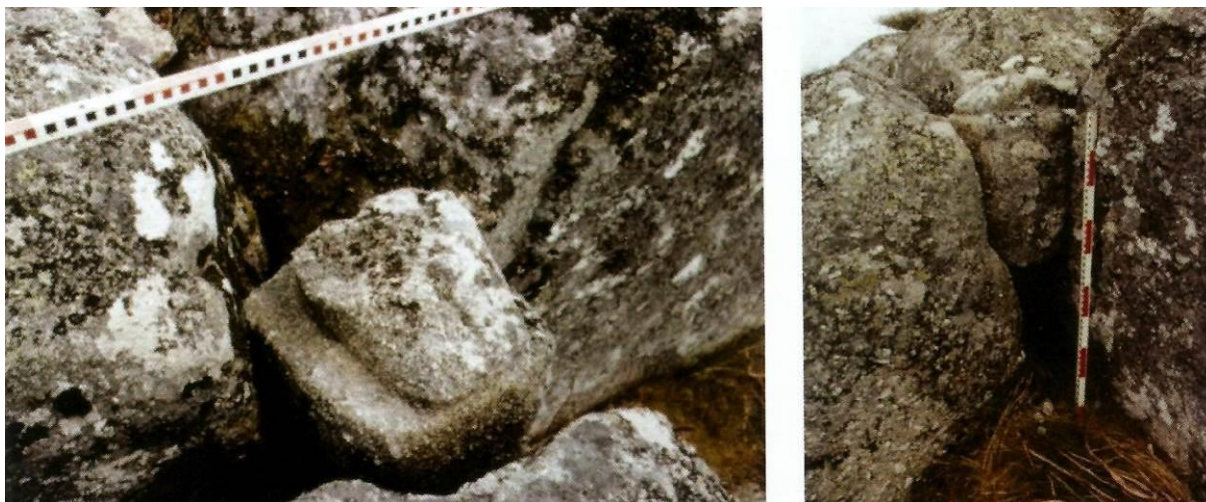


Figura 215: Pés da estátua de guerreiro da Citânia de Sanfins encontrados *in situ* (Silva, 2012: 22, Fig. 19).

Posto isto, não contemplamos a chamada arte provincial do Noroeste Peninsular como uma mera reprodução imperfeita da arte clássica (Aldhouse-Green, 2004; Noelke, 2003; Webster, 2003). Esta arte provincial, onde se inclui a estatuária guerreira, teve a sua origem no século II a.C. (González-Ruibal, 2004a), coincidindo com os primeiros contactos com Roma, embora as influências culturais não tenham que ser estritamente romanas, incorporando elementos mediterrâneos juntamente com motivos locais.

Está devidamente atestado que o surgimento de “estilos artísticos” é típico de chefaturas complexas e de sociedades mais desiguais e hierárquicas, formando parte dos seus mecanismos de construção e legitimação do poder e de diferenciação social (Earle, 2002). Está também antropologicamente comprovado que os encontros de tipo colonial podem gerar “zonas tribais”, que se tratam de áreas “continuously affected by the proximity of a state, but not under state administration” (Ferguson & Whitehead, 1992: 3), tendo em consideração que “tribes make states and states make tribes” (Whitehead, 1992: 127-150).

Neste sentido, a expansão de Roma a partir do século II a.C. pode ter estimulado e acelerado os processos de “tribalização” das sociedades indígenas do Noroeste Peninsular (González-García, 2011), dando lugar à emergência de identidades “tribais” e dos *oppida*, que representam a materialização das desigualdades sociais (González-Ruibal, 2006a). Tratou-se, como vimos, de um processo de auto-organização indígena e não de algo

imposto mas antes estimulado pelo contacto com Roma. Se fosse algo forçado e imposto por Roma, a forma e o conteúdo (neste caso a cultura material) teriam sido, muito possivelmente, diferentes e não com um carácter tão marcadamente indígena, podendo ter originado antes um processo de ruptura cultural. Trata-se de um processo bastante complexo, mas o que parece ser evidente é que as comunidades indígenas responderam de forma bastante diferenciada ao contacto com Roma e isso, pelo menos em parte, também se deveu aos particularismos históricos de cada região e aos diferentes níveis de complexidade sociopolítica das comunidades indígenas. É claramente um período de transição que implicou uma reorganização territorial, sendo que a partir de meados do século I d.C., quando a identidade imperial romana já se encontrava definitivamente assimilada pelas sociedades indígenas, deixou de fazer sentido, por exemplo, habitar em povoados fortificados, além de a cultura material mudar radicalmente.

Por outro lado, existem alguns berrões na zona da Meseta Ibérica que também portam inscrições funerárias latinas em contexto de reutilização (Figura 216), como no caso dos conhecidos *Toros de Guisando* (Figura 217) (Álvarez-Sanchís, 1999, 2009; Ruiz-Zapatero & Álvarez-Sanchís, 2008). Dentro da grande densidade de esculturas zoomórficas, apenas algumas delas portam inscrições latinas, pelo que, de novo, estamos claramente perante a excepção e não a regra, tratando-se de “piezas de talla prerromana que se reutilizaron con el dominio romano y con una función presumiblemente nueva” (Ruiz-Zapatero & Álvarez-Sanchís, 2008: 225). No seu contexto primário, estas esculturas zoomórficas são interpretadas como marcadores de pastagens, localizando-se fora dos castros e perto dos melhores terrenos de pastagens, sendo uma clara expressão de poder e de controlo sobre o território e os seus recursos críticos, em estreita relação com as elites e com os *oppida* dos *Vettones* (Álvarez-Sanchís & Ruiz-Zapatero, 1999; Álvarez-Sanchís, 1990, 1994, 1998; Ruiz-Zapatero & Álvarez-Sanchís, 2008).

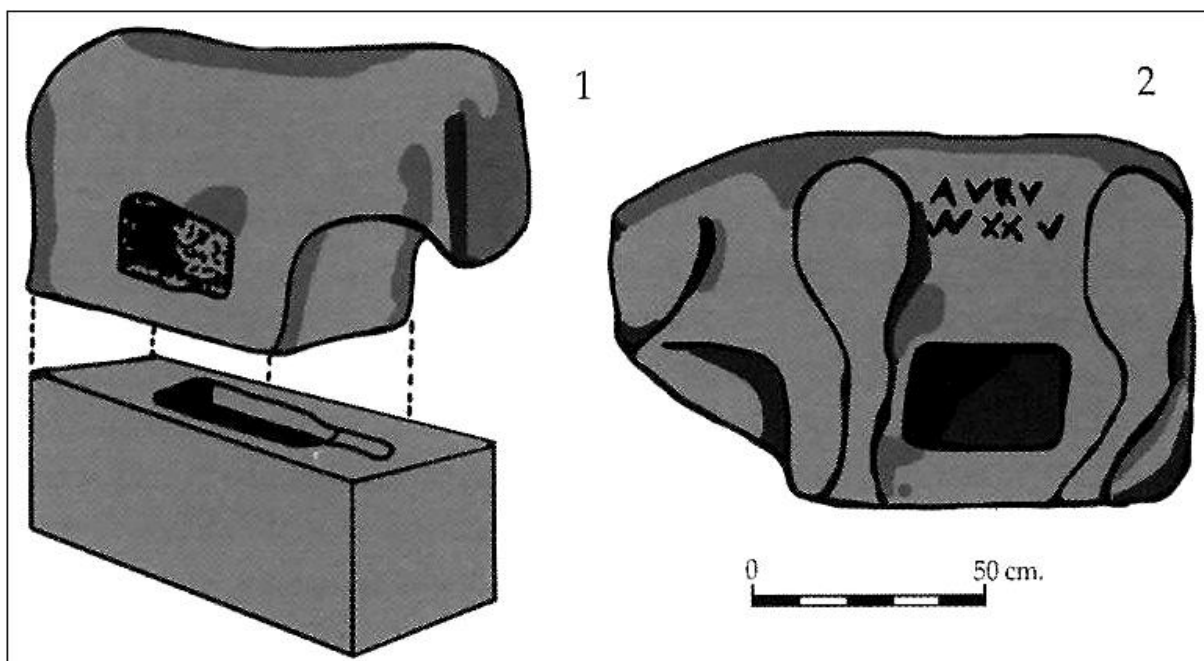


Figura 216: Reconstrução de um monumento funerário sobre o qual se levantaria a escultura zoomórfica (1) e berrão de Tornadizos (Ávila) com inscrição funerária latina (2), recontextualizados dentro de um espaço funerário romano (Ruiz-Zapatero & Álvarez-Sanchís, 2008: 224, Fig. 8).



Figura 217: *Toros de Guisando* (foto de Maria João Correia Santos).

Estes elementos corroboram o papel activo da cultura material nos processos de mudança sociocultural, resultando, por vezes, em produtos híbridos (Jiménez-Díez, 2011; Roberts, 2013), particularmente quando as bases de poder estão em plena negociação e transformação, tratando-se de um processo de mudança dialéctica, onde se recorre à tradição como uma forma de resiliência cultural à mudança, permitindo amenizar o choque cultural e o *stress* social provocados pelos contextos de contacto cultural. É

precisamente nestes contextos de contacto colonial que a biografia cultural dos objectos se altera, ocorrendo uma redefinição radical dos seus significados (Gosden & Marshall, 1999).

Como vimos, em meados do século I d.C. as estátuas de guerreiros são desactivadas do seu contexto primário, como no já mencionado caso do guerreiro de Sanfins, enquanto outras reciclam os seus significados e usos, nomeadamente através do acrescento de inscrições latinas. Os principais interlocutores neste processo de negociação social entre as comunidades indígenas e Roma foram as elites locais, que, como hipótese, se individualizariam através desta estatuária guerreira. Sintomaticamente, os guerreiros galaicos parecem estar sistematicamente associados a estes grandes povoados ou *oppida*, como a Citânia de Sanfins e o Outeiro Lesenho, enquanto verdadeiras metáforas de poder e identidade.

Na estela da Pastoria⁴¹ (Rodríguez-Colmenero 1997: 235-236, nº 237), por exemplo, ocorre um processo semelhante, embora de forma inversa (Figura 218). Neste caso, num suporte tipicamente romano, uma estela funerária, foi inscrita uma forma cultural romana, uma inscrição latina, embora se recorra a um vocabulário visual com umas claras conotações indígenas, nomeadamente através da gravação de uma rosácea hexapétala, também presente no aparato decorativo de alguns torques e braceletes aparecidos na região (Ladra, 2009) (Figura 219), além de que alguns dos antropónimos gravados são de origem indígena (*Camalus* e *Bornius*), recorrendo-se também ao C invertido como forma de se indicar a *origo*.

⁴¹ CIL II 2484: *Camalus / Borni f(ilius) • / hic situs / est annor(um) / XXX exs C Tardu(m) / frater facie(ndum) / Ael(i)us curavit.*

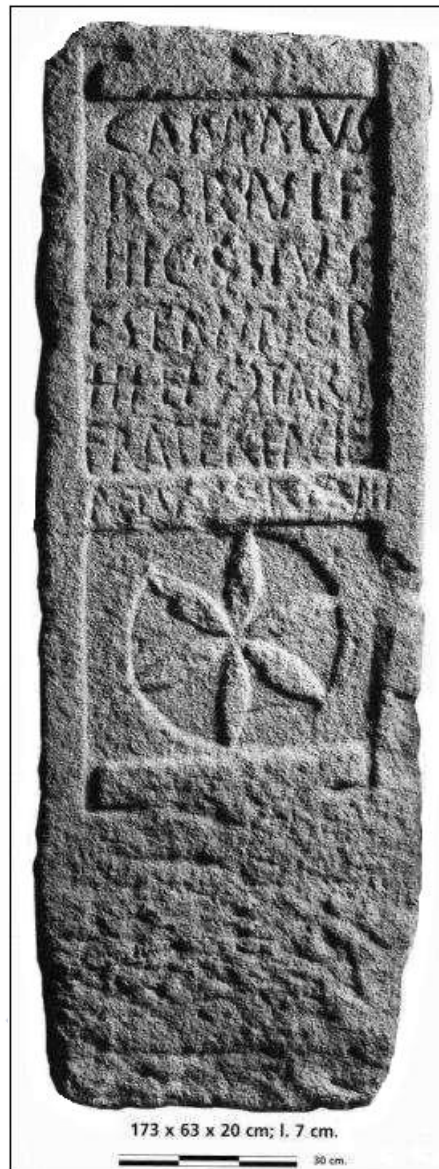


Figura 218: Estela da Pastoria (Rodríguez-Colmenero 1997a: 235-236, nº 237).



Figura 219: Pormenor da decoração do bracelete de Lebução com várias rosáceas hexapétalas gravadas (Ladra, 2009: 234, Fig. 6).

O próprio hábito epigráfico, tradicionalmente considerado como um verdadeiro elemento “romanizador”, parece que se introduz de forma gradual (González-García & Quiroga, 2010), particularmente em contexto rural, sendo que a introdução e o desenvolvimento da epigrafia está relacionada com um vocabulário pré-existente, onde alguns indivíduos pretendem marcar as suas diferenças sociais com o resto da população mediante a sua individualização, recorrendo, para tal, a formas tipicamente romanas, como a epigrafia e o suporte, para acentuar essas diferenças, mas fazendo-o recorrendo a imagens e suportes que sejam reconhecíveis e identificáveis para o resto da população (Rose, 2003), mantendo-se também muitas vezes outros elementos indígenas como a onomástica ou a *origo*.

No Castro de Carvalhelhos apareceu uma moeda de Augusto com um orifício de suspensão (Figura 220), o que poderá relacionar-se com um uso alodóxico da cultura material, ou seja, com um uso diferente do que lhe foi originalmente destinado. A época entre Augusto e Tibério parece supor uma fase de transição entre os usos alodóxicos e os usos “correctos” da cultura material importada, sendo que a partir daí as importações crescem bastante e os seus usos tornam-se cada vez mais standardizados (González-Ruibal, 2006a: 524). A informação sobre o uso adequado dos objectos passa agora a acompanhar os bens. Até aí as importações aceitavam-se pela sua afinidade relativamente às práticas culturais existentes, mais do que como novidades com o poder de alterar a acção social. A verdadeira mudança chegaria a partir do último terço do século I a.C. com a dominação efectiva do território por parte de Roma.



Figura 220: Moeda de Augusto proveniente do Castro de Carvalhelhos com orifício de suspensão (Júnior, 1964: 369, Est. IV, Fig. 7, sem escala).

Também no espaço religioso se verifica uma simbiose entre elementos indígenas e romanos, consubstanciando o denominado sincretismo religioso (Webster, 1997). Na nossa área de estudo do Alto Tâmega e Cávado, um caso afigura-se-nos como paradigmático: o Altar da Penaescrita (Vilar de Perdizes, Montalegre), onde foram encontradas nas suas proximidades duas aras, uma dedicada a Júpiter, um deus romano, e outra a *Larauco*, um deus indígena (Fontes, 1978, 1980; Rodríguez-Colmenero, 2002; Santos, 2010a, 2010b, 2010c) (Figura 221), revelador da persistência de cultos indígenas em estreita relação com as divindades romanas. O Altar da Penaescrita poderá tratar-se de um santuário rupestre de tradição indígena que foi monumentalizado em época romana, à semelhança da Fonte do Ídolo em Braga (Garrido-Elena et al., 2008; Lemos, 2002a), sendo sítios fundamentais para a construção de identidades colectivas e de reforço dos laços étnicos (Fernández-Götz & Roymans, 2015; Fernández-Götz, 2014c).

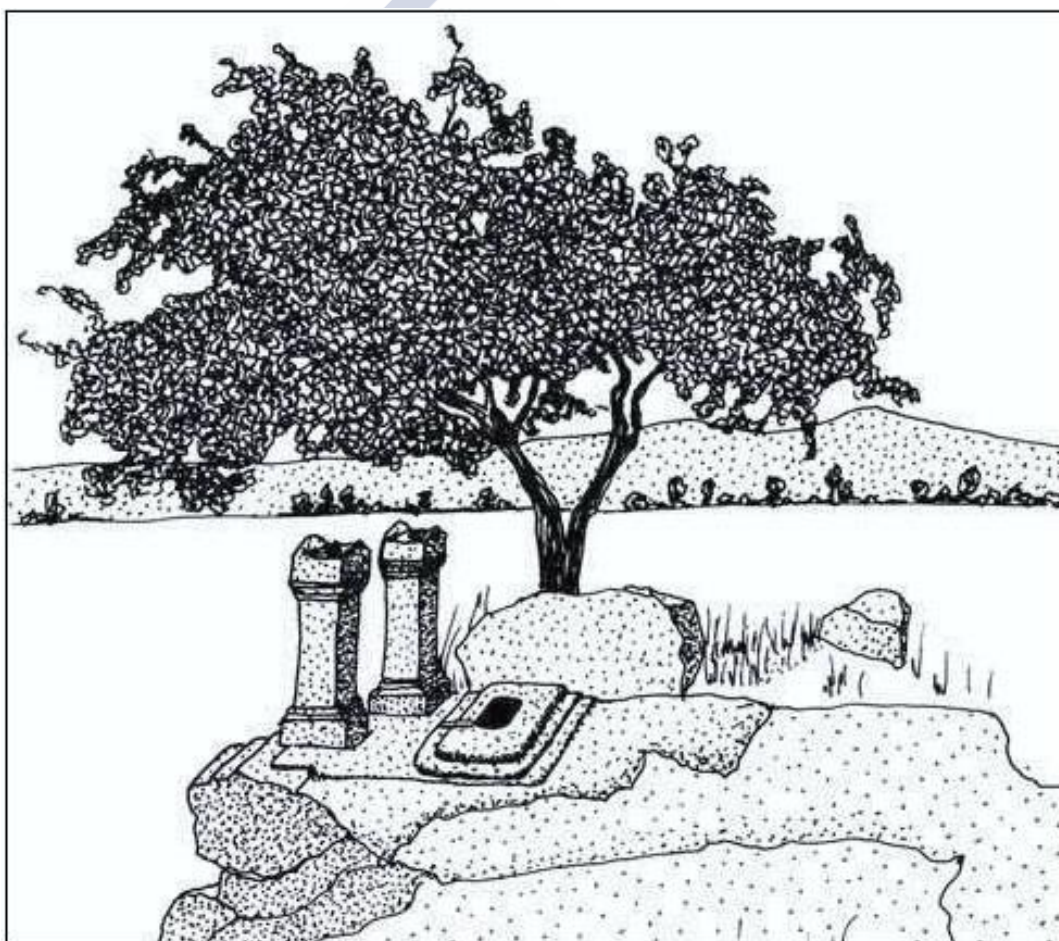


Figura 221: Proposta de reconstituição para o Altar da Penaescrita (Santos 2010c: 167, Fig. 18).



Capítulo 7 - Síntese interpretativa e perspectivas futuras

As conclusões desta tese dividem-se, necessariamente, em dois grupos principais: por um lado as de cariz histórico e, por outro, as de cariz metodológico.

7.1. Conclusões históricas

Esta investigação incidiu na análise do contexto histórico do fim da Idade do Ferro e inícios de época Romana numa área particular, o Alto Tâmega e Barroso. Esta zona tem como particularidade o facto de não partilhar os aspectos que caracterizam as zonas contemporâneas mais próximas, nomeadamente a área dos “*oppida* bracarenses”. As principais características da zona dos “*oppida* bracarense” são, de forma resumida, as seguintes:

- Desenvolvimento de um modelo de povoamento complexo, com grandes castros do tipo *oppida* e uma grande quantidade de pequenos povoados teoricamente na dependência política dos primeiros;
- Notável intensificação na ocupação do território e na exploração do mesmo, superando-se um modelo de produção puramente de subsistência e desenvolvendo-se uma economia de escala mais ampla, pelo menos a alguns níveis;
- Mudanças significativas na cultura material, com o aumento dos elementos relacionados com um comércio de longa distância e mudança nas formas da cultura material local (standardização de desenhos, multiplicação de formas, etc.);

- Desenvolvimento de modelos arquitectónicos complexos (como as denominadas casas-pátio e a própria plástica decorativa).

Todavia, a nossa zona de estudo difere destas características, ou pelo menos não as manifesta com a mesma clareza e visibilidade. O objectivo principal desta investigação passava por entender o que acontece de diferente e específico nesta área, sendo que os resultados da nossa análise nos permitem propor o seguinte:

- Zona de fronteira e de hibridização cultural pelo menos desde a Idade do Ferro, localizando-se justamente na transição entre a área dos “*oppida* bracarenses” (González-Ruibal, 2006a) e a área dos pequenos castros de Trás-os-Montes Oriental (Lemos, 1993) e Noroeste de Zamora (Esparza-Arroyo, 1987, 2011);
- Registam-se processos de intensificação económica, embora mais centrados na exploração de recursos minerais, ao invés da exploração e intensificação agrícola;
- Estruturação territorial bastante específica e desenvolvimento de formas particulares de expressão da desigualdade, que não se baseiam tanto na concentração de população e de funções nos *oppida*, mas antes num modelo como o representado pelo Outeiro Lesenho, onde se monumentaliza e individualiza o sítio de forma excessiva em direcção ao exterior como forma de se reafirmar no território perante a restante comunidade que reconhece a sua centralidade;
- O processo de centralização desta zona teria sido principalmente simbólico-religioso, não tendo ocorrido um processo de sinecismo político como nos “*oppida* bracarenses”;
- Como em outras áreas, aqui também ocorrem mudanças significativas em época Romana, embora a nossa análise sugira que não se baseiam tanto na criação de raiz de um modelo de exploração mineira do território, mas antes na transformação da escala, organização e formas de economia política dessa exploração;
- Proposta de leitura alternativa em relação ao processo de “romanização” a partir das correntes teóricas do pós-colonialismo e da arqueologia simétrica.

Já Carlos Fabião (2001: 113) havia chamado à atenção para o facto de “com demasiada frequência, os interesses da investigação compartimentam-se explicitamente - Proto-História ou Mundo Romano -, faltando justamente as abordagens aos processos de transformação em si”. Posto isto, tornou-se fundamental analisar os contextos

arqueológicos de transição, neste caso entre a Idade do Ferro e a época Romana, devendo ter-se sempre em conta a sua grande especificidade e complexidade, onde ocorrem processos de negociação social que dão muitas vezes origem a identidades híbridas que se manifestam na reutilização de diversos elementos de cultura material.

Ao longo deste trabalho analisamos vários contextos de reutilização a diferentes escalas, desde a cultura material, como vimos no caso do escudo do guerreiro mais monumental do Outeiro Lesenho, onde uma inscrição funerária latina foi adicionada sobre uma estrutura decorativa prévia, passando por sítios arqueológicos, como o Castro de Sapelos, onde um povoado fortificado da Idade do Ferro se reocupou, muito possivelmente, com a edificação de um assentamento militar romano, ou mesmo a cidade romana de *Aquae Flaviae*, que, aparentemente, se instalou num sítio com uma marcada memória e simbolismo pretérito, e até paisagens, uma vez que zonas anteriormente ocupadas e exploradas pelas comunidades indígenas são agora incorporadas ao império romano, sobretudo a partir de meados do século I d.C. com a consolidação da exploração massiva e sistemática dos recursos minerais metálicos.

O “*becoming roman*” tratou-se de um passo prévio e fundamental do “*being roman*”, onde a liberdade de criar identidades híbridas através da cultura material acaba por dar origem, em última instância, à assimilação da identidade imperial romana por parte das sociedades indígenas, tratando-se certamente de um processo de resiliência cultural à mudança social. Consideramos que as populações locais utilizaram tanto elementos nativos como romanos na criação de um processo em que os novos itens culturais são obtidos por meio da atribuição de novas funções a outras já existentes. Assim, assistimos à criação dinâmica de novas identidades culturais híbridas, uma expressão do meio através do qual as comunidades locais nesta região negociaram a sua integração no Estado romano.

O estímulo da presença romana a partir de finais do século II a.C. poderá ter dado lugar a um processo de auto-organização indígena face à crescente demanda de matérias-primas, notando-se no Noroeste Peninsular uma resposta diferenciada a este contacto, que se deverá entender em face à acção desigual de Roma, mas também em relação aos diferentes particularismos históricos regionais que resultaram em diferentes graus de complexidade sociopolítica por parte das sociedades indígenas. Assim, a presença de Roma, juntamente com as dinâmicas endógenas das comunidades indígenas, catalisaram um processo de estatalização que se materializou na construção dos denominados *oppida*.

De forma simplista, podemos considerar que a maior complexidade social das comunidades da parte Meridional do Noroeste Peninsular facilitou a sua rápida assimilação,

pelo que a “romanização” não se limitou a um processo unidireccional e excessivamente agressivo, embora a violência, real ou simbólica, também fizesse parte desse processo (Roymans & Fernández-Götz, 2015), mas também a interacção e a negociação social, dependentes tanto da acção política de Roma como também da estrutura sociopolítica indígena, o que poderá ter motivado processos e respostas diferenciadas. Não podemos negar a conquista militar e a subjugação ao conquistador, da mesma forma que não podemos obviar os distintos ritmos do processo de interacção cultural entre o mundo romano e o indígena, bem como a capacidade de acção deste último para conformar a sua própria forma de “ser romano”. Tratou-se, assim, de um complexo processo de transformação histórica que ocorreu na região desde o final do século II a.C. e que se acentuou a partir da organização provincial.

No que refere ao Alto Tâmega e Cávado, trata-se de uma região com uma marcada especificidade, apesar de se encontrar numa zona de transição cultural entre a Meseta e a fachada Atlântica, recebendo influências culturais de ambas áreas. Propomos que o Outeiro Lesenho se tenha tratado, na transição entre a Idade do Ferro e a época Romana, do centro político desta região, delimitada naturalmente por uma série de cadeias montanhosas, a saber: a ocidente as serras do Gerês e da Cabreira, a norte a serra do Larouco, a sul a serra do Alvão e a oriente a serra da Padrela. Neste sítio residiria uma minoria social, muito possivelmente uma elite, que se faria representar através da construção monumental e da arquitecturização de um monumento selvagem, estando a restante população disseminada pelo território, embora de forma plenamente organizada, no contexto de uma complexa economia política, sustentada, em particular, no aproveitamento dos recursos minerais metálicos. Existiam pequenos castros, como o de Carvalhelhos, que apresentam uma localização bastante particular na paisagem, normalmente em meandros de rios e em vales encaixados, em zonas onde abundam os recursos minerais metálicos, sobretudo de estanho e ouro, estando aparentemente especializados nesta actividade produtiva, embora seguramente não de forma exclusiva, ao passo que outros povoados controlariam zonas concretas deste território, nomeadamente zonas onde se localizam povoados do tipo anterior, possuindo sistematicamente intervisibilidade com o Outeiro Lesenho, tal como vimos no caso concreto do Castro do Pedrário.

Até agora os estudos sobre as paisagens mineiras têm incidido sempre na dominação romana. Neste estudo tentamos demonstrar que esta paisagem mineira se começou a formar em época pré-romana a partir de padrões locais de organização espacial, tendo-se seguramente transformado a partir de época romana.

Em face dos dados disponíveis, podemos localizar temporalmente este processo entre finais do século II a.C. e inícios do I d.C., pelo que foi seguramente contemporâneo, pelo menos a partir de meados/finais do século I a.C., com a presença militar romana, que poderá mesmo ter implicado a participação de *auxilia* indígenas, presença esta que relacionamos com um primeiro momento de organização, controlo e exploração do território. O que ainda falta clarificar devidamente é a relação entre o exército romano e as comunidades indígenas, sendo que muito possivelmente esta relação seria sancionada através do estabelecimento de pactos. Estes pactos seriam reflexo das relações de poder entre o império romano e as sociedades indígenas, mas, pelo menos na parte Meridional do Noroeste Peninsular, visavam antes a consolidação, e não a criação, de um grupo local dominante que viabilizasse a dominação e exploração imperial. Este grupo local dominante representava-se socialmente através da estatutária guerreira.

A partir de meados do século I d.C., quando a identidade imperial romana já se encontrava definitivamente assimilada pelas comunidades indígenas, tudo se altera definitivamente, criando-se novas centralidades territoriais que dão origem à construção de uma nova paisagem provincial romana, composta por uma complexa rede viária, zonas mineiras perfeitamente organizadas e delimitadas, aglomerados principais e secundários, a par de uma extensa rede de novos assentamentos abertos, na sua larga maioria em zonas de vale, próximos dos eixos viários e dos melhores solos agrícolas e recursos mineiros.

7.2. Conclusões metodológicas

As principais contribuições metodológicas desta tese estão relacionadas com a aplicação de novas ferramentas e tecnologias geoespaciais, nomeadamente para a caracterização e análise dos sítios e paisagens arqueológicas em estudo, bem como para a resolução de problemáticas históricas concretas.

As tecnologias geoespaciais são, hoje em dia, fundamentais para a análise do registo arqueológico, que tem uma eminente dimensão espacial. Em qualquer estudo de povoamento já é recorrente o uso deste tipo de tecnologias, particularmente dos SIG's. Cabe destacar o potencial das técnicas de detecção remota, em particular da fotogrametria e do LiDAR, na investigação arqueológica. Estas permitem-nos localizar, identificar, documentar, mapear, investigar e, inclusivamente, proteger e gerir de uma forma não-invasiva o registo arqueológico, desde um objecto até uma paisagem arqueológica. Todavia, é importante fazer uso destas tecnologias de uma forma crítica e reflexiva, não porque a sua utilização “está de moda” ou porque os *outputs* gerados são

visualmente atractivos, mas porque nos permitem interagir com o registo arqueológico de uma forma diferente mas complementar aos processos de trabalho arqueológico mais convencionais, fundamentada em sólidas perguntas de investigação que devem ser explicitamente formuladas.

Consideramos que a metodologia de análise locacional que seguimos nos permitiu uma boa aproximação às condições de localização dos sítios em estudo, embora esta análise possa seguramente ser melhorada com a inclusão de novas variáveis de análise, tanto naturais como culturais, bem como com a multiplicação das escalas de trabalho e a análise comparativa de novos casos de estudo.

Por outro lado, e como tentamos demonstrar ao longo deste trabalho, consideramos fundamental haver um cruzamento entre o trabalho realizado com recurso às tecnologias geoespaciais e o registo arqueológico disponível, de forma a melhorarmos e tornarmos mais robustos os nossos modelos interpretativos históricos.

7.3. Limitações e perspectivas futuras

Ao longo desta investigação identificaram-se várias limitações que, de certa forma, condicionaram todo o processo de investigação, bem como os resultados finais.

Um dos aspectos que, desde logo, limita um trabalho deste tipo relaciona-se com a quantidade e qualidade de dados arqueológicos disponíveis. Para a nossa zona de estudo, a informação arqueológica disponível era bastante escassa. Existem até ao momento poucas escavações arqueológicas em contextos de finais da Idade do Ferro e inícios de época Romana, com algumas claras excepções, como o Castro de Carvalhelhos, mas que, pelo facto de se tratar de uma escavação antiga, apenas conseguimos extrair informação parcelar, ainda que bastante útil e interessante, tal como já foi devidamente apresentado e discutido.

Outro aspecto claramente determinante para os estudos de Arqueologia da Paisagem que se entrecruzam com a aplicação de tecnologias geoespaciais, relaciona-se com a disponibilidade de informação geográfica. Como estamos a trabalhar numa região raiana, estamos conscientes da gritante diferença entre a quantidade e qualidade de informação geográfica disponível para a Galiza e para o Norte de Portugal, saindo claramente a perder a região portuguesa. Toda a informação geográfica na Galiza e, por extensão, em Espanha, é de acesso livre e gratuito, de diferentes tipos, escalas e formatos, ao invés do que ocorre em Portugal, onde o acesso à informação geográfica é bastante limitado, sendo que

apenas recentemente alguma dela começou a ser disponibilizada através de serviços de *web-mapping*, que, na maior parte das vezes, não permite a sua descarga directa.

Relativamente às perspectivas futuras, pretendemos continuar a desenvolver e a ampliar o estudo das paisagens arqueológicas de transição de uma forma cada vez mais interdisciplinar, multi-escala e comparativa, incluindo outros contextos históricos de análise. Em concreto, consideramos de particular interesse aprofundar a compreensão dos complexos processos de interacção entre o exército romano e as comunidades indígenas, que apenas abordamos de forma bastante genérica e parcelar neste trabalho de investigação, dada a dificuldade de localização e de identificação segura de contextos militares romanos, que se podem materializar de diversas formas, desde sítios de nova planta até à reocupação de povoados indígenas.

Queremos também aprofundar a análise de novos casos de reutilização da cultura material, enquanto materializações de complexos processos de contacto colonial, que dão origem a contextos de resiliência e de hibridização cultural, como alguns dos que abordamos nesta dissertação.

Novas questões, velhas interrogações....



Interpretative synthesis and future perspectives

The conclusions of this thesis are necessarily divided in two main groups: in one hand, the historical and in the other, the methodological.

Historical Conclusions

Our research focused on the analysis of the historical context of the Late Iron Age-Roman transition in a particular area, the Upper Tâmega and Cávado. This is a very particular region, not sharing features with other areas, especially the area of the '*bracarensis oppida*', during contemporaneous periods. Main characteristics of the latter are:

- Development of a complex model of settlement pattern, with great *castros* or *oppida* and a high number of other smaller settlements theoretically dependant on the first ones;
- Outstanding intensification of territorial occupation and exploitation, overcoming a production model purely based on subsistence and the development of a wider economic scale;
- Significant changes in material culture, with an increasing number of elements related to long distance trade as well as local materials (standardization of designs, multiplication of forms, etc.);
- Development of complex architectonical models (such as de so-called *courtyard-houses* and the decorative plasticity itself).

The study area contemplated in this study presents different characteristics to those mentioned above, or at least these are not clearly manifested in the archaeological record and therefore less visible.

Having as a main objective of this investigation the understanding of the differences and specificities of this region in this transitional period, the results of our analysis suggest the following:

- It is an zone cultural hybridization at least since the Iron Age, being located in the transition of the '*bracarensis oppida*' area of influence (González-Ruibal, 2006a), the one of the small hillforts of Trás-os-Montes Oriental (Lemos, 1993) and the northwest of Zamora (Esparza-Arroyo, 1987, 2011);
- Specific territorial structure and development of particular forms of expression of inequality. These are not merely based on the concentration of population and functions in the *oppida*, but rather in a model such as that represented by Outeiro Lesenho, in which the site is monumentalized and individualized in an excessive way towards the exterior, as a means of re-affirmation of the territory before the rest of the community;
- The centralization process of this area would have been mainly social and religious-symbolic, instead of mainly political;
- As with other regions, many significant changes occur here during the Roman period. However, our analysis suggests that these are not based so much in a territorial model of mining exploitation, rather a transformation of the scale, organization and forms of the political economy of such exploitation;
- Proposed alternative reading of the "Romanization" process from post-colonialism and symmetrical archaeology theoretical paradigms.

Previously, Carlos Fabião (2001: 113) emphasized the fact that "very often, the interests of research explicitly compartmentalize themselves - Proto-History or Roman World -, being absent exactly the approaches to the transformation processes

themselves”⁴². It is fundamental to analyse the archaeological contexts of transition, in this case between the Iron Age and the Roman period, considering its great specificities and complexity. This is when processes of social negotiation occur, often originating hybrid identities that are manifested through the re-use of numerous elements of material culture.

Throughout this volume we analysed several contexts of reutilization at different scales. Some examples from material culture are the case of the carved shield of the most monumental warrior-statue from Outeiro Lesenho, to which a funerary Latin inscription was added over a previous decoration; archaeological sites such as Castro de Sapelos, where an Iron Age hillfort was re-occupied, very possibly, with the construction of a roman military settlement; the roman city of *Aquae Flaviae* that, apparently, was built on an area marked with a strong past memory and symbolism. But also landscapes, since the region previously occupied and exploited by indigenous communities were then incorporated within the Roman Empire, in particular after the first century AD with the consolidation of massive and systematic exploitation of metal mineral ores.

The “becoming roman” was a fundamental and previous step to the “being roman”, in which the freedom to create hybrid identities through material culture ultimately originates the assimilation of the roman imperial identity by the indigenous communities. This was certainly a process of cultural resilience and social change. We consider that the local populations used both native and roman elements in the creation of a process in which the new cultural items are obtained through the attribution of new functions to already existent others. We are looking at the dynamic creation of new cultural hybrid identities, an expression of the way through which local communities in this region negotiate their integration within the Roman State.

The stimuli of the roman presence from the end of the second century BC may have originated a process of indigenous self-organization due to the increasing demand of raw materials. The northwest Iberia reacted differently to this contact due to the uneven action of Rome. Furthermore, it was also influenced by regional historical specificities that resulted in different levels of indigenous social and political complexity. The presence of Rome, along with the endogenous dynamics of the indigenous communities triggered a process of centralization materialized in the construction of the so-called *oppida*.

⁴² Free translation from Portuguese: “com demasiada frequência, os interesses da investigação compartimentam-se explicitamente - Proto-História ou Mundo Romano -, faltando justamente as abordagens aos processos de transformação em si”.

From a simple perspective we can consider that because they were more socially complex, the communities of the meridional region of northwest Iberia were more easily assimilated. "Romanization" was not simply a unidirectional and excessively aggressive process, and although violence - real or symbolic - was a part of it (Roymans & Fernández-Götz, 2015), it was also composed of interaction and social negotiation, dependent both of the Roman political action as well as the indigenous socio-political structure, which may have motivated different processes and responses. We cannot deny the military conquest and the subjugation to the conqueror, as we cannot ignore the distinct rhythms of the process of cultural interaction between the Roman world and the natives, and the latter's agency to conform their own version of "being Roman". In fact, it was a complex process of historical transformation that occurred in the region since the end of the second century BC and that was accentuated after the provincial organization.

The Alto Tâmega and Cávado region is a very particular region, even though it is located in an area of cultural transition between the Iberian Plateau and the Atlantic Façade, taking in cultural influences from both zones. We suggest that the Outeiro Lesenho was, during the transition from Iron Age to Roman period, the political and religious center of this region, naturally delimited by a number of mountain ranges: the western mountains of Serra do Gerês and Cabreira, to the north Serra do Larouco, to the south Serra do Alvão and to the east Serra da Padrela. A social minority, probably an elite, would reside in this site, representing its power through monumental construction and architecting of a wild monument. The rest of the population would be scattered along the territory, although in an organized way, in the context of a complex political economy, sustained in particular by the exploitation of metal mineral resources. Small hillforts, such as Carvalhelhos, have a very particular location in the landscape, normally associated with meanders of rivers and narrow valleys, and would be specialized in this productive activity, although not exclusively. Other settlements would control specific areas of territory, namely where hillforts such as Carvalhelhos were located, being systematically intervisible with Outeiro Lesenho. This is the case of Castro do Pedrário.

Until now studies of mining landscapes have always been influenced by the Roman dominance. In this study we demonstrate that the mining landscape began to form in pre-Roman period, emerging from local patterns of spatial organization that were later transformed in Roman period.

Based on available data it is possible to locate this process between the second century BC and the beginning of the first century AD, having been contemporaneous, at least from the middle/final stages of the first century BC, with military roman presence in

the territory. This may have implied the participation of indigenous *auxilia*, a presence that we relate to a first moment of organization, control and exploitation of the territory. What is still yet to clarify is the relationship between the roman army and the indigenous communities, since this connection was possibly sanctioned through the establishment of pacts, a reflexion of the power relationships between the Roman Empire and the indigenous societies. However, at least in the meridional part of northwest Iberia, these concerned the consolidation, and not creation, of a dominant local group that enabled the imperial dominion and exploitation. The warrior statues would socially represent this dominant social group.

From the first century AD onwards, when the roman imperial identity was definitely assimilated by the indigenous communities, everything else changed as well. New territorial centralities are created, articulated with a complex network of roads, along with organized and well-delimited mining areas as well as primary and secondary urban centers, conforming this provincial landscape. The majority of these new settlements are located in valleys, in close proximity to roads and neighbouring the best soils for agriculture practice and mining resources.

Methodological Conclusions

The main methodological contributions of this thesis relate to the application of new geospatial technological tools, namely used to characterize and analyse the archaeological sites and landscapes, as well as contribute to the resolution of specific historical problematics.

Nowadays, geospatial technologies are fundamental to analyse the archaeological record that bears in itself an eminent spatial dimension. Technologies such as these, and in particular GIS, are now recurrent in a number of settlement patterning studies. It is, however, necessary to highlight the potential of remote sensing techniques, in particular photogrammetry and LiDAR, as a contribute to the archaeological research. These methods allow us to locate, identify, record, map, investigate and namely, protect and manage the archaeological record in a non-intrusive way, from a single artefact to a whole landscape. However, it is important to use these technologies in a critical and premeditated way, not because using them is “in fashion” or because of the attractive *outputs* generated, but because they allow a different interaction with the archaeological record than that of

conventional methodologies. Their use should be underpinned by solid research questions explicitly formulated and developed.

We consider that the methodology of locational analysis used in this thesis allowed a good estimate of the location conditions of our study objects, although the analysis can be improved in the future, with the introduction of new analytical natural and cultural variables. This can also be achieved with the multiplication of scales of analyses and comparative approaches with other case studies.

In the other hand, we believe the intersection between the results obtained through the analyses made with geospatial technologies and the available archaeological record to be fundamental, contributing to better and more robust historical interpretative models.

Limitations and Future Perspectives

Throughout this investigation a number of limitations, that conditioned the research process and subsequent results, were identified.

An aspect that, from the beginning, limits a project of this type is the quantity and quality of the available archaeological data. For our study area, the available data is rather scarce. There are few archaeological excavations with contexts from the Late Iron Age and beginning of Roman period. Exceptions include Castro de Carvalhelhos, excavated decades ago. For this reason, we were only able to access a small part of the data, notwithstanding it being very interesting and useful, as mentioned previously.

Another determinant aspect for landscape archaeology studies that use geospatial technologies relate to the available geographical data. Working in an area of political borders, we are aware of the difference in quality and quantity of the geographical data between Galicia and Portugal, the latter being in need of improvement. All the geographic data of Galicia, and the rest of Spain, of different types, scales and formats, is of free access. On the contrary, in Portugal the free access to geographic data is very limited and only recently a part was made available through the *web-mapping* services, although most of the times not allowing downloads.

Regarding future perspectives, we intend to continue to develop and widen the study of transition archaeological landscapes in a more interdisciplinary, multi-scalar and comparative manner, including the analysis of other historical contexts. We specifically

consider of interest to deepen our understanding of complex processes of interaction between the roman army and the indigenous communities, only generically approached in this thesis. This is due to the difficulty in the accurate identification of military roman contexts that can be materialized in a number of ways, from sites with new plans to the re-occupation of indigenous settlements.

We also intend to explore the analysis of new cases of material culture reutilization, as examples of the materialization of complex processes of colonial contact. These originate contexts of resilience and cultural hybridization, like some of the ones investigated in this dissertation.

New questions, old problems...





Referências

- Aboal-Fernández, R., Ayán-Vila, X., & Prieto-Martínez, M. P. (2003). El área arqueológica de O Peto (Vedra, A Coruña, Galicia): ¿posible explotación minerometalúrgica prerromana? *Era-Arqueologia*, 5, 105-123.
- Acuña-Castroviejo, F. (1996). Urbanismo castrejo no Noroeste Peninsular. In C. F. Ochoa (Ed.), *Los Finisterres Atlánticos en la Antigüedad: época pré-Romana e Romana* (pp. 45-48). Gijón: Electa.
- Agricola, G. (1556). *De Re Metallica* (translated from the first Latin edition of 1556 by Herbert Clark Hoover and Lou Henry Hoover in 1950). New York: Dover Publications, Inc. Retrieved from <http://www.gutenberg.org/files/38015/38015-h/38015-h.htm>
- Alarcão, J. (1992). A evolução da Cultura Castreja. *Conimbriga*, 31, 39-71.
- Alarcão, J. (2004). Sobre Caladunum e a via de Bracara Augusta a Aquae Flaviae. In C. Auliard & L. Bodiou (Eds.), *Au Jardin des Hespérides. Histoire, société et épigraphie des mondes anciens. Mélanges offerts à Alain Tranoy* (pp. 437-456). Rennes: Presses Universitaires.
- Albaladejo-Vivero, M. (2012). *Léxico de Topónimos y Etnónimos del Noroeste de la Península Ibérica en la Antigüedad*. Madrid: CSIC.
- Aldhouse-Green, M. (2004). *An archaeology of images. Iconology and cosmology in Iron Age and Roman Europe*. London: Routledge.
- Alfayé, S., & Rodríguez-Corral, J. (2009). Espacios liminales y prácticas rituales en el Noroeste Peninsular. *Acta Palaeohispanica X, Palaeohispanica*, 9, 107-111.
- Almeida, A. (2005). O culto a Dea Sancta no Castro de S. Lourenço e a produção de sal no litoral de Esposende. In *I Seminário Internacional sobre o sal português* (pp. 171-178). Porto: Instituto de História Moderna da Universidade do Porto.
- Almeida, C. A. B. de. (1990). *Proto-história e romanização da bacia inferior do Lima*. Viana do Castelo: Estudos Regionais, 7/8.
- Almeida, C. A. B. de. (2000). *A Arqueologia Proto-Histórica e Romana do concelho de Vila Nova de Cerveira*. Vila Nova de Cerveira: Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira.
- Almeida, C. A. B. de. (2003a). Alterações no povoamento indígena no início da romanização. Ponto da situação no Conventus Bracaraugustanus. *Boletín Auriense*, 33, 77-94.
- Almeida, C. A. B. de. (2003b). *Povoamento Romano no Litoral Minhoto entre o Cávado e o Minho*.
- Almeida, C. A. B. de. (2005). A exploração do sal na costa portuguesa a Norte do Rio Ave: da Antiguidade Clássica à Baixa Idade Média. In *I Seminário Internacional sobre o sal português* (pp. 137-170). Porto: Instituto de História Moderna da Universidade do Porto.
- Almeida, C. A. B. de. (2008). *Sítios que fazem História: Arqueologia do Concelho de Viana do Castelo, I - Da Pré-História à Romanização*. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo.

- Almeida, C. A. B. de, & Soeiro, T. (1980). Sondagens nos castros de Abade do Neiva e Roriz (Barcelos 1978). In *Actas do Colóquio de Arqueologia do Noroeste Peninsular* (pp. 29-36). Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.
- Almeida, C. A. F. de. (1973). Aspectos da mineração romana de ouro em Jales e Trêsmatas (Trás-os-Montes). In *XII Congresso Nacional de Arqueologia* (pp. 553-562). Zaragoza: Universidad de Zaragoza.
- Almeida, C. A. F. de. (1974). Influências Meridionais na Cultura Castreja. *Revista Da Faculdade de Letras Da Universidade Do Porto, Série História*, 4-5, 197-208. Retrieved from <http://hdl.handle.net/10216/10745>
- Almeida, C. A. F. de. (1981). Nova estátua de guerreiro galaico-minhoto (Refojos de Basto). *Arqueologia*, 3, 111-116.
- Almeida, C. A. F. de. (1982). Uma carta a propósito da estátua de guerreiro Refojos de Basto: resposta. *Arqueologia*, 5, 82-84.
- Almeida, C. A. F. de. (1983). Cultura Castreja. Evolução e problemática. *Arqueologia*, 8, 70-74.
- Álvarez-González, Y., López-González, L., & López-Marcos, M. (2009). La ocupación del espacio común y privado en la Citania de San Cibrán de Lás. *Revista Aquae Flaviae*, 41, 195-208.
- Álvarez-Sanchís, J. (1990). Los «verracos» del Valle del Amblés (Ávila): del análisis espacial a la interpretación socio-económica. *Trabajos de Prehistoria*, 47, 201-233.
- Álvarez-Sanchís, J. (1994). Zoomorphic Iron Age Sculpture in Western Iberia: Symbols of Social and Cultural Identity?. *Proceedings of the Prehistoric Society*, 60, 403-416. doi:10.1017/S0079497X00003492
- Álvarez-Sanchís, J. (1998). Verracos, vettones y espacios sociales: Arqueología del Paisaje en la Edad del Hierro. *Arqueología Espacial*, 19-20, 609-631.
- Álvarez-Sanchís, J. (1999). *Los Vettones*. Madrid: Real Academia de la Historia, Bibliotheca Archaeologica Hispana 1.
- Álvarez-Sanchís, J. (2000). The Iron Age in Western Spain (800 BC-AD 50): An Overview. *Oxford Journal of Archaeology*, 19(1), 65-89. doi:10.1111/1468-0092.00100
- Álvarez-Sanchís, J. (2009). Expresiones de identidad: las comunidades prerromanas de la Meseta. *Arqueología Espacial: Identidades, Homenaje a M.^a Dolores Fernández-Posse*, 27, 145-156.
- Álvarez-Sanchís, J. (2011). Ciudades vettonas. *Complutum*, 22(2), 147-183. Retrieved from <http://revistas.ucm.es/index.php/CMPL/article/view/37730>
- Álvarez-Sanchís, J., & Ruiz-Zapatero, G. (1999). Paisajes de la Edad del Hierro: Pastos, ganado y esculturas en el Valle de Amblés (Ávila). In P. Bueno-Ramírez & R. de Balbín-Behrmann (Eds.), *II Congreso de Arqueología Peninsular (Zamora 1996)* (pp. 313-323). Zamora: Fundación Rei Afonso Henriques.
- Alves, L., Araújo, M. F., & Soares, A. M. (2002). Estudo de um torques proveniente do Noroeste Peninsular - aplicação de métodos instrumentais de análise química não destrutivos. *O Arqueólogo Português*, 20, 115-134.
- Alves, L., & Reis, M. (2009). No limiar das "Artes"? - Questões em torno da permeabilidade de fronteiras temporais e espaciais da arte rupestre de Trás-os-Montes Ocidental. *Revista Aquae Flaviae*, 41, 45-92.
- Alves, L., & Reis, M. (2011). Memoriais de pedra, símbolos de Identidade. Duas novas peças escultóricas de Cervos (Montalegre, Vila Real). In *Estelas e estátuas-menires: da Pré à Proto-história, Actas das IV Jornadas Raianasda Pré à Proto-história* (pp. 187-216). Sabugal: CEACUP/Sabugal+.
- Amaral, P. (1993). *O Povoamento Romano no Vale Superior do Tâmega*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto (dissertação de mestrado).
- Amaral, P. (1999). Ocupação e organização do território em torno de Aquae Flaviae. In *Actas da*

- Mesa Redonda “Emergência e desenvolvimento das cidades romanas no Norte da Península Ibérica” (pp. 109-113). Porto: Escola Profissional de Arqueologia/IPPAR.
- Argote, J. C. de. (1734). *Memorias para a Historia ecclesiastica do Arcebispado de Braga. Título I. Da Geografia do Arcebispado Primaz de Braga, e da Geografia Antiga da Provincia Bracarense. Tomo Segundo*. Lisboa.
- Argüelles-Álvarez, P. (2015). Roman exploitation and new road infrastructures in Asturia Transmontana (Asturias, Spain). In S. Roselaar (Ed.), *Processes of Cultural Change and Integration in the Roman World* (pp. 191-200). Leiden/Boston: Brill. doi:10.1163/9789004294554
- Armada-Pita, X. (2013). Big men showing off: the ideology and practice of social inequality in the Atlantic Late Bronze Age of Iberia. In M. Cruz-Berrocal, L. García-Sanjuán, & A. Gilman (Eds.), *The Prehistory of Iberia: Debating Early Social Stratification and the State* (pp. 267-291). New York: Routledge.
- Ayán-Vila, X. (2005). *Os Castros de Neixón (Boiro, A Coruña)*. Noia: Toxosoutos, Serie Keltia 30.
- Ayán-Vila, X. (2008). *Os Castros de Neixón (Boiro, A Coruña), II: de espazo natural a paisaxe cultural*. Noia: Toxosoutos, Serie Keltia 40.
- Ayán-Vila, X. (2012). *Casa, Familia y Comunidad en la Edad del Hierro del NW*. Universidade de Santiago de Compostela.
- Ayán-Vila, X., & Parcerro-Oubiña, C. (2009). Almacenamiento, unidades domésticas y comunidades en el noroeste prerromano. In R. García-Huerta & D. Rodríguez-González (Eds.), *Sistemas de almacenamiento entre los pueblos prerromanos peninsulares* (pp. 367-422). Huesca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha.
- Ayán-Vila, X., Rodríguez-Martínez, R., & González-Ruibal, A. (2012). La otra arqueología comercial del NW: ciclos de intercambio entre el Mediterráneo y el atlántico en la Protohistoria y la Antigüedad. In N. Alonso-Rodríguez, V. Álvarez-Martínez, & J. I. Jiménez-Chaparro (Eds.), *Actas del I Symposium Internacional «Gentes del Mar. Historia y arqueología en el Litoral del arco atlántico»* (pp. 3-19). Pola de Siero.
- Baptista, J. (1990). Via Prima. A Via Imperial Romana de Braga a Astorga. *Revista Aquae Flaviae*, 3, 135-182.
- Baptista, J. (1992). Ubi Caladunum et Praesidium? Duas cidades romanas em Barroso! *Revista Aquae Flaviae*, 7, 69-79.
- Barnes, T. J. (2003). The place of locational analysis: a selective and interpretive history. *Progress in Human Geography*, 27(1), 69-95. doi:10.1191/0309132503ph419oa
- Barradas, L. (1956). Vias romanas das regiões de Chaves e Bragança. *Revista de Guimarães*, 66(1-2), 159-239.
- Barreiros, F. B. (1920). Materiais para a arqueologia do concelho de Montalegre. *O Arqueólogo Português*, 1.^a Série, 24, 58-87.
- Barrett, J. (1997). Romanization: a critical comment. In D. Mattingly (Ed.), *Dialogues in Roman Imperialism: Power, discourse and discrepant experience in the Roman Empire* (pp. 51-64). Portsmouth, Rhode Island: Journal of Roman Archaeology, Supplementary Series 23.
- Barrett, J., & Ko, I. (2009). A phenomenology of landscape: A crisis in British landscape archaeology? *Journal of Social Archaeology*, 9(3), 275-294. doi:10.1177/1469605309338422
- Barroca, M. (2004). Fortificações e Povoamento no Norte de Portugal (Séc. IX a XI). *Portugalia, Nova Série*, 25, 181-204.
- Batata, C. (2009). Resultados das escavações arqueológicas de 2007 a 2008 realizadas no Complexo Mineiro Romano de Trêsmas e Jales. *Revista Aquae Flaviae*, 41, 417-431.
- Batata, C. (2010). *Relatório final do projecto arqueológico “Caracterização Arqueológica da Exploração Romana de Trêsmas” (2007-2010) e 4ª campanha de escavações (unpublished report)*. Abrantes.

- Batata, C. (2011). Novos dados sobre o Complexo Mineiro Romano de Trêsmnas e Jales. In J. Mata-Perelló, L. Torró I Abat, & M. Fuentes-Prieto (Eds.), *Actas del V Congreso Internacional sobre Minería y Metalurgia Históricas en el Sudoeste Europeo (León - 2008), Libro en homenaje a Claude Domergue* (pp. 481-490). Lleida: SEDPGYM.
- Batata, C. (2013). O Complexo Mineiro Romano de Tresminas e Jales. In *Arqueologia em Portugal. 150 anos* (pp. 785-792). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- Batata, C., Borges, N., Correia, H., & Sousa, A. (2008). *Carta arqueológica do concelho de Vila Pouca de Aguiar*. Vila Pouca de Aguiar: Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar, Ozecarus, Serviços Arqueológicos, Lda.
- Beagrie, N. (1985). Some early tin ingots, ores and slags from Western Europe. *Historical Metallurgy*, 19(2), 162-168.
- Bernardes, J. (2010). The Romanization of the extremity west of empire: mutations and persistences. In *15th International Congress of Prehistoric and Protohistoric Sciences* (pp. 47-52). Oxford: BAR International Series, 2083.
- Bernardini, F., Sgambati, A., Montagnari-Kokelj, M., Zaccaria, C., Micheli, R., Fragiaco, A., ... De Min, A. (2013). Airborne LiDAR application to karstic areas: the example of Trieste province (north-eastern Italy) from prehistoric sites to Roman forts. *Journal of Archaeological Science*, 40(4), 2152-2160. doi:10.1016/j.jas.2012.12.029
- Bernardini, F., Vinci, G., Horvat, J., De Min, A., Forte, E., Furlani, S., ... Tuniz, C. (2015). Early Roman military fortifications and the origin of Trieste, Italy. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, 112(13), 1520-1529. doi:10.1073/pnas.1419175112
- Bernardini, W., Barnash, A., Kumler, M., & Wong, M. (2013). Quantifying visual prominence in social landscapes. *Journal of Archaeological Science*, 40(11), 3946-3954. doi:10.1016/j.jas.2013.05.019
- Berrocal-Rangel, L., Ruiz-Triviño, C., & Martínez-Seco, P. (2002). *El Castiellu de Llagú (Latores, Oviedo). Un castro astur en los orígenes de Oviedo*. Madrid: Real Academia de la Historia, Bibliotheca Archaeologica Hispana 13.
- Bettencourt, A. (2003a). A estátua-sedente de Roriz (Barcelos) no contexto das manifestações simbólicas e rituais da Proto-História do Norte de Portugal. *Conimbriga*, 42, 141-151.
- Bettencourt, A. (2003b). Expressões simbólicas e rituais da Idade do Ferro do Noroeste de Portugal. In V. O. Jorge (Ed.), *Arquitectando Espaços: da Natureza à Metapolis* (pp. 131-149). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Departamento de Ciências e Técnicas do Património. Retrieved from <http://hdl.handle.net/10216/21229>
- Bettencourt, A., & Carvalho, H. (1993). Estátua sedente e cabeça de guerreiro galaico da região de Braga. *Cadernos de Arqueologia, Série II*, 10-11, 276-291.
- Bevan, A., & Lake, M. (2013). *Computational Approaches to Archaeological Spaces*. Walnut Creek: Left Coast Press.
- Bidwell, P. (1980). *Roman Exeter: Fortress and Town*. Exeter: Exeter City Council.
- Bishop, M., & Coulston, J. (2005). *Roman Military Equipment from the Punic Wars to the Fall of Rome*. Oxford: Oxbow.
- Blanco-Rotea, R. (2015). *Arquitectura y Paisaje. Fortificaciones de frontera en el Sur de Galicia y Norte de Portugal*. Universidad del País Vasco (dissertação de doutoramento).
- Blanton, R. (1998). Beyond centralization. Steps toward a theory of egalitarian behavior in archaic states. In G. Feinman & J. Marcus (Eds.), *Archaic States* (pp. 135-172). Santa Fe: School of American Research Press.
- Blanton, R., & Fargher, F. (2008). *Collective action in the formation of pre-modern States*. New York: Springer.
- Blázquez-Cerrato, C. (2014). Huellas militares numismáticas en el Occidente Peninsular. In F.

- Cadiou & M. Navarro-Caballero (Eds.), *La Guerre et ses traces. Conflits et sociétés en Hispanie à l'époque de la conquête romaine (IIe-Ier s. a.C.)* (pp. 415-428). Bordeaux: Ausonius Mémoires 37.
- Bradley, R. (2000). *An Archaeology of Natural Places*. London: Routledge.
- Bradley, R. (2002). *The Past in Prehistoric Societies*. London: Routledge.
- Brandão, J., & Silva, P. (2006). Contribuição para a elaboração de um catálogo geral dos artefactos arqueológicos ligados à mineração e metalurgia antigas nas colecções dos museus geomineiros do INETI. In *Actas do 3º Simpósio sobre Mineração e Metalurgia Históricas no Sudoeste Europeu* (pp. 555-569). Porto: SEDPGYM, IPPAR.
- Braund, D. (1984). *Rome and the Friendly King: The Character of the Client Kingship*. London: Croom Helm.
- Brotóns-Yagüe, F., & Murcia-Muñoz, A. (2008). Los castella tardorrepublicanos romanos de la cuenca alta de los ríos Argos y Quípar (Caravaca, Murcia). Aproximación arqueológica e histórica. In M. P. García-Bellido, A. Mostalac-Carrillo, & A. Jiménez-Díez (Eds.), *Del imperium de Pompeyo a la avtoritas de Augusto: Homenaje a Michael Grant* (pp. 49-66). Madrid: CSIC, Anejos de Archivo Español de Arqueología XLVII.
- Burke, P. (2010). *Hibridismo Cultural*. Madrid: Edicinal Akal.
- Burnham, B., & Burnham, H. (2004). *Dolaucothi-Pumsaint: Survey and Excavations at a Roman Gold Mining Complex, 1987-1999*. Oxford: Oxbow Books.
- Caamaño-Gesto, J. (1984). Excavaciones en el campamento romano de Cidadela (Sobrado dos Monxes, Coruña). Memoria preliminar de la campaña de 1981. *Noticiario Arqueológico Hispánico*, 18, 233-254.
- Calo-Lourido, F. (1993). *A cultura castrexa*. Vigo: Promocións Culturais Galegas.
- Calo-Lourido, F. (1994). *A plástica da cultura castrexa galego-portuguesa*. A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza.
- Calo-Lourido, F. (2003). Catálogo. *Madrider Mitteilungen*, 44, 6-32.
- Cameron, C. M. (2013). How People Moved among Ancient Societies: Broadening the View. *American Anthropologist*, 115(2), 218-231. doi:10.1111/aman.12005
- Camino-Mayor, J., Viniegra-Pacheco, Y., & Estrada-García, R. (2005). *La Carisa: Ástures y Romanos frente a frente*. Oviedo: CajAstur.
- Camino-Mayor, J., Viniegra-Pacheco, Y., Estrada-García, R., Ramos-Oliver, F., & Jiménez-Moyano, F. J. (2007). El campamento y la vía de la Carisa. Reflexiones arqueológicas y militares. In J. A. Fernández-Tresguerres (Ed.), *Astures y romanos en el Principado de Asturias: nuevas aportaciones y perspectivas* (pp. 61-94). Oviedo: RIDEA.
- Capela, M. (1987). *Miliários do Conventus Bracaraugustanus em Portugal* (2ª edição,.). Terras de Bouro: Câmara Municipal de Terras de Bouro.
- Carballo-Arceo, X. (1998). A agricultura en Castrovite (Oraz, A Estrada) durante a Idade de Ferro. *A Estrada: Miscelánea Histórica E Cultural*, 1, 9-26. Retrieved from <http://dspace.aestrada.com/jspui/handle/123456789/83>
- Carballo-Arceo, X., & Fábregas-Valcarce, R. (2006). Variacións rexionais nas sociedades pre e protohistóricas galaicas. In R. Álvarez, F. Dubert-García, & X. Sousa-Fernández (Eds.), *Lingua e Territorio*, (pp. 67-91). Santiago de Compostela: Instituto da Lingua Galega, Consello da Cultura Galega. Retrieved from http://consellodacultura.gal/mediateca/pubs.pdf/lingua_territorio.pdf
- Carballo-Arceo, X., & González-Ruibal, A. (2001). Cerámicas de Castrovite (A Estrada, Pontevedra). *Boletín Auriense*, 31, 35-82.
- Carballo-Arceo, X., & González-Ruibal, A. (2003). A Cultura Castrexa do NW da Península Ibérica en Galicia. *Boletín Auriense*, 33, 37-75.

- Cardoso, J., Guerra, A., & Fabião, C. (2011). Alguns aspectos da mineração romana na Estremadura e Alto Alentejo. In J. L. Cardoso & M. Almagro-Gorbea (Eds.), *Lucius Cornelius Bocchus: Escritor Lusitano da Idade da Prata da Literatura Latina* (pp. 169-188). Lisboa: Academia Portuguesa da História/Real Academia de la Historia.
- Cardoso, M. (1942). Uma notável peça de joalheria primitiva. *Anais Da Faculdade de Ciências Do Porto*, 27(2), 89-100.
- Cardoso, M. (1943). Antiguidades transmontanas. *Revista de Guimarães*, 53(1-2), 109-116.
- Cardoso, M. (1944). Novo achado de jóias pré-romanas. *Revista de Guimarães*, 54(1-2), 19-28.
- Cardoso, M. (1965). A perda frequente de espécimes preciosos da nossa joalheria arcaica. *Revista de Guimarães*, 75(1-4), 153-168.
- Carneiro, S. (2005). Intervenções Arqueológicas de emergência no Centro Histórico de Chaves (1999-2000). *Revista Aquae Flaviae*, 33, 7-91.
- Carneiro, S. (2012). Chaves das águas medicinais. *Visão História "Portugal No Tempo Dos Romanos,"* 17, 82-83.
- Carneiro, S. (2013). As termas medicinais romanas de Chaves. In *Arqueologia em Portugal. 150 anos* (pp. 793-802). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- Carreño-Gascón, C. (1991). Castro de Saceda. In *Arqueoloxía/Informes 2* (pp. 59-61). Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.
- Carreras-Monfort, C., & Morais, R. (2010). *The Western Roman Atlantic Façade. A study of the economy and trade in the Mar Exterior from the Republic to the Principate*. BAR International Series 2162.
- Carreras-Monfort, C., & Morais, R. (2012). The Atlantic Roman trade during the Principate: new evidence from the Western Façade. *Oxford Journal of Archaeology*, 31(4), 419-441. doi:10.1111/j.1468-0092.2012.00396.x
- Carretero-Vaquero, S., & Romero-Carnicero, M. (1996). *Los Campamentos Romanos de Petavonium (Rosinos de Vidriales, Zamora)*. Zamora: Fundación Rei Afonso Henriques, Serie Monografías y Estudios.
- Carvalho, C. (2006a). A Via XVII do Itinerário de Antonino no concelho de Montalegre. In *Actas das XVI Jornadas sobre a Função Social do Museu. Ecomuseu de Barroso - Identidade e Desenvolvimento* (pp. 135-146). Montalegre: Ecomuseu de Barroso.
- Carvalho, C. (2006b). O povoamento Proto-Histórico e Romano do Alto Rabagão - Montalegre. In *Actas das XVI Jornadas sobre a Função Social do Museu. Ecomuseu de Barroso - Identidade e Desenvolvimento* (pp. 125-134). Montalegre: Ecomuseu de Barroso.
- Carvalho, C. (2007). *Revisão da carta arqueológica do concelho de Montalegre para o PDM*. Montalegre: Câmara Municipal de Montalegre.
- Carvalho, C., & D'Encarnação, J. (2006). Duas epígrafes de Montalegre (Conventus Bracaraugustanus). *Ficheiro Epigrafico*, 83, 3-6.
- Carvalho, C., Lemos, F. S., & Meireles, C. (2006). Conjunto Mineiro Romano em Montalegre. In *Actas das XVI Jornadas sobre a Função Social do Museu. Ecomuseu de Barroso - Identidade e Desenvolvimento* (pp. 147-156). Montalegre: Ecomuseu de Barroso.
- Carvalho, M. J. de. (1981). *O Santuário Rupestre de Lamelas, Ribeira de Pena*. Ribeira de Pena: Câmara Municipal de Ribeira de Pena.
- Carvalho, H. (2008). *O povoamento romano na fachada ocidental do Conventus Bracarensis*. Universidade do Minho (dissertação de doutoramento). Retrieved from <http://hdl.handle.net/1822/8755>
- Carvalho, H. (2013). Marcadores da paisagem e intervenção cadastral no território próximo da cidade de Bracara Augusta (Hispania Citerior Tarraconensis). *Archivo Español de Arqueología*, 85, 149-166. doi:10.3989/aespa.085.012.009

- Carvalho, H., & Cruz, M. (2014). Peuplement et organisation du paysage dans la partie occidentale du Conventus Bracarensis. In P. L. Dall'Aglia, C. Franceschelli, & L. Maganzani (Eds.), *Atti del IV Convegno Internazionale di Studi Veleiati (Veleia-Lugagnano Val d'Arda, 20-21 Settembre 2013)* (pp. 487-494). Bologna: Ante Quem.
- Carvalho, T. (1998). *Terra Sigillata de Monte Mozinho (Contributo para a história económica do povoado)*. Penafiel: Cadernos do Museu, nº 3, Museu Municipal de Penafiel.
- Castellá-Ferrer, M. (1610). *Historia del Apóstol de Iesus Christo Sanctiago Zebedeo, Patrón y Capitan General de las Españas*. Madrid. Retrieved from <http://hdl.handle.net/10347/8632>
- Castro, J., Correia, S., & Oliveira, E. (1980). O Castro Maximum (Monte Castro), Braga - Arqueologia e História. In *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular* (pp. 37-53). Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.
- Cauuet, B. (1999). L'exploitation de l'or en Gaule à l'Age du Fer. In B. Cauuet (Ed.), *L'or dans l'antiquité. De la mine à l'objet* (pp. 31-70). Aquitania, supplément 9.
- Cauuet, B. (2004). *L'or des Celtes du Limousin*. Limoges: Culture et Patrimoine en Limousin.
- Cavada-Nieto, M. (1972). Hallazgos monetarios en castros de Galicia. *Boletín Del Seminario de Estudios de Arte Y Arqueología*, 38, 211-248.
- Celis-Sánchez, J. (2002). La ocupación castreña en el alto valle del río Cúa: "El Castro" de Chano. León. In M. Á. de Blas-Cortina & Á. Villa-Valdés (Eds.), *Los poblados fortificados del noroeste del Península Ibérica: formación y desarrollo de la cultura castreña* (pp. 189-210). Navia.
- Celis-Sánchez, J. (2003). Notas sobre las etapas de la cultura castreña en el Bierzo. In J. B. de Paz, I. Díaz-Álvarez, & V. Fernández-Vásquez (Eds.), *Actas de las Jornadas sobre Castro Ventosa* (pp. 13-33). Patronato del Patrimonio Cultura de Cacabelos y Excmo. Ayuntamiento de Cacabelos.
- Centeno, R. (1987). *Circulação monetária no Noroeste de Hispania até 192*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Centeno, R. (2011). Da República ao Império: reflexões sobre a monetização no ocidente da Hispânia. In M. P. García-Bellido, L. Callegarin, & A. Jiménez-Díez (Eds.), *Barter, money and coinage in the ancient mediterranean (10th-1st centuries BC)*, *Anejos de AEspA LVIII* (pp. 359-371). Madrid: CSIC.
- Cerrillo-Cuenca, E. (2011). Recorriendo un territorio desaparecido: restitución fotogramétrica y análisis del paisaje de la necrópolis prehistórica del Vado de Alconétar. In V. Mayoral-Herrera & S. Celestino-Pérez (Eds.), *Tecnologías de Información Geográfica y análisis arqueológico del Territorio, Actas del V Simposio Internacional de Arqueología de Mérida. Anejos de Archivo Español de Arqueología, LIX* (pp. 145-159). Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida - CSIC, Junta de Extremadura, Consorcio de Mérida.
- Cerrillo-Cuenca, E., & Sanjosé, J. (2013). Mapping and Interpreting Vanished Archaeological Features Using Historical Aerial Photogrammes and Digital Photogrammetry. In F. Contreras, M. Farjas, & F. J. Melero (Eds.), *Proceedings of the 38 the Annual Conference on Computer Applications and Quantitative Methods in Archaeology, CAA2010* (pp. 43-46). BAR International Series 2494.
- Charlton, R. (2008). *Fundamentals of Fluvial Geomorphology*. London: Routledge.
- Clarke, D. (1972). *Models in Archaeology*. London: Methuen.
- Clastres, P. (2009). *Investigaciones en Antropología Política*. Barcelona: Gedisa Editorial.
- Clastres, P. (2010). *La sociedad contra el Estado*. Barcelona: Virus Editorial. Retrieved from http://www.viruseditorial.net/pdf/la_sociedad_contra_el_estado-intro.pdf
- COGEMA. (1990). *Sector de Poço das Freitas. Relatório de trabalhos, Setembro de 1990 (unpublished report)*. Alfragide: LNEG.
- Collis, J. (1984). *Oppida: Earliest Towns North of the Alps*. Sheffield: University of Sheffield Press.

- Comendador-Rey, B. (1998). *Los inicios de la metalurgia en el Noroeste de la Península Ibérica*. A Coruña: Brigantium: Boletín do Museu Arqueolóxico e Histórico da Coruña, 11.
- Comendador-Rey, B., Reboreda-Morillo, S., Kockelmann, W., Macdonald, M., Bell, T., & Pantos, M. (2008). Early Bronze technology at the lans's end, North Western Iberia. In S. A. Paipetis (Ed.), *Science and Technology in Homeric Epics* (pp. 113-131). Springer Netherlands, History of Mechanism and Machine Science 6. doi:10.1007/978-1-4020-8784-4
- Comer, D. C., & Harrower, M. J. (2013). *Mapping Archaeological Landscapes from Space*. New York: Springer Briefs in Archaeology.
- Conolly, J., & Lake, M. (2006). *Spatial Technology and Archaeology: the Archaeological Applications of GIS*. London: Taylor & Francis.
- Cortez, F. R. (1951). As escavações arqueológicas do Castellum da Fonte do Milho. Contributo para a demografia duriense. *Anais Do Instituto Vinho Do Porto*, 12(1), 17-88.
- Costa, H. M. e. (1966). Nota sobre as escórias encontradas no Castro de Carvalhelhos. *Trabalhos de Antropologia E Etnologia*, 20(1-2), 173-180.
- Costa-García, J. (2013). *Arqueología de los asentamientos militares Romanos en la Hispania Altoimperial (27 a.C. - 280 d.C.)*. Universidade de Santiago de Compostela (dissertação de doutoramento). Retrieved from <http://dspace.usc.es/handle/10347/8857>
- Costa-García, J. (2015). Asentamientos militares romanos en el Norte Peninsular: aportes de la fotografía aérea histórica, la fotografía satelital y el LiDAR aéreo. *Férvedes, Actas Do III Congreso Internacional de Arqueoloxía de Vilalba*, 8, 35-44.
- Costa-García, J., Blanco-Rotea, R., Gago-Mariño, M., & Fonte, J. (2015). Novedades sobre la presencia del ejército romano en el occidente galaico. In J. Camino-Mayor, E. Peralta-Labrador, & J. F. Torres-Martínez (Eds.), *Las Guerras Astur-Cántabras* (pp. 285-289). Gijón: KRK Ediciones.
- Cowley, D., & Stichelbaut, B. (2013). Historic Aerial Photographic Archives for European Archaeology. *European Journal of Archaeology*, 15(2), 217-236. doi:10.1179/1461957112Y.0000000010
- Creighton, J. (2000). *Coins & Power in Late Iron Age Britain*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Creighton, J. (2001). The Iron Age-Roman transition. In S. James & M. Millett (Eds.), *Britons and Romans: advancing an archaeological agenda* (pp. 4-11). York: Council for British Archaeology, Research Report 125.
- Creighton, J. (2006). *Britannia: the creation of a Roman Province*. London: Routledge.
- Criado-Boado, F. (1989). "We, the post-megalithic people..." In I. Hodder (Ed.), *The Meanings of Things. Material Culture and Symbolic Expression* (pp. 79-89). London: One World Archaeology Series, 6.
- Criado-Boado, F. (1993a). Limites y posibilidades de la Arqueología del Paisaje. *Spal*, 2, 9-56.
- Criado-Boado, F. (1993b). Visibilidad e interpretación del registro arqueológico. *Trabajos de Prehistoria*, 50, 39-56. doi:10.3989/tp.1993.v50.i0.488
- Criado-Boado, F. (1999). *Del Terreno al Espacio: Planteamientos y Perspectivas para la Arqueología del Paisaje*. CAPA 6, Criterios y Convenciones en Arqueología del Paisaje.
- Criado-Boado, F. (2012). *Arqueológicas. La razón perdida*. Barcelona: Bellaterra Arqueología.
- Criado-Boado, F., Aira Rodríguez, M., & Díaz-Fierros Viqueira, F. (1986). *La construcción del paisaje. Megalitismo y Ecología en la Sierra de Barbanza*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, Arqueoloxía/Investigación 1.
- Criado-Boado, F., Bonilla-Rodríguez, A., Cerqueiro-Landín, D., Díaz Vázquez, M., González-Méndez, M., Infante-Roura, F., ... Vaquero-Lastres, J. (1991). *El área Bocelo-Furelos. Entre los tiempos paleolíticos y medievales (Campañas de 1987, 1988 y 1989)*. Santiago de Compostela: Xunta de

- Crutchley, S. (2009). Ancient and modern: Combining different remote sensing techniques to interpret historic landscapes. *Journal of Cultural Heritage*, 10(1), 65-71. doi:10.1016/j.culher.2009.09.005
- Crutchley, S., & Crow, P. (2010). *The Light Fantastic: Using Airborne Lidar in Archaeological Survey*. Swindon: English Heritage. Retrieved from <https://www.historicengland.org.uk/images-books/publications/light-fantastic/>
- Cruz, G. (2015). O surgimento do espaço urbano no Noroeste da Ibéria. Uma reflexão sobre os oppida pré-romanos. In R. Martínez-Peñín & G. Caverio-Domínguez (Eds.), *I Jornadas Internacionales sobre la Evolución de los espacios urbanos y sus territorios en el Noroeste de la Península Ibérica* (pp. 403-424). León.
- Cruz, G., & Antunes, J. (2011). Identificação de possíveis oficinas metalúrgicas na Citânia de Briteiros (Noroeste de Portugal). In J. Martins, C., Bettencourt, A., Martins, J., Carvalho (Ed.), *Povoamento e Exploração dos Recursos Mineiros na Europa Atlântica Ocidental* (pp. 463-470). Braga: CITCEM/APEQ.
- Cruz, G., & Antunes, J. (2015). Intervenção arqueológica de 2014 na Citânia de Briteiros (Guimarães). Alguns dados e problemáticas sobre o urbanismo dos oppida. In *II Jornadas Internacionais "Evolução dos espaços urbanos e seus territórios no Noroeste da Península Ibérica."* Braga.
- Currás-Refojos, B. (2014). *Transformaciones sociales y territoriales en el Baixo Miño entre la Edad del Hierro y la integración en el Imperio Romano*. Universidade de Santiago de Compostela (dissertação de doutoramento). Retrieved from <http://hdl.handle.net/10347/11869>
- Currás-Refojos, B., & López-González, L. (2011). Minería romana y poblamiento en la cuenca del Baixo Miño. In C. Martins, A. Bettencourt, J. Martins, & J. Carvalho (Eds.), *Povoamento e Exploração dos Recursos Mineiros na Europa Atlântica Ocidental* (pp. 179-201). Braga: CITCEM/APEQ.
- Darvill, T. (2008). Pathways to a Panoramic Past: A Brief History of European Landscape Archaeology. In B. David & J. Thomas (Eds.), *Handbook of Landscape Archaeology* (pp. 60-77). Walnut Creek: Left Coast Press.
- David, B., & Thomas, J. (2008). Landscape Archaeology: Introduction. In B. David & J. Thomas (Eds.), *Handbook of Landscape Archaeology* (pp. 27-43). Walnut Creek: Left Coast Press.
- De Reu, J., Bourgeois, J., De Smedt, P., Zwertvaegher, A., Antrop, M., Bats, M., ... Crombé, P. (2011). Measuring the relative topographic position of archaeological sites in the landscape, a case study on the Bronze Age barrows in northwest Belgium. *Journal of Archaeological Science*, 38(12), 3435-3446. doi:10.1016/j.jas.2011.08.005
- De Reu, J., Plets, G., Verhoeven, G., De Smedt, P., Bats, M., Cherretté, B., ... De Clercq, W. (2013). Towards a three-dimensional cost-effective registration of the archaeological heritage. *Journal of Archaeological Science*, 40(2), 1108-1121. doi:10.1016/j.jas.2012.08.040
- Del Olmo Martín, J. (1995). Arqueología aérea en tres núcleos campamentales romanos de Zamora y León. *Brigecio*, 4-5, 109-118.
- Derks, T., & Roymans, N. (2009). Introduction. In *Ethnic Constructs in Antiquity: The Role of Power and Tradition* (pp. 1-10). Amsterdam: Amsterdam University Press.
- Dias, J. (1949). O pio de piar os milhos: instrumento de origem oriental na Serra da Padrela. *Trabalhos de Antropologia E Etnologia*, 7(3-4), 323-344.
- Dias, L. (1997). *Tongobriga*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico.
- Díaz-Guardamino, M., García-Sanjuán, L., & Wheatley, D. (2015). *The Lives of Prehistoric Monuments in Iron Age, Roman, and Medieval Europe*. Oxford: Oxford University Press.
- Didierjean, F. (2008). Camps militaires romains et archéologie aérienne: méthodologie et données nouvelles. *Saldvie*, 8, 95-115.

- Didierjean, F., Morillo-Cerdán, Á., & Petit-Aupert, C. (2014). Traces de guerres, traces de paix armée: l'apport de quatre campagnes de prospection aérienne dans le nord de l'Espagne. In F. Cadiou & M. Navarro-Caballero (Eds.), *La Guerre et ses traces. Conflits et sociétés en Hispanie à l'époque de la conquête romaine (IIIe-Ier s. a.C.)* (pp. 149-179). Bordeaux: Ausonius Mémoires 37.
- Dietler, M. (1990). Driven by Drink: the role of drinking in the Political Economy and the case of Early Iron Age France. *Journal of Anthropological Archaeology*, 9(406), 352-. doi:10.1016/0278-4165(90)90011-2
- Dietler, M. (2006). Alcohol: Anthropological/Archaeological Perspectives. *Annual Review of Anthropology*, 35(1), 229-249. doi:10.1146/annurev.anthro.35.081705.123120
- Dietler, M., & Hayden, B. (2001). *Feasts: Archaeological and Ethnographic Perspectives on Food, Politics, and Power*. Tuscaloosa: University of Alabama Press.
- Dinis, A. (1993). *Ordenamento do território do baixo Ave no I Milénio a.C.* Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Domergue, C. (2008). *Les mines antiques. La production des métaux aux époques grecque et romaine*. Paris: A. et J. Picard.
- Domergue, C. (2012). Les exploitations hydrauliques romaines dans les dépôts alluviaux aurifères du Nord-Ouest de l'Espagne: Las Medulas et le Teleno (Province de León). A propos de publications récentes. In J.-P. Bost (Ed.), *L'eau : usages, risques et représentations : dans le Sud-Ouest de la Gaule et le Nord de la péninsule Ibérique, de la fin de l'âge du Fer à l'Antiquité tardive (IIe s. a.C.-VIe s. p.C.)* (pp. 111-140). Bordeaux: Aquitania Supplément 21.
- Domergue, C., & Herail, G. (1978). *Mines d'or romaines d'Espagne. Le district de La Valduerna (León). Étude géomorphologique et archéologique*. Toulouse.
- Domergue, C., & Martin, T. (1977). *Minas de oro romanas de la Provincia de León II*. Madrid: Excavaciones Arqueológicas en España, 94.
- Domergue, C., Serneels, V., Cauuet, B., Pailler, J., & Orzechowski, S. . (2006). Mines et métallurgies en Gaule à la fin de l'âge du Fer et à l'époque romaine. In *Celtes et Gaulois, l'Archéologie face à l'Histoire, 5: la romanisation et la question de l'héritage celtique. Actes de la table ronde de Lausanne, 17-18 juin 2005, Glux-en-Glenne* (pp. 131-162). Bibracte: Centre Archéologique Européen Mont-Beuvray.
- Domergue, C., & Sillières, P. (1977). *Minas de oro romanas de la Provincia de León I. Excavaciones Arqueológicas en España* (Vol. 93). Madrid: Excavaciones Arqueológicas en España, 93.
- Dzino, D. (2014). The formation of early imperial peregrine civitates in Dalmatia: (re) constructing indigenous communities after the conquest. In M. Jankovic & D. Mihajlovic (Eds.), *Imperialism and Identities at the Edges of the Roman World* (pp. 215-227). Cambridge: Cambridge Scholars Publishing.
- Earle, T. (2002). *Bronze Age Economics: The Beginnings of Political Economies*. Boulder: Westview Press.
- Edgerton, D. (2006). *The Shock of the Old: Technology and Global History since 1900*. Oxford: Oxford University Press.
- Edmondson, J. (2014). Hispania capta. Reflexiones sobre el proceso e impacto de la conquista romana en la Península Ibérica. In G. Bravo & R. González-Salineró (Eds.), *Conquistadores y conquistados: Relaciones de dominio en el mundo romano* (pp. 19-44). Madrid-Salamanca: Signifer Monografías de Antigüedad Griega y Romana 43.
- Eilers, C. (2009). *Diplomats and Diplomacy in the Roman World*. Leiden/Boston: Brill.
- España-Arroyo, Á. (1987). *Los castros de la Edad del hierro del noroeste de Zamora*. Zamora: Instituto de Estudios Zamoranos Florián de Ocampo.
- España-Arroyo, Á. (2011). Los castros del oeste de la Meseta. *Complutum*, 22(2), 11-47. doi:http://dx.doi.org/10.5209/rev_CMPL.2011.v22.n2.37725

- Eve, S. J., & Crema, E. R. (2014). A house with a view? Multi-model inference, visibility fields, and point process analysis of a Bronze Age settlement on Leskernick Hill (Cornwall, UK). *Journal of Archaeological Science*, 43, 267-277. doi:10.1016/j.jas.2013.12.019
- Fabião, C. (2001). Mundo indígena, romanos e sociedade provincial romana: Sobre a percepção arqueológica da mudança. *Era-Arqueologia*, 3, 108-131.
- Fabião, C. (2002). Os chamados Castella do Sudoeste: Arquitectura, cronologia e funções. *Archivo Español de Arqueología*, 75, 177-193.
- Fabião, C. (2004). Arqueologia militar romana da Lusitania: textos e evidências materiais. In C. Pérez-González & E. Illarregui-Gómez (Eds.), *Arqueología militar romana en Europa* (pp. 53-74). Valladolid: Junta de Castilla y León.
- Fabião, C. (2007). El ejército romano en Portugal. In Á. Morillo-Cerdán (Ed.), *El ejército romano en Hispania: guía arqueológica* (pp. 113-134). León: Universidad de León.
- Fabião, C. (2014). Por este rio acima: a bacia hidrográfica do Tejo na conquista e implantação romana no ocidente da Península Ibérica. In C. Fabião & J. Pimenta (Eds.), *Atas do Congresso Internacional de Arqueologia "Conquista e Romanização do Vale do Tejo"*, CIRA Arqueologia nº3 (pp. 9-24). Vila Franca de Xira: Museu Municipal de Vila Franca de Xira. Retrieved from http://www.museumunicipalvfxira.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=123155#.VUu3oPIVikp
- Fábrega-Álvarez, P. (2004). *Poblamiento y Territorio de la Cultura Castreña en la comarca de Ortegal*. Santiago de Compostela: CAPA: Cadernos de Arqueoloxía e Patrimonio, 19.
- Fábrega-Álvarez, P. (2005). Tiempo para el espacio: poblamiento y territorio en la Edad del Hierro en la comarca de Ortegal (A Coruña, Galicia). *Complutum*, 16, 125-148.
- Fábrega-Álvarez, P. (2006). Moving without destination. A theoretical GIS-based determination of movement from a giving origin. *Archaeological Computing Newsletter*, 64, 7-11.
- Fábrega-Álvarez, P., Fonte, J., & González-García, F. J. (2011a). Las sendas de la memoria. Sentido, espacio y reutilización de las estatuas-menhir en el noroeste de la Península Ibérica. *Trabajos de Prehistoria*, 68(2), 313-330. doi:10.3989/tp.2011.11072
- Fábrega-Álvarez, P., Fonte, J., & González-García, F. J. (2011b). Mobilidade e materialidade: uma aproximação à análise da localização das estatuas-menir transfronteiriças (Norte de Portugal e Sul da Galiza). In *Estelas e estatuas-menires: da Pré à Proto-história*, Actas das IV Jornadas Raianas (pp. 241-266). Sabugal: CEAUCP/Sabugal+.
- Fábrega-Álvarez, P., & Parcero-Oubiña, C. (2007). Proposals for an archaeological analysis of pathways and movement. *Archeologia E Calcolatori*, 18, 121-140.
- Fairén-Jiménez, S. (2007). ¿Se hace camino al andar? Influencia de las variables medioambientales y culturales en el cálculo de caminos óptimos mediante SIG. *Trabajos de Prehistoria*, 61(2), 25-40. doi:10.3989/tp.2004.v61.i2.41
- Fanjul-Peraza, A. (2013). Updating the ruina montium (wrecking of mountains): an Iron Age gold mining system. *Past. The Newsletter of the Prehistoric Society*, 74, 11-12.
- Feio, M. (1951). Notas geomorfológicas. A depressão de Régua-Verin. In *Comunicações dos Serviços Geológicos, XXXII* (pp. 5-46). Lisboa: Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos.
- Ferguson, B., & Whitehead, N. (1992). The Violent Edge of Empire. In B. Ferguson & N. Whitehead (Eds.), *War in the tribal zone. Expanding states and indigenous warfare* (pp. 1-30). Santa Fe: School of American Research Advanced Seminar Series.
- Fernandes, C. (2008). *As Minas de Ervedosa (1906-1969). Efigie de memória e narrativa*. Universidade Autónoma de Lisboa (dissertação de mestrado). Retrieved from <http://hdl.handle.net/10348/437>
- Fernandes, L. (2011). Tabuleiros de jogo em pedra na cidade de Lisboa. *O Arqueólogo Português, Série V*, 1, 739-783.
- Fernandes, L. (2013). *Tabuleiros de Jogo Inscritos na Pedra - Um roteiro Lúdico Português*. Lisboa: Apenas Livros.

- Fernandes, L., & Alberto, E. (2009). Sobre os jogos gravados em pedra do distrito de Castelo Branco. *Açafa On-Line*, 2, 1-30. Retrieved from http://www.altotejo.org/acaфа/docsN2/Jogos_gravados_em_pedra_do_distrito_de_Castelo_Branco.pdf
- Fernandes, L., & Osório, M. (2013). Tabuleiros de jogo e outras gravações no castelo de Vilar Maior. *Sabucale*, 5, 91-108.
- Fernandes, L., & Silva, J. (2012). *Jogos de tabuleiro de pedra em Portugal: o caso do Mosteiro da Batalha*. Lisboa: Apenas Livros.
- Fernández-Fernández, C. (2011). Una aproximación etnoarqueológica al trabajo del estaño en el valle del río Ribeira y la zona del Tameirón (A Gudiña, Ourense, NW Peninsular). In C. Martins, A. M. S. Bettencourt, J. P. Martins, & J. Carvalho (Eds.), *Povoamento e Exploração dos Recursos Mineiros na Europa Atlântica Ocidental* (pp. 261-227). Braga: APEQ, CITCEM.
- Fernández-Fernández, C., Comendador-Rey, B., González-Ínsua, F., & Amado-Rolán, N. (2014). Heritage landscape of metal mining in the Upper Támega Valley (Ourense, Spain): Arcucelos Mines. In *Atas do Simpósio Internacional Paisagens Mineiras Antigas na Europa Ocidental: Investigação e Valorização Cultural* (p. 202). Boticas: Câmara Municipal de Boticas.
- Fernández-Götz, M. (2011). Cultos, ferias y asambleas: Los santuarios protohistóricos del Rin Medio-Mosela como espacios de agregación. *Palaeohispanica*, 11, 127-154.
- Fernández-Götz, M. (2013a). Revisiting Iron Age Ethnicity. *European Journal of Archaeology*, 16(1), 116-136. doi:10.1179/1461957112Y.0000000024
- Fernández-Götz, M. (2013b). Una nueva mirada sobre los oppida de la Europa Templada. *Complutum*, 24(1), 131-150. doi:http://dx.doi.org/10.5209/rev_CMPL.2013.v24.n1.42328
- Fernández-Götz, M. (2014a). Central Places and the Construction of Collective Identities in the Middle Rhine-Moselle Region. In C. Popa & S. Stoddart (Eds.), *Fingerprinting the Iron Age: Approaches to identity in the European Iron Age* (pp. 175-186). Oxford: Oxbow Books.
- Fernández-Götz, M. (2014b). *De la familia a la etnia: Protohistoria de la Galia Oriental*. Madrid: Real Academia de la Historia, Bibliotheca Archaeologica Hispana 41.
- Fernández-Götz, M. (2014c). Reassessing the Oppida: The Role of Power and Religion. *Oxford Journal of Archaeology*, 33(4), 379-394. doi:10.1111/ojoa.12043
- Fernández-Götz, M., & Roymans, N. (2015). The Politics of Identity: Late Iron Age Sanctuaries in the Rhineland. *Journal of the North Atlantic*, 8, 18-32. doi:10.3721/037.002.sp803
- Fernández-Götz, M., Wendling, H., & Winger, K. (2014). *Paths to Complexity: Centralisation and Urbanisation in Iron Age Europe*. Oxford: Oxbow Books.
- Fernández-Ochoa, C., Salido-Dominguez, J., & Zarzalejos-Prieto, M. (2014). Las formas de ocupación rural en Hispania. Entre la terminología y la praxis arqueológica. *CuPAUAM*, 40, 111-136.
- Fernández-Ochoa, C., & Zarzalejos-Prieto, M. del M. (1994). La estela de Chillón (Ciudad Real). Algunas consideraciones acerca de la funcionalidad de las “Estelas de Guerrero” del Bronce Final y su reutilización en época romana. In C. de la Casa-Martínez (Ed.), *Actas del V Congreso Internacional de Estelas Funerarias* (pp. 263-272). Soria: Diputación Provincial de Soria.
- Fernández-Posse, M. D., & Sánchez-Palencia, F. J. (1988). *La Corona y el Castro de Corporales II. Campaña de 1983 y prospecciones en La Valderia y La Cabrera (León)*. Madrid: Excavaciones Arqueológicas en España, 153.
- Ferreira, A. (2005). Formas de Relevo e Dinâmica Geomorfológica. In *Geografia de Portugal. O Ambiente Físico* (pp. 53-246). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Ferreira, D. (2005). Ambiente Climático. In *Geografia de Portugal. O Ambiente Físico* (pp. 305-382). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Ferreira, N., & Noronha, F. (1987). Prospeção de estanho em áreas envolventes dos maciços graníticos das Serras do Gerês, Barroso e Cabreira. In *IX Reunião sobre a Geologia do Oeste*

- Peninsular (Porto 1985) - Actas e Comunicações. Mem. do Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico da Faculdade de Ciências do Porto, nº1* (pp. 433-449). Porto.
- Ferreira, O., & Castro, L. (1949). Arqueologia mineira : notícia sobre um pilão de minérios pré-histórico. *Estudos, Notas E Trabalhos Do Serviço de Fomento Mineiro*, V(1-2), 44-48.
- Ferrer-Sierra, S. (1996). El posible origen campamental de Lucus Augusti a la luz de las monedas de la Caetra y su problemática. In A. Rodríguez-Colmenero (Ed.), *Lucus Augusti, 1. El amanecer de una ciudad* (pp. 425-446). A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza.
- Figueiredo, E., Fonte, J., & Lima, A. (2013). Revisitando o Castro de Carvalhelhos. Resultados preliminares de um estudo interdisciplinar em torno das escórias de estanho. In *Poster apresentado nas V Jornadas do Quaternário - APEQ*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Figueiredo, E., Silva, R., Senna-Martinez, J., Araújo, M., Fernandes, F., & Vaz, J. (2010). Smelting and recycling evidences from the Late Bronze Age habitat site of Baiões (Viseu, Portugal). *Journal of Archaeological Science*, 37(7), 1623-1634. doi:10.1016/j.jas.2010.01.023
- Filipe, M. (2013). *A fotogrametria aérea como ferramenta na restituição de paisagens submersas por albufeiras: o caso da barragem da Venda Nova*. Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (dissertação de mestrado).
- Fleming, A. (2006). Post-processual Landscape Archaeology: a Critique. *Cambridge Archaeological Journal*, 16(3), 267-280. doi:10.1017/S0959774306000163
- Flores, J., & Carneiro, D. (2005). *Subtus Montis Terroso*. Póvoa de Varzim: Câmara Municipal da Póvoa de Varzim.
- Fonseca-Sorribas, D. (2012). El Municipium Romano de Aquae Flaviae y su problemática. *Antesteria*, 1, 519-528.
- Fonte, J. (2006). O «Padrão dos Povos» de Aquae Flaviae. *Al-Madan, IIª Série, Adenda Electrónica*, XI, 14. Retrieved from http://issuu.com/almadan/docs/almadan_online_14
- Fonte, J. (2008). Sistemas defensivos Proto-Históricos de Trás-os-Montes Ocidental (Norte de Portugal). *Cuadernos de Estudios Gallegos*, 55, 9-29.
- Fonte, J. (2009a). Duas Peças Decoradas “Castrejas” do Alto do Castelo (Salto, Montalegre). In *Actas do Fórum Valorização e Promoção do Património Regional, vol. 3 Do Paleolítico à Contemporaneidade, Estudos sobre a História da Ocupação Humana em Trás-os-Montes e Alto Douro e Beira Interior* (pp. 62-79). Vila Nova de Foz Côa.
- Fonte, J. (2009b). *Lesenho e Aquae Flaviae: dois modelos de assentamento central e duas lógicas locacionais de época pré-Romana e Romana*. Universidade de Santiago de Compostela (dissertação de mestrado).
- Fonte, J., Fábrega-Álvarez, P., Parcero-Oubiña, C., & Güimil-Fariña, A. (2012). 3D mapping with affordable low altitude devices. A case-study on the documentation of archaeological features in the surroundings of an Iron Age hillfort in Northern Portugal. In *Poster apresentado no AARG 2012*. Budapest.
- Fonte, J., & González-Ruibal, A. (2006). Duas Ombreiras decoradas “castrejas” oriundas do Alto do Castelo (Salto, Montalegre). Influências Mediterrânicas e Complexificação Social na Segunda Idade do Ferro do Noroeste Peninsular. *Revista de Guimarães*, 115-116, 93-128.
- Fonte, J., Lemos, F. S., Cruz, G., & Carvalho, C. (2008). Segunda Idade do Ferro em Trás-os-Montes Ocidental. In *Férvedes, Actas do I Congreso Internacional de Arqueoloxía de Vilalba* (Vol. 5, pp. 309-317).
- Fonte, J., Lemos, F. S., Cruz, G., & Martins, C. (2011). Mineração e metalurgia pré-Romana (II Idade do Ferro) em Trás-os-Montes Ocidental (Norte de Portugal). In J. Mata-Perelló, L. Torró I Abat, & M. Fuentes-Prieto (Eds.), *Actas del V Congreso Internacional sobre Minería y Metalurgia Históricas en el Sudoeste Europeo (León - 2008), Libro en homenaje a Claude Domergue* (pp. 291-301). Lleida: SEDPGYM.
- Fonte, J., Redweik, P., Gonçalves, J., Lobos, L., & Filipe, M. (2012). Recovering missing landscapes

- through historical aerial images. In *EARSeL Workshop 2012 "Advances in remote Sensing for Archaeology and Cultural Heritage Management."* Ghent.
- Fonte, J., Santos-Estévez, M., Alves, L., & López-Noia, R. (2009). La Pedra da Póvoa (Trás-os-Montes, Portugal). Una pieza escultórica de la Edad del Hierro. *Trabajos de Prehistoria*, 66(2), 161-170. doi:10.3989/tp.2009.09022
- Fonte, J., Valdez, J., Lemos, F. S., & Cruz, G. (2011). Citânia de Briteiros e médio vale do Ave (NW de Portugal): SIG e análise arqueológica do território. In V. Mayoral-Herrera & S. Celestino-Pérez (Eds.), *Sistemas de Información Geográfica y análisis arqueológico del territorio* (pp. 359-366). Madrid: CSIC, Anejos de Archivo Español de Arqueología LIX.
- Fontes, A. L. (1978). Aras romanas e terras de Barroso desaparecidas. In *Separata de Comemorações do milénario de São Rosendo - 977/1977 em Montalegre e Pitões das Júnias*. Montalegre: Câmara Municipal de Montalegre.
- Fontes, A. L. (1980). Culto ao Deus Larouco, Júpiter e Ategina. In *Actas do Seminário de Arqueologia no Noroeste Peninsular*, vol. III (pp. 5-25). Guimarães: Soc.
- Fontes, L. (2013). *Proposta de Programa para a Conservação, Estudo, Valorização e Divulgação do Complexo Mineiro Antigo do Vale Superior do Rio Terva, Boticas*. Braga: Trabalhos Arqueológicos da UAUM, Memórias 40.
- Fontes, L., & Alves, M. (2013). The Terva Valley Archaeological Park/PAVT. Building a landscape with Archaeology. In *Landscape & Imagination. Towards a new baseline for education in a changing world* (pp. 157-160). Paris. Retrieved from <http://hdl.handle.net/1822/25300>
- Fontes, L., & Alves, M. (2014). O Parque Arqueológico do Vale do Terva. Um projeto de paisagem cultural. In *Atas do Simpósio Internacional Paisagens Mineiras Antigas na Europa Ocidental: Investigação e Valorização Cultural* (pp. 113-141). Boticas: Câmara Municipal de Boticas. Retrieved from <http://hdl.handle.net/1822/30113>
- Fontes, L., Alves, M., & Delfim, B. (2013a). O projeto PAVT (Boticas, Portugal). Estudo, valorização e divulgação de uma paisagem cultural. In *Arqueologia em Portugal. 150 anos* (pp. 213-217). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. Retrieved from <http://hdl.handle.net/1822/26833>
- Fontes, L., Alves, M., & Delfim, B. (2013b). *Trabalhos Arqueológicos PAVT 2011 (levantamentos topográficos, prospecção e sondagens arqueológicas). Relatório final* (Vol. 2011). Braga: Trabalhos Arqueológicos da UAUM, Memórias 42. Retrieved from <http://hdl.handle.net/1822/26984>
- Fontes, L., Alves, M., Delfim, B., & Martins, C. (2014). *Projeto "Conservação, estudo, valorização e divulgação do complexo mineiro antigo do vale superior do Rio Terva, Boticas. Campanha 2012. Relatório final"*. Braga: Trabalhos Arqueológicos da UAUM, Memórias 47. Retrieved from <http://hdl.handle.net/1822/29063>
- Fontes, L., Alves, M., Martins, C., Delfim, B., & Loureiro, E. (2011). Paisagem, povoamento e mineração antigas no vale alto do rio Terva, Boticas. In C. Martins, A. Bettencourt, J. Martins, & J. Carvalho (Eds.), *Povoamento e Exploração dos Recursos Mineiros na Europa Atlântica Ocidental* (pp. 203-219). Braga: CITCEM/APEQ.
- Fontes, L., & Andrade, F. (2010). *Revisão do inventário arqueológico do concelho de Boticas. Relatório final. Trabalhos Arqueológicos da UAUM / MEMÓRIAS*, 8. Braga: UAUM. Retrieved from <http://hdl.handle.net/1822/11043>
- Fontes, L., & Andrade, F. (2012). *O traçado da via romana Bracara-Asturica, por Aquae Flaviae, no concelho de Boticas*. Braga: Trabalhos Arqueológicos da UAUM, Memórias 24. Retrieved from <http://hdl.handle.net/1822/16561>
- Fontes, L., Martins, C., Alves, M., & Delfim, B. (2011). *Trabalhos arqueológicos PAVT 2010 (levantamentos topográficos, prospecção e sondagens arqueológicas). Relatório final* (Vol. 2010). Braga: Trabalhos Arqueológicos da UAUM, Memórias 20. Retrieved from <http://hdl.handle.net/1822/16887>
- Fontes, L., & Roriz, A. (2012). *O traçado da via romana Bracara-Asturica, por Aquae Flaviae, no*

- concelho de Vieira do Minho. Braga: Trabalhos Arqueológicos da UAUM, Memórias 21. Retrieved from <http://hdl.handle.net/1822/16562>
- Fortes, M. (2009). *A gestão da água na paisagem romana do ocidente peninsular*. Universidade de Santiago de Compostela (dissertação de doutoramento). Retrieved from <http://hdl.handle.net/10347/2532>
- Fox, A., Ravenhill, W., Carson, R., Harden, D., Smith, I., Schweizer, F., ... Hutchinson, S. (1972). The Roman Fort at Nanstallon, Cornwall. *Britannia*, 3, 56-111.
- Fradley, M. (2009). The Field Archaeology of the Romano-British Settlement at Charterhouse-on-Mendip. *Britannia*, 40, 99-122. doi:10.3815/006811309789785990
- Freire, O. (1968). O castro de S. Vicente da Chã (Montalegre). Campanhas de escavações de 1965 e 1966. *Trabalhos de Antropologia E Etnologia*, 20(3-4), 368-375.
- Freitas, A. (2001). *Carta Arqueológica do Concelho de Valpaços*. Valpaços: Câmara Municipal de Valpaços.
- Fumadó-Ortega, I., & Sánchez-Pardo, J. C. (2013). Archaeology from Aerial Archives in Spain and Portugal: Two Examples from the Atlantic Seaboard. In W. Hanson & I. Oltean (Eds.), *Archaeology from Historical Aerial and Satellite Archives* (pp. 179-197). New York: Springer. doi:10.1007/978-1-4614-4505-0_11
- Gago-Mariño, M., & Fernández-Malde, A. (2015). Un posible recinto campamental romano en O Cornado (Negreira, Galicia). *Nailos: Estudios Interdisciplinares de Arqueología*, 2, 229-251. Retrieved from <http://nailos.org/nailos-2-2015-not3/>
- García y Bellido, A. (1961). El exercitus hispanicus desde Augusto a Vespasiano. *Archivo Español de Arqueología*, 34, 114-160.
- García y Bellido, A. (1963). Los auxiliares hispanos en los ejércitos romanos de ocupación (200-30 a.C.). *Emerita*, 31, 213-226.
- García-Bellido, M. P. (2002). Labores mineras militares en Hispania: explotación y control. In Á. Morillo-Cerdán (Ed.), *Arqueología Militar Romana en Hispania* (pp. 19-46). Madrid: CSIC, Anejos de Gladius 5.
- García-Bellido, M. P. (2006). El abastecimiento de moneda al ejército de Hispania en el Noroeste. In M. P. García-Bellido (Ed.), *El abastecimiento de moneda al ejército de Hispania en el Noroeste: el abastecimiento de moneda*, Vol. 1, Anejos de Gladius, 9 (pp. 623-672). Madrid: CSIC.
- García-Bellido, M. P. (2008). From imperatores to emperor. The beginning of the Augustan military coinage in Hispania (27-15 BC). In M. P. García-Bellido, A. Mostalac, & A. Jiménez (Eds.), *Del Imperium de Cesar a la auctoritas de Augusto. Homenaje a Michael Grant, Anejos de AEspA LVII* (pp. 279-294). Madrid: CSIC.
- García-Gelabert, M. (2002). El armamento y las tropas auxiliares hispanas en los ejércitos romanos de la República. In A. Morillo-Cerdán (Ed.), *Arqueología Militar Romana en Hispania* (pp. 503-509). Madrid: CSIC, Anejos de Gladius 5.
- García-Marcos, V. (2005). Los campamentos de las legiones VI Victrix y VII Gemina en León. In G. Cesáreo-Pérez & E. Illarregui-Gómez (Eds.), *Arqueología militar romana en Europa* (pp. 167-198). Salamanca: Junta de Castilla y León, Universidad Internacional SEK.
- García-Marcos, V., & Vidal-Encinas, J. (1999). Asturica Augusta: De asentamiento militar a urbs magnifica. In A. Rodríguez-Colmenero (Ed.), *Los orígenes de la ciudad en el Noroeste Hispánico: actas del Congreso Internacional (Lugo 1996)*, vol. 2 (pp. 911-944). Lugo: Diputación Provincial de Lugo.
- García-Merino, C. (1996). Un nuevo campamento romano en la cuenca del Duero: el recinto campamental de Uxama (Soria). *Archivo Español de Arqueología*, 69, 269-273.
- García-Quintela, M. V. (2002). *La organización socio-política de los Populi del Noroeste de la Península Ibérica: un estudio de Antropología Política Histórica Comparada*. TAPA: Traballos de Arqueoloxía e Patrimonio, 28.

- García-Quintela, M. V. (2013). Entre naturaleza y cultura: Arquitectura ambigua en la Edad del Hierro del NO peninsular. *Gallaecia*, 32, 47-86. Retrieved from <http://www.usc.es/revistas/index.php/gallaecia/article/view/1383>
- García-Quintela, M. V., & Santos-Estévez, M. (2008). *Santuarios de la Galicia Céltica. Arqueología del Paisaje y Religiones Comparadas en la Edad del Hierro*. Madrid: Abada Editores.
- García-Quintela, M. V., & Santos-Estévez, M. (2015). Iron Age Saunas of Northern Portugal: State of the Art and Research Perspectives. *Oxford Journal of Archaeology*, 34(1), 67-95. doi:10.1111/ojoa.12049
- García-Riaza, E. (2009). La política romana de atracción de las élites indígenas de la península ibérica durante la época republicana: el caso de la Galia cesariana y sus antecedentes hispánicos. In G. Bravo-Castañeda & R. González-Salineró (Eds.), *Formas de integración en el mundo romano: Actas del VI Coloquio de la Asociación Interdisciplinar de Estudios Romanos* (pp. 209-223). Madrid: Signifer Libros.
- García-Sanjuán, L. (2005). *Introducción al reconocimiento y análisis arqueológico del territorio*. Barcelona: Ariel Prehistoria.
- García-Sanjuán, L., Garrido-González, P., & Lozano-Gómez, F. (2007). Las piedras de la memoria (II): El uso en época romana de espacios y monumentos sagrados prehistóricos del Sur de la Península Ibérica. *Complutum*, 18, 109-130. Retrieved from <http://revistas.ucm.es/index.php/CMPL/article/view/CMPL0707110109A>
- García-Sanjuán, L., Garrido-González, P., & Lozano-Gómez, F. (2008). The Use of Prehistoric Ritual and Funerary Sites in Roman Spain: Discussing Tradition, Memory and Identity in Roman Society. In C. Fenwick, M. Wiggins, & D. Wythe (Eds.), *TRAC 2007: Proceedings of the Seventeenth Annual Theoretical Roman Archaeology Conference* (pp. 1-13). Oxford: Oxbow Books.
- Gardner, A. (2007). Fluid Frontiers: Cultural Interaction on the Edge of Empire. *Stanford Journal of Archaeology*, 5, 43-60.
- Gardner, A. (2013). Thinking about Roman Imperialism: Postcolonialism, Globalisation and Beyond? *Britannia*, 44, 1-25. doi:10.1017/S0068113X13000172
- Garrido-Elena, A., Mar, R., & Martins, M. (2008). *A Fonte do Ídolo. Análise, interpretação e reconstrução do santuário*. Braga: UAUM, Bracara Augusta. Escavações Arqueológicas 4.
- Gerritsen, F., & Roymans, N. (2005). Central places and the construction of tribal identities. The case of the Late Iron Age Lower Rhine region. In C. Haselgrove (Ed.), *Celtes et Gaulois, l'Archéologie face à l'Histoire, 4: les mutations de la fin de l'âge du Fer. Actes de la table ronde de Cambridge, 7-8 juillet 2005* (pp. 251-266). Glux-en-Glenne: Bibracte, Centre Archéologique Européen.
- Gibson, E. (2007). The Archaeology of Movement in a Mediterranean Landscape. *Journal of Mediterranean Archaeology*, 20(1), 61-87. Retrieved from <http://www.equinoxpub.com/journals/index.php/JMA/article/view/3758>
- Giddens, A. (1984). *The Constitution of Society*. Berkeley: University of California Press.
- Gillings, M. (2009). Visual affordance, landscape and the megaliths of Alderney. *Oxford Journal of Archaeology*, 28(4), 335-356. doi:10.1111/j.1468-0092.2009.00332.x
- Gillings, M. (2015). Mapping invisibility: GIS approaches to the analysis of hiding and seclusion. *Journal of Archaeological Science*, 62, 1-14. doi:10.1016/j.jas.2015.06.015
- Gilliver, C. (1999). *The Roman Art of War*. Stroud: Tempus.
- Giumlia-Mair, A., & Lo Schiavo, F. (2003). *Le problème de l'étain à l'origine de la métallurgie*. Oxford: BAR International Series, 1199.
- Gómez-Gutiérrez, Á., Schnabel, S., Lavado-Contador, F., & García-Marín, R. (2011). Testing the quality of open-access DEMs and their derived attributes in Spain: SRTM, GDEM and PNOA DEM. *Geomorphometry*, 53-56. Retrieved from <http://geomorphometry.org/system/files/GomezGutierrez2011geomorphometry.pdf>

- Gonçalves, J., & Fernandes, J. (2005). Assessment of SRTM-3 DEM in Portugal with topographic map data. In *Proceedings of the EARSeL Workshop 3D-Remote Sensing*. Retrieved from <http://www.earsel.org/SIG/3D/Dati/Porto/Goncalves.pdf>
- González-Álvarez, D. (2011a). De la cultura castreña al mosaico castreño: una aproximación en términos sociales a la variabilidad de las formas de poblamiento de las comunidades castreñas del Noroeste Peninsular y orla Cantábrica. *Estrat Crític*, 1, 213-226.
- González-Álvarez, D. (2011b). Vías romanas de montaña entre Asturias y León. La integración de la "Asturia transmontana" en la red viaria de Hispania. *Zephyrus*, 67, 171-192.
- González-Álvarez, D., Álvarez-Martínez, V., Jiménez-Chaparro, J., Menéndez-Blanco, A., & Colloto-Montero, J. (2011). ¿Un nuevo establecimiento militar romano en la asturia transmontana? El Picu Viyao (Piloña, Asturias). *Férvedes*, 7, 159-168.
- González-Álvarez, D., Menéndez-Blanco, A., & Álvarez-Martínez, V. (2008). El campamento de Moyapán (Ayande, Asturias). *Férvedes, Actas Do I Congreso Internacional de Arqueoloxía de Vilalba*, 5, 363-371.
- González-García, F. J. (2007). La guerra en la Gallaecia antigua: del guerrero tribal al soldado imperial. *Sémata: Ciências Sociais E Humanidades*, 19, 21-64.
- González-García, F. J. (2009a). Between Warriors and Champions: Warfare and Social Change in the Later Prehistory of the North-Western Iberian Peninsula. *Oxford Journal of Archaeology*, 28(1), 59-76. doi:10.1111/j.1468-0092.2008.00319.x
- González-García, F. J. (2009b). Repensando el pasado: cambio social e iconografía guerrera en la Edad del Hierro del Noroeste de la Península Ibérica. *Revista Aquae Flaviae*, 41, 123-152.
- González-García, F. J. (2011). From Cultural Contact to Conquest: Rome and the Creation of a Tribal Zone in the North-Western Iberian Peninsula. *Greece & Rome (Second Series)*, 58(02), 184-194. doi:10.1017/S0017383511000040
- González-García, F. J., Parcerou-Oubiña, C., & Ayán-Vila, X. (2011). Iron Age Societies against the State: An Account of the Emergence of the Iron Age in North-Western Iberia. In T. Moore & X. L. Armada-Pita (Eds.), *Atlantic Europe in the First Millennium BC. Crossing the Divide* (pp. 285-301). Oxford: Oxford University Press.
- González-García, F. J., & Quiroga, P. M. L. B. de. (2010). La estela de Crecedente: reflexiones sobre el proceso romanizador en la Galicia antigua. In P. B. Ramírez, A. Gilman, C. Martín-Morales, & F. J. Sánchez-Palencia (Eds.), *Arqueología, sociedad, territorio y paisaje: estudios sobre Prehistoria reciente, Protohistoria y transición al mundo romano en homenaje a M^a Dolores Fernández Posse* (pp. 349-360). CSIC.
- González-Ruibal, A. (2001). Camino del Tiempo: orígenes protohistóricos de la vía XIX. *Larouco*, 3, 157-167.
- González-Ruibal, A. (2003). Restoring ontological security: Roman and native objects in Early Roman Gallaecia (NW Iberia). In G. Carr, E. Swift, & J. Weekes (Eds.), *TRAC 2002: Proceedings of the Twelfth Annual Theoretical Roman Archaeology Conference* (pp. 29-47). Oxford: Oxbow Books. Retrieved from <http://trac.org.uk/pubs/trac2002/>
- González-Ruibal, A. (2004a). Artistic expression and material culture in Celtic Gallaecia. *Journal of Interdisciplinary Celtic Studies*, 6. Retrieved from http://www4.uwm.edu/celtic/ekeltoi/volumes/vol6/6_3/gonzalez_ruibal_6_3.html
- González-Ruibal, A. (2004b). Facing two seas: Mediterranean and Atlantic contacts in the north-west of Iberia in the first millennium BC. *Oxford Journal of Archaeology*, 23(3), 287-317. doi:10.1111/j.1468-0092.2004.00213.x
- González-Ruibal, A. (2005). El Castro de Saceda y la jerarquización territorial de la Segunda Edad del Hierro del Noroeste Ibérico. *Zephyrus*, 58, 267-284.
- González-Ruibal, A. (2006a). Galaicos: Poder y comunidad en el Noroeste de la Península Ibérica (1200 a.C. - 50 d.C.). A Coruña: Brigantium: Boletín do Museu Arqueolóxico e Histórico da Coruña, 18-19.

- González-Ruibal, A. (2006b). House societies vs. kinship-based societies: An archaeological case from Iron Age Europe. *Journal of Anthropological Archaeology*, 25(1), 144-173. doi:10.1016/j.jaa.2005.09.002
- González-Ruibal, A. (2006c). Past the Last Outpost: Punic Merchants in the Atlantic Ocean (5th-1st centuries BC). *Journal of Mediterranean Archaeology*, 19(1), 121-150. doi:10.1558/jmea.2006.19.1.121
- González-Ruibal, A. (2007a). Arqueología simétrica: un giro teórico sin revolución paradigmática (with commentary). *Complutum*, 18, 283-319.
- González-Ruibal, A. (2007b). La vida social de los objetos Castreños. In F. J. González-García (Ed.), *Los Pueblos de la Galicia Céltica* (pp. 259-322). Madrid: Akal Universitaria.
- González-Ruibal, A. (2009). Cultura de fronteira. O distrito de Vila Real e a zona Meridional da Província de Ourense na Idade do Ferro. *Revista Aquae Flaviae*, 41, 153-160.
- González-Ruibal, A. (2012). The Politics of Identity: Ethnicity and the Economy of Power in Iron Age Northern Iberia. In G. Cifani & S. Stoddart (Eds.), *Landscape, Ethnicity and Identity in the Archaic Mediterranean Area* (pp. 245-266). Oxford: Oxbow Books.
- González-Ruibal, A. (2014). *An archaeology of resistance: Materiality and time in an African borderland*. Lanham: Rowman & Littlefield.
- González-Ruibal, A., Hernando, A., & Politis, G. (2011). Ontology of the self and material culture: Arrow-making among the Awá hunter-gatherers (Brazil). *Journal of Anthropological Archaeology*, 30(1), 1-16. doi:10.1016/j.jaa.2010.10.001
- González-Ruibal, A., Rodríguez-Martínez, R., & Ayán-Vila, X. (2010). Buscando a los púnicos en el Noroeste. *Mainake*, 32(1), 577-600.
- Goodchild, M., & Hunter, G. (1997). A simple positional accuracy measure for linear features. *International Journal of Geographical Information Science*, 11(3), 299-306. doi:10.1080/136588197242419
- Gosden, C. (2004). *Archaeology and Colonialism*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Gosden, C., & Marshall, Y. (1999). The Cultural Biography of Objects. *World Archaeology*, 31(2), 169-178. doi:10.2307/125055
- Granja, H., & Morais, R. (2010). Diálogo entre ciências: estudo preliminar em torno dos estuários dos rios Cávado e Ave. In A. M. S. Bettencourt, M. I. C. Alves, & S. Monteiro-Rodrigues (Eds.), *Variações Paleoambientais e Evolução Antrópica no Quaternário do Ocidente Peninsular* (pp. 61-70). Braga: APEQ, CITCEM.
- Grau-Lobo, L. A., & Hoyas-Díez, J. L. (2001). *El bronce de Bembibre: un edicto del emperador Augusto del año 15 a.C.* Museo de León. Valladolid: Junta de Castilla y León.
- Green, S., Bevan, A., & Shapland, M. (2014). A comparative assessment of structure from motion methods for archaeological research. *Journal of Archaeological Science*, 46, 173-181. doi:10.1016/j.jas.2014.02.030
- Griffiths, D. (2013). *Augustus and the Roman provinces of Iberia*. University of Liverpool. Retrieved from <http://repository.liv.ac.uk/16353/>
- Guedes, C. (2012). *Relatório Final da Intervenção Arqueológica no Arquivo Municipal de Chaves (unpublished report)*. Porto: Arqueologia & Património.
- Guerra, A. (2003). Algumas questões de toponímia pré-romana do Ocidente Peninsular. *Palaeohispanica*, 3, 101-112. Retrieved from <http://ifc.dpz.es/recursos/publicaciones/25/25/06guerra.pdf>
- Guerra, L. de F. da. (1896). A estátua callaica de Vianna. *Revista de Sciencias Naturaes E Sociaes*, 4, 192-194.
- Guerra, L. de F. da. (1900). Vestígios romanos no concelho de Vianna do Castello. *O Arqueólogo Português*, 1.^a Série, 5, 175-177.

- Guerra, L. de F. da. (1982). *Notícias Históricas do Concelho e Vila de Boticas. Materiais para a História do Concelho de Boticas, 1 (Recolha, organização e notas de José Pacheco Pereira)*. Boticas: Câmara Municipal de Boticas.
- Güimil-Fariña, A. (2015). *Vías, epigrafía y territorio. Aproximaciones metodológicas para el análisis de la articulación del territorio en la Gallaecia*. Editorial Academica Espanola.
- Güimil-Fariña, A., & Parceró-Oubiña, C. (2014). "Dotting the joins": a non-reconstructive use of least cost paths to approach ancient roads. The case of the Roman Roads in the NW Iberian Peninsula. *Journal of Archaeological Science*, 54, 31-44. doi:10.1016/j.jas.2014.11.030
- Gutiérrez-Soler, L. M., Bellón-Ruiz, J. P., & Rueda-Galán, C. (2009). The military control of the mining territory of eastern Sierra Morena. In Á. Morillo-Cerdán, N. Hanel, & E. Martín-Hernández (Eds.), *Limes XX, XX Congreso Internacional de Estudios sobre la Frontera Romana, vol. 1, Anejos de Gladius 13* (pp. 351-364). Madrid: CSIC.
- Hacıgüzeller, P. (2012). GIS, critique, representation and beyond. *Journal of Social Archaeology*, 12(2), 245-263. doi:10.1177/1469605312439139
- Haeussler, R. (2013). *Becoming Roman? Diverging Identities and Experiences in Ancient Northwest Italy*. Walnut Creek: Left Coast Press.
- Harford, P., Plimer, I., Silva, R., & Lima, A. (1998). *Minas Romanas. Annual Report (unpublished report)*. Alfragide: LNEG.
- Harmand, J. (1967). *L'Armée et le soldat à Rome: de 107 à 50 avant notre ère*. Paris: Picard.
- Harrison, R. (2002). Archaeology and the colonial encounter: Kimberley spearpoints, cultural identity and masculinity in the north of Australia. *Journal of Social Archaeology*, 2(3), 352-377. doi:10.1177/146960530200200304
- Hartgroves, S., & Smith, J. (2008). A Second Roman Fort is Confirmed in Cornwall. *Britannia*, 39, 237-239. doi:10.3815/006811308785916935
- Haselgrove, C., & Moore, T. (2007). New narratives of the Later Iron Age. In C. Haselgrove & T. Moore (Eds.), *The Later Iron Age in Britain and Beyond* (pp. 1-15). Oxbow Books.
- Haynes, I. (2013). *Blood of the Provinces: The Roman Auxilia and the Making of Provincial Society from Augustus to the Severans*. Oxford: Oxford University Press.
- Helfert, M., Ramminger, B., & Wahl-Clerici, R. (2013). Underground surveying with 3D-laserscanning of the "Galeria dos Alargamentos" in the Roman gold mining district of Três Minas and Campo De Jales (Northern Portugal). In P. Anreiter, K. Brandstätter, G. Goldenberg, K. Hanke, W. Leitner, K. Nicolussi, ... P. Tropper (Eds.), *Mining in European History and its Impact on Environment and Human Societies - Proceedings for the 2nd Mining in European History Conference of the FZ HiMAT, 7.-10. November 2012, Innsbruck* (pp. 207-214). Innsbruck: Innsbruck University Press.
- Herzog, I. (2013). The potential and limits of optimal path analysis. In A. Bevan & M. Lake (Eds.), *Computational Approaches to Archaeological Spaces* (pp. 179-211). Walnut Creek: Left Coast Press.
- Herzog, I. (2014). A review of case studies in archaeological least-cost analysis. *Archeologia E Calcolatori*, 25, 223-239.
- Hill, J. D. (2006). Are we any closer to understanding how later Iron Age societies work (or did not work)? In C. Haselgrove (Ed.), *Celts et Gaulois, l'Archéologie face à l'Histoire, 4: les mutations de la fin de l'âge du Fer. Actes de la table ronde de Cambridge, 7-8 juillet 2005* (pp. 169-179). Glux-en- Glenne: Centre Archéologique Européen (Collection Bibracte 12/4).
- Hingley, R. (1996). Ancestors and identity in the later prehistory of Atlantic Scotland: The reuse and reinvention of Neolithic monuments and material culture. *World Archaeology*, 26(2), 231-243. doi:10.1080/00438243.1996.9980343
- Hingley, R. (2005). *Globalizing roman culture. Unity, diversity and empire*. Routledge.
- Hingley, R. (2008). Not so Romanized? Tradition, reinvention or discovery in the study of Roman

- Britain. *World Archaeology*, 40(3), 427-443. doi:10.1080/00438240802261531
- Hingley, R. (2009). Cultural diversity and unity: Empire and Rome. In S. Hales & T. Hodos (Eds.), *Material Culture and Social Identities in the Ancient World* (pp. 54-75). Cambridge: Cambridge University Press.
- Hingley, R. (2012). Exploitation and Assimilation: The Western Roman Empire from Augustus to Trajan. In D. Hoyos (Ed.), *A Companion to Roman Imperialism, Volume 81 of History of Warfare* (pp. 265-276). Brill.
- Hingley, R. (2014). Postcolonial and global Rome: the genealogy of empire. In M. Pitts & M. J. Versluys (Eds.), *Globalisation and the Roman World. World History, Connectivity and Material* (pp. 32-46). Cambridge: Cambridge University Press.
- Hirt, A. (2010). *Imperial Mines and Quarries in the Roman World: Organizational Aspects 27 BC-AD 235*. Oxford: Oxford University Press.
- Hirth, K. G. (1978). Interregional Trade and the Formation of Prehistoric Gateway Communities. *American Antiquity*, 43(1), 35-45. doi:10.2307/279629
- Höck, M. (1986). *Studien zur sogenannten Castro-Kultur in Nordportugal*. Philipps-Universität Marburg (PhD thesis).
- Höck, M. (2003). Os “guerreiros lusitano-galaicos” na história da investigação, a sua datação e interpretação. *Madriider Mitteilungen*, 44, 51-62.
- Hodder, I., & Orton, C. (1979). *Spatial Analysis in Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Illarregui-Gómez, E. (2002). Acerca de los campamentos altoimperiales de Herrera de Pisuergra y su entorno. In Á. Morillo-Cerdán (Ed.), *Arqueología Militar Romana en Hispania* (pp. 155-166). Madrid: CSIC, Anejos de Gladius 5.
- Ingold, T. (2000). *The Perception of the Environment. Essays on livelihood, dwelling and skill*. London: Routledge.
- Jiménez-Díez, A. (2008a). A critical approach to the concept of resistance: new “traditional” rituals and objects in funerary contexts of Roman Baetica. In C. Fenwick, M. Wiggins, & D. Wythe (Eds.), *TRAC 2007: Proceedings of the Seventeenth Annual Theoretical Roman Archaeology Conference* (pp. 15-30). Oxford: Oxbow Books. Retrieved from http://trac.org.uk/pubs/trac2007/TRAC2007_15-30/
- Jiménez-Díez, A. (2008b). *Imagines Hibridae. Una aproximación postcolonialista al estudio de las necrópolis de la Bética*. Anejos de Archivo Español de Arqueología, 43.
- Jiménez-Díez, A. (2011). Pure hybridism: Late Iron Age sculpture in southern Iberia. *World Archaeology*, 43(1), 102-123. doi:10.1080/00438243.2011.544903
- Jorge, S. O. (1998). *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?* Lisboa: IPA, Trabalhos de Arqueologia 10.
- Jorge, V. O., & Almeida, C. A. F. de. (1980). A Estátua-menir fálca de Chaves. *Trabalhos Do Grupo de Estudos Arqueológicos Do Porto*, 6, 5-24.
- Joyce, R., & Gillespie, S. (2015). *Things in Motion: Object Itineraries in Anthropological Practice*. Santa Fe: SAR Press.
- Júnior, A. M., Santos, J. N. dos, & Júnior, J. R. dos S. (1983). Castros do concelho de Boticas. *Trabalhos de Antropologia E Etnologia*, 24(3), 401-451.
- Júnior, A. M., Santos, J. N. dos, & Júnior, J. R. dos S. (1986). Castros do concelho de Boticas - II. Campanhas de 1984 e 1985. *Anais Da Faculdade de Ciências Do Porto*, LXVI(1-4), 5-96.
- Júnior, J. R. dos S. (1958). O Castro de Carvalhelhos. *Trabalhos de Antropologia E Etnologia*, 16(1-4), 25-62.
- Júnior, J. R. dos S. (1963). Escavações no Castro de Carvalhelhos (campanha de 1963). *Trabalhos de Antropologia E Etnologia*, 19(2), 187-193.

- Júnior, J. R. dos S. (1964). Escavações no Castro de Carvalhelhos (campanha de 1964). *Trabalhos de Antropologia E Etnologia*, 19(3-4), 360-365.
- Júnior, J. R. dos S. (1966). Duas campanhas de escavações no Castro de Carvalhelhos (1965-1966). *Trabalhos de Antropologia E Etnologia*, 20(1-2), 181-190.
- Júnior, J. R. dos S. (1971). Escavações no Castro de Carvalhelhos (campanha de 1970). *Trabalhos de Antropologia E Etnologia*, 22(1), 72-75.
- Júnior, J. R. dos S. (1973). As notáveis condições de defesa do Castro de Carvalhelhos. *Trabalhos de Antropologia E Etnologia*, 22(3), 207-209.
- Júnior, J. R. dos S. (1975). Castro de Carvalhelhos. Campanha de escavações em Agosto de 1975. *Trabalhos de Antropologia E Etnologia*, 22(4), 559-566.
- Júnior, J. R. dos S. (1977). Castro de Carvalhelhos. Campanha de 1976. *Trabalhos de Antropologia E Etnologia*, 23(1), 161-165.
- Júnior, J. R. dos S. (1978). 27ª Campanha de escavações no Castro de Carvalhelhos (1977). *Trabalhos de Antropologia E Etnologia*, 23(2-3), 323-333.
- Júnior, J. R. dos S. (1980). 28ª campanha de escavações no Castro de Carvalhelhos, 1979. *Trabalhos de Antropologia E Etnologia*, 23(4), 607-609.
- Júnior, J. R. dos S. (1981). 29ª campanha de escavações no Castro de Carvalhelhos, 1980. *Trabalhos de Antropologia E Etnologia*, 24(1), 140-147.
- Júnior, J. R. dos S. (1982). 30ª Campanha de escavações no Castro de Carvalhelhos, Agosto de 1981. *Trabalhos de Antropologia E Etnologia*, 24(2), 249-264.
- Júnior, J. R. dos S. (1983). 31ª Campanha de escavações no Castro de Carvalhelhos. *Trabalhos de Antropologia E Etnologia*, 24(3), 511-519.
- Júnior, J. R. dos S. (1984a). 30 anos de escavações no Castro de Carvalhelhos (Boticas - Vila Real). *Revista de Guimarães*, 94, 411-424.
- Júnior, J. R. dos S. (1984b). 32ª Campanha de escavações no Castro de Carvalhelhos (Julho-Agosto de 1983). *Trabalhos de Antropologia E Etnologia*, 24(4), 673-682.
- Júnior, J. R. dos S. (1985). 33ª campanha de escavações no Castro de Carvalhelhos, Agosto de 1984. *Trabalhos de Antropologia E Etnologia*, 25(1-2), 170-172.
- Júnior, J. R. dos S., & Freire, O. (1964). O Castro de S. Vicente da Chã (Barroso). Campanha de escavações de 1964. *Trabalhos de Antropologia E Etnologia*, 19(3-4), 336-371.
- Júnior, J. R. dos S., Freitas, A., Costa, A., & Júnior, N. (1989). O Santuário do Castelo de Mau Vizinho. *Revista de Guimarães*, 99, 368-410.
- Júnior, J. R. dos S., & Isidoro, A. (1963). Escavações no Castro de S. Vicente da Chã (Barroso). *Trabalhos de Antropologia E Etnologia*, 19(2), 178-186.
- Knapp, B., & Ashmore, W. (1999). Archaeological Landscapes: Constructed, Conceptualized, Ideational. In W. Ashmore & B. Knapp (Eds.), *Archaeologies of Landscape: Contemporary Perspectives* (pp. 1-30). Wiley-Blackwell.
- Koch, M. (2003). Die lusitanisch-galläkischen Kriegerstatuen in ihrem literarisch-epigraphischen zusammenhang. *Madriider Mitteilungen*, 44, 67-86.
- Kvamme, K. (2006). There and back again: Revisiting Archaeological Locational Modeling. In M. W. Mehrer & K. L. Westcott (Eds.), *GIS and Archaeological Site Location Modeling* (pp. 3-38). Boca Raton, FL: Taylor & Francis.
- Labory, N. (2005). Le “brachium”, un mot utilisé en architecture militaire. *Latomus*, 64(1), 29-32.
- Ladra, L. (2009). Generalidades e particularidades da ourivesaria castreja transmontana: os torques flavenses. *Revista Aquae Flaviae*, 41, 219-236.
- Lake, M. W., Woodman, P. E., & Mithen, S. J. (1998). Tailoring GIS Software for Archaeological Applications: An Example Concerning Viewshed Analysis. *Journal of Archaeological Science*,

- Latour, B. (2005). *Reassembling the Social. An Introduction to Actor-Network-Theory*. Oxford: Oxford University Press.
- Leary, J. (2014). *Past Mobilities: Archaeological Approaches to Movement and Mobility*. Farnham: Ashgate Publishing.
- Lemos, F. S. (1993). *Povoamento romano de Trás-os-Montes Oriental*. Universidade do Minho.
- Lemos, F. S. (1999). O contexto geográfico da fundação de Bracara Augusta. *Forum*, 25, 81-94.
- Lemos, F. S. (2000). A Via Romana entre Bracara Augusta e Asturica Augusta, por Aquae Flaviae. *Revista de Guimarães*, 110, 15-51.
- Lemos, F. S. (2002a). A Fonte do Ídolo - História do Monumento e Contexto Arqueológico. *Minia, III Série*, 10, 5-26.
- Lemos, F. S. (2002b). Bracara Augusta. A grande plataforma viária do Noroeste Peninsular. *Forum*, 31, 95-127.
- Lemos, F. S. (2003). Bracara Augusta - periferia imediata. *Forum*, 33, 11-25.
- Lemos, F. S. (2004). O poder romano e a reorganização territorial do Noroeste Peninsular: observações pontuais. In M. C. Lopes & R. Vilaça (Eds.), *O passado em cena: narrativas e fragmentos. Miscelânea oferecida a Jorge de Alarcão* (pp. 225-246). Coimbra: CEAUCP.
- Lemos, F. S. (2004). Rede viária do conventus de Bracara Augusta: a via secundária entre o vale do Douro (Peso da Régua) e Aquae Flaviae (Chaves). In C. Auliard & L. Bodiou (Eds.), *Au Jardin des Hespérides. Histoire, société et épigraphie des mondes anciens. Mélanges offerts à Alain Tranoy* (pp. 407-419). Rennes: Presses Universitaires.
- Lemos, F. S. (2007). Antes de Bracara Augusta. *Forum*, 42-43, 203-249.
- Lemos, F. S. (2009a). A Cultura Castreja no Minho. Espaço nuclear dos grandes povoados proto-históricos do Noroeste Peninsular. In P. Pereira (Ed.), *Minho: Traços de Identidade* (pp. 216-269). Braga: Universidade do Minho.
- Lemos, F. S. (2009b). A transformação do habitat e da paisagem castreja no contexto da romanização: o exemplo dos grandes castros. In D. Dopico-Cainzos, P. Rodríguez-Álvarez, & M. Villanueva-Acuña (Eds.), *Do Castro à Cidade. A romanización na Gallaecia e na Hispânia indoeuropea* (pp. 109-141). Lugo: Deputación Provincial de Lugo.
- Lemos, F. S. (2010). Comunidades indígenas e o poder imperial romano no contexto da fundação de Bracara Augusta. In I. Sastre & A. Beltrán (Eds.), *El Bronce de El Picón (Pino del Oro). Procesos de cambio en el occidente de Hispania* (pp. 113-128). Junta de Castilla y León.
- Lemos, F. S. (2015). Evolução da paisagem mineira no Vale Superior do rio Terva: rede viária e povoamento. In C. Martins (Ed.), *Exploração mineira aurífera de época Romana no Parque Arqueológico do Vale do Terva. Da Extracção ao Paleoambiente* (pp. 37-58). Boticas: Câmara Municipal de Boticas.
- Lemos, F. S., & Cruz, G. (2007). *Citânia de Briteiros. Povoado proto-histórico. The proto-historic settlement*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.
- Lemos, F. S., Cruz, G., Fonte, J., & Valdez-Tulett, J. (2011). Landscape in the Late Iron Age of Northwest Portugal. In T. Moore & L. Armada-Pita (Eds.), *Atlantic Europe in the First Millenium BC: crossing the divide* (pp. 187-204). Oxford: Oxford University Press.
- Lemos, F. S., Leite, J. M., Bettencourt, A., & Azevedo, M. (2002). Balneário Pré Romano de Braga. *Almadan, II Série*, 12, 43-46.
- Lemos, F. S., & Martins, C. (2010). Povoamento e rede viária no território de influência de Aquae Flaviae. In C. Martins (Ed.), *Mineração e povoamento na Antiguidade no Alto Trás-os-Montes Ocidental* (pp. 79-105). Porto: CITCEM.
- Lemos, F. S., & Martins, C. (2011). Civitates e exploração aurífera romana no Noroeste da Península Ibérica. In J. M. Mata-Perelló, L. T. Abat, & N. Fuentes-Prieto (Eds.), *Actas del V Congreso*

- Internacional sobre Minería y Metalurgia Históricas en el Suroeste Europeo (León 2008)* (pp. 499-508). Lleida: SEDPGYM.
- Lemos, F. S., & Martins, C. (2014). Sigillatas e contextos crono-estratigráficos no âmbito da mineração antiga no Norte de Portugal. In R. Morais, A. Fernández-Fernández, & M. J. Sousa (Eds.), *As produções cerâmicas de imitação na Hispania, Atas do II Congresso Internacional da SECAH - Ex Officina Hispana, tomo I* (pp. 339-346). Porto: FLUP.
- Lemos, F. S., & Meireles, C. (2006). Mineração aurífera no Conventus de Bracara Augusta. In *Actas do 3º Simpósio sobre Mineração e Metalurgia Históricas no Sudoeste Europeu* (pp. 169-183). Porto: SEDPGYM, IPPAR.
- Lemos, F. S., & Morais, P. (2004). Vias augustas e mineração aurífera. *Forum*, 36, 15-56.
- Le-Roux, P. (1982). *L'armée romaine et l'organisation des provinces ibériques d'Auguste à l'invasion de 409*. Paris: Diffusion de Boccard.
- Le-Roux, P., & Tranoy, A. (1983). Villes et fonctions urbaines dans le Nord-Ouest Hispanique sous domination romaine. *Portugalia, Nova Série*, 4-5, 199-207.
- Lima, A., & Argüello-Menéndez, J. (2004). *Bragança. Um olhar sobre a História*. Bragança: Câmara Municipal de Bragança.
- Lima, A., Matias-Rodríguez, R., & Fonte, J. (2015). A Exploração de Depósitos Secundários de ouro nas Serras de Santa Justa e Pias (Município de Valongo). In *Atas 1º Congresso Mineração Romana em Valongo* (pp. 40-47). Valongo: Alto Relevo - Clube de Montanhismo, Câmara Municipal de Valongo. Retrieved from <http://www.altorelevo.org/cmr/atas.htm>
- Lima, A., Matias-Rodríguez, R., Fonte, J., & Pires, H. (2014). The Historic Gold Mining in the High Terva River Basin (Northern Portugal). *Comunicações Geológicas*, 101(Especial III), 1289-1293. Retrieved from <http://www.lneg.pt/iedt/unidades/16/paginas/26/30/185>
- Lima, A., Matias-Rodríguez, R., & Mendonça, A. (2011). Contribuição para o estudo da Mineração Romana de ouro na Bacia do Rio Terva. In C. Martins, A. Bettencourt, J. Martins, & J. Carvalho (Eds.), *Povoamento e Exploração dos Recursos Mineiros na Europa Atlântica Ocidental* (pp. 241-256). Braga: CITCEM/APEQ.
- Llobera, M. (2000). Understanding movement: a Pilot model towards the sociology of movement. In *Beyond the Map: Archaeology and Spatial Technologies* (Lock, G., pp. 65-84). Amsterdam: IOS Press.
- Llobera, M. (2003). Extending GIS-based visual analysis: the concept of visualsapes. *International Journal of Geographical Information Science*, 17(1), 25-48. doi:10.1080/713811741
- Llobera, M. (2011). Archaeological Visualization: Towards an Archaeological Information Science (AISC). *Journal of Archaeological Method and Theory*, 18(3), 193-223. doi:10.1007/s10816-010-9098-4
- Llobera, M. (2015). Working the Digital: some thoughts from Landscape Archaeology. In R. Chapman & A. Wylie (Eds.), *Material Evidence: Learning from Archaeological Practice* (pp. 173-188). Abingdon: Routledge.
- Llobera, M., Fábrega-Álvarez, P., & Parcero-Oubiña, C. (2011). Order in movement: a GIS approach to accessibility. *Journal of Archaeological Science*, 38(4), 843-851. doi:<http://dx.doi.org/10.1016/j.jas.2010.11.006>
- Llobera, M., & Sluckin, T. (2007). Zigzagging: Theoretical insights on climbing strategies. *Journal of Theoretical Biology*, 249(2), 206-217. doi:<http://dx.doi.org/10.1016/j.jtbi.2007.07.020>
- Llobera, M., Wheatley, D., Steele, J., Cox, S., & Parchment, O. (2010). Calculating the Inherent Visual Structure of a Landscape ("Total Viewshed") Using High-Throughput Computing. In F. Nicolucci & S. Hermon (Eds.), *Beyond the Artifact. Digital Interpretation of the Past. Proceedings of CAA2004, Prato 13-17 April 2004* (pp. 146-151). Budapest: Archaeolingua.
- Lobos, L. (2012). *Recuperação da paisagem primitiva da barragem do Alto Rabagão através de fotografias aéreas históricas*. Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (dissertação de mestrado).

- Loewensohn, E. (1965). Una calzada y dos campamentos romanos del Conventus Asturum. *Archivo Español de Arqueología*, 38, 26-43.
- Loney, H., & Hoan, A. (2005). Landscape, Memory and Material Culture: Interpreting Diversity in the Iron Age. *Proceedings of the Prehistoric Society*, 71, 361-378. doi:10.1017/S0079497X00001067
- Lopes, A. B., Silva, A. C. F. da, Centeno, R., & Parente, J. (1994). A estátua-estela do Marco (Vreia de Jales, Vila Pouca de Aguiar): notícia preliminar. *Portugália, Nova Série*, 15, 147-154. Retrieved from <http://hdl.handle.net/10216/8448>
- López-Boado, B. (2005). Traçado de um aqueduto romano. In I. Rodà de Llanza (Ed.), *Aqua Romana: Técnica humana e força divina* (pp. 57-69). Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- López-Cuevillas, F. (1953). *La civilización céltica en Galicia*. Santiago de Compostela: Porto y Cia.
- López-Cuevillas, F. (1955). La Cidá do Castro de San Millán. *Cuadernos de Estudios Gallegos*, 10, 138-140.
- López-Cuevillas, F. (1958). Nuevos hallazgos en Outeiro de Baltar. *Cuadernos de Estudios Gallegos*, III, 314-320.
- López-Cuevillas, F., & Taboada-Chivite, J. (1946). Una estacion galaico-romana en el Outeiro de Baltar. *Archivo Español de Arqueología*, 63(19), 117-130.
- López-Cuevillas, F., & Taboada-Chivite, J. (1953). Noticias sobre a Cidá do Castro. *Revista de Guimarães*, 63(1-2), 151-157.
- López-Cuevillas, F., & Taboada-Chivite, J. (1955). Un oppidum de la tribu de los Bíbalos. *Archivo Español de Arqueología*, 28, 69-89.
- López-Cuevillas, F., & Taboada-Chivite, J. (1958). Nuevas excavaciones en la Cidá do Castro de San Millán. *Cuadernos de Estudios Gallegos*, 13, 301-311.
- López-González, L., & Alvarez-González, Y. (2000). La secuencia cultural del asentamiento de Laias: evolución espacial y funcional del poblado. In V. O. Jorge (Ed.), *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular, Vol. 5: Proto-história da Península Ibérica* (pp. 523-532). Vila Real: ADECAP.
- López-Melero, R. (2001). El texto de la tabula de El Bierzo: propuesta de interpretación. In L. A. Grau-Lobo & J. L. Hoyas-Díez (Eds.), *El bronce de Bembibre: un edicto del emperador Augusto del año 15 a.C.* Museo de León (pp. 29-44). Valladolid: Junta de Castilla y León.
- López-Merino, L., Martínez-Cortizas, A., Reher, G., López-Sáez, J., Mighall, T., & Bindler, R. (2014). Reconstructing the impact of human activities in a NW Iberian Roman mining landscape for the last 2500 years. *Journal of Archaeological Science*, 50, 208-218. doi:10.1016/j.jas.2014.07.016
- López-Mondéjar, L. (2009). Los castella tardorrepublicanos del noroeste murciano en el marco del paisaje comarcal del siglo I a.c.: control del territorio y romanización en el sureste peninsular. *Zephyrus*, 64, 97-113. Retrieved from <http://revistas.usal.es/index.php/0514-7336/article/view/7211>
- López-Romero, E. (2008). Characterising the evolution of visual Landscapes in the late prehistory of south-west Morbihan (Brittany, France). *Oxford Journal of Archaeology*, 27(3), 217-239. doi:10.1111/j.1468-0092.2008.00305.x
- López-Sánchez, F. (2015). The mining, minting and obtaining of gold in the Roman Empire. In P. Erdkamp, K. Verboven, & A. Zuiderhoek (Eds.), *Ownership and Exploitation of Land and Natural Resources in the Roman World* (pp. 315-338). Oxford: Oxford University Press.
- Lowe, B. (2009). *Roman Iberia: Economy, Society and Culture*. London: Duckworth.
- Lydon, J., & Uzma, Z. (2010). *Handbook of Postcolonial Archaeology*. Walnut Creek: Left Coast Press, World Archaeological Congress Research Handbooks in Archaeology, Volume 3.
- Mantas, V. (1997). *A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga*. Faculdade de

- Letras da Universidade de Coimbra (dissertação de doutoramento). Retrieved from <http://hdl.handle.net/10316/790>
- Mantas, V. (2012). Todos os caminhos vão dar a Roma. *Visão História "Portugal No Tempo Dos Romanos,"* 17, 54-57.
- Margaria, R. (1938). Sulla Fisiologia e specialmente sul consumo energetico della marcia e della corsa a varia velocità ed inclinazione del terreno. In *Atti della Accademia Nazionale dei Lincei* 7 (pp. 299-368).
- Marín-Suárez, C. (2007). Los materiales del castro de San L.Luis (Allande, Asturias). *Complutum*, 18, 131-160. Retrieved from <http://revistas.ucm.es/index.php/CMPL/article/view/CMPL0707110131A/29374>
- Marín-Suárez, C. (2011). *De nómadas a castreños: el Primer Milenio antes de la Era en el sector centro-occidental de la Cordillera Cantábrica*. Universidad Complutense de Madrid.
- Marques, C. (2015). *Valorização da paisagem a partir do património arqueológico: Minas Romanas de Tresminas*. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (dissertação de mestrado). Retrieved from <http://hdl.handle.net/10348/4650>
- Martínez-Cortizas, A., López-Merino, L., Bindler, R., Mighall, T., & Kylander, M. (2013). Atmospheric Pb pollution in N Iberia during the late Iron Age/Roman times reconstructed using the high-resolution record of La Molina mire (Asturias, Spain). *Journal of Paleolimnology*, 50(1), 71-86. doi:10.1007/s10933-013-9705-y
- Martínez-del-Pozo, J., Cerrillo-Cuenca, E., & Salas-Tovar, E. (2013). Low Altitude Aerial Photography Applications for Digital Surface Models Creation in Archaeology. *Transactions in GIS*, 17(2), 227-246. doi:10.1111/j.1467-9671.2012.01361.x
- Martín-Hernández, E., & Camino-Mayor, J. (2013). El Picu L.lagüezos, un nuevo campamento romano en la Vía Carisa. In *Excavaciones Arqueológicas en Asturias 2007-2012* (pp. 267-276). Oviedo: Principado de Asturias.
- Martins, C. (2010a). A mineração em época Romana. In C. Martins (Ed.), *Mineração e povoamento na Antiguidade no Alto Trás-os-Montes Ocidental* (pp. 107-120). Porto: CITCEM.
- Martins, C. (2010b). Mecanismos de diferenciação na Segunda Idade do Ferro. In C. Martins (Ed.), *Mineração e povoamento na Antiguidade no Alto Trás-os-Montes Ocidental* (pp. 61-77). Porto: CITCEM.
- Martins, C. (2010c). *Mineração e povoamento na Antiguidade no Alto Trás-os-Montes Ocidental*. Porto: CITCEM.
- Martins, C. (2012). Hidráulica mineira na época romana. In M. Martins, I. Freitas, & M. I. del Val Valdivieso (Eds.), *Caminhos da Água: Paisagens e usos na longa duração* (pp. 105-123). Braga: CITCEM.
- Martins, C. (2015). Mineração e metalurgia do ouro. In C. Martins (Ed.), *Exploração mineira aurífera de época Romana no Parque Arqueológico do Vale do Terva. Da Extração ao Paleoambiente* (pp. 59-81). Boticas: Câmara Municipal de Boticas.
- Martins, C., Carvalho, J., Almeida, F., & Cavalheiro, A. (2011). Aplicação do Geo-radar no reconhecimento de uma estrutura no Complexo Mineiro de Três Minas, Vila Pouca de Aguiar, Vila Real. In C. Martins, A. Bettencourt, J. Martins, & J. Carvalho (Eds.), *Povoamento e Exploração dos Recursos Mineiros na Europa Atlântica Ocidental* (pp. 521-533). Braga: CITCEM/APEQ.
- Martins, C., Cruz, G., & Fonte, J. (2010). O Povoamento na Segunda Idade do Ferro. Outeiro Lesenho como um dos lugares centrais. In C. Martins (Ed.), *Mineração e povoamento na Antiguidade no Alto Trás-os-Montes Ocidental* (pp. 47-59). Porto: CITCEM.
- Martins, C., Cruz, G., & Fonte, J. (2011). Outeiro Lesenho (Boticas): intervenções recentes no povoado proto-histórico. In M. A. Rodrigues, A. C. Lima, & A. T. Santos (Eds.), *Actas do V Congresso de Arqueologia - Interior Norte e Centro de Portugal* (pp. 239-254). Direcção Regional de Cultura do Norte, Caleidoscópio.

- Martins, M. (1987). A cerâmica proto-histórica do Vale do Cávado: tentativa de sistematização. *Cadernos de Arqueologia, Série II, 4*, 35-77. Retrieved from <http://hdl.handle.net/1822/10351>
- Martins, M. (1988). *O povoado fortificado do Lago, Amares*. Braga: Cadernos de Arqueologia, Monografias 1.
- Martins, M. (1990). *O Povoamento Proto-Histórico e a Romanização da Bacia do Curso Médio do Cávado*. Braga: Cadernos de Arqueologia, Monografias 5.
- Martins, M. (1991). *O povoado de Santo Ovídio (Fafe). Resultados dos trabalhos realizados entre 1980-1984*. Braga: Cadernos de Arqueologia, Monografias 6.
- Martins, M. (1993). Continuidade e mudança no Iº milénio a.C. no Noroeste português: os diferentes cenários de representação do discurso arqueológico. *Cadernos de Arqueologia, Série II, 10-11*, 41-64.
- Martins, M. (1999). Bracara Augusta capital da Gallaecia meridional: história, urbanismo e arquitectura. In A. Rodríguez-Colmenero (Ed.), *Los orígenes de la ciudad en el Noroeste Hispánico: actas del Congreso Internacional (Lugo 1996)*, vol. 2 (pp. 735-750). Lugo: Diputación Provincial de Lugo.
- Martins, M. (2005). *As termas romanas do Alto da Cidade: um exemplo de arquitectura pública de Bracara Augusta*. Braga: UAUM, Bracara Augusta. Escavações Arqueológicas 1. Retrieved from <http://hdl.handle.net/1822/13410>
- Martins, M. (2006). Bracara Augusta: a Roman town in the Atlantic area. In L. Abad-Casal, S. Keay, & S. Ramallo-Asensio (Eds.), *Early Roman Towns in Hispania Tarraconensis. Journal of Roman Archaeology, Supplementary series 62* (pp. 213-222). Portsmouth, Rhode Island.
- Martins, M. (2009a). A Romanização. In P. Pereira (Ed.), *Minho: Traços de Identidade* (pp. 191-269). Braga: Universidade do Minho.
- Martins, M. (2009b). Bracara Augusta. Panorama e estado da questão sobre o seu urbanismo. In D. Dopico-Cáinzos, P. Rodríguez-Álvarez, & M. Villanueva-Acuña (Eds.), *Do Castro á Cidade. A romanización na Gallaecia e na Hispânia indoeuropea* (pp. 181-211). Lugo: Deputación Provincial de Lugo.
- Martins, M. (2011). *Braga Romana. Coleção Histórias de Cidades*. Braga: Reitoria da Universidade do Minho.
- Martins, M., & Carvalho, H. (2010). Bracara Augusta and the changing rural landscape. In C. Corsi & F. Vermeulen (Eds.), *Changing landscapes. The impact of Roman towns in the Western Mediterranean. Proceedings of the International Colloquium, Castelo de Vide-Marvão 15th-17th May 2008* (pp. 281-298). Ante Quem.
- Martins, M., & Fontes, L. (2010). Bracara Augusta. Balanço de 30 anos de investigação arqueológica na capital da Galécia Romana. In *Simulacra Romae II. Rome, les capitales de province (capita prouinciarum) et la création d'un espace commun européen. Une approche archéologique, (Reims, Novembro de 2008), Bulletin de la Société Archéologique Champenoise, Mémoire n. 19* (pp. 111-124).
- Martins, M., Lemos, F. S., & Pérez-Losada, F. (2005). O Povoamento Romano no território dos Galaicos Bracarenses. In C. Fernández-Ochoa & P. García-Díaz (Eds.), *Unidad y Diversidad en el Arco Atlántico en Época Romana. III Coloquio Internacional de Arqueología en Gijón* (pp. 279-296). BAR International Series, 1371.
- Martins, M., Ribeiro, J., Magalhães, F., & Braga, C. (2012). Urbanismo e arquitetura de Bracara Augusta. Sociedade, economia e lazer. In M. Ribeiro & A. Melo (Eds.), *Evolução da Paisagem Urbana: Economia e Sociedade* (pp. 29-67). Braga: CITCEM.
- Martins, M., & Silva, A. C. F. da. (1984). A estátua de guerreiro galaico de S. Julião (Vila Verde). *Cadernos de Arqueologia, Série II, 1*, 29-47. Retrieved from <http://hdl.handle.net/1822/10362>
- Martins, T., & Lima, A. (2011). Pegmatites from Barroso-Alvão, Northern Portugal: anatomy, mineralogy and mineral geochemistry. *Cadernos Lab. Xeolóxico de Laxe*, 36, 177 - 206.
- Martín-Seijo, M., Silva, V., & Bettencourt, A. (2015). Carbonised wooden objects and wood charcoal

- from an Iron Age feasting context in North-western Iberia: The case study of Frijão (Braga, Portugal). *Journal of Archaeological Science: Reports*, 2, 538-550. doi:10.1016/j.jasrep.2015.05.005
- Mascarenhas, J., & Barata, F. (1988). *Estação arqueológica da Ciada (Gralhas/Solveira-Concelho de Montalegre). Relatório sobre o impacto na Estação da via em construção*. Évora.
- Matherat, G. (1943). La technique des retranchements de César d'après l'enseignement des fouilles de Nointel. *Gallia*, 1(1), 81-127.
- Matías-Rodríguez, R. (2006a). La Minería Aurífera Romana del Noroeste de Hispania: Ingeniería minera y gestión de las explotaciones auríferas romanas en la Sierra del Teleno (León-España). In *Nuevos Elementos de Ingeniería Romana. III Congreso de las Obras Públicas Romanas* (pp. 213-263).
- Matías-Rodríguez, R. (2006b). La Red Hidráulica de Las Médulas. Trazado e ingeniería. *Estudios Bercianos*, 30-31, 5-86.
- Matías-Rodríguez, R. (2008). El agua en la ingeniería de la explotación minera de Las Médulas (León-España). *Lancia*, 7, 17-112.
- Mattingly, D. (1992). War and Peace in Roman North Africa. Observations and Models of State-Tribe Interaction. In B. Ferguson & N. Whitehead (Eds.), *War in the tribal zone. Expanding states and indigenous warfare* (pp. 31-60). Santa Fe: School of American Research Advanced Seminar Series.
- Mattingly, D. (2004). Being Roman: expressing identity in a provincial setting. *Journal of Roman Archaeology*, 17(1), 5-25.
- Mattingly, D. (2006). *An Imperial Possession: Britain in the Roman Empire, 54 BC - AD 409*. London: Penguin.
- McCoy, M., & Ladefoged, T. (2009). New Developments in the use of Spatial Technology in Archaeology. *Journal of Archaeological Research*, 17(3), 263-295. doi:10.1007/s10814-009-9030-1
- McFarlane, D., Lundberg, J., & Neff, H. (2014). A Speleothem Record of Early British and Roman Mining at Charterhouse, Mendip, England. *Archaeometry*, 56(3), 431-443. doi:10.1111/arc.12025
- Meijide-Pardo, A. (1963). La antigua minería del estaño en el valle de Monterrey. *Cuadernos de Estudios Gallegos*, 55, 190-234.
- Mendonça, A. (2006). *Geoquímica de Ouro na Região de Limarinho (Boticas-Norte de Portugal)*. Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (dissertação de mestrado).
- Menéndez-Blanco, A., González-Álvarez, D., Álvarez-Martínez, V., & Jiménez-Chaparro, J. (2011). Nuevas evidencias de la presencia militar romana en el extremo occidental de la Cordillera Cantábrica. *Gallaecia*, 30, 145-165.
- Menéndez-Blanco, A., González-Álvarez, D., Álvarez-Martínez, V., & Jiménez-Chaparro, J. (2013a). Campamentos romanos de campaña en el Occidente de Asturias. In *Excavaciones Arqueológicas en Asturias 2007-2012* (pp. 245-251). Oviedo: Consejería de Educación, Cultura y Deporte del Principado de Asturias, Dirección General de Patrimonio Cultural.
- Menéndez-Blanco, A., González-Álvarez, D., Álvarez-Martínez, V., & Jiménez-Chaparro, J. (2013b). Propuestas de prospección de bajo coste para la detección de campamentos romanos de campaña. El área occidental de la Cordillera Cantábrica como caso de estudio. *Munibe (Antropología-Arkeologia)*, 64, 175-197.
- Menéndez-Blanco, A., Jiménez-Chaparro, J., González-Álvarez, D., & Álvarez-Martínez, V. (2012). La conquista romana del Occidente Cantábrico: novedades arqueológicas. In *Actas das IV Jornadas de Jovens em Investigação Arqueológica - JIA 2011, Vol. II* (pp. 339-346). Faro: Universidad do Algarve, Promontoria Monográfica 16.
- Menezes, M. (1929). Notícias arqueológicas do Concelho de Ribeira da Pena. *O Arqueólogo Português*, 1.^a Série, 27, 29-48.

- Meskel, L. (2003). Memory's Materiality: Ancestral Presence, Commemorative Practice and Disjunctive Locales. In R. Van Dyke & S. Alcock (Eds.), *Archaeologies of Memory* (pp. 34-55). Oxford: Blackwell Publishers. doi:10.1002/9780470774304.ch3
- Meunier, E. (2011). *L'exploitation de l'étain dans le Nord-Ouest ibérique entre l'Age du Bronze et la fin de l'Empire romain: bilan et perspectives*. Université de Toulouse - Le Mirail.
- Millett, M. (1990). *The Romanisation of Britain*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Millett, M. (2001). Roman Interaction in North-Western Iberia. *Oxford Journal of Archaeology*, 20(2), 157-170. doi:10.1111/1468-0092.00128
- Minetti, A. E., Moia, C., Roi, G. S., Susta, D., & Ferretti, G. (2002). Energy cost of walking and running at extreme uphill and downhill slopes. *Journal of Applied Physiology*, 93(3), 1039-1046. Retrieved from <http://jap.physiology.org/content/93/3/1039.abstract>
- Mlekuž, D. (2013). Skin Deep: LiDAR and Good Practice of Landscape Archaeology. In C. Corsi, B. Slapšak, & F. Vermeulen (Eds.), *Good Practice in Archaeological Diagnostics: Non-invasive Survey of Complex Archaeological Sites* (pp. 113-129). Heidelberg: Springer, Natural Science in Archaeology.
- Moggi, M. (1975). Synoikizein in Tucidade. *Annali Della Scuola Normale Superiore Di Pisa*, 5(3), 915-924.
- Montalvão, A. (1971). *Notas sobre vias romanas em terras flavienses*. Chaves.
- Montes-López, R., Hevia-González, S., Villa-Valdés, Á., & Menéndez-Granda, A. (2009). Monte Castelo de Pelou (Grandas de Salime). Avances sobre su secuencia estratigráfica e interpretación histórica. In *Excavaciones Arqueológicas en Asturias 6, 2003-2006* (pp. 313-322). Oviedo: Principado de Asturias.
- Moore, T. (2011). Detribalizing the later prehistoric past: Concepts of tribes in Iron Age and Roman studies. *Journal of Social Archaeology*, 11(3), 334-360. doi:10.1177/1469605311403861
- Morais, P. (2005). *Via romana. O traçado da via XVII do itinerário de Antonino, via Bracara-Asturica por Aquae Flaviae*. Chaves.
- Morais, R. (1997). Sobre a hegemonia do vinho e a escassez do azeite no Noroeste Peninsular nos inícios da romanização. *Cadernos de Arqueologia, Série II*, 14-15, 175-182.
- Morais, R. (2004). *Autarcia e comércio em Bracara Augusta no período Alto-Imperial: contribuição para o estudo económico da cidade*. Universidade do Minho (dissertação de doutoramento). Retrieved from <http://hdl.handle.net/1822/4721>
- Morais, R. (2005). Ab vrbe condita. Desde a fundação da cidade de Bracara Augusta. *Saguntum*, 37, 125-138.
- Morais, R. (2007). A Via Atlântica e o contributo de Gádir nas campanhas romanas na fachada Noroeste da Península. *Humanitas*, 59, 99-132.
- Morais, R. (2013). Duris e Leça: dois percursos de um mesmo itinerário - Problemáticas em torno das ânforas Haltern 70. *Portugalia, Nova Série*, 34, 101-136.
- Morais, R., & Carreras-Monfort, C. (2004). Geografia del consum de les Haltern 70. In *Culip VIII i les àmfores Haltern 70* (pp. 93-112). Girona: Monografies del Casc, 5.
- Morais, R., Granja, H., & Morillo-Cerdán, Á. (2013). *O Irado Mar Atlântico. O naufrágio bético augustano de Esposende (Norte de Portugal)*. Braga.
- Moreira, Á. de B. (2008). Castro do Monte do Padrão. Projecto de estudo, valorização e dinamização. In *Actas do Seminário Castrenor "A cultura Castrexa: Accions e estratexias para o seu aproveitamento sócio-cultural"* (pp. 129-145). Santiago de Compostela.
- Moreira, Á. de B. (2009). *Castellum Madae. Formação e desenvolvimento de um "aglomerado urbano secundário" no ordenamento do povoamento romano entre Leça e Ave*. Universidade de Santiago de Compostela (dissertação de doutoramento). Retrieved from <http://hdl.handle.net/10347/2816>

- Moreira, E., & Neto, C. (2005). A Vegetação. In *Geografia de Portugal. O Ambiente Físico* (pp. 417-469). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Moreno-Arrastio, F. (1999). Conflictos y perspectivas en el período precolonial tartésico. *Gerión*, 17, 149-177. Retrieved from <http://revistas.ucm.es/index.php/GERI/article/view/GERI9999110149A>
- Morgan, C. (2003). *Early Greek States beyond the Polis*. London: Routledge.
- Morillo-Cerdán, Á. (2002). Conquista y estrategia: el ejército romano durante el periodo augusteo y julio-claudio en la región septentrional de la Península Ibérica. In A. Morillo-Cerdán (Ed.), *Arqueología Militar Romana en Hispania* (pp. 67-94). Madrid: CSIC, Anejos de Gladius 5.
- Morillo-Cerdán, Á. (2008). Criterios arqueológicos de identificación de los campamentos romanos en Hispania. *Salvía*, 8, 73-93.
- Morillo-Cerdán, Á. (2009). The augustean spanish experience: the origin of limes system? In Á. Morillo-Cerdán, N. Hanel, & E. Martín (Eds.), *Limes XX. Estudios sobre la frontera romana, Vol. I.* (pp. 239-251). Madrid: CSIC.
- Morillo-Cerdán, Á. (2014a). Arqueología de la conquista del Norte Peninsular. Nuevas interpretaciones sobre las campañas del 26-25 a.C. In F. Cadiou & M. Navarro-Caballero (Eds.), *La Guerre et ses traces. Conflits et sociétés en Hispanie à l'époque de la conquête romaine (IIIe-ler s. a.C.)* (pp. 133-148). Bordeaux: Ausonius Mémoires 37.
- Morillo-Cerdán, Á. (2014b). Arqueología Militar romana en Hispania: balance de dos décadas de investigación (2000-2014). In Z. Petrovici (Ed.), *Perspectivas y novedades de la Historia Militar: una aproximación global* (pp. 25-58). Madrid: Ministerio de Defensa.
- Morillo-Cerdán, Á., & Adroher-Auroux, A. (2014a). Congresso Conquista e Romanização do Vale do Tejo. In C. Fabião & J. Pimenta (Eds.), *Atas do Congresso Internacional de Arqueologia "Conquista e Romanização do Vale do Tejo", CIRA Arqueologia nº3* (pp. 25-43). Vila Franca de Xira: Museu Municipal de Vila Franca de Xira. Retrieved from http://www.museumunicipalvfxira.pt/PageGen.aspx?WMCM_Paginald=123155#.VUu3oPlVikp
- Morillo-Cerdán, Á., & Adroher-Auroux, A. (2014b). Modelos de arquitectura militar e implantación territorial de los campamentos republicanos en Hispania. In R. Mataloto, V. Mayoral-Herrera, & C. Roque (Eds.), *La gestación de los paisajes rurales entre la Protohistoria y el período Romano. Formas de asentamiento y procesos de implantación* (pp. 227-252). Mérida: IAM-CSIC, Anejos de AEspA LXX.
- Morillo-Cerdán, Á., Salido-Domínguez, A., & Durán Cabello, R. (2014). Aglomeraciones secundarias de carácter militar en Hispania. In *Anejos a CuPAUAM 1* (pp. 117-131). Madrid: Universidad Autónoma de Madrid. Retrieved from <http://hdl.handle.net/10261/115657>
- Ñaco del Hoyo, T. (2001). Milites in oppidis hibernabant. El hospitium militare invernale en ciudades peregrinas y los abusos de la hospitalidad "sub tectis" durante la República. *Dialogues D'histoire Ancienne*, 27(2), 63-90.
- Ñaco del Hoyo, T. (2003). *Vectigal incertum. Economía de guerra y fiscalidad republicana en el occidente romano: su impacto histórico en el territorio (218-133 a. C.)*. Oxford: BAR International Series, 1158.
- Napoli, J. (2001). Les fortifications temporaires de César en Afrique: nouvelle étude sur la nature des brachia. *Bulletin de La Société Française d'Archéologie Classique*, 32, 181-185.
- Naveiro-López, J. (1991). *El comercio antiguo en el N.W. Peninsular*. A Coruña: Monografías Urxentes do Museu, nº 5.
- Naveiro-López, J. (2004). *Torres de Oeste: monumento histórico e xacemento arqueolóxico*. Pontevedra: Diputación Provincial de Pontevedra.
- Nodar-Nodar, C. (2004). Las estelas funerarias figuradas de época romana en Galicia. In *Actas del VII Congreso Internacional de Estelas Funerarias: Santander, 24-26 de octubre de 2002* (pp. 209-224). Santander: Fundación Marcelino Botín.
- Noelke, P. (2003). Romanisation und Resistenz in Plastik, Architektur und Inschriften der Provinzen

- des Imperium Romanum: Neue Funde und Forschungen. In *Akten des VII Internationalen Colloquiums über Probleme des Provinzialrömischen Kunstschaftens*, Köln, 2-6 Mai 2001. Mainz: Philipp von Zabern.
- Noguera, J., Principal, J., & Naco del Hoyo, T. (2014). La actividad militar y la problemática de su reflejo arqueológico: el caso del Noreste de la Citerior (218-45 a.C.). In F. Cadiou & M. Navarro-Caballero (Eds.), *La Guerre et ses traces. Conflits et sociétés en Hispanie à l'époque de la conquête romaine (IIe-ler s. a.C.)* (pp. 31-56). Bordeaux: Ausonius Éditions, Mémoires 37.
- Nunes, J., Fabião, C., & Guerra, A. (1988). *O acampamento militar romano da Lomba do Canho (Arganil)*. Arganil: Museu Regional de Arqueologia. Retrieved from <http://hdl.handle.net/10451/10035>
- Ogburn, D. E. (2006). Assessing the level of visibility of cultural objects in past landscapes. *Journal of Archaeological Science*, 33(3), 405-413. doi:10.1016/j.jas.2005.08.005
- Olsen, B. (2003). Material culture after text: re-membering things. *Norwegian Archaeological Review*, 36(2), 87-104. doi:10.1080/00293650310000650
- Olsen, B. (2010). *In Defense of Things: Archaeology and the Ontology of Objects*. Lanham: AltaMira Press.
- Olsen, B., Shanks, M., Webmoor, T., & Witmore, C. (2012). *Archaeology: The Discipline of Things*. Berkeley: University of California Press.
- Opitz, R., & Cowley, D. (2013). *Interpreting Archaeological Topography: 3D Data, Visualisation and Observation*. Oxford: Oxbow Books.
- Opreanu, C., Lăzărescu, V.-A., Roman, A., Ursu, T.-M., & Fărcaș, S. (2014). New Light on a Roman Fort Based on a LiDAR Survey in the Forested Landscape from Porolissvm. *Ephemeris Napocensis*, 24, 71-86.
- Orejas, A. (1996). *Estructura social y territorio. El impacto romano en la cuenca Noroccidental del Duero*. Anejos de Archivo Español de Arqueología, 15.
- Orejas, A. (2005). El poblamiento Romano en los distritos mineros del Noroeste. In C. Fernández-Ochoa & P. García-Díaz (Eds.), *Unidad y Diversidad en el Arco Atlántico en Época Romana. III Coloquio Internacional de Arqueología en Gijón* (pp. 309-319). BAR International Series, 1371.
- Orejas, A., & Ruiz del Árbol, M. (2010). Los castella y la articulación del poblamiento rural de las civitates del Noroeste peninsular. In C. Fornis, J. Gállego, & P. López Barja (Eds.), *Dialéctica histórica y compromiso social: Homenaje a Domingo Plácido*, vol. 2 (pp. 1091-1128). Zaragoza: Pórtico.
- Orejas, A., & Sánchez-Palencia, F. J. (2002). Mines, territorial organization and social structure in Roman Iberia: Carthago Nova and the Peninsular Northwest. *American Journal of Archaeology*, 106(4), 581- 599.
- Orejas, A., Sastre, I., & Zubiaurre, E. (2012). Organización y regulación de la actividad minera hispana altoimperial. In M. Z. Pietsch, P. H. Gomes, & L. M. Plaza (Eds.), *Paisajes Mineros Antiguos en la Península Ibérica: Investigaciones recientes y nuevas líneas de trabajo* (pp. 31-46). Madrid: UNED.
- Orero-Grandal, L. (1988). *Castro Coto do Mosteiro. Campañas 1984/85*. *Arqueoloxía/Memorias* 10. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.
- Osório, B. (2014). The Iron Age Settlements and Landscape at the TVAP. In *Atas do Simpósio Internacional Paisagens Mineiras Antigas na Europa Ocidental: Investigação e Valorização Cultural* (p. 193). Boticas: Câmara Municipal de Boticas.
- Osório, B., & Guerreiro, M. (2015). O povoamento proto-histórico no vale superior do rio Terva (Boticas, Norte de Portugal). *Férvedes, Actas Do III Congresso Internacional de Arqueoloxía de Vilalba*, 8, 183-189.
- Paço, A. (1968). Citânia de Sanfins. VIII - Fragmentos de estátuas de guerreiros calaicos. *Brotéria*, 76, 710-725.

- Padín-Nogueira, F. (2007). *Informe valorativo de la intervención arqueológica preventiva de excavación en área en el solar situado en el Barrio de Saa s/n, Camposancos, en A Guarda*. Ares, Arqueología y gestión del Patrimonio Cultural.
- Palao-Vicente, J. J. (2014). Augusto y el ejército romano en la provincia de "Hispania citerior". ¿Nuevas respuestas a viejos interrogantes? *Veleia: Revista de Prehistoria, Historia Antigua, Arqueología Y Filología Clásicas*, 31, 53-78.
- Paliou, E. (2013). Reconsidering the concept of visualscapes: recent advances in three-dimensional visibility analysis. In A. Bevan & M. Lake (Eds.), *Computational Approaches to Archaeological Spaces* (pp. 243-263). Walnut Creek: Left Coast Press.
- Pandolf, K. B., Givoni, B., & Goldman, R. F. (1977). Predicting energy expenditure with loads while standing or walking very slowly. *Journal of Applied Physiology*, 43(4), 577-581. Retrieved from <http://jap.physiology.org/content/43/4/577.abstract>
- Parcero-Oubiña, C. (2000). Tres para dos. Las formas del poblamiento en la Edad del Hierro del Noroeste Ibérico. *Trabajos de Prehistoria*, 57(1), 75-95. doi:10.3989/tp.2000.v57.i1.261
- Parcero-Oubiña, C. (2002). *La construcción del paisaje social en la Edad del Hierro del Noroeste Ibérico*. Fundación Ortegalia, Ortegalia 01, Monografías de Arqueología, Historia y Patrimonio.
- Parcero-Oubiña, C. (2013). Midiendo decisiones locacionales: Una aproximación a la evaluación de la defensibilidad efectiva de sitios arqueológicos fortificados. *Comechingonia*, 17(2), 57-82. Retrieved from http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-00272013000200003&lng=es&nrm=iso&tlng=es
- Parcero-Oubiña, C., Ayán-Vila, X., Fábrega-Álvarez, P., & Teira-Brión, A. (2007). Arqueología, Paisaje y Sociedad. In F. González-García (Ed.), *Los Pueblos de la Galicia Céltica* (pp. 131-258). Madrid: Akal Universitaria.
- Parcero-Oubiña, C., Barreiro, D., & Criado-Boado, F. (2014). Landscape Archaeology. In C. Smith & J. Smith (Eds.), *Encyclopedia of Global Archaeology* (pp. 4379-4388). New York: Springer.
- Parcero-Oubiña, C., & Criado-Boado, F. (2013). Social change, Social resistance. A long-term approach to the processes of transformation of social landscapes in the Northwest Iberian Peninsula. In M. Cruz-Berrocal, L. García-Sanjuán, & A. Gilman (Eds.), *The Prehistory of Iberia: Debating Early Social Stratification and the State* (pp. 249-266). New York: Routledge.
- Parcero-Oubiña, C., & Fábrega-Álvarez, P. (2006). Diseño metodológico para el análisis locacional de asentamientos a través de un SIG de base Raster. In I. Grau-Mira (Ed.), *La aplicación de los SIG en la arqueología del paisaje* (pp. 69-90). Alicante: Universidad de Alicante.
- Parcero-Oubiña, C., & Fábrega-Álvarez, P. (2010). Una arqueología del movimiento: modelización de la evolución histórica del tránsito entre el Deza y Santiago. In P. Prieto-Martínez & F. Criado-Boado (Eds.), *Reconstruyendo la historia de la comarca de Ulla-Deza (Galicia, España). Escenarios arqueológicos del pasado, TAPA 41* (pp. 145-157). Santiago de Compostela: CSIC.
- Parcero-Oubiña, C., Fábrega-Álvarez, P., Güimil-Fariña, A., Fonte, J., & Valdez-Tulett, J. (2013). Castros, caminos, rutas y ocupación del espacio. Modelización y análisis de las formas de movilidad asociadas a los asentamientos de la Edad del Hierro a través de herramientas SIG. In F. Criado-Boado, A. Martínez-Cortizas, & M. V. García-Quintela (Eds.), *Petroglifos, paleoambiente y paisaje: estudios interdisciplinarios del arte ruprestre de Campo Lameiro (Pontevedra), TAPA 42* (pp. 171-185). Madrid: CSIC.
- Penhallurick, R. D. (1986). *Tin in Antiquity: Its Mining and Trade throughout the Ancient World with particular reference to Cornwall*. London: The Institute of Metals.
- Peralta-Labrador, E. (2002). Los campamentos romanos de campaña (castra aestiva): evidencias científicas y carencias académicas. *Nivel Cero*, 10, 49-87.
- Pereira, E. (2005). *Carta Geológica de Portugal à escala 1:200.000. Notícia explicativa da folha 2*. Lisboa: Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação.
- Pereira, F. A. (1915). Novas figuras de guerreiros lusitanos, descobertas pelo Dr. L. de Figueiredo da

- Guerra. *O Archeologo Português*, XX, 1-16.
- Pereira, G. (2011). *Dinâmicas Culturais e Influências Meridionais no NW Peninsular: intercâmbio Púnico entre os séculos VI e III a. C.* Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Pereira, J. (1984). *Riquezas mineralógicas de Barroso e sua história*. Montalegre: Câmara Municipal de Montalegre.
- Pereira, T. (2013). As armas na romanização: o exemplo de Cabeça de Vaiamonte (Monforte, Portugal). In J. Jiménez-ávila, M. Bustamante-Álvarez, & M. García-Cabezas (Eds.), *Actas del VI Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular, Villafranca de los Barros, 4-6 de octubre de 2012* (pp. 1327-1360). Villafranca de los Barros: Ecmo. Ayuntamiento de Villafranca de los Barros.
- Pereira, T. (2014). Entre Sertório e César: as marcas do exército no sítio arqueológico de Cabeça de Vaiamonte (Monforte/Portugal). In C. Fabião & J. Pimenta (Eds.), *Atas do Congresso Internacional de Arqueologia "Conquista e Romanização do Vale do Tejo", CIRA Arqueologia nº3* (pp. 322-342). Vila Franca de Xira: Museu Municipal de Vila Franca de Xira. Retrieved from http://www.museumunicipalvfxira.pt/PageGen.aspx?WMCM_Paginald=123155#.VUu3oPIVikp
- Pereira-Menaut, G. (1982). Los castella y las comunidades de Gallaecia. *Zephyrus*, 34, 249-267. Retrieved from <http://revistas.usal.es/index.php/0514-7336/article/view/1955>
- Pérez-Álvarez, J., Bascón-Arroyo, F., & Charro-Lobato, C. (2014). Photogrammetric Usage of 1956-57 Usaf Aerial Photography of Spain. *The Photogrammetric Record*, 29(145), 108-124. doi:10.1111/phor.12048
- Pérez-Álvarez, J., Bascón-Arroyo, F., Crespo-Pérez, F., & Charro-Lobato, C. (2013). Project Casey Jones, 1945-46: El vuelo histórico "fotogramétrico" de la Serie A en España y sus aplicaciones cartográficas. *Revista Mapping*, 22(159), 14-24.
- Pérez-Álvarez, J., Mayoral-Herrera, V., Martínez-del-Pozo, J., & de Tena, M. T. (2013). Multi-temporal archaeological analyses of alluvial landscapes using the photogrammetric restitution of historical flights: a case study of Medellín (Badajoz, Spain). *Journal of Archaeological Science*, 40(1), 349-364. doi:10.1016/j.jas.2012.08.025
- Pérez-González, C., Illarregui-Gómez, E., & Morillo-Cerdán, Á. (1995). Reflexiones sobre las monedas de la caetra procedentes de Herrera de Pisuerga (Palencia). In M. P. García-Bellido & R. Centeno (Eds.), *La moneda hispánica: ciudad y territorio, Anejos de Archivo Español de Arqueología XIV* (pp. 199-206). Madrid: CSIC.
- Pérez-Losada, F. (2002). *Entre a cidade e a aldeia. Estudo arqueohistórico dos aglomerados secundários Romanos en Galicia*. A Coruña: Brigantium: Boletín do Museu Arqueolóxico e Histórico da Coruña, 13.
- Petts, D. (2002). The Reuse of Prehistoric Standing Stones in Western Britain? A Critical Consideration of an Aspect of Early Medieval Monument Reuse. *Oxford Journal of Archaeology*, 21(2), 195-209. doi:10.1111/1468-0092.00157
- Pires, H., Fonte, J., Seco, L., Santos, M. J. C., & Sousa, O. (2014). Morphological Residual Model. A Tool For Enhancing Epigraphic Readings Of Highly Eroded Surfaces. In S. Orlandi, R. Santucci, V. Casarosa, & P. M. Liuzzo (Eds.), *Information Technologies for Epigraphy and Cultural Heritage. Proceedings of the First EAGLE International Conference* (pp. 133-144). Roma: Sapienza Università Editrice. doi:10.13133/978-88-98533-42-8
- Pires, M. (1995). *Prospecção Geológica e Geoquímica. Relatório interno da Prospecção de Jazidas Litínicas e de Metais Associados entre as Serras de Barroso e Alvão - Ribeira de Pena*. Lisboa.
- Pitillas-Salañer, E. (2003). El papel del "princeps" como elemento de enlace entre Roma y los pueblos indígenas. *Hispania Antiqua*, 27, 81-94.
- Pitts, M., & Versluys, M. J. (2014). *Globalisation and the Roman World. World History, Connectivity and Material Culture*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Ponte, S. (2006). *Corpus signorum das fibulas proto-históricas e romanas de Portugal*. Casal de

Cambrá: Caleidoscópio.

- Pontevedra-Pombal, X., Mighall, T., Nóvoa-Muñoz, J., Peiteado-Varela, E., Rodríguez-Racedo, J., García-Rodeja, E., & Martínez-Cortizas, A. (2013). Five thousand years of atmospheric Ni, Zn, As, and Cd deposition recorded in bogs from NW Iberia: prehistoric and historic anthropogenic contributions. *Journal of Archaeological Science*, 40(1), 764-777. doi:10.1016/j.jas.2012.07.010
- Poux, M. (2008). *Sur les traces de César. Militaria tardo-républicains en contexte gaulois. Actes de la table-ronde de Glux-en-Glenne (octobre 2002)*. Bibracte: Centre Archéologique Européen Mont-Beuvray, Collection Bibracte 14.
- Price, D., & Feinman, G. (2010). Social Inequality and the Evolution of Human Social Organization. In D. Price & G. Feinman (Eds.), *Pathways to Power. New Perspectives on the Emergence of Social Inequality* (pp. 1-14). Springer, Fundamental Issues in Archaeology.
- Queiroga, F. (2003). *War and Castros. New approaches to the northwestern Portuguese Iron Age*. Oxford: BAR International Series 1198.
- Queiroga, F. (2007). The late Castro Culture of Northwest Portugal. In C. Gosden, H. Hamerow, P. de Jersey, & G. Lock (Eds.), *Communities and connections: essays in honour of Barry Cunliffe* (pp. 169-177). Oxford: Oxford University Press.
- Queiroga, F. (2013). O Basto. In *Cabeceiras de Basto: História e Património* (p. 350). Cabeceiras de Basto: Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto.
- Quesada-Sanz, F. (2002). *El armamento ibérico. Estudio tipológico, geográfico, funcional, social y simbólico de las armas en la Cultura Ibérica (siglos VI-I a.C.)*. Montagnac: Monographies Instrumentum, 3.
- Quesada-Sanz, F. (2003). ¿Espejos de piedra? Las imágenes de armas en las estatuas de los guerreros llamados galaicos. *Madrider Mitteilungen*, 44, 87-112.
- Quiroga, P. M. L. B. de. (1999). El censo provincial, los populi y los castella en Gallaecia. *Gallaecia*, 18, 347-362.
- Quiroga, P. M. L. B. de. (2014). Censo en ciuitates peregrinae (con una nota sobre la pizarra de Pelou). In A. Duplá-Ansuategui, M. V. Escribano-Paño, L. Sancho-Rocher, & M. A. Villacampa-Rubio (Eds.), *Miscelánea de estudios en homenaje a Guillermo Fatás Cabeza* (pp. 459-464). Zaragoza: Institución Fernando el Católico.
- Ramminger, B., Helfert, M., & Wahl-Clerici, R. (2011). Non-invasive archaeological research in the Roman gold mining district of Três Minas and Gralheira (Vila Pouca de Aguiar, northern Portugal). In *ICEUBI 2011 - International Conference on Engineering* (pp. 1-9). Covilhã.
- Ramos, J. (2010). Principais recursos minerais dos concelhos de Chaves, Montalegre e Boticas. In C. Martins (Ed.), *Mineração e povoamento na Antiguidade no Alto Trás-os-Montes Ocidental* (pp. 27-45). Porto: CITCEM.
- Ramos, J. (2015). Recursos minerais da região do rio Terva (concelho de Boticas). In C. Martins (Ed.), *Exploração mineira aurífera de época Romana no Parque Arqueológico do Vale do Terva. Da Extração ao Paleoambiente* (pp. 19-36). Boticas: Câmara Municipal de Boticas.
- Raposo, L. (2009). Os guerreiros castrejos de Boticas nas colecções do Museu Nacional de Arqueologia: elementos para a história da sua incorporação. In *Actas do Colóquio Internacional "Guerreiros Castrejos: Deuses e Heróis nas Alturas do Barroso"* (pp. 45-48). Boticas: Câmara Municipal de Boticas.
- Rášová, A. (2014). Fuzzy viewshed, probable viewshed, and their use in the analysis of prehistoric monuments placement in Western Slovakia. In J. Huerta, S. Schade, & C. . Granel (Eds.), *Connecting a Digital Europe through Location and Place. Proceedings of the AGILE'2014 International Conference on Geographic Information Science*. Castellón. Retrieved from http://www.agile-online.org/Conference_Paper/cds/agile_2014/agile2014_114.pdf
- Redentor, A. (2008). Inscrições sobre guerreiros leituras e interpretações. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 11(2), 195-214.

- Redentor, A. (2009). Sobre o significado dos Guerreiros Lusitano-Galaicos: o contributo da Epigrafia. *Palaeohispanica*, 9, 227-246.
- Redentor, A. (2011). *A cultura epigráfica no Conventus Bracaraugustanus (Pars Occidentalis). Percursos pela sociedade Bracara da época Romana*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (dissertação de doutoramento). Retrieved from <http://hdl.handle.net/10316/19989>
- Redweik, P., Lobos, L., Filipe, M., Fonte, J., & Gonçalves, J. (2012). Recuperação de paisagens submersas a partir de fotografia aérea histórica. *Boletim Do Instituto Geográfico Do Exército*, 74, 30-35. Retrieved from http://www.igeoe.pt/downloads/file39_pt.pdf
- Redweik, P., Roque, D., Marques, A., Matildes, R., & Marques, F. (2010). Triangulating the Past: Recovering Portugal's Aerial Images Repository. *Photogrammetric Engineering & Remote Sensing*, 76(9), 1007-1018.
- Reimer, P. J., Bard, E., Bayliss, A., Beck, J. W., Blackwell, P. G., Bronk Ramsey, C., ... van der Plicht, J. (2013). IntCal13 and Marine13 Radiocarbon Age Calibration Curves 0-50,000 Years cal BP. *Radiocarbon*, 55(4), 1869-1887. doi:10.2458/azu_js_rc.55.16947
- Revell, L. (2009). *Roman imperialism and local identities*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Ribeiro, A. (1974). *Contribuição à l'étude tectonique de Trás-os-Montes Oriental*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal, Memórias 24.
- Ribeiro, J. (2010). *O tecido urbano flaviense: de Aquae Flaviae a Chaves Medieval*. Universidade do Minho (dissertação de mestrado). Retrieved from <http://hdl.handle.net/1822/13805>
- Ribeiro, M., Martins, H., Almeida, A., & Noronha, F. (2000). *Notícia explicativa da Folha 6-C-Cabeceiras de Basto. Carta Geológica de Portugal, na Escala de 1:50.000*. Lisboa: Departamento de Geologia, Instituto Geológico e Mineiro.
- Riera, I. (2005). A hidráulica dos romanos. In I. Rodà de Llanza (Ed.), *Aqua Romana: Técnica humana e força divina* (pp. 41-55). Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- Risbøl, O., Briese, C., Doneus, M., & Nesbakken, A. (2015). Monitoring cultural heritage by comparing DEMs derived from historical aerial photographs and airborne laser scanning. *Journal of Cultural Heritage*, 16(2), 202-209. doi:10.1016/j.culher.2014.04.002
- Roberts, C. (2013). Set in Stone: On hybrid images and social relationships in Prehistoric and Roman Europe. In J. Card. (Ed.), *The Archaeology of Hybrid Material Culture* (pp. 449-465). Center for Archaeological Investigations, Occasional Paper No. 39, Southern Illinois University.
- Rodríguez-Alegría, E. (2008). Narratives of Conquest, Colonialism, and Cutting-Edge Technology. *American Anthropologist*, 110(1), 33-43. doi:10.1111/j.1548-1433.2008.00006.x
- Rodríguez-Colmenero, A. (1995). *Nas beiras do Larouco, Concello de Cualedro (Ourense). Roteiros pola natureza e a historia*. Cualedro: Concello de Cualedro.
- Rodríguez-Colmenero, A. (1996). *Lucus Augusti, 1. El amanecer de una ciudad*. A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza.
- Rodríguez-Colmenero, A. (1997a). *Aquae Flaviae I. Fontes epigráficas da Gallaecia Meridional Interior*. Chaves: Câmara Municipal de Chaves.
- Rodríguez-Colmenero, A. (1997b). *Aquae Flaviae II. O Tecido Urbanístico da Cidade Romana*. Chaves: Câmara Municipal de Chaves.
- Rodríguez-Colmenero, A. (2002a). Epígrafes latinos sobre guerreros galaicos: una clave esencial para la interpretación de la estatuaría bélica de Noroeste Ibérico. In M. Romani-Martínez & M. A. Novoa-Gómez (Eds.), *Homenaje a José García Oro* (pp. 267-286). Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- Rodríguez-Colmenero, A. (2002b). Montanhas sagradas no Noroeste Hispânico: Larouco, Marão e Teleno. In *Loquuntur Saxa, Catálogo da Exposição sobre Religiões da Lusitânia* (pp. 33-38). Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- Rodríguez-Colmenero, A. (2007). El ejército romano y las obras públicas de Gallaecia. *Larouco*, 4,

- Rodríguez-Colmenero, A. (2013). Guerreros galaicos con inscripción latina: Indigenismo o romanización? In F. Acuña-Castroviejo, R. Casal-García, & S. González-Soutelo (Eds.), *Actas de la VII Reunión de Escultura Romana en Hispania, Homenaje al Prof. Dr. Alberto Balil* (pp. 285-309). Santiago de Compostela.
- Rodríguez-Colmenero, A., & Alcorta-Irastorza, E. (1999). Aquae Flaviae (Chaves), ciudad romana. Balance y posibilidades. In A. Rodríguez-Colmenero (Ed.), *Los orígenes de la ciudad en el Noroeste Hispánico: actas del Congreso Internacional (Lugo 1996)*, vol. 2 (pp. 779-806). Lugo: Diputación Provincial de Lugo.
- Rodríguez-Colmenero, A., Ferrer-Sierra, S., & Álvarez-Asorey, R. (2004). *Miliarios e outras inscricións viarias romanas do Noroeste hispánico (conventos bracarense, lucense e asturicense)*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, Sección de Patrimonio Histórico. Retrieved from <http://consellodacultura.gal/mediateca/extras/miliarios.pdf>
- Rodríguez-Corral, J. (2013a). Las imágenes como un modo de acción: las estatuas de guerreros castreños. *Archivo Español de Arqueología*, 85, 79-100. doi:10.3989/aespa.085.012.005
- Rodríguez-Corral, J. (2013b). The Empowerment of Imagery: Stone Warriors in the Borders. *Cambridge Archaeological Journal*, 23(02), 283-306. doi:10.1017/S0959774313000280
- Rodríguez-Corral, J. (2015). Las estatuas-menhir noroccidentales en contexto: conectividad y conexiones materiales durante el Bronce Tardío/Final. *Complutum*, 26(1), 153-172. doi:10.5209/rev_CMPL.2015.v26.n1.49345
- Rodríguez-Galdo, M. X., & Losada-Álvarez, A. (2005). El ciclo de creación de empresas mineras en Galicia vinculado a la demanda internacional de volfram. In *VIII Congreso de la Asociación Española de Historia Económica*.
- Rodríguez-González, X. (2000). *Phalera. Peza do mes (outubro de 2000)*. Ourense: Museo Arqueolóxico Provincial de Ourense. Retrieved from http://www.musarqourense.xunta.es/wp-content/files_mf/pm_2000_10_gal.pdf
- Rodríguez-González, X., & Fariña-Busto, F. (1986). A cidá do Castro de San Millán. Memorias de las excavaciones arqueológicas. *Boletín Auriense*, 16, 39-89.
- Rodríguez-Sánchez, B. (2012). O proceso de abandono dos castros. “Continuidades” e “rupturas” entre a Idade do Ferro e a Alta Idade Media. Un estado da cuestión. *Gallaecia*, 31, 139-151.
- Rogers, A. (2008). Religious place and its interaction with urbanization in the Roman era. *Journal of Social Archaeology*, 8(1), 37-62. doi:10.1177/1469605307086077
- Roldán-Hervás, J. (1975). *Itineraria Hispana: fuentes antiguas para el estudio de las vías romanas en la Península Ibérica*. Granada/Valladolid: Universidad de Valladolid/Universidad de Valladolid, Anexo de Hispania Antiqua.
- Roldán-Hervás, J. (1989). *Ejército y sociedad en la Hispania Romana*. Granada: Universidad de Granada.
- Rose, F. (2003). Text and image in celtiberia: the adoption and adaptation of written language into indigenous visual vocabulary. *Oxford Journal of Archaeology*, 22(2), 155-175. doi:10.1111/1468-0092.t01-1-00003
- Rovira, S. (2007). La producción de bronce en la Prehistoria. In J. Marimon, J. Silva, P. Grabulosa, & T. Cara (Eds.), *Avances en Arqueometría 2005. Actas del VI Congreso Ibérico de Arqueometría*. (pp. 21-35). Girona: Universitat de Girona.
- Roymans, N. (1996a). *From the Sword to the Plough: Three Studies on the Earliest Romanisation of Northern Gaul*. Amsterdam: Amsterdam University Press. doi:10.5117/9789053562376
- Roymans, N. (1996b). The sword and the plough. Regional dynamics in the romanisation of Belgic Gaul and the Rhineland area. In N. Roymans (Ed.), *From the Sword to the Plough: Three Studies on the Earliest Romanisation of Northern Gaul* (pp. 9-126). Amsterdam: Amsterdam University Press. doi:10.5117/9789053562376

- Roymans, N. (2004). *Ethnic Identity and Imperial Power: The Batavians in the Early Roman Empire*. Amsterdam: Amsterdam University Press.
- Roymans, N., & Fernández-Götz, M. (2015). Caesar in Gaul: New Perspectives on the Archaeology of Mass Violence. In *TRAC 2014: Proceedings of the Twenty-Fourth Annual Theoretical Roman Archaeology Conference* (pp. 70-80). Oxford: Oxbow Books.
- Rozas-Ortiz, V., & Cabo-Pérez, L. (2002). Dataciones geoquímicas y dendrocronológicas de época romana en Asturias. In M. Blas-Cortina & A. Villa-Valdés (Eds.), *Los poblados fortificados del noroeste del Península Ibérica: formación y desarrollo de la cultura castreña* (pp. 345-356). Navia.
- Ruiz del Árbol, M., Sánchez-Palencia, F. J., Sastre, I., & Orejas, A. (2014). Water networks of Roman gold mines of Northwestern Iberian Peninsula. *Water History*, 6(1), 95-113. doi:10.1007/s12685-014-0100-z
- Ruiz-Gálvez, M. (1998). *La Europa atlántica en la edad del bronce: un viaje a las raíces de la Europa occidental*. Barcelona: Crítica.
- Ruiz-Gálvez, M. (2001). *La Edad del Bronce, ¿primera Edad de Oro en España?: sociedad, economía e ideología*. Barcelona: Crítica.
- Ruiz-Zapatero, G. (2003). Las fortificaciones de la Primera Edad del Hierro en la Europa templada. In N. Alonso, E. Junyent, A. Lafuente, & J. López (Eds.), *Chevaux-de-frise i fortificació en la Primera Edat del Ferro Europea. Reunió Internacional Chevaux-de-Frise i fortificació en la Primera Edat del Ferro Europea (Lleida 2000)* (pp. 13-34). Lleida: Universitat de Lleida.
- Ruiz-Zapatero, G. (2011). Settlement and Landscape in Iron Age Europe: Archaeological Mainstreams and Minorities. In T. Moore & L. Armada-Pita (Eds.), *Atlantic Europe in the First Millenium BC: crossing the divide* (pp. 81-108). Oxford: Oxford University Press.
- Ruiz-Zapatero, G., & Álvarez-Sanchís, J. (2008). Los Verracos y los Vettonos. In *Arqueología Vettona: La Meseta occidental en la Edad del Hierro, Zona Arqueológica*, 12 (pp. 214-231). Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional.
- Sahlins, M. (1988). *Islas de historia. La muerte del capitán Cook: metáfora, antropología e historia*. Barcelona: Gedisa Editorial.
- Sánchez-Moreno, E. (2011). De la resistencia a la negociación: acerca de las actitudes y capacidades de las comunidades hispanas frente al imperialismo romano. In E. García Ríaza (Ed.), *De fronteras a provincias. Interacción e integración en Occidente (ss. III-I a.C.)* (pp. 97-103). Palma de Mallorca: Universitat de les Illes Balears.
- Sánchez-Palencia, F. J. (1986a). El campamento romano de Valdemeda, Manzaneda (León): ocupación militar y explotación aurífera en el NW Peninsular. *Numantia*, 2, 227-234.
- Sánchez-Palencia, F. J. (1986b). La explotación prerromana del oro del Noroeste de la Península Ibérica. *Boletín Auriense*, 13, 31-67.
- Sánchez-Palencia, F. J. (2000). *Las Médulas (León). Un paisaje cultural en la Asturia Augustana*. León: Instituto Leonés de Cultura.
- Sánchez-Palencia, F. J., & Currás-Refojos, B. (2015). Campamentos romanos en zonas mineras del cuadrante noroeste de la Península Ibérica. In J. Camino-Mayor, E. Peralta-Labrador, & J. F. Torres-Martínez (Eds.), *Las Guerras Astur-Cántabras* (pp. 273-283). Gijón: KRK Ediciones.
- Sánchez-Palencia, F. J., & Fernández-Posse, M. D. (1985). *La Corona y el Castro de Corporales I. Truchas (León). Campañas de 1978 a 1981*. Madrid: Excavaciones Arqueológicas en España, 141.
- Sánchez-Palencia, F. J., & Mangas, J. (2001). *El edicto del Bierzo. Augusto y el Noroeste de Hispania*. Ponferrada: Fundación Las Médulas.
- Sánchez-Palencia, F. J., Orejas, A., & Sastre, I. (2002). Los castros y la ocupación romana en zonas mineras del Noroeste de la Península Ibérica. In M. Blas-Cortina & A. Villa-Valdés (Eds.), *Los poblados fortificados del noroeste del Península Ibérica: formación y desarrollo de la cultura castreña* (pp. 241-259). Navia.

- Sánchez-Palencia, F. J., Orejas, A., Sastre, I., & Pérez, L. (2006). Las zonas mineras romanas del Noroeste Peninsular. Infraestructura y organización del territorio. In *Nuevos Elementos de Ingeniería Romana. III Congreso de las Obras Públicas Romanas*. (Junta de C., pp. 265-285).
- Sánchez-Palencia, F. J., & Pérez-García, L. C. (2000). La infraestructura hidráulica: canales y depósitos. In F. J. Sánchez-Palencia (Ed.), *Las Médulas (León). Un paisaje cultural en la Asturia Augustana* (pp. 189-207). León: Instituto Leonés de Cultura.
- Sánchez-Palencia, F. J., & Pérez-García, L. C. (2005). Minería romana de oro en las cuencas de los ríos Erges/Erjas y Bazágueda (Lusitania): la zona minera de Penamacor-Meimoa. In *Lusitanos e romanos no Nordeste da Lusitânia, Actas das 2as jornadas de Património da Beira Interior* (pp. 267-307). Guarda.
- Sánchez-Pardo, J. C. (2010). Castros y aldeas galaicorromanas: sobre la evolución y transformación del poblamiento indígena en la Galicia Romana. *Zephyrus*, 65, 129-148.
- Sant'Ovaia, H., Ribeiro, M. A., Martins, H., & Noronha, F. (2011). *Notícia Explicativa da Folha 6-D, Vila Pouca de Aguiar*. Lisboa: LNEG.
- Santos, F., Sastre-Blanco, J., Figueiredo, S., Rocha, F., Pinheiro, E., & Dias, R. (2012). El sitio fortificado del Castelhinho (Felgar, Torre de Moncorvo, Portugal). Estudio preliminar de su diacronía y las plaquetas de piedra con grabados de la Edad del Hierro. *Complutum*, 23(1), 165-179. Retrieved from <http://revistas.ucm.es/index.php/CMPL/article/view/39536>
- Santos, M. J. C. (2010a). Inscrições rupestres do Norte de Portugal: novos dados e problemática. *Sylloge Epigraphica Barcinonensis (SEBarc)*, VIII, 123-152.
- Santos, M. J. C. (2010b). Inscripciones rupestres y espacios sagrados del norte de Portugal: nuevos datos y contextualización. In J. A. Arenas-Esteban (Ed.), *Celtic Religion across Space and Time. IX Workshop F.E.R.C.AN (FONTES EPIGRAPHICI RELIGIONVM CELTICARVM ANTIQVARVM)* (pp. 181-198). Toledo: Junta de Comunidades de Castilla-La Mancha.
- Santos, M. J. C. (2010c). Santuários rupestres no Ocidente da Hispania Indo-Europeia. Ensaio de tipologia e classificação. *Palaeohispanica*, 10, 147-172.
- Santos, M. J. C., Sousa, O., Pires, H., Fonte, J., & Seco, L. (2014). Travelling back in Time to Recapture Old Texts. The use of Morphological Residual Model (M.R.M.) for epigraphic reading: four case studies (CIL 02, 02395a, CIL 02, 02395c, CIL 02, 02476, CIL 02, 05607). In S. Orlandi, R. Santucci, V. Casarosa, & P. M. Liuzzo (Eds.), *Information Technologies for Epigraphy and Cultural Heritage. Proceedings of the First EAGLE International Conference* (pp. 437-454). Roma: Sapienza Università Editrice. doi:10.13133/978-88-98533-42-8
- Santos-Estévez, M. (2012). Arqueoloxía dun topónimo: o nome do Vigo romano. *Gallaecia*, 31, 121-138.
- Sarmiento, F. (1896). A Estatua do Pateo da Morte. *Revista de Ciencias Naturaes E Sociaes*, 4, 189-191.
- Sastre, I. (2001). *Las formaciones sociales rurales de la Asturia romana*. Madrid: Ediciones Clásicas.
- Sastre, I. (2002). Forms of social inequality in the Castro Culture of North-West Iberia. *European Journal of Archaeology*, 5(2), 213-248. doi:10.1179/eja.2002.5.2.213
- Sastre, I. (2004). Los procesos de la complejidad social en el Noroeste peninsular: arqueología y fuentes literarias. *Trabajos de Prehistoria*, 61(2), 99-110. doi:10.3989/tp.2004.v61.i2.45
- Sastre, I. (2008). Community, identity, and conflict: Iron Age warfare in the Iberian Northwest. *Current Anthropology*, 49(6), 1021-1051. doi:10.1086/529423
- Sastre, I. (2010). Clientela y dependencia social en el Noroeste y Occidente hispanos: pactos y minería. In I. Sastre & A. Beltrán (Eds.), *El bronce de El Picón (Pino del Oro). Procesos de cambio en el occidente de Hispania* (pp. 157-163). Junta de Castilla y León.
- Sastre, I. (2011). Social inequality during the Iron Age: interpretation models. In T. Moore & X. L. Armada-Pita (Eds.), *Atlantic Europe in the First Millennium BC. Crossing the Divide* (pp. 264-284). Oxford: Oxford University Press.

- Sastre, I., Beltrán, A., & Sánchez-Palencia, F. J. (2010). Ejército y comunidades locales en el Noroeste Peninsular: formas de control y relaciones de poder en torno a la minería del oro. In J. J. Palao-Vicente (Ed.), *Militares y civiles en la antigua Roma: dos mundos diferentes, dos mundos unidos* (pp. 117-134).
- Sastre, I., & Sánchez-Palencia, F. J. (2002). La red hidráulica de las minas de oro hispanas: aspectos jurídicos, administrativos y políticos. *Archivo Español de Arqueología*, 75(185-186), 215-233. doi:10.3989/aespa.2002.v75.136
- Sastre, I., & Sánchez-Palencia, F. J. (2013). Non-Hierarchical approaches to the Iron Age Societies: metals and inequality in the Castro Culture of the Northwestern Iberian Peninsula. In M. Cruz-Berrocal, L. García-Sanjuán, & A. Gilman (Eds.), *The Prehistory of Iberia: Debating Early Social Stratification and the State* (pp. 292-310). New York: Routledge.
- Sastre-Blanco, J. (2014). Da Idade do Ferro à Romanização da área de Crestelos. In *Atas do I Encontro de Arqueologia de Mogadouro - Abril de 2013* (pp. 79-94). Mogadouro: Câmara Municipal de Mogadouro.
- Scarry, J. F. (2001). Resistance and Accommodation in Apalachee Province. In T. R. Pauketat (Ed.), *The Archaeology of Traditions: Agency and History before and after Columbus* (pp. 34-57). Gainesville: University Press of Florida.
- Schattner, T. (2004). Novas aproximações às estatuas de guerreiros lusitano-galaicos. *O Arqueólogo Português, Série IV*, 22, 9-66.
- Schülten, A. (1943). *Los Cantabros y Astures y su guerra con Roma*. Madrid: Espasa-Calpe.
- Scott, J. C. (2009). *The Art of Not Being Governed: An Anarchist History of Upland Southeast Asia*. Yale: Yale University Press.
- Sevillano-Fuertes, Á., & Vidal-Encinas, J. (2002). *Urbs Magnifica. Una aproximación a la Arqueología de Asturica Augusta*. Astorga: Guía catálogo del Museo Romano de Astorga.
- Shanks, M. (2007). Symmetrical archaeology. *World Archaeology*, 39(4), 589-596. doi:10.1080/00438240701679676
- Shanks, M., & Tilley, C. (1987). *Re-constructing Archaeology: Theory and Practice*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Silliman, S. (2001). Agency, practical politics and the archaeology of culture contact. *Journal of Social Archaeology*, 1(2), 190-209. doi:10.1177/146960530100100203
- Silva, A. (2010). Ocupação da época romana na cidade do Porto. Ponto de situação e perspectivas de pesquisa. *Gallaecia*, 29, 213-262.
- Silva, A. C. F. da. (1981). Novos dados sobre a organização social castreja. *Portugalia, Nova Série*, 2-3, 83-94.
- Silva, A. C. F. da. (1999). *Citânia de Sanfins: uma capital castreja*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira.
- Silva, A. C. F. da. (2003). Expressões guerreiras da sociedade castreja. *Madrider Mitteilungen*, 44, 41-50.
- Silva, A. C. F. da. (2007). *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal* (2ª edição.). Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira.
- Silva, A. C. F. da. (2012). *Os senhores da guerra*. Boticas: Câmara Municipal de Boticas.
- Silva, A. C. F. da, Pinto, F., Quintino, N., & Teixeira, V. (2007). Novos dados sobre o urbanismo e história da cidade de Chaves. *Revista Da Faculdade de Letras: Ciências E Técnicas Do Património, I Série*, V-VI, 549-565.
- Silva, A. C. F. da, & Pinto, J. M. M. (2001). Comércio Púnico com o Noroeste. In *Os Púnicos no Extremo Ocidente* (pp. 229-238). Lisboa: Universidade Aberta.
- Silva, A. J. M. da. (2012). *Vivre au-delà du fleuve de l'Oubli. Portrait de la communauté villageoise du Castro do Vieito au moment de l'intégration du NO de la péninsule ibérique dans l'orbis*

- Romanum (estuaire du Rio Lima, NO du Portugal)*. Oxford: BAR International Series 2342.
- Silva, A. J. M. da. (2015). Ceramics, Foodways and Local “Sub-Cultures” in North-Western Iberia at the Height of the Roman Empire: The Castro Do Vieito Case Study. *HEROM*, 4(1), 11-32. doi:10.11116/HEROM.4.1.1
- Silva, P. (2010). *Povoamento Proto-Histórico do Alto Tâmega: as mudanças do I milénio a.C. e a resistência do substrato indígena*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto (dissertação de mestrado). Retrieved from <http://hdl.handle.net/10216/56128>
- Silva, V. (2013). Caldeiro de rebites do sítio arqueológico de Frijão (Braga, Noroeste de Portugal). *Estudos Do Quaternário*. Retrieved from <http://www.apeq.pt/ojs/index.php/apeq/article/view/48>
- Silva, V. (2014). *A estação arqueológica da Idade do Ferro do Frijão (Braga, Norte de Portugal)*. Universidade do Minho (dissertação de mestrado). Retrieved from <http://hdl.handle.net/1822/30452>
- Smart, C. (2014). *A Roman Military Complex and Medieval Settlement on Church Hill, Calstock, Cornwall: Survey and excavation 2007-2010*. Oxford: Archaeopress, BAR British Series 603.
- Soares, A. M., Araújo, M. F., & Alves, L. (2004). Análise química não-destrutiva de artefactos em ouro pré e proto-históricos: alguns exemplos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 7(2), 125-138.
- Soeiro, T. (1981). Objetos em bronze do Castro de Alvarelos. *Gallaecia*, 6, 237-243.
- Soeiro, T. (1984). *Monte Mozinho: apontamentos sobre a ocupação entre Sousa e Tâmega em época Romana*. Penafiel: Boletim Municipal de Cultura, 1.
- Soeiro, T. (1985). Muro da Pastoria, Chaves. campanha de escavação de 1982-83. *Portugalia, Nova Série*, VI/VII, 21-44.
- Sommer, C. (1989). The inner and outer relations of the military vicus to its forts. In C. Van Driel-Murray (Ed.), *Roman Military Equipment: The Sources of Evidence* (pp. 25-29). Oxford: BAR International Series 476.
- Soria, V. (2013). O conceito de “Romanização” e o panorama académico português. In *Arqueologia em Portugal. 150 anos* (pp. 711-716). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- Soto, P. de. (2013). Los sistemas de transporte romanos y la configuración territorial en el Noroeste Peninsular. In R. Morais, H. Granja, & Á. Morillo-Cerdán (Eds.), *O irado Mar Atlântico. O naufrágio Bético Augustano de Esposende (Norte de Portugal)* (pp. 179-209). Braga.
- Southern, P. (2007). *The Roman Army: A Social and Institutional History*. Oxford: Oxford University Press.
- Stanish, C. (2002). The evolution of chiefdoms. An economic anthropological chiefdoms. In G. Feinman & L. Nicholas (Eds.), *Archaeological perspectives on political economies* (pp. 7-24). Salt Lake City: The University of Utah Press.
- Stanish, C. (2009). The evolution of managerial elites in intermediate societies. In K. Vaughn, J. Eerkens, & J. Kantner (Eds.), *The Evolution of Leadership. Transitions in Decision Making from Small-Scale to Middle-Range Societies* (pp. 97-119). Santa Fe: SAR.
- Stempel, P. de B., & García-Quintela, M. V. (2008). Población trilingüe y divinidades del castro de Lansbriga (Prov. Ourense). *Madrider Mitteilungen*, 49, 254-290.
- Taboada-Cid, M. (1988). Estela funeraria antropomorfa do muiño de San Pedro (Verín). *Boletín Auriense*, 18-19, 79-93.
- Teira-Brión, A. (2003). Os traballos agrarios e as ferramentas empregadas na cultura castrexa. *Gallaecia*, 22, 157-192.
- Teira-Brión, A. (2010). Tierra, metal y semillas. Consideraciones de la agricultura de la Edad del Hierro en Galicia. In A. Bettencourt, M. Alves, & S. Monteiro-Rodrigues (Eds.), *Alterações Ambientais e Interação Humana na Fachada Atlântica Occidental* (pp. 133-148). Braga: APEQ,

- Teira-Brión, A., & Amado-Rodríguez, E. (2014). Molinos fuera de lugar. Fronteras y contextos de la molienda en la arqueología de la Edad del Hierro del noroeste ibérico. *Revista d'Arqueologia de Ponent*, 24, 271-287.
- Teixeira, C. (1936). Subsídios para o estudo da arqueologia bracarense - I. O Monte do Castro (Castrum Maximum). *Anais Da Faculdade de Ciências Do Porto*, 24(1), 231-254.
- Teixeira, C. (1974). *Notícia explicativa da folha 6-B da Carta Geológica de Portugal na escala 1/50000*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- Teixeira, R. (1996). *De Aquae Flaviae a Chaves. Povoamento e organização do território entre a Antiguidade e a Idade Média*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto (dissertação de mestrado).
- Teixeira, R., Fonseca, V., Baptista, L., & Rodrigues, L. (2006). Resultados preliminares da intervenção arqueológica na Quinta da Ivanta, Valongo. In *Actas do III Simpósio de Mineração e Metalurgia Históricas do Sudoeste Europeu* (pp. 185-198). Porto: SEDPGYM.
- Tereso, J. (2012). *Environmental Change, agricultural development and social trends in NW Iberia from the Late Prehistory to the Late Antiquity*. Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.
- Tereso, J., Ramil-Rego, P., & Almeida-da-Silva, R. (2013). Roman agriculture in the conventus Bracaraugustanus (NW Iberia). *Journal of Archaeological Science*, 40(6), 2848-2858. doi:10.1016/j.jas.2013.01.006
- Tereso, J., Ramil-Rego, P., Álvarez-González, Y., López-González, L., & Almeida-da-Silva, R. (2013). Massive storage in As Laidas/O Castelo (Ourense, NW Spain) from the Late Bronze Age/Iron Age transition to the Roman period: a palaeoethnobotanical approach. *Journal of Archaeological Science*, 40(11), 3865-3877. doi:10.1016/j.jas.2013.05.007
- Tereso, J., & Silva, V. (2014). Fruits and seeds from an Iron Age ritual of commensality in Frijão (Braga, NW Portugal). *Estudos Do Quaternário*. Retrieved from <http://www.apeq.pt/ojs/index.php/apeq/article/view/74>
- Terrenato, N. (2005). The Deceptive Archetype: Roman Colonialism in Italy and Postcolonial Thought. In H. Hurst & S. Owen (Eds.), *Ancient Colonizations. Analogy, Similarity, and Difference* (pp. 59-72). London: Duckworth.
- Thomas, J. (2001). Archaeologies of Place and Landscape. In I. Hodder (Ed.), *Archaeological Theory Today* (pp. 165-186). Cambridge: Polity Press.
- Thomas, J. (2008). Handbook of Landscape Archaeology. In B. David & J. Thomas (Eds.), *Handbook of Landscape Archaeology* (pp. 300-306). Walnut Creek: Left Coast Press.
- Thomas, N. (1994). *Colonialism's Culture: Anthropology, Travel, and Government*. Princeton: Princeton University Press.
- Thurston, T. (2009). Unity and Diversity in the European Iron Age: Out of the Mists, Some Clarity? *Journal of Archaeological Research*, 17(4), 347-423. doi:10.1007/s10814-009-9032-z
- Tilley, C. (1994). *A Phenomenology of Landscape: Places, Paths and Monuments*. Oxford: Berg Publishers.
- Tilley, C. (2004). *The Materiality of Stone: explorations in Landscape Phenomenology*. Oxford: Berg Publishers.
- Tobler, W. (1993). *Three Presentations on Geographical Analysis and Modelling*. Santa Barbara: National Center for Geographic Information and Analysis.
- Todd, M. (1985). Oppida and the Roman Army. A review of recent evidence. *Oxford Journal of Archaeology*, 4(2), 187-199. doi:10.1111/j.1468-0092.1985.tb00241.x
- Todd, M. (2007a). Roman Military Occupation at Hembury (Devon). *Britannia*, 38, 107-123. doi:10.3815/000000007784016511

- Todd, M. (2007b). *Roman Mining in Somerset. Excavations at Charterhouse on Mendip 1993-1995*. Exeter: The Mint Press.
- Tranoy, A. (1977). A propos des Callaeci de Pline: Epigraphie et Peuplement. *Bracara Augusta*, 31, 225-233.
- Tranoy, A. (1981). *La Galice romaine. Recherches sur le Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité*. Paris: Diffusion de Bocard.
- Tranoy, A. (1988). Du héros au chef: l'image du guerrier dans les sociétés indigènes du le nordouest de la Péninsule Ibérique (Ile s. avant J.-C.- 1er s. après J.-C.). In *Actes du Colloque "Le monde des images en Gaule et dans les provinces voisines (Sèvres, 16-17 mai 1987), Caesarodunum 23* (pp. 219-227). Paris.
- Tranoy, A., & Le-Roux, P. (1989). As necrópoles de Bracara Augusta: B - les inscriptions funéraires. *Cadernos de Arqueologia*, 6-7, 183-226.
- Trément, F., & Carvalho, H. (2013). Romanisation et développement: Approche comparée des territoires de la partie occidentale du Conventus Bracarensis (Tarraconaise) et de la Civitas Arvernorum (Aquitaine). Une perspective de longue durée (Ile s. av. J.-C. - Ile s. apr. J.-C.). In M. Prevosti, J. López-Vilar, & J. Guitart i Duran (Eds.), *Ager Tarraconensis 5. Paisatge, poblament, cultura material i història. Actes del Simposi internacional* (pp. 249-269). Tarragona: Institut Català d'Arqueologia Clàssica.
- Tylecote, R. F., Photos, E., & Earl, B. (1989). The composition of tin slags from the south-west of England. *World Archaeology*, 20(3), 434-445. doi:10.1080/00438243.1989.9980083
- Ulbert, G. (1984). *Cáceres el Viejo. Ein spätrepublikanisches Legionslager in Spanisch-Extremadura*. Mainz: Madrider Beiträge XI.
- Urbanus, J. (2013). *Settlement and space in Northwest Iberia. Transition in the Territory of the Castros Culture during the Late Iron Age and Early Roman Period*. Joukowsky Institute for Archaeology and the Ancient World, Brown University (PhD thesis).
- van Dommelen, P. (1997). Colonial constructs: Colonialism and archaeology in the Mediterranean. *World Archaeology*, 28(3), 305-323. doi:10.1080/00438243.1997.9980350
- van Dommelen, P. (2008). Colonialismo: Pasado y Presente. Perspectivas poscoloniales y arqueológicas de contextos coloniales. In G. Cano & A. Delgado (Eds.), *De Tartessos a Manila. Siete estudios coloniales y poscoloniales* (pp. 51-90). València: Universitat de València.
- van Dommelen, P. (2011). Postcolonial archaeologies between discourse and practice. *World Archaeology*, 43(1), 1-6. doi:10.1080/00438243.2011.544883
- van Driel-Murray, C. (2009). Ethnic Recruitment and Military Mobility. In A. Morillo-Cerdán, N. Hanel, & E. Martín-Hernández (Eds.), *Limes XX. Estudios sobre la frontera romana, Anejos de Gladius 13* (pp. 813-822). Madrid: CSIC.
- Vasconcelos, J. L. de. (1913). Notícias várias. *O Archeologo Português*, 18(7-12), 190-191.
- Vasconcelos, J. L. de. (1917). Coisas velhas. *O Arqueólogo Português*, 1.^a Série, 22, 107-169.
- Vásquez-Mato, M. X. (2010). Estrategias de asentamiento como indicadores de cronología relativa para la Edad del Hierro en el Noroeste Ibérico. *Herakleion*, 3, 67-103.
- Vega-Avelaira, T. (2007). Los campamentos permanentes del ejército romano como semilla de núcleos civiles: el desarrollo de los vici militares. *Larouco*, 4, 73-98.
- Vega-Avelaira, T. (2008). El ejército y las obras públicas en el Imperio romano: el desarrollo de las comunicaciones terrestres. In *IV Congreso de las Obras Públicas en la Ciudad Romana* (pp. 51-76). Lugo: Lugo.
- Verhagen, P., Polla, S., & Frommer, I. (2014). Finding Byzantine junctions with Steiner trees. In S. Polla & P. Verhagen (Eds.), *Computational Approaches to the Study of Movement in Archaeology. Theory, Practice and Interpretation of Factors and Effects of Long Term Landscape Formation and Transformation* (pp. 73-98). Berlin, Boston: De Gruyter.

- Verhoeven, G. (2011). Taking computer vision aloft - archaeological three-dimensional reconstructions from aerial photographs with photoscan. *Archaeological Prospection*, 18(1), 67-73. doi:10.1002/arp.399
- Verhoeven, G., Doneus, M., Briese, C., & Vermeulen, F. (2012). Mapping by matching: a computer vision-based approach to fast and accurate georeferencing of archaeological aerial photographs. *Journal of Archaeological Science*, 39(7), 2060-2070. doi:10.1016/j.jas.2012.02.022
- Verhoeven, G., Taelman, D., & Vermeulen, F. (2012). Computer vision-based orthophoto mapping of complex archaeological sites: the ancient quarry of Pitaranha (Portugal-Spain). *Archaeometry*, 54(6), 1114-1129. doi:10.1111/j.1475-4754.2012.00667.x
- Vidal-Encinas, J. (2015). La aportación de las infraestructuras de datos espaciales al conocimiento de nuevos sitios castreños en la provincia de León. *Férvedes, Actas Do III Congreso Internacional de Arqueoloxía de Vilalba*, 8, 25-34.
- Villa-Valdés, Á. (1998). Estudio arqueológico del complejo minero romano de Boinas (Belmonte de Miranda, Asturias). *Boletín Geológico Y Minero*, 109(5-6), 169-178.
- Villa-Valdés, Á. (2009). ¿De aldea fortificada a Caput Civitatis? Tradición y ruptura en una Comunidad Castreña del siglo I d.C.: El Poblado de Chao Samartín (Grandas de Salime, Asturias). *Cuadernos de Prehistoria Y Arqueología Universidad Autónoma de Madrid*, 35, 7-26.
- Villa-Valdés, Á. (2010). El oro en la Asturias Antigua: beneficio y manipulación de los metales preciosos en torno al cambio de era. In J. Fernández-Tresguerres (Ed.), *Cobre y Oro Minería y metalurgia en la Asturias prehistórica y antigua* (pp. 83-125). Oviedo: Real Instituto de Estudios Asturianos.
- Villa-Valdés, Á. (2013). *Formación y desarrollo de la Cultura Castreña en el occidente de Asturias*. Universidad de Oviedo (dissertação de doutoramento). Retrieved from <http://hdl.handle.net/10651/27005>
- Villa-Valdés, Á., & Gil-Sendino, F. (2006). Castros Asturianos con presencia militar. Aproximación al modelo de implantación de Roma en Asturias según los documentos numismáticos. In M. P. García-Bellido (Ed.), *Los campamentos romanos en Hispania (27 a.C.-192 d.C): el abastecimiento de moneda, volumen II, Anejos de Gladius* (pp. 493-500). Madrid: CSIC.
- Villa-Valdés, Á., Martín, J. de F., & Alföldy, G. (2005). Noticia del hallazgo de un epígrafe altoimperial en el lugar de Pelou, Grandas de Salime (Asturias). *Archivo Español de Arqueología*, 78(191-192), 257-260. doi:10.3989/aespa.2005.v78.83
- Wagtendonk, A., Verhagen, P., Soetens, S., Jeneson, K., & de Kleijn, M. (2009). Past in Place: The Role of Geo-ICT in Present-day Archaeology. In H. Scholten, R. Velde, & van M. Niels (Eds.), *Geospatial Technology and the Role of Location in Science* (pp. 59-86). Springer Netherlands, GeoJournal Library 96. doi:10.1007/978-90-481-2620-0
- Wahl, J. (1988). Três Minas: vorbericht über die archäologischen Untersuchungen im Bereich des römischen Goldbergwerks 1986/87. *Madriider Mitteilungen*, 29, 221-244.
- Wahl, J. (1998). Aspectos tecnológicos da indústria mineira e metalúrgica Romana de Três Minas e Campo de Jales (Concelho de Vila Pouca de Aguiar). In *Actas do Seminário Museologia e Arqueologia Mineiras* (pp. 57-68). Lisboa: Publicação do Museu do IGM.
- Wahl, J. (2003). Zur Wasserversorgung des römischen Goldbergbaus von Três Minas und Campo de Jales (Vila Pouca de Aguiar, Trás-os-Montes, Portugal). In T. Stöllner, G. Körlin, G. Steffens, & J. Cierny (Eds.), *Man and Mining - Mensch und Bergbau. Studies in honour of Gerd Weisgerber on occasion of his 65th birthday* (pp. 495-502). Bochum: Deutsches Bergbau Museum.
- Wahl-Clerici, R. (2013). Três Minas: A discussion of some aspects of the evidence for the use of water in mining. In P. Anreiter, K. Brandstätter, G. Goldenberg, K. Hanke, W. Leitner, K. Nicolussi, ... P. Tropper (Eds.), *Mining in European History and its Impact on Environment and Human Societies - Proceedings for the 2nd Mining in European History Conference of the FZ HiMAT, 7.-10. November 2012, Innsbruck* (pp. 39-46). Innsbruck: Innsbruck University Press.
- Wahl-Clerici, R., Helfert, M., & Wiechowski, A. (2012). Três Minas - Eine Bergwerkskatastrophe mit

- Rettungsaktion in der römischen Kaiserzeit. *Frankfurter Elektronische Rundschau Zur Altertumskunde*, 17, 12-28.
- Webster, J. (1997). Necessary comparisons: A post-colonial approach to religious syncretism in the Roman provinces. *World Archaeology*, 28(3), 324-338. doi:10.1080/00438243.1997.9980351
- Webster, J. (2001). Creolizing the Roman provinces. *American Journal of Archaeology*, 105, 209-225.
- Webster, J. (2003). Art as resistance and negotiation. In S. Scott & J. Webster (Eds.), *Roman imperialism and provincial art* (pp. 24-52). Cambridge: Cambridge University Press.
- Webster, J., & Cooper, N. (1996). *Roman Imperialism: Post-colonial Perspectives*. Leicester: School of Archaeological Studies, University of Leicester.
- Wells, P. (1999). *The Barbarians speak. How the conquered peoples shaped Roman Europe*. Princeton University Press.
- Wheatley, D. (1995). Cumulative viewshed analysis: a GIS-based method for investigating intervisibility, and its archaeological application. In G. Lock & G. Stançic (Eds.), *Archaeology and Geographic Information Systems: a European Perspective* (pp. 171-85). London: Taylor & Francis.
- Wheatley, D., & Gillings, M. (2000). Vision, perception and GIS: developing enriched approaches to the study of archaeological visibility. In G. Lock (Ed.), *Beyond the Map: Archaeology and Spatial Technologies* (pp. 1-27). Amsterdam: IOS Press.
- Wheatley, D., & Gillings, M. (2002). *Spatial technology and archaeology: the archaeological applications of GIS*. London: Taylor & Francis.
- White, D., & Surface-Evans, S. (2012). *Least Cost Analysis of Social Landscapes. Archaeological case studies*. Salt Lake City: University of Utah Press.
- White, R. (2010). *The Middle Ground: Indians, Empires, and Republics in the Great Lakes Region, 1650-1815*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Whitehead, N. (1992). Tribes makes states and states make tribes. Warfare and the creation of colonial tribes and states in Northeastern South America. In B. Ferguson & N. Whitehead (Eds.), *War in the tribal zone. Expanding states and indigenous warfare* (pp. 127-150). Santa Fe: School of American Research Advanced Seminar Series.
- Wiechowski, A., Wahl-Clerici, R., Helfert, M., & Ramminger, B. (2015). Die Mühlsteinproduktion im Steinbruch von Fonte da Ribeira: Zum römischen Bergwerksdistrikt von Três Minas, Gralheira und Campo de Jales (distr. Vila Real/P.). *Archäologisches Korrespondenzblatt*, 45(3), 379-395.
- Wilson, A. (2002). Machines, Power and the Ancient Economy. *Journal of Roman Studies*, 92, 1-32. doi:10.2307/3184857
- Wiseman, J., & El-Baz, F. (2007). *Remote Sensing in Archaeology*. New York: Springer, Interdisciplinary Contributions To Archaeology.
- Witmore, C. (2007). Symmetrical archaeology: excerpts of a manifesto. *World Archaeology*, 39(4), 546-562. doi:10.1080/00438240701679411
- Woolf, G. (1993). Rethinking the Oppida. *Oxford Journal of Archaeology*, 12(2), 223-234. doi:10.1111/j.1468-0092.1993.tb00293.x
- Woolf, G. (1995). The formation of Roman Provincial Cultures. In J. Metzler, M. Millett, N. Roymans, & J. Slofstra (Eds.), *Integration in the Early Roman West: the role of Culture and Ideology* (pp. 9-18). Luxembourg: Musée National d'Histoire et d'Art.
- Woolf, G. (1997). Beyond Romans and natives. *World Archaeology*, 28(3), 339-350. doi:10.1080/00438243.1997.9980352
- Woolf, G. (1998). *Becoming Roman: The origins of Provincial Civilization in Gaul*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Woolf, G. (2009). Cruptorix and his kind. Talking ethnicity on the middle ground. In T. Derks & N.

- Roymans (Eds.), *Ethnic Constructs in Antiquity: The Role of Power and Tradition* (pp. 207-219). Amsterdam: Amsterdam University Press.
- Zabaleta-Estévez, M. (2000). Hallazgos numismáticos de los comienzos de Bracara Augusta. In V. O. Jorge (Ed.), *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular, VI, Arqueologia da Antiguidade na Península Ibérica* (pp. 395-399). Porto: ADECAP.
- Zamora-Merchán, M. (2008). *Territorio y espacio en la Protohistoria de la Península Ibérica. Estudios de visibilidad: el caso de la cuenca del Genil*. Universidad Autónoma de Madrid (dissertação de doutoramento).
- Zamora-Merchán, M. (2011). Improving Methods for Viewshed Studies in Archaeology: The Vertical Angle. In E. Jerem, F. Redó, & V. Szeverényi (Eds.), *On the Road to Reconstructing the Past. Computer Applications and Quantitative Methods in Archaeology (CAA). Proceedings of the 36th International Conference* (pp. 614-622). Budapest: Archaeolingua. Retrieved from http://proceedings.caaconference.org/paper/cd82_zamora_caa2008/





